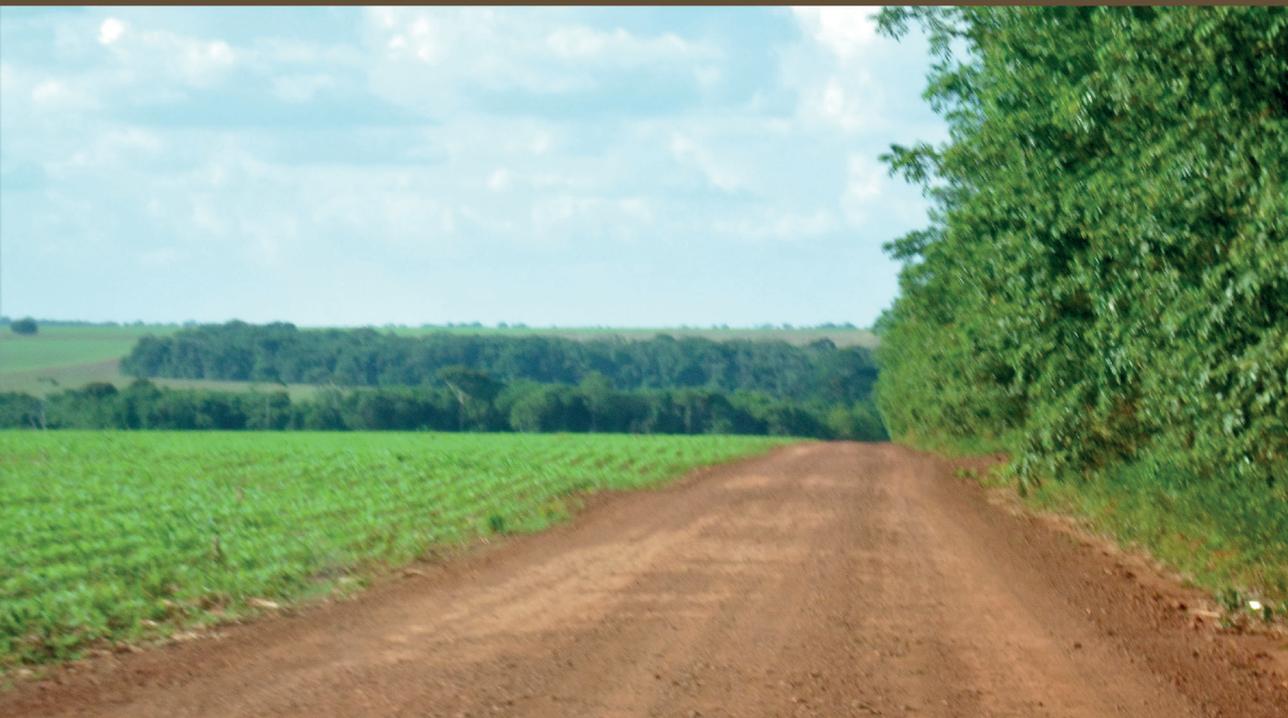


O controle da lavoura

*a construção de relações sociais
e a produção de soja entre assentados
do meio norte do Mato Grosso – Brasil*



Cristiano Desconsi



Cristiano Desconsi

O controle da lavoura:

a construção de relações sociais e a
produção de soja entre assentados do
meio norte do Mato Grosso – Brasil

Prêmio Maria de Nazareth Baudel Wanderley

Melhor tese sobre fenômenos relacionados
ao rural brasileiro

Rede de Estudos Rurais/2018



Campina Grande/PB

2021



Universidade Estadual da Paraíba

Prof^a. Célia Regina Diniz | *Reitora*

Prof^a. Ivonildes da Silva Fonseca | *Vice-Reitora*



Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Cidoval Morais de Sousa (UEPB)

Diretor

Conselho Editorial

Alberto Soares de Melo (UEPB) | Antonio Roberto Faustino da Costa (UEPB)
Jordeana Davi Pereira (UEPB) | Patrícia Cristina de Aragão (UEPB)
José Etham de Lucena Barbosa (UEPB) | José Luciano Albino Barbosa (UEPB)
José Tavares de Sousa (UEPB) |

Conselho Científico

Afrânio Silva Jardim (UERJ) | Jonas Eduardo Gonzalez Lemos (IFRN)
Anne Augusta Alencar Leite (UFPB) | Jorge Eduardo Douglas Price (UNCOMAHUE/ARG)
Carlos Henrique Salvino Gadêlha Meneses (UEPB) | Flávio Romero Guimarães (UEPB)
Carlos Wagner Dias Ferreira (UFRN) | Juliana Magalhães Neuwander (UFRJ)
Celso Fernandes Campilongo (USP/ PUC-SP) | Maria Creusa de Araújo Borges (UFPB)
Diego Duquelsky (UBA) | Pierre Souto Maior Coutinho Amorim (ASCES)
Dimitre Braga Soares de Carvalho (UFRN) | Raffaele de Giorgi (UNISALENTO/IT)
Eduardo Ramalho Rabenhorst (UFPB) | Rodrigo Costa Ferreira (UEPB)
Germano Ramalho (UEPB) | Rosmar Antonni Rodrigues Cavalcanti de Alencar (UFAL)
Glauber Salomão Leite (UEPB) | Vincenzo Carbone (UNINT/IT)
Gonçalo Nicolau Cerqueira Sopas de Mello Bandeira (IPCA/PT) | Vincenzo Millitello (UNIPA/IT)
Gustavo Barbosa Mesquita Batista (UFPB)

Expediente EDUEPB

Erick Ferreira Cabral | *Design Gráfico e Editoração*
Jefferson Ricardo Lima Araujo Nunes | *Design Gráfico e Editoração*
Leonardo Ramos Araujo | *Design Gráfico e Editoração*
Elizete Amaral de Medeiros | *Revisão Linguística*
Antonio de Brito Freire | *Revisão Linguística*
Danielle Correia Gomes | *Divulgação*



Editora indexada no SciELO desde 2012



Editora filiada a ABEU

EDITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

Rua Baraúnas, 351 - Bairro Universitário - Campina Grande-PB - CEP 58429-500
Fone/Fax: (83) 3315-3381 - <http://eduepb.uepb.edu.br> - email: eduepb@uepb.edu.br



Estado da Paraíba

João Azevêdo Lins Filho | *Governador*

Ana Lígia Costa Feliciano | *Vice-governadora*

Nonato Bandeira | *Secretário da Comunicação Institucional*

Claudio Benedito Silva Furtado | *Secretário da Educação e da Ciência e Tecnologia*

Damião Ramos Cavalcanti | *Secretário da Cultura*

EPC - Empresa Paraibana de Comunicação

Naná Garcez | *Diretora Presidente*

William Costa | *Diretor de Mídia Impressa*

Albiege Fernandes | *Diretora de Rádio e TV*

Alexandre Macedo | *Gerente da Editora A União*



BR 101 - KM 03 - Distrito Industrial - João Pessoa-PB - CEP: 58.082-010

“O selo Substractum publica livros autorais, coletâneas, séries, traduções, dentre outros gêneros, que resultem de estudos e investigações, individuais ou coletivas, e que enfrentem, de modo propositivo, inovador e dialógico, os desafios, as ameaças e as oportunidades da humanidade e o futuro da vida no mundo terra.”

Depósito legal na Câmara Brasileira do Livro - CBL.

Ficha catalográfica elaborada por Heliane Maria Idalino Silva – CRB-15°368

D448c Desconsi, Cristiano.

O controle da lavoura: a construção de relações sociais e a produção de soja entre assentados do meio norte do Mato Grosso – Brasil [Livro eletrônico]/
/Cristiano Desconsi.–Campina Grande: EDUEPB, 2021.

8300 Kb - 450 p.: il.

ISBN 978-65-86221-78-7 (E-book)

978-65-86221-79-4 (Impreso)

Nota: **Prêmio Maria de Nazareth Baudel Wanderley** .Melhor tese sobre fenômenos relacionados ao rural brasileiro. Rede de Estudos Rurais/2018.

1. Soja – Aspectos econômicos – Mato Grosso. 2. Soja – Cultivo. 3.Lavoura - Arranjos familiares. 4. Agronegócio. 5. Agricultura e tecnologia. I. Título.

21. ed.CDD 338.13334098172

EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

Rua Baraúnas, 351 - Bodocongó - Bairro Universitário
Campina Grande-PB - CEP 58429-500

Fone/Fax: (83) 3315-3381 - <http://eduepb.uepb.edu.br>
e-mail: eduepb@uepb.edu.br

Copyright © EDUEPB

A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

*A todos/as que se sentem parte da comunidade
de Esquina Londero (Doutor Maurício Cardoso/RS),
mesmo vivendo em tantos locais diferentes do Brasil.*

AGRADECIMENTOS

Este livro é resultado de uma tese defendida em 2017 no Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Ressalto meu agradecimento inicialmente, à Rede de Estudos Rurais pelo Prêmio Maria de Nazareth Baudel Wanderley de melhor tese de doutorado sobre os fenômenos relacionados ao rural brasileiro. Esse apoio e reconhecimento foram imprescindíveis para a publicação deste livro.

Destaco que o que aqui é apresentado ao leitor é o resultado de um trabalho de construção que contou com a colaboração de muitas pessoas e instituições, as quais devo expor mesmo que de forma breve.

Quero agradecer, inicialmente, à Prof^a Beatriz A. de Heredia (in memoriam) pela orientação durante todo o trabalho de pesquisa. Desde que tive oportunidade de trabalhar em atividades de pesquisa sob sua coordenação, sempre estive atenta às limitações e potencialidades decorrentes da minha própria trajetória, contribuindo de forma expressiva na minha formação profissional e humana. Foi um privilégio contar com seus ensinamentos, produto de uma admirável experiência ligada aos estudos rurais. Mais que uma formação acadêmica, suas observações serviram para fortalecer o compromisso com os sujeitos que venho me dedicando a

estudar e, ao mesmo tempo, ensinou-me a fazer o exercício reflexivo sobre minha própria vida no mundo social e em relação aos mesmos.

Estendo o agradecimento, de forma especial a professora Maria Macedo Barroso, pelo seu auxílio na fase final da tese e na coordenação da banca de defesa. Aos professores Moacir Palmeira e John Comerford, que em diversos momentos participaram da construção deste trabalho, ainda em momento anterior ao doutorado. Tenho de ressaltar sua influência neste trabalho, também pelo curso de “Sociedades Camponesas” no Museu Nacional e pelas expressivas contribuições no exame de qualificação do doutorado. Por fim, se dispuseram a participar da banca de defesa do doutorado, juntamente com os professores Fernando Rabossi e Sérgio Pereira Leite, todos procedendo excelentes arguições sobre essa pesquisa.

À Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) pela oportunidade de realizar o doutorado que possibilitou a realização da pesquisa de tese, ora transformada em livro.

À toda equipe de professores/as do PPGSA, em especial, àquelas/es com as/os quais pude cursar disciplinas e estabelecer maior proximidade: além da minha orientadora, agradeço às professoras Elina Pessanha e Maria Barroso, bem como aos professores César Gordon, Jean François Verán e José Ricardo Ramalho. Não devo esquecer de mencionar os professores/as que assumiram a coordenação do programa, pois sempre estiveram no apoio à minha formação e a dos meus colegas.

Meu agradecimento ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão da bolsa de estudo do doutorado e a taxa de bancada nos anos de 2012 e 2013. Da mesma maneira, à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) pela concessão da modalidade Bolsa – Nota 10, nível doutorado, nos anos de 2014 e 2015. Essas bolsas colaboram decisivamente para garantir minha presença no doutorado,

subsidiando desde as despesas pessoais, materiais de estudo até a realização da própria pesquisa de campo.

Aos diversos interlocutores dos assentamentos rurais situados nos municípios de Ipiranga do Norte, Tabaporã, Itanhangá, Sorriso e Nova Ubiratã em Mato Grosso. Este trabalho não existiria se cada um e cada uma não se dispusesse a partilhar com um “pesquisador” suas experiências de vida e dar-lhe atenção em seu cotidiano. Quero salientar que se não incluo nesses agradecimentos a lista dos que colaboraram para este trabalho, é porque tanto seus nomes, suas histórias de vida, suas experiências e relações constituem a base que sustenta esta a análise do livro e que, gradativamente, vai sendo apresentada ao leitor no texto. A cada homem e mulher, assentado, produtor, comerciante que integrou essa pesquisa, meu reconhecimento e agradecimento. Quero agradecer, de modo especial, o apoio de meus familiares e conhecidos instalados no meio norte do Mato Grosso. Ao primo Ivan, em Ipiranga do Norte; a toda família Ferrari, instalados nos assentamentos de Sorriso e Nova Ubiratã: primos/as Egeu, Gilmara, Elton, Nilson e Gabi. Além deles, vale destacar as mediações e acolhimento da família Fioreze, dona do hotel onde nos hospedamos – Maria, Moacir, Fabiano e Giovani – assim como àqueles que manteve maior aproximação, como Luiz e Pierina, seu Ferreira, seu Antônio e Sueli. Também às equipes da Secretaria Municipal de Agricultura de Ipiranga do Norte e à equipe local da EMPAER na pessoa de seu Antônio, que em muito nos auxiliaram no trabalho de pesquisa.

Ao projeto “Sociedade e Economia do Agronegócio: um estudo exploratório”, coordenada por Beatriz Heredia (PPGSA/UFRJ), Leonilde Medeiros (CPDA/UFRJ), Moacir Palmeira (PPGAS/UFRJ) e Sergio Leite (CPDA/UFRJ), que foi um espaço privilegiado de discussões e aprendizado. A participação no mesmo, ainda no mestrado, forneceu a base para a construção deste trabalho. Mas o seu ensejo é que propiciou a construção de uma rede de (novos) pesquisadores que, sobre diferentes perspectivas, continuaram a refletir sobre a temática, criando momentos de diálogo, troca de

informações e de construção conjunta de novos estudos. Devo destacar a interlocução com Luciana Almeida, Ariana Rumstain, Waldemar Wesz Júnior na construção do que será apresentado nos capítulos deste livro.

Aos amigos e colegas dos “estudos do campesinato”: Camilo, Renata, Isabel, Rafael Gaspar, Roberta, Natália, Hailton e Quésia, com as/os quais foi construído uma interação muito rica durante o doutorado. Nossa amizade foi fortalecida a partir das interações em torno do interesse pelos estudos rurais e por sermos orientandos/as da Prof^a Beatriz A. Heredia, além das disciplinas cursadas no PPGSA e no PPGAS.

Ao apoio e carinho recebido de grandes amigos e amigas que conheci durante minha estada no Rio de Janeiro. Agradeço à Laetícia Jalil, Lorena Lima, Márcio Ranauro, Daniela Egger, Gerardo Cerdas, Janaína Cevá, Waldemar Júnior, Wilde Itaboray, Socorro Lima, Bruno Prado, Cristiane Severo, Sílvia Zimmermann. Cada um/uma expressou seu apoio durante mais de cinco anos de realização desta pesquisa, mesmo que a maioria de nós estivéssemos atuando em cidades e instituições localizadas em diferentes regiões do Brasil. Aos amigos que acompanharam esse processo e deram seu apoio, seja com suas companhias, hospedagens entre chegadas e partidas em Brasília: Otávio Deves e Flávia Pérez, Igor e Cláudia, Volnei Porfilio e Larissa Viera. Aos amigos/as do sul, os quais tive de me afastar para dar conta do doutorado, mas que sempre estiveram presentes e animando esse processo: Alexandre e Janete, Carlos, Cleusa, Ivanor, Flávio, Dalmiro e Cleusa.

Um agradecimento especial aos amigos e colegas do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário com os quais tive oportunidade de trabalhar: João Guadagnin, Mauri Andrade, Lineu Leal, José Henrique Silva, Wanderson Couto, Alexandre Gomes, Mônica Schroeder, Caio França e Valter Bianchini. Eles não só apoiaram minha entrada no doutorado como permitiram mantermos uma interlocução frequente, durante o próprio doutorado, possibilitando diálogos e reflexões sobre a “economia familiar” em perspectiva

sociológica e antropológica. Agradeço também por me oportunizarem a realização de estudos sobre efeitos do microcrédito rural entre agricultores familiares do Nordeste e sobre a juventude rural em três regiões brasileiras, cujos resultados enriqueceram a implementação de políticas públicas e meu conhecimento sobre o nosso país.

Aos colegas do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina (UEL), pela oportunidade de iniciar minha atuação como docente na universidade e pelo envolvimento indireto no processo de construção da tese. Suas formas de apoio foram desde ajustes nos horários das aulas, palavras de motivação, até socialização de suas próprias experiências de doutorado, atos que serviram para animar a caminhada.

Aos amigos do norte do estado de Goiás, pelas oportunas manifestações de força diante da intensificação do trabalho de redação da tese nesse último ano, realizado em ambiente agradável nas montanhas da cidade de Ceres. Obrigado.

É claro, de modo mais que especial, agradecer à minha companheira Daniela. Assumimos juntos, ainda que em instituições diferentes, nossos projetos do doutorado. Agradeço seu carinho, atenção, sugestões, apoio e animação e, por fim, por conseguirmos mantermos nós dois como prioridade. Este trabalho certamente tem um pouco de seu.

Por fim, agradecer aos familiares. Ao meu pai Antenor, à minha mãe Adelira. Mantiveram-se sempre atenciosos e apoiando este projeto, mesmo a distância. Graças a eles, assim como a tantas pessoas da comunidade de Esquina Londero, no município de Doutor Maurício Cardoso/RS, que permitiu que um de seus filhos pudesse tornar-se doutor. Vocês, certamente, sabem bem do que estamos falando quando nesta tese discutimos as possibilidades e limites da produção de soja entre pequenos produtores, assim como também conhecem o próprio contexto de Mato Grosso, onde realizamos a pesquisa. Não vou esquecer a compreensão e animação dos meus irmãos Tiago e Silvano e da minha irmã Cláudia, aos quais

também agradeço. Ao meu sogro e sogra, seu Luiz e Sônia, assim como minhas cunhadas Juliana e Fernanda, pelo apoio e presença.

Diante de tantas manifestações de apoio e “suporte”, sejam pessoas ou instituições, esta obra foi edificada. Assumo os limites deste livro ao mesmo tempo em que compartilho os possíveis méritos com todos/as.

SUMÁRIO

PREFÁCIO, 15

INTRODUÇÃO, 21

**CAPITULO 1: OS ASSENTAMENTOS RURAIS
ENTRE TERRAS NOVAS E VELHAS, 45**

**1.1. Notas iniciais sobre os assentamentos
do meio norte de Mato Grosso, 45**

1.2. Das terras paradas ao movimento da terra, 57

1.2.1. “As fazendas só tinham as divisas e os papéis”:
as terras paradas, 57

1.2.2. Dos projetos de colonização aos assentamentos rurais, 64

1.3. Movimentação de gente, 76

1.3.1. As *turmas*, 77

1.3.2. Gaúchos e cuiabanos, 85

1.4. Terras novas e terras velhas: práticas de uso, 94

CAPITULO 2: AS CASAS E A LAVOURA, 103

2.1. Os limites da produção e do consumo, 106

2.1.1. “A lavoura é só para os homens”, 107

2.1.2. O lugar da soja nos “gastos da casa”, 121

**2.2. Investimentos na lavoura e gastos na casa,
variações segundo ciclo de vida, 136**

2.2.1. Hora de movimentar, 136

2.2.2. Hora de parar, 144

2.3. Preparando-se para assumir a casa e a lavoura, 148

2.3.1. Filhos e filhas vinculados à casa dos pais, 154

2.3.2. A relação dos filhos com os pais depois do casamento, 165

CAPITULO 3: AS REDES E AS LAVOURAS, 179

3.1. Arranjos familiares e lavouras, 184

3.2. Velho e novos vizinhos em terras novas, 207

3.2.1. Trocar, ceder e emprestar: construindo relações
pessoais nos *lugares novos*, 207

3.2.2	Articulações entre vizinhos e as lavouras de soja,	217
3.3.	Integração e uso da terra,	231
3.3.1.	A lavoura e a integração entre assentados e fazendeiros,	232
3.3.2.	Construir relações e disputar o uso da terra,	245
CAPITULO 4: PLANTAR E NEGOCIAR, 257		
4.1.	Negócios e redes,	259
4.1.1.	A inserção nos circuitos dos negócios agrícolas,	259
4.1.2.	Um grupo de amigos e suas diferenças,	266
4.2.	A relação entre assentados e as firmas,	274
4.2.1.	O caso emblemático da firma FIAGRIL,	282
4.2.2.	Re vendas e fazenda: duas faces de uma mesma integração?,	294
4.3.	Controlar os negócios,	301
4.3.1.	<i>Negócio seguro e negócio arriscado,</i>	305
4.3.2.	Plantar <i>por conta</i> ou negociar com as firmas?,	320
CAPITULO 5: TRANSMISSÃO DA TERRA E NEGÓCIOS COM A TERRA, 335		
5.1.	Estratégias de transmissão da terra para os filhos,	339
5.2.	<i>Não deixar a terra para um estranho:</i> a regra da preferência,	357
5.2.1.	A preferência e seus limites,	359
5.2.2.	Comprar e vender terras: mais que uma transação mercantil,	368
5.3.	Terra produtiva: documentos, registros e a legitimidade do uso da terra,	378
5.3.1.	Entre o título de propriedade e a legitimidade do uso da terra,	378
5.3.2.	<i>O espaço aqui está ficando apertado:</i> a concentração do uso da terra,	388
CONSIDERAÇÕES FINAIS, 409		
REFERÊNCIAS, 427		
FIGURAS, GRÁFICOS, TABELAS, 439		
ANEXOS, 443		

PREFÁCIO

Ao longo das últimas décadas, as áreas rurais do Centro-Oeste brasileiro - e o estado do Mato Grosso em especial, transformaram-se em símbolos da agricultura tecnificada de larga escala. Seja para louvar a produtividade e a importância econômica do assim chamado agronegócio, seja para denunciar as suas mazelas ambientais e sociais, são acionadas as imagens de imensas lavouras de soja alcançando o horizonte, em terras planas e sem vestígios da vegetação original do cerrado, muitas vezes com a presença de enormes máquinas e tratores ou eventualmente imagens de montanhas de soja em silos gigantes.

A essa imagem de homogeneidade e abundância da terra, das plantas, das máquinas e do produto, soma-se a nomeação de uma entidade única, “o agronegócio”, à qual se atribui protagonismo naquilo que, para o bem ou para o mal, se passa nessas regiões. Nas formulações ufanistas, essa entidade e seu protagonismo sintetizam sempre trajetórias pessoais e familiares de sucesso, normalmente iniciadas no sul do país, destacadas como casos de pioneirismo, empreendedorismo, trabalho e progresso, ao que se associa também uma imagem “civilizadora” em relação a regiões atrasadas ou vazias.

Há alguns anos, uma equipe de pesquisadores da UFRJ e da UFRRJ e da qual Beatriz Heredia, orientadora da tese que deu

origem ao presente livro, foi uma das coordenadoras, realizaram através do projeto de pesquisa intitulado Sociedade e Economia do Agronegócio um esforço coletivo para entender a complexidade das relações e dinâmicas sociais em regiões emblemáticas do dito agronegócio e questionar tais visões simplificadoras. O importante trabalho de Cristiano Desconsi, que agora publicado a partir de sua premiação pela Rede de Estudos Rurais, é tributário desse esforço e também um testemunho do empenho de Beatriz Heredia, falecida em 2018, de fazer com que a pesquisa de cunho antropológico e etnográfico contribua para debates em profundidade sobre temas da maior importância social e política.

Para os leitores deste livro de Cristiano Desconsi, a visão homogeneizadora e simplificadora que, como mencionamos acima, se impôs na construção do sentido do “agronegócio”, ficará bem distante. Desde seu livro anterior, *A marcha dos pequenos proprietários rurais: trajetórias de migrantes do Sul do Brasil para o Mato Grosso*, resultante da dissertação de mestrado, Desconsi já vinha mostrando seu talento como pesquisador ao complexificar a imagem frequente dos fluxos migratórios do sul para o Centro-Oeste, bem como das cidades e lavouras do Centro-Norte matogrossense, talvez a mais emblemática região do “agronegócio”. Se em outros estudos e em muitos relatos de caráter mais jornalístico as trajetórias de enriquecimento dos migrantes sulistas ou os processos de expropriação das populações locais e originárias se destacam, Cristiano focou, antes como agora, em famílias oriundas do Sul do país em situações como que intermediárias, com trajetórias variáveis e oscilantes no tempo. Tomando como referência os assentamentos de reforma agrária criados nessa região, através de um foco particular nos revela todo um sistema de posições e situações distintas e inter-relacionadas, parte de um mundo social complexo e em constante transformação.

Nesse seu novo livro, Cristiano Desconsi investiga a lógica e o cálculo que orientam as ações e expectativas de famílias de assentados e particularmente o modo pelo qual aderem ao mundo da

produção de soja e somam-se à dramática homogeneização das paisagens do meio-norte matogrossense e à integração dessa região aos circuitos agroexportadores, sem perder a especificidade da inserção dessas famílias nesse mundo e sem deixar de distingui-las dos grandes produtores e empresários. Chama logo de início a atenção para outra distinção, feita nos assentamentos, entre “gaúchos” e “cuiabanos”, que longe de remeter a uma origem geográfica definida e distinta (inclusive porque a origem de fato muitas vezes não coincide com essas denominações), indica a presença de lógicas e expectativas distintas de apropriação das terras dos assentamentos de reforma agrária, bem como dos benefícios dos programas a eles direcionados.

Voltando sua pesquisa ao universo desses “gaúchos” que em dado momento de suas trajetórias acessaram lotes de assentamento de reforma agrária, e partindo da constatação que, em termos de uso, de técnicas e de produtos, esses lotes atualmente pouco se distinguem das áreas vizinhas de grandes produtores, Desconsi busca entender como se deu essa convergência e quais as implicações dela para a compreensão desse universo social. E constrói esse entendimento através de uma minuciosa, cuidadosa e criativa pesquisa etnográfica, abordando trajetórias familiares, expectativas morais e formas de reputação, relações internas à família, modalidades de cálculo, constituição de redes de relações entre parentes e vizinhos, padrões de moradia, transações envolvendo a terra, relação com o mundo das vendas e da assistência técnica, modos de inserção no mundo dos negócios de commodities. Para a surpresa (e talvez incômodo) de muitos analistas e observadores deste universo social, aborda esses seus interlocutores, plantadores de soja, a partir das discussões sobre o campesinato. E dialoga proficuamente com os trabalhos sobre modalidades de cálculo camponês feitos em situações e universos aparentemente muito distantes e distintos, tais como a dos pequenos sítiantes nordestinos estudados por Beatriz Heredia e Afrânio Garcia Jr.

Com base nesse trabalho de pesquisa, trará à tona questões constitutivas desse universo singular que não são evidentes para um olhar apressado. Por exemplo, as diferenças nos modos predominantes de uso da terra entre os assim chamados “cuiabanos” e os ditos “gaúchos”, mas também entre “gaúchos” em diferentes fases do ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico; a distinção entre “terras velhas” e “terras novas”; a noção de “movimentar” a terra; a inserção dos jovens filhos desses assentados nas agências de revenda, que funcionam como fontes de crédito e assistência técnica, mas também de informação e prestígio; a formação de redes internamente diferenciadas que viabilizam a conjugação de esforços e recursos para a produção de soja e milho; a expectativa social de reconhecimento como “produtor” especializado das lavouras mais valorizadas, sem que a produção de alguns para o autoconsumo deixe de ter seu papel material e social; as expectativas a logo prazo de reprodução de certo modelo de família; a particularidade da relação com a terra em função do fato de se tratarem de assentamentos. Tudo isso vai sendo analisado e destrinchado.

O arrendamento de terras, a moradia na cidade, o trabalho assalariado, mais do que representarem afastamentos de um projeto familiar ligado à terra, muitas vezes aparecem como estratégias bastante complexas de viabilização de arranjos familiares em torno da terra, da lavoura e do negócio, em circunstâncias em que isso está longe de ser garantido, diante da crescente concentração de terras, do controle das operações agrícolas e comerciais pelos maiores produtores e pelos empresários do “agronegócio” e da ausência de novos projetos de assentamento no horizonte.

Ao mirar na compreensão “por dentro” do modo de vida dos seus interlocutores, Desconsi mostra como é central, para o envolvimento na lavoura de soja, a construção de redes de relações interpessoais, com base na família (inclusive os parentes por afinidade), mas não se limitando a ela. Não seria viável esse envolvimento sem a articulação, por meio de “trocas” no seu sentido antropológico, de redes que vão para além da cada unidade ou lote. É desse modo

que se reúnem terra, dinheiro, máquinas, insumos e condições de comercialização, que possibilitam uma escala suficiente de operação. E sem atingir certa escala, não há perspectiva de “futuro” no mundo social que por ali se impõe, e que tem na figura do “produtor” a imagem da respeitabilidade e as atribuições do prestígio. Assim, o envolvimento com a agricultura comercial tecnicada em larga escala passa, para esses assentados, pela articulação de tais redes de relações com outros assentados, com grandes proprietários, com donos e técnicos de revendas de insumos, com agentes de armazenamento e comercialização, através de trocas e interações as mais diversas. Por outro lado, o controle sobre as lavouras almejado por empresários e fazendeiros, também passa por essas redes de relações, nas quais também esses agentes mais poderosos investem. Desconsi mostra cuidadosamente como estão em jogo relações diádicas personalizadas em torno de arranjos concretos e mutáveis, envolvendo de empréstimos e arrendamentos a presentes e atenções. E isso não está visível nas representações mais usuais do agronegócio.

Na medida em que se enredam laços familiares, de amizade e de vizinhança com contratos, empréstimos, avais e fianças, esses elementos “econômicos” se compõem com expectativas morais, lealdades, afetos e compromissos, em especial aqueles que ligam pais e filhos ao longo do tempo e impelem visceralmente essas pessoas “para a frente” (no sentido “geográfico” tanto quanto “econômico”), em busca de terras novas que possibilitem novas articulações e redes para as novas gerações. E nos mostra, na base daquilo que aparece muitas vezes como uma expansão mecânica e tecnicamente orientada das grandes lavouras no Centro-Oeste e em direção à Amazônia, o encadeamento de “obrigações sociais mais ou menos duradouras” entre parentes, amigos, conhecidos e vizinhos e a construção de “áreas de influência” de caráter pessoal por parte dos mais poderosos desse mundo social, que circunscrevem o seu controle sobre as lavouras, delimitando o alcance do exercício de certos poderes.

O minucioso livro de Cristiano Desconsi não permite simplificações a esse respeito, mostrando que essa ida “para a frente” estende sempre mais adiante essa dinâmica e espirala seus efeitos complexos. Nessa teia de obrigações conectando iguais ou desiguais (e reforçando igualdades ou desigualdades) é que se pode buscar, como faz este livro, o modo qual pelo, no dia a dia, se traçam os rumos acelerados que acabam por marcar de modo profundo (e muitas vezes tragicamente destrutivo) a paisagem, o ambiente e as perspectivas de todos os que ali estão ou que por ali passam.

John Comerford

INTRODUÇÃO

Esse livro apresenta o estudo de um grupo de assentados que vive da produção de soja no meio norte de Mato Grosso. Pretende refletir sobre as possibilidades e limites desse campesinato exercer o controle sobre essa modalidade de produção comercial e as relações sociais que a sustentam no âmbito dos assentamentos rurais.

A produção agropecuária no Brasil é responsável por 5,1% do Produto Interno Bruto (PIB) e 40% do valor total das exportações, colocando o país nos anos recentes como um dos grandes produtores de *commodities* em nível internacional. A agricultura em questão é a proveniente do Cerrado brasileiro, que tem na soja sua maior expressividade. O estado do Mato Grosso é o líder da produção nacional de soja, com 32,9% do total produzido na safra 2011/2012.¹ Tal conjuntura tem instigado pesquisas em diversas áreas do conhecimento (economia, ciências agrárias e administração, para citar algumas), e os estudos têm buscado retratar, principalmente, a capacidade do “agronegócio”, na promoção do desenvolvimento econômico do país.

1 Cf. documento “Acompanhamento de Safras Brasileiras”, Brasília, Conab, 2013, p. 108-117. Disponível em <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/16_08_09_12_08_19_boletim_graos_agosto_2016.pdf> Acesso em: 04 set 2016.

Em razão dessa expressividade na produção agrícola, o meio norte mato-grossense foi uma das áreas selecionadas para a realização de estudos associados ao projeto “Sociedade e Economia do Agronegócio: um estudo exploratório”² entre 2007 e 2010. A participação neste projeto explica o primeiro contato com o meio norte mato-grossense e a e o interesse em estudar ali algumas categorias sociais subordinadas, segundo apontavam os dados preliminares. A questão da mobilidade espacial da categoria definida genericamente como “pequenos produtores” com origem no sul do Brasil – que agregava denominações locais como “chacareiros”, “assentados” e “peões agrícolas” – gerou como resultado a dissertação de mestrado, publicada em livro em 2011³. Ao seguirmos as trajetórias desses agentes e estabelecermos aproximações para com eles, tivemos de nos afastar (geograficamente) das cidades de Sorriso e Lucas do Rio Verde, onde encontramos vilas e pequenas cidades constituídas a partir de vários projetos de assentamentos de reforma agrária criados a partir da década de 1990. Tais locais criavam algum tipo de contraste no interior de região marcado pelo predomínio de grandes propriedades e pelas lavouras em larga escala. Ao mesmo tempo, compunham as “áreas de expansão agrícola” (BERNARDES, 2005), estando as terras reformadas, ou completamente ocupadas pelas lavouras de soja, ou onde esse produto “estava entrando”, aspecto perceptível na paisagem a ponto de borrar os limites físicos entre assentamentos e as fazendas existentes das proximidades.

2 Projeto coordenado pela Profa. Dra. Beatriz Heredia, do Programa de Pós-Graduação de Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (PPGSA/IFCS/UFRJ), pelo Prof. Dr. Moacir Palmeira do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, ligado à mesma universidade (PPGAS/MN/UFRJ), e pelos professores/as Dr. Sérgio Pereira Leite e Dra. Leonilde Medeiros, do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ).

3 Ver Desconsi (2011).

No entanto, haviam questões sociais e econômicas que não haviam sido tratadas em profundidade, uma delas decorrente da compreensão de como assentados participavam da produção de soja numa região marcada pela presença de fazendas com produção em grande escala. Por isso, ao longo do doutorado, o direcionamento para o tema da mobilidade espacial, objeto central anteriormente, foi dando lugar ao interesse sobre as “práticas econômicas”⁴ operadas por determinadas categorias sociais em contextos marcados pela predominância das grandes explorações agrícolas. O interesse foi crescendo a partir de um maior contato com a literatura especializada sobre o campesinato e pelo contato com autores que vêm realizando estudos no campo da antropologia econômica no contexto das sociedades contemporâneas. O contato com essa literatura fortalecia a intenção de estudar sistematicamente as possíveis particularidades existentes nos assentamentos que havíamos tido contato anterior e, ao fazê-lo, produzir um estudo que viesse a se

4 Bourdieu (2009) faz uso da noção de “práticas econômicas” para distinguir na análise a compreensão sobre as formas como os agentes reais realizam e pensam a produção, circulação e consumo de bens e serviços, dos pressupostos inerentes ao “econômico” que compreendem o modelo teórico das ciências econômicas puras. Esse autor, assim como tantos outros estudiosos a partir de diferentes perspectivas, vêm questionando a universalidade da “economia de mercado” abrangendo todas as dimensões das práticas humanas. Dentre os pressupostos está a existência de um agente racional, cujas ações sempre estão orientadas para a maximização dos lucros, assumindo concepções universais de lidar com a provisão, previsão e o cálculo – o *homo economicus* como modelo. Esse agente racional trata-se do indivíduo fictício e que opera os princípios do “sistema de mercado” como um campo autônomo fornecendo a base para a constituição de relações (impessoais) entre os indivíduos, mediadas essencialmente pelas trocas mercantis que informam a constituição de qualquer relação social. É essa via que se constitui o objeto da “antropologia econômica”, cujos antropólogos vão evidenciar etnograficamente a existência de outras práticas econômicas seja em universos sociais dominados pelo “sistema de mercado” ou pela “economia capitalista” como também evidenciar a existência de grupos sociais cujas práticas econômicas são regidas por outros princípios “não econômicos”, questionando o modelo dominante da economia.

somar aos demais já desenvolvidos em Mato Grosso por outros colegas. Falamos, especialmente, em confrontar as relações sociais e as relações econômicas a partir de um grupo social específico – os assentados encontrados naquele contexto social.

Paralelamente, a possibilidade da existência de produção de soja entre assentados do Mato Grosso suscitava questões inerentes a nossa própria trajetória e, por assim ser, como propôs Bourdieu (1989), exigia a realização de um exercício reflexivo durante a pesquisa. Desde a infância no sul do Brasil como filhos de “colonos”, que, dentre outras coisas, produziam soja, tivemos o contato com esse tipo de produção. Naquele contexto, já nas décadas de 1980 e 1990, vivemos os dilemas associados a produção comercial de soja que, integrava, de alguma maneira, as “economias familiares” e as “comunidades” constituídas pelos “colonos”. Justamente, as reflexões sobre os limites desse tipo de produção foram parte de nosso engajamento em diversas experiências protagonizadas pelos movimentos sociais do campo contra os “efeitos perversos da modernização” da agricultura em tentativas constantes de abrir espaço para alternativas de produção de modo a não depender desse tipo de produto agrícola.

Cabe assinalar que, quando no final da década de 1990, com idade próxima aos 24 anos, presenciamos muitos amigos, primos e conhecidos deslocarem-se para os estados do Centro-Oeste. As notícias da criação de inúmeros projetos de assentamentos em Mato Grosso (inclusive dos que são tratados neste livro) motivaram muitos jovens de nossa idade para o deslocamento para as novas terras, que se constituía, na época, como uma das principais alternativas possíveis. Contudo, a participação constante das lutas sociais protagonizadas pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR) nessa fase do ciclo de vida, abriu a possibilidade de cursar o Curso Técnico em Agropecuária em regime de alternância, em escola criada pelos movimentos sociais do campo, aspecto que nos afastou do caminho da migração visando conquistar uma parcela de terra no Cerrado mato-grossense. E, por construir esse percurso “alternativo”,

abriu-se a possibilidade e interesse, pouco tempo depois, pela graduação em Sociologia e, na sequência, a Pós-graduação, associadas à mesma área das Ciências Sociais, imaginado que este caminho se constituía em uma relevante estratégia de atuação sobre o mundo rural e seus agentes. Sem ser extensivo, cabe esse registro, pois, ao chegar em Mato Grosso para realizar um estudo focado nos assentados e na produção de soja, também se tratava de um momento no qual estivemos, ainda que sob novas condições, diante de questões que atravessaram nossa própria trajetória.

Não por acaso, essa trajetória nos possibilitou a atuação profissional como assistente técnico, como gestor público, coordenador de organizações da sociedade civil, além de consultorias junto ao (extinto) Ministério do Desenvolvimento Agrário. Foi exatamente em experiências de atuação “técnica” ou dedicadas ao “econômico” que fomos confrontados por uma heterogeneidade de grupos sociais e suas lógicas próprias de gerir a produção de norte a sul do Brasil, os quais procuramos compreender a partir do conhecimento antropológico. Hoje, sabemos que, em algum nível, tratava-se do confronto entre as práticas informadas pelos pressupostos universais da economia constituintes do “conhecimento técnico” e que por ele procuravam exercer sua dominância sobre todos os grupos sociais.

Sobre a ótica dessa literatura do campesinato, são as relações sociais, especialmente de parentesco ou de vizinhança, marcadamente pessoalizadas, que informam a vida econômica (THOMAS; ZNANIESKI, 1918). Sob diferentes perspectivas, isso foi bem explorado por diversos pesquisadores que demarcaram a existência de “economias primitivas” (MALINOWSKI, 1976; SAHLINS, 1969), da “economia do dom” (MAUSS, 2003), de “economias domésticas” (MEILASSOUX, 1981 entre outros) ou formas “não capitalistas” que se confrontavam com formações econômicas dominantes (BOURDIEU, 1963, 1977). Cabe o registro referente a Karl Polanyi (1957), cujas formulações teóricas permitiram distinguir a “economia de mercado auto-regulável” ou “sistema de mercado” como um dos sistemas econômicos, dentre outros. Segundo o autor, foi

por meio de um longo processo de institucionalização das regras que regiam a produção, a circulação e a distribuição que tornam esse modelo dominante e se constituindo não só como uma esfera autônoma da vida social, mas cujos princípios passam a informar o conjunto das relações sociais. Inspirando-se em formulações como esta, que muitos pesquisadores buscaram compreender as distintas formas econômicas como parte de sistemas sociais e culturais em universos sociais muito variados por meio de trabalhos etnográficos que colocaram em evidência sistemas econômicos pensados a partir das próprias categorias dos grupos estudados (DUFY; WEBER, 2007, p 5-7).

Preliminarmente indagamo-nos sobre o que estaria em jogo quando assentados passavam a integrar uma modalidade de produção como a soja, cuja cadeia produtiva para muitos autores é a própria expressão da “economia de mercado” e sobre suas capacidades e limites de controle sobre esse processo. Essa perspectiva foi sugerida por Dufy;Weber (2007) que apontam como desafio da antropologia nos dias atuais a realização de pesquisas em universos sociais onde a “grande divisão” (entre economia capitalista *versus* não capitalista, economia doméstica ou do dom *versus* mercado, por exemplo) não só coexistem, mas apresentam limites não muito evidentes, exigindo inclusive transcender os limites da própria disciplina no trabalho etnográfico.

Sobre esse eixo, situamos a questão central para reflexão: em que medida os assentados envolvidos com a produção de soja conseguem operar práticas econômicas, informadas pelos vínculos familiares e sociais, em meio à dominância dos princípios da “economia de mercado” que se manifestam de forma implícita nessa modalidade de produção que predomina nos assentamentos rurais do meio norte do Mato Grosso?

Os dados preliminares apontavam para a complexidade em jogo marcada pelo confronto entre lógicas orientadas para o suprimento das necessidades dos membros dos grupos domésticos e as lógicas informadas pela maximização e autonomização da unidade

de produção das demais esferas da vida social. Do ponto de vista analítico, essa questão nos remeteu à reflexão sobre a capacidade dos agentes estudados (individualmente ou enredados com outros indivíduos) de exercer o controle sobre suas unidades sociais e assegurar sua reprodução econômica e social quando atrelados a modelo de produção dominante. Se falamos em “controle” e seu sentido deve ser examinado, é porque ele se associa a múltiplos mecanismos que perpassam desde o controle dos meios de produção (terra, trabalho físico, máquinas, crédito, insumos), passando pelo controle sobre o produto do trabalho (em especial, do produto agrícola) até o próprio (auto) controle de suas práticas e dos demais com os quais mantém vínculos sociais.

Se o grupo estudado são “os assentados”, essa categoria genérica merece alguns comentários iniciais. Seu sentido mais usual associa-se as ações de intervenção estatal no sentido de gerir os recursos fundiários em projetos de assentamento. Entretanto, essa definição operacional deve ser observada em interface com as ações de mobilização dos próprios agentes que tanto lutam pelo acesso a terra, como desenvolvem processos específicos de organização e de mudança de suas condições de vida nos projetos (ESTERCI; MEDEIROS; FRANCO; LEITE, 1992, p. 5). Nessa confluência nas diversas experiências de assentamentos se produzem sentidos singulares, especialmente, quando colocamos essa categoria em relação a outros agentes do entorno e examinamos sua heterogeneidade que a constitui em contextos específicos. No universo social locus dessa pesquisa a categoria “assentado” é marcada pela heterogeneidade e atravessada por outras denominações como “gaúchos” e “cuiabanos”, ou mesmo formada a partir das diversas “turmas” que exprimem a diversidade de trajetórias e experiências na luta pela terra, inclusive de gerações anteriores. Ao mesmo tempo, esconde a própria diversidade socioeconômica, quando fazemos referência às suas condições materiais, o que justifica examiná-la sistematicamente. Mas, no momento, podemos adiantar ao leitor que são os projetos de assentamento, produtos da política de reforma agrária,

que permitiram que essa categoria esteja presente nessa região, especialmente, a partir da década de 1990. Assim, antes de outra coisa, falar em “assentado” é falar em agentes que desencadearam processos de luta pela terra de modo à se constituírem “beneficiários” dessa política e, por meio dela, dispõem do acesso a uma parcela de terra nos projetos de assentamento, contudo, não dispõem do título de propriedade.

Além da posse (ou direito à posse) da terra, dispõem ainda do controle relativo sobre sua força de trabalho e dos membros de seus grupos domésticos. Ao dispor desses dois componentes, supomos que possuíam os meios para efetivar a satisfação das necessidades dos membros de seus grupos domésticos a partir da gestão e pelo próprio esforço em suas “unidades de trabalho familiares” (CHAYANOV, 1966). Neste aspecto uma questão norteadora era compreender se era possível manter esse “caráter específico” quando o assentado passava a produzir soja, tendo em vista que isso os colocava em contato com uma série de fatores não controláveis que passavam a integrar suas próprias “economias domésticas”.

Em um momento, os dados indicaram a relevância da categoria “produtor”, que aparecia com força no universo de pesquisa. Sua pertinência estaria relacionada à associação com os agentes que conduzem as lavouras ou que fazem a “agricultura”, ou seja, nesse contexto, são os agentes que “plantam soja”. Contudo, sua referência, para fins analíticos, tornava-se genérica, pois falar neles também remetia a grandes proprietários que se autoidentificam como “produtores” ou “agricultores”, a exemplo do que foi constatado por Almeida (2013) nessa mesma região. Contudo, os significados da categoria “produtor” têm pertinência para pensar distinções entre os assentados, pois ela informava a posição que cada assentado assumia em relação à modalidade de produção dominante, haja vista que, em determinadas situações, muitos assentados se reconheciam e eram reconhecidos como “produtores”. Ainda sobre esse aspecto, adiantamos ao leitor que há um processo constante dentre

os assentados por assumirem as características associadas aos “produtores”, o que passa a ter um sentido de diferenciação entre eles. “Produtor” não é o mesmo que “fazendeiro”, que, nesse contexto, designa aqueles agentes detentores de propriedades rurais designadas como “fazendas”, particularmente situadas “fora” das áreas dos assentamentos. “Fazendeiros” podem também se auto identificar como “produtores”, entretanto, não necessariamente o são, pois o traço principal desse termo é o controle da propriedade de terras situadas “fora” dos assentamentos – “as fazendas” – podendo ser eles que conduzem ou não o processo produtivo.

A soja tratava-se não só do produto predominante em termos de área cultivada ou volume de produção no estado do Mato Grosso e no Brasil, mas de um produto agrícola marcadamente presente em estabelecimentos agrícolas em larga escala (FERNANDEZ, 2007; WESZ, 2014) a ponto do discurso corrente entre os intelectuais que enaltecem o agronegócio sempre destacar a “inviabilidade econômica” ou até inexistência de unidades produtivas em áreas inferiores a 500 hectares em Mato Grosso. Sem um exame aprofundado, rapidamente, o pesquisador é levado a pressupor que a presença de soja em assentamentos rurais é produto da concentração fundiária no qual os fazendeiros estariam se apropriando das terras dos assentados. Sem desconsiderar a existência de tais situações, no meio norte do Mato Grosso, verificamos a existência de assentados envolvidos com a produção de soja, cuja soma das diversas áreas variavam entre 70 a 300 hectares em uma região onde a média dos estabelecimentos é de 1.150 hectares conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nesse sentido, este livro pretende demonstrar que, no contexto dos assentamentos, há um conjunto de indivíduos que se articulam de diferentes maneiras para tornar viável uma modalidade de produção comumente associada a grandes explorações agrícolas. É por meio dessas articulações, nem sempre concretizadas somente no âmbito da produção agrícola, que são mobilizados (ou ao menos se busca mobilizar) um conjunto de recursos

necessários permitindo a esses assentados alguma margem para lidar com os fatores não controláveis associados à própria cadeia produtiva da soja. Pretendemos refletir sobre o que está em jogo nessas articulações que conformam o controle das lavouras no âmbito dos assentamentos estudados. Isso suscita a reflexão sobre a existência de relações sociais não regidas plenamente pelos princípios do “sistema de mercado”, a partir da qual derivam múltiplas práticas econômicas que vão ser fundamentais para entender as diferentes maneiras com que os assentados se integram à própria modalidade de produção dominante, suas implicações, seus limites e que relações sociais se produzem ou se reproduzem associadas à mesma. Busca-se demonstrar que a participação dos assentados na produção de soja, ao contrário do que chegamos a supor, explica-se menos pela assunção de lógicas associadas ao *homo economicus* e mais por uma série de mecanismos que configuram suas práticas em meio a redes de interconhecimento e interdependência entre as unidades econômicas, nas quais se constroem obrigações que estruturam as relações sociais no contexto norte-matogrossense.

Inicialmente, o trabalho de campo foi realizado em duas áreas situadas no meio norte de Mato Grosso, onde existiam vários projetos de assentamentos rurais, os quais integravam o processo de expansão das lavouras de soja em momento recente, segundo os dados preliminares:

A) uma área localizada em direção leste das cidades de Sorriso e Lucas do Rio Verde, cuja referência principal é o distrito de Boa Esperança, ainda no município de Sorriso, a 140 km da sede, e o distrito de Piratininga, município de Nova Ubiratã.

B) outra área localizada em direção oeste das mesmas cidades, cuja referência principal é Ipiranga do Norte, a 80 km de Sorriso. Essa área abrange ainda o município de Itanhangá, distrito de Eldorado em Tapurah e distrito de Nova Fronteira em Tabaporã.

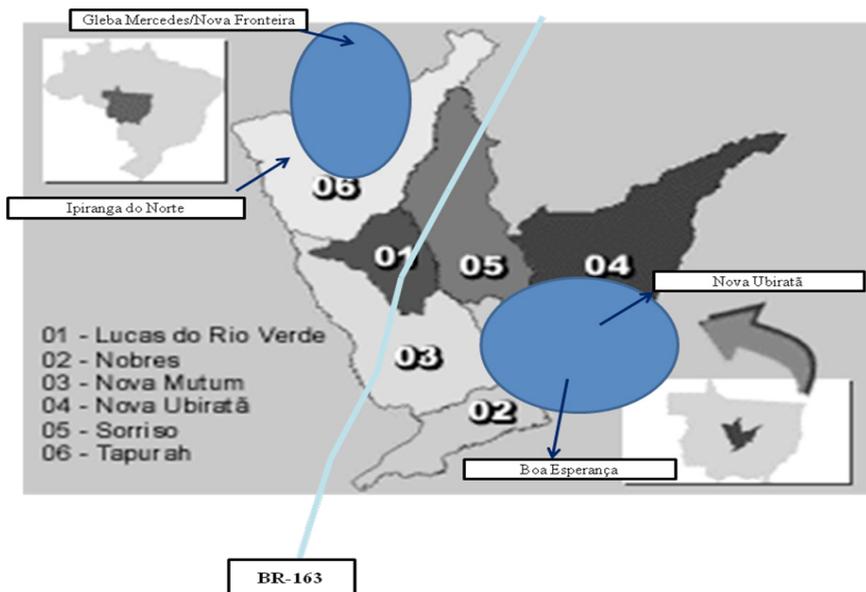


Figura 1: Localização das duas áreas previstas inicialmente para a realização da pesquisa

Fonte: Elaborado pelo autor

O trabalho de campo foi iniciando em setembro de 2013, e essa primeira etapa se estendeu até o início de dezembro daquele mesmo ano, sendo o tempo do pesquisador dividido entre uma área e outra. Esse período coincidia com o final da estação seca e início do período das chuvas, que marcam o calendário agrícola anual. Esse momento foi definido estrategicamente, pois acreditávamos que possibilitaria a observação, na mesma etapa do trabalho de campo, de aspectos associados às práticas operadas em um ou outro momento do calendário.

Em Ipiranga do Norte, contatamos inicialmente um primo, funcionário da empresa AMAGGI⁵, que nos auxiliou nos primeiros 10 dias, com indicações, com hospedagem em sua casa e algumas caronas. Também retornamos o contato com três assentados, os

5 Firma de atuação em Mato Grosso, especializada na comercialização de soja e milho, bem como na venda de insumos e sementes.

quais havíamos entrevistado na pesquisa anterior. Em razão de dispormos de poucos dados sobre essa área, foi necessário realizar um esforço de aproximação com os mediadores “oficiais” do município, como secretários municipais da agricultura e prefeito, técnico da Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (EMPAER), representantes dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs), além de alguns assentados considerados “pioneiros”. Esses contatos permitiram a mediação com outros assentados, bem como estabelecer espaços de observação, a citar a Secretaria Municipal de Agricultura, o STR e depois algumas revendas agrícolas e firmas.

Neles, circulavam muitos assentados, além de que os próprios profissionais e membros dessas instituições também eram assentados ou filhos destes. Basta ver que secretários da prefeitura, o próprio prefeito e seu vice, os pioneiros do lugar, os próprios técnicos da EMPAER também eram assentados. Em um local onde a vila foi constituída a partir de assentamentos, era difícil encontrar alguém que não tivesse vínculo direto com a terra (ou por algum membro da sua família) ainda que formalmente pudesse ocupar algum cargo ou ocupação que, a priori, julgaríamos como “não agrícola”.

Em Ipiranga do Norte, depois de alguns contatos iniciais, optamos pela hospedagem em um hotel de uma família de assentados que permitiu tanto conviver cotidianamente como também chegar a vários outros assentados. Em verdade, esse hotel foi escolhido exatamente prevendo que poderia ser um espaço que abriria possibilidades de interagir com assentados que possuíam vínculos com as terras do assentamento Mercedes. Essa era a situação da própria família proprietária do hotel, a qual possuía um filho e uma nora instalados nas “terras novas” e havia uma mobilização constante entre eles para “dar suporte” aos mesmos. Esse espaço foi fundamental para compreender as dinâmicas familiares, suas tensões, a divisão de tarefas, numa aproximação cotidiana dos fatos, aspecto que nos permitiu fazer o mesmo com outros três vizinhos. Para dar uma ideia ao leitor, estamos falando em um pequeno hotel,

onde éramos acordados com o barulho do trator quando um dos filhos se dirigia para o lote⁶ para realizar tarefas do ciclo agrícola da soja. Onde semanalmente um dos filhos, que assumia a profissão de contador, deslocava-se até as “terras novas” do assentamento Mercedes para atender clientes e, ao mesmo tempo, levar suprimentos e dinheiro, além de exercer outras tarefas associadas à abertura das terras conduzidas por seu irmão mais velho.

Já primeira etapa do trabalho de campo, constatamos que uma parte significativa dos assentados de Ipiranga do Norte – que encontravam-se totalmente ocupados por lavoura de soja - também tinham um pé no assentamento Mercedes, no município de Tabaporã, onde “a soja estava entrando”, tal como a família do hotel onde nos hospedamos. Essa circulação dos assentados entre “terras velhas” e “terras novas” parte do cotidiano de muitos, não era somente física através dos 140 km de distância entre esses assentamentos, mas uma travessia entre temporalidades, manifestas nas práticas de uso da terra e nas estratégias produtivas adotadas. De alguma maneira, em universos sociais como este, a compreensão do controle da produção deveria ter como base a relação entre as áreas mais consolidadas e as áreas de expansão agrícola, observando, nesse contexto, que as relações sociais que atravessavam esses dois espaços eram condição privilegiada para análise.

A partir da aproximação com alguns indivíduos instalados em Ipiranga do Norte – assentados ou membros de suas famílias – tínhamos condições de acompanhar essas operações entre “terras velhas” e “novas”, não refletindo a partir da relação entre o passado e o presente, mas a partir de duas inscrições temporais em áreas geográficas distintas, partes do mesmo leque de relações. Não por acaso, as categorias “velho” e “novo” são pertinentes nos capítulos 1 e 2 e são mobilizadas para examinar diferenças não somente relacionadas ao tempo de uso da terra propriamente dito,

6 Lote se refere a unidade parcelar delimitada para cada um dos assentados nos projetos de assentamentos pelo INCRA.

mas distinguir as fases do ciclo de vida dos indivíduos, legitimar a construção de relações sociais e a autoridade, assim como informar a produção de representações dos agentes.

Após a primeira etapa do trabalho de campo, avaliamos que dadas as questões que estávamos interessados em desvelar, era importante concentrar nossos esforços em apenas uma das áreas mencionadas. Assim, optamos pelos assentamentos do município de Ipiranga do Norte e Tabaporã a oeste do eixo da BR-163, onde privilegiamos estabelecer uma aproximação maior com alguns assentados em seu cotidiano, também como recurso para compreender a organização interna dos grupos domésticos e mapear as redes que mobilizavam para tocar as lavouras de soja, envolvendo familiares, vizinhos e outros agentes “externos” ao assentamento.

Embora a priorização dos assentamentos de Ipiranga do Norte e Tabaporã fosse justificada pelas condições de observação privilegiada, foi exatamente nessa área que havia uma situação de tensão social associada ao controle do uso da terra nos assentamentos. Já nos primeiros dias, percebemos que a simples presença de um “pesquisador” ou mesmo “estudante de pós-graduação do Rio de Janeiro” realizando um “estudo” suscitava nos informantes uma relação desse trabalho com a questão indígena, ponto que estava na pauta nacional e parecia surtir efeitos no universo de pesquisa. Como estratégia, optamos pela identidade de “sociólogo” evitando a de “antropólogo”, exatamente porque percebemos que, no contexto do Mato Grosso, essa nomeação está umbilicalmente associada às questões indígenas, e isso certamente restringia nossa presença naquele meio.

Todavia, logo sentimos que a tensão estava mais relacionada ao controle da posse e uso da terra nos assentamentos, justamente um aspecto que pretendíamos compreender sistematicamente. Se isso pode não ser novidade em quem realiza estudos em assentamentos, nesse universo social, uma operação desencadeada pela Polícia Federal e o Ministério Público Federal (MPF) relativa a denúncias de concentração de lotes da reforma agrária no assentamento

Itanhangá havia acentuado a tensão. Tal operação ocorreu seis meses antes da primeira etapa do trabalho de campo em 2013. Segundo pudemos apurar, houve uma grande mobilização dos “assentados”, fazendeiros e empresários locais contra a operação, alegando que os “lotes” eram usados “em família” e que todas as terras eram “produtivas”, reação que se constituiu como uma pista para compreender os elementos em jogo sobre o controle da terra e entender, posteriormente, como assentados se articulavam para concretizar a produção de soja.

As tensões ficaram mais aparentes na segunda etapa do trabalho de campo, realizado em 2014, quase um ano depois. Isso porque havia uma expectativa de desencadeamento de uma segunda etapa da operação, o que de fato ocorreu dois meses após nossa saída do campo. Essa expectativa deixava todos apreensivos diante da chegada de estranhos, facilmente confundidos com alguém que poderia ser um “investigador”, ainda que, ao longo da pesquisa, os próprios assentados confirmaram que esse tipo de tensão era parte inerente de suas trajetórias, e não era algo específico daquele momento⁷.

Para gerir esses constrangimentos, adotamos algumas estratégias distintas para obtenção dos dados. Inspirados em algumas experiências de trabalho de campo em situações de tensão social, evitamos a abordagem direta sobre as próprias questões relativas ao tema fundiário. O olhar voltado para as diferentes maneiras de mobilização entre indivíduos para tocar lavouras de soja, visando

7 Inúmeras entrevistas realizadas deram destaque a situações de conflito vividas durante o processo de luta pela terra ou ainda quando os mesmos já estavam instalados no assentamento envolvendo sempre efetivos da política ou exército, setores do judiciário e fazendeiros influentes do estado. Percebemos, então, que aquela operação era para eles apenas mais uma situação, que os obrigava a estarem mobilizados para salvaguardar, entre outras coisas, o direito de usufruir de suas terras. Apenas registramos esse traço, sem a pretensão de examinar esse aspecto em profundidade, o que transcende os objetivos desse estudo.

compreender a divisão de atribuições entre os envolvidos, como acordavam, trocavam recursos, como negociavam com as firmas, a dinâmica familiar e da vizinhança, seus itinerários associados à produção agrícola tornou-se o centro da coleta de dados. Paralelamente, dentre os estranhamentos decorrentes de nossa presença, um deles acabou tendo efeitos positivos. Trata-se da duração da realização da pesquisa. Naquele contexto, os informantes não compreendiam porque um pesquisador precisava ficar “tanto tempo” numa mesma localidade conhecendo muitas pessoas e circulando. Não se tratava de um “estudo” no qual o pesquisador tomava algumas entrevistas e dados (durante uma semana talvez) e não retornava mais ao local. Mas justamente o fato de estar presente “tanto tempo” suscitou a compreensão de que tanto o estranho não tinha receio em permanecer naquele meio como dessa maneira ele iria conhecer profundamente o local onde eles viviam, passando a informar “como era a realidade do Mato Grosso” àqueles que viviam em outras regiões do país.

O fato de o pesquisador ser do sexo masculino obviamente traz implicações no trabalho de pesquisa. Primeiramente, essa condição em muito facilitou a circulação nas lavouras e nas “terras novas”, acompanhando os agentes, pois, como veremos no texto, trata-se de um espaço eminentemente masculino, e são os homens que têm a liberdade de circularem sozinhos. Mesmo em momentos de interação fora da lavoura, como, por exemplo, em eventos, rodas de conversa nas residências, almoços ou jantares em suas casas, na rua das vilas e/ou cidades, contando com a participação tanto de homens e mulheres, se o assunto eram as lavouras, a terra e os negócios, eram os homens que se posicionavam como protagonistas, ainda que, mesmo assim, foi possível captar percepções das mulheres (esposas, mães e filhas) referentes a esses assuntos. Se essa condição, portanto, rendeu algumas vantagens, por outro lado, é preciso reconhecer que informações sobre as percepções das mulheres sobre o tema, bem como a observação de suas práticas, embora captadas em vários momentos, ficaram desproporcionais

em relação aos dados obtidos dos interlocutores homens. O que faremos é valorizar esses dados na análise chamando atenção que essa captação desigual dos dados entre homens e mulheres já é indicativa da existência de desigualdades de gênero como constitutivas do grupo estudado e expressando sua força no próprio trabalho de campo, portanto, o texto etnográfico não irá modificar essa característica, mas refletir sobre ela.

No trabalho de campo, realizamos poucas entrevistas gravadas e até a produção de imagens (fotos e vídeos) para evitar o caráter de “investigação” associado a esses recursos. Nitidamente, as entrevistas acabavam sendo um recurso com duas faces: de um lado, pareciam ser importantes para dar visibilidade ao “estudo”. Por outro lado, a entrevista gravada apresentava outra conotação, silenciando uma série de elementos relativos ao controle do uso da terra e do detalhamento das dinâmicas familiares e da vizinhança associados a produção agrícola. Pareceu-nos que os interlocutores entendiam que um estudo deveria ter algum meio de registro. Diante disso, decidimos fazer algumas entrevistas eventuais durante o período e, no mais, o recurso foi o registro de nossas impressões, das conversas informais, das visitas às lavouras, da circulação pelo assentamento, dos casos, registrando todas essas situações no caderno de campo, constituindo, assim, um agregado de informações dispersas.

Além das entrevistas, procuramos encontrar os informantes em seu cotidiano, em visitas em suas casas, encontros em locais como a lanchonete da praça central, algumas revendas agrícolas, o Clubes dos Veteranos, escritórios e participando eventualmente de eventos. Estrategicamente, a partir desse primeiro contato, procuramos manifestar interesse em conhecer de perto seus lotes, “sítios”, as lavouras ou a própria realização de algumas tarefas do ciclo agrícola. É possível afirmar que os diversos roteiros acompanhando nossas informantes pelas terras dos assentamentos se constituíram como os momentos que possibilitaram a maior oportunidade para obtenção das informações.

Se é possível sintetizar em alguns passos o trabalho de campo, diríamos que: i) buscamos mapear pequenas redes articuladas em torno de determinadas composições de área para efetivar a exploração agrícola, ainda que sem preocupar-se em delimitar previamente o tipo de relação estabelecida entre os envolvidos e como operavam as relações econômicas propriamente ditas. Como balanço do trabalho de campo, reunimos informações de 49 casos⁸ – sendo 32 em Ipiranga do Norte/Tabaporã e 17 em Boa Esperança/Nova Ubiratã. Destes, podemos destacar ao menos 12 casos que podemos estabelecer contatos com mais de três indivíduos de cada família, em diversas ocasiões, dos quais extraímos a maior parte dos dados da organização interna dos grupos domésticos em maior profundidade; ii) na medida que íamos fazendo esse mapeamento, buscamos estar atentos à divisão das atribuições referentes à exploração agrícola entre os indivíduos em relação aos recursos que controlavam, assim como as formas de participação eventuais ou permanentes e as razões que levaram alguns a serem mobilizados e outros não; iii) por conseguinte, buscamos dados que nos permitissem compreender como se produzem ou reproduzem obrigações sociais entre os indivíduos envolvidos. Aqui, a atenção especial para as formas como se construíam acordos e trocas de modo a revelar as diferenças entre as partes e as posições dos indivíduos que se relacionam; iv) a partir desses três tópicos, o leitor observará que, além da análise das propriedades e características dos assentamentos e dos assentados, os capítulos que seguem examinam as redes de indivíduos mobilizados no entorno das lavouras comerciais, atravessando as relações entre membros de um mesmo grupo doméstico, de familiares, da vizinhança, entre assentados e produtores (e/ou fazendeiros), além da relação com agentes do mundo dos negócios ligados às firmas e revendas agrícolas. A sustentação da

8 Aqui chamamos de casos pequenas redes de indivíduos que possuem vínculos entre si, produzindo articulações para dar conta de sua produção e reprodução. Em grande medida, são fundadas a partir de indivíduos com vínculos familiares.

lavoura de soja nesse contexto, ainda que possa ser classificada como uma expressão de uma cadeia produtiva de alcance internacional, é aqui examinada como parte das práticas econômicas integradas no âmbito da vida social. É no jogo dessa complexa trama que se estabelece a luta pelo controle da lavoura, aspecto central, embora não exclusivo, para produzir e reproduzir as relações de poder entre os agentes.

O livro está estruturado em cinco capítulos, os quais tratam-se de dimensões relacionais a partir das quais está organizada a “descrição densa” (GEERTZ, 1989).

O Capítulo 1, sob o título “Os assentamentos rurais entre terras novas e velhas”, está organizado a partir de dois pontos centrais: i) a descrição do espaço (geográfico) estudado e as práticas de uso da terra; e ii) as condições sociais, históricas e políticas que permitiram a criação dos projetos de assentamento de reforma agrária, bem como a heterogeneidade da própria categoria “assentado” no universo de pesquisa. A combinação dessas duas dimensões relacionais permite compreender como ocorre o encontro entre os assentados e a expansão das lavouras de soja nos projetos de assentamento. A categoria “assentado” é atravessada por outras denominações que ganham sentido quando postas em relação uma com a outra, a citar, especialmente, os “gaúchos” e os “cuiabanos”, assim como a constituição de “turmas” que se formaram em experiências compartilhadas pelos agentes em momento anterior à chegada ao assentamento. Essas denominações colaboram para a produção de distinções entre os assentados, ainda mais quando observadas em associação com as diferentes maneiras como cada um deles se vincula à lavoura de soja, que será mais bem examinada nos capítulos seguintes.

No Capítulo 2, sob o título “As casas e as lavouras”, inspira-se no modelo de análise de Heredia (1979) para examinar a organização interna dos grupos domésticos. Procura examinar a constituição das esferas de produção e consumo, expressas, nesse caso, a partir da relação casa-lavoura. Nesse âmbito, além da observação

da divisão social das atribuições a partir do gênero que estruturam as duas esferas, dá especial atenção ao papel dos produtos agrícolas (a soja e o milho) no interior dessas “economias domésticas” de modo a esclarecer porque esses produtos ganham tamanha importância entre os assentados, inclusive aqueles que dispõem de menores condições socioeconômicas. Na sequência, examinamos as bases que constituem, mantêm ou não a autoridade no interior dos grupos domésticos, o que remeteu ao exame dos dados a partir do ciclo de vida dos grupos domésticos e seus membros. No exame efetivado sobre essa perspectiva fica evidente que a lavoura raramente trata-se de uma modalidade de produção que pode ser entendida associada somente a um único grupo doméstico. Pelo contrário, geralmente aparece sustentada por mais de um grupo doméstico, a começar pela relação entre pais e filhos que não se encerra, embora ganhe outros contornos, com casamento dos/as filhos/as. Nesses termos, refletir sobre as operações inerentes ao cálculo econômico, nesse universo social, parece exigir examiná-lo em interdependência entre redes de indivíduos que atravessam mais de uma economia doméstica. Ao fazê-lo, colocam-se em evidência hierarquias sociais entre os envolvidos com a produção agrícola.

No Capítulo 3, sob o título “As redes e as lavouras”, tomaremos como ponto de partida a relação pais e seus filhos/as casados/as (por vezes genros) que configuravam a base de determinados arranjos para tocar lavouras de soja, exame iniciado no capítulo anterior. O mapeamento dos indivíduos envolvidos de alguma maneira com determinadas composições de áreas de terra, fazendo uso da noção analítica de “rede” segundo Gessat-Anstett (2001), vai desvendar a complexidade que a sustenta a partir de três planos, segmentados para fins da descrição, mas que se entrecruzam e se interpõem: i) as redes constituídas a partir entre aqueles membros da família; ii) a mobilização e construção das relações de vizinhança nos assentamentos estudados; e iii) os vínculos estabelecidos a partir das lavouras e do uso da terra entre os assentados e os produtores e/ou

fazendeiros do entorno dos assentamentos estudados. Nesse capítulo damos especial atenção à produção e reprodução de obrigações sociais que conformam, mantêm ou modificam hierarquias sociais entre os mobilizados em torno da produção de soja. Para evidenciar essas dimensões, ganha importância a análise de múltiplos acordos e trocas de bens e serviços que operam nesses três planos mencionados, as quais tornam visíveis as diferenças entre os indivíduos mobilizados. Nesse tópico, que mais do que formas de apoio entre familiares, vizinhos e entre assentados e fazendeiros, fazem-se uso de diversos mecanismos visando tornar duradouras as articulações entre determinados agrupamentos sociais, pois é a partir disso que se assegura a constituição de recursos materiais, com destaque ao acesso a terras para além do lote individual.

O Capítulo 4, sob o título “Plantar e negociar”, objetiva refletir sobre a relação entre a lavoura e os negócios agrícolas a ela associados, tentando tornar evidentes algumas diferenças entre assentados e demais produtores da região. Isso será feito em três frentes que correspondem às seções do capítulo. Primeiramente, examinaremos as diferentes formas de inserção de membros dos grupos domésticos nos circuitos dos negócios. Dá-se atenção especial aos limites e possibilidades da construção de relações pessoais entre assentados e agentes que integram o espaço das firmas, revendas agrícolas, no que se refere à facilitação do acesso a informações, financiamentos e operação de transações mercantis; em seguida, o destaque é para a relação entre os assentados e às firmas e revendas agrícolas que são os principais canais de comercialização dos produtos da lavoura e efetivação de operações de financiamento aos assentados. Complementamos essa descrição etnográfica observando como um mesmo agente (produtor/empresário/agrônomo) pode, por vezes, estabelecer relações com os assentados, ora pela estrutura de suas firmas ou revendas, ora por meio da estrutura de sua/s fazenda/s. E, por fim, diante dos múltiplos dispositivos que retiram o controle da lavoura dos assentados, examinaremos algumas de suas estratégias para gerir as transações mercantis, assim

como seus limites. Aqui são examinadas: i) as disputas expressas em formas próprias de contabilizar, tanto na lavoura como a gestão dos negócios agrícolas; e ii) a tentativa de acumular recursos não depender dos financiamentos como forma de ampliar o controle sobre o produto do trabalho.

No Capítulo 5, sob o título “Transmissão da terra e negócios com a terra”, o centro da análise volta-se para a posse da terra a partir da relação entre as transações e transmissão da terra. Um primeiro plano de análise nas diversas estratégias de transmissão da terra, enquanto patrimônio acumulado para os filhos. Transmitir, no entanto, envolve, nesse contexto, vender uma determinada área de terra, geralmente situada nas “terras velhas”, para, em seguida, convertê-la em outra área nas “terras novas”. Mais adiante, examinamos as transações de terra, dando atenção à construção social da “regra da preferência”, ou seja, uma regra que orientava tanto se poderia ou não ceder o uso da terra ou, ainda, se poderia vendê-la, caso o seu possuidor (assentado) decidisse fazê-lo. Mas se seu princípio consistia em evitar que a terra caísse na mão de estranhos, demonstraremos seus limites diante da intensificação da busca por mais terra por parte de um grupo de produtores. Esses mecanismos, entretanto, só podem ser entendidos associados aos dispositivos que asseguram a legitimidade do uso da terra. As características que definem as concepções de “terras produtivas” balizam a reivindicação (ou a legitimação de posse da terra) também fazendo uso de documentos. Encerramos a análise dando ênfase às restrições ao acesso às “terras novas”, condição fundamental para entender a própria reprodução do grupo estudado e suas formas de participar para modalidade de produção predominante. A diminuição da criação de novos projetos de assentamentos e o avanço dos fazendeiros sobre as “terras novas” situadas mais ao norte de Mato Grosso são entendidos como fatores que ameaçam a reprodução do grupo estudado, tendo como um de seus pilares a exploração agrícola.

Antes de iniciar entrar nos capítulos, assinalamos que com o objetivo de preservar a identidade dos informantes, os quais compartilharam seu cotidiano e experiências, optamos por adotar o uso de nomes e sobrenomes fictícios. O mesmo será feito com a maior parte das revendas agrícolas e firmas mencionadas ao longo dos capítulos.

CAPÍTULO 1

OS ASSENTAMENTOS RURAIS ENTRE TERRAS NOVAS E VELHAS

1.1. Notas iniciais sobre os assentamentos do meio norte do Mato Grosso

Os assentamentos que examinaremos adiante estão situados no meio norte do estado do Mato Grosso, a 480 km de Cuiabá, na direção oeste das chamadas “cidades do agronegócio” – Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Sorriso e Sinop. Há 75 km no sentido oeste da cidade de Sorriso situa-se a cidade de Ipiranga do Norte/MT, onde estão sete assentamentos rurais. Acrescenta-se ainda outro assentamento um pouco mais afastado, localizado a 140 km dali na direção norte, pertencente ao município de Tabaporã/MT.

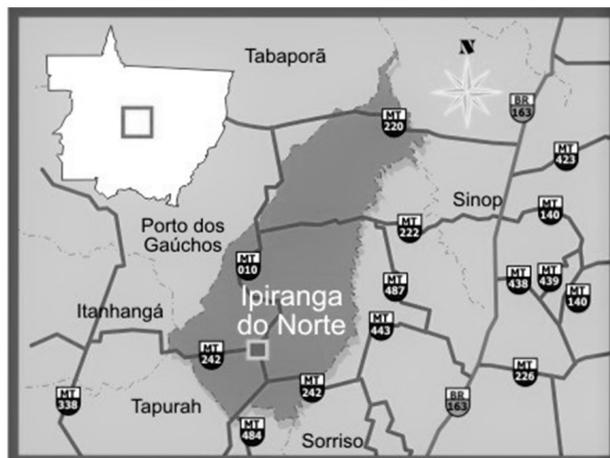


Figura 2: Mapa de localização do município de Ipiranga do Norte em Mato Grosso

O município de Ipiranga do Norte foi emancipado em 2005 a partir do município-mãe Tapurah. Possuía 5.123 habitantes residentes, em sua maioria no aglomerado urbano (93%), e uma área de 215 mil hectares⁹ (cf. IBGE, 2014). De sua área administrativa, 51.537 hectares eram áreas de projetos de assentamentos criados entre 1992 e 1998 (cf. Quadro 1). O primeiro projeto, o assentamento Eldorado I, é considerado o marco zero da ocupação de extensa área de terras situado entre a margem esquerda do rio Verde e a margem direita do rio Arinos, assim como o marco fundador do município de Ipiranga do Norte.

A origem do aglomerado urbano foi o “desenho da cidade” elaborado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em 1996, que destinou 200 hectares do assentamento Eldorado para a “agrovila”, onde foram construídas inicialmente quatro casas de madeira que serviram de alojamento para as famílias que chegavam. Atualmente, o aglomerado urbano, chamado de cidade por seus habitantes, é formado por duas grandes avenidas – uma na direção sul/norte e outra leste/oeste – que se encontram em uma praça central. A primeira avenida a que nos referimos é onde estão localizadas a maioria dos armazéns das firmas de grãos, além de diversas revendas agrícolas, oficinas e lojas de peças, instaladas após a emancipação¹⁰.

9 Registramos que a área administrativa do distrito de Ipiranga do Norte, vinculado ao município de Tapurah, abrangia também as terras do assentamento Mercedes, alcançando mais de 350 mil hectares. Foi a partir da emancipação que o assentamento Mercedes passou a compor o município de Tabaporã, conforme informou o prefeito do município.

10 Conforme Leite et. al. (2004, p. 26), um dos impactos regionais da criação de assentamentos rurais, particularmente para o caso do Mato Grosso, foi a formação de aglomerados urbanos: “Nos assentamentos daquele estado, os espaços dos projetos destinados às instalações dos equipamentos e serviços básicos (escola, posto de saúde, áreas de lazer) vão se ampliando também para outros serviços, como comércio, oficina mecânica, bares, lojas, armazéns, secadores e depósitos de grãos, equipamentos e máquinas de beneficiamento e arroz, serrarias, postos de gasolina, igrejas e polícia, associações,

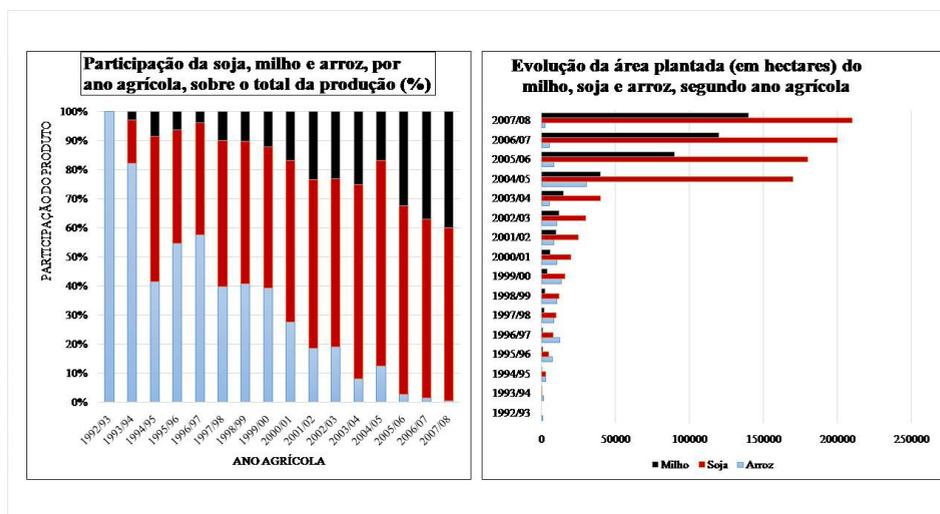
Circulando pelas ruas, em 2013, era possível identificar certa heterogeneidade da configuração do espaço. Casas novas com *designs* arquitetônicos modernos ao lado de outras de menor porte construídas em madeira com mais de 15 anos, além de lojas e bares, terrenos – alguns com cultivos de hortaliças, mandioca e frutíferas – dividiam espaço nas mesmas quadras. Era comum que, ao lado de muitas casas, existissem barracões, além de tratores, colheitadeiras, caminhões e/ou implementos agrícolas. Esse conjunto se configurava como as sedes dos “produtores”. Ainda que não exibissem o conjunto tal como descrito, não eram raras as casas acompanhadas de garagens, onde estavam dispostas ferramentas, utensílios e outros objetos relacionados a atividades agrícolas e às criações. Esses traços indicavam – tanto a formação recente do aglomerado urbano como a sua constituição social básica formada por diversas famílias com vínculos com a posse ou trabalho na terra, sobretudo, os assentados.

Se a maioria da população possuía residência nesse aglomerado urbano, havemos que considerar que: i) os assentados (e outros) que chegaram no primeiro projeto de assentamento, ainda em 1992, foram morar sobre seus lotes, pois essa era uma exigência do INCRA, e a agrovila ainda não existia. Muitos destes, a partir do ano 2000, passaram a constituir residência no aglomerado urbano, aspecto que colabora para entendermos por que a maioria deles realizava deslocamentos diários entre suas casas até suas terras; ii) a maioria dos assentados que assumiram suas parcelas individuais a partir de 1996 não chegou a constituir residência sobre suas parcelas individuais. A partir da criação da agrovila pelo INCRA, era possível optar entre residir na mesma ou diretamente sobre o lote, e mesmo entre os que optaram pelo lote, houve aqueles que mudaram para a agrovila em anos posteriores; iii) cada assentado

clubes e bancos. Estes pontos de apoio e de serviços à comunidade estão sendo elevados a vilas e distritos”.

também recebia do INCRA um ou mais terrenos na agrovila, com o compromisso de construir alguma benfeitoria na terra.

O crescimento da “vila” (agrovila) estava associado ao crescimento das lavouras, segundo a maioria dos entrevistados. Eles consideravam que o grande *boom*, o pico do “movimento de gente e movimentação da terra”, ocorreu entre 1998 a 2008. O crescimento das lavouras de soja em Ipiranga do Norte¹¹ pode ser observado a partir dos dados obtidos no Escritório da Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (EMPAER) de Ipiranga do Norte a partir dos gráficos a seguir.



Gráficos 1: Evolução da área plantada com lavouras em Ipiranga do Norte

Fonte: Tabulação do autor a partir dos dados obtidos no Escritório Municipal da EMPAER de Ipiranga do Norte/MT

O registro histórico destaca os produtos agrícolas predominantes (em área ocupada e volume produzido): a soja (cor vermelha),

11 É preciso observar que entre 1993 a 2004, ou seja, antes da emancipação, os dados da EMPAER registravam somente as produções de arroz, milho e soja nos projetos de assentamento do então distrito de Ipiranga. A partir de 2005, é que os registros consideram a produção do território administrativo do município de Ipiranga do Norte.

o milho (cor preta) e o arroz (cor azul), os quais são definidos nesse contexto como “agricultura”, em toda a área do município de Ipiranga do Norte. Os dados indicam o decréscimo tanto da área como da produção de arroz a partir do ano 2000, o que significa que, no universo de pesquisa, quando se fala nas lavouras na década de 1990, estavam se referindo, de modo especial, às lavouras de arroz, que era o produto predominante, conforme o Gráfico 112. Segundo os dados, foi somente após o ano 2001 que a soja passou a ser produto predominante no então distrito de Ipiranga, juntamente ao milho de segunda safra.

Isso se repete nas terras de assentamento, onde dos 51 mil hectares que integram os sete projetos existentes em Ipiranga do Norte, segundo as estimativas da Secretaria Municipal da Agricultura em 2014, 49,5 mil hectares estavam ocupados por lavouras de soja, porém essa área não alcançava 15 mil hectares no ano 2000.

Município	Projeto de Assentamento	Lotes (nº)	Famílias (nº)	Área (há)	Criação
Tapuráh/Ipiranga	PA Eldorado I	351	350	34.047	12/08/1993
Ipiranga do Norte	PA Santa Irene	50	45	2.846	13/11/1997
Ipiranga do Norte	PA Mogiana I	37	36	2.333	31/12/1997
Ipiranga do Norte	PA Furnas III	57	40	3.434,57	23/01/1998
Ipiranga do Norte	PA Mogiana II	22	20	1.633	28/12/1998
Ipiranga do Norte	PA Cristalmel	51	50	3493	28/12/1998
Ipiranga do Norte	PA Bogorni	56	56	3.750	28/12/1998
Tabaporã	PA Mercedes I e II	1.118	1.028	65.396	27/11/2000

Quadro 1: Detalhamento dos dados dos assentamentos lócus da pesquisa

Fonte: INCRA, adaptado pelo autor

12 Fernandez (2007) identificou essa redução em áreas que passaram por processo de expansão das lavouras de soja em momento anterior, a citar os municípios como Sorriso e Lucas do Rio Verde, por exemplo.

Em muitos locais do Brasil, a presença de assentamentos rurais se distingue ao longe na paisagem de áreas ocupadas por fazendas ou empresas agrícolas. Isso pode ser observado pela presença de casas com seus quintais, pela mudança do tipo de vegetação, pelos sinais de divisão entre os lotes, pela existência de pequenos animais e pela quantidade de estradas de acesso, que marcam formas de produzir e viver distintas daqueles que ali residem. Não era essa a realidade observável nas áreas dos assentamentos (cf. Imagem 1), e esse foi um dos estranhamentos que tivemos ao constatar que a paisagem era muito semelhante à verificada nas terras do município vizinho de Sorriso, o qual é caracterizado pela presença de fazendas que produziam em larga escala (FERNANDEZ, 2007).

Alguns assentados faziam questão de destacar a diferença entre os assentamentos da região e aqueles existentes em outras regiões do Brasil: “aqui o assentado é diferente do Norte e do Nordeste. Lá o cara vai à feira e vende uma caixa de mandioca, aqui não. Aqui o pessoal planta soja”¹³. Os assentamentos eram diferentes, porque produziam os mesmos produtos agrícolas utilizando a mesma base técnica e alcançavam produtividades iguais às fazendas presentes da região¹⁴.

13 Vito, assentado e Secretário Municipal da Agricultura de Ipiranga do Norte (01/09/2013).

14 A narrativa usada por Vito apareceu em outros espaços. Em um documentário televisivo da Associação de Produtores de Soja e Milho do Estado do Mato Grosso (APROSOJA/MT), sobre a agricultura da região, mostrava os assentamentos de Ipiranga do Norte como “exemplos de sucesso” da reforma agrária, dando ênfase ao caráter “empreendedor” dos assentados que tornaram suas terras “produtivas”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Beqfa2ukvfM>>, acesso em: 20 fev 2015. O programa do Canal Rural TV foi gravado em Ipiranga do Norte.



Imagens 1: Lavouras nos assentamentos de Ipiranga do Norte em 2014

Fonte: Fotografia feita pelo autor

A ênfase aos assentamentos diferentes era acompanhada de uma justificativa que apontava para a existência de algo específico: “o pessoal olha e acha que é uma fazenda, mas cada um tem o seu lote, e ele é plantado”. Assim, fazia menção às lavouras de soja do assentamento utilizando como referência “as fazendas” e os modelos a ela associados. Em alguns roteiros pelo assentamento, Vito procurava demonstrar as sutilezas na paisagem para indicar a existência dos limites entre um lote e outro em meio às extensas planícies ocupadas pela soja. Com destreza, sugeria a dissociação entre a posse e o uso da terra no assentamento, ou seja, o fundamental era que os assentados mantivessem a posse de seus lotes, e para isso eles deveriam ser ocupados com lavouras de soja e milho. Se o assentado não tivesse as condições para ele próprio implantar lavouras, deveria ceder o uso para que outro produtor o fizesse. Também enfatizava a existência de famílias, de vizinhos e relações entre assentados e as fazendas que formariam determinados arranjos para realizar a exploração agrícola, mobilizando recursos (máquinas, trabalho, nomes, etc.).

Vito tentava nos apresentar uma formação socioespacial um tanto particular, que afrontava a análise de dois lados homogêneos em oposição que possuíamos naquele momento: de um lado, as fazendas – onde estariam as lavouras de soja, baseadas em larga

escala e com poucas pessoas envolvidas – e de outro, os assentamentos – marcados pela pequena produção policultora, que envolvia muitas pessoas. Sugeria ainda a existência de articulações no entorno da lavoura que não estavam circunscritas aos limites das posses individuais.

Já nos primeiros dias do trabalho de campo, ouvíamos inúmeros relatos de assentados que possuíam um pé nos assentamentos de Ipiranga do Norte e outro no assentamento Mercedes, atualmente pertencente ao município de Tabaporã¹⁵, a 140 quilômetros na direção norte. Esse projeto foi criado entre 2000 e 2002, com 1.118 lotes de aproximadamente 55 hectares cada, totalizando 65 mil hectares de área. Era comum que os assentados o considerassem um “lugar novo” em comparação com Ipiranga do Norte. Segundo alguns assentados, foi nos últimos quatro anos (mais ou menos depois de 2009) que parece ter ocorrido uma maior movimentação dos ipiranguenses rumo a esse novo distrito, embora houvesse muitos casos, cujo primeiro contato ocorreu logo após sua criação em 2001¹⁶. Para ilustrar, podemos observar o caso de seu Fernandes e seus filhos. O pai e o filho “mais velho” (na época com 28 anos) foram assentados no primeiro assentamento que deu origem à Ipiranga do Norte, em 1992. Quando foi criado o assentamento Mercedes, o segundo filho (20 anos) conquistou um lote de terra. A partir de seu lote inicial, com suporte do pai e do irmão “mais velho”, adquiriu um segundo lote. Desde essa época, seguiram tocando as terras tanto em Ipiranga do Norte como no distrito de Nova Fronteira, em alguma medida, executando um processo gradativo de mudança para as “terras novas”. Contudo, a partir

15 Em 2010 esse assentamento tornou-se distrito do município de Tabaporã, passando a ser chamado de distrito de Nova Fronteira (apesar de todos seguirem chamando de Mercedes).

16 De 32 assentados contatados em Ipiranga do Norte durante o trabalho de campo, ao menos 22 apresentaram essa característica. Também contatamos ao menos outros oito assentados estabelecidos no assentamento Mercedes que em anos anteriores tiveram passagem pelos assentamentos de Ipiranga do Norte.

de 2009, intensificaram o processo de transformação das áreas de Cerrado para lavouras.



Imagens 2: Vila do assentamento Mercedes/Tabaporã/MT, em 2013

Fonte: Fotografia feita pelo autor

As expectativas sobre esse “lugar novo” pareciam associadas à possibilidade de emancipação do distrito onde se localizava o assentamento Mercedes e também porque “a soja estava entrando”¹⁷, fato que pudemos observar visualmente pela quantidade de terras que estavam sendo transformadas em lavoura naquele final do mês de agosto de 2013. Certamente, o *boom* da soja nas terras do assentamento também tinha alguma relação com entrada e operação da firma FIAGRIL¹⁸. Tratava-se de uma firma regional que vendia

17 Não conseguimos dados precisos sobre a área ocupada por lavouras no assentamento Mercedes. Contudo, alguns técnicos de firmas que atuavam no assentamento estimavam um salto de 3 mil hectares em 2007 para mais de 25 mil hectares em 2014.

18 O proprietário dessa firma é o ex-prefeito de Lucas do Rio Verde também possui fazendas em Ipiranga do Norte e Tabaporã e parecia possuir influências políticas em toda a região. Em um levantamento que fizemos durante a pesquisa, apuramos que a FIAGRIL tem sido a primeira firma a se instalar e fazer financiamentos a assentados nos “lugares novos”, caso verificado no

insumos para os assentados e comercializava produtos como soja e milho. Havia instalado um armazém em 2009 na vila do assentamento e iniciado o trabalho de financiamento aos assentados.

No período seco do ano (abril-setembro) muitos assentados de Ipiranga do Norte realizavam deslocamentos para o assentamento Mercedes visando realizar tarefas relacionadas à “abertura da área”¹⁹. Circulando na parte sul do assentamento por estradas vicinais que davam acesso aos lotes, já era possível perceber a transformação recente da paisagem em pleno andamento (cf. Imagens 3). Diversas áreas com pastagens e com gado, outras com resquícios de floresta como brotos e troncos de árvores queimados dividiam espaço com áreas de terras revolvidas por gradagens e enleiramento, além de sinais de queimadas recentes, sugerindo que as tarefas de abertura das áreas estavam em pleno andamento.



Imagens 3: Paisagem do assentamento Mercedes, em 2013

Fonte: Fotografia feita pelo autor

distrito de Boa Esperança, Ipiranga do Norte, Itanhangá e Tabaporã. O caso dessa firma e sua relação com os assentados será retomado no Capítulo 4.

19 “Abertura de áreas” é a expressão local utilizada para designar o conjunto de tarefas que integram o processo de transformação das terras ocupadas pela vegetação nativa em áreas para agricultura e pecuária. Ao longo do trabalho, essa expressão nativa e seu detalhamento e características se encontram na Seção 1.4.

Em meio a essa paisagem, era mais comum a existência de pequenas casas de alvenaria, que seguiam o modelo básico de habitação disponibilizado pelo INCRA, sendo que muitas delas aparentavam abandono ou sinais de pouco uso. De forma similar ao que descrevemos sobre Ipiranga do Norte, muitos assentados residiam na vila do assentamento e se deslocavam até suas terras diariamente²⁰.

A “vila” (ou agrovila) do assentamento Mercedes foi projetada pelo INCRA de forma similar ao que descrevemos sobre Ipiranga do Norte. Contudo, em 2013, um assentado, ao observar a situação desse assentamento, afirmou: “aqui está igual Ipiranga há uns 12 anos atrás”²¹. Expressava, assim, sua percepção temporal, de certa forma unilinear do desenvolvimento tomando sua própria experiência em Ipiranga do Norte como referência para classificar a temporalidade do “lugar novo”. Diante de estranhos que chegavam até esse local, como no nosso caso, as pessoas costumavam enaltecer as expectativas de “crescimento”, traduzidas em referências observáveis, tais como o aumento das construções na vila e da área ocupada pela soja no assentamento. De forma particular, destacavam com orgulho o fato de que, na safra de 2013, os armazéns das firmas instalados no assentamento não haviam comportado toda a produção de soja colhida.

Os sinais de otimismo constatados no trabalho de campo em 2013 não se repetiram em 2014, quando retornamos ao assentamento Mercedes. O contador e filho de assentados Fabricio avaliava diante do pesquisador: “não mudou nada”. Ele manifestava sua indignação com o ritmo do lugar verificando que só havia sido construído um prédio novo em relação ao ano anterior. Parecia consensual entre diversas pessoas contatadas que, no último ano, o assentamento “tinha dado uma parada”, o que produzia efeitos

20 O exame das casas e sua relação com as lavouras e as relações sociais que essa oposição revela, o leitor encontrará na Seção 2.1.

21 Laércio, assentamento Mercedes (13/09/2013).

visíveis não só no espaço da “vila”, conforme observou Fabrício, mas no ritmo geral do lugar, cuja expressão maior era a diminuição da abertura de terras e implantação de lavouras. Além do fim da expectativa de emancipação provocada pela aprovação de uma lei federal que vetava a criação de novos municípios²², os assentados faziam menção a uma operação de Ministério Público Federal e da Polícia Federal nos assentamentos da região, particularmente no município vizinho de Itanhangá, visando desmantelar supostas fraudes no uso dos lotes de reforma agrária²³.

Tínhamos, assim, um universo de pesquisa composto por um conjunto de assentamentos (e de assentados) de Ipiranga do Norte, com características similares, cujas terras estavam plenamente ocupadas por lavouras de soja, e o assentamento Mercedes que, conforme a descrição, passava por um movimento similar no momento em que era realizado o campo, em 2013 e 2014. Essas indicações sugeriam que haviam especificidades na movimentação produzida no assentamento Mercedes em relação aos assentamentos de

22 Em 2013, estava em tramitação no Senado Federal o novo projeto de lei que versava sobre a criação de novos municípios no Brasil. Segundo as regras previstas, o distrito de Nova Fronteira poderia pleitear sua emancipação. Contudo, alterações no projeto e alguns vetos presidenciais tornaram mais rígida a possibilidade de emancipação, causando frustração nas expectativas de sua realização.

23 Tratou-se da chamada “Operação Terra Prometida”, visando desmantelar suposto esquema de exploração ilegal de terras da União (dos assentamentos). Realizou operação em meados de 2013, pouco antes de nossa primeira etapa de trabalho de campo, e no final de 2014, pouco depois que enceramos a segunda etapa do trabalho de campo. Um dos efeitos indiretos dessa operação foi a inibição tanto de financiamento da produção de soja quando se tratavam de terras de assentamentos, como fez diminuir a procura por novas áreas dentro dos assentamentos para ampliar as lavouras. Para saber mais sobre a Operação, ver alguns links da imprensa da época: <<http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2014/12/policia-federal-procura-13-foragidos-da-operacao-terra-prometida-em-mt.html>> e <<http://www.rdnews.com.br/cidades/trabalho-em-familia-teria-motivado-prisao-por-concentracao-de-lotes/58166>> Acesso em 20 jun 2016.

Ipiranga do Norte. Ao mesmo tempo, apontavam para a existência de redes de agentes que perpassavam ambos e que seriam fundamentais para compreender o controle do uso das terras e a participação dos assentados nas lavouras de soja e milho.

1.2. Das terras paradas ao movimento da terra

Esse espaço não foi sempre assim, e por isso cabe examinar as condições sociais, econômicas e políticas específicas que permitiram a criação dos assentamentos rurais e a constituição do grupo de assentados apresentados anteriormente.

1.2.1. “As fazendas só tinham as divisas e os papéis”: as terras paradas

Conforme Heredia et. al. (2010, p. 169), as “chapadas” do Centro-Oeste, até a década de 1970, eram consideradas inadequadas para a agricultura e vinham sendo ocupadas por populações indígenas e pequenos posseiros, além de algumas fazendas de pecuária dispersas ao longo do território. Na década de 1980, sobre a área que abriga o município de Ipiranga do Norte e o distrito de Nova Fronteira – Tabaporã, aproximadamente 315 mil hectares – havia poucos residentes, embora esse espaço já estivesse fracionado em propriedades fundiárias, chamadas de fazendas desde as décadas de 1950 e 1960, e a literatura indica que tratava-se de um território habitado por indígenas Kaiabis, posseiros e extrativistas (FERNANDEZ, 2007, p. 137-142).

O contato com um dos moradores mais antigos do universo de pesquisa foi fundamental para desenvolver uma compreensão mínima do período anterior aos assentamentos. “Eu cuidava de toda essa área”, declarou Seu Chico, 75 anos, caseiro em uma fazenda localizada em Ipiranga do Norte, cujo proprietário residia em Sorriso/MT. Ele se deslocou de São Paulo para a região, junto

com seu patrão, em 1982, e se tornou o encarregado de “cuidar” de duas fazendas localizadas a 150 km de Tapurah, na direção norte da MT-338. Dois anos depois da chegada, o patrão vendeu as fazendas, e Chico permaneceu na região, exercendo a mesma função para outros donos das terras residentes em São Paulo e norte do Paraná.

Para demarcar as diferenças entre as fazendas existentes na década de 1980 e 2014, o entrevistado definiu: “naquela época, as fazendas só tinham as divisas e o papel”. Segundo ele, as fazendas eram reconhecidas por meio de demarcações de seus limites, geralmente, picadas abertas manualmente ou pequenas estradas precárias que estabeleciam alguma delimitação territorial. Algumas delas possuíam pequenas sedes em meio a clareiras do Cerrado, onde residiam os caseiros e se construía pequenos barracões que abrigavam eventuais trabalhadores. Sobre esses limites, seus proprietários ou requerentes empreendiam verdadeiras lutas no âmbito dos cartórios e instâncias responsáveis para validar os papéis (escrituras, procurações, contratos), que estabeleceriam a propriedade fundiária. Os relatos coletados em campo a partir de várias entrevistas, sugerem que, até o início da década de 1990, nessa área residiam sobre suas posses alguns poucos fazendeiros vindos do norte do Paraná que adquiriram terras depois de 1984. Além deles, haviam espalhados pela área alguns capatazes e empregados que “cuidavam” de outras fazendas até o início de 1990. Após 1985, devido aos projetos de colonização que estavam em andamento a 100 km da área, alguns proprietários das terras passaram a intensificar sua presença nas terras adquiridas²⁴, por meio de viagens periódicas.

24 Um desses casos é da família Alezzo, que se deslocou do norte do Paraná para assumir suas terras em 1986. O filho relata que a família de seu pai era proprietária de 100 alqueires de terra quando, em 1972, período do início da mecanização agrícola, o pai endividou-se junto ao Banco do Brasil, sendo uma de suas primeiras experiências com o cultivo de arroz. Para quitar as dívidas, obrigaram-se a vender as terras a grande proprietário de uma cidade de Maringá. Como parte do negócio, esse proprietário ofereceu uma gleba de 1.200 alqueires no município de Diamantino, em Mato Grosso, a

Apesar da importância dos mecanismos jurídicos para garantir a posse da terra, esta envolvia, necessariamente, algum tipo de presença daqueles que reivindicavam as mesmas. A legitimidade da posse e do uso, desde muito tempo, não pode ser dissociada do reconhecimento da presença dos requerentes ou detentores considerada legítima pelo grupo social. A própria legitimidade jurídica em Mato Grosso se constituiu historicamente, a partir do reconhecimento da posse com a presença dos requerentes pela moradia e cultivo por no mínimo um ano. A presença precisava ser reconhecida pelo grupo social (vizinhos e pessoas influentes residentes na área onde se localizava a posse), como prova nos cartórios ou perante órgãos do Estado responsáveis (MORENO, 2007, p. 204). Assim, a tarefa de “cuidar da terra” envolvia ações visando controlar a circulação das pessoas. Nessas áreas, a circulação de estranhos de modo algum era interpretada como um ato sem algum propósito, mas sim como um interesse de “invadir” as terras, ou, dito em outro termo, “grilar”. Essa tarefa não se restringia ao interior das fazendas, mas envolvia a circulação em toda uma área mais ampla e algum tipo de conexão constante entre os caseiros, peões e capatazes, que, a depender da situação, agiam conjuntamente. “Cuidar da terra” significava, nesses termos, manter a posse da terra.

Tanto seu Chico Mineiro como os primeiros assentados que chegaram até a área depois de 1992 foram unânimes em destacar que toda a região estava “parada”. O termo servia para falar sobre um ritmo produzido pelo conjunto dos agentes, uma dimensão temporal atribuída a um determinado espaço. Ele deve ser entendido em oposição aos termos associados ao movimento – “devagar”, “rápido”, “acelerado” – e o conjunto de atributos e características

qual havia adquirido de corretores do norte do Paraná, que, já na década de 1960, atuavam em Mato Grosso.

que marcariam o período posterior à criação dos assentamentos²⁵. A vegetação nativa do Cerrado talvez seja o principal indicativo de tal estado e simboliza a ausência de movimento como produto da ação humana sobre a natureza. Assim, a existência de residentes sobre a área e tarefas em execução – como desmatamento, queima da área, abertura de picadas, formação de pequenas roças, abertura de estradas – eram alguns dos sinais que denotam presença humana e algum movimento da terra e, em consequência, tendiam a contribuir para descredenciar a área do interesse de intrusos.

As propriedades estabelecidas “só na divisa” eram produtos da política de ocupação das terras desencadeadas pelo Estado nas décadas de 1950 e 1960, ou seja, são anteriores aos projetos de colonização [1970-1989]. Nesse período, as terras estavam sobre tutela do Estado do Mato Grosso, cabendo a ele a política de ocupação do território. Para essa finalidade, foi criado, em 1949, o Departamento de Terras e Colonização (DTC), que se encarregou da política de ocupação, envolvendo as primeiras experiências de colonização no sul do estado (hoje Mato Grosso do Sul), e de toda a política de concessão de terras, que privilegiou a emissão de títulos de propriedade a partir de grandes extensões de terra (TAVARES DOS SANTOS, 1993, MORENO, 2007, SORJ, 2008). Ademais, ao longo dos anos 1950, o governo estadual alienou um total de quatro milhões de hectares em vinte glebas de 200 a 400 mil hectares cada uma (BARROZO, 2010, p. 13), sobre as quais os empresários e fazendeiros deixaram como reserva de valor até o final da década de 1970, quando se intensificaram os projetos de colonização privados. Ao mesmo tempo, colocou em curso a colonização e venda

25 Essas categorias “parado”, “devagar”, “acelerado” ou “rápido” vinculadas a oposições como “novo” e o “velho” constituem categorias temporais mobilizadas pelos assentados e, por isso, acompanham os diversos níveis de análise presentes ao longo do texto. Se aqui são utilizados para se referir ao ritmo de um “lugar”, elas também eram acionadas para qualificar redes familiares, indivíduos no seu ciclo de vida, estratégias de investimento nas lavouras, a casa e modalidades de negócios adotadas.

de terras na parte sul do estado, alcançando até a microrregião da baixada cuiabana, na altura da cidade de Nobres e Diamantino (MORENO, 2007, BARROZO, 2008).

Heinst (2008) observou que no vale do Rio Arinos existiam projetos de produção de seringa com incentivos de programas governamentais. Entre 1968 e 1970, foi construída a primeira estrada que ligava o sul ao norte do Mato Grosso. Saindo do então município de Diamantino, seguindo traçado aproximado ao rio Arinos – a estrada da baiana – MT-338 alcançou o norte do estado, precisamente onde se situa o município de Porto dos Gaúchos. Ali se constituiu, via empresa CONOMALI, um dos primeiros núcleos de colonização do norte do Estado entre 1968 e 1970 (GUIMARÃES, 1988). A MT-338 era um dos poucos caminhos terrestres para chegar às terras localizadas entre o rio Arinos e rio Verde, onde se situam os atuais municípios de Ipiranga do Norte, Tapurah e Itanhanga.

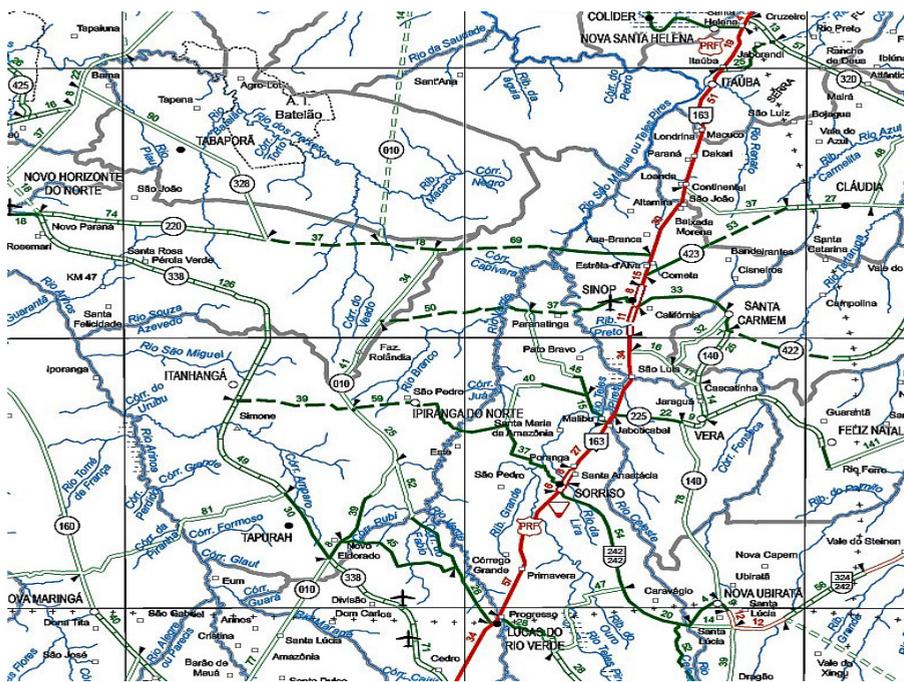


Figura 3: Mapa rodoviário do meio norte do estado do Mato Grosso com municípios, distritos e hidrografia.

Fonte: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, adaptado pelo autor.

A política fundiária vigente nas décadas de 1950 e 1960 também produziu efeitos mais ao norte, onde hoje se situa o município de Tabaporã. Segundo Peripoli (2008, p. 167-169), a empresa Mercedes-Benz adquiriu, em 1968/69²⁶, por meio de 10 empresas menores (S/As), uma extensão de quase 500.000 hectares, localizados nas proximidades da atual estrada MT-220, que liga Porto dos Gaúchos a Sinop. Em razão da associação da gleba ao nome da empresa Mercedes-Benz é que até hoje toda essa área ainda é conhecida como “Gleba Mercedes”. O autor registrou, que nas décadas de 1950 e 1960 qualquer pessoa poderia requerer a titulação de posses de até 10.000 hectares do estado por meio do DTC. Esse mecanismo incentivou muitos empresários e produtores do Sudeste nesse período a ocupar terras no sertão mato-grossense. Foi justamente de muitos desses posseiros titulados que a empresa Mercedes-Benz adquiriu uma série de fazendas. Mediante suas S/As, nesse mesmo período, receberam incentivos fiscais e créditos da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM)²⁷, justificando que implantariam projetos agropecuários na gleba. Em 1974, a empresa vendeu a área total para uma família paulista, tendo como avalista a Companhia Brasileira de Projetos e Obras (CBPO). Como a dívida dessa transação não foi paga, a CBPO assumiu as

26 Em 1966, o DTC foi extinto pelo governo estadual, justificado por uma série de fraudes no processo de concessão de terras no período anterior. Assim, entre 1966 até 1975, quando é criado o Instituto de Terras de Mato Grosso (INTEMAT), não havia nenhum órgão responsável pela titulação de terras, no entanto, elas seguiram acontecendo. Em 1971, o governo federal decretou que uma faixa de 100 km de cada lado das rodovias federais na região passaria a ser tutelada pelo mesmo.

27 Criada em 1966, a SUDAM é um dos órgãos criados pelo Estado para promover o “desenvolvimento” da área definida como Amazônia Legal e, junto ao Banco da Amazônia, iria apoiar projetos agropecuários e de colonização (TAVARES DOS SANTOS, 1993, p. 47). Grupos empresariais do Sul e do Sudeste nas décadas de 1960 e 1970 foram os mais beneficiados. Acrescentam-se os incentivos fiscais, como isenção de pagamento de Imposto de Renda às empresas que investiam recursos no Centro-oeste e Amazônia (BARROZO, 2010, p. 14).

terras, formando várias fazendas que foram repassadas a herdeiros e familiares e algumas delas, vendidas. Algumas dessas fazendas foram desapropriadas pelo INCRA no início da década de 2000 e permitiram a criação do assentamento Mercedes. Justamente as fazendas “só no papel e divisa” que estavam localizadas a 80 km da sede do município de Tabaporã ao norte, distância similar de Sinop a leste e de Porto dos Gaúchos a oeste e a 130 km ao de Ipiranga do Norte ao sul, sendo de estradas não pavimentadas em péssimo estado.

Até 1995, o acesso a essas terras, localizadas na margem esquerda do Rio Verde, não se dava pela BR-163, como acontece atualmente. Para chegar a essa área, o caminho era pela “Estrada da Baiana” – MT-338 – entrando no sentido oeste na altura de Lucas do Rio Verde, passando por Tapurah e no distrito de Eldorado, duas “vilas” fundadas por empresas colonizadoras entre 1983-1985 – e depois seguir pela MT-010 até chegar às terras onde hoje se localiza Ipiranga do Norte. Para chegar a Lucas do Rio Verde, eram 140 km via estrada de terra, cidade com a qual os primeiros assentados buscavam bens e serviços necessários à sua manutenção no assentamento. Em 1996, os próprios assentados construíram uma ponte no rio Verde, que encurtou o trajeto até Lucas em 50 km. Tal acesso aparece nos relatos como um marco importante que deu grande impulso à busca pelas terras do atual município de Ipiranga do Norte. O traçado atual da MT-242, em fase final de pavimentação, trecho que liga a BR-163, saindo de Sorriso até a altura de Itanhangá (extensão de 160 km), só foi construído em 2005 e pavimentado em 2008. Por essa via de Ipiranga do Norte até Sorriso, no entroncamento com a BR-163, são 75 km atualmente.

Em suma, é possível afirmar que, em termos geográficos, até a década de 1990, as terras onde foram implantados os assentamentos lócus da pesquisa estavam situadas em áreas mais afastadas em relação a qualquer aglomerado urbano e das principais malhas viárias no estado. Assim sendo, eram terras de menor valor econômico

e seus proprietários mantinham como reserva de valor em detrimento de atividades de exploração agropecuária.

1.2.2. Dos projetos de colonização aos assentamentos rurais

Sorj (2008, p. 90) e Barrozo (2010, p.11) lembram que a política de reocupação sempre consistiu em grandes empresas agropecuárias acompanhadas (um pouco mais tarde) dos projetos de colonização. Essa política dupla, de um lado, atraía trabalhadores e colonos para as novas terras interessados nas unidades parcelares da colonização e assentamentos; de outro lado, atraíam empresários e proprietários de terras de outras regiões por meio dos incentivos fiscais e das possibilidades de especulação fundiária, e não de estabelecer explorações agrícolas (SORJ, 2008, p. 87-90). Conforme Tavares dos Santos (1993, p. 54), os projetos de colonização, em sua maioria, ocorrem entre 1974 a 1989, mas, segundo tentamos demonstrar na seção anterior, sua abrangência territorial não alcançou todas as terras existentes do planalto mato-grossense, deixando muitos traços da estrutura fundiária anterior.

A maioria dos empresários que participaram da fase da ocupação promovida pelo Estado nas décadas de 1950 a 1960 usufruiu dos subsídios governamentais, da concessão das terras e de outros tipos de incentivos fiscais, que, segundo alguns autores, justificavam a importância da propriedade fundiária reconhecida juridicamente (SORJ, 2008, p. 90-91). Todavia, quando as diversas modalidades específicas de incentivo e créditos subvencionados pelo Estado a grandes projetos agropecuários declinaram no final da década de 1960, os proprietários apostaram nos projetos de colonização que passaram a ser a nova modalidade de execução da política de reocupação das terras mato-grossenses (TAVARES DOS SANTOS, 1993, p. 54-60). Para eles, tais projetos se constituíam em meio para valorizar as terras aumentando o preço da venda e desfrutar de nova fase de acesso a recursos financeiros. Mesmo que a abrangência dos projetos de colonização fosse restrita, quando

pensada sob sua inserção em glebas maiores, eles tinham a função de criar novos núcleos estrategicamente distribuídos no espaço. Os núcleos atraíam colonos e trabalhadores estabelecendo um “movimento” em determinadas áreas consideradas “paradas”. Tal “movimento” produzia interessados nas terras do entorno da área do projeto em um movimento em espiral²⁸.

As informações que obtivemos, indicam que essa área, onde hoje é Ipiranga do Norte, compunha as glebas destinadas ao “grupo Irmandade”, ou também chamado por alguns entrevistados de “Casa Maçom do Rio de Janeiro”²⁹. Tal grupo empresarial teria obtido concessão dessas terras ainda na década de 1960, no município de Diamantino, com intuito de desenvolver um grande projeto agropecuário (BARROZO, 2008). Pelas informações, tal gleba iniciava onde hoje é o município de Nova Mutum e se estendia por uma extensa faixa de terra ao longo da Estrada da Baiana, que acompanhava o rio Arinos chegando quase até as terras onde a colonizadora CONOMALI implantou os projetos que originaram a cidade de Porto dos Gaúchos, em 1962. Mais tarde, segundo Furtado (2010, p. 177-179), o grupo empresarial permitiu que várias empresas colonizadoras fossem adquirindo as terras mediando a venda em projetos de colonização, todos autorizados pelo Estado. Assim, a Colonizadora Tapurah e, mais tarde, a Colonizadora Empreendimentos Agropecuários Eldorado, vão ser registradas para executar os projetos de colonização nas glebas, abrindo uma nova fase de reocupação nas décadas de 1970 e principalmente na década de 1980 sobre a Cerrado do meio norte do Mato Grosso.

28 Os depoimentos de agentes da Colonizadora Sorriso presentes no trabalho de Dias; Bortoncellos (2003, p. 73-76) confirmam essa assertiva.

29 Essa informação foi prestada pelo antigo caseiro, seu Chico. Depois tivemos a confirmação com o assentado Vito, que afirmou que seu pai (também assentado) havia adquirido 90 hectares de terra nos limites do assentamento Eldorado I em 1994 e que o título de propriedade foi o desmembramento de uma gleba cuja proprietária era a “Casa Maçom”.

Por mais que temos informações escassas, nossos entrevistados observam que a Casa Maçom e a Colonizadora E. A. Eldorado encerraram suas atividades no início da década de 1990. Por ocasião do término das atividades da Colonizadora E. A. Eldorado, ao invés de pagar os direitos aos seus principais funcionários, concedeu-lhes extensões de terras por meio de procurações que davam plenos poderes aos seus detentores para vendê-las. Assim, José Roberto, que era o gerente-geral da colonizadora, recebeu uma área de quase 34 mil hectares de terra. Vanderlei Pfeifer (apelido Kiko), que atuava como corretor, recebeu mais cinco mil hectares. E um terceiro funcionário, Delmar José, e Alberto Tomazi (Beto), também membro da colonizadora, receberam terras nas proximidades, cuja quantidade não sabemos precisar.

Com interesse em seguir seus negócios, esses homens ofereceram a área para o INCRA, que adquiriu os 34 mil hectares de terra (também chamada de Fazenda Ipiranga) do procurador Delmar José, em 1991, compondo parte da política de assentamento do I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), criado em 1985³⁰. Sobre essa área, é criado o projeto de assentamento Eldorado I e II, considerado o marco fundador de Ipiranga do Norte. “Então, graças à falência da Casa Maçom que teve esse assentamento e nasceu Ipiranga”, afirmou Chico. As terras dos dois outros funcionários por serem lindeiras ao projeto do assentamento, após a implantação do mesmo, poderiam ser valorizadas e atrairiam os produtores interessados na expansão de suas lavouras.

Na área recebida pelos ex-funcionários Delmar José e o Beto, situavam-se várias parcelas de terra, de 20 a 25 hectares cada uma, chamadas de chácaras. Seu Valdomiro, que migrou de Lucas do Rio Verde para Ipiranga do Norte em 1994, relata que comprou seu lote de 90 hectares, em área lindeira ao assentamento Eldorado I, o qual

30 A criação do I PNRA, em 1985, do ponto de vista das políticas de Estado, diferenciou-se das políticas de assentamento anteriores, marcadas pela lógica da colonização (LEITE; AVILA, 2007).

foi formado da junção de quatro dessas “chácaras”. Tais “chácaras” indicavam que as terras adquiridas pelo INCRA se tratavam de uma área onde, havendo continuidade das atividades da Colonizadora E. A. Eldorado e das políticas de incentivo, seria estabelecido um novo núcleo urbano ou etapa da colonização. As “chácaras” já estavam registradas, assim como um contingente de lotes “urbanos”, que formariam a sede de um novo núcleo de colonização, mesmo que não houvesse quaisquer sinais sobre aquelas terras de tais intenções em meio a uma vegetação do Cerrado.

Os três ex-funcionários seguiram atuando na região mediando compras e vendas de terras e outros negócios. De alguma maneira, eles mediarão de diversas maneiras o processo de reocupação daquelas terras, exatamente onde estava prevista uma nova etapa da colonização³¹. Mesmo após a criação do projeto de assentamento Eldorado I em 1992, o INCRA manteve a expectativa de construir junto ao projeto, do núcleo urbano, assumindo a mesma área e desejo já previstos pela colonizadora. Em 1996, porém, o INCRA assumiu a mudança do núcleo urbano para onde se localiza a sede do município de Ipiranga do Norte. Ao manter a previsão do desenho do núcleo urbano, entre 1992 e 1996, isso permitiu que um dos ex-funcionários (Beto) da colonizadora vendesse rapidamente as terras que possuía naquele lado, especialmente para produtores de Lucas do Rio Verde. Após o fim dos trabalhos da colonizadora, Beto assumiu a condição de gerente de uma fazenda nas proximidades do assentamento criado em 1992. Ao mesmo tempo, ele também “cuidava das terras” que havia recebido nas proximidades do recém-criado assentamento³².

31 Há indicações que existiam relações entre o ex-funcionário Kiko e agentes do INCRA e coordenadores dos acampados que estavam há quase três em uma fazenda no município de Nobres, e por esse caminho foi articulada a priorização desses assentados naquelas terras de chapadas.

32 Foi comum a constatação de os gerentes e os caseiros que aumentam em número nas fazendas a partir da década de 1990, eram também proprietários de áreas de terra nas proximidades, sejam estas adquiridas antes de

Na década de 1980, estavam em andamento vários projetos de colonização no planalto mato-grossense. Neles, os produtores interessados em formar lavouras de arroz ou soja encontravam possibilidades nos municípios mais próximos a BR-163. Já aqueles fazendeiros que visavam à criação de gado investiram em áreas mais próximas à antiga Estrada da Baiana (MT-338) ou ainda em terras mais ao norte do estado, onde encontravam a mata mais densa em relação às chapadas e solo que permitia a formação de alguma pastagem após a derrubada da mata. Paralelamente, o deslocamento de madeireiros sobre novas glebas visando estabelecer a exploração da madeira foi outro componente do processo de expansão.

O desencadeamento de projetos de colonização e a concentração de terras em algumas áreas geraram a expulsão de muitos posseiros das terras que vinham sendo ocupadas, especialmente na parte sul e sudeste do Mato Grosso na década de 1980 (BARROZO, 2010, p. 25). Sem falar nos colonos que enfrentaram problemas nos inúmeros projetos de colonização (ZART, 2008). Também eclodiam por todos os lados acampamentos e conflitos por terras, ao mesmo tempo em que aumentam a procura por novas terras por parte de colonos que faliram nos projetos de colonização. Como consequência, na década de 1980, os movimentos sociais do campo assumem uma postura contrária aos projetos de colonização e passam a reivindicar a desapropriação de terras nas regiões onde os trabalhadores residiam (TAVARES DOS SANTOS, 1993, p. 57-59, PALMEIRA; LEITE, 1998). Com a criação do I PNRA em 1985, cresceu a pressão sobre o governo federal para a execução de uma

assumirem a função nas fazendas ou depois. Conciliavam a função de gerentes em fazendas que estavam sendo estruturadas para a produção agrícola em larga escala e ao mesmo tempo cuidavam de suas terras. Mais tarde, muitos deles assumiram a condição de produtores em suas terras e outros venderam suas terras e se especializaram em cargos gerenciais em fazendas ou firmas. Essa característica é importante, pois ao se referir a vizinhos ou a relação de ajuda com as fazendas, muitos assentados, estavam na verdade, se referindo a esses agentes.

política de reforma agrária e o fim das políticas de colonização vigentes até o final da década de 1980 (PALMEIRA; LEITE, 1998). Nesse sentido, Moreno (2007, p. 168) destaca que os Projetos de Assentamento (PAs) priorizaram as áreas em iminentes conflitos com posseiros, fazendo uso do mecanismo de desapropriação. De 1981 a 1992, foram 46 projetos com aproximadamente 990 mil hectares. As glebas públicas ou mesmo fazendas “paradas” eram justamente as terras consideradas passíveis de serem ocupadas pelos trabalhadores e, assim, tornava-se cada vez mais difícil manter a propriedade livre de intrusos, somente com capatazes ou alguns poucos trabalhadores sobre extensas áreas, mesmo com o uso da violência. Embora as terras de “chapadas”, na área de pesquisa em particular, estivessem situadas fora das áreas mais conflituosas, a pressão sobre as fazendas “paradas” não tardou a se manifestar.

Os dados sobre os projetos de assentamentos com o recorte somente nos municípios que compunham os limites territoriais da “região da soja”, conforme delimitaram os produtores, revelam que seu alcance chegou a mais de 550 mil hectares entre 1988 e 2004. Tavares dos Santos (1991, p. 70-77), no início da década de 1990, chamava atenção para o fato de que o I PNRA nas áreas de fronteira agrícola poderia ser utilizado para os mesmos fins da política de colonização, apenas seria uma mudança de instrumento abrindo caminho para “um novo ciclo de colonização” mantendo a mesma lógica anterior. A descrição das práticas dos agentes envolvidos na criação do projeto do assentamento Eldorado, examinado anteriormente, permite concluir que, nesse caso em particular, a passagem do instrumento da política de colonização para a política de assentamento conduzido pelo I PNRA apresenta uma clara continuidade entre um e outro, respeitando inclusive a mesma base da ocupação socioespacial. Nesses assentamentos, foram deslocados “sem terras” de muitos oriundos de acampamentos e ocupações de várias partes do estado do Mato Grosso, aspecto que detalharemos na subseção seguinte.

Os assentamentos inauguraram uma nova fase do movimento das terras situadas entre o rio Verde e o rio Arinos. Nesse sentido, o trecho da entrevista é esclarecedor:

Aqui onde hoje é Ipiranga e Itanhangá, tava tudo parado. Depois que nós chegamos [1992], as fazendas, com medo dos assentados, começaram a abrir as terras, e aí foi rapidão (Ivo, assentado Ipiranga do Norte, 08/08/2008).

Tal modificação se deu a partir das terras reformadas e colocaria os assentados como protagonistas da movimentação da terra e da circulação de pessoas³³ numa área considerada “parada”. Como resultado, foram considerados como ameaças por muitos fazendeiros que, gradativamente, passaram a operar novas estratégias para assegurar a posse da terra, tendo em vista que somente a vigilância de capatazes e os títulos jurídicos se mostravam insuficientes. O relato de Chico Mineiro expunha a estratégia adotada na fazenda em que trabalhava diante da chegada dos assentados:

Quando eles [assentados] entraram ali e começaram a abrir, nós aqui na fazenda mandamos abrir 150 hectares no mesmo ano. Isso pra movimentar, mostrar que nós estávamos aqui. Íamos colocar pastagem, mas não vingou porque a terra era fraca e seca. O certo era arrendar para alguém plantar, mas ainda não tinha ninguém interessado naquela época [referente a 1993] (Administrador de fazenda, 29/10/2013).

33 Não é nossa intenção demonstrar os impactos da criação dos assentamentos rurais. Tal perspectiva está presente em diversos estudos, entre os quais assinalamos Leite et. al. (2004), o qual analisou as mudanças provocadas pela concentração territorial de vários assentamentos rurais, seus efeitos positivos para a dinamização socioeconômica e da infraestrutura das regiões, assim como no acesso a serviços públicos por parte dos próprios assentados. Utilizando a mesma metodologia, o estudo de Tannury (2003) examinou o impacto da criação do assentamento Eldorado I associado ao município-mãe de Tapurah/MT.

O entrevistado exprime a necessidade de acompanhar o novo ritmo que foi sendo instaurado pelos assentados. “Cuidar da terra” exigiria adotar outros mecanismos que pudessem emitir sinais constantes da presença ativa dos fazendeiros sobre suas terras. “Movimentar a terra parada” passa a ser o caminho trilhado, ainda que isso não tivesse como finalidade última a implantação de lavouras, como seríamos facilmente conduzidos a pensar, mas sim emitir sinais para demarcar presença dos fazendeiros. Isso se confirma ao observar que, após a abertura dos 150 hectares, ela não foi cultivada nem pelos fazendeiros nem por outros produtores, o que levaria, mais tarde, a considerar essas mesmas terras novamente como “terra parada”.

A presença do assentamento criou um paradoxo para os fazendeiros do entorno: se, por um lado, ele era visto por muitos que possuíam terras na região como ameaça de invasão a suas posses; por outro lado, o assentamento criaria a condição de povoamento que geraria movimentação naquelas terras, o que poderia ser interessante para valorizar o preço das terras, justificar a criação de infraestrutura (estradas, redes de energia, serviços públicos em uma vila em formação), bem como dispor de muitos trabalhadores para as fazendas do entorno³⁴ (SORJ, 2008, p. 90).

Nesse sentido, o movimento das terras produzido nos assentamentos modificou rapidamente toda a paisagem (LEITE et. al., 2004). Aqueles proprietários que não seguiram o ritmo associado

34 Um entrevistado que foi operador de trator esteira nas tarefas de abertura do Cerrado afirmou que “começou a ter serviço depois de 1997 e foi até 2006”. Ele trabalhou na “abertura de área” na Fazenda Rolândia, que possui aproximadamente 13 mil hectares situados ao lado do assentamento Mogiana II. O proprietário havia adquirido a terra em meados da década de 1980. Manteve somente capatazes e caseiros até o ano 1998, quando, efetivamente, o proprietário decidiu “estruturar” a fazenda, nos moldes que a conhecemos hoje, exatamente um ano após a criação do projeto Mogiana II. Em três anos, foram transformados em lavoura pouco mais de 10 mil hectares.

à abertura das áreas acabaram vendendo ou arrendando suas terras. Outros ainda que mantinham tais terras como reserva de valor apostaram na estruturação de suas fazendas. Depois do ano de 2000, multiplicaram-se os casos de fazendeiros e produtores que realizaram, efetivamente, a abertura de área e implantaram lavouras sobre as “terras novas”. “Cuidar da terra” ganha novos significados associados ao “trabalho”, especialmente, dar sequência às tarefas relacionadas à abertura das áreas e à implantação de lavouras. Para os assentados, era fundamental legitimar-se sobre o direito recebido pelo INCRA, o que implicava em se fazer presente sobre essa terra, transformar a “terra bruta” em “terra nova”.

Nas proximidades do rio Borges, afluente do rio Arinos, foi criado, por meio da desapropriação da fazenda Itanhangá, o assentamento com o mesmo nome, com 1.149 lotes de 100 hectares, totalizando 111,5 mil hectares. Não dispomos de muitos dados sobre o processo de desapropriação, mas alguns relatos coletados no atual município de Itanhangá sugerem que se tratava de uma área que deveria ser destinada a novos projetos de colonização caso essa política tivesse sequência a partir da década de 1990. Consta que ela permaneceu em constantes conflitos entre madeireiros, indígenas e pequenos posseiros remanescentes de atividades extrativas que se desenvolveram nas décadas de 1950 a 1970 ao longo do Rio Arinos (BARROZO, 2010). No entorno, instalaram-se empresas madeireiras e ocorreu a fragmentação de fazendas em áreas menores que foram vendidas a preços mais elevados aos diversos interessados em “terras novas”, atraídos para essa área após a criação do assentamento.

Mais ao norte, sobre a antiga gleba Mercedes, foi criado em etapas, entre 2000 e 2002, o assentamento Mercedes, sendo posterior aos assentamentos localizados em Ipiranga do Norte e Itanhangá, os quais foram implantados até 1998. Assim como no assentamento Eldorado em Ipiranga do Norte, a criação do assentamento Mercedes produziu uma verdadeira corrida de fazendeiros e empresários buscando comprar as terras do entorno. Como vimos,

consistiam em sua maioria de propriedades fundiárias que possuíam pouca exploração agropecuária. Fazendeiros de Lucas do Rio Verde, Sorriso e Sinop adquiriram terras e “estruturaram”³⁵ fazendas para a produção de soja em áreas que variam entre 10 mil a 30 mil hectares. Outros proprietários do entorno fracionaram suas terras em áreas menores que variam de 1,5 a 3 mil hectares, onde se constituíram fazendas de menor porte. Também adquiriu grande extensão de terras com mata virgem um empresário que instalou uma madeireira e construiu uma vila para residência dos trabalhadores (chamada de Americana do Norte). Desenvolvia a extração de madeira, a pecuária de corte e também lavouras de soja em uma área de mais de 60 mil hectares. Essa busca por terras sugere a produção de um novo desenho no espaço em uma antiga gleba, com da presença de novos fazendeiros e assentados.

Vale a pena assinalar algumas similitudes entre o assentamento Mercedes, o assentamento Eldorado e o assentamento Itanhangá: i) possuem extensão da área desapropriada consideravelmente maior que todos os demais; ii) a localização de cada um desses projetos mantém uma distância entre 80 a 120 km dos aglomerados urbanos existentes no momento de sua criação, que, em algum nível, mantém ativo o pressuposto da espacialização dos projetos, o que parece ser herança da política de colonização; iii) todos eles previram a criação de uma agrovila, sendo que, em Ipiranga e Itanhangá, estes vieram a se tornar, mais tarde, sedes dos municípios, e o assentamento Mercedes é sede do distrito de Nova Fronteira, que pleiteava emancipação em 2014.

35 Fazer menção a uma fazenda ou propriedade “estruturada” no universo de pesquisa significa, conforme observações de Almeida (2013, p. 123), referir-se “a propriedade já estabilizada ou que não está em crescimento: não há dívida em relação a terra, as áreas já estão abertas e o maquinário já está pago”. Desse modo, ao se referir às ações de “estruturar” ou “estruturação” de fazendas, é fazer referência ao processo que levaria a chegar a tal condição.

No caso de Ipiranga do Norte, após a criação do assentamento Eldorado, houve a criação de outros seis assentamentos. Tudo indica que se tratavam de fazendas vendidas para o INCRA cujas terras (predominantemente) ainda não haviam sido transformadas em lavouras. Um dos antigos proprietários do município, seu Bogorni, vendeu duas fazendas para o INCRA, onde foram estabelecidos o assentamento Mogiana I e II³⁶ (2.333 e 1.633 ha, respectivamente) e o assentamento Bogorni I (3.750 ha). Ele relatou em reportagem televisiva³⁷ que “quebrou” em 1988, quando tentou implantar lavouras de arroz em suas terras. A venda de áreas para o INCRA tornou-se solução para o proprietário enfrentar o problema.

Algo similar ocorreu nos demais projetos. No caso do assentamento Furnas III (3.434 ha), o proprietário – empresário e fazendeiro de Lucas do Rio Verde – vendeu a referida área ao INCRA em 1998. Além dessa área, também estava em andamento o processo de aquisição de mais 3,5 mil hectares destinados à segunda etapa do assentamento. Contudo, a valorização fundiária promovida pela criação do assentamento teria motivado o proprietário a desistir da venda, mesmo que já houvesse 40 famílias acampadas sobre essas terras e realizando as primeiras tarefas de abertura das áreas³⁸.

36 Trata-se da antiga fazenda Flor da Mata, localizada a 15 km da sede de Ipiranga do Norte.

37 Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=fP0IwiAunLw>>. Acesso em: 20 jun 2016.

38 Esse projeto, seguindo os procedimentos do INCRA em negociação com os proprietários, previa o assentamento em etapas. Assim que foi efetivada uma das etapas (Furnas III), o restante da área prevista estava ocupada por diversos acampados e os técnicos do INCRA realizavam as operações de demarcação dos lotes. Com efeito da implantação desse processo, ocorreu a valorização fundiária de toda a fazenda do proprietário e das outras do entorno. Assim, o proprietário desistiu da operação de venda para o INCRA e passou a investir ele mesmo na área. Um assentado que participou desse acampamento relatou: “o Assentamento era o Furnas. Era para sair o Furnas I, II, III e IV. Eu estava na IV, e que não saiu. Mas, na verdade, tudo os lotes cortados, tudo certo, só que daí o que teve? O xuxo da política, do INCRA e daí dos grandes...”

A Fazenda Cristal Mel (3.493 ha), onde foi criado um assentamento com o mesmo nome, foi vendida para o INCRA pelo proprietário – empresário de São Paulo – em 1997, depois de 20 anos que manteve a mesma como reserva de valor. Contudo, a área desapropriada para o assentamento correspondia somente a pouco mais de 20% da área total da fazenda. O restante foi vendido na mesma época para dois produtores do município de Sorriso que transformaram essas áreas em imensas lavouras.

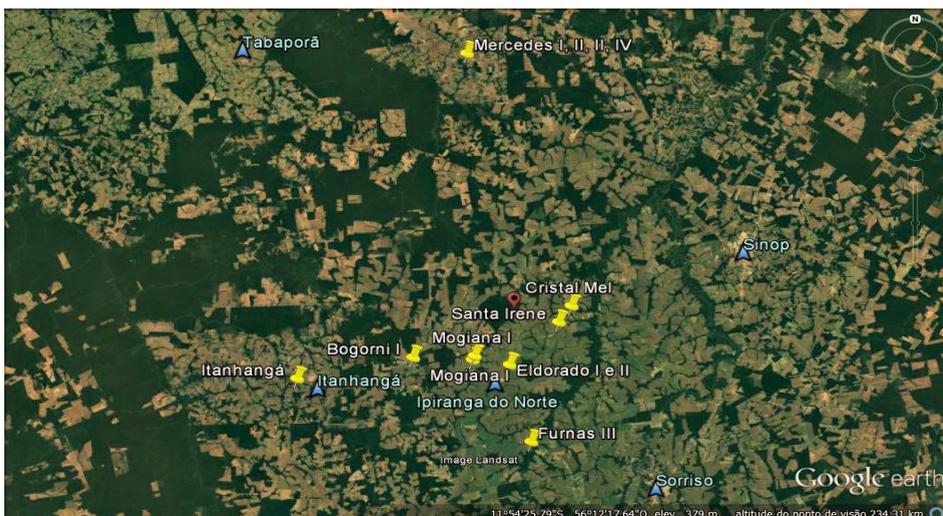


Figura 4: Localização dos assentamentos da pesquisa e das sedes dos municípios
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de imagens do Google Earth

Desse modo, observamos que os seis assentamentos criados entre 1996 e 1998 em Ipiranga do Norte possuem dimensões bem inferiores ao assentamento Eldorado I, além de estarem localizados em pontos diferentes do território em terras não contínuas. Isso porque a área desapropriada em cada um desses projetos correspondeu apenas uma parte das terras das fazendas existentes anteriormente. Os fazendeiros venderam uma parte (menor) das fazendas para o INCRA, onde foram criados projetos de assentamento, e o restante (área maior), para outros produtores. Outros ainda venderam parte das terras, o que permitiu capitalizar-se para

abrir as terras e implantar lavouras nas áreas que restaram. Por fim, é importante assinalar que, após 2004, não foram criados novos projetos de assentamentos na região do meio norte mato-grossense, conforme dados levantamento que fizemos junto ao INCRA.

Vê-se, assim, que a criação dos projetos de assentamentos ao parcelar algumas grandes propriedades fundiárias em pequenas unidades permitiu que a categoria social “assentado” passasse a existir em um território onde não era encontrada³⁹. As fazendas, por sua vez, não só continuaram a predominar em termos de extensão territorial, mas se estruturaram em momento posterior à criação dos assentamentos, passaram, nos anos recentes, a orientar o ritmo de uma área territorial mais ampla, a partir das lavouras de soja, influenciando as práticas de uso da terra nos assentamentos.

1.3. Movimentação de gente

Grande parte dos deslocamentos de pessoas, não só em direção às terras das “chapadas” mato-grossenses, mas também às terras do Centro-Oeste, é produto de políticas públicas, das quais se destacaram as políticas de colonização e de assentamentos (HEREDIA et. al. 2010, p. 169). Assim, após examinarmos alguns elementos que permitiram a criação dos projetos de assentamentos, bem como localizá-los dentro do território regional, cabe examinar a constituição e algumas das características dos “assentados”⁴⁰ que ocuparam

39 Leite; Ávila (2007) destacam que do ponto de vista regional e nacional, apesar da importância das áreas reformadas, a política não alterou a estrutura fundiária.

40 “Assentado” é o termo utilizado para designar aqueles que integram um projeto de assentamento de reforma agrária pelo INCRA. Geralmente, consideram-se assentados aqueles que participaram da primeira leva de beneficiários contemplados com uma parcela de terra (lote). O assentado é aquele que possui o direito de posse de uma parcela de terra. É com esse significado que fazemos uso dessa categoria nesse estudo. Isso não desconsidera que o termo ganha sentidos políticos em situações específicas em que é

os projetos de Ipiranga do Norte e por extensão do assentamento Mercedes, em Tabaporã.

1.3.1. As turmas

A primeira “turma” que chegou ao assentamento Eldorado no ano de 1992 (Ipiranga do Norte) era formada por 56 “famílias”⁴¹ oriundas do acampamento situado na Fazenda Coqueiral Quebó, no município de Nobres, entre 1989 a 1991. Tratava-se de um acampamento e ocupação que levou a posterior criação de assentamento com o mesmo nome em 1991. Essa turma (inicialmente com 110 “famílias”) formou-se ainda no município de Ronda Alta, estado do Rio Grande do Sul. Ao que pudemos levantar, eram rapazes solteiros, casais jovens com filhos pequenos, sendo comum a presença de irmãos (dois ou três) ou cunhados e, em alguns casos, seus pais. Em sua maioria, eram filhos ou netos de colonos que integraram as primeiras experiências de reforma agrária implantadas em 1963, no sul do país (SIGAUD et. al., 2008), sugerindo também vínculos comunitários construídos desde a geração anterior. Muitos deles já se encontravam acampados e/ou estiveram engajados nos processos de luta pela terra em andamento na década de 1980 naquele estado (DESCONSI, 2015), protagonizados por setores da igreja católica e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (SIGAUD et. al., 2008). Isso se confirma pelos inúmeros relatos de experiências de participação em momentos históricos da luta pela terra no sul do país, cujo destaque foram o acampamento de Encruzilhada

posto em oposição às fazendas, ou aos produtores ou ainda em relação aos órgãos do Estado. Porém esses sentidos devem ser examinados no decorrer do trabalho.

41 Nesse caso em particular, “família” se refere a família elementar, pois está se referindo ao agrupamento social considerado beneficiário do Programa de Reforma Agrária, razão que nos leva a apresentá-lo nessa seção entre aspas. Não é esse sentido, o mais corrente e isso será objeto de análise no próximo capítulo.

Natalino⁴², entre 1978 a 1981, e a ocupação da Fazenda Annoni, em 1985⁴³. A maior parte deles também possuía familiares, parentes e conhecidos em Mato Grosso, que participaram de projetos de colonização e assentamentos em anos anteriores. Nesse sentido, a vinculação com familiares e conhecidos que integraram o assentamento que fundou a ocupação de Lucas do Rio Verde em 1981 é importante para compreendermos as relações sociais existentes atualmente na área de pesquisa, como veremos adiante.

A ocupação inicial dos assentamentos Eldorado I compunha, ainda, as “turmas” de Rondonópolis, de Pedra Preta e da Baixada Cuiabana. Tratavam-se de pessoas oriundas de acampamentos e ocupações constituídos no início da década de 1990 nos municípios do mesmo nome situados ao sul e sudeste do Mato Grosso. Uma particularidade dos integrantes da “turma da Baixada Cuiabana” é que parte deles participaram do acampamento e ocupação da Fazenda Coqueiral Quebó, a mesma onde estavam a “turma de Nobres”. Havia entre eles filhos de garimpeiros e seringueiros que teriam migrado para as Chapadas dos Guimarães (Diamantino e Nobres), nas décadas de 1940 e 1950, seguindo o caminho de Minas Gerais e Goiás. Outros, talvez a maioria, eram filhos de posseiros que habitavam o sul de Minas Gerais, sul de Goiás. Eles próprios ou seus pais teriam se deslocado em décadas anteriores para o oeste de São Paulo e norte do Paraná, de onde entram em terras do Mato Grosso, a partir de 1960, especialmente. Essas indicações tomadas a partir de algumas trajetórias sugerem que compunham a categoria social dos “posseiros” analisados por estudos como o de Esterci (2008), que mais tarde, no processo de luta pela terra, assumem a identidade de “sem-terra”.

42 “Em 1978, nós acampamos lá no Natalino”, relatou Lauro Marchioro.

43 “Lá na Annoni, nós participamos da invasão, fomos nós que organizamos”, destacou seu Arnaldo. “Nós estávamos sempre envolvidos na luta, na igreja, no movimento nessa época. Lá na Annoni foi o período difícil”, relatou o assentado Laércio. Para saber mais sobre o assunto, ver Vianna Jr. (1988).

Por fim, também se formaram “turmas” a partir de “cotas” que o INCRA teria atribuído aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) ligados à Federação de Trabalhadores na Agricultura de Mato Grosso (FETAGRI) dos municípios de Lucas do Rio Verde, Tapurah e Sorriso. Com essas “cotas”, cada sindicato organizou pequenas turmas de demandantes (entre 25 a 40) para compor os projetos de assentamento que foram criados na região.

A estratégia do INCRA em estabelecer cotas para os sindicatos ligados à FETAGRI pode ser lida como uma forma de lidar com os diversos mediadores dos acampamentos e ocupações. Estabelecia, assim, cotas ou formava assentamentos visando contemplar, por exemplo, “acampados” ligados ao MST e, outras vezes, aos sindicatos de trabalhadores rurais. Os trabalhos de Sigaud et. al. (2006, p. 38-45) sobre a formação de acampamentos em Pernambuco, observaram que os militantes do MST costumavam recrutar pessoas entre conhecidos de uma mesma vizinhança para constituir os acampamentos de luta pela terra. Já os sindicatos de trabalhadores rurais costumavam recrutar pessoas entre aqueles que mantinham vínculo prévio com o sindicato, priorizando pessoas do município de atuação do mesmo ou microrregião onde se pleiteava a desapropriação. Tanto um como o outro caso contribuem para entender a frequente presença de parentes e pessoas afins nos acampamentos e que, em algum nível, vão estar presentes nos próprios assentamentos mais tarde. Esse processo verificado nesses trabalhos se assemelha à formação de turmas que estamos examinando nesse contexto em particular.

A chamada “turma de Lucas” possuía aproximadamente 40 famílias organizadas pelo STRs, com anuência dos agentes do INCRA. Todos eram filhos de produtores e parceiros⁴⁴ do projeto de assentamento que deu origem a esse município, em 1981. Essa “turma”, composta pelos filhos jovens, teve acesso às par-

44 Designação atribuída aos beneficiários do projeto Especial de Assentamento, que deu origem a Lucas do Rio Verde, conforme Zart (2008).

celas de terra dos projetos de assentamento de duas maneiras: i) como beneficiários diretos nos projetos criados a partir de 1996 (cf. Quadro 1); e ii) como demandantes por terra, que assumem lotes dos assentados “desistentes”, sendo homologados pelo INCRA nos anos seguintes. Do ponto de vista espacial, a “turma de Lucas” se inseriu em vários pontos nos assentamentos, o que teve implicações importantes no processo de uso das terras e na construção de relações de vizinhança, que serão analisadas no Capítulo 3.

O mesmo não se pode dizer daqueles que ingressaram nas terras de Ipiranga por meio dos STRs de Tapurah e Sorriso, que, embora poderíamos considerar que seriam duas “turmas” com características muito similares a Lucas do Rio Verde, não aparecem com destaque nas narrativas feitas diante do pesquisador. Entre os integrantes da “turma”, ainda que predominem aqueles oriundos do sul do Brasil, estavam pessoas que perderam suas terras na tentativa de mexer com lavouras em Mato Grosso, peões agrícolas, que pareciam não terem vínculos familiares ou de afinidade produzidos em experiências anteriores. Incluíram, ainda, parentes e conhecidos que residiam no sul do Brasil até pouco antes dos assentamentos. As listagens acabaram por distribuir demandantes por terra em outros assentamentos localizados, tem Vera, Feliz Natal e Nova Ubiratã dispersando os requerentes. Efetivamente, embora em narrativas sobre a constituição de Ipiranga do Norte, as turmas de Tapurah e Sorriso sejam mencionadas, elas perdem seu sentido em momentos posterior.

O recrutamento das “turmas” feito nos STRs de Lucas do Rio Verde, Sorriso e Tapurah, não significa que os interessados se inscreveram nos sindicatos e aguardaram em suas casas pacientemente. Todos ingressaram em acampamentos estabelecidos na região, localizados, geralmente, próximos às glebas ou fazendas que julgavam passíveis de serem desapropriadas. Isso nos faz crer, em acordo com as formulações de Sigaud (2000) e de Schmitt (1998), que o “tempo de acampamento” era fundamental para que o demandante fosse reconhecido como um “sem-terra”, no

espaço do acampamento, na arena de luta pela terra, tanto pelos demais acampados como pelos órgãos do Estado (especialmente o INCRA), sindicatos e associações constituídas nos acampamentos. Para muitas famílias que migraram na década de 1990 e 2000 em busca de terra, o tempo do acampamento em Mato Grosso permitia que eles fossem reconhecidos como “sem-terra” daquele estado, comprovando que, há algum tempo, estavam estabelecidos naquela região onde pleiteavam a terra.

Em um breve levantamento que fizemos sobre os agentes identificados com a “turma de Lucas”, observamos que essa classificação nos dias atuais não estava vinculada somente a pessoas que integraram efetivamente o grupo recrutado pelo STR daquele município em 1994 a 1996. Incluíam também famílias ou indivíduos que adquiriram terras no assentamento nesse mesmo período (ou posterior), mas que tinham Lucas do Rio Verde como o último ponto de seu itinerário, assim como parentes do primeiro grupo recrutado pelo sindicato⁴⁵.

Atualmente, fazer menção à “turma de Lucas” mobiliza o status dos “bons produtores”, ou seja, um contingente de assentados considerados mais capitalizados, os que mais expandiram suas áreas de lavouras em Ipiranga do Norte, Itanhangá e Tabaporã, especialmente sobre as áreas dos assentamentos. Na maioria dos casos, a ampliação das terras ocorreu a partir dos lotes iniciais acessados pelos filhos jovens inscritos no STR e expandindo-se para as áreas dos “vizinhos”, sempre contando com o “suporte” da família, inclusive por membros instalados em Lucas do Rio Verde⁴⁶. Nesses

45 Como ilustração, podemos citar o caso de Lauro Merchioro. Eles migraram, em 1997, de Ronda Alta/RS para as terras dos assentamentos em Ipiranga do Norte. Contudo, Rosa era irmã de um dos integrantes da “turma de Lucas”, e ambos também integraram o grupo de parceiros deslocados do sul do Brasil para Lucas do Rio Verde em 1981, porém retornaram para o estado de origem cinco anos depois.

46 Na Seção 3.2, aprofundaremos o exame desse tipo de situação a partir das relações entre vizinhos do assentamento.

termos, a ideia de turma parece estabelecer um marcador social a partir de “nomes de famílias” (Ramos, Brito, Nicola, Scherer, Benini, entre outros) em relação aos demais assentados. Segundo a percepção de diversos assentados (que não compunham essa turma), tal condição teria sido alcançada, pois os mesmos “vieram com mais recursos” – acumulados durante vários anos sobre as terras daquele município – ou ainda “escoradas pelo pessoal de lá”, sugerindo a existência de redes, particularmente familiares ancorados nas “terras velhas”⁴⁷ daquele município. Esses traços contribuíram para a instalação e ampliação das terras em uso pelos membros das famílias sobre as “terras novas”⁴⁸.

A associação da “turma de Lucas” com atributos dos “bons produtores”, é reforçada quando examinamos o caso de seu Natal da Silva. Apesar de ele ter integrado a lista do STR de Lucas, não era reconhecido como integrante da “turma de Lucas”. Ele nasceu no sul de Minas Gerais; quando jovem, migrou para o norte de Paraná, depois norte do Mato Grosso, em Sinop e depois Lucas do Rio Verde, locais onde foi empregado, posseiro, dono de olaria e garimpeiro. Em Lucas, depois de um momento de forte tensão, passou a integrar a “turma de Lucas”, marcada pela predominância absoluta dos “gaúchos”:

Pesquisador: Então era o sindicato que cuidava disso?

Natal: É, o sindicato que nem esse aqui, o sindicato de trabalhador rural. O INCRA entregou tantos lotes pra esse e aquele sindicato para ele fazer o assentamento daquele povo. [...] Aí surgiu

47 As categorias “terra velha” e “terra nova” eram utilizadas pelos assentados de forma recorrentes para classificar de modo relacional o tempo e as práticas de uso da terra ou movimentos de ocupação dos lugares, conforme será tratado na Seção 1.4.

48 O tema das redes que atravessam “terras velhas” e “novas” será abordado no Capítulo 3.

esse assentamento para cá, aí, não sei se você é gaúcho ou não, mas os gaúchos, eles têm, o pessoal fala que é só os gaúchos, mas não é só eles não, é toda nação, têm uma coisa que parece uma família, entendeu? Qual é a pessoa que não vai querer puxar as coisas para banda da família dele, né? Então, eles formaram o grupinho deles lá, aí já estava tudo acertado aqui, os lotes que eles cederam aqui, lá para o pessoal do sindicato de Lucas para fazer o assentamento aqui, então já estava tudo preenchido (Entrevista, ex-assentado, 03/10/2014).

Pelo que consta, o entrevistado, considerado um “cuiabano”, acabou sendo incluído na listagem do STR, pois não o fazer poderia ameaçar toda a estratégia daquela “turma”, visto que ele conhecia as normas e tinha boa relação com funcionários do INCRA, tendo em vista sua atuação anterior em STRs. Ao destacar que os “gaúchos parecem uma família”, o entrevistado observa a existência de laços concretos que os aproximavam e que, por isso, especialmente em situações específicas, uniam-se para “puxar as coisas para sua banda”, neste caso em particular, garantir acesso à terra aos seus filhos⁴⁹.

Também pudemos refletir a “turma de Ipiranga” nas “terras novas” do assentamento Mercedes quando, por diversas vezes, acompanhamos membros da família Fiorelli em suas atividades no distrito de Nova Fronteira. Ao chegarmos nesse assentamento, fomos imediatamente associados à referida família, algo comum nas experiências de campo de diversos antropólogos. Essa primeira associação, logo, produzia uma segunda, que nos classificava segundo o local de onde vínhamos. Naquelas “terras novas”, não

49 Ao expor a analogia, o faz relativizando diante do pesquisador, que, mesmo não se apresentando como “gaúcho”, não pôde esconder seus traços físicos e formas de expressar que diante dele foram suficientes para defini-lo como alguém mais próximo à posição daqueles que ele atribuía como “gaúchos”.

éramos considerados do Rio Grande do Sul ou Rio de Janeiro, mas sim éramos “o pessoal de Ipiranga”, que designava um conjunto de famílias que estavam residindo ou trabalhando naquelas terras e tinha atributos que se construía sobre elas.

Nas “terras novas”, dizer “eu venho de Ipiranga” significa que a pessoa vinha das terras ou de um município que havia se consolidado na produção da soja nos últimos 15 anos, onde existiam produtores capacitados em plena atividade. Fazer referência ao município vizinho de Ipiranga do Norte significava que aquela pessoa ou família poderia ter uma rede geograficamente próxima a qual poderia acionar para lhe dar suporte nas “terras novas”.

Esses dados permitem afirmar que, embora a “turma” se constituía como um grupo social concreto na época do seu deslocamento para as “terras novas”, estando muito bem circunscrita e nominada por pessoas que possuíam laços de parentesco ou afinidade anteriores, na atualidade, a categoria “turma” se constitui como uma designação que carrega um peso simbólico que contribui, em alguns momentos, para marcar a distinção entre os assentados. Além disso, por mais que o termo “turma” apareceu associado a um local de procedência, constata-se que não há uma coincidência perfeita entre aqueles que efetivamente a formavam no momento do deslocamento e aqueles reconhecidos como seus integrantes em momento posterior. Essa análise se aproxima das conclusões de Heredia e Palmeira (2009, p. 75) que, ao examinar a constituição da população dos municípios de Sorriso e Lucas do Rio Verde/MT, observaram que categorias como “gaúcho”, “paranaense”, “maranhense”, mais do que definir uma procedência ou origem, denotavam determinados atributos sociais.

1.3.2. *Gaúchos e cuiabanos*

As “turmas” podem ser associadas a duas categorias que marcam, em grande medida, o mapa social do universo de pesquisa: “gaúchos”⁵⁰ e “cuiabanos”. As turmas de Nobres, Lucas do Rio Verde, Sorriso e Tapurah estariam associadas aos “gaúchos”; por sua vez, a Baixada Cuiabana, Pedra Preta e Rondonópolis compunham as “turmas” de “cuiabanos”⁵¹.

Os estudos realizados no meio norte mato-grossense, principalmente a partir das cidades de Lucas do Rio Verde e Sorriso, identificaram a oposição entre “gaúchos” e “maranhenses” como estruturantes de um mapa social (HEREDIA; PALMEIRA, 2009), sendo rara a menção aos “cuiabanos”. Todavia, nos assentamentos estudados, a oposição entre “cuiabanos” e “gaúchos” representava o maior número de ponto de tensões, muito além da oposição entre os primeiros e os “maranhenses” que, em menor número, residiam ou circulavam naquelas terras⁵². Havia alguns “maranhenses” resi-

50 Não vamos desenvolver um exame exaustivo sobre a categoria “gaúcho”, apenas nos deteremos a alguns traços que possam ser importantes para compreender outras denominações, como “assentados”, por exemplo. Estudos que compunham o projeto “Sociedade e Economia do Agronegócio” desenvolveram excelentes análises dessa categoria. Ver Heredia et. al. (2010); Marques (2013) e Almeida (2013).

51 Segundo Heredia e Palmeira (2009, p. 71-72), o fato de a formação da população dessas áreas ser constituída, em grande medida, a partir de deslocamento de pessoas (indivíduos ou famílias) de outras localidades, ajuda a compreender por que as categoriais sociais remetem ou aos locais de nascimento ou procedência.

52 Essas categorias foram identificadas e examinadas em Sorriso e Lucas do Rio Verde, onde especialmente “gaúchos” e “maranhenses” formavam a base do mapa social dessas cidades. Os “gaúchos” acusavam os “maranhenses” (que, por vezes, também englobava os cuiabanos) associados a preguiça, a prática de crimes, ao desperdício de tempo, aos vícios etc. (HEREDIA et. al., 2010, p. 169). Os “maranhenses” formavam um grande contingente de trabalhadores que atendia a uma demanda de mão de obra nas fazendas e nas cidades em formação, considerados pelos “gaúchos”

dentes na área de pesquisa, mas, sobretudo, havia um contingente maior que circulava nas fazendas, onde permaneciam durante os ciclos agrícolas anuais, muitos dos quais recrutados, diretamente pelos gerentes das fazendas, nos bairros das cidades de Sorriso e Lucas do Rio Verde (RUMSTAIN, 2012, p. 60-71).

Se as acusações feitas pelos “gaúchos” aos “cuiabanos” e “maranhenses” geralmente eram similares, há que destacar um dos pontos centrais que diferenciavam as duas categorias acusadas. Como vimos nos parágrafos anteriores, àqueles designados como “cuiabanos” estiveram envolvidos diretamente na disputa pelo território, marcando presença no lugar por meio de sua participação expressiva nos projetos de assentamentos rurais da pesquisa. Eles estiveram engajados, de diferentes maneiras, em processo de luta pela posse e uso da terra, mesmo em outras regiões do Mato Grosso, o que fortalecia seu sentimento de serem “do lugar”, disputando espaço com os “gaúchos” que chegaram nas últimas décadas⁵³. Dessa forma, as principais acusações dos “gaúchos” aos “cuiabanos” gravitavam em torno de suas práticas de lidar com a terra, formas de desenvolver a exploração agrícola, de gerir suas famílias e, porque não dizer, dos ritmos que operavam no “lugar novo”, visando desqualificar o outro no que tange à legitimidade do acesso à posse e uso da terra.

como trabalhadores aptos somente para modalidades de trabalhos braçais, mas não para trabalho com as máquinas (RUMSTAIN, 2012, p. 127), e sua presença instaurou a formação de bairros específicos em ambas as cidades (PRESTES, 2010).

53 É possível afirmar, que os projetos de assentamento criados a partir do I PNRA, diferente dos projetos de colonização privados, permitiram o acesso a parcelas de terra a populações que lutavam por ela dentro do estado de Mato Grosso, atenuando conflitos fundiários existentes nas décadas de 1980 e 1990. Já os projetos de colonização, conforme demonstrou Tavares dos Santos (1993), especialmente, aqueles implantados nas chapadas, selecionavam colonos do sul do Brasil que tinham alguma disponibilidade de recursos materiais e financeiros para adquirir as terras e investir no novo lugar. Os dados demonstram que mesmo que “cuiabanos” tivessem essas condições, as colonizadoras rejeitavam os interessados, devido a sua origem e cor.

Analisando as categorias “gaúcho” e “maranhense” no meio norte do mato-grossense, Heredia e Palmeira (2009, p. 77-78) observaram que não se tratavam “de disputas entre grupos assimétricos por um mesmo objeto. Trata-se de uma disputa por um território, mas de um território que as estratégias familiares recorram de modo diverso”. Nos assentamentos em análise, assim como constatado no referido trabalho, os “gaúchos” buscavam se estabelecer se reconhecendo como sendo “do lugar”, deslocando-se geralmente articulados “em família” (MARQUES, 2015). Contudo, diferentemente dos “maranhenses”, que, ao que tudo indica, viam esse território como sendo “de passagem” (HEREDIA; PALMEIRA, *Op cit*), os “cuiabanos”, por sua vez, identificavam-se como sendo “de Mato Grosso” e se deslocavam articulados entre familiares, contudo, a expansão das lavouras e de uma modalidade de exploração agrícola (soja) nas terras das chapadas os colocava, efetivamente, em desvantagem em relação aos primeiros.

Atualmente, no meio norte mato-grossense, são comuns as narrativas que associam o desenvolvimento da agricultura moderna, presente nas chapadas, aos “gaúchos” – agentes que se intitulam protagonistas desse processo (HEREDIA et. al., 2010; ALMEIDA, 2013), da mesma forma que diversos estudos que apontaram a predominância daqueles oriundos do sul do Brasil entre os produtores de soja no Cerrado (FERNANDEZ, 2007, PAULA ANDRADE, 2008, GASPAS, 2010, HEREDIA et. al. 2010, ALMEIDA, 2013). Essa predominância também se conforma entre os assentados que alcançaram a condição de tocar lavouras de soja nos anos recentes. Atualmente, podemos perceber que a maior parte dos que produzem soja constituíram as “turmas” de Lucas, Sorriso, Nobres e Tapurah, ou seja, exatamente onde estão aqueles oriundos do sul do Brasil. Contudo, essa associação é apenas um indicativo, pois levaria em consideração somente situações de assentados hoje encontrados conduzindo lavouras depois de mais de 20 anos da criação dos assentamentos, no caso de Ipiranga do Norte. Desconsideraria as diversas experiências de assentados que poderiam ter participado

desse tipo de exploração agrícola há alguns anos e que, por razões diversas, deixaram de o fazer. Assim como poderia desconsiderar as situações de assentados que, embora instalados em Ipiranga do Norte (“terras velhas”), atuavam no uso de “terras novas” no assentamento Mercedes; ou, ainda, aqueles que tiveram passagem pelos assentamentos desse município e atualmente se encontram no assentamento Mercedes.

Em entrevista à TV Record, o prefeito de Ipiranga relatou o processo de formação do município⁵⁴, assinalando que a “região era boa para quem queria mexer com lavoura”. Por meio dessa assertiva, construía uma associação entre a aptidão agrícola para trabalhar nas “chapadas” e os agentes “aptos”, “os gaúchos”, pois já conheciam tais práticas do contexto de origem⁵⁵. A narrativa se completava quando o mesmo frisou que as terras de assentamento da região deveriam ter sido destinadas somente ao pessoal oriundo do sul do Brasil, expondo a sua inconformidade com a destinação de mais de 160 lotes para “o pessoal da baixada cuiabana”. Segundo ele, os “cuiabanos” deveriam ser destinados às chamadas “terras de culturas”⁵⁶, onde teriam condições de desenvolver seu “sistema”,

54 Programa Espaço Business, TV Record/Sorriso. Entrevista com o prefeito de Ipiranga do Norte/MT. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=tiFj3oBYatU>>. Acesso em: 25 mar 2015.

55 A associação causal entre processos migratórios dos “gaúchos” e a expansão da produção de soja, assim como o modelo agrícola a ela associada como um movimento intencional que visava prolongar modelos produtivos consolidados no sul do Brasil, foi criticada por Fernandez (2007, p. 117). Para o autor, tanto a migração dos “gaúchos” como a expansão das lavouras no Cerrado estão inseridas em um conjunto mais amplo de mudanças, a partir das décadas de 1970 e 1980 configurou possibilidades e oportunidades, inclusive técnicas, sobre a condição do Cerrado.

56 A designação “terra de culturas” é pouco utilizada no universo de pesquisa. Entretanto, no caso em tela, ela se refere a áreas mais declivosas, localizadas fora das “chapadas” mato-grossenses, ou seja, áreas consideradas não aptas para o desenvolvimento de lavouras. O termo “terra de culturas” aparece nos estudos históricos sobre os projetos de colonização, particularmente das décadas de 1950 e 1970, que priorizaram a ocupação de terras fora das

ou seja, o cultivo de “miudezas”, de mandioca, pequenas criações e manter seus costumes de habitar nos vales dos rios.

As “terras de culturas” estariam localizadas mais ao sul do estado, como os municípios de Nobres e Rosário d’Oeste (onde a “turma de Nobres” também esteve pleiteando terra na Fazenda Coqueiral Quebó), classificadas como “terras velhas” e “paradas”. Ali, o solo levemente ondulado possuía fertilidade natural, o que permitia, mesmo com poucos recursos, implantar cultivos como mandioca, abacaxi, formação de capim, milho e arroz sem o uso de adubos e calcário ou ainda explorar a madeira da floresta existente. Da associação entre a possibilidade de realizar cultivos agrícolas a partir da fertilidade natural dos solos é que surgia a designação de “terras de culturas”, que estariam em oposição às “chapadas”, características do planalto mato-grossense.

A diferença de “sistema” expressa na oposição “gaúchos” e “cuiabanos” colocava em evidência compreensões sobre a “agricultura”. Na visão predominante na região, agricultura é sinônimo da exploração agrícola dos produtos dominantes, a citar, a soja, o milho, o algodão e o arroz⁵⁷. Outros tipos de produtos, embora agronomicamente classificados como agrícolas, não eram considerados como tal pelos agentes. Os produtos predominantes da agricultura estavam associados ao espaço das lavouras, local onde se materializava a exploração agrícola *stricto sensu*, por meio da aplicação intensa de mecanização e insumos modernos e sobre a qual se

“chapadas”. Essas áreas eram denominadas “terras de culturas”, pois, após a derrubada da mata, permitiam a partir da fertilidade natural o cultivo de diversos produtos agrícolas. Os próprios projetos nessa época incentivavam o plantio de “culturas” como o café, seringa, pimenta, abacaxi, mandioca, feijão, entre outros. Ver Barrozo (2010).

57 Nos inspiramos na análise de Heredia (1989) sobre a expansão da cana-de-açúcar nas áreas dos tabuleiros em Alagoas. As formulações sobre os diferentes sentidos sobre a agricultura e os produtos predominantes permitiram fazermos essas constatações a partir dos dados disponíveis sobre o universo de pesquisa.

construíam noções próprias de produtividade e trabalho. A lavoura estava em oposição a “roça”, sendo esta associada aos pequenos cultivos situados, geralmente, próximos as casas, com outros produtos como mandioca, arroz, feijão, abóbora, abacaxi, que estariam associadas ao “sistema” dos “cuiabanos” e à realização do trabalho manual.

Observamos, porém, que muitos assentados “gaúchos” descreviam a formação de pequenas “roças”, especialmente nos primeiros anos de ocupação das terras. Elas apareciam na descrição dos chamados “sítios”, uma formação que agregaria o espaço da casa, quintal, árvores frutíferas e de sombra, pequenos animais e cultivos para autoconsumo direto (mandioca, hortaliças, etc.). Tanto os “gaúchos” como “cuiabanos” se referiam à existência do “sítio”, por vezes, para caracterizar toda a parcela individual do assentamento como, outras vezes, circunscrever a existência dos sítios dentro dos lotes, mesmo que muitos deles, em 2014, encontravam-se ocupados quase que exclusivamente pelas lavouras de uma ponta a outra.

O ato de conduzir lavouras é o que permite, nesse contexto, definir-se (ou buscar reconhecimento) como “aquele que planta”, de onde deriva a ideia do agente responsável, “o produtor”, distinguindo-se entre os assentados. Foi durante a pesquisa que comumente fazíamos a pergunta aos entrevistados, “o senhor planta?”, e comumente a resposta de muitos era “eu não planto”. Mas em uma visita a um deles que residia sobre seu lote, repetimos essa pergunta e tivemos como resposta “eu não planto”, mesmo tendo, diante de nós, uma pequena área de feijão, mandioca, melancia, batata e hortaliças – as roças. Então, nos damos conta que estávamos diante de um significado do que era considerado “plantar”, que não era uma simples definição de um ou outro cultivo⁵⁸. “Plantar” era relativo à lavoura, aos produtos soja e milho, os mesmos produtos domi-

58 Esse fato nos fez retomar o texto de Heredia; Palmeira (2005) sobre as práticas de mensurar e medir como indicativos de sistemas de representação e as formas próprias de conceber as relações econômicas.

nantes em toda a região. Nesses termos, sobre essa definição do “plantar” se assentavam os atributos que legitimavam quem deveria dispor da posse e do uso da terra. Por isso, os “gaúchos” costumavam associar os “cuiabanos” aos que “não plantavam”⁵⁹, logo eles não teriam a legitimidade da posse e uso das terras naquelas chapadas e nos assentamentos criados sobre elas.

Uma experiência vivida pelos primeiros assentados de Ipiranga, em 1992, permite relativizar essa narrativa que relaciona a aptidão agrícola das chapadas aos produtores do sul do Brasil. Quando a primeira comissão dos futuros assentados, composta por integrantes da “turma de Nobres”, foi conhecer a área onde se localiza o município de Ipiranga do Norte, houve divergências entre eles quanto a aceitar ou não o ingresso naquelas “chapadas”. A maioria rejeitou aquelas terras (preferiam naquele momento as “terras de culturas”!), pois perceberam que era uma terra pobre, que necessitaria de muito adubo e calcário para poder produzir alguma coisa e, como consequência, haveria dificuldade de implantar nos lotes pequenas criações, plantio de frutíferas para o consumo doméstico. Embora reconhecessem o potencial para o desenvolvimento das lavouras mecanizadas, negaram aquelas terras observando as condições que teriam de prosperar dispendo de poucos recursos financeiros e que estariam distantes de aglomerados urbanos existentes.

Mesmo considerando que uma parte do grupo não aceitaria se instalar naquelas terras das chapadas, o INCRA exigiu que esse grupo de “gaúchos” saísse do acampamento na Fazenda Coqueiral Quebó, em Nobres, pois naquela área seriam assentadas somente

59 A oposição “plantar/não plantar”, nesse caso em particular, aproxima-se em termos de sentido da oposição “trabalhar/não trabalhar” (HEREDIA, 1979, p. 78-79), na medida em que o conjunto de ações relacionadas ao “plantar”, compostas pelo trabalho mecanizado, apresentam-se como as mais valorizadas e colaboram para estabelecer distinções entre os assentados. Contudo, o plantar implica em estabelecer algum nível de controle sobre o conjunto de tarefas associadas ao processo produtivo específico. Essas categorias serão retomadas na análise nos capítulos seguintes.

as famílias “cuiabanas” (assentamento com mesmo nome da antiga fazenda, criado em 1990, cf. Anexo I). Sem alternativa, um grupo de 56 famílias chegou ao projeto Eldorado I, em 1992, e assumiu lotes parcelares de 90 hectares.

Os assentados classificavam as “chapadas” a partir da oposição entre áreas “secas” e “úmidas”. As terras consideradas secas caracterizam-se pelos solos pobres em matéria orgânica e muitos ácidos e possuem boa drenagem, que impede a formação de olhos d’água na estação chuvosa. Já as terras úmidas, chamadas de “brejos”, também eram consideradas pobres e ácidas, quando comparadas com as terras “secas”, apresentam alguma fertilidade natural que permite o desenvolvimento de outros cultivos. As áreas “secas” passaram a ser muito apreciadas para o desenvolvimento da agricultura mecanizada e foram as primeiras áreas que entraram em processo de abertura e transformadas em lavouras, isso tanto nos lotes dos assentamentos como nas fazendas na década de 1990. Essas áreas coincidem com a presença de um tipo de vegetação com menor porte e densidade (com árvores baixas, retorcidas, espalhadas descontinuamente entre gramíneas), o que facilitaria a execução das tarefas do processo de abertura. Mesmo que não se dedicassem diretamente ao cultivo de lavouras, a facilidade de derrubada do Cerrado permitia uma rápida valorização da parcela de terra.

Mas, para muitos assentados, esses custos adicionais – necessidade de mais ou menos calcário ou adubos em um determinado produto ou a necessidade de contratar serviços de máquinas pesadas para fazer a drenagem e nivelamento da área – tinham muita relevância. Os “cuiabanos” consideravam todas as áreas dos Cerrados como ruins para o desenvolvimento tanto de suas roças como de suas criações, embora parecem ter acreditado nos “brejos” mais que nas “chapadas secas” para desenvolver suas atividades produtivas. Elas eram garantia de acesso à água dentro do lote, importante para as criações, uso doméstico e outros cultivos. Um lote “seco” na “chapada” obrigaria o assentado a morar na vila, pois não possuía água, não poderia cultivar pequenas roças e criar aves e porcos.

Não possibilitava a formação de pastagem, após a derrubada da vegetação nativa, e a criação de gado. Ao grupo de “cuiabanos” que se integraram aos projetos de assentamento foram destinados, principalmente, lotes sobre terras úmidas. De alguma maneira, os “brejos” possuíam características mais próximas às áreas de várzea presentes na região da baixada cuiabana. O senhor Natal – assentado em Ipiranga, em 1998 – relatou que “não se deu bem com seu lote”, porque preferiu um lote com mata mais densa – o Cerradão – característica das áreas mais próximas aos rios. A mata mais densa lhe envolveu maior dificuldade e custos para realizar o desmatamento e, assim, formar as primeiras roças ou pasto para o gado. Em seguida, ele observou que o solo, (mesmo com a mata mais densa), era pobre e os cultivos não vingavam, nem mesmo o capim, sem o uso de calcário e adubo. A representação que associava o tamanho e densidade da vegetação existente e a proximidade dos rios com a qualidade da terra, que ele trazia em sua experiência de vida, não se confirmaram naquelas terras.

Após isso, a maioria dos “cuiabanos” buscou meios para transformar, gradativamente, suas terras em pastagens ou lavouras, contudo, deparou-se com os custos adicionais relativos à drenagem e à sistematização das terras. Os relatos apontam que em sua maioria esse foi um dos motivos que levou grande parte dos 126 assentados das turmas da Baixada Cuiabana, Pedra Preta e Rondonópolis ou a deixarem suas parcelas ou a integrarem as “redes”⁶⁰ de outros assentados e produtores, em sua maioria “gaúchos”. Aos poucos, os “brejos” também foram transformados em lavouras e, ao final do processo de drenagem e sistematização mecânica das terras, os únicos sinais dos “brejos” são a existência de algumas valas do sistema de drenagem que aparecem em alguns locais e a coloração mais acinzentada da terra; de resto, não há diferenças visíveis em relação às “chapadas secas”. Consequentemente, as práticas de

60 A noção analítica de “rede” é parte do escopo que integra o Capítulo 3.

uso da terra não se diferenciam entre as “chapadas” e os “brejos” quando se tratam de “terras velhas”.

Vemos assim que tanto “cuiabanos” e “gaúchos” experimentaram o Cerrado, com estranhamentos distintos gerados a partir de seus quadros de referência de como lidar com as práticas de uso da terra. Dessa mesma forma, devemos observar que, de diferentes maneiras, os assentados vão dispor de experiências em relação à exploração agrícola, particularmente, à lavoura de soja.

1.4. Terras novas e terras velhas: práticas de uso

Os assentamentos da pesquisa se situam em lugares onde a expansão agrícola⁶¹ vem ocorrendo em diferentes intensidades e ritmos sobre novas áreas (BERNARDES, 2005; WESZ Jr, 2011). Nesse sentido, o tempo de uso da terra ganha importância, pois é associado a ele que se estruturam práticas e percepções dos diversos agentes. Os qualitativos atribuídos à terra –“nova” e “velha”– associam-se ao tempo de uso, tomando como ponto de partida a vegetação nativa, e o tempo de ocupação, segundo determinados padrões. Em regra, as terras do assentamento Mercedes eram consideradas “terras novas”, em 2013/14, pelos entrevistados, quando comparadas com os assentamentos de Ipiranga do Norte designados como de “terras velhas”. Esse pressuposto tornou-se observável na medida em que as práticas de uso das terras produziam especificidades no calendário anual. Na Figura 5, desenhamos o calendário anual, a partir de conjunto das informações, destacando suas especificidades das práticas sociais em relação ao tempo de uso da terra.

61 A expansão agrícola não pode ser vista somente pelo crescimento da área plantada, mas pelo movimento de transformação e produção do espaço social, de formas específicas de ocupação e uso da terra e da construção de relações sociais (HEREDIA, 1989).

nos lotes ou fazendas, movimento este que cessava entre as 9 e 16 horas, horários em que predominava extrema calma pelas ruas da cidade. No período seco do ano, constatamos maior intensidade na circulação nos espaços das firmas, dos bancos, das revendas e dos escritórios quando cessavam as atividades dos ciclos agrícolas da soja e do milho predominantes em toda a região. No que tange àqueles envolvidos com algum tipo de tarefa agrícola, muitos se deslocam até os demais assentamentos existentes em Ipiranga do Norte; já os não envolvidos se localizam em área contínua ao assentamento Eldorado I, mas estão um pouco mais afastados de forma dispersa no território do município. Tomando como referência o aglomerado urbano, temos: os assentamentos Mogiana I e II situados a 8 quilômetros a noroeste; assentamento Cristal Mel e Santa Irene, à nordeste, situados a 30 quilômetros; Furnas III situado a 25 km ao sul; e, por fim, o assentamento Bogorni I situado a 30 quilômetros em direção oeste (cf. Figura 4).

Nos assentamentos examinados, os produtos que compõem as lavouras eram a soja, o milho e o arroz⁶², com predomínio dos dois primeiros. O arroz marcava sua presença nas “terras novas”, geralmente como no primeiro e segundos anos de implantação de lavoura, seja após a abertura das áreas, seja após transformação das pastagens em lavoura⁶³. Na medida que se reduziam as áreas

62 É importante esclarecer que outros produtos podem fazer parte das lavouras (da agricultura), a depender do contexto e período histórico, conforme observou Heredia (1989) em estudo sobre Alagoas. No meio norte do Mato Grosso, por exemplo, o algodão é um produto que compunha a lavoura. Contudo, este não é cultivado nas terras dos assentamentos, sendo encontrado em algumas fazendas de maior escala. Do mesmo modo que o feijão (variedades de corda como caupi), possuía relevância na segunda safra, especialmente no distrito de Boa Esperança e município de Nova Ubiratã, inclusive entre os assentados, mas não é cultivado nos assentamentos que estamos analisando.

63 Nas “terras velhas”, o arroz é mencionado não como produto que integra a lavoura, mas como um produto agrícola que integra as “coisas da casa” (cf. será desenvolvido no Capítulo 2).

nessa condição, reduziam-se as áreas cultivadas com esse produto, e, efetivamente, ele não era encontrado nas “terras velhas”. Quanto ao milho, este era cultivado na mesma área imediatamente após a colheita da soja, ainda que esse produto não ocupasse a totalidade das áreas disponíveis e muitas delas permanecessem sem um segundo cultivo, de modo particular nas “terras novas”. As tarefas agrícolas vinculadas ao ciclo agrícola do milho e da soja são idênticas, inclusive, são utilizadas as mesmas máquinas e implementos, com pequenos ajustes.

As respectivas atividades predominantes nas “terras novas”, dentro do calendário anual, prolongavam-se durante todo o ano. O período seco, que apresentava maior calma nas “terras velhas”, segundo os entrevistados, era o período de maior movimentação nas “terras novas”, especialmente, devido ao conjunto de tarefas relacionadas à abertura de áreas. Assim, a “correria” aparecia mais relacionada a essas tarefas e menos ao próprio ciclo agrícola da soja e do milho. Isso modificava o período do ano em que se efetivavam os negócios com máquinas (compra e venda) e/ou a busca por novas terras para “abrir ou plantar”. Da mesma forma, alteravam-se as necessidades de trabalho que ficavam distribuídas ao longo do ano, ao mesmo tempo em que estas são mais intensas no período seco. A maior intensidade de atividades sendo executadas no período seco acabava por contribuir para fortalecer as percepções que associava as “terras novas” ao movimento e as “terras velhas” a “parado”, conforme exposto nas seções anteriores.

Ao considerarmos que a distinção entre os calendários anuais que orientam as práticas nas “terras novas” em relação às “velhas” estão relacionadas ao conjunto de tarefas que compõem o que se chama de “abertura de áreas”, cabe detalhar ao leitor as diversas atividades que caracterizam a mesma. No Quadro 2, reunimos o conjunto de tarefas e suas características a partir das informações obtidas no trabalho de campo.

TAREFAS	CARACTERÍSTICAS	
1. “Quebrar” (o Cerrado)	Realizada com dois tratores esteira posicionados a uma distância de 20 a 30 metros. Entre eles há uma corrente pesada (“correntão”). Os tratores movem-se juntos, e a corrente vai “quebrando” e derrubando a vegetação.	Mecanizado
2. Queima da área	Consiste em queimar a vegetação existente objetivando a limpeza da área.	Braçal
3. Enleiramento	Feita com tratores de pneus acoplados com um equipamento na dianteira chamado de “garfo”. Consiste em amontoar troncos finos, galhos, raízes em grandes leiras. Essas “leiras” serão queimadas várias vezes até seu desaparecimento.	Mecanizado
4. Catação de raízes 1	Consiste em retirar da área todas as raízes que vão aparecendo após o enleiramento. A tarefa é “braçal” e geralmente é feita por grupos de pessoas que “catam os paus” e amontoam nas leiras para depois serem queimados.	Braçal
5. Gradagem	Após a primeira catação de raízes, é feita uma gradagem pesada sobre a área com o objetivo de remover todas as raízes que ainda estão na terra.	Mecanizado
6. Catação de raízes 2	Idem ao item 4. A cada novo revolvimento da terra feito com os tratores, aparecem raízes, que devem ser retiradas, amontoadas e queimadas.	Braçal
7. Enleiramento 2	Idem ao item 3.	Mecanizado
8. Gradagem	Idem ao item 5.	Mecanizado
9. Catação de raízes 3	Idem ao item 4. Em geral, fazem-se de duas a três catações de raízes, sendo que a cada uma delas, a quantidade de raízes diminui.	Braçal
10. Aplicar calcário na área e adubos químicos	Após essa tarefa, o calcário é espalhado sobre o solo visando à correção da acidez. Em seguida, nova gradagem é feita na área que é considerada uma “área pronta” para os primeiros cultivos agrícolas.	Mecanizado
11. Drenagem (nos brejos)	Nas áreas de “brejo”, acrescenta-se ainda a tarefa de abertura de valas profundas sobre o solo visando à drenagem da água.	Mecanizado

Quadro 2: Abertura de áreas: tarefas e características

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados de campo

Para realizar a tarefa de “quebrar o Cerrado”, geralmente, eram contratados prestadores de serviços especializados que atuam na região, que possuíam máquinas pesadas para essa finalidade. Em terras onde existia a “mata fechada” pode haver associada à tarefa de “quebrar a mata” um desmate seletivo que consiste em derrubar as árvores mais grossas com a utilização de motosserras. Geralmente, nas áreas do universo de pesquisa, os madeireiros já haviam feito esse trabalho na maior parte das áreas nas proximidades do Rio Arinos e nas proximidades do assentamento Mercedes.

Em algumas áreas, a tarefa de “quebrar o Cerrado” dava lugar ao desmatamento com uso de motosserras, fato mais recorrente nas terras onde a mata era mais densa (caso de parte do assentamento Mercedes) ou quando o assentado não possuía nenhum dinheiro para pagar o serviço de tratores utilizados para tal tarefa.

Para as demais atividades mecanizadas, utilizavam-se tratores velhos de pequeno e médio porte (da marca CBT), facilmente vistos, ainda hoje, nas vilas, sedes de fazendas e sítios da área de pesquisa. Quanto mais lento fosse o processo de “abertura da área”, menor era a necessidade de contratação de pessoal para essa tarefa. Um ou dois homens davam conta de fazer as tarefas mecanizadas. No caso da catação de raízes, geralmente, contratavam-se trabalhadores sazonais, ainda que encontramos muitos casos em que a “abertura de área” envolveu nas tarefas braçais somente os membros da família, especialmente entre os assentados.

As informações do Quadro 2 ajudam a entender o que oficialmente se chama de desmatamento. Considerava-se que uma área estava desmatada quando a mesma passou pelas tarefas 1 e 2 do Quadro. Quando o objetivo era a criação de gado, após essas duas tarefas, eram lançadas sementes de capim após a queimada e construídas cercas no entorno da área. Observamos que nem sempre a semeadura de pastagem implicava no ato de criar gado sobre essa mesma área, isso porque o capim tinha uma segunda finalidade em terras novas. Em um ano (sem pastoreio), o capim alcançava mais de um metro de altura. Esse capim permitia maior agressividade

do fogo por ocasião de uma nova queima a ser realizada na estação seca seguinte, diminuindo ainda mais os restos da vegetação do Cerrado e facilitando a limpeza da área e acelerando, sem muito esforço e necessidade de recursos, a meta de amansar a terra.

Salientamos que nem sempre o processo de “abertura de áreas” era feito por completo como mostra o Quadro 2. Muitas áreas foram “quebradas” e “queimadas” e depois ficaram paradas por vários anos. Geralmente, nesses casos se usava “passar o fogo” uma vez ao ano, de modo a evitar a regeneração da vegetação nativa⁶⁴. As tarefas de “abertura de áreas” eram realizadas entre os meses de abril a setembro, caracterizados pela ausência de chuvas. Esse período facilitaria a execução das tarefas que tinham por princípio eliminar a vegetação natural. Fazer o revolvimento da terra, catar raízes ou queimar toda a área ou somente as leiras eram tarefas prejudicadas pelo tempo chuvoso. Ademais, nesses meses, não haviam produtos agrícolas nas lavouras que demandam o envolvimento de trabalho.

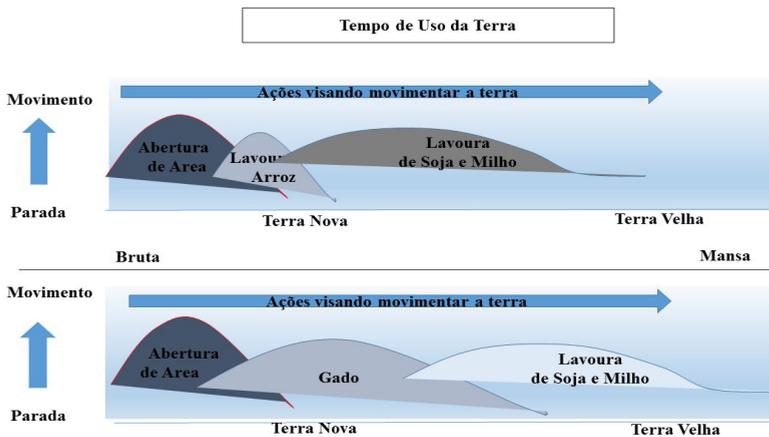


Figura 6: Tempo de uso da terra

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados de campo

64 Todas essas áreas que passaram pela tarefa 1 e 2 de nossa tabela, nos anos recentes passaram a ser chamadas de “áreas degradadas” ou “pastagens degradadas”, especialmente por técnicos.

Na representação que construímos na Figura 6, a partir das percepções dos assentados, entra em jogo a necessidade de “movimentar a terra” por meio de práticas de uso. As tarefas da abertura de áreas constituíam-se em uma espécie de primeira onda, que gerava o movimento e retirava a terra de seu ponto estagnado (“parado”) e natural. Em seguida, estavam as atividades relacionadas aos ciclos agrícolas do arroz e, depois, das lavouras de soja e milho. Em muitas áreas, o gado também exercia esse papel de gerar movimento sobre a terra (ver segunda ilustração na mesma Figura). Logo, o movimento em cada uma dessas etapas apresenta maior intensidade (cf. curva ascendente e, em seguida, decrescente) nos primeiros anos e depois esse movimento tende a diminuir e estabilizar. De qualquer maneira, o ato designado pelos assentados como “plantar” era a forma de manter permanentemente a terra em movimento tanto nas terras novas como nas velhas.

“Terra bruta” era a designação utilizada para terras que já passaram por algum tipo de intervenção humana sobre a vegetação nativa, como, por exemplo: i) áreas onde foi passado fogo uma ou mais vezes; ii) áreas “quebradas”, ou seja, onde foram feitas operações de derrubada da vegetação utilizando dois tratores com uma corrente; iii) áreas com pastagens formadas em meio a troncos derrubados e queimados. O adjetivo “bruto” trazia consigo o seu oposto, o “manso”, para fazer referência a áreas com mais de 10 anos de implantação de lavouras de soja. “Manso” parecia estar mais relacionado ao termo “terra velha”, demarcando certo tempo de produção agrícola mecanizada. O termo “terra nova” considerava o período de tempo intermediário, entre o “bruto” e o “velho”. A área começava a ser chamada de “terra nova” a partir do primeiro ano de cultivo agrícola até mais ou menos o sexto ou sétimo ano quando ininterruptos (também valendo caso o uso seja a criação de gado).

Havia uma enorme variação entre o ritmo de execução das tarefas de abertura de áreas por distintos agentes. No trabalho de campo de 2014, pudemos conhecer uma área coberta de vegetação nativa

do Cerrado, parte de uma fazenda nas proximidades da rodovia MT-010. Precisamente 30 dias depois, sobre toda aquela área havia uma lavoura de arroz recém-formada, o que sugeria que, em pouco menos de quatro semanas, todas as etapas mencionadas no Quadro haviam sido executadas. Mas no caso dos assentados, por mais que haja variações no ritmo e forma que as tarefas eram executadas, o processo de abertura de área levava entre 2 a 5 anos. Geralmente, numa estação seca (de preferência entre abril-junho), era feita a tarefa de “quebrar o Cerrado”, pois isso permitia que no final da estação seca (agosto-setembro) se realizasse a primeira “queima da área”. Na estação seca seguinte, davam-se prosseguimento as tarefas do enleiramento, as várias catações de raízes e gradagens, visando, em última instância, deixar a terra pronta para a semeadura do arroz nos primeiros meses da estação da chuva. Sendo a tarefa de quebrar o Cerrado feita geralmente via contratação de serviços de terceiros, muitos assentados realizaram essa tarefa de uma só vez em área maior. Por exemplo, seu De Carli realizou a quebra do Cerrado em 60 hectares de seu lote de uma só vez. Depois realizou às demais tarefas somente em 20 hectares por vez. Isso significa que ele cultivou 20 hectares de arroz no segundo ano, outros 20 hectares no terceiro ano e, por fim, os últimos 20 hectares no quarto ano. Nas áreas quebradas onde não era dada sequência nas tarefas de abertura (enleiramento, catação de raízes etc.), utilizava-se a prática da queima anual durante a estação seca, impedindo a regeneração da vegetação nativa.

Tais diferenças, que serão analisadas com maior profundidade nos próximos capítulos, estão relacionadas a diferenças nos ritmos adotados (ou possíveis de serem adotados) e ao controle dos recursos (materiais e imateriais) disponíveis pelos assentados associados às relações sociais dos agentes. Isso significa que as diferenças estão menos vinculadas ao tipo e à sequência de tarefas, mas como cada assentado conduzia com cada uma delas.

CAPÍTULO 2

AS CASAS E A LAVOURA

No capítulo anterior, descrevemos as condições sociais, econômicas e políticas que permitiram a criação dos projetos de assentamentos e suas particularidades, bem como examinamos algumas das diferenças mais gerais que constituíram “os assentados” no universo de pesquisa. Agora, nosso objetivo é refletir sobre como a lavoura de soja integra a organização das unidades domésticas entre os assentados.

Sobre esse aspecto, cabe retomar a afirmação dada pelo assentado e então Secretário Municipal da Agricultura de Ipiranga do Norte: “aqui não é um assentado que nem tu conheces em outras regiões, no Norte e Nordeste. Lá, o cara vende uma caixa de mandioca na feira e pronto; aqui não, aqui o assentado mexe com soja”⁶⁵. Essa afirmação, diante do pesquisador, tentava colocar em evidência as particularidades dos assentamentos estudados em relação aos existentes em outras regiões. A compreensão dessas possíveis particularidades, dos “assentados que plantam soja” passava, necessariamente, pela análise das formas de condução e organização de suas “unidades de trabalho familiares”. Supõe examinar as práticas econômicas produzidas pelos agentes – assentados – os quais não são agentes individuais, mas que compunham pequenos agrupamentos compartilhando recursos produtivos e os resultados decorrentes para garantir sua sobrevivência.

65 Vito, entrevista (20/09/2013).

Esses pequenos agrupamentos conformam, para fins analíticos, as unidades sociais e econômicas, que garantiam a reprodução física e social de seus membros – os grupos domésticos. Contudo, não se tratam de agrupamentos de indivíduos iguais, pelo contrário, os dados supunham distinções importantes em sua dimensão “interna”, assim como em suas condições de acordo com concepções relativas a capacidades e necessidades variáveis quanto ao gênero e à fase do indivíduo ao longo de seu ciclo de vida (FORTES, 1971).

Sobre essa perspectiva, tomamos como ponto de partida as formulações de Heredia e Garcia (1972) que propuseram analisar as “unidades de trabalho familiares”⁶⁶ não como uma unidade em si, mas uma unidade constituída por duas dimensões relacionais, ou seja, pela unidade de produção e pela de consumo. Até então, as leituras feitas por outros autores tratavam produção e consumo como um mesmo fato⁶⁷, não dissociando essas dimensões na análise. Posteriormente, em seus estudos sobre o campesinato marginal da *plantation* no Nordeste, Heredia (1979) e Garcia Jr. (1983), demonstraram como na organização interna dos grupos domésticos estava informada pela unidade de produção, de um lado, e de consumo, de outro, e a partir dessa oposição se constituíam os lugares de cada um dos seus membros, especialmente segundo o gênero e fase no ciclo de vida. Inspiramo-nos na forma de análise desses trabalhos para desenvolver esse capítulo na tentativa de evidenciar por que a lavoura de soja, em particular, era tão valorizada, mesmo pelos assentados com menores condições socioeconômicas.

Ao que nos parece e, procuraremos demonstrar adiante, para o nosso caso, as unidades de produção e consumo estão informadas a partir da oposição casa-lavoura. Entretanto, como já indicamos

66 Noção que aparece no trabalho de Chayanov (1966), para examinar as especificidades da “economia camponesa”, em relação a economia capitalista.

67 Tratam-se de autores como Shanin (1971), dentre outros, os quais fizeram apropriações do trabalho de Chayanov (1966).

no capítulo anterior, falar em lavoura no contexto estudado se refere estritamente à produção de soja e milho e, por vezes, o arroz quando referido às “terras novas”. Nesses termos, tratam-se de produtos agrícolas estritamente comerciais, cuja finalidade única é venda, e a partir desta é que seu valor monetário é convertido em bens ou serviços equivalentes e torna-se acessível para dar conta de necessidades socialmente reconhecidas dos grupos domésticos e seus integrantes.

Sobre esse ponto, é importante informar ao leitor que para fins de análise tomaremos como base os assentados que mexiam com lavoura de soja e milho ou envolvidos com essa modalidade de produção de alguma maneira. Temos ciência das implicações desse “recorte”, pois ele nos remete, conforme já salientamos no capítulo anterior, a tratar com maior propriedade de um contingente de assentados, que nem sempre representa a diversidade que integra essa categoria, mesmo no contexto estudado.

O capítulo está organizado a partir de três eixos transformados em seções. Na primeira seção, procuraremos demonstrar como se constituem lugares sociais dos membros do grupo doméstico a partir das esferas da produção e do consumo. Veremos que essas esferas se conformam a partir das diferenças de gênero. Se são esferas distintas, elas somente podem ser compreendidas de forma relacional de modo a verificar que particularidades existem no grupo estudado em relação a outros contextos a partir das classificações de produtos, tarefas e atribuições. Na segunda seção, examinaremos como a relação entre as fases do ciclo de vida dos grupos domésticos e sua composição informam o ritmo e a intensidade, tanto de uma como de outra dimensão (produção e consumo). Assim, as decisões em relação a investir mais ou menos na lavoura ou o aumentar ou diminuir os “gastos da casa” se mostram informadas pela condição dos grupos domésticos, mesmo diante de circunstâncias variadas que não controlam no trato com a lavoura. Por fim, na última seção, o eixo será as distinções segundo a idade, especialmente, examinando a relação entre pais e filhos (antes e depois do

casamento destes), de modo a tornar evidente como nesse contexto se constituem as bases que conformam as próprias diferenças entre idade, informados pela oposição “velhos” e os “novos”. Aqui suscitamos a questão quanto aos limites de examinar, nesse contexto, a economia doméstica como unidade fechada.

2.1. Os limites da produção e do consumo

Nesta seção, examinaremos a constituição das esferas de produção e consumo em grupos domésticos e algumas de suas variações. Inúmeros estudos já estabeleceram a relação entre a esfera doméstica como associada ao universo feminino e ao extradoméstico como universo masculino, a ponto de isso ter sido evidenciado em inúmeros contextos e grupos sociais⁶⁸. Mas se isso aparece em

68 A partir da década de 1960, com a emergência da crítica feminista, diversos trabalhos em antropologia chamaram atenção para a importância da dominação masculina como fenômeno universal presente em todas as sociedades. Segundo essa perspectiva, a associação entre o universo feminino, a natureza ou a reprodução biológica e o universo masculino, a produção e ao domínio político constituía o princípio que fundava a dominação (ROSALDO M., 1974; ORTNER; WHITEHEAD, 1981, entre outras). Contudo, justamente esses trabalhos passam a operar com a noção de gênero para examinar as diferenças entre homens e mulheres como processos sociais ou culturais em diferentes sociedades observando como se construía socialmente e simbolicamente as próprias diferenças biológicas (sexo). Mais tarde, essa perspectiva universalista foi objeto de críticas, pois muitas vezes impedia a exploração etnográfica das particularidades de cada grupo social estudado em relação ao gênero. Chamavam atenção para o risco de tomar a dominação masculina como um pressuposto universal, sem examinar as especificidades e suas manifestações (ou não) nas diferentes sociedades, sendo compreendida como um produto da visão ocidental que sempre colocava a mulher ou o feminino no polo inferior na análise (MACCORMACK, 1981; STRATHERN, 1988, entre outras). Essas observações são pertinentes para este trabalho, pois nos alertam quanto à necessidade de observar as diferenças de gênero em suas particularidades no universo de pesquisa, não pressupondo sua existência a partir da literatura especializada sobre o tema. Ao mesmo tempo, indicavam a importância de dar voz às mulheres no próprio trabalho de campo.

diferentes contextos, não significa, a priori, que seja a mesma coisa no nosso universo de pesquisa. Por essa razão, vamos examinar as atribuições assumidas por cada indivíduo, segundo o gênero, assim como suas características e variações em diferentes casos para, posteriormente, estabelecer o diálogo com outros trabalhos que investiram nesse tópico em outros universos sociais. Adentramos no exame do lugar que possui a soja no interior das economias domésticas, pois se ela assume caráter predominante no assentamento e na região, também as atribuições associadas a ela colaboram para identificar hierarquias entre os membros do grupo doméstico e a constituição da esfera da produção em relação ao consumo.

2.1.1. “A lavoura é só para os homens”

A observação de inúmeros casos de assentados envolvidos de alguma maneira com a lavoura de soja e milho – e incluímos aqui a abertura de áreas visando formá-las – sugeriu que esses produtos agrícolas sempre apareciam assumidos pelos homens. Nesse sentido, o trecho da entrevista com Valdomiro e Marinês (63 e 61 anos) foi esclarecedora quando se referiam às atividades que dispunham sobre o lote de “terra nova” em anos anteriores:

Pesquisador: Vocês tinham a lavoura, mas tinham alguma outra coisa?

Valdomiro: Só lavoura, não tinha outra coisa.

Pesquisador: Só lavoura. Para ir passando o ano, ia fazendo como? Vendendo produto?

Valdomiro: Era só quando colhia. Colhia, entregava pra pagar o pacote se sobrava, se não...

Marinês: Aí tinha coisarada, tinha vaquinha de leite.

Valdomiro: Coisa de casa? Ah sim, a miudeza, tinha de tudo, plantava mandioca, batata, feijão...

Arroz plantava pro gasto. Criava uns porquinhos, uns frangos, umas vaquinhas de leite no começo, a gente se defendia com essas coisas de casa.

Pesquisador: Pergunto porque as vezes a gente nem vê isso.

Valdomiro: Isso a gente tinha de costume. Hoje que a gente não tem porque mora aqui na cidade, mas quando morava no sítio, tinha (Assentado, 04/11/2013).

As “coisas da casa” incluíam a criação de algumas cabeças de gado, alguns porcos e galinhas, além do que chamou de “miudezas” para se referir ao cultivo de mandioca, feijão e arroz para prover o autoconsumo. Esses produtos e criações apareciam ligadas à casa e estavam ao encargo de Marinês, tendo a colaboração do marido para algumas tarefas eventuais, especialmente, o abate periódico de alguns dos animais. Vimos que foi preciso que Marinês lembrasse das “coisas da casa” enquanto seu marido só fazia menção à lavoura diante do pesquisador. Esse tipo de exposição era comum entre assentados, cuja trajetória era marcada pela condução de lavouras. Logo, eram as mulheres que costumavam fazer referência à casa (e às “coisas da casa” como seu prolongamento) – incluindo também tarefas com limpeza, preparo de alimentos, cuidado com os filhos – pois, ao fazê-lo, também colocavam em evidência sua importância na manutenção do grupo doméstico. Nesse sentido, a delimitação do âmbito da casa, incluindo também um conjunto de atividades ligadas a ela (criação de vacas leiteiras, roças de mandioca e feijão), estavam ao encargo da mulher e sugeriam a constituição da esfera do consumo, enquanto que a lavoura estava ao encargo do marido (por vezes dos filhos adultos), sugerindo a esfera entendida como de produção.

Essa caracterização feita pelo casal entrevistado era facilmente encontrada nos lotes dos assentamentos situados sob as “terras novas”. Ali era comum que as “coisas da casa” estivessem dispostas

nas proximidades da “casa”⁶⁹, onde, frequentemente, também existiam árvores de sombra e por vezes frutíferas, pequenas instalações para criação de porcos e galinhas e cercados, onde ficavam algumas cabeças de gado. Esses itens ocupavam uma área mais ou menos circunscrita do lote, tendo em vista que a maior parte do mesmo estava reservado para os ciclos anuais das lavouras de soja e milho. Comumente, os itens descritos não ultrapassavam três hectares no interior de lotes que variavam entre 55 e 90 hectares. O restante, retirados alguma mata ou nascente de água, eram reservados para o uso com lavouras.

Se a exposição de Valdomiro e Marinês diante do pesquisador já revelava a oposição entre casa (incluindo as coisas da casa), associada à mulher e a lavoura associada ao homem, isso não aparecia da mesma maneira entre alguns assentados que não mexiam com lavoura⁷⁰. Nesse caso, eram os homens que faziam menção aos

69 Utilizamos o termo “casa” entre aspas para nominar a unidade de residência, a estrutura física, tal como é recorrente ser utilizado pelos assentados. Com esse recurso, pretendemos não confundir o leitor com o uso da categoria casa relacionado às representações sobre a unidade de consumo e associados, habitualmente, a esfera feminina, aspecto em análise nesta seção.

70 O uso do termo sítio era comum entre os assentados independentemente de seus locais de procedência. Isso é particularmente curioso, pois no sul do Brasil – local de origem de muitos dos assentados não há registros que tratam do uso do termo “sítio”, mas, sim, “colônias” (cf. SEYFERTH, 2009, p. 275-290). Sabemos que seu uso aparece em estudos como São Paulo, Minas Gerais ou ainda no norte do Paraná, locais que integraram o itinerário de muitos assentados denominados de “cuiabanos” antes de chegarem em Mato Grosso. Mas essas aproximações parecem ganhar maior expressão, pois há registros de que nos projetos de colonização realizados em Mato Grosso na década de 1950 e 1960 fracionavam as terras em “fazendas” e “sítios”. Os “sítios” tratavam-se de parcelas de 25 a 40 hectares, onde foram alocados colonos descendentes de japoneses e italianos. (GUIMARÃES, 1988). Mais tarde, esses “sítios” passaram a ser chamados de “lotes”, tanto nos projetos de colonização como nos assentamentos em Mato Grosso. Isso sugere apropriações do termo “sítio” de parte dos assentados “gaúchos” em terras mato-grossenses por guardar aproximações aos significados dados por eles à “colônia” ou mesmo ao próprio “lote”.

“sítios” ou às “coisas do sítio”, que abrigavam os mesmos produtos e criações mencionados pelo casal como “coisas da casa”:

Lá no sítio, tenho de tudo, porco, gadinho, galinha, umas frutas como banana, manga e goiaba. Mas no lote, tenho uns 80 hectares de lavoura que o AR que planta (Mário, assentado, 23/10/2013).

Eu arrendei um sitinho onde tenho minhas abelhas. Tem a casa e um quintal perto. Ali tenho umas cabeças de gado, banana, mandioca, galinhas e uns porquinhos pro gasto (Juarez, comerciante, 23/10/2013).

O fato de o assentado não mexer com lavoura, concretizava o âmbito da produção e do consumo de outra forma. Nesses casos, criações como gado e porcos, roças de arroz⁷¹ e feijão, por exemplo, passavam a ser assumidos pelos homens e foram descritos ao pesquisador como constituintes do “sítio”, logo não eram definidas como “coisas da casa”. Nesses casos, o “sítio” abrigava em seu interior a “casa”, que concretizava o âmbito do consumo, mas os produtos e criações mencionados eram assumidos pelo homem, tal como se referem os assentados Juarez e Mário⁷². Quando o assen-

71 O arroz era um produto que poderia, em determinadas circunstâncias, ser parte da lavoura, como em outros casos, parte do sítio ou “coisas da casa”. Esse trânsito se refere ao lugar e à finalidade que esse produto ocupava dentre os produtos agrícolas, criações e outras atividades. Nas “terras novas”, era comum que o primeiro ano de cultivo fosse de arroz na área que seria posteriormente ocupada pela soja. Nesses casos, ela era assumida pelos homens e se concretizava em espaços destinados aos produtos mais importantes. De forma inversa, ele poderia assumir espaços menos importantes, sendo classificado como “roça de arroz”, perdendo essa posição. Em nenhuma situação esse trânsito foi verificado com a soja e o milho, que jamais integravam o sítio ou mesmo “coisas da casa”.

72 Essa breve descrição da percepção de assentados que não mexiam com lavoura se aproxima do que foi verificado em outros universos sociais, a partir da oposição casa-roçado (HEREDIA, 1979; GARCIA Jr. 1983) ou

tado passava a mexer com lavoura, geralmente, os demais produtos e criações passavam a ser assumidos pelas mulheres e assumiam outras tarefas na economia doméstica, como detalharemos adiante. Sobre essa perspectiva, o “sítio” não abrigava a lavoura, pelo contrário, opunha-se a ela, sendo o primeiro referido ao controlado da mulher e a segunda, ao controle do homem, mantendo, a partir dela, a responsabilidade sobre o grupo doméstico como um todo. Essa diferença entre casa-sítio para casa-lavoura e/ou sítio-lavoura sugere que está em jogo a forma como essas esferas eram representadas de acordo com as diferentes condições dos grupos domésticos analisados.

A associação da mulher ao âmbito do consumo tinha sua maior expressão na referência aos “gastos da casa”. Não por acaso, um dos atributos muito valorizados no contexto estudado se relacionava à capacidade da mulher de controlar os “gastos da casa”, conforme destacou uma assentada: “eu aprendi desde pequena ser muito controlada, eu sempre fui uma mulher que não tive luxo, como outras mulheres que vivem aqui em Ipiranga do Norte”⁷³. Esse atributo de “pessoa controlada” era apreendido durante o processo de socialização iniciado na infância, que foi moldando as qualidades pessoais segundo o seu gênero, constituindo as “disposições incorporadas”, tal como formulou Bourdieu (2009, p. 86-107). Constituir-se como uma “mulher controlada” aparece como o pressuposto para assumir atribuições relativas ao controle dos “gastos da casa”, ou seja, do consumo do conjunto dos membros do grupo doméstico, inclusive abdicando, se preciso, das necessidades pessoais.

casa-sítio. Veremos que quando a lavoura passa a ser parte do âmbito da produção, as percepções dos assentados sobre os limites do âmbito da produção e consumo se apresentam de maneira distinta. Os assentados descritos eram nominados como “cuiabanos” nesse contexto, sendo mais frequente o relato de “sítios” descritos de forma frequente nas “terras novas”, o que em Ipiranga do Norte se refere a um período entre 1992 a 2004 e no assentamento Mercedes, de 2000 até o presente (2017), aproximadamente.

73 Relato da assentada Rosa, registrado no Caderno de Campo em 24/10/2014.

Para os assentados que mexiam com lavoura, esta representava o âmbito da produção. Nela, a maior participação das mulheres apareceu, particularmente, no contexto das “terras novas” em diversas tarefas relacionadas à abertura de áreas, quando havia uma maior exigência de força de trabalho para sua execução, conforme relato a seguir:

Para abrir as terras, os pobres se viram só com suas forças. No meu caso, era eu e a mulher e, às vezes, o rapaz ajudava. Aqui, se tu vais ali naqueles assentados, aqueles era uma coisa séria. Tu pega o velho trabalhando no trator, a mulher, moça, rapaz, e aí tu vês aquela meninos que nem no colégio não vão, 4 a 5 anos com um pouco de farelo e óleo diesel botando fogo pra queimar pra ajudar (Laércio, assentado, 13/10/2014).

As limitações para pagar a empreitada nesse tipo de tarefa manual, devido a serem “pobres” diante da necessidade de força de trabalho, favorecia a intensificação do esforço de seus membros⁷⁴. No relato há menção não só à mulher, mas também às crianças executando tarefas na catação de raízes⁷⁵, de acordo com gênero e idade. As tarefas assumidas por cada um nesse tipo de empreitada revelam a hierarquia entre os membros do grupo doméstico. Assim, o “velho” (homem) assumia o trator (serviço mecanizado, considerado mais valorizado) sendo seguido da mulher e das crianças que catavam as raízes, amontoavam e ateavam fogo (serviços manuais). Sobre o trator, o “velho” controlava o conjunto da

74 Foi Chayanov (1966, p.5) que, em seu modelo de análise sobre a economia camponesa, identificou a sobre-exploração dos membros da família como dispositivo para compensar a baixa remuneração do trabalho.

75 Conforme Rumstain (2012, p. 127-128), a tarefa de catação de raízes era classificada como a tarefa mais penosa e depreciada entre as diversas tarefas do calendário agrícola, mesmo no interior das fazendas. Para o assentado ter de mobilizar a família para executá-la era o símbolo máximo da precariedade de suas condições e impossibilidade de pagar a empreitada de peões para executá-la.

empreitada, inclusive porque de cima da máquina tinha a visão do que cada um executava o tempo todo. No relato, as tarefas assumidas pelas mulheres e crianças na abertura de áreas foram classificadas como “ajuda” ao “velho” que “trabalhava”, afinal, era ele o responsável pela condução do conjunto de tarefas da abertura de áreas onde seriam implantadas lavouras de arroz e soja nos anos agrícolas vindouros⁷⁶.

Os assentados que, por razões diversas, não conseguiam mexer com lavoura, diziam que “não gostavam de ficar parados e que pretendiam um dia plantar”. Nesses termos, o “plantar” se associa a concepções de movimento – “movimentar” ou “se movimentar”. Em grande medida, a ideia de movimento associada ao âmbito da lavoura tinha sua expressão no trabalho mecanizado, que permitiam ampliar o ritmo da execução das tarefas, quando postas em oposição à casa, onde a maior parte das tarefas envolviam o esforço físico e o uso de ferramentas manuais, sendo considerado o lugar de “parar” ou de menor movimento. Paralelamente, a lavoura exprimia uma ideia de movimento, associada ao dinheiro, expressando o âmbito onde ele era gerado e onde passava a circular, seja no interior da economia doméstica ou fora dela, por meio de transações comerciais e da realização de negócios agrícolas.

O assentado (e o produtor) que conduzia a lavoura, como mencionamos no capítulo anterior, era o agente reconhecido como “aquele que plantava”. A oposição entre plantar/não plantar servia para demarcar diferenças entre os assentados (“gaúchos” e “cuiabanos”), entretanto, também era pertinente para identificar os lugares assumidos pelos integrantes no “interior” de um mesmo grupo doméstico. “Plantar” aqui não no sentido de executar uma tarefa específica associada ao “plantio” de um ou outro produto agrícola, mas no sentido de gerir o ciclo agrícola desses produtos

76 Aqui aparece a identificação das categorias “trabalho” em oposição a “ajuda” com significado similar ao verificado em outro universo social por Heredia (1979, p. 79).

como um todo e/ou o processo produtivo, assim como sua destinação para as necessidades dos membros do grupo doméstico. Mexer com outros produtos agrícolas, não classificados como integrantes da lavoura, mas chamados de “roças”, de “miudezas”, de “coisas da casa” ou o próprio “sitio”, significava o mesmo que “não plantar”. Quando se diz que o homem, o pai, o “mais velho” que representa “quem planta”, está posto que os demais membros, quando executam qualquer tarefa, “ajudam”, sugerindo a existência de significados similares à oposição “trabalho/ajuda” verificada em outros universos sociais.

Com maior ou menor intensidade, as mulheres participaram ativamente das tarefas de abertura de áreas e implantação de lavouras nas “terras novas”. Algumas exceções em que as mulheres ficaram totalmente ausentes da “ajuda” nessas tarefas se referem a produtores que dispunham de mais recursos monetários e por isso pagaram a execução dessas tarefas. Por conseguinte, na medida em que as terras foram sendo transformadas em lavouras e as tarefas mecanizadas e, com efeito, passou a predominar o calendário anual típico das “terras velhas”, as mulheres, com algumas exceções, desapareciam do espaço da lavoura, e, nesses termos, dizia-se que elas nem “ajudavam”. Não por acaso, sobretudo, nas “terras velhas”, “a lavoura é só para os homens”⁷⁷, conforme assinalou uma assentada, a ponto de as mulheres, na maioria das vezes, nem circularem por elas⁷⁸, sem ao menos estarem acompanhadas por homens.

77 Ileisi, assentada do assentamento Santa Rosa II, em Sorriso/MT (15/09/2008).

78 Quando visitávamos um casal de assentados que residia sobre seu sítio, acompanhado de um técnico, a mulher interagiu conosco o tempo todo sobre diversos assuntos. Em seguida, fomos convidados a adentrar a lavoura de soja que se encontrava a 30 metros da casa, depois do quintal e das árvores. Ela nos acompanhou até o limite da lavoura, momento em que se calou definitivamente, enquanto somente os homens seguiram para dentro da lavoura.

A participação das mulheres nas tarefas agrícolas mecanizadas (mesmo como “ajuda”) em “terras velhas” era algo muito raro. É verdade que isso tem relação com a menor necessidade de trabalho nos ciclos agrícolas em relação às “terras novas”, em função da quase exclusividade das tarefas mecanizadas e de estas, no contexto estudado, habitualmente serem assumidas pelos homens. O único caso de participação das mulheres nas tarefas mecanizadas da lavoura que verificamos em campo fornece dados para a reflexão:

A minha esposa já me ajudou a plantar milho. Eu, na colheitadeira colhendo, com o tempo bom, aí a minha esposa pegou o trator e foi plantar. Ela aprendeu na época que moramos na fazenda. Ela sabe cuidar dessa coisa de semente e adubo e opera o trator, se precisa. Aí eu na colheitadeira colhendo, dava uma chuva, eu parava e ela vinha pra casa, aí eu pegava no trator e plantava até encostar na máquina. Desse jeito, tocava a colheita da soja e o plantio do milho ao mesmo tempo (Igor, assentado em Ipiranga do Norte, 15/09/2014).

Igor contou com a esposa Denise, que operou o trator nas tarefas do plantio de milho. Mesmo assim, Denise nunca executou qualquer serviço mecanizado sozinha na lavoura, mas sempre acompanhado do marido. Se a tarefa era o plantio que requeria o uso de um trator acoplado com plantadeira, era o marido que operava o trator e a esposa monitorava a plantadeira. No momento da colheita da soja e o plantio do milho, tarefas que ocorrem concomitantemente, o marido operava a colheitadeira, e a esposa, o trator, mas ambos se encontravam próximos, ainda que realizando operações diferentes. Esses exemplos servem para demonstrar que mesmo que a mulher estivesse presente na execução de tarefas agrícolas da lavoura, na própria divisão das tarefas mecanizadas, a mulher geralmente assumia aquelas consideradas secundárias. Operar a colheitadeira era considerada uma tarefa superior em relação ao trator, assim como operar o trator era superior à tarefa

de monitorar a plantadeira. Sobre esse aspecto, Igor dizia que “ela ajudou”. Ainda assim, essa situação foi relatada pelo próprio assentado como ocorrida somente em um ciclo agrícola do ano de 2013. Já para o ano seguinte, Igor estava acordando com um sobrinho de 15 anos para “ajudá-lo” no plantio da soja, tendo em vista que não tinha filhos homens e, desse modo, também pretendia evitar a circulação da mulher na lavoura.

Tal participação não se limitava à execução de algumas tarefas agrícolas. Chamou-nos atenção que inúmeros relatos (de homens e mulheres) que consideravam as atribuições das mulheres, associadas ao controle, não restrito ao âmbito da casa, mas se estendiam à própria lavoura, ou seja, justamente o espaço da primazia dos homens. Se as mulheres apareciam afastadas da lavoura e dos processos exercidos diretamente sobre as mesmas, elas estariam próximas às redes afetivas, sejam elas familiares ou não, onde estariam os homens (maridos, filhos, genros) que controlavam os processos constitutivos da lavoura. Em termos das práticas sociais, esperava-se que o controle constitutivo sobre a casa fosse expandido por meio do controle das pessoas (particularmente do pai, marido ou filhos) de forma a alcançar a lavoura, auxiliando o marido nessa atribuição, sobretudo, em situações de eminentes conflitos. Evocavam, assim, o reconhecimento da “ajuda” e de sua disponibilidade em colaborar quando o marido julgasse necessário, assumindo tarefas que não específicas ao âmbito da casa.

Mas ainda que essa “ajuda” fosse valorizada no âmbito da lavoura, na medida do possível, ela era evitada⁷⁹. Ter de mobilizar a mulher e os filhos pequenos para assumir tarefas na lavoura era compreendido como expressão de aquele assentado não possuía pessoas com as quais pudesse mobilizar para além do grupo

79 Esses dados vão ao encontro das formulações sobre o uso do trabalho familiar em Heredia (1979). Segundo a autora, a “ajuda” das mulheres e crianças no roçado indicava uma situação de precisão e de limitações para mobilizar vizinhos para essa tarefa.

doméstico, sejam pessoas “da família” (irmãos, pais, cunhados, sogros) ou mesmo vizinhos⁸⁰. Era um sinal de que aquele assentado possuía poucas pessoas com quem pudesse contar e não havia construído novos vínculos desde sua chegada. A construção desses vínculos com outros assentados e produtores das proximidades poderia viabilizar por meio de trocas, nem sempre envolvendo pagamento em dinheiro, o aumento de recursos (sobretudo, de capacidade de trabalho), de modo suprir deficiências não atendidas pelos homens adultos do grupo doméstico. A efetivação desse princípio também colaborava para reduzir a presença das mulheres no âmbito da lavoura, especialmente, nas tarefas específicas do ciclo agrícola.

Se na lavoura a execução de tarefas por parte da mulher era considerada como “ajuda”, no âmbito da casa costumava-se dizer que “ela faz as obrigações dela” ou “ela cuida da casa”, expressões que indicavam as atribuições da mulher, nunca utilizando a expressão “ela trabalha na casa”, por exemplo. Entretanto, haviam situações que se dizia que as mulheres “trabalhavam”, conforme revelam alguns relatos:

Ela [esposa] trabalha no Sicredi [agência bancária]. Lá, ela faz o café de manhã cedo lá, é uma hora e pouquinho, e agora de tarde tem ela e outra mulher fazem a limpeza lá. Ela começa às duas horas; quando é quatro horas, ela está em casa. E é bom. Ela sempre trabalhou (Lauro, assentado, 06/11/2013).

Porque eu nunca saí do assentamento rural, só trabalhei dentro, muito tempo como agente de saúde (Elaine, assentada, 31/10/2013).

80 Um relato informal coletado numa roda de conversa colabora com essa argumentação: “tudo bem que o cara é pobre e não tem dinheiro, mas ele não se dá com quase ninguém, por isso tem mais dificuldade de tocar as coisas”. Essa avaliação sobre o próprio caso que enunciamos evoca a importância de dispor de pessoas com as quais se podia contar como dispositivo para suprir determinadas insuficiências de recursos monetários.

Aí nós mudamos da Mercedes pra cá pra cidade, porque a mulher queria trabalhar e tinha os filhos pequenos para ir ao colégio (Claiton, assentado, 13/09/2014).

Vemos que atribuições desempenhadas pelas mulheres eram classificadas como “trabalho”, em todos os casos nos quais elas estavam empregadas em estabelecimentos comerciais, firmas, revendas agrícolas ou quando realizavam serviços mesmo que periódicos como faxinas em outras residências ou conduziam algum “negócio” próprio, como prestação de serviços como cabeleireiras, produção artesanal de roupas, entre outros – concretizados particularmente na vila. Lembramos ao leitor que essa vila era a agrovila do assentamento que mais tarde tornou-se sede distrital e municipal de Ipiranga do Norte e onde o maior número de assentados constituiu residência. Nesses termos, aparece uma variação relativa às atividades realizadas pela mulher “fora de casa”, sobretudo, no espaço da vila ou pequena cidade, característica comum entre os assentados que residiam nas mesmas. Todavia, os próprios relatos revelam que, ao assumir o trabalho “fora”, elas seguiam com suas “obrigações” na casa, tanto que, os próprios entrevistados ilustram uma tentativa de conciliar determinadas ocupações que não absorvessem todo o tempo diário e, assim, dar conta da limpeza, preparo de alimentos, necessidades dos filhos pequenos e assim por diante. Não por acaso, o trabalho “fora” só era assumido quando sua realização não se objetivasse distante do espaço da residência. Isso é particularmente um fato, pois trabalhar em empregos na vila implicava em residir nela (ou mudar-se para a vila), exceto os casos que residiam em lotes situados há poucos quilômetros da mesma. É isso que aparece no relato de Claiton mencionado acima. Os homens também trabalhavam “fora” de maneira eventual, contudo, não estava em questão a distância da “casa” ou mesmo a própria ausência dela por alguns dias.

No espaço da vila é que se efetivam os negócios agrícolas – comprar, vender, trocar produtos agrícolas, máquinas e insumos

relacionados, sobretudo, à lavoura, atribuições eminentemente masculinas. “Fazer negócios” requeria o estabelecimento de interações com outros agentes e, paralelamente, circular em alguns espaços como bancos, firmas e revendas, os quais exprimiam a face “externa” do grupo doméstico. Em situações de impossibilidade do homem “mais velho” (geralmente, o pai) tocar todas as tarefas relacionadas aos negócios ou de necessidade de mais pessoas para cumprir algumas tarefas, em havendo filhos adultos, eram estes que assumiam algumas atribuições. Caso não os tivessem, era comum acionar irmãos ou cunhados, antes de recorrer à mulher.

Sobre esse aspecto, tivemos a oportunidade de acompanhar no trabalho de campo o cotidiano de Marta Fiorelli, 58 anos, casada, mãe de três filhos adultos, sendo que o mais velho já casado e com filhos pequenos. Há mais ou menos 15 anos, ela assumia certo protagonismo na tomada de decisão dos negócios, devido a um problema de saúde do marido. Esse caso pode ser considerado excepcional, por isso é interessante ser exposto⁸¹. Nossas observações constataram que ela estava participando diretamente das negociações para a compra de um trator, de tratativas com o banco para o financiamento de uma plantadeira e mantinha controle das reservas em soja depositadas em firmas e do pagamento de dívidas. Contudo, perante outros interlocutores, especialmente, quando essas negociações envolviam o contato com outros agentes (vendedores, gerentes de bancos), Marta sempre estava acompanhada de um dos filhos adultos, mesmo que estes tivessem menor peso na tomada de decisão. Tratava-se de uma forma de não circular e se apresentar sozinha em esferas consideradas eminentemente masculinas, como era o caso dos circuitos dos negócios. Entre os filhos, todos se reportavam à mãe para decidir sobre a lavoura e os negócios, entretanto, quando outros assentados que entrevistamos faziam referência a esse caso, consideravam que essa atri-

81 Foi Bourdieu (1962) que sugeriu o exame dos casos excepcionais, pois estes tendiam a evidenciar as regras para falar ou justificar suas ações.

buição era assumida pelo filho “mais velho”⁸². Dona Marta nos relatou em algum momento que “sempre levou um filho junto para tratar dos negócios, porque senão os caras não respeitam”. Nesse comentário, revela que o “respeito” é assegurado, em grande medida, pela presença de um homem adulto “da família” diante de negociações e espaços onde, habitualmente, teriam de se reportar a outros homens, o que envolvia reconhecê-lo como responsável pelas transações operadas por aquela família⁸³. Mas ao que tudo indica, as atribuições assumidas pela mãe eram consideradas transitórias, pois preenchiam uma lacuna na impossibilidade de o pai (e homem mais velho) exercê-la até o momento em que os filhos homens assumissem a plenitude do controle da lavoura.

Em inúmeras situações, as mulheres, quando residentes nos “sítios” em “terras novas”, deslocavam-se sozinhas para a vila ou cidade para vender alguns produtos como ovos, leite (e outros produtos que não eram considerados parte da lavoura) e também realizar as compras de alimentos em pequenas vendas ou supermercados:

Pesquisador: Você fazia isso, saía pra vender?

Lerci: Sim, como a gente ia viver? O dinheiro do queijo e dos ovos que eu fazia era pra fazer o rancho, pra viver.

Pesquisador: E vendia onde?

Lerci: Vendia aqui, nas casas da vila. Eu pegava o ônibus escolar, eu podia vim junto, e vendia (Assentada em Ipiranga do Norte, 30/10/2013).

82 Tratava-se de Giles, 32 anos, casado e pai de um filho de dois anos.

83 Aqui fazemos referência a atribuições assumidas entre membros de uma família, pois estavam um pouco além do grupo doméstico, aspecto que examinaremos em profundidade na seção 2.3.

É importante destacar que não é o ato de comprar e vender ou o próprio espaço da vila ou cidade em si que expressavam a “unidade de produção”, mas o tipo de produto agrícola, seu papel dentro da economia doméstica e os circuitos de relacionamento mais ou menos específicos a eles associados. Isso sugere que circular no ambiente das firmas ou das revendas agrícolas não é o mesmo que circular em outras residências ou em pequenas vendas de alimentos, mesmo que esses ambientes estivessem situados espacialmente na vila ou na cidade.

Ainda que o ato de vender esses produtos gerasse dinheiro, essa ação era percebida apenas para uma operação associada aos “gastos da casa”. “Daí, as mulheres não saíam de casa. Só os homens! Se elas saíam, era para gastar, saíam e só compravam só o que era de comer e alguma coisa para as crianças”, relatou Sarita⁸⁴. Não por acaso, era comum que se fizesse uma associação entre as atribuições da mulher ao “gasto da casa” ou acionar o verbo “gastar” para demarcar suas atribuições projetadas para “fora”. Pode-se dizer que, geralmente, como produtos alimentícios ou ainda itens necessários para “dentro de casa” (utensílios, material de limpeza) ou associados a necessidades individuais (roupas, material escolar) eram atribuições das mulheres, e isso estava sobre seu controle.

2.1.2. O lugar da soja nos “gastos da casa”

No contexto estudado, fazer menção à casa era se referir ao “gasto” ou às “despesas da casa”, ou seja, ao consumo dos vários integrantes do grupo doméstico. Mas esse “gasto” aqui remete ao consumo anual entre um ciclo agrícola e o seguinte, para sermos mais precisos. Necessariamente, ele está associado a um “cálculo” que Bourdieu (1977, p. 21) chamou de “cíclico”, que visava ajustar o ciclo de consumo aos ciclos produtivos. Entretanto, havia uma diferença fundamental no uso dos termos “gasto” e “despesa”. O

84 Assentada, entrevista (07/11/2013).

“gasto” incluía todos os bens e serviços consumidos, sejam eles produzidos ou adquiridos pelos indivíduos integrantes de um grupo doméstico. Não se referia, como em outros universos sociais, estritamente ao autoconsumo de alimentos. O termo “gasto” foi identificado em diversos universos sociais, mas pode ter significados variáveis ou distintos. Em Heredia (1979, p. 121), o “gasto” se refere ao autoconsumo alimentar e se distingue do “mais que pro gasto”, o qual supõe a produção que pode ser vendida em determinado momento para dar conta da sazonalidade dos ciclos agrícolas e efetivar o ajuste ao ciclo de consumo anual. No nosso caso, a menção ao “gasto” se associa ao consumo em geral pelos diversos membros do grupo doméstico durante um ano agrícola. Também abrange as operações de ajuste cíclico do consumo e da produção agrícola, mas não é restrito somente ao autoconsumo alimentar.

Já a “despesa” da casa se referia àquilo que somente era possível adquirir por meio do dinheiro, sendo, portanto, necessário converter produtos agrícolas ou trabalho (ou outro tipo de recurso) em dinheiro para obtê-los. A literatura sobre a economia camponesa identificou formas específicas de mensuração e quantificação para construir o balanço entre o que foi produzido e o consumo do conjunto dos membros, a partir dos termos como “suficiente” ou “insuficiente”. Na literatura internacional, isso já aparece em Bourdieu (1977, p. 20), Meillassoux (1981, p. 50-55), Weber F. (2002), para assinalar apenas alguns. No Brasil, o trabalho de Heredia e Palmeira (2005). Mas, embora os autores/as tratem de universos sociais muito variados, em nenhum deles essa mensuração era operada tendo como referência valores monetários, e isso não significa, obviamente, que os agentes estudados não manejassem dinheiro ou que não estivessem operando transações mercantis. Trata-se aqui de um elemento distintivo que sugere diferenças na forma de operação do balanço entre produção e consumo em relação aos estudos citados.

Essa distinção se torna evidente quando comparamos, a partir desses dois termos, situações de assentados que residiam nos

“sítios” em relação a outros que residiam na vila quando referidos ao consumo. Nos primeiros, a ênfase sempre se referia ao “gasto”. “Nós tínhamos as coisas da casa, era para o gasto”⁸⁵. Quando se referiam à “despesa”, assinalavam que: “no sítio, dinheiro não tinha muito, mas a despesa era pequena, porque não pagava água nem a luz nem tinha onde gastar”⁸⁶.

Vemos aqui que a energia elétrica (luz) integrava as “despesas”, pois só podia ser paga em dinheiro. Ao mesmo tempo, “ter as coisas”, diga-se algumas roças e criações (ainda que pudessem ser vendidas para adquirir outros produtos ou o mesmo produto outro momento do ano), não se configurava como uma “despesa”, mas uma forma de evitá-la. Já entre os assentados que residiam na vila, era mais frequente que se calculasse o quanto seria necessário para “passar o ano” a partir de um montante em dinheiro, conforme revelou um assentado:

Tem de controlar para passar o ano. Se tu sabes que precisa tanto por mês, mas tu colhes uma, duas vezes por ano, tem que reservar ou a soja ou o dinheiro para ir dando conta da despesa da casa que tem. Se a tua despesa no mês é de R\$ 3 mil, tem que preparar essa quantidade de soja pro ano. Aqui em casa tá mais alto agora porque tem a despesa do estudo da filha (Lauro, assentado, 30/10/2014).

As “despesas” mencionadas são específicas de necessidades socialmente reconhecidas nesse contexto e levam em consideração os integrantes do grupo doméstico e suas fases no ciclo de vida, nesses termos são variáveis. Contudo, diante das condições presentes naquele ano agrícola de 2013, Lauro construiu uma estimativa de quando seria necessário, ao que tudo indica, no início do ciclo agrícola da soja observando o “gasto da casa” – nesse caso, o ciclo

85 Marta, assentada (04/11/2013).

86 Sarita, assentada (30/09/2014).

de consumo anual – até a chegada da próxima colheita e volume de recursos obtidos na safra anterior, além de eventuais dívidas pendentes. Ele fazia o cálculo tomando como referência um valor em dinheiro, por considerar que, tanto o suprimento do “gasto”, necessariamente, envolvia seu uso – energia, mensalidade da faculdade da filha, combustível do carro e compras mensais no supermercado – assim como os ganhos, sejam os obtidos pelo salário de esposa ou do ganho do aluguel de uma casa, mas, especialmente, os produtos da lavoura (soja e milho) envolviam a conversão em dinheiro para transformá-lo, posteriormente, em bens e serviços equivalentes⁸⁷.

É importante chamar atenção que, embora esteja em jogo um único cálculo executado pelo mesmo agente, sua efetivação envolvia uma tentativa de classificar a origem do dinheiro (unidade de produção) e a destinação (unidade de consumo), o que, de alguma maneira, se configurava em uma tentativa de controlar o próprio uso do dinheiro em meio a essa conversão:

Para as contas do mês, eu sempre tiro do meu salário e do aluguelzinho. Quando as filhas moravam aqui e não estavam estudando, isso dava conta. Mas agora que a mais nova está na faculdade, a despesa é maior, aí precisa vender a soja ou o milho para as despesas da casa (Rosa, assentada, 30/10/2014).

Eu imaginei assim. Esse salão nosso se alugar ele dá um salário e pouco. Se eu alugo ele, eu seguro esse salário pra nós comer aqui em casa. [...] Aí com o dinheiro da soja e coisa, meio apertado, eu vou melhorando a lavoura e vou pagando a faculdade da menina (Igor, assentado, 20/09/2014).

87 Vale assinalar que a descrição dos “gastos da casa” de assentados como seu Lauro e Rosa, que é algo comum entre aqueles que mexem com lavoura, dá uma ideia do que são as necessidades socialmente reconhecidas no contexto estudado. Vemos que estamos tratando de casos nos quais muitos pagam a faculdade de filhos/as, que fazem uso corrente de automóvel, que dispõem de algum imóvel para além da casa onde moram.

A colheita da lavoura ocorria em dois momentos no ano: a da soja, no mês de fevereiro; e a do milho, nos meses de junho/julho. Em princípio, após a colheita, se realizaria a venda e pagos os meios de produção utilizados no ciclo agrícola, resultaria em um montante – neste contexto chamado de “sobras” – que seria vendido ou em um momento específico ou gradativamente ao longo do ano, para suprir demandas do âmbito da casa, assim como preparar os meios para os próximos ciclos agrícolas. Essas “sobras” poderiam, como era recorrente, serem reservadas para o enfrentamento de situações adversas em anos vindouros, decorrentes especialmente de baixa nos preços agrícolas, diminuição das colheitas em função de fatores climáticos ou, ainda, reservadas para dar conta de demandas associadas ao ciclo de vida dos indivíduos do grupo doméstico.

Entretanto, produzir e gerir as “sobras” da lavoura envolvia um conjunto de variáveis relativas aos “negócios agrícolas” que se apresentavam bem mais complexas que essa lógica que descrevemos anteriormente. Trataremos desse ponto com maior atenção no Capítulo 4, mas para o momento é pertinente adiantar ao leitor três elementos que tornavam fluída sua gestão. Geralmente, os assentados não reservavam parte da produção do ano anterior (mesmo em dinheiro) visando subsidiar o plantio da safra seguinte, pois, o acesso a insumos e sementes era feito por meio de financiamento nas firmas. O financiamento nas firmas utilizado em um ciclo agrícola poderia ter um preço fixado em momento anterior à própria entrega do produto quando o preço praticado era outro. Se é comum que a venda de produtos comerciais considere a busca por melhores preços, no caso da soja e do milho existiam modalidades de compra operadas pelas firmas que permitiam comercializar a soja antes mesmo deste ser cultivado, às vezes dois anos antes. No caso do milho, o produto entregue nos armazéns das firmas em julho deveria ser vendido até dezembro, pois estas pretendiam desocupar os mesmos para a safra da soja. Logo, mesmo que o assentado não previsse vender o milho ou se o seu preço era desfavorável, ele deveria obrigatoriamente o fazer.

Esses exemplos sugerem que a própria flutuação dos preços agrícolas e sua associação com o ciclo agrícola era apenas um dos componentes a que o assentado tinha de lidar e que, em geral, reduziam o seu controle sobre esse tipo de produção. Ao que tudo indica, era a lavoura que representava o maior número de fatores não controláveis, não por acaso os assentados costumavam dizer que “na lavoura é um erro, numa safra, num negócio que se fica sem nada”⁸⁸. Diga-se “sem nada”, para prover a casa, pois os resultados ao fim do ciclo agrícola se consumiam nos meios de produção, não “sobrando” nada deste para qualquer tipo de “gasto da casa”.

O pouco controle estabelecido pelos assentados sobre a produção de soja e milho não era motivo para desistirem desse produto agrícola, optando por outros produtos ou mesmo pelas criações de animais. Isso marca outra diferença do grupo que estamos analisando em relação ao verificado nos trabalhos de Heredia (1979) e Garcia Jr. (1983). Nesses estudos, os pequenos produtores abdicavam de produtos comerciais, mesmo havendo a expectativa de ganhar mais dinheiro com eles, por não controlar o processo produtivo.

Tudo indica que esses fatores colaboravam para que houvesse uma constante tentativa de evitar que todo o “gasto da casa” dependesse exclusivamente da produção da lavoura, particularmente, os itens como a alimentação e o pagamento de energia elétrica ou conta de água, que alguns assentados definiam como parte “do comer” ou “viver”. Desse modo, esperar que os itens essenciais dependessem diretamente da mesma, era estabelecer uma condição de constante insegurança quando ao âmbito da casa. É nesse sentido que, frequentemente, os assentados buscavam assegurar que outras produções – como pequenas roças de mandioca, feijão, arroz ou criações de vacas leiteiras, porcos e galinhas, se residentes em sítios, dessem conta do “viver”, especialmente nas “terras

88 Registro no caderno de campo, fala do assentado Dorneles Fernandes (20/09/13).

novas”. Ou, em inúmeras situações, prezavam para que as mulheres ou filhos/as adultos trabalhassem de modo a dispor de ganhos como salários, diárias ou pequenos negócios de algum dos membros do grupo doméstico ou, ainda, dispor de alternativas como ganhos de aluguéis de casas e terrenos, particularmente nas “terras velhas”. Quase sempre os itens de alimentação eram supridos por essas fontes e assumidos pelas mulheres, podendo, é claro, serem complementados pelos possíveis resultados obtidos na lavoura⁸⁹. Nesses termos, a lavoura era parte importante do suprimento dos “gastos da casa” durante o ano, mas o ganho obtido a partir dela não deveria ser responsável para “comer”. Esses dados sugerem que é atribuição das mulheres não só se encarregar do preparo dos alimentos, do controle do espaço da casa e do cuidado dos filhos com suas necessidades individuais, mas cabe a ela gerir e realizar as atividades do suprimento alimentar – aquilo é “para comer” ou “viver”. Na maioria dos casos, assumiam tanto a produção, sua aquisição (quando fosse necessária), quanto a escolha dos produtos e seu preparo.

Nesse sentido, os assentados pareciam prezar para que a mulheres também contribuíssem para a provisão da casa, conforme destacou uma assentada fazendo uso de um ditado popular: “enquanto o marido entra com uma concha para encher a panela, a mulher entra com uma colher”. Prover a casa é representada por

89 É preciso registrar que não estamos diante da oposição entre lavouras de subsistência *versus* lavouras comerciais, que ainda que façam sentido em muitos universos sociais, muitas vezes são classificações do próprio pesquisador. Tentamos descrever a classificação dos produtos segundo nomenclaturas dos próprios agentes, evitando cair em generalizações a partir da oposição subsistência/comercial. Ocorre que essa oposição, comumente, direciona a análise entre o que é vendido e o que é consumido, o que é muito mais complexo do que o pesquisador poderia imaginar. Vimos que os assentados poderiam vender ou consumir ovos e queijos que eram parte das “coisas da casa”, mas, ao mesmo tempo, não consumiam o milho que, em tese, teria essa propriedade e fazia parte dos hábitos alimentares dos mesmos, mas que era parte da lavoura.

meio do ato de encher a panela. Ao homem cabe a maior responsabilidade nessa tarefa (uso da concha), mas é imprescindível que haja a contribuição da mulher, ainda que sua participação sempre deve ser inferior a do homem (uso da colher). Não por acaso, esse ditado foi mencionado logo depois de a assentada, residente na cidade de Ipiranga do Norte, explicar ao pesquisador como o seu ganho monetário oriundo do emprego como faxineira era utilizado no âmbito da casa. Nesse sentido, prover a casa exigia esforços do pai e da mãe, mas era o pai que tinha maior responsabilidade de fazê-lo, e era esse um dos elementos que dava base à constituição de sua autoridade, pois ele assumia o controle das atividades consideradas mais importantes para a economia doméstica, nesse caso, expressos na lavoura. A comida, ao que parece, não estava entre os itens mais importantes. Sem a lavoura (nesse caso a concha), dificilmente a panela ficaria cheia, retornando o significado do ditado popular mencionado.

Aos poucos, fomos percebendo que a lavoura era importante para suprir os “gastos da casa”, contudo, os assentados prezavam para que seu uso servisse para ajustar o ciclo de consumo anual aos ciclos agrícolas, constituir alguma reserva para enfrentar despesas maiores em anos vindouros e, por fim, ser destinada para usos “privilegiados” no âmbito da casa. Também, em determinados momentos, a lavoura era percebida como meio essencial para realizar investimento em ampliação da própria lavoura, aspecto que também tomava como ponto de partida a fase do ciclo de vida dos vários membros do grupo doméstico, conforme demonstraremos na seção seguinte. Com suas particularidades, essa regra valia para assentados com filhos jovens em “terras novas”, conforme relato de seu Breno, referente ao período de 1996 a 2000 em Ipiranga do Norte:

Lerci: E ali não tinha muito onde ganhar uns trocos, e a gente não era aposentado ainda. Eu pegava uma dúzia de ovo e saía pra vender, ter uma vaquinha, tirar o leite e fazer o queijo e vender.

Pesquisador: A senhora fez isso até quando?

Lerci: Foi longinho. Foi 5 anos atrás, quando saímos de lá, que eu parei. Nos primeiros tempos, eu entregava nos mercados e pegava as coisas que eu precisava. Em troca. Aí eu trazia queijo e ovos e fazia o meu rancho.

Pesquisador: Então não vendia a soja pra essas coisas?

Lerci: Não. A soja tinha que ficar para a lavoura.

Bruno: Pra plantar de novo, pra abrir, arrancar mato. Porque tinha que fazer as terras pra lavoura.

Pesquisador: E os porquinhos não?

Bruno: Porquinhos só pro gasto.

Lerci: Não, só para comer. E o queijo e o ovo vendia. De vez em quando, vendia um litro de leite pros vizinhos, né? No mais, era o queijo. A Lorena sabe que nós vivíamos dos queijinhos e tirando o leite tudo à mão (Entrevista, assentada/o de Ipiranga do Norte, 30/10/2013).

Esse caso ilustra porque aqueles itens considerados “coisas da casa” – roças, criações de alguns porcos e vacas – que não integram a lavoura, eram fundamentais para garantir o “gasto da casa” em momentos (que poderiam se alongar por mais de 10 anos, como pudemos observar em muitos casos) em que se ampliavam os investimentos no âmbito da lavoura, isso era particularmente um fato para aqueles assentados que faziam uso das “terras novas”, e esse é o caso do próprio casal que entrevistamos.

Em momentos de ampliação dos investimentos na lavoura, não poderiam contar com seus possíveis ganhos monetários para os “gastos da casa”. Tomando o caso de Lerci, é esse aspecto somado ao fato de não contar com outras opções de ganho monetário para “viver” que explicaria a finalidade da produção e venda de ovos e queijo. Entretanto, mesmo após superado esse momento de investimentos, a atividade controlada por Lerci teve continuidade, pois

Bruno prezava por “economizar” o resultado obtido na lavoura para livrar-se dos financiamentos das firmas, complementando o “gasto da casa” em situações que os demais ganhos não cobriam o estimado.

Para assentados “mais velhos”, como seu Argemiro e Sandra instalados em “terras velhas”, a renda da soja não tinha por finalidade o investimento na própria lavoura, mas finalidades no âmbito da casa, que excetuavam aquilo que era parte da “despesa do mês”:

Pesquisador: Então o que você sobra da renda da soja, você não usa pra viver?

Argemiro: Não, eu reformo as casas que te mostrei. Agora vou terminar de fechar o terreno ali do lado, porque comprei o material hoje. [...] Comprei o material mesmo, não gasto dois contos e fica prontinho. Eu quero construir uma casa boa, mas esse ano não, vou ficar na minha casinha assim.

Pesquisador: Porque a soja que vocês tiram aqui da colheita é só pra fazer essas coisas...

Argemiro: É, essas reformas, um negocinho, viajar, ir lá pro sul visitar os parentes, ajudar os filhos, essas coisas, nós não temos muita despesa (Entrevista, 06/09/2014).

Vemos aqui que outros ganhos como aposentadoria rural, renda de alguns aluguéis custeavam as “despesas da casa”, pois se referiam somente ao consumo do casal, tendo em vista que os filhos estavam casados há mais tempo e não residiam com eles. A soja tinha finalidades consideradas privilegiadas como melhorias da estrutura da residência, viagens para visitar parentes e “ajudar” os filhos ou, conforme caracterizou outra entrevistada, “aqueles coisas que não são da despesa do mês”. Nesse sentido, não só a lavoura tinha lugar privilegiado entre os diversos produtos e criações diversas, mas também os ganhos monetários obtidos nela

- em qualquer situação - estavam entre os gastos mais valorizados no âmbito da casa⁹⁰.

Quando o assentado passava a mexer com lavoura, em relação àqueles que não o faziam, havia uma mudança do que se compreendia por “produção” que saía do espaço do sítio para o espaço da lavoura. Logo, essa mudança alterava, os limites compreendidos como “consumo” concretizados no espaço da casa, muitas vezes, para abrigar o próprio sítio, ainda que lavoura o reduzisse, especialmente. Ao mesmo tempo, ampliava-se o controle das mulheres sobre outros produtos agrícolas (mandioca, feijão, arroz) e criações (gado, porcos, galinhas), comumente encontrados nas proximidades das “casas”. A economia doméstica passava a ter a lavoura como a prioridade, o que, em geral, não tinha como objetivo principal suprir aquilo que “se consumia todo dia”, entre os “gastos da casa”, ou seja, a alimentação, a energia elétrica, o consumo de água encanada, por exemplo.

Sobre esse aspecto, pode-se dizer que a lavoura assumia um caráter dominante em relação a casa, tal como o “roçado” entre pequenos produtores do Nordeste, contudo, ambos se apresentam com objetivos distintos. Os produtos do “roçado” tinham como objetivo mais importante garantir o consumo alimentar (“a queima”) no âmbito da casa, já a lavoura do contexto estudado, não. Ademais, as mulheres passavam a assumir o controle das formas diversas que garantiam a alimentação dos membros do grupo doméstico: i) se residentes na vila, por meio da execução de algumas atividades “fora” de casa; ii) se no sítio, controlando outras produções e criações (inclusive algumas cabeças de gado ou vacas leiteiras), responsabilizando-se pela maioria das tarefas, pela venda

90 Em seu modelo de análise da economia camponesa, Chayanov (1966) havia identificado que a formação e renovação de capital para os camponeses, ou seja, garantir o investimento, envolvia a diminuição do consumo familiar e o aumento da penosidade do trabalho dos seus integrantes. Essa formulação vai ao encontro dos dados que estamos examinando.

de alguns desses produtos, compra de outros e pelo seu preparo. Mas, ao mesmo tempo, diminuía efetivamente a participação no âmbito da lavoura, mesmo como “ajuda”, fortalecendo ainda mais o caráter masculino da mesma, particularmente, com a intensificação da mecanização das tarefas agrícolas. Isso sugere que há um alargamento do âmbito da casa, incluindo algumas atividades que facilmente nominaríamos como “produção” sem considerar as percepções dos agentes, mas que só ocorria concomitante, com a ampliação da economia doméstica como um todo, a partir do alargamento do âmbito da lavoura como pólo dominante.

E seguimos a reflexão com o trecho da entrevista com o mesmo assentado:

Pesquisador: Seu Argemiro, eu até quero saber como quem tem área menor, 70, 100, 120 hectares, que aqui é pouca área, alguns mexem com lavoura?

Argemiro: Mexer, mexe. Vai vivendo, só que futuro não tem. Vive bem e tudo, tranquilo. Porque aqui a lavoura deixa pouca margem porque é muito investimento (Entrevista, assentado, 06/09/2014).

A reflexão do assentado situa a lavoura de soja entre o “viver” e o “fazer futuro”. Essa avaliação traz implícito um cálculo econômico, no qual, por meio de uma dada quantidade de área plantada com soja, deduzido os meios de produção, seria possível garantir, segundo a condição do grupo doméstico, os “gastos da casa” durante um ano agrícola (mesmo que existam outros ganhos monetários ou mesmo produtos e criações fossem utilizados no âmbito da casa, conforme já nos referimos). Mas o caráter assumido pela lavoura na economia doméstica, ainda que pertinente, não estava associado somente às possibilidades de “viver”. Afinal, poderiam eles “viver” de ganhos de salários, de diárias em fazendas ou mesmo dos produtos do próprio “sítio”. É nesse ponto que

a expectativa em relação à soja, quanto à possibilidade de “fazer futuro”, aparece como elemento distintivo. A lavoura era percebida como um caminho possível de reproduzir a nova geração dos filhos/as, e era esse um dos elementos que faziam ela assumir um papel primordial dentre as atividades produtivas nesse contexto. Se essa possibilidade se efetivaria de fato, dependiam de inúmeros fatores, muitos deles que fugiam ao seu controle, mas essa era uma expectativa que não poderia ser negligenciada.

Então, havia uma expectativa que a lavoura assumisse um papel duplo na economia doméstica: ajustar e complementar os “gastos da casa” ao longo do ano e criar as condições para a nova geração. Em diversas monografias realizadas no Brasil, identificaram as criações (sobretudo o gado) como o dispositivo, que mediava o ciclo agrícola ao ciclo de consumo, assim como o meio para formar reserva, ajudar os filhos/as na constituição de um novo grupo doméstico, enfrentar anos ruins ou outras finalidades não previstas. No contexto estudado, a lavoura assume essas duas atribuições, tal como a criação⁹¹, o que nos ajuda a entender os impactos nas economias domésticas quando por razões diversas, como flutuação de preços (ou crise) ou interpéres climáticos, seus resultados eram nulos ou deficitários.

Como nos referimos no Capítulo 1, o grande *boom* do crescimento da vila de Ipiranga do Norte ocorreu entre 1998 e 2004, associado ao ápice da abertura das terras transformadas em

91 A criação de gado ainda tinha alguma expressão no assentamento Mercedes, onde a abertura das terras não foi seguida, em todos os casos, pela implantação de lavouras. Sobre os assentados que mexiam com gado, que não estamos examinando nesta pesquisa, cabe o registro que o gado ocupava a mesma função que o verificado em outros universos sociais, por exemplo, no Nordeste. Contudo, a lavoura de soja concorria com a criação extensiva de gado pelo uso da terra. É por essa razão que raramente ambas eram compatíveis na mesma exploração agrícola, exceto em situações muito específicas que utilizem técnicas de confinamento dos animais ou uma efetiva redução de sua presença e funções tal como aparece entre os assentados que estamos analisando.

lavoura. Esse processo intensificou o número de assentados residentes na vila, atraídos pelas possibilidades de trabalho para os homens, mulheres, filhos e filhas jovens, além da proximidade da escola para estudo dos filhos (básico e médio), inexistentes no espaço rural, e as formas de sociabilidade como igrejas, clube entre outros. Contudo, segundo a percepção de vários entrevistados, essa mudança significou a redução daquilo que foi nominado por uma assentada como “coisas da casa” nos lotes dos assentamentos em detrimento de alternativas de obtenção de dinheiro sob controle das mulheres. Para muitos assentados que conseguiram mobilizar os recursos necessários para mexer com lavouras de soja, foi nesse período que passaram a dispor dos resultados econômicos que poderiam suprir os “gastos da casa”, sem que fosse necessário dispor de tempo e dedicação para o cultivo de produtos agrícolas e criação de animais.

O relato de um corretor da cidade, que também foi assentado na década de 1990, confirmou essa observação. Segundo ele, com a situação favorável dos preços agrícolas entre 2000 e 2004, que, no contexto de Ipiranga do Norte, coincidiu com uma fase de grande expansão das áreas ocupadas por lavouras, motivaram muitos assentados a abandonarem pequenas roças e criações ou mesmo pequenos negócios na vila. Apostavam que a lavoura poderia lhes proporcionar o suprimento pleno de todas dos “gastos da casa”. Logo a crise dos preços agrícolas de 2005/06 desestruturou esse plano, a ponto de muitos terem dificuldades de prover a própria alimentação:

Os assentados foram deixando tudo as outras coisas que faziam, até de criar os porquinhos, e ficaram só na soja e no milho. Aí veio a crise de 2004/05, e muitos ficaram sem ter o que comer, porque deixaram de ter as miudezas, porquinho e tal. Agora muitos voltaram a criar um porquinho, ter as coisas da casa, acho que tem um pouco mais que há alguns anos (Fábio, corretor, 22/09/2014).

A aposta somente na lavoura da soja e milho se tornou ainda mais danosa, a ponto de “ficar sem ter o que comer”, pois os assentados que plantavam soja o faziam utilizando financiamentos nas firmas e revendas agrícolas, os quais têm como meio de pagamento o produto agrícola físico⁹². A situação de crise fazia com que a firma se apropriasse de todo o produto colhido da lavoura para o pagamento do financiamento, com resultado, o assentado ficava sem este para dar conta dos “gastos da casa”. Muitos buscaram alternativas de trabalho, mas em uma economia local dependente da produção de soja e milho, essas oportunidades escassearam de todas as formas nesse momento.⁹³

Nesse sentido, os ganhos obtidos na lavoura poderiam até garantir o suprimento pleno dos “gastos da casa” ao longo do ano em determinadas circunstâncias (“anos bons”, por exemplo), mas a experiência dos assentados demonstrava a importância de dispor de outros produtos e criações, ou outras atividades, articuladas ao eixo da casa, que amorteciam os efeitos de fatores não controláveis associados à lavoura. Pode-se dizer que a lavoura ao mesmo tempo em que representava uma possibilidade muito valorizada de provisão da economia doméstica, guardava o germe que ameaçava a própria provisão⁹⁴. Assim vamos expondo os diversos elementos que davam sentido à lavoura (e à soja, em particular) nessas economias domésticas. Mas ainda podemos nos perguntar, porque diante dos fatores não controláveis inerentes a essa modalidade de produção, os assentados assumiam correr certos riscos. Se a pergunta fica sem uma resposta satisfatória diante do exposto até aqui, é porque sua compreensão é efetivamente mais complexa do que se imagina e

92 Esse aspecto será examinado na Seção 4.2 que versará sobre a relação entre assentados e firmas.

93 “Em 2005, a mulher tinha um ateliê de roupas, aí com a crise, parou tudo, não vendia nada” (Igor, assentado, 15/09/14).

94 Veremos no Capítulo 4 como os assentados desenvolviam alguns mecanismos para lidar com diversos fatores que não controlavam na produção de soja e milho.

nos remete a pensar a lavoura em outros níveis das relações sociais a que estes agentes estão imersos, o que trataremos nos capítulos seguintes.

2.2. Investimentos na lavoura e gastos na casa, variações segundo ciclo de vida

A literatura já demonstrou que tanto o consumo expresso na casa como da ampliação de esforços ou investimentos na produção estão diretamente relacionados às variações nos ciclos de vida dos grupos domésticos e de seus membros (HEREDIA; GARCIA Jr., 2009, p. 220). O exame desse aspecto permite questionar até que ponto as decisões estão informadas pela condição do grupo doméstico ou exprimem lógicas próprias da atividade agrícola conduzida por eles, como uma esfera mais ou menos autônoma. O objetivo dessa seção é explorar alguns dados de modo a evidenciar alguns dos elementos em jogo para definir pela ampliação ou diminuição de “investimentos na lavoura” e os “gastos da casa” ao longo do ciclo de vida.

2.2.1. Hora de movimentar

Os assentados entendiam que há momentos considerados mais oportunos para intensificar o ritmo dos investimentos na lavoura. Em regra, esse momento tratava-se da combinação entre a maior capacidade de trabalho e de mobilizar recursos decorrentes da existência de filhos adultos, combinada com as circunstâncias favoráveis para explorar as “terras novas”. Curiosamente, essas dimensões pareciam ter maior importância que fatores associados estritamente aos momentos favoráveis dos preços agrícolas, genericamente falando, ainda que estes favoreçam, conforme destacou Fernandez (2007), a expansão da soja sobre “terras novas”. Também haviam momentos que se intensificavam o ritmo no âmbito da casa, expressos em maiores gastos associados à alteração

do ciclo de vida dos filhos/as e das necessidades que isso produzia nesse contexto, os quais nem sempre implicavam em maiores capacidades e recursos disponíveis ao âmbito da lavoura. O relato a seguir é particularmente interessante para examinar as variações entre investimentos na lavoura e gastos da casa, em relação ao ciclo de vida dando atenção aos/as filhos/as:

Que nem nós agora sobramos mais, porquê? Nós não investimos em trator e colheitadeira grande, porquê? Porque pra nós está bom assim. Entendeu? Nós não temos filho homem, nós só temos filhas mulher, para que vamos se matar trabalhando pra comprar maquinão? Pra nós está bom. Se a gente fosse de comprar um trator grande, porque tem que comprar mais, que tem que ampliar mais terra, aí é diferente (Rosa, assentada Ipiranga do Norte, 30/10/2014).

Em sua narrativa, a assentada estabeleceu uma associação entre: ter ou não filhos homens, a intensidade de investimentos e a possibilidade de mais “sobras” na lavoura. O casal tinha idade um pouco superior a 60 anos, possuía três filhas casadas (entre 25 e 35 anos) e fazia uso de terras nos assentamentos em Ipiranga do Norte. Em sua fase no ciclo de vida associado ao fato de não terem filhos homens, orientava a decisão de não ampliar máquinas e terras em uso – recursos indispensáveis para implantar lavouras no contexto estudado. Assim sendo, havia maior possibilidade de obterem “sobras” da lavoura para serem destinadas ao “gasto da casa”, considerando o menor nível de reinvestimento na renovação dos meios de produção.

Caso tivessem filhos homens, sobre o comando dos pais, seriam investidos esforços e recursos para criar as condições de se reproduzirem na “agricultura”. Essas condições seriam efetivadas a partir de “investimentos na lavoura”, ampliando terras e máquinas, mobilizando as capacidades do/s filho/s para tal, o que compensaria

o aumento das “despesas da casa” decorrentes do aumento de suas necessidades individuais.

Esse momento específico do ciclo do grupo doméstico (filhos adultos) e a decisão de ampliar a lavoura implicariam em um ajuste do balanço entre produção e consumo, pois o ganho obtido da lavoura de soja e milho seria destinado não só para os meios produtivos necessários para o ciclo agrícola, mas para a ampliação da capacidade produtiva – diga-se abertura de terras, ampliação de máquinas, entre outros; por isso dizia-se que, nesse momento, “sobrava menos”, ou seja, haveria menores ganhos obtidos da lavoura para o consumo.

Aqui, a referência ao “sobrar mais” ou “sobrar menos” exprime a operação cognitiva de um cálculo simples que consistia em um ciclo agrícola da soja subtrair do produto colhido ou vendido o que foi desembolsado para pagamento dos meios de produção (sementes, insumos, produtos químicos, combustível, entre outros), além de parcelas de financiamentos e outras dívidas não pagas. O resultado dessa subtração era chamado de “sobra”. Não eram parte dessa “conta” os bens e serviços que não envolveram o pagamento em dinheiro ou produto agrícola, obtido por meio de trocas com vizinhos e familiares ou o próprio trabalho executado pelos membros do grupo doméstico. Trata-se de um “cálculo ordinário” conforme Weber F. (2002), os quais funcionam como dispositivos específicos para controlar o orçamento doméstico, mas que possuem sentidos próprios. O que descrevemos aqui, em relação ao “sobrar mais” e “sobrar menos”, aproxima-se muito dos “cálculos” que Mayer e Glave (2002) identificaram entre os pequenos produtores dos Andes, efetuados sobre os próprios cultivos comerciais. Naquele contexto, os termos “lucro” e “prejuízo”, que são parte do receituário da ciência econômica, tratava-se de operação na contabilidade camponesa que funcionava como uma espécie de fluxo de caixa aplicado ao ciclo agrícola de produtos comerciais.

Mas, observando o relato de Rosa, fica claro que não é possível dissociar esse “fluxo de caixa” da lavoura de soja ou mesmo

a avaliação de que “sobra mais” ou “sobra menos”, esse cálculo simples, de uma operação mais complexa que considera o ciclo de vida do grupo doméstico e de seus membros⁹⁵. A construção das condições de possibilidade para os filhos na “agricultura” implicaria em alocar a maior parte dos diversos recursos no âmbito da própria lavoura, e não no âmbito da casa, como vinha ocorrendo concretamente devido às necessidades das filhas. Caso tivessem filhos homens, ela e o marido, ainda que estivessem com idade superior aos 60 anos, estariam intensificando o ritmo de trabalho de modo a criar as condições para os mesmos na lavoura. Mas como esse não era o caso, Rosa apontava para uma condição, talvez nova, que fazia com que as “sobras” do ciclo agrícola das lavouras de soja e milho fossem maiores, tendo em vista que não havia débitos a pagar decorrentes de financiamento para compra de máquinas, para a abertura de novas áreas e assim por diante. Diante dessa nova condição, optaram em construir uma casa nova com design moderno com as “sobras” da lavoura obtidas entre 2012 a 2014.

Resgatando alguns elementos do itinerário de investimentos na lavoura de Lauro e Rosa, é possível constatar que não há uma coincidência entre o momento de maior intensidade das “despesas” com as filhas com o momento em que eles alcançaram a maior quantidade de lavouras implantadas. Se nos últimos quatro anos [2010 a 2014] a área de lavouras de soja e milho se encontrava estável (320 hectares), em momento anterior [2004 a 2008], havia alcançado uma área bem superior (450 hectares). A maior quantidade de lavouras deve ser entendida como o momento no qual se intensificaram investimentos na abertura de áreas e em máquinas, fazendo diminuir as “sobras” da lavoura e exigindo a supressão de algumas despesas no âmbito da casa. Para entender o que foi

95 É importante para não confundirmos que esse cálculo simples operado pelo assentado se apresentasse como um indicativo de autonomização da unidade de produção, o que caracterizaria uma tendência para a formação de uma unidade econômica capitalista (empresa), mesmo que esta pudesse ser gerida por um grupo doméstico específico (cf. GARCIA Jr, 1989, p. 126).

suprimido, devemos destacar, especialmente, algumas necessidades individuais da esposa e das filhas, conforme relato da entrevistada sobre esse momento: “eu e as filhas nunca tivemos luxo, roupas caras, jóias e gastamos em festas”⁹⁶. Também foram suprimidos determinados “gastos”, como a melhoria na estrutura física da residência, objetos e móveis “para a casa”, assim como qualquer melhoria eventual em veículos e o próprio estudo das filhas, o qual foi adiado por dois anos.

Nesse período, em Ipiranga do Norte, havia muitos assentados dispostos a ceder suas “terras brutas” para seus vizinhos “abrir e plantar”, condição que se reduziu em momentos posteriores. Quando as “despesas da casa” aumentaram expressivamente devido ao apoio financeiro às filhas na faculdade e também à construção de uma casa nova para uma delas e seu casamento, a maior parte das lavouras já era implantada sobre “terras velhas”, e assim Lauro e Rosa reduziram ao mínimo os investimentos na lavoura, abdicando, inclusive, de dois lotes de vizinhos, os quais haviam iniciado o processo de abertura das áreas (e que exigiriam maiores investimentos em meios de produção). A redução de investimentos ao mínimo tecnicamente necessário⁹⁷ para dar conta dos ciclos agrícolas associado ao uso somente de “terras velhas” permitiu “sobrar mais” e assim assumir o aumento de “despesas da casa”, desse momento em particular.

Nesse sentido, criar as condições para as filhas – estudo, construção da casa, casamento, entre outros – eram considerados parte do âmbito da casa e integravam a categoria “despesa”. Ao passo que a existência de filhos adultos com possibilidades de assumirem a lavoura aparecia como “investimento” na mesma. Essa distinção que demarca hierarquias entre filhos e filhas também está

96 Registro no caderno de campo (23/10/2014).

97 Quer dizer que não compraram máquinas e implementos novos, fizeram o uso de corretivos como calcário visando corrigir a acidez da terra, por exemplo.

observando que, comumente, os filhos eram mobilizados pelos pais para colaborar nas atribuições da lavoura, diferente das filhas, que isso raramente ocorria. Não quer dizer que somente quem possuía filhos homens “investia” na lavoura, mas que a intensidade e a duração desse esforço, efetivamente, não operavam da mesma maneira que nos casos nos quais havia filhas mulheres. O investimento na lavoura, para dar conta do aumento do consumo da casa, acentuado pelo estudo das filhas, esteve circunscrito à duração da faculdade das filhas antes do casamento, algo próximo a cinco ou seis anos.

É interessante colocar em contraste o que disse um pai de dois filhos que seguiram o estudo e outras ocupações nas cidades da região, que indica uma variação do que estamos falando:

E eu fui investindo na educação dos filhos, tudo particular. Todos eles. Eu colhia e entregava tudo pra eles. A gente vive com qualquer coisa. Estamos bem. Isso aqui [residência] comprei aqui, e do jeito que estava há 12 anos, ficou (Arnaldo, assentado Ipiranga do Norte, 22/09/2014).

Para esse caso, o estudo dos filhos, ainda que não sendo considerado parte dos “investimentos na lavoura”, aparece como “investimento”, pois o filho se prepara para assumir atribuições “fora da casa”, mas não no âmbito da lavoura, tendo em vista que pretendia sustentar-se a partir de outras “produções” ou a partir de outras atividades. De modo geral, parece que se “investe” nos filhos, mas se tem “despesas” com as filhas.⁹⁸ Desse modo, essas categorias próprias da ciência econômica – “investimentos” e “despesas” – apresentam apropriações específicas na construção do balanço entre

98 É importante chamar atenção que embora estejamos examinando as categorias “despesa”, “investimento”, que são parte das categorias oficiais da ciência econômica, o fazemos a partir dos seus significados e apropriações dos próprios agentes, tal como sugerido em Bourdieu (1963).

casa-lavoura, operando também como classificações que reforçam os lugares sociais segundo gênero e idade, entre os membros do grupo doméstico.

Esses dados colocam em evidência o peso da fase do ciclo de vida do grupo doméstico e de seus membros na tomada de decisões, seja em relação aos investimentos na lavoura, seja em adequações dos gastos da casa. Uma leitura mais geral não identificaria esse movimento específico associado à condição do assentado que descrevemos. As decisões tomadas por Lauro e Rosa nem sempre foram ao encontro de uma racionalidade orientada pela maximização dos fatores de produção, como sugere a lógica econômica clássica. Em um momento, o assentado decidiu diminuir as terras em uso, abdicando de dois lotes que plantava em parceria com outros assentados. Fez isso em um momento que as circunstâncias para quem desejasse ampliar as terras em uso no assentamento eram as mais favoráveis. Já quando realizamos o trabalho de campo em 2013 e 2014, do ponto de vista da lógica do “mercado da soja”, estávamos no momento mais oportuno para realizar investimentos em estrutura produtiva, mas o casal decidiu aplicar seus recursos na construção de uma casa nova e manter a mesma estrutura produtiva existente na lavoura. Essas duas decisões, embora não desconsiderassem as circunstâncias mais oportunas do ponto de vista da racionalidade econômica, permitem visualizar que o casal observou, prioritariamente, a condição do grupo doméstico e a fase do ciclo de vida de seus membros.

Mas é preciso chamar a atenção que o fato de ter filhos adultos como motivação para acelerar investimentos na lavoura precisa ser observado a partir das condições dos agentes, as quais podem não ser as mesmas. Afinal, fazendeiros que mexiam com lavoura⁹⁹

99 Marques (2015, p. 28) identificou que as unidades técnicas ou grupos empresariais do agronegócio em Mato Grosso têm caráter familiar, em regra agregando na sua diretoria pai, filhos e genros, eventualmente sobrinhos. Esse grupo perdura, quando não se firma, quando filhos constituem suas próprias unidades domésticas, ao se casarem.

também tinham filhos homens, mas sua lógica não era a mesma que seu Lauro. Sobre isso, o relato de um assentado que cedeu sua terra para um fazendeiro lindeiro evidencia a existência de outros elementos em jogo:

O meu vizinho tem máquina sobrando, eu não tenho. Pra ele e o filho, se ele vive com um saco de soja um ano, amanhã ele quer colher dois. E ele se que aparecer, aí chega no ponto das máquinas. Ele tem o patrimônio das máquinas. Agora comprou uma colheitadeira de mais de um milhão! E elas tem que trabalhar. Então, se ele pode pegar um hectare encostado da dele, aquele hectare ajuda diminuir a conta das máquinas. Entendeu como é? Se tem um vizinho como a minha com 100 hectare que ele pode ir ali em dois dias plantar, ele faz. (Argemiro, assentado, 2/10/2014).

O referido vizinho (Áurio, 62 anos), ao ter “máquinas sobrando”, demonstrava sua intenção de ampliar as terras em uso, juntamente com o filho Paulo (37 anos, casado e com dois filhos pequenos), para “ajudar” os que tivessem menos condições. Ao apostar nessa ampliação de máquinas, as dívidas adquiridas na sua aquisição contribuíam para que ele “acelerasse” seu ritmo na busca de mais terras e mais produção, em um movimento espiral que, segundo Argemiro, abeirava uma situação de “descontrole”. De acordo com o assentado, levando-se em consideração a quantidade de lavoura do fazendeiro e suas ações no sentido de ampliá-las ainda mais, era caracterizada uma situação que esses investimentos já não mais se justificavam em razão da existência dos filhos (e mesmo netos). Para ele, tratava-se de uma busca constante por crescer, o que aparece na expressão “se ele vive hoje com um saco de soja, amanhã ele quer dois”, segundo informou. Constatação similar foi feita por Almeida (2013, p. 156) quando identificou entre os produtores de soja de Sorriso uma moralidade que considerava importante crescer, sobretudo, para garantir condições aos filhos. Contudo, isso

era aceitável dentro de certos limites. Isso ocorre quando o crescimento não se justifica mais, nem em aparência pelas necessidades da reprodução familiar.

O investimento na lavoura e sua intensidade, concretizado no aumento constante no número e tamanho das máquinas agrícolas, associado à ampliação de terras, escapava os objetivos de dispor de meios necessários para suprir dois grupos domésticos (um mediado pelo pai e outro, pelo filho). Esse paralelo supõe que o cálculo referente à lavoura (unidade de produção) havia adquirido autonomia em relação ao grupo de consumidores, ainda que fossem geridos por eles. Não eram as necessidades socialmente reconhecidas que informavam as decisões da produção ou o ciclo de vida do grupo doméstico, mas a própria lógica da reprodução do capital que exige um movimento constante e crescente de reinvestimento dando alento a premissa da maximização dos lucros.

2.2.2. Hora de parar

Segundo a percepção de inúmeros assentados, a existência de “terras novas” associada a possibilidades de financiar em firmas agrícolas se configurava as circunstâncias para realizar investimentos financeiros, intensificar o trabalho, ampliar máquinas e articular pessoas. Quando isso coincidia com a condição do ciclo de vida do grupo doméstico, com maior número de filhos/as mobilizáveis para a lavoura, estava posta uma convergência entre dois pontos que sugeriam a adoção de um ritmo “acelerado”. Mas esse pressuposto envolvia um conjunto de variações que permitem relativizá-lo enquanto prática social objetiva no contexto estudado.

Em 2013, identificamos um ponto de negociação entre pais e filhos cujo elemento em questão era ajustar o ritmo a ser adotado considerando o ciclo de vida e as condições objetivas no contexto das “terras novas” do assentamento Mercedes. “O pai e a mãe já estão velhos e precisam parar, já trabalharam demais na

vida”, argumentou um filho diante de seus pais¹⁰⁰. Tratavam-se de Laércio, 62 anos, Ivanete, 57 anos, que tinham cinco filhos casados e assumiam 200 hectares de terra (igual a quatro lotes) em “terras novas”. Entre os filhos, era consenso que seus pais deveriam “parar”; com efeito, tentavam convencê-los de vender ao menos um dos quatro lotes localizados no assentamento Mercedes. Segundo eles, a venda permitiria aos pais construir uma “casa” nova em Ipiranga do Norte, que substituiria a existente já em precárias condições. Quatro filhos residiam na cidade de Ipiranga do Norte e trabalhavam em firmas agrícolas como empregados e prezavam para que os pais se instalassem ali, e não no assentamento Mercedes, onde pretendiam, de modo a ficar mais próximos, usufruir dos serviços de saúde (posto, hospital), caso viessem a precisar.

A proposição dos filhos e noras era potencializada pela existência da dívida e das possibilidades de saná-la. Sem a venda do lote, seriam exigidos esforços em diversas frentes e, ao mesmo tempo, “parar” os trabalhos sobre as “terras novas”, adiando ainda mais o sonho de constituir uma área de lavoura. Para Laércio, essa situação poderia ser superada se “os filhos ajudassem”, tendo em vista que, segundo seu próprio relato, exceto o filho “mais velho”, os demais não se envolviam na exploração agrícola. Efetivamente, não contava com quatro dos filhos para tocar as tarefas de abertura das terras, aspecto que quando somado a outras variáveis colaborava para a diminuição das condições de possibilidade de estabelecer um ritmo mais acelerado sobre as “terras novas”. Na avaliação dos filhos, o empréstimo estava se tornando impagável e consideravam que não poderiam colaborar com o pai, pois isso traria implicações no âmbito de seus orçamentos domésticos.

Em 2014, Laércio e Ivanete pareciam convencidos da solução apresentada pelos filhos, embora ainda expressassem sinais de resistência, quanto a uma das dimensões de seu conteúdo. “Eles diziam pra mim ‘pai, vende e faz uma casa boa pra vocês, um

100 Registro no caderno de campo (20/10/2014)

conforto, coloca um ar condicionado e vocês podem ficar tranquilos ali”, relatou¹⁰¹. A “hora de parar” estava associada a uma “casa boa”, a imagem de “conforto”, a qual se opunha ao trabalho, ao movimento nas terras. A objetivação dessa proposição se faria convertendo a terra em “conforto”, que, segundo sua percepção, também era a conversão das possibilidades de realizar “movimento” no âmbito da lavoura para melhorar as condições para “ficar parado” no âmbito da casa.

Laércio não escondia sua pretensão de adiar seu momento de “parar”, pois considerava que nas terras do assentamento Mercedes “era hora de movimentar, de ir pro sacrifício”, o que exigiria intensificar as tarefas agrícolas nos lotes. Sobretudo, justificou ao pesquisador que, devido às suas condições financeiras, teve de ir “devagar” na abertura das terras e na implantação de lavouras, de modo que, entre 2002 até 2014, ainda não havia alcançado seu objetivo de transformar toda a área em lavoura e construir uma “casa” sobre um dos lotes. Enquanto adotava um ritmo mais lento na abertura das áreas, adequado a suas condições (capacidade de trabalho e recursos monetários), a lavoura não foi implantada de modo a garantir algum ganho financeiro aos filhos. Logo, na medida em que cada um deles foi casando (o que também ocorreu ao longo desse período), todos buscaram outros meios de garantir seus orçamentos domésticos a partir do emprego nas firmas, pois a lavoura não lhes garantia nenhum ganho, mas somente dispêndio de trabalho até então.

Por um lado, Laércio considerava inconsequente “parar”, pois isso significaria abrir mão do objetivo de consolidar uma composição de área para a lavoura, a qual tinha como horizonte deixar para seus filhos: “ali é o trabalho de uma vida, de 50 anos; e não é para mim, é para eles, e não está pronto!”¹⁰² Contudo, o momento em que o grupo doméstico dispunha da maior capacidade de recursos

101 Entrevista com Láércio, assentado (13/09/2014).

102 Idem entrevista anterior.

mobilizáveis para acelerar o ritmo havia passado. Para esse caso, trata-se do momento em que seus filhos eram solteiros. Sem contar com a mobilização dos filhos depois de casados, o objetivo de concluir seu objetivo na lavoura apresentava menores chances de se efetivar, pois contava com menos recursos e capacidades, além das limitações financeiras, para ampliar investimentos na abertura das terras e quitar a dívida existente.

O desejo dos filhos para que os pais, com mais de 60 anos, “parassem” exprimia uma percepção corrente entre os assentados. Entretanto, essas disposições mentais contrastadas com as práticas dos assentados revelaram diversos limites. A “hora de parar”, muitas vezes, acabava sendo, por um lado, condicionada pelos limites físicos do próprio corpo¹⁰³, por outro lado, os níveis de investimento ou de endividamento tencionavam para que, mesmo os idosos, seguissem em movimento até quitar as dívidas. Mas esse prolongamento do momento de parar, também tinha relação direta com o número de filhos com os quais os “velhos” poderiam mobilizar na lavoura. No caso de Laércio, mesmo possuindo cinco filhos, não contava com eles, com efeito, tocar a lavoura dependia exclusivamente do trabalho e de outros recursos que ele e a esposa pudessem efetivar.

Paralelamente, ao adotar um ritmo “devagar”, mais adequando a suas condições e disponibilidade de recursos, não acompanhava o ritmo mais geral produzido pela dinâmica dos agentes (considerado por ele como “acelerado”) e, com efeito, “perdia o tempo” mais oportuno para construir as bases para ampliar as áreas de terra da família e consolidar o sonho de implantar uma lavoura.

103 Nosso material de campo registramos ao menos outros 14 casos (dentro aproximadamente 40) em que aparecem tensões relacionadas a hora de parar dos membros mais velhos, em meio a contextos onde o ritmo das lavouras se apresentava intenso, sobretudo nas terras novas. Contudo, nesses casos as limitações físicas (doenças respiratórias associadas ao clima seco, ao pó ou a fumaça, problemas cardiovasculares e no sistema nervoso) acabaram por definir a hora de parar.

Em relação à “hora de movimentar”, o desafio permanente era de ajustar a velocidade dos investimentos, de modo a garantir certo controle sobre os mesmos e, ao mesmo tempo, não perder o momento considerado o mais adequado de fazê-lo, isto é, conciliar a existência de “terras novas” com a idade dos filhos adultos casados, mobilizando-os no âmbito da lavoura.

2.3. Preparando-se para assumir a casa e a lavoura

Vimos que há uma definição entre as atribuições a partir de gênero no interior dos grupos domésticos, informada pela oposição casa-lavoura, na qual a última se impõe como polo dominante. Mas isso só se consolida, pois há processos de socialização desde o nascimento que vão construindo as atribuições adultas e, com efeito, formam as bases para a (re)produção de determinados lugares dos membros do grupo doméstico, tal como descrito até agora. A oposição velho-novo é particularmente relevante para analisar os principais elementos desse processo, sobretudo, nas relações entre pais e filhos.

Mas para examinar esse aspecto, é preciso antes analisar quando e como se constitui um novo grupo doméstico no universo de pesquisa. Partimos do exame de um caso no qual, sobre um mesmo “sítio” do assentamento, residia um casal “mais velho” e um casal “mais novo” com dois filhos, em construções separadas, pois ele nos fornece elementos sobre esse ponto:

Pesquisador: A senhora fazia quantos queijos?

Lerci: Eu não tinha muita vaca, só umas três. Eu fazia cada dois dias um queijo. Três a quatro por semana. Dava pra viver nós dois [ela e o marido].

Pesquisador: Daí era rancho¹⁰⁴pra vocês dois, não fazia pros filhos?

Lerci: Não, não, o filho que trabalhava com nós na lavoura e morava noutra casa lá.

Bruno: Ela também fazia o queijo.

Lerci: Aí ela [nora] tinha as vacas dela e também fazia o queijo pra ela. Ela fazia o dela e eu fazia o meu. Cada um pra si, cada um na sua casinha.

O relato apresenta “duas casinhas”, como concretização de unidades de consumo distintas, pois cada qual se encarrega do acesso e preparo dos alimentos para seus integrantes (“para si”), aspecto que, conforme formulação de Heredia (1979, p. 79), caracteriza a existência de uma “economia doméstica comum”. Constituir uma nova “casa” implica em dispor de alguns meios para “suprir” seus “gastos”, pois é só assim que se constitui seu caráter mais ou menos independente. Isso aparece, nesse caso, a partir da gestão do “rancho”, ou seja, dos produtos para consumo durante um mês que são geridos pelas mulheres e independentes em cada um deles, tanto na forma de adquiri-los, como de consumi-los. Era a nora que assumia as tarefas da produção de queijo, do manejo com as vacas e outros animais como galinhas e porcos, assim como algumas pequenas “roças” de mandioca, batata e feijão. Também assumia as tarefas ligadas ao preparo de alimentos e cuidado com os filhos. Essas atividades eram consideradas ligadas à casa, assumidas e controladas pelas mulheres, eram independentes, podendo ter eventuais formas de colaboração entre elas.

Se a constituição de um novo grupo doméstico também implica em dispor de alguns “meios” para suprir o consumo dos seus

104 “Rancho” é uma expressão que se refere aos alimentos comprados em vendas ou supermercados, necessários para uma “casa” durante um mês. Seu uso é comumente encontrado na Região Sul do Brasil, local de origem dos entrevistados.

membros, essa raramente envolvia a constituição da própria lavoura, aspecto que merece ser examinado sistematicamente. No caso de Lerci e Bruno, o novo casal passou a ter alguns meios para garantir parte dos “gastos da casa”, como duas vacas leiteiras, e poderia constituir pequenas “roças” de mandioca, feijão e arroz, que integravam, segundo eles, o espaço circunscrito ao “sítio”. Contudo, o novo casal permaneceu vinculado aos pais, não por residirem sobre o mesmo “sítio”¹⁰⁵, como seríamos levados a pressupor, mas por meio da lavoura a qual seguia sendo gerida pelo pai, aspecto que aparece na expressão “o filho trabalha com nós”. Era na lavoura que ele (filho) aplicava seu trabalho e dos demais membros do grupo doméstico, caso fosse necessário. O próprio assentado (filho) nos relatou que isso lhe dava direito a uma “parte” do produto colhido (estimada em 20%), participação que parece ter crescido após o nascimento da primeira neta. Mesmo assim, ainda que acordando com seu filho, o “velho” (Bruno) é que decidia sobre o nível de investimento em meios de produção – insumos, máquinas, sobre a venda dos produtos agrícolas, sobre a execução das tarefas do ciclo agrícola e sobre a própria repartição dos resultados da lavoura, que, obviamente, produziam efeitos sobre o ganho monetário obtido passível de ser utilizado no âmbito das duas casas. Nesse sentido, o filho, mesmo depois de casado, se submetia ao pai, por meio da lavoura, pois era esse o caminho para um dia dispor dos meios de controlar a lavoura. Se o filho casou com 24 anos (ano 2000), ele reconhecia que assumiu a gestão da lavoura (inclusive fazendo uso da terra do pai) depois de 15 anos¹⁰⁶, quando tinha quase 40 anos e suas filhas superavam os 10 anos de idade.

105 Em inúmeros outros casos, a nova casa foi constituída sobre um lote do assentamento.

106 Conforme relato do próprio filho: “morei muitos anos, eu a mulher e os filhas pequenas no sítio do pai. Aí eu trabalhei junto com meu pai e juntei um dinheirinho e comprei uma terra pra mim a 25 km daqui. Hoje, eu arrendo a terra do pai e toco as coisas, mas isso foi assim por uns 15 anos.”

Após o casamento, os outros dois filhos de Lerci e Bruno não permaneceram vinculados ao pai. O mais velho residia na cidade de Ipiranga do Norte, era caminhoneiro e tocava 200 hectares de soja em suas terras no assentamento. Já casado quando chegou ao assentamento, tornou-se caminhoneiro e passou a terra para um produtor (vizinho) abrir e plantar, enquanto realizava fretes com seu caminhão para o mesmo. O segundo filho, também assentado, cedeu sua terra a um produtor (de fora do assentamento), que plantou seu lote por muitos anos, e passou a trabalhar para ele. Ainda que com trajetórias distintas, o casamento demarcou a constituição de uma nova economia doméstica para os três irmãos, mas isso não significou uma lavoura independente, assim como sua efetivação não coincidiu com o acesso a uma parcela de terra no assentamento, por mais importante que fosse esse recurso para implantar lavouras.

Nesse sentido, enquanto um dos filhos permaneceu atrelado à autoridade do pai depois do casamento, por meio da lavoura, os outros dois estavam submetidos a outros agentes, também por meio da lavoura. Um deles submetido ao seu vizinho “que plantava”, e o outro a um produtor (patrão), compondo as redes mobilizadas a partir desses agentes tal como examinaremos no Capítulo 3. Para eles, essa vinculação a outros agentes parecia se constituir no caminho para construir as condições para controlar sua lavoura, mesmo que formando uma composição de áreas mobilizando outros assentados, irmãos ou filhos, se fosse o caso. Aquele que cedeu sua terra para o vizinho por dez anos, alcançou essa condição aos 45 anos, já o segundo seguia atrelado a um patrão. Contudo, é preciso mencionar que foram situações de conflito com o pai e entre irmãos, após o casamento, as quais não temos dados precisos, que colaboram para explicar por que não verificamos, nesse caso, nenhuma mobilização entre irmãos, nem eventual, no entorno da lavoura, como era frequente encontrar nesse contexto.

Casos como esse nos sugerem que é a partir do casamento que se constituem “novas economias domésticas”, que, na maioria dos

casos, coincidiam com a constituição de novas residências¹⁰⁷. Sobre esse aspecto, há similitudes em relação ao verificado por Heredia (1979) no que tange à constituição de uma economia doméstica comum, materializada na casa, e da disposição de alguns meios para suprir seus “gastos” a partir do casamento. Contudo, esses meios não significam uma lavoura individual. Mesmo havendo condições materiais para constituí-la de forma independente, os pais prezavam pela indivisibilidade da lavoura, ainda que seu resultado pudesse ser redistribuído ou efetivado por meio de distintos acordos entre pais e os filhos. Nesses termos, o/s filho/s se mantinham vinculados ao pai, não pela casa, mas pela lavoura (ou pelos recursos que estes dispunham para efetivá-la). Então, temos alguma coisa próxima a Thomas; Znaniescki (1918), no sentido de que o filho escolhido que permanece atrelado ao pai até que este se aposente. Entretanto, no nosso caso, o filho depois de casado não ficava residindo com o pai, mas comumente constituía uma independência relativa de sua casa e alguns meios para prover parte do seu consumo. Contudo, era por meio da lavoura que essa vinculação se objetivava¹⁰⁸. Comumente, os filhos casados recebiam participação do resultado obtido, mas a gestão, as decisões eram predominantemente tomadas pelo pai (mais velho), aspecto que só era modificado ao longo dos anos, quando o “velho” se retirava

107 Mesmo que não seja recorrente que a residência seja constituída sobre o mesmo “sítio” ou terreno dos pais, sua concretização sempre estava presente de diversas formas como, por exemplo, via a construção de uma nova casa, aluguel ou cessão de residência na vila, adaptação da própria construção da casa existente e assim por diante

108 Nesse aspecto é preciso destacar que indivisibilidade da lavoura, refere-se, sobretudo ao uso da terra e não é o mesmo que indivisibilidade da “propriedade” ou mesmo da “posse”, pois ela, na maioria dos casos, dadas as especificidades dos assentamentos de reforma agrária, já estava dividida entre os membros. A transmissão da posse na relação pais e filhos é objeto de análise no Capítulo 5.

da atividade ou assumia posição menor.¹⁰⁹ Os pais também prezavam por manter outros filhos ou genros, se não “trabalhando com o pai”, enredados por meio de obrigações, no sentido de que, em havendo necessidade, pudessem mobilizar os mesmos para tocar lavouras e negócios de forma articulada, o que aparece na expressão “trabalhar juntos”.

O exame de nossos dados sugere que raramente, tanto em Ipiranga do Norte como no assentamento Mercedes, encontramos grupos domésticos com mais de cinco indivíduos, sendo ordinário entre três a quatro, em geral, residindo sobre uma mesma “casa”. Em grande medida, os dados expõem situações regulares de grupos domésticos formados por casais com filhos pequenos (entre um e dois) e grupos domésticos formados por casais “mais velhos”, com no máximo dois filhos/as adulto/as. Nesses termos, em sua forma mais comum, haviam duas pessoas adultas que expressam a força de trabalho do grupo. Mesmo nos casos de idosos, viúvos/as era comum que mantivessem sua unidade doméstica separada dos filhos/as casados/as, embora prezassem por constituí-la nas proximidades¹¹⁰. Esse aspecto demográfico se explica, dentre outras coisas, pela forma de ocupação dos projetos de assentamento, como vimos no primeiro capítulo, que foi caracterizada por “turmas” com idade entre 20 e 35 anos, solteiros, casados com filhos pequenos.

109 Cabe chamar a atenção do leitor para que os elementos aqui expostos dialogam diretamente com a discussão presente na seção 3.1, onde descreveremos como se efetiva essa mobilização de filhos, genros, irmãos e outros agentes no entorno da lavoura, assim como a constituição de hierarquias entre os envolvidos.

110 Raramente, as pessoas idosas, mesmo viúvas, residiam sobre a mesma casa dos filhos. Isso só ocorria em casos de enfermidades extremas. No geral, constituíam uma casa nas proximidades dos filhos, por vezes, nos fundos do mesmo terreno. Sob o mesmo terreno de Igor, que tinha sua casa em Ipiranga do Norte, por exemplo, residia em outra casa menor a sogra com mais de 70 anos, mas que mantinha o controle de seu “gasto”, ainda que com o auxílio dos filhos.

Isso deve ser levado em conta para compreender tanto as dimensões do consumo como da produção nesse contexto estudado.

Diante desses elementos, nas subseções a seguir, examinaremos a ligação entre os filhos e seus pais antes e depois do casamento, atentos à (re)produção de lugares sociais e às particularidades do cálculo econômico produzidas na interdependência entre “mais velhos” e “mais novos”.

2.3.1. Filhos e filhas vinculados à casa dos pais

Se, no contexto estudado, o vínculo com a autoridade dos pais poderia ser mantido após o casamento, não estamos supondo que seu exercício seja efetivado da mesma forma que antes do casamento dos filhos. Como já demonstrou a literatura, as bases que constituem as posições dos indivíduos quando adultos são construídas desde a infância. Nesses termos, pretendemos nesta subseção destacar alguns elementos que integravam o processo de socialização de meninos e meninas até sua fase adulta, anteriores à constituição de um novo grupo doméstico¹¹¹.

Quando os pais tocavam suas próprias lavouras de soja, muitos costumavam incluir os filhos em tarefas associadas à lavoura bem antes do casamento. Desde pequenos, os meninos entravam em contato com as máquinas agrícolas como parte importante do aprendizado sobre a lavoura, sobretudo, acompanhando os pais no trator, na circulação pelas terras e assim por diante. Sandra falava da infância de um de seus filhos, hoje adulto, no sentido de estabelecer

111 Aqui nos inspiramos na análise inaugurada por Heredia (1979, p. 105-120) que primeiro identificou a presença dos “roçados individuais” como dispositivo fundamental para a socialização dos filhos e filhas, que eram preparados para assumir a condição adulta. Esse trabalho inspira a observação do contexto estudado especialmente no que tange à mediação entre as necessidades individuais de cada um dos membros segundo idade em relação ao interesse do grupo, expresso na figura do pai.

como teria apreendido habilidades para conduzir a lavoura a partir dos sete anos de idade:

Porque, que nem o Marcelinho, ele estudava de manhã. Ele levantava às seis horas, eu fazia a merendinha, e, antes de ir para aula, ele ficava sentado no trator esteira do seu Seno [vizinho] só pra ver como ele trabalhava. Hoje ele não se aperta em pegar qualquer coisa. Já trabalhou com retroescavadeira, já trabalhou com esteira, com caminhão, com trator. Sabe mexer com lavoura (Sandra, assentada de Ipiranga do Norte, 06/09/2014).

O contato dos meninos com as máquinas no cotidiano, se não com os pais que não a dispunham (com era o caso dos pais de Marcelinho), dava-se por meio de vizinhos (Seno), sendo que os pais incentivavam esse contato. Geralmente, por algum meio apreendiam ainda com idade entre 10 e 15 anos a operar alguma máquina, no qual o trator era emblemático. Era por essa via que aprendiam as tarefas associadas à lavoura, que tanto os preparava para assumir a lavoura do pai como também para realizar trabalho para outros produtores ou fazendeiros. Operar máquinas, então, parecia ser um fator muito valorizado. Quando existiam mais de um filho em idade aproximada, poderiam todos eles manejar máquinas agrícolas, mas sempre havia o destaque para algum entre eles apontado pelos pais como o mais hábil e que acabava assumindo as tarefas mecanizadas mais valorizadas ou assumindo as máquinas mais prestigiadas dentre as existentes.

Em um dado momento, geralmente entre 16 e 19 anos, os pais intensificavam a presença dos filhos na lavoura que controlavam. Era comum que nessa idade já assumissem tarefas agrícolas realizadas com tratores a partir de tarefas mais simples para as mais complexas: de operações de gradagem, de transporte de insumos e outros produtos, para depois a tarefa do plantio e de pulverização e, por último, o acesso à colheitadeira.

Para detalhar mais sobre esse processo de socialização dos filhos, apresentamos o trecho da entrevista com um assentado, de 55 anos, casado e pai de três filhos solteiros:

Pesquisador: Você falou dos filhos, são quantos?

Nerci: Tem três. O mais velho hoje está com 24, daí tem um com 19 e outro com 15. Um está trabalhando, aqui, numa revenda de insumo. Ele fez administração, faculdade.

Pesquisador: Ele está mexendo com lavoura?

Nerci: Sim, ele está mexendo também com lavoura. Esse segundo que tem 19 anos tá trabalhando em uma empresa de Sinop, que só revende adubo, é uma multinacional. Esse também tem parte na lavoura. No fim de semana, ele vai trabalhar na lavoura também. É bom porque ele faz agronomia e no fim de semana está na lavoura e vai aprendendo.

Pesquisador: Então os dois têm parte na lavoura?

Nerci: Sim. Os dois trabalham juntos. Mas eu ainda sou chefe-geral. [...] chega o final de semana, eu digo pra eles “faz isso, faz aquilo”, e eles vão e fazem. E esse que está fazendo agronomia, ele se formou técnico e agora está fazendo agronomia.

Pesquisador: Você fala que no final de semana você diz pra eles e eles vão e fazem?

Nerci: Isso, eles se viram no serviço. E o que tem 15 anos tem parte também. A parte dele vai sair também. Esse é sistema. Ali, quem manda lá sou eu. Não é assim, “ah, o meu salário, é meu salário”, enquanto tiver comigo é assim (Assentado e vereador Ipiranga do Norte, 12/09/2014).

Os três filhos do assentado eram solteiros, não por acaso, seguiam ligados à casa dos pais e submetidos à sua autoridade.

Observa-se os dois filhos mais velhos, que trabalhavam em firmas da região. Era comum que os rapazes, atingindo seus 18 anos, procurassem empregos em firmas e revendas ou ainda em fazendas. Isso era um aspecto valorizado, evidentemente, que tinha maior autorização dos pais quando a necessidade de trabalho na lavoura era menor, como era o caso de assentados situados nas “terras velhas” e que não estavam expandindo (ou tinham pretensão) suas lavouras em “terras novas”.

O trabalho para outros por meio de diárias era incentivado pelos pais a partir dos 15 anos, pois ele era considerado como uma forma de aprendizado para a vida adulta, assim como os ganhos obtidos podiam ser utilizados pelo próprio jovem para suas necessidades individuais (roupas, festas, entre outras). Quando o trabalho era realizado em fazendas do entorno muito conhecidas pelo uso das técnicas modernas na produção agrícola, os assentados diziam que os filhos estavam “aprendendo a trabalhar”. Por meio do filho, muitas vezes tais técnicas serviam para melhorar as próprias lavouras dos assentados. Experiências de trabalho “fora” como essas eram autorizadas pelos pais quando os filhos tinham entre 15 e 18 anos e se constituíam como uma experiência de afastamento da casa e da própria lavoura dos pais, em momentos específicos do calendário agrícola.

É importante salientar que, ainda que autorizados a trabalhar fora, estes nem sempre possuíam a plena gerência sobre o ganho obtido. Isso não significa que o pai retivesse os ganhos obtidos por seus filhos, mas que exercia certo controle sobre seu uso com o apoio da mãe, prezando para que a maior parte fosse “economizado” para o momento que “passassem a se virar sozinhos”. Vê-se que, embora trabalhassem fora, sua dependência dos pais estava associada à casa e, por isso, submetidos a eles.

O pai observava como positivo o processo de socialização dos filhos, que conciliavam: a formação escolar, o trabalho “fora”, especialmente nas firmas e fazendas, e a participação na lavoura do pai. Vemos que entendia que, mesmo que os filhos fossem formados

em áreas “técnicas” tais como agronomia, contabilidade e administração, o contato com a lavoura do pai era o meio para “eles irem aprendendo” ou, como disse outro assentado, “aprender na prática”. No caso apresentado acima, por “ajudarem” o pai na lavoura, os três filhos receberiam uma “parte” do resultado obtido no ciclo agrícola da soja, que variava conforme a idade, sendo maior para o mais velho e menor para os outros dois.

Se Nerci destacou que dois dos filhos “trabalham juntos”, isso não significa igualdade nas atribuições assumidas nem na participação que recebiam no final do ciclo agrícola. O “mais velho” assumia tarefas agrícolas como a condução do trator com a plantadeira, em detrimento do segundo, que o auxiliava. O pai dizia que “eles se viravam”, pois delegava a execução de determinadas tarefas, mas cabia a eles organizarem-se para executá-las sem a supervisão direta do pai. Nesse sentido, tratava-se de um dispositivo que colaborava para animar os mesmos para que, mesmo depois de casados, pudessem seguir “trabalhando juntos”, entre irmãos, mesmo sem o comando direto do pai.

Esse caso ilustra um “sistema”, conforme definiu o entrevistado, utilizado habitualmente pelos assentados, com algumas variações. Seus filhos estavam sendo preparados para conciliar o trabalho “fora” com a assunção da lavoura e possuir uma “casa” situada na cidade. Entretanto, selecionamos esse caso de Nerci, pois ouvimos várias críticas de outros assentados em relação ao seu “sistema”, do qual é válido expor uma delas para análise:

Tem um vizinho nosso aqui tem a lavoura, dois lotes, mas não queria passar para os filhos plantar. Os filhos estavam trabalhando de empregado nas firmas. Só agora ele resolveu comprar as máquinas e dar uma parte para os filhos plantar. Por que não deu a terra logo para eles irem fazendo? (Tereza, assentada Ipiranga do Norte, 20/10/2014).

Dentre as críticas que incidiam sobre a forma de inserir os filhos destacam-se dois pontos. O primeiro se refere ao momento em que o pai havia iniciado a participação dos filhos na lavoura, sobretudo, concedendo uma “parte” como compensação pelo seu envolvimento com ela, ainda que estes o “ajudassem” em tarefas variadas desde os 10 a 12 anos¹¹². Efetivamente, o assentado havia permitido a participação para seus três filhos no resultado da lavoura somente a partir de 2013 e, assim, isso se tornou uma realidade para o filho mais velho somente aos 24 anos. Por não ter “parte” na lavoura, segundo outros assentados, é que os filhos buscaram empregos em firmas mais cedo. A idade entre 14 e 16 anos, segundo seus vizinhos, era considerada adequada para que os filhos tivessem “parte” na lavoura retardando a busca por trabalho fixo, como sugeriam ter ocorrido com os filhos de Nerci. Aqui o que está em jogo é o estabelecimento de uma forma de os filhos nessa idade aumentarem o controle sobre suas necessidades individuais, seja por meio da “parte” na lavoura, seja por meio de diárias ou empregos para terceiros.

O segundo ponto da crítica incidia sobre a forma de o assentado exercer sua autoridade que, ao que parece, dava pouca margem de negociação aos filhos. O controle sobre o salário dos filhos, mesmo sobre seu uso, era a expressão maior da forma de exercê-la. Não era bem visto por outros jovens da mesma idade e pela maioria

112 A prática de conceder uma “parte” do resultado obtido na lavoura aos filhos tinha o mesmo sentido que os “roçados individuais” verificados em Heredia (1979). Em ambos se tratam de um dispositivo importante tanto no aprendizado para a vida adulta, bem como serviam para atender às necessidades individuais em sua fase do ciclo de vida sobre a autoridade do pai sem ameaçá-la. Entretanto, o mesmo dispositivo supõe coisas diferentes, pois, no nosso caso, o filho aprendia a ter uma “parte” da lavoura tendo em vista a perspectiva da indivisibilidade da lavoura, podendo esta ser mantida por meio da mobilização entre irmãos e/ou pais e filhos no seu entorno mesmo depois de casados. Já no Nordeste, trata-se de um roçado individual, apartado do roçado familiar, que preparava o filho para assumir seu roçado familiar de forma independente após o casamento.

dos assentados, que entendiam que esse ganho deveria ser gerido pelo próprio jovem. No caso de Nerci, sugere que não se tratava somente de um aconselhamento dos pais quanto aos possíveis usos dos ganhos obtidos pelos filhos, mas a ênfase que o salário dos filhos poderia ser retido para suprir os próprios “gastos da casa” ou da própria lavoura em momentos críticos, por exemplo.

Assim como dona Tereza, outros assentados entendiam que se tratava de uma forma “dura” de lidar com os filhos. Estava em questão a forma de exercer a autoridade dando pouca margem de negociação aos filhos, especialmente, no que tange à gestão de alguns recursos e da definição das suas necessidades individuais conforme a idade. A “dureza” era vista por outros assentados, que diziam não praticarem nesses termos como um fator que poderia ameaçar as relações futuras “na família”. Entendiam que dificilmente os filhos depois de casados aceitariam integrar qualquer acordo para “trabalhar juntos” entre irmãos e cunhados ou com o pai. Mesmo que não fossem mais “trabalhar com o pai”, depois de casados, seguindo suas trajetórias como funcionários de firmas, sua posição poderia se constituir em um dispositivo importante que poderia ser mobilizado para “dar suporte” à manutenção e até à ampliação da lavoura do pai ou de um dos irmãos.¹¹³ A prática do assentado contrastada com a crítica dos vizinhos revela que estava em jogo a manutenção da legitimidade da própria autoridade, particularmente, depois que os filhos casassem.

A capacidade de negociar com os filhos, atento a todos eles desde a infância, especialmente quando jovens – momento em ganhavam força novas necessidades individuais – parecia ter como horizonte a manutenção das relações familiares, tanto entre os irmãos como destes com o pai. Sua expressão maior seria concretizada

113 Na Seção 4.1, aprofundaremos a importância de dispor de familiares ligadas às firmas e revendas agrícolas. Uma dessas formas de inserção era via a própria ocupação profissional, sendo que os mais jovens geralmente tinham melhores condições de se inserir.

quando estes se mobilizariam entre si para dar conta de suportes específicos, como tocar lavouras, fazer negócios de forma articulada, mesmo depois de casados. Dito de outra maneira, os filhos poderiam não estar mais sobre a dependência direta do pai, mas estar sobre sua influência, comumente recorrendo a este por meio de acordos específicos, estabelecendo trocas de bens e serviços, mantendo ativas obrigações entre eles. Segundo os assentados, a “dureza” da autoridade estabelecida pelo pai poderia se sustentar até o casamento dos/as filho/as, dentre outras coisas, pois estavam na mesma casa, mas, após o casamento dos filhos, esse elemento perderia legitimidade. Com efeito, muitos assentados acreditavam que isso conduziria os filhos casados e suas economias domésticas, ainda que independentes, mas dispendo de poucos recursos, a se submeterem à autoridade de outros agentes como vizinhos, fazendeiros ou empresários, por exemplo, no que se refere à consolidação de uma unidade de produção.

As críticas de Tereza sugeriam, por fim, que os pais deveriam oportunizar aos filhos maior contato com as tarefas da lavoura e nos negócios agrícolas, antes de viverem experiências de trabalho “fora”, sobretudo, quando o assentado possuía o controle da própria lavoura para fazê-lo. Essa, aliás, era uma condição que nem todos os assentados possuíam. Geralmente, aqueles que não mexiam com lavoura, os filhos, na maioria dos casos, também eram socializados a partir dela, contudo, isso se dava ou acompanhando o pai quando este trabalhava para algum fazendeiro ou exercendo tarefas para os vizinhos, tios ou primos, que plantavam soja e tinham as máquinas.

Depois dos 14 anos, o pai começava a colocar os filhos em contato com os negócios agrícolas. Aqui, damos destaque à busca por “fazer os papéis no nome do rapaz”. A maioria dos assentados emancipava¹¹⁴ seus filhos após os 16 anos, garantindo a estes a

114 Refere-se a emancipação, segundo o Art. 5º do Código Civil Brasileiro, que ocorre a partir dos 18 anos, por ocasião do casamento civil, caso anterior

maioridade legal, para, posteriormente, registrar operações de compra e venda “em nome” dos filhos, outras vezes, requerer um lote de terra no assentamento. Entretanto, os registros, os papéis, ainda que do ponto de vista legal-jurídico permitissem o direito sobre o que estava em seus nomes, tudo seguia sob controle do pai. Assim, no momento da colheita, o pai costumava repassar para o filho uma quantidade de sacas de soja, sendo esta registrada no nome dos filhos já no ato de entrega da soja na firma. Claro que era “parte” da lavoura, seria uma forma de compensar sua “ajuda” na lavoura e cuja valoração era variável de acordo com a própria quantidade colhida, como diziam muitos assentados – “isso se faz para ele ir apreendendo”. Aprendizado para saber que a colheita se realizava uma ou duas vezes ao ano, que o dinheiro obtido em maior volume só voltaria no próximo ciclo agrícola, que devido a uma frustração climática ou flutuação de preços o resultado no final do ciclo agrícola era maior ou menor. Mas, além desses, era pertinente aprender a fazer uso do ganho recebido na safra. Em geral, os filhos tinham a liberdade do uso, entretanto, seus pais aconselhavam para que ele fosse “investido” em alguma necessidade distinta, privilegiada, excetuando roupas e festas, por exemplo. Esses elementos estabeleciam as premissas da gestão dos recursos operadas pelos pais em seu contexto e o estabelecimento de hierarquias nos gastos.

Já as moças, desde a infância, o aprendizado aparece não associado à lavoura. É notável que algumas moças que tinham maior aproximação com as atividades da lavoura, estavam mais presentes entre os assentados que não tinham filhos homens. Isso porque, na falta de filhos homens, muitas vezes elas acompanhavam mais o pai em suas atividades ou a própria mãe que também poderia ser mais demandada. Mas isso não era o mesmo que um processo de

a essa idade, ou por consentimento dos pais, formalizado em cartório a partir dos 16 anos. Esse último dispositivo é que era muito usado pelos assentados de modo a antecipar a maioridade legal dos filhos. Para mais, ver <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70327/C%C3%B3digo%20Civil%202020ed.pdf?sequence=1>>.

socialização para assumir atribuições no âmbito da lavoura. Esses casos, geralmente, acabaram direcionando seus estudos para áreas mais voltadas à “agricultura”, conforme relatou Igor:

Eu tenho duas meninas. Tem essa mais nova aí e tem uma com 21 anos, essa mais velha que veio no colo pra cá. Essa mais velha, que eu trouxe pra cá [cidade de Ipiranga do Norte] para estudar, porque não tinha ônibus, ela faz faculdade de agronomia em Sorriso. Tá dentro de uma área que a gente já trabalha também. Ela queria fazer agronomia, na verdade ela não quer ir para campo, na verdade, ela quer trabalhar em laboratório, tipo centro de pesquisa, mas que a mulher na agronomia no campo ela vai bem, mas ela é meio desacreditada, sabe, mas ela deve ir mais para laboratório (Assentado de Ipiranga do Norte, 15/09/2014).

Vemos que mesmo com a formação em nível superior, associada à “agricultura”, havia uma tendência que a filha de 18 anos assumisse alguma modalidade de ocupação associada ao laboratório, que aqui se opõe ao campo, aspecto que sobre novas condições evoca a diferença entre o mundo masculino e o feminino, na execução da própria profissão, ao que parece atualizar a oposição casa-lavoura.

Mas, no geral, as moças gradativamente assumiam tarefas associadas à casa e eram incentivadas a estudar e assumir uma ocupação individual quanto adultas no espaço da vila da cidade. Apostar no estudo significava não só o cumprimento dos turnos semanais nas escolas, mas assegurar certo tempo livre para que se dedicassem às tarefas extraclasse ligadas à formação escolar. Esse tempo livre, de alguma maneira, autorizado pelos pais, era exercido no espaço da própria “casa”, reforçando a sua não circulação em quase nenhuma situação no espaço da lavoura. A partir dos 14 anos, muitas filhas começavam a “ajudar” suas mães, não somente nas

tarefas domésticas (limpeza, preparo de alimentos, cuidar de irmão menores, por exemplo), mas em outras atividades que executavam “fora” dela. No caso de assentados residentes na vila, o destaque eram os pequenos negócios – lojas, sorveterias, ateliês, bares, entre outros – onde as filhas eram inseridas para “ajudar”. Era comum que, ao circularmos por qualquer estabelecimento comercial em Ipiranga do Norte ou na vila do assentamento Mercedes, meninas estivessem auxiliando suas mães, assumindo tarefas. Por meio desse dispositivo, eram compensadas com algum dinheiro ou com a compra de objetos e serviços de interesse individual. No caso dos pais que moravam na vila e não contavam com esse tipo de negócio, também era contumaz que as meninas passassem a ajudar seus irmãos/ãs, tios/as ou primos/as quando estes conduziam estabelecimentos comerciais sobre sua responsabilidade.

Ao que pudemos constatar, as filhas eram assim socializadas, raramente frequentando a lavoura controlada pelo pai ou irmãos. Ainda assim, muitos deles também prometiam compensações às filhas a partir dos 12 anos no momento da safra da soja, mediadas pela mãe, como forma de gratificar seus esforços durante o ano. Cresciam sabendo que aquele era o momento de reivindicar determinadas necessidades individuais que não se referiam somente aos elementos gerais dos “gastos da casa”. A promessa poderia não ser cumprida caso os resultados da safra fossem ruins ou em caso de endividamento. Essa prática inculcava a associação entre casa e lavoura, sugerindo a dependência da primeira da segunda. Ao não receber nenhuma compensação por ocasião de um “ano ruim” ou em razão de situações de endividamento, por exemplo, os “gastos” deveriam se adequar à condição daquele ano agrícola. Nesses casos, as filhas deveriam abdicar do computador novo, do telefone celular ou da viagem, para citar alguns exemplos classificados como necessidades individuais, em detrimento da manutenção conjunta dos recursos. A diferença entre dispor na safra um objeto ou dinheiro para moças e para rapazes de “parte” em produto agrícola (soja) registrado nas firmas reflete o âmbito da casa e da lavoura.

2.3.2. A relação dos filhos com os pais depois do casamento

Em continuidade a esta reflexão, passamos agora a examinar a relação entre os filhos com os pais depois do casamento, observando em que medida ou em que situações os “mais velhos” seguiam exercendo sua autoridade sobre os “mais novos”.

Sobre esse aspecto, é preciso resgatar a formulação do ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico (FORTES, 1971) para pensar, no contexto estudado, a própria relação entre pais e filhos. Se após o casamento os filhos mantinham-se submetidos ao pai por meio da lavoura, a relação entre eles se configura também em uma mediação entre grupos domésticos em diferentes fases de seu ciclo de vida.

Entretanto, perguntamo-nos em que medida esse vínculo de filhos com os pais após o casamento produzia efeitos na gestão do “cálculo econômico” individual. O grau de envolvimento, por exemplo, de um casal adulto com a lavoura, que estava sobre controle dos pais, determinava suas possibilidades de envolvimento com outras atividades que pudessem gerar ganhos próprios geridos pelo grupo doméstico. No entanto, o que estes receberiam por esse envolvimento na lavoura dependia, na maioria dos casos, de negociações com seus pais.

Sobre esse aspecto, descrevemos sucintamente três situações de modo a permitir a reflexão sobre a complexidade verificada, tendo em vista as múltiplas articulações produzidas para tocar lavouras envolvendo pais e filhos casados.

1ª Situação: O “sítio da mãe” e as lavouras dos filhos

Katiane, 28 anos, casada há cinco anos com Edvan, 31 anos, possuía dois filhos pequenos e residia sobre seu lote a 3 km da vila. Sobre o lote, somente a casa cercada de soja por todos os lados, sem qualquer outro cultivo ou criação. Ela e o marido trabalhavam em sua própria revenda agrícola especializada em micronutrientes

para a lavoura localizada na vila, sendo que o marido ainda tocava 250 hectares de soja em articulação com seu pai e os cunhados. Questionada sobre “as coisas da casa” ela nos explicou:

A gente, o que não compra pega lá no sítio da minha mãe, porque ela tem essas coisas, gosta de ter, criar os bichinhos e plantar de tudo um pouco. E tem que ter tempo, e eu e o marido trabalhamos fora, e ele ainda cuida da lavoura junto com o pai dele. Por isso na nossa casa não temos. (Katiane, assentada, 20/11/2013).

Desde o casamento, em 2011, o novo casal supria os “gastos da casa” por meio de ganhos obtidos na revenda agrícola, que eram complementados (“o que não compra”) com produtos retirados do sítio da mãe. Segundo apuramos do sítio da mãe, retiravam: carne de galinha e de porco, ovos, leite e queijo, feijão, algumas hortaliças e frutas, além de doces, pães e biscoitos diversos.

Sua mãe era dona Nadir e casada com Rômulo (68 e 71 anos). Ambos residiam em seu “sítio” no assentamento, tinham sete filhos, sendo que duas filhas (Katiane era uma delas) e três filhos, todos casados e com filhos pequenos instalados no assentamento ou na vila.

Tudo indica que todos os/as filhas/as instalados nas proximidades tinham meios para suprir os “gastos da casa”, mas em diferentes níveis todos eles retiravam alguma coisa do “sítio” da mãe. Essa diferença de retirada é que merece ser examinada, pois ela está associada a diferentes formas com que cada um dos/as filhos “dava suporte” aos pais “mais velhos” e vice-versa. Os dois filhos que eram assentados plantavam soja e também faziam uso da maior parte do lote onde se localizava o sítio. Por serem os filhos que mexiam com lavoura, os pais costumavam ceder carne de aves, hortaliças, pães e doces que produziam, sendo eles os que mais retiravam se comparados com os demais irmãos e irmãs. Um deles, entretanto, retirava menos produtos, pois também retirava do sítio

do sogro, com o qual mantinha uma parceria que lhe garantia o uso de parte da terra para plantar soja. O segundo filho (assentado) retirava mais que o primeiro, mas para ambos essa retirada colaborava para entendermos que estes não possuíam no entorno de suas casas nenhuma roça ou criação de animais.

As duas filhas e o terceiro filho de Nadir e Rômulo – todos residentes na vila – comumente se encarregavam dos cuidados com os pais em relação das suas condições de saúde, responsabilizando-se por transporte dos mesmos, caso necessário. Eram estes que também costumavam contribuir na compra de sementes, de ração para criação de aves e porcos e outros itens necessários para efetivar a produção no sítio, reforçando sua condição para retirar. Entre irmãos e cunhados, também havia alguns acordos para viabilizar o uso de máquinas e “trocas de serviço” no ciclo agrícola da soja e do milho.

Nesse caso, o sítio da mãe, além de seu próprio consumo, contribuía para o consumo de outras cinco “economias domésticas”, em diferentes intensidades. Os produtos e criações ali existentes não se explicavam nem pelo “costume” nem somente a partir do consumo do próprio grupo doméstico, conforme trecho da entrevista:

Se fosse só pra nós dois, não ia ter muita motivação pra fazer, porque é muito pouco que precisa, mas têm os filhos, as noras que sempre pedem e vem buscar, pedem pra fazer um queijo, ajudam com um saco de ração para criar um porquinho, daí motiva. (Nadir, 68 anos, assentada, 12/09/2013).

Essa retirada se dava, especialmente, em gêneros alimentícios e poderia ser variável, de acordo com a colaboração que os filhos estabeleciam com os pais. Já para os filhos, isso lhes garantia o acesso a uma série de produtos alimentares, sem dedicar sua produção diretamente e/ou comprá-los em supermercados ou mesmo

outros assentados. Isso sugere que a retirada estava associada a trocas realizadas entre os filhos e seus pais no cotidiano. Pudemos observar, por exemplo, que esse jogo ocorria a partir do casamento dos/as filhos/as. Se, para Katiane, isso ocorria há cinco anos, para o filho mais velho de Nadir, essa prática já superava 15 anos, não podendo ser compreendida como ocasional.

É certo que do ponto de vista do “gasto da casa” tanto Katiane como os irmãos tinham condições de supri-los sem mobilizar seus pais. Mas a compreensão do caso não estaria considerando o papel desses gêneros alimentícios para produzir obrigações entre pais e filhos/as e entre os/as irmãos/as. Isso fica claro, pois a retirada envolvia retribuição, não no mesmo produto ou serviço, mas em outros. Um filho plantava a terra dos pais, mas ele não o faz sem a colaboração das máquinas de seu irmão. No entanto, não eram os pais (mais velhos) que decidiam sobre o âmbito da lavoura tocada pelos filhos, contudo exerciam sua influência nessas decisões, sempre buscando manter ativos os vínculos entre seus filhos/as, genros e noras. A produção do sítio também parecia se constituir em um dispositivo que colaborava para atualizar as atribuições de Nadir e Rômulo enquanto pais “de família”, produzindo obrigações entre os envolvidos. Um possível rompimento com esse dispositivo também significaria a desmobilização do suporte entre os grupos domésticos que parecia já integrar as operações do próprio cálculo econômico efetivado pelos mesmos.

Arranjos similares a este pareciam ser recorrentes e explicavam por que havia diversos assentados que residiam sobre seus lotes, mas a única coisa que se via no entorno da residência era a lavoura de soja. Ou ainda que o fato de residir na vila depois do casamento e só dispor de soja sobre seu lote não significava que os mesmos só produziam soja, mas apenas colocavam em prática uma forma de organização do trabalho e do próprio consumo que só poderia ser entendida de forma interdependente a outros membros da família.

2ª Situação: situações ocasionais de coabitação e terras novas

Em outro caso, estavam mobilizados no entorno da lavoura: os pais mais velhos (mais de 60 anos), instalados em Ipiranga do Norte, os três filhos, sendo Giles com idade de 35 anos, casado com Sandra, e os outros dois solteiros, um com 30 anos e outro com 28 anos. Agregavam-se ao suporte da lavoura alguns amigos em Ipiranga do Norte, inseridos nas firmas, ao menos dois vizinhos nas terras do mesmo assentamento e outros três vizinhos nas terras do assentamento Mercedes.

Giles e Sara, ao casarem em 2008, instalaram-se em uma “casa” que os pais possuíam sobre o lote no assentamento em Ipiranga do Norte, já que os pais residiam na vila onde tocavam um pequeno hotel. Entre 2008 e 2015, os irmãos e seus pais decidiram ampliar investimentos em “terras novas” nos assentamentos Mercedes e Itanhangá a 140 km da vila. Isso exigiu que Giles se deslocasse para o assentamento Mercedes permanecendo ausente durante várias semanas. Esse momento coincidiu com a gravidez de Sandra, o que resultou na decisão de coabitar com os pais por quase dois anos, deixando a residência anterior. Essa coabitação garantia que Sara e o filho recém-nascido tivessem o suporte dos sogros no âmbito da casa, durante a ausência de Giles. De alguma maneira, temporariamente duas unidades de consumo tornaram-se uma só, materializadas em uma só “casa”. Esse arranjo foi fundamental para que Giles pudesse permanecer períodos mais longos nas terras do assentamento Itanhangá e Mercedes, onde mantinham lavouras, e isso era compensado pelos pais e irmãos que garantiam o suprimento dos “gastos” de Giles, Sara e o filho – desde alimentos até necessidades individuais do neto recém-nascido. Ao mesmo tempo, possibilitava que Giles se encarregasse exclusivamente das lavouras sobre “terras novas”, nesse caso, mobilizando trocas com dois novos vizinhos. Somente quando o filho atingiu dois anos de idade

e após organizar a reforma em um “rancho”¹¹⁵ existente nas “terras novas” foi que o novo grupo doméstico voltou a materializar seu consumo em uma “casa” separada.

Mesmo assim, os irmãos e os pais continuaram dando suporte às tarefas do filho, não só no que tange à lavoura, mas também no âmbito da casa. Semanalmente, um dos irmãos se deslocava até as “terras novas” levando suprimentos, inclusive alimentares, dando conta de boa parte do “gasto da casa” de Giles e Sara. Quem se encarregava de gerir esses suprimentos para a casa do filho e nora era a mãe Marta. Em razão disso, ela e o marido haviam ampliado a criação de porcos e galinhas, que ao serem abatidos eram compartilhados com o filho nas “terras novas”. Esse processo ainda estava em curso em 2014 quando realizamos o trabalho de campo. Se observamos que uma nova economia doméstica foi constituída em 2008, já eram seis anos que esse processo estava em curso. Tudo indica que esse arranjo poderia ser transitório, mas sua duração poderia se alongar durante o tempo em que estivesse em curso a intensificação de investimentos na manutenção e ampliação de lavouras, especialmente, em “terras novas”.

Entretanto, é importante salientar que, nesse momento, eram os pais de Giles que garantiam o suprimento dos “gastos da casa” do mesmo e também os regulavam. Ainda que não fosse algo preciso, mas o fato de estes repassarem ou determinadas quantidades

115 Nos lotes em assentamentos recém-criados era comum que somente os homens assumissem sua ocupação em um primeiro momento no assentamento. Geralmente, instalavam pequenos “ranchos” que serviam como local de preparo de alguns alimentos, de repouso e local para guardar ferramentas durante a realização de tarefas agrícolas. Enquanto isso, mantinham as mulheres e filhos pequenos em casas na vila do assentamento ou cidade próxima, para posteriormente se mudarem para o lote após construída uma casa sobre o mesmo. Conformação idêntica já havia sido registrada em Heredia (1989, p. 156) na área de expansão canavieira de Alagoas. Naquele caso, os “ranchos” em seu caráter provisório e rudimentar eram estruturas físicas auxiliares ao trabalho agrícola dos trabalhadores rurais e, por isso, estavam em oposição à casa como local da família em Alagoas.

de suprimentos e/ou valores em dinheiro ao filho casado tornava-se um dispositivo que forçava a adequação de seus “gastos” ao que foi fornecido. Essa regulação ficou evidente em um momento que essa família passava por uma situação de endividamento decorrente dos altos investimentos na lavoura. Nesse sentido, o relato de Marta, 62 anos, em relação à nora, 32 anos, é revelador:

Ela tem todas as qualidades, cuida do meu netinho, não tem preguiça, só que gasta sem controle. [...] a gente trabalha junto na lavoura, cada uma cuida da sua casa, mas eu sei que quando o problema é uma dívida, o filho logo procura a mãe, e ela sempre ajuda (Assentada, 13/10/2014).

Marta buscava mobilizar os filhos para resolver o problema da dívida decorrente da lavoura e exigia da nora a assunção rígida do controle dos “gastos da casa”, adequando-os ao momento vivido, o qual requeria a utilização de todos os ganhos da lavoura para pagar as dívidas. Marta observava com preocupação a incapacidade da nora em realizar essa acomodação e acreditava que isso poderia levá-los a solicitar mais dinheiro para suprir os “gastos da casa”, afinal, não deixariam de atendê-los (“a mãe sempre ajuda”). Entrava em cena uma forma de regulação dos pais (“velhos”) sobre a “economia doméstica” dos “mais novos”, contudo, esta não se dava diretamente entre a sogra e nora, mas entre a mãe e o filho. Ainda que ela observasse o “descontrole” da nora, ela agia cobrando uma postura mais “controlada” do filho. Esperava, assim, que o filho estabelecesse sua autoridade em relação à esposa de modo a resultar uma readequação dos “gastos da casa” naquele momento de endividamento.

3ª Situação: comprar um trator ou construir uma casa a pedido da nora?

Em um caso, havia quatro grupos domésticos mobilizados no entorno de uma dada composição de lavouras, sendo: um formado pelo casal mais velho – pai e a mãe; dois compostos por dois filhos e as noras e seus filhos pequenos; e, por fim, um vizinho assentado – casal e filhas adultas. Em uma dada situação, houve uma tensão provocada pela divergência dos interesses dos seus integrantes: de um lado, pai e o filho mais velho, que exprimiam o controle da lavoura, tinham a pretensão de adquirir um trator novo para ampliar as terras em uso. De outro lado, uma das noras, casada com o segundo filho, tinha o interesse em construir uma casa maior com design moderno. Essa decisão produziu um longo e tenso processo de negociação entre os (as) envolvidos com a lavoura. Um trator maior se associava ao objetivo de buscar outras terras para plantar. Entretanto, essa decisão exigiria o uso de todos os possíveis resultados das colheitas das lavouras dos anos seguintes e maiores esforços no sentido do trabalho dos homens, diga-se do pai, dos dois filhos e do vizinho. Com efeito, sem poder contar com possíveis ganhos obtidos pelo trabalho na lavoura, cada unidade doméstica deveria reduzir suas “despesas” no âmbito da casa, tendo em vista que não haveria redistribuição das colheitas nos anos seguintes. Isso se chocou com a pretensão de uma das noras em construir uma casa de alvenaria sobre um dos lotes de terra, deixando a casa precária que residiam até então. Vejamos que optar por um objetivo comprometia a possibilidade de efetivação do outro no curto prazo, tendo em vista que utilizariam recursos das colheitas obtidas e sequentes que não suportariam a efetivação de ambos os interesses concomitantemente.

Como desfecho, prevaleceu a ideia de construir uma “casa” que, por um lado, permitiria um espaço físico maior para os netos e tornaria mais fácil a gestão do trabalho devido à proximidade

da lavoura¹¹⁶. Essa decisão negociada, nem por isso menos tensa, adiou a pretensão de adquirir um trator novo e a busca por mais terras para plantar.

O filho casado com a referida nora havia ficado ao lado do pai, sendo favorável pelo trator num primeiro momento, mas parece ter cedido à pretensão da esposa de construir a casa nova, posteriormente. A nora buscou apoio da sogra, apresentando seu interesse na melhoria das condições de residência. Também é importante considerar que o vizinho, embora envolvido diretamente nas tarefas da lavoura, não participou dessa decisão, pois considerava uma coisa que tinha que ser resolvida “entre eles”, quer dizer, no âmbito de uma família a qual não pertencia. O pai (“mais velho”) e o primeiro filho certamente é que decidiram pelo trator, mas, posteriormente, cederam ao interesse da nora (e cunhada)¹¹⁷. Entendiam que ainda que fosse importante ampliar as lavouras, e o trator seria parte da estratégia para sua objetivação, era fundamental evitar uma fricção entre os irmãos e o pai, de onde se mobilizavam os recursos necessários para implantar as lavouras¹¹⁸.

116 Em inúmeros casos, a decisão de permanecer morando no sítio envolveu uma negociação entre homens e mulheres da família, no qual a casa era o fator central. Muitos homens sugeriam a construção de casas maiores com maior “conforto” como condição para convencer as mulheres (e filhos/as) a não optar pela residência na vila ou cidade.

117 As tensões familiares, com o destaque a figura das noras, aparecem no estudo histórico de Sabeen (1990) e em diversas sequências de cartas na obra de Thomas; Znaniecki (1918). O material desses autores sugere que a nora, além de ser mulher, era a pessoa que passou a integrar uma dada descendência, por meio do vínculo de aliança. Determinados conflitos tornam evidentes as diferenças entre as distintas descendências que se ligaram pelo casamento. Esse é o pressuposto que fica evidente no caso em que estamos apresentando, embora não é uma dimensão que será explorada neste momento.

118 Sobre este aspecto, é importante assinalar que a manutenção da autoridade em determinadas situações envolve fazer concessões àqueles que estão submetidos a ela, atendendo necessidades, vontades específicas de modo a não comprometer sua legitimidade e reforçá-la (WEBER, 2009, p. 187-210).

A situação coloca em evidência um plano mais amplo de negociação dessas tomadas de decisão, que atravessou vários grupos domésticos e mediações que atravessam os mesmos. Não se trata de considerar que o plano mais ou menos autárquico dessas unidades sociais havia se tornado mais restrito, mas que exercê-lo em algum grau exigia a construção de negociações constantes envolvendo os diversos membros envolvidos na lavoura. Ainda que a figura masculina assumisse a mediação das negociações, sobretudo, com os irmãos e com o pai, a construção de um acordo entre as partes também foi mediada entre as noras e a sogra, que parece ter colaborado para convencer seus maridos a adiar a proposta de adquirir o trator. Essa articulação efetivada pelas mulheres só entrou em cena, pois o objeto de interesse – a construção de uma “casa” – integrava no âmbito da esfera do consumo, na qual elas exerciam suas principais atribuições.

xxx

Conforme Marques (2015, p. 28), “entre os “gaúchos”, as mudanças na composição dos grupos domésticos parecem antes determinada pelos ciclos de vida, aos quais também se associa a busca pelas “terras novas”. Assim como verificado pela autora em outros casos no meio norte mato-grossense, particularmente na 2^a e 3^a Situações, a mobilização para a lavoura também envolveu o “suporte” para os “gastos” das várias unidades domésticas, especialmente, em momentos de ampliação dos investimentos sobre as “terras novas”. Para que alguns filhos casados pudessem se dedicar integralmente às tarefas da lavoura, por vezes, os pais passavam a dar “suporte” aos “gastos da casa” dos mesmos. O fornecimento de produtos alimentares nos pareceu uma das formas mais emblemáticas de os pais “ajudarem” as novas unidades domésticas, particularmente, quando estavam mobilizados entre si para ampliar investimentos nas lavouras em “terras novas”.

Se já destacamos que a constituição de uma economia doméstica comum envolvia alguns meios para dar conta dos “gastos da casa”, isso não significa que essa situação se dava de forma totalmente independente. No caso de produtos alimentares, por vezes, um sítio, geralmente dos pais (mais velhos), tornava-se o lócus de produção de roças (mandioca, feijão, arroz) e criações (vacas, porcos e galinhas), coisa não encontrada muitas vezes sobre os lotes de assentados “mais novos”. Essa retirada de produtos era regulada pelos “mais velhos” e era variável de acordo com a colaboração para com os pais por parte dos filhos. Na 1ª Situação, o vínculo com a lavoura dos filhos, incluindo o uso da terra dos pais, dava direito a maior participação dos produtos do sítio da mãe. Entretanto, outras formas de colaboração com os pais por parte dos demais filhos/as, não associadas diretamente com a lavoura, também credenciavam a retirada. Para os filhos de dona Nadir, o cálculo econômico dos mesmos já previa tanto o tempo dedicado a “ajudar os pais” como contavam com uma série de produtos do sítio da mãe no seu próprio orçamento doméstico, tanto que passaram a contribuir também para com os próprios meios para efetivar esses cultivos e criações.

Uma das diferenças da 1ª Situação em relação às demais se refere ao fato que os pais não mexiam com lavoura, mas foram os dois filhos assentados que receberam apoio de seu antigo patrão (fazendeiro), que lhes concedeu máquinas em troca de trabalho para iniciar as lavouras¹¹⁹. Posteriormente, mobilizaram os pais e um terceiro irmão para ampliar os recursos e a própria capacidade dos meios de produção. Desse modo, entre as formas de “ajudar” os filhos estavam os produtos do “sítio”, além da cessão da terra

119 Nesta seção, restringimo-nos a descrever as relações entre pais e filhos, ainda que haja indicações sobre a existência da mobilização de outros agentes no entorno das lavouras. Chamamos atenção ao leitor que esse é o tomo central do Capítulo a seguir, no qual se dará atenção justamente para a constituição de redes no entorno da lavoura, no plano das relações familiares, de vizinhança e entre assentados e fazendeiros do entorno.

onde residiam para o plantio de soja. Já na 2ª e 3ª Situações, o suporte aos “gastos da casa” compensava o trabalho e investimentos na ampliação das lavouras, operando com uma lógica muito próxima do que já descrevemos em relação aos filhos solteiros que residiam com seus pais. Enquanto Giles estava ocupando em tempo integral com a lavoura, a esposa naquele momento se encarregava dos cuidados com seu bebê. Por essa razão, não haviam membros do novo grupo doméstico dedicados a suprir os “gastos da casa” de maneira separada dos pais.

Se nos três casos há uma relação entre pais e filhos casados, nos dois últimos, os pais (mais velhos) parecem exercer maior influência sobre os filhos. Nesses casos, os filhos se mantêm vinculados com os pais depois do casamento, pois foram mobilizados para tocar (ou mesmo ampliar) uma modalidade de produção que já vinha sendo gerida pelo pai, que seguiu controlando a maior parte dos recursos. É por isso que os pais estabeleciam compensações pelo trabalho dos filhos na lavoura, que incluíam, desde a participação nos seus resultados, valores em dinheiro e/ou produtos alimentares necessários ao “gasto da casa” dos mesmos. Isso se distingue do primeiro caso, pois neste foram dois dos filhos que criaram as condições iniciais para implantar lavouras, as quais foram potencializadas, posteriormente, pelo apoio dos pais. No que tange à lavoura, eram os filhos, particularmente os dois que eram assentados, que tomavam as decisões. Seus pais exerciam muito mais a atribuição de mediar a mobilização entre filhos e filhas (entre irmãos), exercendo sua influência, na condição de pais e mais velhos. Os produtos e criações do sítio e o controle da retirada dos mesmos eram associados a distintas formas de colaboração e atualizavam obrigações entre pais e filhos/as e entre os irmãos.

Essas situações nem sempre ocasionais colocam em evidência o cálculo econômico sendo operado não em uma unidade fechada, mas atravessado por redes de indivíduos com posições distintas dentro e fora da mesma que, como já salientamos, variam especialmente quanto ao gênero e à idade. Vemos que quando o objeto

em questão era a lavoura, sempre falamos da relação entre pais e os filhos, na qual o fato de ser “mais velho” ou “mais novo” informava o seu protagonismo na tomada de decisões. Isso se repetia em grande medida entre irmãos: os mais velhos tinham maior peso que os demais. É particularmente interessante observar que o pertencimento ou não à família também é um marcador relevante. Isso fica evidente na 3ª Situação, na qual o vizinho, embora sendo parte importante na mobilização para tocar lavouras, não participa das decisões inerentes a ela (exemplo da compra do trator).

Quando estava em questão os “gastos da casa”, algumas vezes, as mulheres também participavam da mediação. Poderia ser efetivada na relação com a mãe, como na 1ª Situação, na qual não eram os genros e noras que retiravam produtos do sítio da mãe, mas filhos e filhas. Já na 2ª Situação, também aparece a questão da regulação dos “gastos da casa” do filho. Mas, nesse caso, a mãe não intervinha diretamente sobre a nora (não se tratava de uma relação entre mulheres), mas operava via mediação do filho, supondo que este pudesse exercer sua autoridade diante da esposa, consolidando os ajustes nos “gastos da casa”.

Vemos que de diferentes maneiras a definição entre a quantidade de esforço e de recursos necessários em relação à quantidade de consumidores de um grupo doméstico aparece como interdependente de outros grupos domésticos, com os quais há uma interação rotineira. A articulação entre pais e filhos expressa nas situações descritas sugere que os “cálculos econômicos” também podem ser operados por meio de “redes” ou, diríamos, no plano intradoméstico. Nesses termos, a forma como ele é operado no seio de cada economia doméstica envolve negociações, interferências, ajustes e produção de hierarquias sociais, e sua efetivação será objeto do próximo capítulo, no qual serão examinados diversos acordos e trocas que mobilizam pessoas e recursos constituindo o “suporte” para a lavoura.

CAPÍTULO 3

AS REDES E AS LAVOURAS

No capítulo anterior, as reflexões que tomaram como base a dinâmica interna dos grupos domésticos e sua relação com a lavoura apontaram para a pertinência de investirmos em outros planos para dar conta do objeto. Vimos que a relação entre pais e filhos (depois do casamento) também eram mediações entre duas ou mais unidades domésticas, que só poderiam ser compreendidas de forma interdependente. Ademais, as três situações descritas na última seção do referido capítulo, nas quais a partir das articulações entre pais e um dos filhos eram produzidas conexões que envolviam outros filhos/as, os irmãos, genros e cunhados, sugerindo a mobilização e ativação de membros da família para efetivar a exploração agrícola.

Paralelamente, ao buscarmos mapear as relações que sustentavam as lavouras, percebemos que era difícil encontrar algum indivíduo que não tivesse alguma forma de participação direta com ela, seja mobilizando (ou sendo mobilizado por) familiares, vizinhos ou mesmo patrões. Eram por meio de redes mais amplas que transcendiam um lote individual, ou mesmo um grupo doméstico, que eram mobilizados os recursos necessários para efetivar as lavouras por meio de “trocas” e acordos múltiplos que lhe davam materialidade. Nesse sentido, as composições de áreas de lavouras eram, em grande medida, composições sociais móveis, ou seja, tanto a lavoura como um ou outro agente envolvido não poderiam ser analisados isoladamente, conforme procuraremos demonstrar neste capítulo.

Uma das explicações possíveis para existência dessas mobilizações mais amplas para além de um único grupo doméstico pode estar relacionada à insuficiência de recursos disponíveis para dar conta isoladamente das próprias exigências de uma modalidade de produção comercial. Mexer com lavoura de soja e milho – segundo os parâmetros técnicos predominantes na região – exigia dispor de um conjunto de recursos que iam muito além da terra e da força de trabalho. Segundo levantamento que fizemos, em 2014, por exemplo, para o ciclo agrícola de soja, eram necessários em média R\$ 2,3 mil por hectare somente para comprar as sementes, adubos e produtos químicos. Acrescentavam-se aos meios de produção as máquinas e implementos utilizados na mesma (tratores, plantadeiras, veículos utilitários, pulverizadores), os quais exigiam grandes investimentos financeiros, isso sem contar os investimentos despendidos para abertura de áreas. Ainda era necessário dominar técnicas de produção em constante transformação, e assim por diante. Quem conseguia isso passava a interagir com um conjunto de variáveis do chamado “sistema de mercado”, o qual estabelecia mecanismos específicos de fixar os preços, de expectativas de futuro e de lidar com reservas. Todos esses elementos quando integrados exigiam ter à disposição áreas mais amplas do que o tamanho de um lote da reforma agrária¹²⁰. Assim, independentemente

120 No processo de concessão dos direitos de posse das terras nos projetos de assentamento, o INCRA estabelecia o lote, como unidade parcelar, o qual era ser concedido na modalidade individual ou coletiva, de acordo com a legislação nacional. O lote individual pressupunha uma unidade de produção que permitiria por meio da exploração agrícola o sustento e a permanência de uma unidade de consumo, assumida por “uma família”. Nesse sentido, é importante estar atento, como nos alertou Bourdieu (2008, p. 134-135), ao peso do Estado na definição do significado de categorias como “estabelecimento rural”, “família”, “propriedade” comumente mobilizadas quando o tema se refere à produção agrícola. Dentre os pressupostos presentes na política de reforma agrária aparece a percepção de formação de estabelecimentos rurais de pequeno porte, associando as unidades sociais – famílias – a uma base territorial onde seriam desenvolvidas as atividades

do tamanho da área a ser plantada, era preciso ter acesso a um conjunto mais amplo de recursos e acionar determinadas relações ou níveis de integração para alcançá-los.

Mas a quem recorrem na tentativa de mexer com lavouras? Como se dá essa mobilização ou se é mobilizado para tocar lavouras? Que modalidades de acordos, trocas, ajudas são construídas e como se produzem obrigações entre as partes a ela associadas? A insuficiência de recursos seria o único elemento explicativo para compreender a mobilização de outros agentes para além de um único grupo doméstico? Que modalidades de acordos e/ou trocas se efetivam entre os diferentes agentes envolvidos? A reflexão de Giles, 34 anos, assentado, casado apontou o caminho para a sequência da investigação: “mesmo com dificuldades, estamos conseguindo arrumar as terras e plantar, porque temos um grupo que dá o suporte”. Observando o seu próprio caso, ele definia como “grupo” a formação composta por seus pais (60 e 57 anos), dois irmãos (31 e 27 anos), o sogro, ao menos três vizinhos do assentamento e alguns amigos de mesma idade da cidade de Ipiranga do Norte. O “grupo” teria uma base familiar e se estendia para não familiares, tendo caráter flexível e informal, com níveis de articulação muito variados de cada um dos integrantes. Já a ideia de “suporte” sugeria um conjunto de pessoas mobilizadas de diferentes maneiras no entorno da exploração agrícola, contribuindo para movimentar a terra segundo práticas predominantes no assentamento e na região (cf. Seção 1.4).

Se já havíamos apontado, no capítulo anterior, a pertinência de examinar os cálculos econômicos dos grupos domésticos não como unidades fechadas, mas produzidos de forma interdependente como outros agentes (ou mesmo outros grupos domésticos), a explicação do assentado reforça esse ensejo. A constatação da existência

produtivas. Assim, a avaliação sobre o desenvolvimento dos assentamentos toma como ponto de partida a “indissociação” entre a unidade social, territorial e produtiva.

desses agrupamentos constituídos para tocar lavouras, levou-nos a retomar a leitura de Gessat-Anstett (2001), especialmente em seu plano de análise que poderia ser agregado às discussões, que examinamos até agora, tendo como base o grupo doméstico. A autora apropria-se da noção de “rede” entendida como “relações entre indivíduos e grupos num suporte específico (econômico, parental, afetivo)” para examinar o parentesco em ação para dar conta de necessidades de subsistência e moradia. Um agrupamento de parentesco ganha forma de rede por meio dos laços de filiação e aliança matrimonial e por meio das “trocas” de bens e serviços. Isso implica em formas específicas de ativação dos parentes e de (re)produção de mecanismos de legitimação do que se entende por parentesco nesse processo¹²¹.

Uma de suas contribuições, ao que entendemos, foi demonstrar como utilizar essa noção na análise etnográfica, algo que parece ser um desafio no debate acadêmico, visto que falar em rede evidencia uma multiplicidade de interpretações e usos construídos sob diferentes perspectivas, visando preencher lacunas teóricas e metodológicas¹²². Entendemos que, ao associar a noção de rede à

121 Essa noção de “rede” supõe basicamente um recurso analítico, que permite captar o caráter flexível e dinâmico das ações dos agentes, que muitas vezes constituem determinadas relações sociais. Não pode ser confundido com a noção de “rede de relações” que, na literatura das Ciências Sociais, comumente remete ao que Bourdieu (1998, p. 67) definiu como capital social, ou seja, a rede durável de relações, com caráter mais ou menos institucionalizado de interconhecimento que marca os vínculos entre grupos e suas posições no sistema social.

122 Cabe situar o leitor de forma muito sintética que há diversas apropriações possíveis da noção de rede, e a que estaremos expondo neste estudo é apenas uma de suas possibilidades na análise. Na antropologia britânica, foi onde apareceram os primeiros trabalhos visando enfrentar os problemas do estrutural-funcionalismo e da compreensão das mudanças sociais. Bott (1957) analisou as redes sociais das famílias inglesas, isto é, os elos sociais dentro de uma unidade básica de estudo. Nesse trabalho, a “família elementar” foi o ponto de partida no qual se construíam laços sociais, sejam eles compartilhados pelo casal, sejam mais específicas do marido ou

dimensão das “trocas” de bens e serviços operadas entre os membros, a autora estabeleceu uma dimensão observável, que permite ao pesquisador mapeá-la e refletir sobre a própria noção de família em universos sociais específicos.

A partir dessas formulações, tomaremos como ponto de partida as articulações entre agentes em torno de um suporte específico, ou seja, a lavoura, utilizando a noção de “rede”, a qual pode não estar circunscrita somente à família, mas abranger vizinhos e fazendeiros, conforme examinaremos nas seções que seguem. Para tal, buscamos durante o trabalho de campo mapear pequenas redes que se estruturavam no em torno da lavoura de modo a compreender o seu funcionamento a partir das diversas “trocas” de bens e serviços observáveis. Dada a dinamicidade das redes, optamos por dar ênfase ao agrícola de 2013 e 2014 – período que realizamos o trabalho de campo – estendendo a análise até o momento da criação dos projetos de assentamento (há cerca de 15 a 20 anos), na medida que isso fosse pertinente para compreender o momento atual.

Para fins da descrição etnográfica, o capítulo está dividido em três seções. Na primeira seção, daremos destaque ao exame das redes, que ativam indivíduos e grupos, predominantemente, a partir de uma base familiar. Na segunda seção, examinaremos

da esposa (amigos e parentes), os quais possuíam diferentes intensidades. Outros antropólogos ligados ao grupo de M. Gluckmann (Kapferer, Barnes, Mayer, entre outros), de forma geral, usaram a noção de rede para estabelecer os elos de um grupo (ou conjunto deles) e os indivíduos nele contidos, em relação aos grupos e indivíduos definidos como externos a essa unidade. As discussões giram em torno do conteúdo e a forma das redes, seus pontos de ancoramento (indivíduo ou coletividade), conteúdo e densidade (MITCHELL, 1969). A noção de rede no trabalho de Gessat-Anstett (2001), ainda que situada na etnologia francesa, trata-se de uma das apropriações dessa noção para examinar as relações de parentesco em um contexto específico de modo a ir além dos exames baseados exclusivamente na descendência e na aliança, pensando a rede a partir do agente em suportes específicos.

as articulações estabelecidas entre vizinhos; e, por fim, na última, daremos atenção, em particular, às articulações entre os assentados e fazendeiros. Trata-se de planos de integração, que, conforme sugeriu Geertz (1999, p. 279-280), podem auxiliar na identificação dos componentes da estrutura social e seus princípios, mas que se entrecruzam e devem ser objeto de relativização no decorrer da própria descrição.

3.1. Arranjos familiares e lavouras

Aqui a gente planta em família. (L. F. assentado, 25/10/2014)

O objetivo desta seção é refletir sobre a mobilização de membros da família para tocar às lavouras no contexto dos assentamentos.

No trabalho de campo, era comum a expressão: “aqui a gente planta em família”, para explicar ao pesquisador a própria existência das lavouras com parte de suas economias domésticas, mas não específica, tendo em vista que ela raramente poderia ser compreendida como uma unidade de produção individual. Esse tipo de dado apontava a relevância de mapear e compreender a construção de arranjos no em torno desse tipo de exploração agrícola.

Mas de que família eles estavam falando? Fazer menção à “família” para a maioria dos assentados¹²³ significa tratar dos vínculos estabelecidos entre diversos indivíduos a partir de relações

123 Assentado é termo utilizado para designar aqueles que integram um projeto de assentamento de reforma agrária pelo INCRA. Geralmente, consideram-se assentados aqueles que participaram da primeira leva de beneficiários contemplados com uma parcela de terra (lote). É com esse significado que fazemos uso dessa categoria nesse estudo. Isso não desconsidera que o termo ganha sentidos particulares em situações específicas como quando aparece em oposição às fazendas ou aos produtores. Porém esses sentidos não são examinados nos limites deste trabalho.

de aliança – formado a partir dos casamentos – e filiação – menção aos pais e filhos (as) e/ou irmãos (ãs). Quando se tratam de casais jovens, geralmente, falar de família significa falar da família “do lado dele” ou “do lado dela”, por vezes agregando os cunhados (as). Já para os casais “mais velhos”, falar de família é fazer menção aos filhos (as) e, eventualmente, netos (as) e dar menor peso aos irmãos e irmãs. Raramente, falar em família aparece associado somente a um casal e seus filhos (família elementar), quando ainda jovens, embora haja menção à casa, que mais que a própria ideia de propriedade, demarca a existência de um novo grupo doméstico, em regra, a partir do casamento.

Falar em “família” nesse contexto supõe um agrupamento social concreto e dinâmico, de forma similar ao clássico estudo de Thomas e Znaniecki (1918). Mas ao citar tal semelhança é fundamental observarmos outra contribuição dos autores, inédita para a época, que se refere à importância das interações entre membros dessa unidade de parentesco ou, dito de outra forma, a dimensão do cotidiano, perspectiva que foi aprimorada por outros/as autores/as, entre eles aqueles que fazem uso da noção de rede para analisar, por exemplo, como os parentes são mobilizados para garantir suportes específicos como moradia ou alimentação (GESSAT-ANSTETT, 2001).

Então, para fins analíticos, faremos uso da noção de “família” conforme a concepção nativa mais corrente e de “rede” como noção analítica que pode distinguir dentro de uma mesma família aqueles agentes que são ativados ou mobilizados para determinados suportes específicos, no nosso caso, o suporte para tocar as lavouras. Trocando em miúdos, há agentes que são parte “da família” pelos vínculos de filiação e aliança matrimonial, mas não compõem a rede, tendo em vista que não foram ativados ou mobilizados para “dar suporte” à exploração agrícola.

De diferentes maneiras, outros estudos realizados sobre os produtores de soja do meio norte mato-grossense já indicaram a pertinência da mobilização do grupo familiar para tocar lavouras

(FERNANDEZ, 2007, p. 174, DESCONSI, 2011, p. 186, ALMEIDA, 2013, p. 36, MARQUES, 2015, p. 28-29). Entre os assentados, era comum fazer referência às lavouras como sendo “tudo em família”, o que remetia a articulações variadas entre os diversos membros.

Mesmo considerando o trabalho em conjunto como uma característica constitutiva do que se entende por “família campesina”, segundo Goody (1999, p. 264-267) seja em diferentes grupos sociais do oriente e do ocidente, isso não pressupõe que seja algo homogêneo ou realizado entre iguais. No capítulo anterior, discutimos, inspirando-se no estudo de Heredia (1979), diversos elementos da organização interna dos grupos domésticos evidenciando várias distinções a partir do gênero e idade, que contribuíam para manter e/ou estabelecer hierarquias entre os membros. Ali também se dizia que “todos trabalhavam juntos” ou que compartilhavam seu consumo, mas isso não significa que não houvesse diferenças entre seus integrantes. O mesmo pode ser observado quando se fala da família mobilizada no entorno da lavoura. Assim, analiticamente parece importante identificar como se expressam as diferenças entre os vários agentes envolvidos, de modo a não considerar que a existência da mobilização entre familiares configure um todo homogêneo. Pelo contrário, o desafio é verificar como se (re) produzem posições entre os indivíduos e grupos domésticos mobilizados no entorno da lavoura. A atenção à forma como se constituem acordos e trocas entre os agentes parece um ponto de partida importante. Tais diferenças podem ser de várias ordens, mas, em se tratando sobre a composição do grupo doméstico, seus recursos mobilizáveis e fase do ciclo de vida, ganham pertinência para pensar como integram, quando e como se formam determinadas redes.

Uma das redes mapeadas foi a da família Denatti. Seus membros se dividiam entre as “terras novas” do assentamento Mercedes e as “terras velhas” de Ipiranga do Norte (e a cidade do mesmo nome). As múltiplas articulações em forma de rede envolviam, de diferentes maneiras, mais de 30 pessoas, predominantemente da família, mas incluíam também vizinhos e conhecidos e abrangiam o uso

de mais de dez lotes de terra somente no assentamento Mercedes. Arno Denatti costumava se referir ao filho, aos dois genros e às duas filhas, a uma nora, ao seu irmão, à cunhada e ao sobrinho como a “família” articulada nas lavouras de soja e arroz implantadas no assentamento Mercedes. Na Figura 7, apresentamos um extrato da genealogia¹²⁴ com todos os indivíduos mapeados, distinguindo os membros que participavam ou não da exploração agrícola, segundo a percepção dos entrevistados.

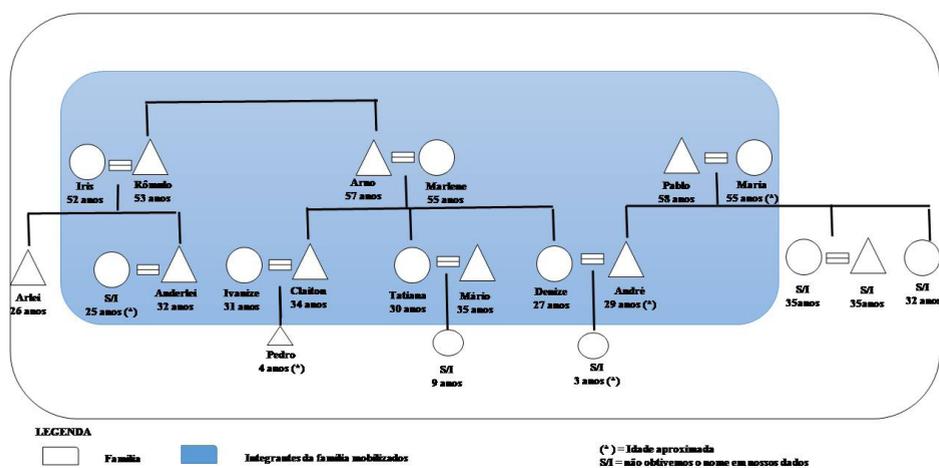


Figura 7: Extrato da genealogia da família Denatti e os membros que integram a rede
Fonte: Dados obtidos pelo autor

Na Figura 7, observa-se que todos/as os/as filho/as e genros de Arno estavam envolvidos, em diferentes níveis, na lavoura, ainda que como procuraremos demonstrar adiante, isso nem sempre foi

124 Antropólogos dos estudos do parentesco apontaram as limitações das genealogias para compreender as relações sociais do presente, visto que, por todos estarem incluídos nela, contudo, ela não permite ver distanciamentos e aproximações entre os integrantes no cotidiano em sua dinamicidade. Aqui, ela se constitui apenas como um elemento para comparar a estrutura familiar com a dinâmica observável no trabalho de campo.

assim. O mesmo não se pode dizer de Rômulo e Pablo, que possuíam cada qual somente um filho (casado) integrado às lavouras. Não estavam incluídos, segundo seus relatos, o segundo filho de Rômulo e as filhas (e genros) de Pablo. Entretanto, isso não significa que esses não pudessem ser mobilizados em algum momento. Em 2013, por exemplo, o filho de Rômulo que residia na Espanha deslocou-se para o assentamento atendendo ao pedido dos pais. As informações coletadas sugerem que o “chamamento” do filho objetivou, de um lado, tê-lo mais próximo dos demais membros da família e, de outro lado, integrá-lo à lavoura observando as possibilidades de ampliação das terras em uso no assentamento. Contudo, a experiência durou pouco, e ele retornou para o exterior. O exemplo do “chamamento” serve para considerar que a necessidade de pessoas para o trabalho (e para mobilizar outros recursos), vinculada às possibilidades de ampliação das terras em uso poderiam “abrir espaço” para outros membros “da família” serem mobilizados na rede, mesmo que estivessem, oportunamente, residindo em locais distantes¹²⁵.

A partir da Figura 7, é possível distinguir três faixas etárias entre os integrantes da rede. A primeira constituída pelos “mais velhos”, com idade variando entre 50 a 65 anos, com os/as filhos/as casado/as. Seus filhos/as, por sua vez, formavam o segundo grupo etário, os “mais novos” – com idades entre 24 a 35 anos. Os/as netos/as, por fim, constituíam o terceiro grupo etário – em média, com 10 anos de idade. Se pensarmos em termos de grupos domésticos conforme discutimos no capítulo anterior, teremos dentre os indivíduos citados sete grupos. Isoladamente, cada um deles, a priori, contava com recursos insuficientes, considerando as especificidades das práticas de uso e do calendário anual das “terras

125 Para saber mais sobre o “chamamento” de parentes, antigos vizinhos e conhecidos como uma das dimensões da migração para o Mato Grosso, ver Desconsi (2011, p. 197-200).

novas”, evidenciando, dessa maneira, um dos elementos em jogo para compreender as diversas articulações que davam forma à rede.

G. D.	Integrante	Grau de parentesco	Idade (2014)
1	Arno Denatti	Pai	57
	Marlene Denatti	Mãe	55
2	Claiton Denatti	Filho	34
	Ivanize Barella Denatti	Nora	31
	Pedro	Neto	4
3	Tatiana Denatti Noetzold	1ª Filha	30
	Mário Noetzold	1º Genro	35
	(sem identificação)	Neta	9
4	Denise Denatti Banzel	2ª Filha	27
	André Banzel	2º Genro	29
	(semidentificação)	Neto	3*
5	Pablo Banzel	Pai do André	58
	Maria Banzel	Mãe de André	55*
6	Rômulo Denatti	Irmão de Arno	52
	Iris Loraci Denatti	Cunhada de Arno	53
7	Anderlei Denatti	Sobrinho	32
	(sem identificação)	Esposa	25

Quadro 3: Integrantes da família na rede, grau de parentesco e idade

Fonte: Dados de campo, elaboração do autor

*Informação de idade aproximada

As articulações entre os vários indivíduos produziam múltiplos acordos e formas de participação na lavoura. Sobre esse aspecto, é possível constatar diferenças entre aqueles realizados entre familiares e não familiares – vizinhos, amigos ou conhecidos – segundo seus recursos disponíveis em cada um dos grupos domésticos e também segundo idade e gênero dos integrantes. Examinaremos a

seguir dois acordos construídos para um ciclo agrícola – um entre o pai e um filho e outro entre dois amigos– de modo a evidenciar suas diferenças e semelhanças.

Acordo A: Claiton e Arno (pai e filho), cultivo de arroz em 100 hectares:

Com o pai, como eu entrei com as despesas do calcário e enleiramento, mas isso deixamos fora da conta. O que precisa para plantar o arroz, como adubo, semente e tal, a gente divide. E o resto, oficina, óleo, eu pago a metade; o trator é dele, então o serviço fica pra ele. O que sobra, nós dividimos a meia (Claiton, assentado, 26/10/2014).

Acordo B: Claiton e Dário (amigos), cultivo de 50 hectares de arroz:

O lote do Dário é uma área que precisava acabar de enleirar, gradear e calcarear. Então, cada um fica com metade das despesas. Se eu ponho R\$ 15 mil e ele R\$ 10 mil, divide a média, e eu dou o que falta pra ele. Do que sobra, dividimos meio a meio; e eu e o pai dividimos a nossa parte, porque é ele que vai fazer o serviço lá. O serviço do trator do pai e, de repente, dos vizinhos, nós vamos dividir a meia. Se der 200 horas, é 100 horas cada um. Aí o Dário vai ter que pagar pro pai (Claiton, assentado, 26/10/2014).

O Acordo B, Dário possuía um lote no assentamento Mercedes, contudo, não possuía os recursos necessários para implantar a lavoura: “ele tinha que fazer isso [acordo] com nós, porque não tinha trator; e mesmo que tivesse, não tinha ninguém do pessoal dele para cuidar, eu tinha o pai”¹²⁶. Não se tratava de ter ou não

126 Claiton, representante comercial e assentado (26/10/2014).

dinheiro, pelo contrário, dinheiro e o lote de terra eram os dois recursos que o amigo possuía. Contudo, não dispunha de máquinas e tempo para se dedicar às tarefas do calendário agrícola, tão menos “pessoal dele”, que significa pessoas não só do grupo doméstico, eventualmente, pessoas de sua família, como irmãos, os pais ou mesmo cunhados para mobilizar para esse fim.

G. D.	Integrante não familiar	Grau de parentesco	Idade (2014)
1	Amigo 1 (Dário)	Marido	35
		Esposa	29*
		Filho	7

Quadro 4: Integrantes do grupo doméstico do amigo

Fonte: Dados de campo, elaborado pelo autor

*Informação de idade aproximada

Acordos baseados na divisão igualitária do resultado, no contexto estudado, supõem a existência de um relacionamento que mobilizava duas economias domésticas mediadas pelos homens que assumiam a autoridade de cada uma delas. Se há um acordo entre o pai e o filho, o fato de este último ser casado e gerir sua unidade doméstica, mesmo que com poucos recursos, é que fornecia a base para o mesmo prever a divisão, “a meia”, do resultado do ciclo agrícola. Entretanto, essa modalidade só aparece quando as partes possuem condições mais ou menos próximas quanto aos recursos que podem ofertar para efetivação da “parceria”. Isso se distingue do caso de filhos solteiros (e alguns casados) que “trabalhavam para o pai”, que destacamos no capítulo anterior, pois, nesses casos, estes recebiam uma “parte” do produto final que, segundo pudemos apurar, nunca alcançou a meia parte do mesmo, independentemente dos esforços desprendidos pelos filhos. Assim, supõe-se que o pai era quem controlava os recursos e a gestão da lavoura e compensava o esforço do filho com alguma participação no final do ciclo agrícola.

Ao dividir o resultado obtido em partes iguais, não restam débitos materiais entre as partes decorrentes do ciclo agrícola. Assim, a continuidade do acordo, mesmo com variações nos ciclos agrícolas seguintes, dependia muito mais da boa relação construída entre as partes – que pode ter sido reforçada (ou não) pela experiência de implantar lavouras em um ciclo agrícola de forma articulada – que de dívidas materiais de um para com o outro.¹²⁷ Ao mesmo tempo, ao dividir a meia parte, cada qual passa a contar com esse possível resultado para suprir o ciclo de consumo anual de suas unidades domésticas.

Acordos entre assentados que previam a divisão do resultado final do ciclo agrícola em partes iguais (“a meia”) eram comuns no universo de pesquisa. Entretanto, essa igualdade no resultado final esconde diferenças entre as partes decorrentes de suas posições, condições, de recursos disponibilizados. Essas diferenças podem ser evidenciadas quando examinamos a forma como cada qual assumia as diferentes tarefas e despesas associadas ao ciclo agrícola.

Os elementos que constituem cada um dos acordos evidenciam uma forma particular de classificação dos recursos disponibilizados para o ciclo agrícola, existindo itens calculáveis e mensuráveis em dinheiro, e outros não (BOURDIEU, 1977), especialmente quando analisados comparativamente. Observamos que há tentativas de aproximar em quantidade e qualidade os recursos que cada um disponibilizava, por meio de mensurações e compensações que não são restritas à equivalência em valor monetário de cada recurso. No que tange à execução das tarefas do ciclo agrícola, tanto em um como em outro Acordo, elas seriam realizadas por Arno. Isso porque Claiton residia e trabalhava de segunda a sábado em Ipiranga

127 Análise inspirada nas formulações de Godelier (2001); Bourdieu (2009), autores que sugerem que o fato de trocas ou acordos efetivados em um determinado momento terem sido cumpridos entre as partes não significa que estes encerraram a relação, pelo contrário, é exatamente seu cumprimento que estabelece a importância de produzir novas ações que visam manter ativas e atualizadas as obrigações sociais entre as partes.

do Norte (140 km da área), enquanto que o pai, mesmo tendo residência principal em Ipiranga, durante aquele ano agrícola, permaneceu nas “terras novas”: “não tenho condições de pagar meu pai por mês, por isso plantamos juntos”.¹²⁸ “Plantar juntos” significava um acordo orientado pelo tempo de um (ou mais) ciclo (s) agrícola (s) como um todo, que trazia consigo o trabalho familiar posto em oposição ao trabalho orientado pelo tempo do trabalho (diária, empreitada, salário) circunscrito a uma ou outra atividade específica no ciclo agrícola, de modo similar ao que constatou Garcia Jr (1983, 1989) em outro universo social. No Acordo A, o “cálculo”¹²⁹ valorizaria o trabalho de Arno, não aumentando sua participação no resultado final da colheita, mas o eximindo de assumir algumas despesas em dinheiro – como o óleo diesel e os reparos das máquinas – durante o ciclo agrícola, tendo em vista as limitações de tempo do filho para contribuir na execução das tarefas. Ao acordar dessa maneira, não haveria o pagamento direto pelo trabalho de Arno, porque o pagamento em dinheiro, sobretudo em sua forma de salário, carregava o pressuposto de uma relação entre patrão/empregado, a qual, dentre outras coisas, não condiz com as formas próprias de remunerar o trabalho exercido entre os membros da família¹³⁰.

Vemos que o amigo também não pagaria diretamente o trabalho a ser executado por Arno (nem em diárias, empreitada ou salário), e, sobre este aspecto, há semelhanças. Assim, tanto em um como outro caso, a referência para remunerar o trabalho era o tempo do ciclo agrícola, e não o tempo de trabalho, o que permite distinguir o acordo efetivado entre os amigos de uma contração eventual

128 Claiton, assentado, projeto Mercedes (13/10/2014).

129 A referência aos cálculos se inspira em Dufy; Weber F. (2007, p. 23, tradução nossa), que é compreendido como prática social – a partir de suas maneiras de fazê-lo – e uma técnica cognitiva – a partir das formas de pensar dos agentes.

130 Formulação baseada em Garcia Jr. (1989) quando examina em outro universo social, as diferenças entre o trabalho familiar e o trabalho “alugado”.

de trabalhadores (mesmo que esse fosse vizinho ou amigo). Para Claiton, esse dispositivo também evitava a necessidade de dispor de dinheiro para pagar a execução das tarefas do ciclo agrícola, seja do pai ou de algum vizinho. Em suma, como a condução das tarefas em ambos os acordos era assumida por seu Arno no final das contas, sua participação no resultado do ciclo agrícola continuava a mesma, mas, antes disso, seu trabalho o eximia de assumir despesas monetárias em meios de produção. O filho e o seu amigo Dário efetivavam compensações por esse trabalho realizado, assumindo as despesas que exigiam o pagamento em dinheiro (como insumos, sementes e combustível). Ao entrar com o trabalho em ambos os acordos, Arno participava dos resultados da lavoura, mas sem dispor de outros recursos monetários para tal.

Outra diferença entre o acordo A e o B aparece em relação ao serviço mecanizado, que tanto um como o outro utilizariam o trator e os implementos de seu Arno. No acordo A, separavam-se as despesas (combustível e reparos mecânicos) que envolviam dispêndio de dinheiro durante o ciclo agrícola, não calculando, por sua vez, outros custos referentes ao uso do trator. Conforme frisou seu Arno, o “trator é meu, mas serve para trabalhar assim na família”, o que significa que não caberia dimensionar custos desse uso quando se tratam de operações a serem realizadas entre pai e filho. Isso se confirma quando, pelo contrário, no Acordo B, o serviço feito com trator foi mensurado em “horas/máquina¹³¹”, o que permitiu estabelecer um valor monetário pelo serviço mecanizado, segundo parâmetros de preço praticados na região. Dário deveria pagar em dinheiro o equivalente a 50% do tempo de serviço mecanizado a seu Arno, ao passo que para Claiton a mensuração do tempo de uso do trator servia somente como parâmetro para calcular a participação dele em relação ao amigo.

131 Medida técnica do tempo cronológico de operação de uma determinada máquina.

Se o acordo entre Claiton e o amigo seria a primeira experiência de articulação entre ambos em uma lavoura comum, ainda que a amizade fosse anterior, as articulações com o pai para tocar as “terras novas” do assentamento Mercedes iniciaram (pelo menos) em 2007, quando foi adquirido o primeiro lote no assentamento e que coincidiu com o ano de seu casamento. Por meio de articulações como essas, a amplitude da rede alcançou mais de 30 pessoas e coincidiu com uma dinâmica de crescimento das terras ocupadas pela soja no assentamento Mercedes, intensificada a partir de 2008, conforme exposto no Capítulo 1. É a partir desse momento que foram fortalecidos múltiplos acordos entre familiares, e não familiares visando acompanhar o ritmo acelerado de transformação das terras.

Foi nesse momento, por exemplo, que os dois genros de Arno foram mobilizados. Em 2011, Mário (1º genro) acordou com o sogro que cederia “seu nome”¹³² para fins de registro do lote no assentamento Mercedes junto ao INCRA. Embora o registro desse direito à posse do lote, entre eles, isso não era compreendido nesses termos, visto que nem Mário nem os demais membros da família o reconheciam como detentor da posse. Contudo, esse dispositivo foi o primeiro passo para integrá-lo à lavoura, contribuindo com o sogro e o cunhado (Claiton). Mário trabalhava durante todos os dias da semana na sua revenda agropecuária em Ipiranga do Norte. Mesmo assim, de forma habitual, fazia o deslocamento de mais de 140 km até o assentamento Mercedes, levando suprimentos (alimentos, peças para as máquinas etc.), apoiando o sogro nas tarefas associadas à abertura de áreas. Também possuía participação em alguns negócios – estabelecendo contatos com as firmas, bancos, cartórios, escritórios, postos de combustível – sendo as transações

132 A reflexão sobre o “nome” não como pessoal moral, mas como um “objeto” que pertence ao indivíduo ou ao grupo doméstico que era “emprestado”, “trocado” e tinha usos variados para fins de registros oficiais será encontrado pelo leitor na Seção 5.2.

registradas em “seu nome”, embora o sogro e o cunhado mantivessem o controle sobre essas operações, sugerindo, em algum nível, a submissão à autoridade do mesmo.

Embora o casamento seja uma condição indispensável para que genros participem dos negócios agrícolas de uma família, conforme verificado por Marques (2015, p. 28) entre os produtores de Sorriso/MT, entre os assentados a mobilização efetivada por parte do sogro e do cunhado não está circunscrita somente a esse aspecto. Mário passou a participar da lavoura depois de cinco anos do casamento, quando houve a necessidade de mais recursos para dar conta da abertura e implantação de lavouras nas “terras novas” do assentamento Mercedes. Entretanto, essa participação deve ser entendida em relação a manifestações de apoio anteriores, não associadas às lavouras, mas que são relevantes para explicar a obrigação para com o sogro e o cunhado. Falamos, de modo particular, sobre a articulação que viabilizou o estudo de Tatiana (esposa de Mário):

Ela [filha] estava em Cuiabá, na faculdade. [...] a gente conseguiu, porque eu ajudei, o genro também, foi muita dificuldade, porque eles têm uma filha de nove anos praticamente. Ela ficou quatro a cinco anos só com nós, com a minha esposa, e ela vinha uma vez ou duas por mês pra cá. Mas agora esse genro está dando suporte lá na Mercedes, porque estava precisando lá, que está no forte, acelerado... (Arno, assentado de Ipiranga do Norte, 21/10/2013).

A obrigação de atender ao chamado do sogro para contribuir no suporte das “terras novas” não se devia somente ao laço inaugurado pelo casamento, mas a uma forma de apoio no cuidado com sua filha durante a ausência de Tatiana. Essa se constituía como uma espécie de dívida, que estabelecia o compromisso de retribuição, o que só tomou forma a partir de sua inserção na exploração

agrícola¹³³. Nas “terras novas”, em regra, os investimentos eram maiores que as colheitas obtidas reduzindo os possíveis ganhos no ciclo agrícola. De qualquer modo, Mário não integraria a eventual divisão das mesmas, o que nos leva a supor que sua contribuição na lavoura estava subordinada ao sogro e ao cunhado, sendo uma forma de retribuição as “ajudas” que recebeu em momento anterior.

Na articulação de familiares para plantar, André (2º genro), também entrou em cena. Este, diferente de Mário, era um assentado que, desde 2002, estava envolvido na exploração agrícola junto ao pai e vizinhos no assentamento Mercedes. Com a intensificação do movimento de abertura das áreas, gerou-se a ocasião para se integrar ao sogro e ao cunhado. Na busca por ampliar suas terras, em 2012, André e seu pai (Pablo Banzel) adquiriram um lote de 55 hectares de “terra bruta”, para ser agregado aos outros dois que já possuíam. No entanto, ao investirem na compra do lote, faltaram-lhes recursos para posteriormente “abrir a terra” e, por isso, ele “cedeu a terra” para o sogro e o cunhado por um período de oito anos.

A cessão da terra para o sogro exprimia um desejo de manter o uso da terra “na família”. Entretanto, somente “ser da família” (sogro, cunhado, por exemplo) não seria suficiente para confiar a terra se não creditasse a eles a capacidade de implantar lavouras, o que levava em consideração suas experiências recentes na exploração da terra¹³⁴, suas condições materiais (tratores e implementos,

133 Esses dados vão ao encontro das formulações de antropólogos/as que consideram que as “trocas matrimoniais” são apenas uma das dimensões que produzem obrigações, tendo em vista que devem ser consideradas trocas de bens e serviços – “de coisas” ou “substâncias” – no cotidiano. Cf. Carsten (1997) e Gessat-Anstett (2001).

134 Diversos trabalhos identificaram em comunidades camponesas normas do grupo que visavam evitar que a terra caísse em mãos de estranhos. Para exemplificar, nos estudos de Bourdieu, na Argélia, ele assim se refere: “evitar que a terra caia na mão de uma família estrangeira é um dever. A terra deve estar em mão daqueles que trabalham nela” (BOURDIEU, 1977, p. 35, tradução nossa).

dinheiro) e outras capacidades (acesso às firmas e bancos) a serem mobilizadas para o empreendimento da lavoura. Sem dispor dessas condições, essa terra poderia, como efetivamente ocorria em muitos casos, ser confiada a não familiares que demonstrassem tais condições.

Isso se confirma quando examinamos a situação de dois vizinhos que passaram a compor a rede. Estes – pai e filho – possuíam cada qual um lote de terra e contavam somente com a força de trabalho dos membros adultos de seus grupos domésticos. Todavia, isso era insuficiente para instaurar o processo de abertura das áreas. Assim, os vizinhos, mesmo dispondo de outros membros, como irmãos e tios, entre os assentados, procuraram Pablo e André, que possuíam o conjunto das condições necessárias para fazê-lo¹³⁵. Na parceria, o vizinho cedeu a terra para Pablo “abrir e plantar” por um período de oito anos. Pablo (com apoio eventual do seu filho) se encarregaria de todas as despesas referentes à abertura (combustível, calcário, pagamento de empreitada na catação de raízes, entre outros). O vizinho passou a trabalhar para Pablo, recebendo remuneração em dinheiro, sendo que, em situações de maior precisão (como momento de catação de raízes), este incorporava o trabalho da esposa e de um filho. Nesse sentido, a “parceria” com o vizinho permitia dispor de “alguém para ajudar” nas tarefas do calendário anual. Para o vizinho, era a possibilidade de um trabalho remunerado, sendo que parte deste seria realizado sobre sua própria terra, ainda que sobre lavoura que não era sua.

135 As articulações entre vizinhos serão mais bem analisadas na Seção 3.2.

G. D.	Integrante	Grau de parentesco	Idade (2014)
1	Assentado 1	Pai	49
		Mãe	48*
		2º Filho	16
2	Assentado 2	1º Filho	28
		Nora	27
		Neta	5*
		Neto	2*

Quadro 5: Grau de parentesco e idade dos assentados parceiros de André e Pablo

Fonte: Dados de campo, elaboração do autor

*Informação de idade aproximada.

Segundo a percepção de Claiton e Arno, André apoiava a realização das tarefas nas lavouras, mas o mais importante é que esse acordo lhes permitiu dispor de mais terra para plantar nos ciclos agrícolas seguintes. André reconhecia dava suporte ao sogro e o cunhado de forma eventual, mas ao se referir às lavouras conduzidas com o pai, assumia o protagonismo considerando como complementares as articulações com o sogro, o cunhado e o vizinho.

Observamos que Pablo passou a fazer uso da terra do vizinho, e não do lote do filho (“da família”) o qual foi repassado para o sogro. O que está em jogo aqui é a possibilidade de incorporar a terra do vizinho na composição de terras em uso pela rede de forma duradoura (pelo menos por oito anos) e, de forma complementar, contar com seu trabalho para tocar a exploração agrícola. Se o pai e o filho optassem em fazer uso de seus dois lotes, não teriam condições financeiras para tocar um terceiro, e isso exigiria que André se dedicasse integralmente às tarefas agrícolas das “terras novas”. Nesse sentido, a estratégia de ceder o lote para o sogro e, paralelamente, fazer a “parceria” com o vizinho permitiu que André e a esposa se mudassem para a cidade de Ipiranga do Norte, em 2012, onde ambos começaram a trabalhar em firmas, de onde tiravam seu

sustento e economizavam algum dinheiro para investir nas “terras novas”. Já a sua articulação com o sogro e o cunhado garantia que o trabalho de “melhorar a terra” fosse feito para alguém da família, atribuição que tinha como retribuição a possibilidade de utilizar a terra também por oito anos.

É importante esclarecer que quando a terra entra como objeto de troca, por vezes associado ao termo “dar”, isso talvez se aproxime mais ao “emprestar” ou ao dar para uso, não entregar a posse, visto que o termo carrega o sentido de uma doação, parte da troca de algo não alienável, de uma coisa que, mesmo dada, não está separada do seu doador. “Dar” ou “passar a terra” para que outro faça uso como se fosse sua, e assim possa, em última instância, não só obter boas colheitas dessa terra, mas contribuir para melhorá-la ao longo do tempo (BOURDIEU, 1977, GODELIER, 2001, DUFY; WEBER F., 2007). Para essa atribuição estabelecer uma relação de troca para uso, sugere também que essa troca seja feita com alguém com a qual o detentor da área de terra acredite que tenha condições de exercer essa tarefa.

Dentre as articulações dessa rede estava um irmão e sobrinhos de Arno. Nas proximidades de suas terras, encontramos seu irmão Rômulo, 52 anos, casado com Iris, 53 anos, e mais Anderlei (1º filho), 32 anos, casado e com um filho pequeno. Pai e filho possuíam dois lotes, adquiridos em 2004, quando migraram diretamente de Santa Helena/PR. Além de seus lotes, eles trabalhavam outros dois lotes de “antigos vizinhos” – também pai e filho – que não residiam na região. Nesses lotes, Rômulo e Anderlei se encarregavam da abertura das áreas, do cultivo do arroz e da soja e do manejo do gado. O trabalho realizado por eles não era convertido na forma de dinheiro, mas em animais ou outros tipos de serviço, eliminando a troca monetária e dando acesso a outros recursos que potencializavam a exploração agrícola também em seus lotes. O manejo dos animais lhes dava direito à parte dos bezerros nascidos a cada ano, os quais eram criados nas pastagens implantadas nas terras dos antigos vizinhos. Nas lavouras de arroz e soja, de

maneira um pouco diferente, Rômulo e Anderlei entravam com o trabalho físico e mecanizado (com dois tratores e implementos). Os “antigos vizinhos” disponibilizavam dinheiro para as despesas com combustível, adubos, sementes e, por fim, no caso específico da soja, encarregavam-se da colheita e transporte com sua colheitadeira e caminhão. Estes, embora residissem no Paraná, todos os anos, na época da colheita de soja, faziam jornadas de mais de 30 dias “prestando serviço” de colheita com suas máquinas em terras mato-grossenses. Esse trabalho também permitia aos “antigos vizinhos” estarem presentes pessoalmente, ao menos uma vez ao ano, para acompanhar o uso de suas terras, que se encontravam em movimento graças à “parceria” com Anderlei e Rômulo. Em suma, as articulações de Rômulo e o filho com os “antigos vizinhos” permitiam aos primeiros disporem de mais terras para implantar lavouras de arroz e soja e para os segundos as condições para que pudessem investir nas “terras novas”, realizando tarefas agrícolas diretamente ao longo do calendário anual.

G. D.	Integrante	Grau de parentesco	Idade (2014)
1	Antigos Vizinhos PR 1	Pai	61
		Mãe	60
2	Antigos Vizinhos PR 2	Filho	34
		Nora	30*
		Neto	5*

Quadro 6: Grau de parentesco e idade da família dos antigos vizinhos

Fonte: Dados de campo, elaborado pelo autor

A Figura 8, a seguir, representa as múltiplas articulações que dão forma de rede para dar conta da posse e uso da terra, embasada em integrantes da família Denatti e estendendo-se para vizinhos e conhecidos. Seguindo a descrição nessa subseção, cada cor representa um agente (total de 10 cores). Cada um deles se conectava

a outros por meio de “trocas”, disponibilizando recursos diversos, visando viabilizar a lavoura em determinadas áreas¹³⁶.

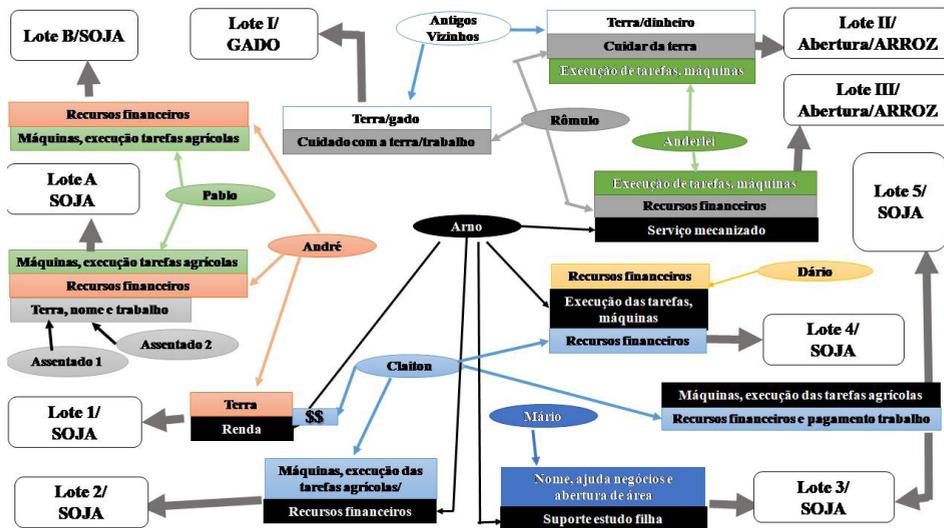


Figura 8: Rede constituída para dar suporte à lavoura

Fonte: Elaborada pelo autor

Já demonstramos as diferenças existentes entre acordos operados entre membros da família e fora dela. Cabe ressaltar que a descrição também permite aferir entre os integrantes articulados na rede alguns indivíduos que dispunham de maior controle sobre o conjunto das práticas operadas nessa rede. A própria ilustração na Figura 8 permite identificar alguns “núcleos” conectados entre si, compostos por um pai (“mais velho”) e por um filho (“mais novo”), sendo: Arno e Claiton; Rômulo e Anderlei; Pablo e André.

136 Há que sublinhar que o detalhamento etnográfico do caso foi construído, levando-se em conta, principalmente a percepção de Arno e Claiton e, por isso, estes aparecem posicionados em pontos centrais da rede. Se dispuséssemos de dados coletados a partir de outros integrantes (por exemplo, Rômulo ou Mário), certamente teríamos um recorte um pouco diferente ao apresentado. Quando Arno disse que plantava três lotes (=140 hectares) junto ao filho, ele se refere a essa composição de áreas e articulações efetivadas no ano agrícola de 2014.

A partir deles, constituía-se uma rede que daria “suporte” à efetivação das lavouras. Não por acaso, eram eles que eram classificados como os “que plantavam” em relação aos demais integrantes da família (irmãos, irmãs, cunhados, sogros) ou ainda “parceiros” vizinhos e conhecidos – “que davam suporte”. Quanto aos vizinhos e conhecidos, observa-se que, em alguns casos, eles também estavam mobilizados a partir de um pai e de um filho, contudo, quando postos em relação aos três núcleos mencionados, assumiam condição inferior, em grande medida, devido ao menor controle de recursos que possuíam.

A oposição “quem planta” e “quem dá suporte” era produzida a partir da hierarquia entre tarefas mais e menos valorizadas na exploração agrícola e do controle dos recursos disponíveis como terra, máquinas, acesso às firmas, e assim por diante, e já vimos sua expressão no interior dos grupos domésticos no capítulo anterior.

Embora essa rede apresente uma forte atuação nas “terras novas” do assentamento Mercedes, estavam mobilizados indivíduos e grupos domésticos em Ipiranga do Norte (“terras velhas”). Em Ipiranga do Norte, somente Arno possuía um lote no assentamento Cristal Mel, que, desde 2005, estava arrendado para um produtor vizinho, sendo assim, ninguém da rede se envolvia nas tarefas agrícolas nele desenvolvidas. Entretanto, o arrendamento obtido nessa área contribuía para subsidiar a abertura das áreas no assentamento Mercedes. Sobre esse ponto em particular, a análise dos dados demonstrou inúmeros casos que conduziam tarefas concomitantemente em “terras velhas” e “novas”, sobre o qual cabem duas observações. A primeira é que a maioria dentre eles conseguia conciliar a exploração agrícola em “terras novas” e “velhas”, enquanto conduziam lavoura de soja e milho somente em uma das unidades. Isso porque havia maior margem para conciliar a necessidade de recursos (trabalho, máquinas, entre outros) no ano agrícola, uma exigindo mais no período seco e outra, no período chuvoso. Ainda assim, apresentavam certa tendência em, gradativamente, a cada ano agrícola, dedicar maiores esforços nas “terras

novas”. Em segundo lugar, aqueles que já implantavam lavouras de arroz, soja e milho em ambas, faziam-no constituindo “duas equipes”¹³⁷. Dividiam as tarefas entre os membros da rede, assim como as máquinas para a execução das tarefas de modo a minimizar a circulação entre as terras em uso e dar conta das exigências da lavoura. Entretanto, os casos eram raros justamente porque tal estratégia exigia maior capacidade de trabalho, recursos financeiros e máquinas.

Arranjos similares ao da família Denatti foram recorrentes no universo de pesquisa e devem ser considerados como uma das vias para tanto compreender a participação dos assentados na produção de soja como da soja nos assentamentos. É preciso considerar, contudo, que a existência de “terras novas” foi condição básica para mobilizar os familiares e vizinhos para plantar¹³⁸. O processo de articulação de familiares ampliou as possibilidades, num primeiro momento, de acessar maior quantidade de posses (lotes) num assentamento, especialmente quando este estava em sua fase inicial. Mas, sobretudo, a articulação permitiu assegurar seu uso entre os membros de uma dada “família”, por meio da mobilização de um número maior de integrantes, os quais dispunham de algum tipo

137 A constituição de duas equipes entre os assentados foi estabelecida entre terras novas e velhas, cuja distância em termos geográficos não era superior a 140 km as quais mesmo com estradas ruins permitiam idas e vindas de recursos e das pessoas. Contudo, essa mesma estratégia foi identificada no estudo de Fernandez (2007, p. 137-139) entre famílias de produtores que tocavam lavouras em duas equipes, sendo uma no Paraná e outra no meio norte do Mato Grosso, de forma muito similar. Também em Gaspar (2013), essa conformação aparece entre membros no Paraná e outros no Maranhão. Isso sugere que se trata de uma estratégia definida não pela distância geográfica, mas pela relação entre a constituição de uma rede ancorada em terras velhas que dá base para avançar sobre as terras novas, ainda que estas estejam situadas a mais de 2 mil km uma da outra.

138 Na Seção 5.3, examinaremos os limites da existência de “terras novas” no norte do Mato Grosso, decorrentes da diminuição da criação de novos projetos de assentamentos.

de recurso – posse de um lote de terra, dinheiro, máquinas, nomes, conhecimento, acesso a financiamento, veículos, capacidade física para o trabalho, entre outros. Dispor de alguns recursos iniciais ou ampliá-los quando já se era parte “da família” credenciava o indivíduo a ser acionado a participar da exploração agrícola, do mesmo modo que ao ser mobilizado para integrá-la ele poderia ampliar seus recursos e, por fim, as possibilidades de participar das “trocas” com os demais.

Paralelamente, é preciso considerar que nem todos os assentados possuíam familiares para mobilizar. Vimos no caso do amigo Dário, que esse foi um dos fatores que motivou a construção da parceria (acordo) com Claiton para movimentar seu lote de terra. Por possuir filhos pequenos e por seus familiares (irmãos, pais, cunhados) não residirem no assentamento ou na região, Dário estava em uma situação que favorecia sua busca por integrar a rede mobilizada pelos vizinhos e/ou amigos. Em outros assentamentos do meio norte do Mato Grosso encontram-se redes similares, conforme aparece na entrevista com um assentado do projeto Santa Rosa II em Sorriso:

Para plantar, é preciso ter mais de um lote e ter a família grande. Porque se vai ter uma máquina para colher, uma para plantar e outra para passar veneno, isso envolve quantos mil para pagar? Precisa quanto? Com esse mesmo maquinário, você faz 5 a 6 lotes. Ou no mínimo planta do vizinho e de mais alguém. No caso do tio Arnaldo, é ele que planta na minha terra. Planta, cuida, passa veneno como se fosse dele (Jackson, assentado, assentamento Santa Rosa II, Sorriso, 20/08/2008).

Havia ainda aqueles casos em que possuíam “família grande”, seja devido ao número de filhos jovens, seja por contarem com familiares no assentamento, entretanto, isso não lhes dava as condições suficientes para realizarem as práticas de uso da terra, pois

não dispunham de máquinas, dinheiro e relacionamento com as firmas. Ainda que o maior número de membros adultos significasse maior capacidade de trabalho, era necessário converter este em outras modalidades de recursos.

Chamamos atenção e voltaremos a esse ponto no final deste capítulo, para o fato que o uso da terra era um dos recursos mais valorizados para compor o suporte. Isso porque a maior parte dos assentados que mexiam com lavoura o faziam mobilizando composições de terras para além dos lotes que detinham a posse. Nos acordos ilustrados na Figura 8, especialmente a partir de Arno/Claiton, Rômulo/Anderlei e Pablo/André, está em jogo diversas práticas que aproximaram membros de uma família e os vizinhos de modo a manter ou ampliar as obrigações sociais, para dentre outras coisas, ampliar a duração do uso das terras para além de suas posses. Nesse sentido, as articulações que envolviam diretamente os detentores da posse da terra (sejam eles da família ou não) não poderiam ser esporádicas (ainda que a troca de trabalho pudesse sê-lo), ao contrário, prezava-se para que se tornassem duradoura de modo a permitir que esse recurso pudesse, efetivamente, integrar o cálculo econômico dos vários grupos domésticos.

O sucesso ou não desse empreendimento dependia de constantes articulações e da capacidade de manter ativas as interações entre os envolvidos não restritas a formas contratuais de uso da terra (como arrendamento, meação, parceria). Quando a rede estava baseada em membros da família, entrava em cena a influência dos mais velhos, sobretudo do pai, sobre os “mais novos”, o que dependia tanto de um processo anterior de socialização dos filhos (cf. examinamos na Seção 3.3.1) e da sua capacidade de negociar, mobilizar, colaborar, enfim, atualizar as obrigações entre as partes envolvidas.

3.2. Velho e novos vizinhos em terras novas

Em que pese a pertinência da família mobilizadas no entorno das lavouras, os laços de afinidade, constituídos ou não antes da chegada às “terras novas”, também devem ser examinados se não como exclusivos, como complementares, particularmente as relações de vizinhança nos assentamentos. No exame dos casos, observamos que nem todos os assentados possuíam “família” nos assentamentos da pesquisa que pudessem mobilizar. Isso não significava que não pudessem mobilizar outros assentados. Desse modo, os dados indicaram que as relações entre vizinhos e conhecidos eram formadas por diversas modalidades de “trocas” de bens e serviços. Nesse sentido, Sahlins (1969) demonstrou como distintas trocas de bens e serviços, em regra, eram constituídas de diferentes relações sociais. Assim, esta seção objetiva examinar como se mobilizam as relações de vizinhança no entorno das lavouras analisando as “trocas” em dois níveis que constituem as subseções a seguir: o primeiro examina alguns elementos da construção de relações de vizinhança entre agentes que se desconheciam antes da chegada às “terras novas”, de modo a elucidar estratégias que associam a construção de redes como dispositivos para ampliar as terras em uso. A segunda descreve a mobilização entre vizinhos para mexer com lavoura.

3.2.1. Trocar, ceder e emprestar: construindo relações pessoais nos lugares novos

No mapeamento de determinadas redes e/ou composições de áreas identificamos inúmeros casos de “parcerias” entre assentados que se desconheciam antes da chegada ao assentamento. Nesta subseção, examinaremos os atos inaugurais que teriam contribuído para a construção de relações mais duradouras relacionadas ao uso da terra.

Em regra, os “lugares novos”, particularmente formados a partir de projetos de assentamentos, vão sendo constituídos por pessoas oriundas de diversos locais com diferentes trajetórias (LEITE et. al., 2004). Os agentes carregavam experiências e, habitualmente, procuravam interagir com indivíduos com as quais identificavam afinidades associadas a suas experiências passadas ou a representações ligadas aos locais anteriores ao seu percurso. Mas nas “terras novas”, geralmente se configuravam dinâmicas próprias inerentes ao (re) estabelecimento de relações sociais e das aproximações e distanciamentos entre os diversos agentes que para lá se deslocaram. Se uma parte das interações para muitos tinha como base vínculos preexistentes (DESCONSI, 2011, p. 165-170), outra parte implicava em interagir com estranhos, dentre estes os “novos vizinhos” do assentamento. Assim, se, por um lado, o cenário possuía como propriedade a desconfiança diante de desconhecidos (de outras turmas, por exemplo), por outro lado, ele exigia – em algum nível – a construção de confiança com os mesmos¹³⁹.

Na maioria das vezes, os primórdios dessa construção exigiam inaugurar atos de dar, oferecer, ceder ou emprestar bens e serviços que se traduziam, em algum nível, em confiar no outro (no estranho) e assim testar sua retribuição. Eram esses pequenos atos gratuitos analisados na literatura antropológica, muitas vezes considerados complementares, que davam consistência *para a construção de sequências* de interações mais duradouras (inclusive entre estranhos). Mauss (2003) define que o presente de abertura deve ser dado voluntariamente, sem ser solicitado, de forma desinteressada, abrindo espaço para a construção do circuito de reciprocidade – dar, receber, retribuir. Já Bourdieu (2009, p. 164-167) compreende que o ato de dar (inclusive do presente de abertura nos termos de Mauss) instaura a dívida a qual tanto doador como receptor

139 Sobre esse aspecto seu Fernandes reiterou: “sim, éramos muito diferentes, mas não adianta se isolar, viemos pra cá agora temos que apreender a conviver” (Assentado, 30/09/2014).

sempre reforçam que se trata de um ato desinteressado, produto do senso prático. Sobre esse ponto, perguntávamo-nos: como alguém que chegava a um “lugar novo” conseguia ampliar as terras para uso e mobilizar indivíduos para implantar suas lavouras, especialmente estabelecendo relações com assentados com os quais não tinha nenhum contato anterior?¹⁴⁰ Pensamos que as tentativas de responder essa questão somente pelo fator econômico ou de uso da violência física como dispositivos para apropriar-se do uso da terra ou de outros recursos, ainda que pertinentes, simplificariam a questão.

O primeiro conjunto de ações dos assentados após conquistar ou adquirir uma parcela de terra no assentamento era dar início às tarefas de abertura das áreas ou ainda construir benfeitorias sobre o lote. Executar o trabalho sobre a terra visando domesticá-la, é o que estabelecia um vínculo entre esta e aquele que o praticava. Assim, a “terra bruta” transformada em “terra nova” carregava a marca daquele que realizou essa tarefa.

Essas tarefas não deixavam de ter um significado social, pois, quando realizadas em cadeia por diversos recém-chegados, contribuíam para uma dada perspectiva de desenvolvimento do “lugar novo”, que se assentava sobre práticas que geravam o movimento das terras e conseqüentemente das pessoas. Mas, apesar da relevância dessas ações, se realizadas isoladamente pelos recém-chegados em suas próprias terras, apresentariam limitações em sua capacidade de construir relações sociais.

Isso tomava outra conotação quando estes avançavam para um segundo momento em que buscavam demonstrar concretamente

140 Uma das dificuldades analíticas dos antropólogos no tema é definir o ato inaugural (GODELIER, 2001; DUFY; WEBER F., 2007). Nesse caso em particular, essa dificuldade parece menor, tendo em vista que estamos tratando de pequenos atos que se iniciam nos primeiros contatos estabelecidos entre agentes (assentados) que até então se desconheciam. Assim, eles próprios reconheciam com facilidade os primeiros atos que inauguraram uma relação mais duradoura.

sua disponibilidade em “ajudar” os outros, o que permitia trilhar caminhos na construção de confiança. Não por acaso que assentamentos recém-criados sobre “terras brutas” se constituíam em um ambiente privilegiado para aqueles que pretendiam expandir suas áreas. Em um assentamento recém-criado, obviamente que as terras estavam fracionadas em parcelas individuais e sendo que em cada qual havia um detentor da posse. Contudo, estes ainda estavam em processo de construir vínculos mais sólidos com aquelas terras. É nesse momento que alguns assentados ou produtores com algum nível de recursos (máquinas, dinheiro, capacidade de trabalho) buscavam aproximar-se de outros assentados com menos recursos se colocando à disposição e se oferecendo para realizar a abertura de áreas dos mesmos. Ao fazê-lo, mesmo que de forma articulada com o assentado possuidor do lote, indiretamente construía um vínculo com a terra. Esse ato legitimava o executor das tarefas ao uso dessa terra enquanto essa fosse classificada como “terra nova”, que, segundo nossos dados, poderia variar entre oito e dez anos. Assim, quanto maior fosse a participação de um determinado agente (assentado, produtor ou fazendeiro) no processo de domesticação da terra, maiores eram suas chances de dispor da preferência para o uso das terras. É preciso assinalar, porém, que inaugurar o vínculo com a terra alheia envolvia um jogo de conquistar, de aproximar-se daqueles que detinham a posse dessa terra¹⁴¹.

As narrativas das experiências de muitos assentados nos “lugares novos” assinalaram que eles, além das tarefas associadas diretamente as suas parcelas de terra, costumavam destacar que “faziam

141 A análise dessa dimensão está baseada em Bohannan (1969). O autor quando em seus estudos na África, ressaltou que os modos de uso das terras, trazem implícitas cosmovisões próprias dos grupos sociais. A partir das percepções próprias esses grupos constroem concepções sobre os usos da terra, que quando desvelados nos dão elementos para mapear e refletir sobre as relações sociais. Do mesmo modo, a relação entre homem e a terra, segundo o autor, traz implícita em si, as relações e interações que se estabelecem entre os homens. Essa formulação se aplica ao tópico que estamos analisando.

qualquer serviço”. Essa expressão, mais que um ato de trabalhar em diversas tarefas para si ou para outros, incluía também serviços gratuitos, como colaborar na abertura de ruas, colocar o trator a postos em pontos de atoleiros nas estradas ou, ainda, tomando o exemplo de seu Arno – assentado em Ipiranga do Norte – cuidar do manejo do gerador de energia elétrica do assentamento logo após sua criação. Tratava-se de um trabalho gratuito, diário, que implicava em dedicar tempo para fazer a manutenção do motor, lubrificar e abastecer com óleo diesel o mesmo, além de ligar e desligar nos horários combinados. Não era um serviço rendido diretamente a esse ou àquele assentado, mas algo que ajudava a todos os que ali estavam. Nesses termos, há um lado objetivo associado ao ato de trabalhar, que é gerar dinheiro para as necessidades da família e custear despesas de abertura da área do lote. Mas também havia um sentido associado ao ato de movimentar-se e meio para construir relações no “lugar novo”, que evocava “seu sentido enquanto função social” (BOURDIEU, 1977, p. 34-35).

Além do trabalho físico, da capacidade e habilidade de realizar uma ou outra tarefa, também pareciam relevantes as práticas que colocavam à disposição outros recursos que cada um dispunha, como veículos, tratores, equipamentos, dinheiro ou ainda seus próprios nomes, em um contexto no qual muitos não possuíam esse tipo de recurso. Dispor de algum desses bens ou serviços era dispor de objetos que poderiam ser oferecidos aos outros e davam a seu detentor a propriedade de inaugurar sequências de interações que compunham determinados conjuntos de trocas. A reflexão de um assentado sobre os primeiros tempos em Ipiranga do Norte traduz bem o que estamos examinando:

Na época, era divertido. Todo mundo ajudava, tu fazias casa para um e nem cobrava, depois esperava que ele retribuísse. Eu tinha um trator e emprestava, e o cara ia pagar quando desse, com outro tipo de serviço. Era obrigação dele, mas não era na hora (Toni, assentado e vereador em Ipiranga do Norte, 13/09/2014).

Observemos que o assentado se colocava à disposição dos outros, oferecendo “serviços”, ou seja, sua habilidade de pedreiro para construir casas, ação que possuía a expectativa da retribuição por parte daquele que o recebeu, mesmo que ela não pudesse ser tornada aparente. De forma similar ao exemplo do trator, considerado um empréstimo, a expectativa de retribuição (mesmo admitindo que fosse paga em dinheiro) poderia ser retribuída com outro tipo de serviço. Isso porque aquele que tomou emprestado o trator, o fez por não o possuir e, portanto, não poderia retribuir o empréstimo com o mesmo serviço, mas sim com outro. E, por fim, há que sublinhar a última expressão citada por Toni. O assentado tinha clareza que seus “suportes” aos outros implicavam em obrigações de retribuí-lo, contudo, fazia questão de destacar que “não era na hora”, o que significa que prezava, conforme formulações de Bourdieu (2009, p. 204-210), por “aumentar o lapso de tempo entre o ato de dar e retribuir” que, nesse caso, também se traduzia em um ato (aparentemente desinteressado) realizado por Toni, que contribuiu para ganhar a confiança do receptor. A própria associação entre a palavra “diversão” ao trabalho rendido aos outros revela essa tentativa de retirar dessa ação sua conotação de interesse.

Imaginemos, hipoteticamente, que os receptores tinham a necessidade de construir suas casas ou precisavam do trator para fazer alguma tarefa de abertura de área em seu lote, mas não dispunham nem da habilidade de pedreiro nem de um trator e tão menos de dinheiro para pagar um ou outro; nesse caso, a ação de Toni criou condições para que a necessidade fosse suprida e a obrigação de retribuir fosse aliviada por não estabelecer uma data fixa para o momento do retorno. Ficou a obrigação de retribuir, mas isso poderia ser feito quando o receptor dispusesse das condições objetivas ou quando sua consciência determinasse. Esses atos haviam contribuído para que ele pudesse acessar ao menos três lotes de outros assentados, os quais fez uso entre 1998 a 2006.

Um terceiro conjunto de atos se associa à construção de algum tipo de relação com aqueles que possuíam maior prestígio e

nome no “lugar novo”. Comumente, fazendeiros e produtores do entorno, lideranças sindicais, comerciantes, donos de madeireiras ou mesmo determinados assentados com maior reconhecimento entravam no leque de pessoas com as quais era importante tentar estabelecer alguma aproximação. Muitos entrevistados destacaram que, nos primeiros tempos no “lugar novo”, tiveram a oferta de serviço remunerado em fazendas da região, deslocando-se, em muitos casos, para Sorriso e Lucas do Rio Verde. Esse tipo de contato, por um lado, supria a necessidade objetiva de dinheiro, mas, por outro lado, produzia efeitos na construção de relações com agentes em melhor posição social na região. Os irmãos de Dorneles, por exemplo, trabalharam durante três anos nas tarefas de abertura de área na fazenda do senhor Nicolau Hartmann, em Tapurah/MT. Neri, além de fazendeiro, também era diretor da Cooperativa Agrícola de Lucas do Rio Verde (COOPERLUCAS)¹⁴², em Lucas do Rio Verde/MT. O trabalho na sua fazenda os tornou “conhecidos do patrão”, produzindo uma imagem positiva desses assentados associada ao trabalho. Essa prática realizada por muitos contribuiu, segundo pudemos apurar, para que eles e outros vizinhos pudessem acessar os primeiros recursos na referida cooperativa para o plantio de arroz nas “terras novas”.

Essas três estratégias foram acionadas por Giles Fiorelli, que entrou no assentamento Mercedes em 2007, quando adquiriu os primeiros dois lotes contando com o suporte dos pais e dois irmãos. Contudo, em 2014, ele estava fazendo uso de outros 200 hectares (equivalente a quatro lotes nesse assentamento), cujas posses pertenciam a assentados “cuiabanos”, com os quais não possuía nenhum tipo de contato anterior. Consta que Giles, ao menos em alguns momentos, “ofereceu” bens e serviços que dispunha para

142 Trata-se de uma cooperativa criada em 1985 por parceiros e produtores de Lucas do Rio Verde, que, por um período de 10 anos, foi a principal referência no financiamento e compra de produtos como soja, arroz e milho do meio norte mato-grossense.

os outros, em particular seus “novos vizinhos”. Por exemplo, ao iniciar as tarefas no primeiro lote adquirido utilizando tratores e equipamentos que trouxe de Ipiranga do Norte, foi também com essas máquinas que ele se colocou à disposição dos novos vizinhos fazendo pequenos serviços, como enleiramento, gradagem para formar pastagens em seus lotes. Da mesma forma, dispondo de um veículo, nunca se negou a transportar pessoas (inclusive pessoas enfermas) e coisas quando solicitado. Esses pequenos atos consistiam em oferecer bens e serviços sem cobrar diretamente retribuição. Algum tempo depois, Giles pôde contar com o trabalho manual dos “novos vizinhos” nas tarefas de abertura das suas terras. Tratava-se de uma forma de retribuição por parte dos mesmos. Por fim, Giles ofereceu-lhes trabalho e se comprometeu a realizar tarefas mecanizadas em suas terras. Esses exemplos de pequenas interações cotidianas e graduais as quais conseguimos registrar foram fundamentais para a aproximação entre ambos e tiveram como desdobramento a produção de seguimento de interações duradouras que deram ao assentado, mais tarde, a possibilidade de “pegar as terras para abrir e plantar” por um período de oito anos.

Em modalidades como esta, o ato de oferecer trabalho ao assentado detentor da posse da terra permite mantê-lo pessoalmente próximo, como diziam, “trabalhando juntos”. Dessa maneira, podia exercer algum nível de controle sobre ele, mesmo que sutil, e assim havia maiores condições de preservar e tornar duradouro o controle sobre uso da terra do mesmo. Cabe fazer referência que a própria expressão “trabalhar juntos” se colocava muito além de uma relação contratual de trabalho. Dizer que se “trabalha junto” remete a pensar que no cotidiano se construía interações como, por exemplo, a partilha das refeições e de locais de repouso em acampamentos durante a execução de determinadas tarefas da abertura. Esses momentos, embora reconhecidos e valorizados pelas partes, não eram contabilizados no pagamento e são similares ao que Bourdieu (1977, p.33-34) constatou entre os camponeses Kabile. No entanto, tais atos generosos fortaleciam as obrigações

entre as partes e, assim, contribuía para tornar duradoura a relação que assegurava o uso da terra.

Mas a experiência de “oferecer ajuda” como forma de construir relações possuía situações limite, cujo resultado era a não retribuição ao doador. Isso apareceu na experiência de seu Laércio que diz ter tentando “ajudar” seus novos vizinhos do assentamento:

Eu cedi o nome pra um cara daqui. Aí eu fui lá e peguei um adubo e semente pra ele no meu nome, e depois ele não conseguiu me pagar, e essa semente e adubo era 10 toneladas, eu tive que pagar na firma. Aí dá um baque e dá um transtorno, por exemplo, não é R\$ 10 mil que tu perdeu, é R\$ 30 mil. Porque tu não ter e ter que pagar! Tu pegou e deu pro outro é um baque ao contrário. E teve ainda esse garfo que emprestei pra um cara ali. Ele vale R\$ 4 mil, e eu agora não tenho pra trabalhar. Eu tinha e emprestei numa boa, sem cobrar nada. Agora vou saber se roubaram ou se o cara agiu de má fé e vendeu, quer dizer, eu estou perdendo de estar fazendo o meu. Mas o que é que é? Eu sempre fui criado assim: tudo o que tu puder fazer pra o teu vizinho, pro teu próximo, eu faço. E o meu mal é esse: eu cansei de ter dinheiro e comprar coisa pra mim pra ajudar o meu vizinho. E na hora que eu preciso, não faz, o cara te ignora e não retribui (Laércio, assentamento Mercedes, 24/10/2013).

A fala de assentado destacou duas situações em que o mesmo se dispôs a ajudar seus “novos vizinhos” e outros assentados sem conhecê-los previamente. Em uma vez, diz que “cedeu seu nome”, ou seja, comprou adubo e semente em uma firma para pagar na safra e repassou esses insumos para o vizinho, que, por sua vez, fizeram uso dos mesmos e depois não pagaram o empréstimo. Na outra situação, cedeu um implemento agrícola (garfo) utilizado nas tarefas de abertura de áreas. O implemento não foi devolvido, gerando limitações para Laércio continuar a tarefa de enleiramento

em suas terras. Tanto em uma situação como na outra, ele teve prejuízo material e queixava-se de não ter sido retribuído por aqueles que apoiou quando precisaram. Ele parecia não somente esperar que o objeto emprestado fosse devolvido, mas que tal ato pudesse inaugurar uma sequência de trocas com os vizinhos. Entendia que essa seria a atitude “natural” de qualquer vizinho, tendo certa expectativa de estabelecer uma relação mais duradoura entre vizinhos e dar sentido à expressão “ter com quem contar”. Poderia contar com os novos vizinhos, por exemplo, para cuidar de suas terras, para trocar serviço ou mesmo para afastar o perigo de queimadas em suas terras quando estivesse ausente, tendo em vista que não residia sobre ela e, assim, não estaria ali o tempo todo. O caso se refere à tentativa de estabelecer uma “troca” que, ao não ser retribuída, rompeu com as possibilidades de construção de uma relação pessoal

Em que pesem as inúmeras experiências de não retribuição que pareciam recorrentes nesse contexto, ao que tudo indica, elas não serviam para anular novas tentativas de inaugurar novas relações a partir de pequenos atos gratuitos de dar, ceder e emprestar. Ouvimos de outro assentado que Laércio teria “confiado demais” nos novos vizinhos, sugerindo o ato de “emprestar o nome”, que deveria ter sido precedido de trocas que apresentassem menor valor material que lhe permitissem “ir se conhecendo” e assim aumentar a probabilidade da retribuição. O caso de Laércio permite um diálogo com a crítica de Bourdieu (2009, p. 166) sobre os autores que trataram do “ciclo de reciprocidade”, ou seja, dar, receber, restituir, regidos por uma espécie de lei mecânica do social. O autor destaca que os atos de dar, receber e restituir são atravessados pelo fator da imprevisibilidade do resultado da ação, tendo em vista que esses atos compreendem as estratégias dos agentes em jogo em suas relações. Nesse sentido, o ato de dar sempre envolve o fator tempo e, assim, em algum grau, a imprevisibilidade. Mas o mesmo exemplo nos fornece uma pista para relativizar a ideia de uma ação racional ou meramente interessada associada ao ato de ajudar o

novo vizinho quando diz “eu sempre fui criado assim: tudo o que tu puderes fazer pra o teu vizinho pro teu próximo, eu faço”. O próprio assentado esclarece que o ato de dar compreende as suas “disposições incorporadas” ao longo de sua trajetória social.

O que apresentamos nos sugere que manter, ampliar o acesso à terra, assim como a própria efetivação das lavouras nos remete a observar como se produzem diversas modalidades de trocas entre assentados (ou produtores). Contudo, se considerarmos que o uso da terra se configurava como um dos objetos principais nas trocas, torna-se mais produtivo pensarmos que há, na sequência de interações, outros bens e serviços que as compõem. Inspirando-se em Malinowski (1976, p. 265-267), cabe assinalar que os pequenos atos de dar, receber e retribuir, mesmo que complementares, *não desaparecem mesmo nas relações sociais consideradas mais duradouras. Assim, quando analisamos uma “troca” entre parceiros que tem como objeto o uso da terra, temos de observar que essa foi e é acompanhada por diversas outras complementares, que alicerçam e fortalecem a construção de relações pessoais entre as partes.*

Se essas interações complementares são constitutivas de qualquer relação de troca na qual o objeto era a terra, contudo, nossa análise sugere que isso ganhava maior relevância nos “lugares novos”. Ao que tudo indica, muitos arranjos que envolvem a exploração agrícola nos dias atuais foram inaugurados em atos de dar, ceder, emprestar nos primeiros anos após a chegada dos agentes nas “terras novas”, segundo as estratégias que tentamos apresentar nesta seção. Estas reaparecerão no exame das relações entre assentados e fazendeiros e da vizinhança ainda neste capítulo.

3.2.2. Articulações entre vizinhos e as lavouras de soja

Dentre os elementos para se definir quem era ou não vizinho estava a proximidade territorial, ou seja, aqueles localizados nos limites do espaço territorial que o assentado caracterizava como seu, podendo ser considerado vizinho alguém que faz uso de terras

fora dos limites do assentamento. Esse pressuposto territorial da vizinhança, não específico do universo de pesquisa, que Pitt-Rivers (1971, p. 137-138) definiu como “princípio de integração social”, merece algumas observações. Na caracterização inicial dos assentamentos no Capítulo 1, assinalamos que muitos assentados (a sua maioria) residiam na vila do assentamento ou na cidade, no caso de Ipiranga do Norte, e possuíam seus lotes muitas vezes mais afastados. Um exame do material de campo visando captar as percepções sobre “os vizinhos” confirmou, com algumas exceções, que falar deles era falar dos vizinhos de lote ou de “sítio”. Raramente, a referência aos vizinhos observava o local de residência na cidade ou vila, mesmo para aqueles que em nenhum momento constituíram residência sobre seus lotes. Essa constatação sinaliza para a maior relevância do lote ou sítio e, de alguma maneira, da lavoura como o espaço privilegiado para a construção das relações de vizinhança.

Não é difícil constatar nos assentamentos da pesquisa certa coincidência circunscrita no território entre vizinhança e família. Tomando em particular a formação do assentamento Eldorado I, as várias turmas (Nobres, Lucas, Baixada Cuiabana, Pedra Preta) se estabeleceram na área do assentamento em lotes próximos, ao que tudo indica, produzindo nos primeiros anos uma grande divisão territorial entre “gaúchos” e os “cuiabanos” nas terras do assentamento. Os primeiros concentravam-se na parte sul do assentamento, enquanto os segundos, na parte oeste e norte. Essa divisão parece perder importância pelas modificações na posse e no uso da terra ao longo de pouco mais de 20 anos de implantação. Entre cada uma dessas turmas havia, como já destacamos, irmãos, cunhados, pais e filhos. Muitos entre eles, quando não conseguiram seus lotes próximos entre si, buscaram realizar permutas com outros assentados de modo a efetivarem essa aproximação¹⁴³. O mais comum

143 Tomando-se como base os primeiros cinco anos de existência de assentamento, de 40 assentados contatados no trabalho de campo, 32 deles se inseriram nas terras do assentamento articulando-se entre irmãos, pais e filho e cunhados, os quais ocuparam lotes próximos um dos outros.

eram pais/um filho e dois irmãos com lotes lindeiros. Contudo, encontramos vários assentados da mesma família localizados territorialmente, como a da família Fernandes, que, no início do assentamento Eldorado, instalaram-se em lotes próximos a três irmãos agregando-se ainda os filhos desses dois últimos, cada qual com um lote. Formava-se assim uma vizinhança com base em vínculos familiares que, por algum tempo, estabeleciam interações cotidianas que envolviam a lavoura¹⁴⁴, embora não nominavam um familiar (irmão, filho, genro, por exemplo) como vizinho.

A busca por estar próximo no espaço do assentamento, quando não alcançada nos primeiros anos de instalação, foi sendo construída em momentos posteriores, na medida em que “um foi puxando o outro”, para se instalarem nas proximidades (DESCONSI, 2011, p. 197-205). A formação de uma vizinhança constituída a partir de vínculos anteriores ficou evidente na Seção 3.1, quando examinamos o caso da família Denatti, sobre o qual Arno esclareceu: “somos quase vizinhos. Meu irmão, o meu genro faz divisa de terra com eles. Daí tem o meu rapaz, que um lote também faz divisa. Tudo por ali no mesmo bolo”¹⁴⁵. O caso era composto, ainda, pelos “antigos vizinhos” que se tornaram “novos vizinhos” em “terras novas”. Nesse caso, os vínculos de vizinhança dos locais de procedência foram mantidos mesmo a distância e se atualizam sobre “terras novas”. Por fim, há o elemento que envolve a construção de relações com “novos vizinhos” a partir da instalação de assentados em lotes próximos conforme demonstrado na subseção anterior.

144 Quanto ao vínculo de vizinhança no contexto estudado cabe registrar que essas também estavam representadas pela construção e participação nas “comunidades” existentes nas vilas dos assentamentos, ainda que para os fins dessa pesquisa, não investimos em sua análise. O leitor pode encontrar esse tipo de análise nos trabalhos de Almeida (2013), Marques (2015), dando destaque aos vínculos de vizinhança entre “sulistas”, e em Prestes (2010), para os “nordestinos”, os quais tiveram como lócus o município de Sorriso.

145 Assentado, entrevista em 21/10/2013.

Em qualquer uma das situações acima mencionadas, o reconhecimento de alguém como “vizinho” era um dos elementos em jogo para definir a preferência do uso da terra no contexto dos assentamentos¹⁴⁶, quando, por alguma razão, alguns dentre eles decidiam ceder ou compartilhar o uso da sua parcela de terra. Em um roteiro pelo assentamento Santa Rosa II (município de Sorriso) com um assentado, quando nos aproximamos do seu “sítio”, verificamos que havia um lote com vegetação de Cerrado entre tantos outros já transformados em lavoura. O trecho da conversa demonstra prioridade dada a alguns vizinhos no uso da terra:

Nilson: Esse lote está reservado pra mim, quando eu quiser pegar.

Pesquisador: Reservado? Como assim?

Nilson: O dono mora em Lucas e não tem interesse em plantar. Ele já disse que têm interesse em passar para alguém abrir e plantar, mas eu disse que ele deveria priorizar os vizinhos (de lote), o pessoal daqui do assentamento. Então ficou de eu plantar, mas agora, como eu abri o meu lote ali embaixo há pouco, não tenho como pegar. Ela concordou em dar prioridade pros vizinhos que conhece e já tem plantio por aqui (Nilson, assentamento Santa Rosa II, 27/10/2013).

Assim como outras tantas terras no assentamento, esse lote estava sendo disputado por vários produtores de soja (alguns do assentamento e outros não). A preferência dada a Nilson supõe outros elementos em jogo, para além do fator econômico no qual a preferência seria dada a quem oferecesse maior valor da renda da terra. “Priorizar os vizinhos” supunha que aquele lote passaria a

146 Na Seção 5.2, voltaremos a esse ponto para examinar a construção da preferência não referida ao uso da terra, mas em relação a transferência da posse da terra.

ser utilizado por pessoas que faziam parte das relações do assentamento. Não passaria para um estranho, sugerindo estratégias compartilhadas de controle do uso da terra. Nesse sentido, Nilson tinha a preferência entre os vizinhos “que plantavam”, entre os credenciados para o uso da terra; e suas práticas em relação à lavoura foram objeto de avaliação pelo dono do lote para destinar seu uso nos anos vindouros.

Entre vizinhos, mesmo dentro do assentamento, nem todos possuíam a mesma condição socioeconômica, sendo ordinária a existência de disparidades entre eles. Dentre as atitudes esperadas daqueles assentados (o mesmo valendo para produtores ou fazendeiros) com condição superior estava a obrigação de estes “ajudarem” os que possuíam menores condições. Essa assertiva está presente em vários trabalhos que examinaram as formas de redistribuição de riqueza em sociedades primitivas, entre eles Malinowski (1976). Esse autor, por exemplo, destacou que o chefe tribal acumulava alimentos para redistribuir de diversas formas, produzindo obrigações que lhes rendiam homenagens, rituais, prestação de trabalhos e serviços. Bourdieu (2009, p. 210) interpretou que as formas de redistribuição permitiam àqueles que estavam em posição superior estabelecer a transformação de relações arbitrárias em relações legítimas. “Ele tem muito, tem muita terra e soja, mas é um homem bom, sempre está ajudando as pessoas e o lugar”, conforme se referiu um assentado ao mencionar um produtor do município. O trecho da entrevista com um assentado esclarece o que se esperava dos vizinhos:

Ali na frente tem o Otávio, que pode ter os defeitos dele, mas ele deu uma mão muito grande pro Inácio Chiodi. O Inácio trabalhava pra ele, e em troca ele cedia as máquinas para que ele fosse plantando o lote dele. Assim foi fazendo os negócios no nome dele e depois foi se estruturando, e hoje ele planta sozinho o lote dele e agora vai plantar o lote do irmão, os dois juntos (Dorneles, assentado Ipiranga do Norte, 30/10/2014).

Para entender o comentário positivo de Dorneles, examinaremos a seguir o itinerário das “trocas” efetivadas entre Inácio e Otávio, que permitiu ao primeiro dispor das condições para tocar a sua própria lavoura depois de alguns anos.

Inácio, 56 anos, e a esposa Maria, 54 anos, assentados em Ipiranga do Norte desde 1993, residiam sobre o lote de 90 hectares. O vizinho tratava-se de Otávio, 58 anos, também assentado da chamada “turma de Nobres”, conduzia 350 hectares de lavouras de soja e milho desde o ano 2000, sendo: 180 hectares de seu lote, 200 hectares localizados fora do assentamento e 70 hectares em parceria com outro assentado. Durante quatro anos (2000 a 2004), Inácio trabalhou nas terras de Otávio executando tanto as tarefas de abertura de áreas como as tarefas dos ciclos agrícolas do arroz e da soja (em calendário agrícola característico das “terras novas”). Incluía-se entre as terras de Otávio o lote de Inácio cedido para o mesmo “abrir e plantar”.

Embora fossem vizinhos e poderíamos, como é comum, considerar que estavam exercendo “trocas recíprocas” (SAHLINS, 1969), há que assinalar que havia diferenças entre eles quanto à divisão de tarefas e recursos materiais que dispunham. Vários assentados entendiam que a relação entre os dois vizinhos era constituída entre um que “plantava” e outro que “dava suporte”. Nesse sentido, Otávio era reconhecido como “quem plantava”, pois era ele que tomava os financiamentos nas firmas, comprava, vendia, enfim, gerenciava a lavoura. Paralelamente, era ele que dispunha das máquinas e implementos e os recursos financeiros para a manutenção e a maior parte da terra onde estavam sendo implantadas as lavouras. Dessa maneira, aparecia uma diferença entre ambos a partir da divisão das tarefas associadas à lavoura de soja – onde o primeiro (Otávio) ficava com um conjunto de atribuições tidas como mais valorizadas no âmbito da lavoura, e o segundo (Inácio) ficava com tarefas diretamente efetivadas no espaço da lavoura, menos valorizadas.

Vemos que as formas como os assentados classificavam as tarefas do calendário anual, definindo aquelas mais importantes e as menos importantes, definem hierarquias, que, nesse caso, reforçam ou mantêm as distinções sociais entre um vizinho e outro. Observa-se que a forma de classificação que define a hierarquia entre os vizinhos é similar à verificada entre os membros de um mesmo grupo doméstico, que comumente tem como inferiores as mulheres e filhos/as em relação ao pai e/ou homem mais velho. Essa diferença apreendida entre as atribuições e associada a diferenças nos recursos disponíveis contribuía para que Otávio fosse reconhecido como “produtor” – entendido como aquele que planta a soja e o milho – condição superior à condição de assentado, embora o mesmo não deixasse de sê-lo.

Chamou-nos atenção os mecanismos para remunerar o trabalho executado por Inácio, os quais não envolviam o pagamento monetário direto. Inácio recebia, ao final do ciclo agrícola da soja, a soma produzida por dois valores: a) o valor de sete sacas de soja por hectare, o qual tomava como referência o preço dos arrendamentos praticados naquela época; e, b) o valor de 300 sacas de soja anuais, que tinha como referência 25 sacas de soja por mês, o que observava uma quantidade necessária às “despesas da casa”. Esse valor deveria ser pago uma vez ao final do ano agrícola, embora se admitisse realizar adiantamentos dos referidos valores em outros meses do ano, o que poderia ser acordado a qualquer momento entre ambos.

Em síntese, temos essa sequência¹⁴⁷: /*I* trabalhava para *O* nas tarefas do ciclo agrícola da soja/*O* plantava a terra de *I/O* repassava ao final do ciclo agrícola uma porcentagem do produto e a renda da terra para *I*.
I= Inácio; *O*= Otávio.

147 Inspiramo-nos no trabalho de Weber F. (2009, p.80-82) para expor de forma sintética as sequências de interações que compõem o itinerário das trocas entre as partes. “/.../” representa a existência de lapso de tempo entre o último dom e um contradom que não foi retribuído.

Vemos como, nessa parceria entre vizinhos, o acordo não previa a partilha dos resultados obtidos “a meia” tal como verificamos entre pais e filhos (casados) ou entre amigos na seção anterior. Pelo contrário, trata-se de uma modalidade em que o esforço físico do Inácio era compensado, por um lado, pelo pagamento pelo uso da terra e, por outro, com o dispêndio de uma quantidade de sacas de soja estimada pelo vizinho para as despesas da casa, sendo que este poderia solicitar adiantamento caso os gastos fossem maiores. Esse tipo de situação parece possuir similitudes com a lógica operada pelos pais em relação a seus filhos solteiros que permaneciam ligados à sua autoridade por meio da lavoura que descrevemos na Seção 2.3. Em ambas, o dispositivo supõe a compensação do esforço do subordinado que acaba por interferir (ou até regular) a operação do cálculo econômico do mesmo, tanto estabelecendo um valor para as “despesas da casa” do mesmo como definindo a quantidade de esforço que este deveria empreender na lavoura conduzida pelo seu vizinho. Tais distinções nessas modalidades de parceria e os dispositivos mobilizados para sua efetivação revelam as diferenças de condições entre as partes.

Entre 2005 e 2014, Otávio assumiu um cargo eletivo na Prefeitura, o qual restringiu as possibilidades de o mesmo executar diretamente várias tarefas na sua lavoura como vinha fazendo em anos anteriores. Nesse período, todas as terras já haviam sido transformadas em lavouras, o que implicava em um calendário agrícola típico das “terras velhas”. Com menos atividades no período seco, Inácio amplia a criação de porcos que sempre manteve em seu sítio, realizando o abate e venda dos animais.

A partir de 2006, Inácio começou a conduzir sua própria lavoura em seu lote, conforme relatou: “nós fazíamos uma troca. Eu ajudava ele plantar e tocar as lavouras dele e, em troca, ele cedia as máquinas e as coisas para eu fazer a minha, e daí ele me indicou nas firmas”¹⁴⁸. Agregava-se como retribuição pelo seu trabalho físico

148 Registro no caderno de campo (31/10/2013).

e a possibilidade de uso das máquinas e implementos do vizinho outro elemento importante para Inácio tocar a sua própria lavoura: a “indicação” nas firmas, dispositivo que permitiu Inácio acessar financiamento diretamente nas mesmas a partir de então¹⁴⁹. Se, de alguma maneira, as trocas anteriores – uso de máquinas por força do trabalho – produziam uma equivalência ao final do ano agrícola, o ato de “indicar” o vizinho nas firmas estabeleceu um “objeto” dado que não poderia ser retribuído, por isso era compensada por meio de outros dons gratuitos. Estamos nos referindo, por exemplo, ao ato de Inácio ceder, com frequência, carne de porco para Otávio, quando fazia o abate dos animais, assim como de se oferecer para ajudar sem exigir nenhuma retribuição quando o vizinho possuía essa necessidade.

A nova sequência: /*I* trabalhava para *O* nas tarefas do ciclo agrícola da soja/ *O* cedia as máquinas para *I* realizar as tarefas do ciclo agrícola da soja em seu lote/*O* indicou *I* nas firmas para acesso ao financiamento/...../*I* se dispôs sempre a ajudar e presenteou *O* com parte da carne de porco que cria e abate /..../

Em 2010, Inácio adquiriu um trator de pequeno porte via financiamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e Otávio avalizou essa operação bancária, dessa vez em um contrato de financiamento¹⁵⁰. No mesmo ano, diante da necessidade de Inácio dispor de implementos para acoplar no trator, Otávio vendeu uma plantadeira, um pulverizador

149 Na Seção 4.2, quando trataremos das relações entre os assentados e as firmas, examinaremos os significados das “indicações” e do aval no contexto estudado.

150 Uma das dificuldades dos assentados em avalizarem contratos de financiamentos nos bancos é que, para tal, estes precisam dispor de patrimônio a apresentar como garantia. O título de propriedade de imóveis é o mais valorizado para essa finalidade. Nesse sentido, Otávio dispunha de uma condição excepcional, pois possuía, além do seu lote, uma área de terra titulada fora do assentamento.

e uma grade niveladora (implementos usados), visto que havia adquirido implementos novos e de maior porte. Estabeleceu um preço em dinheiro para cada um dos itens bem inferior aos praticados nas revendas agrícolas, sem fixar uma data precisa para o seu pagamento. Conforme Polanyi (1957, p. 257) nem toda transação (compra e venda) que envolva fixação de preço e previsão de pagamento em dinheiro trata-se de uma transação regida pelo princípio do sistema de preços ou do “mercado”. Sobre esse aspecto Weber F. (2000, p. 85) chama atenção para o fato de que a própria a construção de equivalências, a definição do preço em muitas situações se dá em função das relações sociais entre as pessoas envolvidas, e não se levando em conta um processo institucionalizado embasado na oferta e a demanda. Assim, pode-se dizer que o preço e a forma de pagamento são distintos, pois a venda dos implementos, segundo a percepção dos mesmos, foi uma forma de “ajudar” o vizinho.

Por fim, mesmo com um preço fixado em dinheiro, Inácio se dispôs a “ajudar” o vizinho nas tarefas de plantio e colheita da soja e milho daquele ano agrícola como forma de pagamento. Nesse caso, o tempo de trabalho nas referidas tarefas foi calculado usando como referência um preço da diária bem superior ao que Otávio pagava a outros trabalhadores sazonais que também contratava para algumas tarefas do ciclo agrícola. A noção de “cálculo” assume tanto um sentido numérico como estratégico, ao qual serve para questionar as condições materiais e cognitivas das práticas econômicas dos agentes (WEBER F., 2002, 2011). Não possui aqui o sentido específico do “cálculo econômico” tal como derivado da formulação de Chayanov (1966. p. 5-6). Para entender melhor, era como se o preço médio da diária pago a outros fosse de R\$ 50, mas para fins de cálculo do devido pelo vizinho, o preço de referência estabelecido foi de R\$ 80. Esse tipo de cálculo estava além de uma simples relação custo/benefício, mas consistia em um cálculo enquanto prática social que materializava inclusive na contabilidade o fortalecimento da relação com o vizinho, distinguindo, claramente, a equação aplicada a terceiros (WEBER F., 2000).

Como um dos resultados desse itinerário de trocas, Inácio reconhecia que, graças ao vizinho, ele havia adquirido as condições para controlar sua própria lavoura e assumir o status de “produtor”. Esse sentido mais amplo não só colaborou para manter e fortalecer os laços sociais entre as partes, como também se tornava fonte de prestígio para Otávio, que desfrutava do reconhecimento de seus atos por parte de outros assentados. Se fôssemos analisar o que teria contribuído para que Otávio dispusesse de condições mínimas para plantar ainda no ano 2000, quando a maioria dos assentados da mesma “turma” individualmente não a possuíam, iríamos nos deparar com uma “parceria” estabelecida entre Otávio e um empresário (patrão) mencionado no Capítulo I. Foi por meio da relação (integração) estabelecida com o mesmo e de algumas “ajudas” que recebeu entre 1992 e 1998 que lhe possibilitou dispor de recursos financeiros, algumas máquinas e, sobretudo, os 200 hectares de terra situados fora do assentamento. O conjunto de trocas que Otávio estabeleceu com o vizinho se assemelha em forma e grau ao que ele próprio havia estabelecido com o referido empresário. Tanto num caso como no outro há a construção de itinerários de trocas fundamentais para compreender suas condições de possibilidade na produção de soja.

A nova condição de Inácio motivou seu irmão¹⁵¹ a constituir uma parceria no ciclo agrícola da soja de 2014, quando informaram ao pesquisador que iriam “plantar juntos”. De um lado, Ivo entraria com a área de terra – sobre a qual não incidia um cálculo de renda – e os insumos (semente, adubo e veneno) para o ciclo agrícola da soja, adquiridos por meio de financiamento bancário. Do outro

151 Ivo possuía seus 80 hectares de terra arrendados para outro produtor e vizinho desde 1998. Com o término do segundo contrato de arrendamento entre ambos, Ivo decidiu retomar a terra de modo a fazer uso da mesma em parceria com Inácio. Vejamos que tanto Inácio, como Sadi eram vizinhos, contudo, o primeiro, além de vizinho, era da família, portanto, trata-se de uma retomada da terra, entendida como legítima, pois o uso da mesma voltou para a família.

lado, Inácio entraria com os itens associados diretamente às tarefas do ciclo agrícola: plantar, aplicar produtos químicos e colheita. Seriam executadas por Inácio utilizando seu trator e implementos, à exceção da colheita – pois o mesmo não dispunha de colheitadeira para realizá-la, tendo a necessidade de contratar o serviço de outros.

Os dados sugerem que ambos tinham consciência que, se fossem estabelecidos parâmetros de equivalência na parceria (por exemplo, mensurados em quantidade de produto/soja ou preço em dinheiro), isso tornaria evidente uma disparidade entre os itens que Ivo colocou à disposição – os quais teriam maior valor de troca em comparação aos dispostos por Inácio – todavia, ao final da safra, as “sobras” seriam divididas em partes iguais¹⁵². Mas o que poderia parecer um desequilíbrio entre as partes, não equacionado ao final da safra, expressava a preocupação de Ivo em contribuir no pagamento do financiamento do trator do irmão. Não o fazia por meio de uma transferência de dinheiro ou de produto agrícola ou ainda estabelecendo diferenças na participação de cada um nas sobras, mas por meio de outro tipo de cálculo aplicado, no qual havia maior valorização dos serviços a serem realizados pelo irmão durante o ciclo agrícola. Ao que tudo indica, esse mecanismo, por um lado, eliminaria o pagamento em dinheiro ou produto pelos serviços realizados por Inácio, por outro lado, produzia uma obrigação de Inácio para continuar a parceria, embora Ivo caracterizasse que a partilha dos resultados da colheita fosse equitativa, negando qualquer interesse em gerar a obrigação.

Geralmente, o intervalo de tempo entre um bem e serviço dado e sua retribuição era menor quanto se tratavam de “trocas” entre agentes com o mesmo status ou condição similar dentro do assentamento. Isso fica evidente nas “trocas de serviço” de colheita, cujo objeto dado é retribuído com intervalo de poucos dias e com o

152 Essa modalidade é similar ao acordo entre um pai e um filho, também definido como “plantar juntos” que descrevemos na Seção 3.1.1.

mesmo objeto, contudo, esse aspecto não anula a dívida, a obrigação para com o vizinho para em outra oportunidade “dar de volta”, isto é, estabelecer nova troca. Baseando-se em Godelier (2001, p. 69), pode-se dizer que aqui a dívida não se restringe ao objeto da troca – serviço de colheita – mas na possibilidade futura de poder contar com o outro, aspecto que, ao mesmo tempo, o coloca em dependência, especialmente no que se refere à execução de uma tarefa cujo sentido é garantir a retirada da lavoura do produto do trabalho. E é nesse movimento de ida e de volta se produz uma dependência recíproca.

O momento da colheita é particularmente interessante nesse sentido. Um assentado que conduzia uma lavoura de 220 hectares de soja dispunha de uma colheitadeira e “trocava serviço” com vizinhos do assentamento, os quais também possuíam colheitadeira. No seu relato, ele explica como essas “trocas” eram realizadas:

Eu colho pra outros também. Como a área é pequena, eu saio pra fora ajudar os vizinhos que estão apertados, ali no assentamento. Agora tem um vizinho que começou a plantar antes que eu. Ele tem colheitadeira, mas eu vou lá pra ajudar, pra ganhar com ele. Porque quando eu preciso colher, de repente por causa de uma chuva, eu me apuro, daí eu troco com ele. Eu vou, por exemplo, assim, vou lá e colho tantas caixas pra ele, eu fico em haver isso, e ele depois me paga. Mas se eu me apurar na minha, ele vem, me ajuda e me devolve em caixa. Aí ele vem e me devolve em caixa, eu fico em haver com ele. De repente, nisso eu salvo a minha lavoura. [...] sozinho, eu consigo tirar 1.500 sacos por dia, ele vem com outra máquina, nós colhemos 4 mil por dia. Desse jeito, nós vamos trocando serviço. (Igor, assentado em Ipiranga do Norte, 15/09/2014).

As “trocas” operadas no momento da colheita contribuía para evitar perdas decorrentes das fortes chuvas que costumavam

cair em fevereiro. Vemos que a troca tem como objeto o mesmo tipo de serviço, geralmente realizado com diferença de poucos dias entre um ato e o outro. Esse procedimento adotado por Igor e seus vizinhos era usual entre assentados, de modo que “contar com vizinhos” para a colheita integrava o planejamento do próprio ciclo agrícola. Tudo nos leva a crer que o serviço geralmente já estava programado antes do início do ciclo agrícola, quando se definiam as quantidades a ser plantadas, as variedades de soja a serem utilizadas e uma estimativa aproximada do calendário da colheita.

A colheita e transporte da safra no momento mais apropriado era um compromisso de todos, tendo em vista que estava em jogo o resultado do ciclo agrícola. Possuir máquinas nem sempre era requisito suficiente para garantir a efetivação dessa tarefa no momento adequado. Por isso, quem possuía máquinas e caminhões tinha como “obrigação” se colocar à disposição para ajudar em situações de aperto dos demais. Esperava-se que, como retribuição, o mesmo serviço fosse realizado pelo donatário caso alguma situação crítica se apresentasse. Isso se confirma quando vemos que Igor interrompeu a colheita em suas terras e foi realizar o serviço para o vizinho diante do risco de ele perder a produção por excesso de chuva. A “troca de serviço” consistia em realizar uma dada tarefa mecanizada, e o doador seria retribuído com o mesmo serviço em um intervalo de alguns dias. Entretanto, dada a relevância da tarefa da colheita para consolidar o resultado do ciclo agrícola, ela não anulava a dívida, pelo contrário, constituía-se como um elemento que fortalecia vínculos sociais e reafirmava a obrigação de novamente oferecer ajuda e evidenciar que o vizinho poderia contar com ela.

Nesses termos, esperamos ter demonstrado como se ativam as relações de vizinhança no entorno da exploração agrícola, particularmente das lavouras de soja. Assim como já descrevemos com as famílias, os vínculos com os vizinhos, estamos tratando de relações pessoais e de mecanismos desenvolvidos pelos agentes para lidar com as particularidades inerentes à produção de “um produto agrícola que integra cadeias globais de mercadorias” (WESZ, 2014).

3.3. Integração e uso da terra

Se refletimos sobre as redes articuladas para tocar lavouras embasadas em indivíduos da família e da vizinhança, é preciso considerar que muitas delas atravessavam os limites do próprio assentamento. A análise de vários casos sugere que a maioria dos assentados estabeleceu algum tipo de relação mais ou menos duradoura com produtores e fazendeiros da região nos primeiros anos após sua inserção nos assentamentos¹⁵³, e muitos deles, embora com modificações, ainda as mantêm nos dias atuais. Refletir sobre algumas das principais modalidades dessas relações, particularmente no que tange a suas implicações no uso da terra por parte dos assentados. Este é o objeto desta seção.

Diversos estudos sobre o campesinato em áreas onde predominam a produção agroexportadora analisaram as condições de possibilidade de coexistência entre grande e pequena produção. Valorizaram na análise as interdependências e especificidades entre as várias unidades existentes em um campo de forças que constituíam e reproduziam os agentes em jogo (HEREDIA, 2008, p. 39-40). Conforme demonstrou Heredia (1989, p. 148) em estudo sobre a expansão canavieira em Alagoas, os mecanismos de influência dos grandes produtores não se restringiam às relações sociais circunscritas no interior das fazendas, mas se estendiam até as “terras livres”, onde estavam os “sítios”, em suas disputas por consolidar suas áreas de influência. Inspirando-se nessa formulação, ao buscarmos compreender as condições de possibilidade que

153 Em outro estudo (DESCONSI, 2011, p. 82-90), já havíamos identificado nas trajetórias de muitos assentados e chacareiros da região uma fase na qual os mesmos trabalharam (como peões) em fazendas antes de acessar uma parcela de terra. Tal condição aparece como fundamental para muitos como meio de inserção social no Mato Grosso e como meio de garantir recursos para aquisição de terras. Todavia, aquele estudo, devido a seus objetivos, não deu atenção a determinadas relações entre os assentados e fazendeiros após o acesso à terra, aspecto que examinaremos nesta seção.

permitiam que determinados assentados estivessem envolvidos com as lavouras de soja no interior dos assentamentos, de alguma maneira, construímos um plano analítico que permitiu transcender os limites territoriais dos assentamentos e refletirmos sobre determinados mecanismos de integração com agentes situados fora dos seus limites.

3.3.1. A lavoura e a integração entre assentados e fazendeiros

Diariamente no assentamento Mercedes, dois ônibus levavam e traziam “funcionários” para uma das fazendas do senhor Otaviano Pivetta localizada a 25 km do assentamento. Todos eles exerciam ocupações diversas dentro da fazenda de mais de 20 mil hectares (por exemplo, operadores de máquinas, mecânicos e serviços gerais) e recebiam salário mensal, embora muitos deles possuíam contrato de trabalho por tempo determinado vinculado ao ciclo agrícola. Um deles era Lauro, assentado, 35 anos, casado, que assumia essa condição desde 2006, quando se mudou para o assentamento e adquiriu um lote de 55 hectares. Entender como ele tocava as tarefas de abertura de área e estaria implantando os primeiros 30 hectares de lavoura de arroz só é possível observando a mobilização entre irmãos e o pai. Para isso, Lauro contava com seu pai Laércio e, muito esporadicamente, com outros dois irmãos, pois os três possuíam lotes lindeiros, ainda que residissem em Ipiranga do Norte. Apesar de sua rotina diária na fazenda, em suas folgas, nos finais de semana ou ainda em períodos de menor intensidade do trabalho (período seco do ano), ele monitorava os quatro lotes no assentamento e ajudava o pai em tarefas como enleiramento da área, reparos no trator e plantio de arroz. Assim, as tarefas agrícolas vinham sendo executadas por Laércio, contando com o suporte financeiro e trabalho eventual do filho.

Casos como esse ilustram a situação da maioria dos homens que embarcavam naquele ônibus diariamente. Conciliavam, mobilizando determinadas redes, o serviço realizado para o patrão e a

condução de práticas que permitissem manter a posse e o uso de suas parcelas de terra no assentamento. Contudo, essa condição de receber salário e cumprir uma jornada de trabalho, ou “ter um patrão”, segundo suas percepções, não os eximia da condição de assentados, pelo contrário, justamente era uma estratégia que visavam reforçá-la¹⁵⁴. Com esse pagamento recebido, muitos assentados asseguravam, além das “despesas da casa”, algum recurso financeiro para ir movimentando a terra, a começar pelas tarefas da abertura de áreas. Outros tantos assentados trabalhavam em fazendas, mas não realizavam (nem com o apoio de familiares ou vizinhos) a abertura de área ou o seu cultivo. Nesses casos, eles costumavam “ceder a terra” para outros fazerem uso, garantindo assim a movimentação da terra e, dessa maneira, abriam-se possibilidades para que outros assentados com melhores condições materiais ampliassem suas terras em uso, mesmo que por tempo determinado.

Mas os dados que dispomos sugeriam que o trabalho assalariado era apenas uma das versões presentes no universo de pesquisa que, caso fosse assumida como única, poderia mascarar a complexidade de “trocas” operadas entre as partes, que não se limitavam a ela. Nesses termos, compreender as lavouras implicava em observar a mobilização de uma rede construída no seu entorno, inclusive com eventual presença de agentes situados fora dos limites do próprio assentamento. Entender essas modalidades e suas variações constitui a tarefa a seguir.

Inúmeros relatos de assentados destacaram a importância do apoio das fazendas para o desenvolvimento dos assentamentos, sugerindo a existência de relações mais complexas. Entre diversas

154 Diversos estudos sobre o campesinato, a citar dentre eles, Garcia Jr. (1989) sobre pequenos produtores da Paraíba e Rumstain (2012) para trabalhadores maranhenses que se deslocam para essa mesma região do Mato Grosso, demonstraram que o assalariamento (sazonal, temporário) pode se constituir em uma estratégia de fortalecimento da condição camponesa.

formas de apoio, os assentados davam ênfase aos casos concretos nos quais os patrões haviam contribuído para que os assentados pudessem – eles próprios – conduzir suas lavouras de soja. No assentamento Mogiana II, Igor, 48 anos, casado com Denise, 45 anos, pai de três filhas (uma delas com 20 anos e duas com menos de 10 anos), assentados em 1998, conduziam lavouras de soja e milho em 65 hectares de seu lote e em outros 150 arrendados desde o ano de 2011. No período anterior (1998 a 2010), foram fazendeiros das proximidades que fizeram uso das terras, os mesmos que, mais tarde, segundo o assentado, contribuíram para que ele assumisse a condução de suas próprias lavouras. No mesmo assentamento (constituído por 21 assentados), havia pelo menos outros quatro casos similares que estabeleceram relações com os mesmos fazendeiros; e só a partir do exame detalhado das “trocas” efetivadas ao longo dos anos, parece possível compreender seu envolvimento com as lavouras de soja atualmente, assim como revelar os elementos em jogo no uso das terras do próprio assentamento.

“Se bem que eu sempre tive muito apoio” [das fazendas], revelou-nos Igor, de modo a explicar as condições de possibilidade que lhe permitiram mexer com lavoura de soja. Concretamente, fazia menção “as ajudas” recebidas de duas fazendas situadas nos limites do assentamento Mogiana II: a Fazenda Rolândia (13 mil hectares) e a Fazenda Cajueira (1,2 mil hectares), as que teriam estabelecido relações com inúmeros assentados das proximidades. Entre os assentados, mencionar a Fazenda Rolândia era mencionar a figura do gerente geral – o senhor Denizar, 56 anos – o qual assumia esse posto a mais de 15 anos. Além desse posto, ele também era “produtor”, pois conduzia lavouras em sua fazenda de 600 hectares nas proximidades e em mais algumas áreas nos assentamentos por meio de “parcerias” com assentados. A maioria dos assentados tinha pouco contato com o proprietário, tendo em vista que não residia nela, tão menos no município, bem diferente do gerente que, além de residir em suas terras, vivia na cidade de Ipiranga,

aliás como fazia a maior parte dos gerentes e administradores das fazendas¹⁵⁵. Desse modo, ao se referir às “trocas” com a fazenda, raras eram as menções à pessoa do seu proprietário, exceto em casos nos quais o proprietário assumia as atribuições da gerência direta, caso comum em fazendas de menor porte¹⁵⁶.

Para Igor fazer referência à Fazenda Cajueira, era se reportar a seus cunhados, em particular, seu Bento, que possuía a mesma idade (48 anos), bem como as diversas sequências de trocas construídas entre ambos desde 1993, quando, juntos, chegaram a Ipiranga do Norte para “abrir e plantar” as terras da referida fazenda. Assim, no conjunto das trocas que estabeleceu com os cunhados, inscrevia-se uma relação anterior fundada pela aliança matrimonial (casamento), constituindo os vínculos que permitiriam Igor participar do deslocamento junto a uma rede de base familiar e, mais tarde, da construção de articulações para a exploração agrícola. Já a relação com a outra fazenda, com o gerente Denizar, seria inaugurada a partir das primeiras “trocas de serviço” entre ambos.

A partir de 1998, quando as fazendas intensificaram a abertura de terras e iniciaram sua estruturação nos moldes que conhecemos hoje, é que foi inaugurada a primeira sequência de interações entre Igor e seu cunhado Bento com o gerente da fazenda Rolândia. Naquela época, Bento possuía um trator de esteira que adquiriu

155 Não é raro que gerentes e administradores de grandes fazendas sejam também proprietários de terras. Há casos que, após terem adquirido áreas de terras nas décadas de 1990, alguns deles se mudaram para a região, tornando-se funcionários ou gerentes de fazendas. Outros adquiriram terras em momento posterior a assumirem postos de trabalho nas fazendas.

156 Não é nossa intenção aqui examinar em profundidade as fazendas, somente expor algumas de suas características que nos ajudem a entender determinados mecanismo de integração que concretamente construíram com os assentados. Uma definição muito objetiva, colhida entre vários assentados, classificava como fazendas as propriedades localizadas fora das terras dos assentamentos, aspecto que toma como atributo central não exatamente o tamanho da unidade territorial, mas sua natureza jurídica que lhe deu constituição.

anos antes para abrir suas áreas, plano não levado adiante por falta de recursos. Observando o início do movimento de abertura de áreas na Fazenda Rolândia, ele acordou com o gerente Denizar a “prestação de serviço” com seu trator, sendo que Igor seria o operador da máquina. Exerceu essa tarefa até alcançar a meta de desmatar os 13 mil hectares da fazenda. É a partir dessa “parceria” entre os três que Igor abriu caminho para “abrir o Cerrado” em sua parcela de terra, conforme explicou:

Igor: Como eu trabalhava com serviço de máquina de esteira na área da fazenda, eu troquei serviço com a fazenda e derrubei a minha.

Pesquisador: Você diz que trocou serviço? Como foi?

Igor: Então, eu trabalhava com o trator de esteira e ganhava em hora, eu trocava em hora de máquina para trabalhar para mim (Assentado em Ipiranga do Norte, 15/09/2014).

O assentado faz menção à “troca” do tempo de trabalho com o trator pela possibilidade de uso dessa máquina no seu lote – efetivando uma prática bastante comum nas “terras novas” – no qual o calendário anual era marcado pela maior intensidade de trabalho concentrada no período seco do ano (abril-setembro). Para que Igor pudesse realizar a tarefa de “quebrar o Cerrado” em seu lote, em primeiro lugar, ele precisou que os patrões liberassem não só o trator, mas também que eles lhe concedessem determinado tempo livre para executar a tarefa. Em segundo lugar, isso só foi possível, pois a liberação da máquina e do seu operador ocorreram nos meses de janeiro e fevereiro, ou seja, período não adequado para realizar esse tipo de serviço (cf. Figura 5), e assim não atrapalhou a execução das tarefas na fazenda.

Na medida em que as lavouras passaram a ser predominantes (seja nas fazendas ou nos assentamentos), entra em cena o

calendário típico das “terras velhas” (cf. Figura 5), apresentando os picos de necessidade de trabalho e máquinas durante os ciclos agrícolas da soja e do milho. Assim, a modalidade de troca (tempo de trabalho físico pelo tempo de uso de máquinas) diminuiu ou deixou de existir, haja vista que aparecem coincidências entre as necessidades de trabalho físico e de máquinas quando estas se vinculam aos ciclos agrícolas da soja ou do milho.

Em resumo, temos a primeira sequência de interações: **D** contrata o serviço de *quebrar o Cerrado* oferecido por **B/I** opera o trator de esteira na área de **D/D** paga **B** em dinheiro/**B** repassa 10% do valor recebido da hora máquina para **I/D** e **B** permitem que **I** utilize o trator no desmatamento em seu lote/**I** segue trabalhando para **D** e **B/.../** (**D** = Denizar, **B** = Bento e **I** = Igor).

No conjunto de “trocas” entre Igor, Bento e Denizar, aparece um cálculo composto por um valor monetário equivalente a determinado tempo de uso da máquina, no qual está embutido o custo do operador. Nele, o operador recebia uma percentagem (10%) desse valor do serviço da máquina como forma de pagamento pelo seu trabalho, conforme relatou:

Na época, a máquina era R\$ 117 a hora, e eu ganhava 10% da hora dela. Dava R\$ 17. Aí quando chegava no final do mês, eu tirava só a minha despesa e o restante eu deixava pro dono da máquina, que era dele. E aí nós íamos derrubando (Igor assentado em Ipiranga do Norte, 15/09/2014).

Uma parte do valor monetário, ele reservava para o que chamou de “despesas da casa”, e o restante ficava retido pelo cunhado para pagar o uso da máquina no lote do assentado. Mensalmente, Igor informava ao cunhado o “quanto precisaria” de dinheiro para complementar as “despesas da casa”, sendo este um valor variável. Por ser um serviço a ser realizado para Igor, “alguém da família”,

a base de cálculo pelo uso da hora/máquina se distinguia daquele aplicado à fazenda. Nesta última, o valor estabelecido era de R\$ 117 por hora/máquina, já para Igor, o preço de referência era R\$ 60. Ele chamou de “troca” a conversão de seu tempo de trabalho na condição de operador de máquina para os patrões em serviço mecanizado necessário para movimentar a terra em seu lote. Nesses casos, os próprios agentes fixaram um preço em dinheiro, que servia como referência para o pagamento dos serviços efetuados, ainda que estabelecessem uma distinção entre o preço do serviço para um parente (Igor) e o não parente (Denizar), envolvidos na mesma sequência de interações. Nesse aspecto em particular, é preciso observar a contribuição de Weber F. (2000, p. 86) que distingue transação mercantil de transação monetária. Não é a presença de dinheiro em si que caracteriza uma transação mercantil. É possível existir transações mercantis sem moeda, como transações com moeda que não podem ser caracterizadas como mercantis.

Em resumo temos a seguinte sequência de “trocas”: **D** contrata o serviço de *quebrar o Cerrado* oferecido por **B/I** opera o trator de esteira na área de **D/D** paga **B** em dinheiro/**B** repassa 10% do valor recebido da hora máquina para **I/D** e **B** permitem que **I** utilize o trator no desmatamento em seu lote/**I** segue trabalhando para **D** e **B/....**/
(**D** = Denizar, **B** = Bento e **I** = Igor).

Nessa rede, devemos acrescentar Marcos, o irmão de Igor, 19 anos e solteiro na época, que, a seu convite, saiu do Paraná em 1997 e conquistou um lote no mesmo assentamento. Ambos acordaram que, enquanto Igor trabalhasse nas fazendas, Marcos cuidaria dos lotes de ambos, “em troca” o irmão construiu uma pequena casa sobre as terras e garantia o suprimento necessário para alimentação, vestuário, além de outras despesas necessárias¹⁵⁷. Esse paga-

157 O trecho da entrevista esclarece o acerto entre os irmãos: “ele veio depois, porque eu tinha que trabalhar para manter minha casa, não tinha como

mento das despesas mensais seguia a mesma lógica que orientava a remuneração de Igor por seu cunhado Bento. Mensalmente, Marcos solicitava dinheiro ao irmão de acordo com suas necessidades, as quais, por sua vez, incluídas no valor que Igor demandava ao cunhado Bento. Essa modalidade de troca durou três anos e foi fundamental para que Igor se dedicasse exclusivamente ao trabalho nas fazendas naquele momento.

Depois de três anos, o conjunto de “trocas” adquiriram uma nova forma, quando Igor pretendeu dar sequência às tarefas da abertura de área e iniciar os cultivos agrícolas de arroz e soja na “terra nova”. Todavia, sem máquinas, sem financiamento à disposição ou dinheiro próprio, novamente recorre aos patrões. Assim, Igor “cedeu” o uso dos 50 hectares para Denizar, que se comprometeu em finalizar a abertura da área e plantar soja e milho nos cinco anos seguintes. Isso foi possível porque ele, em sua própria fazenda, dispunha de máquinas, recursos financeiros e contava com dois “funcionários”, também assentados que executariam as tarefas nas lavouras sob seu comando. Embora sem poder detalhar, sabemos que esses assentados trabalhavam para Denizar e, “em troca”, utilizavam os tratores e implementos para abrir seus lotes. Depois de dois anos, eles seguiram trabalhando para Denizar, contudo, “cederam seus lotes para o patrão” plantar em troca da renda anual equivalente a X sacas de soja durante o período de ciclo agrícola. Esses dois casos apresentam similitude em relação às “trocas” estabelecidas com Igor, contribuindo, assim, para confirmar uma modalidade de troca recorrente no universo de pesquisa¹⁵⁸.

ficar em cima da área direto, aí eu chamei o meu irmão. Aí eu fiquei com um sítio meu, e meu irmão ficou com outro dele. Ele ficava plantando uns cantinhos de mandioca e de arroz e ficava cuidando o lote meu e dele. E eu ali trabalhando e mantendo ele, e ele cuidando a terra” (Igor, assentado em Ipiranga do Norte, 15/09/2014).

158 A descrição dessa rede que integra produtores (externos ao assentamento) e vários assentados não é um caso excepcional. Com algumas variações, ela também foi constatada nos assentamentos Santa Rosa II, em Sorriso/

De alguma maneira, Denizar trabalhou – utilizando inclusive a força de trabalho de outros assentados – sobre a terra de Igor e, dessa forma, ele retribuiu trabalhando em tempo integral na fazenda Rolândia. Denizar também concedeu moradia em uma das casas da fazenda a Igor, esposa e filhos, e este, como retribuição, dispensou-o de qualquer pagamento pelo uso da terra. Denizar ainda estabeleceu um acordo com Bento, que o liberou da “parceria” firmada anteriormente para abertura de terras. Então, Denizar comprou o lote do irmão caçula de Igor, localizado ao lado da fazenda, e o deu a Bento, sabendo que ele tinha interesse em comprá-lo. “Em troca”, Bento lhe entregou o trator.

Assim se produz uma nova sequência: *D pega* o lote de *I* para finalizar a abertura da área e plantar por cinco anos/*I* trabalha como operador de máquina para *D*/*D* compra o trator de *B*/*B* recebe em troca o lote do irmão de *I*/*I* se desobriga a seguir trabalhando para *B* e sai da casa que residia em sua fazenda/*D* oferece moradia para a família de *I*/*D* não pagará pelo uso da terra de *I* durante cinco anos/.../.

Finalizado o período de cinco anos, Igor cedeu a área a seu cunhado por outros cinco anos. Nos anos seguintes, com o fim da abertura de área e a modernização das máquinas da fazenda, a necessidade de funcionários diminuiu e se concentrou na estação seca ou, mais precisamente, nos ciclos agrícolas da soja e do milho. Nesse contexto, Igor e a esposa mudaram a residência da fazenda para a cidade de Ipiranga do Norte, em 2006, onde a esposa instalou um pequeno ateliê e ele seguiu trabalhando na fazenda no plantio e colheita da soja.

A complexidade dessa rede se verifica em diversos níveis. O primeiro, mais evidente, é que a rede no entorno da lavoura

MT, e no assentamento Piratininga, em Nova Ubiratã/MT. Repetiu-se particularmente nas sequências de “ajudas” que colaboraram para que muitos assentados dispusessem das condições de possibilidade para plantar soja.

perpassa os limites territoriais dos assentamentos. O segundo, é que nas interações entre os assentados com a fazenda Rolândia, quando mediadas por Denizar, sugerem que este também acionou a posição de gerente para ampliar as terras em uso e/ou garantir a permanência de seus funcionários/assentados em sua fazenda, embora mobilizando recursos da fazenda onde trabalhava. O terceiro, é que as interações entre Igor e a fazenda Cajueira eram, ao mesmo tempo, interações estabelecidas com a sogra e os cunhados, assim como seu itinerário específico esteve relacionado às relações construídas entre estes e a própria fazenda Rolândia. Para facilitar o exame das relações estabelecidas entre os agentes que integram essa rede, construímos a Figura 9.

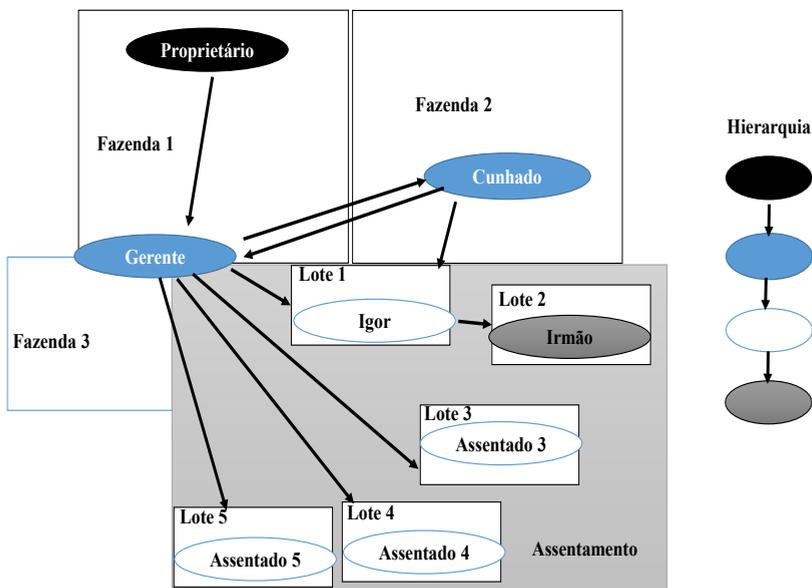


Figura 9: Representação das hierarquias entre os agentes que compõem uma rede

Fonte: Elaborada pelo autor

A Figura 9 ilustra as hierarquias sociais na rede mobilizada entorno da lavoura. De alguma maneira, as posições dos agentes preexistiam a construção da rede; contudo, esta aproximou os

agentes e, por assim ser, acabou por reforçá-las. Se pensarmos a hierarquia dessa rede a partir de quatro níveis (cores preto, azul, branco e cinza na Figura 9), observamos que determinadas práticas se repetem em distintos níveis. A modalidade de troca de tempo de trabalho físico por tempo de uso de máquinas foi, em algum momento, praticada entre o proprietário e o gerente (não descrita nesse texto), entre o gerente e os assentados, entre o cunhado e Igor. Da mesma maneira, a forma de remunerar o serviço de Bento a Igor era similar à praticada por Igor ao seu irmão Marcos.

Em 2010, após cinco anos de uso da terra por Bento, Igor tinha interesse em plantar sua área e por isso buscou novamente o apoio de Denizar. Este, ao saber do interesse de Bento em ampliar suas terras, mediou o arrendamento de uma fazenda no município de Porto dos Gaúchos a ser transformada em lavoura. Com isso, Bento concentrou seus esforços sobre a nova área e dispensou a renovação do contrato:

Eles me incentivaram bastante. Posto de combustível, firmas aqui por ter conhecimento da gente já, eles diziam: “olha, o fulano de tal é gente boa, trabalha comigo, pode vender pra ele lá”, e foi indo. Maquinário, como pulverizador, plantadeira, por ter conhecimento e saber quem eu era, ele me vendia, e eu pagava em duas, três vezes (Igor, assentado em Ipiranga do Norte, 15/09/2014).

Nova sequência: **B** arrenda o lote de **I** por cinco anos/**D** media um negócio de terras em Porto dos Gaúchos para **B/D** solicita que **B** não renove contrato de arrendamento por um novo período e permita que **I** plante sua terra/.../ **D** dispensa **I** da fazenda/**I** retoma a área ao final do contrato de arrendamento com **B/D** indica **I** nas firmas, postos de combustível e avaliza o financiamento do trator no banco/**D** vende equipamentos usados por preço abaixo do mercado com parcelamento por 5 anos/**I** começa a plantar seu lote por conta própria/...../

Não é difícil compreender as razões que motivam Igor a reconhecer o apoio que recebeu ao longo dos anos “das fazendas”. Nas duas primeiras sequências de interações há um lapso de tempo muito curto entre os bens e serviços dados e retribuídos. Nos conjuntos de “trocas” seguintes, a coisa se complexifica, pois aquilo que foi dado por Denizar (por exemplo, a indicação nas firmas, o aval junto ao banco e as máquinas usadas) não podia ser retribuído, ao menos não com o mesmo objeto dado pelo receptor. Parece-nos claro que as ajudas de Denizar colaboraram não só para manter o como melhorar sua posição social. Mas seus atos, não necessariamente, foram feitos por uma perspectiva interessada nos termos do agir racional weberiano, mas por um senso prático, no qual o agir nem sempre é um ato consciente do agente (BOURDIEU, 2008, p. 137-140).

Dentre as conclusões possíveis a partir do exame dos dados, precipitadamente poderíamos dizer que o apoio de Denizar a assentados como Igor contribuía para aumentar a autonomia relativa destes e, conseqüentemente, restringir a possibilidade de uso das terras do assentamento e/ou das possibilidades de contar com a força de trabalho dos assentados. Todavia, a análise deve ser feita ao inverso. Os dados nos levam a crer que as trocas e acordos fortaleceram e atualizavam as obrigações sociais dos assentados para com o fazendeiro, não somente daqueles que mantiveram relações pessoais diretas com o mesmo, mas ao conjunto dos assentados que reconheciam as qualidades e as ações generosas realizadas. As ações de Denizar contribuíram para que alguns assentados pudessem controlar relativamente o uso de suas terras e plantar a soja, ou seja, o produto agrícola mais valorizado do universo de pesquisa. Assim, o gerente, mesmo sem controlar a força de trabalho ou a terra diretamente, mantinha ativa certa “área de influência” (HEREDIA, 2008, p. 50), a partir de obrigações que não foram retribuídas, as quais, em determinados momentos, podem ainda ser convertidas em recursos materiais (BOURDIEU, 2009, p. 218).

Apesar disso, é preciso assinalar que Igor alcançou uma condição privilegiada¹⁵⁹ no assentamento, pois, atualmente, dispõe de condições mínimas para conduzir sua própria lavoura de soja, não recorrendo, nesse quesito, ao antigo patrão. Na medida em que o faz, passa a ser reconhecido e assume a identidade de “produtor”, ou seja, aquele que realiza e conduz suas lavouras de soja, mesmo articulando outros assentados. Paralelamente, o fato de “produzir soja” não fazia desaparecer a sua identidade de “assentado” – o vínculo com a posse de uma parcela de terra no assentamento – mas agregava a essa a qualidade “do assentado que produz”, estabelecendo uma distinção entre os que conseguem plantar soja e os que simplesmente integram redes vinculadas a outros produtores.

Desse modo, o apoio das fazendas, particularmente de Denizar, ao longo dos anos, gerou um sentimento de gratidão, também enunciado na designação de “patrão bom”¹⁶⁰ atribuída ao mesmo.

159 Nos estudos sobre a *plantation* do Nordeste, Palmeira (1977) e Heredia (1989) identificaram como uns dos elementos de distinção interna entre as categorias sociais subordinadas (*moradores*) a concessão dos sítios. A concessão se constituía com um “prêmio” concedido pelos senhores de engenho e era muito valorizada, pois permitia aos mesmos disporem de maior autonomia relativa para exercer o trabalho familiar. A concessão do sítio poderia ser acrescida com a permissão de plantar cana na área, o produto mais valorizado. Embora nosso contexto e estudo seja outro, é possível considerar que o conjunto de ajudas gradativas a alguns assentados possibilita (acesso a máquinas, recursos financeiros e vínculos com firmas e bancos, por exemplo) este a conduzir e a controlar sua própria lavoura como uma espécie de “prêmio”, o qual contribui para gerar distinções internas entre os assentados.

160 O modelo do “patrão bom” aparece em uma longa história de relações pessoais que marca diferentes maneiras a formação do Brasil. Aparece em maior destaque em contextos de dominação tradicional, nos quais a dificuldade de acessar direitos (como a terra, instrumentos de produção, serviços de saúde) são mais escassos. Acessá-los, portanto, passa pela mão de algum agente dominante, que, quando o faz, converte esse ato em prestígio, em reconhecimento de seus atos e bondades (L’ETOIDE; PINHEIRO, 2006, p. 71). Para mais sobre o tema em contextos de dominação pessoal, ver também Palmeira (1977), Heredia (1989) e L’Etoide; Pinheiro (2006, p. 64-102).

Classificar determinado fazendeiro ou produtor como “patrão bom” era um ato relacional, na medida em que levava em consideração as ações dos demais que não praticavam essa “ajuda” (L’ETOIDE; PINHEIRO, 2006). Estavam relacionadas as formas de “ajuda” que, de alguma maneira, permitiram melhorar as condições de possibilidade do assentado, particularmente em sua expressão mais valorizada, isto é, o conjunto de ajudas que lhe permitiria conduzir sua própria lavoura de soja. Dona Marta, assentada em Ipiranga do Norte, relatou o conselho que deu ao seu filho “mais velho”, também assentado, contribuindo para esclarecer o significado do termo: “você tem que pensar no teu filho, cuidar com o que gasta. Quer que o filho vai trabalhar de peão? Pode até ser que acha um patrão bom, mas pode ser que não, e aí vai ficar como?”¹⁶¹ O aconselhamento apontava para os cuidados que o filho deveria ter com a condução das lavouras de soja tendo em vista a possibilidade de transmitir determinadas condições para o neto tornar-se produtor. Isso se colocava em oposição ao trabalhar para um patrão. Entretanto, ela distingue o modelo de patrão preterido. Caso fosse um “patrão bom”, haveria uma possibilidade de contar com seus atos generosos para constituir-se como um produtor futuramente, caso contrário, estariam fechadas o campo de possibilidades para tal.

3.3.2. Construir relações e disputar o uso da terra

O exame atento sobre a sequência de interações entre as partes é revelador de significados mais amplos que acompanham as “trocas” de bens ou serviços que materializam as relações entre os agentes. O que dizer quando Denizar comprou o lote do irmão de Igor para fins de oferecê-lo a Bento que tinha, naquele momento, a intenção de adquiri-lo, mas não possuía os recursos para tal? O que dizer das formas de ajudas específicas – como a venda de

161 Entrevista, (10/10/2014).

implementos agrícolas usados da fazenda para o assentado – dando conta de necessidade e interesses específicos daquele momento? Para os fazendeiros demonstrarem sua disponibilidade em “ajudar” e realizar atos concretos, tratavam-se, segundo as formulações de Bourdieu (2009, p. 219), de atos que visavam “ganhar” constantemente os subordinados. Dentre outras coisas, nesse caso concreto, esses atos colaboram para a manutenção ou ampliação das terras em uso nos assentamentos.

Para os assentados, a possibilidade de contar com fazendeiros ou produtores sempre dispostos a “ajudar”, abertos para refazer acordos pessoalmente, gerava a expectativa de alcançar, gradativamente, um maior controle da unidade de produção, segundo a condição do grupo doméstico e ciclo de vida de seus membros. Para demonstrar com maior precisão a relevância desse dispositivo e dos elementos em jogo para conquistar parceiros no assentamento, examinaremos dados que compreendem outra rede circunscrita ao assentamento Mogiana I, em Ipiranga do Norte. Argemiro Sinatti, 65 anos, e Sandra, 62 anos, eram assentados desde 1996. A área de lavoura correspondia a 55 hectares, os quais, desde 2010, vinham sendo cultivados com soja e milho por um vizinho, o senhor Aurio Brito. Entre 2009 a 2012, Aurio, juntamente com o “mais velho” (Paulo), realizou todas as tarefas do ciclo agrícola da soja (e milho), a compra e venda dos insumos e sementes, tudo feito “em seu nome”, e só repassou um valor da renda a Sinatti, equivalente a 10 sacas de soja por hectare, no final do ciclo agrícola.

Contudo, em 2013 e 2014, houve uma modificação do acordo entre as partes. Marciano, filho “mais velho” de Argemiro, solicitou ao pai a possibilidade de participar da lavoura de soja. Para Sinatti, envolver o filho no plantio de soja era uma forma de “ajudá-lo”. Marciano, 34 anos, casado, residia em Lucas do Rio Verde e era caminhoneiro há muitos anos. Em 2013, havia conquistado, junto a seu irmão Jonas, dois lotes (50 hectares cada) no assentamento Boa Esperança – distrito de Entre Rios, município de Nova

Ubiratã¹⁶². Para formalizar o direito do lote junto ao INCRA, precisavam comprovar (por meio de papéis) sua experiência e vínculo com a lavoura. Desse modo, Marciano tomou um financiamento nas firmas em Ipiranga do Norte e repassou os insumos (adubo, semente, veneno) a Aurio para compor as despesas do cultivo de soja. No momento da colheita, toda a produção de soja obtida na área foi entregue na mesma firma, sendo registrada “em nome” de Marciano que, pouco tempo depois, vendeu o produto e repassou o valor monetário a Aurio, ficando somente com parte correspondente ao valor do financiamento mais o equivalente a 10 sacas de soja por hectare.

Assim, Marciano tornou-se, em termos dos registros oficiais, um “microprodutor” – nos registros da Secretaria da Fazenda do Estado, no Sindicato de Trabalhadores Rurais, nos bancos e em algumas firmas – mesmo que não tenha se envolvido diretamente com as tarefas do ciclo agrícola e que, no âmbito das relações que mantém em Ipiranga do Norte, não tenha tido um reconhecimento dessa condição¹⁶³. Mesmo assim, tal estratégia lhe permitiu solicitar o direito ao lote junto ao INCRA, comprovando “seu histórico” no papel, sua experiência com a produção agrícola, ou seja, as condições exigidas pelo órgão¹⁶⁴. Tal dispositivo não era suficiente para

162 Trata-se de um projeto de Assentamento criado em 2006, no distrito de Entre Rios, em Nova Ubiratã, nas proximidades da Reserva Indígena do Xingu, situado a 320 km de Ipiranga do Norte. São 320 lotes de 50 hectares cada um. Pelo que consta, foi um dos últimos projetos de assentamento criado no meio norte do Mato Grosso.

163 Quando perguntávamos a outros assentados quem plantava o lote de Antônio, a maioria das respostas seguia fazendo referência a Aurio, sem ao menos mencionar Marciano como parceiro.

164 A “ajuda” específica de Aurio contribuiu para que os filhos de Antônio intensificassem suas ações visando constituir uma unidade produtiva em “terras novas”. Ao que tudo indica, o mesmo seria acionado outras vezes para permitir que esse plano pudesse se efetivar. Logo, quando Antônio avaliava vender o lote para investir nas “terras novas” juntamente aos filhos, essa venda tinha um comprador preferencial, que indiretamente havia, por meio

o reconhecimento social dos mesmos como produtores, mas parecia ser um passo importante para alcançar esse status no futuro.

A disponibilidade de Aurio para modificar o acordado, se fosse preciso a cada ano agrícola, era considerada por Sinatti um ato de generosidade, mas que, por sua vez, fortaleceu a obrigação de retribuir essa “ajuda” prestada por Aurio, mesmo que este não tivesse expressado de nenhuma maneira a exigência de tal retribuição, sobre dois aspectos: i) a obrigação de continuar cedendo o uso da terra, negando qualquer proposta que possa surgir de outro produtor interessado, mesmo que esse outro se comprometesse em pagar um valor (monetário ou em produto) maior que o existente na parceria atual; ii) a obrigação de, em caso de venda da terra futura, o vizinho teria a preferência da compra.¹⁶⁵

As duas obrigações foram inauguradas entre ambos em 2009 e, portanto, já existiam anteriormente a esse novo acordo. Todavia, tudo leva a crer que, no universo de pesquisa, os agentes (produtores) atualizam, por meio de pequenos gestos, atos ou ações, os compromissos firmados, o que, no geral, parece uma tentativa de prolongar a duração da dívida ou, dito de outra forma, “manter desigual as prestações de dons e contradons” (BOURDIEU, 2009, p. 215-219). A reprogramação do acordo no ciclo agrícola de 2013/14 parece ser um desses pequenos atos que atualizam as obrigações sociais existentes. Objetivamente isso faz sentido para Aurio, em um ambiente competitivo que marcava a região, no qual os produtores disputavam qualquer área de terra visando ampliar suas lavouras.

Ao longo de quase 10 anos, seu Aurio alcançou 500 hectares de área em uso com lavouras de soja, por meio da construção de relações similares àquela que estabelecia com seu Argemiro e das atualizações produzidas em diversas interações cotidianas com os

de suas ajudas, contribuído para que a própria aquisição pudesse ocorrer. Retornaremos a esse ponto para um exame mais aprofundado no Capítulo 5.
165 Este aspecto que seria examinado na Seção 5.2.

mesmos. Ao que tudo indica, as “trocas” que estabelecia com os seus vizinhos de assentamento contribuíam para a construção de sua imagem, que, dentre outras coisas, foi fundamental para que ele conquistasse a preferência de seu no ano de 2009 e alcançasse a quantidade de terra que dispõe atualmente.

O produtor Aurio fazia uso de terras no assentamento Mogiana I desde o ano de 2002, quando seu filho Paulo se tornou assentado em um lote nas proximidades¹⁶⁶. O fato de Paulo conquistar um lote no assentamento fixou o primeiro elemento, que legitimaria a presença da família Brito, oriunda de Lucas do Rio Verde, no uso das terras no município. A partir de então, pai e filho (“os Brito”) foram abrindo “espaço”, principalmente estabelecendo “parcerias” com os vizinhos, ao menos num primeiro momento, até alcançar quase 500 hectares de lavoura de soja – que chamavam de fazenda.

Observa-se que Aurio e Paulo eram classificados como “vizinhos”, mesmo que residissem em Lucas do Rio Verde, onde ambos controlavam lavouras, cujas dimensões não sabemos precisar. Chamá-los de “vizinhos” era reconhecer o sentido da proximidade entre eles, aspecto que era alimentado por interações cotidianas relativas à condução da lavoura que se apresentavam como gratuitas, na medida em que não se justificavam por razões meramente econômicas. “Ele não precisava fazer isso, fez para ajudar”, conforme avaliou seu Argemiro, ao se referir à atitude de Aurio quanto à modificação do acordo que permitiu a ele e aos filhos levarem adiante a estratégia de ocupação das terras em outro assentamento. Nota-se, porém, que tais diferenças não eram negadas pelos assentados, que faziam questão de destacar a grandeza alcançada pela família Brito em sua trajetória, reconhecendo que eles também “foram assentados” no projeto que deu origem a Lucas do Rio Verde.

166 Trata-se dos integrantes da “turma de Lucas”, que foi objeto de reflexão na Seção 1.3.1.

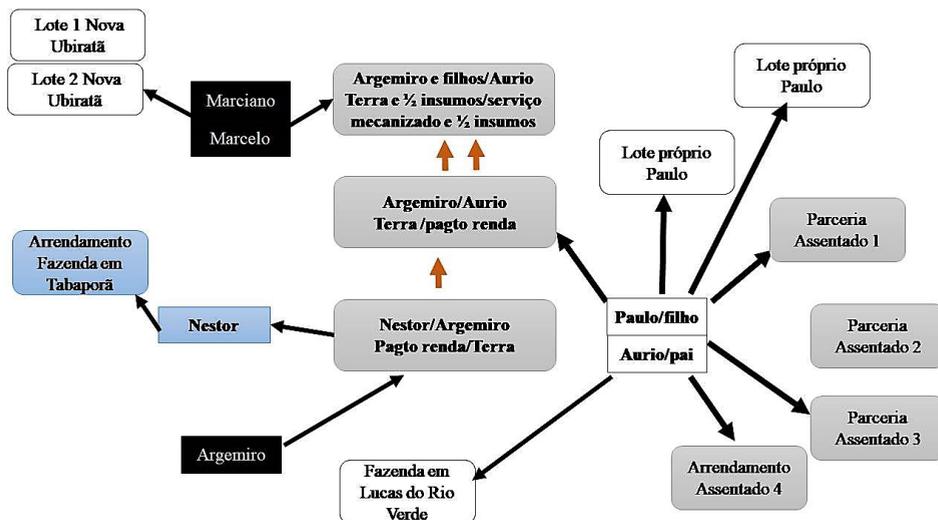


Figura 10: Área de influência do produtor no assentamento
 Fonte: Elaborada pelo autor

A Figura 10 permite visualizar a construção de uma área de influência socioespacial da família Brito que, em alguma medida, implicou na diminuição das terras em uso por outro produtor. A disputa por ampliar as lavouras nos assentamentos levadas a cabo por fazendeiros ou produtores produzia como um dos seus efeitos o rompimento de muitos acordos vigentes para o uso das terras. Na maioria das vezes, o rompimento não se limitou ao instrumento contratual estabelecido entre as partes, mas implicou em um rompimento, um conflito, que atingiu as relações de vizinhança, no sentido mais amplo do termo. Isso pôde ser verificado no próprio caso de Argemiro. Em 2009, ele rompeu o contrato de arrendamento com o vizinho e produtor Nestor, vigente desde o ano 2000. Foi esse produtor quem realizou a abertura da área e seguiu plantando a lavoura nos anos seguintes. Sinatti justificou sua decisão de “retomar a terra” em razão de que ele e os filhos passariam a plantar soja. Contudo, como vimos, a terra foi repassada para Aurio. No contato que tivemos com seu Nestor, ele nos relatou que se sentiu traído quando soube que outro produtor estava fazendo uso da terra de Argemiro, sobretudo, porque ele se dizia aberto a ajustar o

formato da parceria para integrar os filhos. Por isso, o rompimento do contrato implicou também no rompimento da confiança entre ambos que, a partir de então, afastaram-se e não mais se identificavam como vizinhos.

Mas para examinar essa relação, é preciso observar que, quando encontramos Nestor em Ipiranga do Norte, este produtor estava há três anos plantando terras fora do município de Ipiranga. Essa parece ter sido a única alternativa após ter enfrentado problemas de dívidas e processos judiciais junto a firmas e revendas de insumos. Isso não só fez perder o “crédito na praça” como também perder todas as terras que arrendava até 2009. Assim como Sinatti, outros três assentados vizinhos do assentamento Mogiana I retomaram as terras de Nestor e repassaram para outros produtores, particularmente para Aurio. Isso aconteceu ainda com outras duas áreas localizadas fora do assentamento. O “problema” com as firmas gerou efeitos em cascata. O abalo moral, que, conforme Almeida (2013) produz uma série de restrições nos negócios, também limitaram as possibilidades de dispor de terras no município e, efetivamente, exercer a condição de produtor de soja. Oportunamente, outros produtores, na medida em que observaram o “problema” de Nestor, buscaram aproximar-se dos “parceiros” do mesmo, visando substituí-lo no uso das áreas, sejam elas dentro ou fora do assentamento.

Mas, se os assentados acreditavam que a integração com um “patrão bom” se constituía como uma estratégia para no futuro conduzir suas próprias lavouras, verificamos que nem sempre essa expectativa se cumpria, conforme revelou o entrevistado:

Eu tenho o meu cunhado, o Vilson de Freitas, que desde 97, trabalha como funcionário do Darnes e ele que planta os dois lotes dele, foi ele que abriu na época. Só que ali, ao invés do Darnes dar uma mão para o Vilson um dia plantar o lote dele, não. Ele paga o salário por mês e o arrendamento da terra e pronto. Assim, nunca vai poder ter a lavoura dele! (Fernandes, assentado Ipiranga do Norte, 30/10/2014).

A acusação recaía sobre o fato de o patrão “não dar uma mão”, que quer dizer, nesse caso, estabelecer sequências de interações que permitissem, ao longo dos anos, o mesmo tocar suas lavouras. Vilson e a esposa Marlize (58 e 57 anos, respectivamente) possuíam duas filhas casadas e um filho solteiro, com 19 anos, que residia na cidade de Ipiranga. Mesmo que Vilson não alcançasse as condições para conduzir sua própria lavoura, as acusações sobre Darnes indicavam que ele poderia “ajudar” de outras maneiras. Darnes poderia, por exemplo, permitir que Vilson tomasse financiamento nas firmas ou bancos em seu nome, ampliando sua participação nas despesas da lavoura e, conseqüentemente, nos resultados a serem obtidos, estratégia que não limitaria que Vilson seguisse trabalhando para ele. Poderia, ainda, registrar parte do produto agrícola a ser entregue nas firmas em seu nome, assim como a venda da soja e do milho, ambos aspectos que permitiriam o reconhecimento “oficial” de Vilson para fins de acesso a políticas públicas voltadas para assentados¹⁶⁷, de forma similar ao que ocorreu entre Aurio e Argemiro, que descrevemos antes.

Em verdade, Vilson pretendia plantar seus lotes, observando também a possibilidade de contar com o filho jovem para a execução das atividades da lavoura, mesmo que ele continuaria trabalhando como empregado na cidade. Mas para isso precisava contar com a generosidade do patrão para viabilizar recursos como as máquinas e o crédito, por exemplo. Paralelamente, reivindicava a possibilidade de, em comum acordo, ajustar e reprogramar a sua

167 Dentre as limitações dos assentados ao acesso a políticas públicas, decorria da escassez de documentos comprobatórios de sua condição. Em um momento da pesquisa, verificamos que um assentado há 15 anos sobre seu lote solicitou uma declaração da Secretaria Municipal da Agricultura, cujo objetivo era poder comprovar seu endereço. Nesse sentido, registrar a compra e venda de soja no próprio nome abria espaço para acessar uma série de outros documentos associados à sua condição de “assentado”, muitos deles importantes para acessar políticas públicas. Voltaremos a esse ponto na Seção 5.2.

participação na condução das lavouras ou poder utilizar parte do seu tempo para realizar o trabalho sobre seu lote. Isso não implicaria no abandono dos serviços prestados como funcionário ao produtor, mas abriria, em algum nível, maior autonomia da condução do cálculo econômico de seu grupo doméstico.

Tendo em vista que essa atitude específica do “patrão” poderia abrir espaço para outro produtor disputar o uso da terra do assentado, indagamo-nos sobre quais seriam as razões para que Vilson mantivesse a parceria com Darnes, apesar de sua indisponibilidade em “ajudá-lo”. Dentre as questões em jogo estava a existência de uma obrigação duradoura, uma dívida, estabelecida no momento em que Darnes se dispôs a abrir os lotes de Vilson e plantar, assegurando ainda oportunidade de trabalho ao assentado no ano de 1997. Segundo a percepção de Vilson, naquele momento, “se não fosse ele”, a sua família teria dificuldades de dispor inclusive de “comida para os filhos pequenos” e, certamente, conforme afirmou, “teria vendido a terra e ido embora”. Essa situação passada, mas que instaurou as prestações entre ambos, era lembrada regularmente e servia como atualização das obrigações de Vilson para com Darnes.

Em meio a uma disputa estabelecida entre produtores de soja para ampliar suas terras em Ipiranga do Norte, poderíamos supor que o assentado detentor da posse de sua parcela teria o livre arbítrio para, em havendo uma proposta melhor, optar em destinar o uso de suas terras a outro produtor nos anos futuros. Todavia, os parceiros de Darnes não eram assediados por nenhum outro produtor com propostas melhores. Compreender essa especificidade só foi possível quando observamos a imagem que Darnes possuía entre os produtores e assentados. Era bem visto nas firmas, bancos e revendas, onde possuía histórico positivo na condução das lavouras de soja, demonstrado nas excelentes colheitas que alcançava e que eram publicizadas em eventos técnicos realizados pelas revendas

agrícolas a cada ano¹⁶⁸. Por fim, Darnes costumava contribuir com seu trabalho gratuito em festas e eventos do município, além de disponibilizar doações beneficentes às mesmas¹⁶⁹.

Esses dados nos permitem afirmar que, embora houvesse acusações ao produtor por suas atitudes com relação a seus assentados parceiros – “não dar uma mão” – estas não chegavam a abalar a imagem e tão menos sua posição, tendo em vista as estratégias múltiplas de redistribuição de recursos ou investimentos sociais que utilizava. Dito de outra maneira, sem desconsiderar as ajudas diretas e pessoalizadas aos assentados, por exemplo, parecia priorizar “ajudas” voltadas à igreja, associações recreativas, apoio às festas, auxiliar na construção de obras públicas como estradas e pontes¹⁷⁰.

A partir disso, supõe-se que os demais produtores não se atreviam a fazer propostas aos assentados, pois isso implicaria em mexer com arranjos construídos por Darnes que viabilizavam a composição de áreas para o plantio de soja, bem como a ampliação gradativa das suas lavouras dentro do território de Ipiranga do

168 Darnes era um dos produtores mais referidos entre os representantes de revendas agrícolas e firmas, no que tange às técnicas utilizadas e à produtividade alcançada. Luciana Almeida (2013, p. 167) analisou o código moral que orientava os negócios entre produtores, entre produtores e vendedores no município vizinho de Sorriso. Nesse trabalho, trouxe indicativos que a construção da reputação se estendia ao uso das técnicas modernas nas fazendas, conforme redigiu: “cabe notar que o sucesso na aplicação de uma nova técnica agrícola corresponde à fonte de prestígio ao produtor que se tornava apto a aconselhar seus amigos”.

169 Em 2013, a Câmara Municipal de Ipiranga do Norte concedeu menção honrosa a Darnes pelos seus trabalhos em prol da comunidade.

170 Aqui estamos diante de uma forma de redistribuição de riqueza, mas que não opera de maneira direta entre o fazendeiro e o assentado, mas opera no plano da “comunidade”. Esse tipo de dispositivo foi examinado na literatura antropológica, por exemplo, em Sahlins (1969). Em seu estudo sobre produtores dessa mesma região do Mato Grosso, Almeida (2013) também examinou esse tipo de dispositivo, esses dons gratuitos concedidos a coletividades mais amplas nominadas de comunidade ou sociedade.

Norte. Seria como travar uma briga que poderia gerar efeitos negativos para aquele que travasse tal disputa. Da mesma forma, se o assentado procurasse por sua iniciativa outros produtores para estabelecer parcerias, estaria afrontando um acordo com o próprio Darnes, mas afrontaria alguém bem reputado, o que tenderia a não ser bem visto por outros produtores.

Vê-se que a competição entre os produtores por ganhar ou manter parceiros nos assentamentos apresenta uma ambigüidade. Se, de um lado, ele conseguia melhorar os ganhos do assentado, permitindo inclusive para alguns criar as condições para conduzem eles próprios sua lavoura de soja, por outro lado, optar por romper com as obrigações estabelecidas, dentre outras coisas, também implicava em sair da área de influência, deixando de ser mobilizado em uma dada rede e, conseqüentemente, da “proteção” que isso possibilitava, particularmente, diante de pressões de outros produtores para apropriar-se do uso e da posse da terra.

Ao que tudo indica, a maior pressão de parte de fazendeiros incidia sobre aqueles assentados cujas redes eram menos densas e possuíam menos recursos. “Plantar sozinho” ou no máximo com um ou outro vizinho, nesse contexto, ainda que controlando a sua lavoura, poderia servir de indicador de “fraqueza” diante de outros assentados, produtores e fazendeiros que interpretavam que, dessa forma, ele não tivesse condições de acompanhar o ritmo da produção de soja que atuam na região. Dois relatos colocam em evidência essa pressão:

As lavouras de soja estão crescendo muito a soja por lá. Até já vieram atrás, tão rodeando para querer pegar a minha terra pra plantar, de toda forma. Por enquanto, nós estamos resistindo, porque tudo ao redor está com soja. Mas eu penso que gado é mais estável, não tem posto e nem pacote. Você cerca o pasto, põe o sal, vende um lote de gado e espera o outro. Na lavoura não é assim, mas é difícil ficar com gado no meio dos

outros com soja (Pedro, assentado em Itanhangá, 29/10/2013).

Eu sempre gostei muito de mexer com gado, não pensava em lavoura. Mas ali onde tenho o lote virou tudo área de lavoura, ficou rodeado. Aí não dá pra ficar com o gado sem estar ali, pode acontecer alguma coisa. Aí resolvemos fazer lavoura (Claiton, assentamento Mercedes, 25/09/2014).

Vemos nesses dois relatos que o fato de “estar rodeado” por lavouras de soja influencia diretamente nas decisões do assentado na gestão de suas atividades sobre seu lote. Tudo nos leva a crer que o assédio de produtores de soja incidia com mais força sobre assentados cujas parcelas eram classificadas como “terras paradas” – caso das terras de pastagem para o gado – em relação a “terras em movimento” – representadas pelas lavouras. Nesse sentido, converter a área para lavoura era uma tentativa de manter o controle sobre a própria terra, mas fazê-lo poderia significar integrar-se a outro produtor ou fazendeiro. Ademais, essa transformação exigia uma reorganização da unidade doméstica, tornando-a mais suscetível a fatores não controláveis da produção de soja e milho. Um bom exemplo disso está na relação com as firmas e revendas agrícolas, que trataremos no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 4

PLANTAR E NEGOCIAR

Neste capítulo pretendemos refletir sobre a existência ou não de particularidades nas diversas formas de inserção dos assentados nos circuitos dos negócios associados à lavoura de soja e milho, observando em quê se aproximam ou se diferenciam de outros produtores.

A mobilização de indivíduos e grupos domésticos para tocar lavouras agregavam tanto as tarefas mais diretamente relacionadas ao ciclo produtivo como também o que definiam como “os negócios”. “Negócio é mais complicado que plantar. Plantar, se tu sabes preparar a terra, fazer na hora certa e cuidar, você colhe. Mas saber vender é diferente e complicado.”¹⁷¹ No relato do entrevistado, o termo “negociar” aparece de forma relacional ao “plantar” compreendendo os atos de comprar, de vender, de trocar, tanto produtos agrícolas, como os insumos, as sementes, as máquinas, os implementos, as ferramentas e/ou outros itens associados à lavoura. Por isso, com maior ou menor intensidade, todos os assentados e/ou produtores estabeleciam relações com agentes cujas posições e atribuições estavam associadas aos circuitos dos negócios – gerentes, técnicos, vendedores, advogados, agrônomos, corretores, contadores, funcionários, entre outros – os quais apareciam inseridos nas firmas, nas revendas agrícolas, nos bancos, nos escritórios, em cartórios e em alguns órgãos públicos geralmente localizados nas vilas e cidades. E é sobre esse aspecto que o “fazer negócios” como

171 Valdomiro, assentado em Ipiranga do Norte (04/11/2013).

expressão local para denominar múltiplas formas de lidar com as transações comerciais ganham relevância na análise deste capítulo.

De modo geral, é possível afirmar até aqui que os assentados lidam o tempo todo com os princípios do “sistema de mercado”, cuja maior expressão se objetiva no entorno dos produtos agrícolas predominantes no universo de pesquisa. De acordo com Polanyi (1957, p. 250-254), em sistemas sociais marcados pelos princípios de fixação de preços, comumente chamado de “sistema de mercado”, nem todas as relações sociais e todas as trocas são efetivamente regidas por ele ou que ele seja exclusivo. Essa formulação considera que as trocas econômicas devem ser examinadas em uma relação social específica, pois a dominância dos princípios do mercado não padroniza o comportamento dos agentes ou se impõe à todas as relações sociais constituídas sobre esse domínio. O mesmo autor observa ainda que, em um contexto regido pelo princípio da reciprocidade, podem haver relações regidas por princípios do sistema de mercado, todavia, estes não são dominantes. Na literatura mais recente, a maioria dos autores enfatiza que esses princípios coexistem em um mesmo momento histórico ou mesmo universo social e que, muitas vezes, os agentes apropriam-se, ajustam-se a estes nas diferentes situações com as quais se defrontam (ZELIZER, 2005; DUFY; WEBER, 2007, p-7-8, entre outros).

A partir disso, este capítulo objetiva refletir sobre a relação entre a lavoura e os negócios agrícolas a ela associados a partir de três eixos, transformados em seções. Na primeira seção, examinaremos as diferentes formas de inserção de membros dos grupos domésticos nos circuitos dos negócios como parte da mobilização que formam redes e como ele produz e reproduz distinções sociais entre assentados e demais produtores; na segunda seção, o destaque é para a relação com as firmas regionais e revendas agrícolas, dando ênfase ao acesso aos financiamentos e as operações de venda de produtos agrícolas. Essa seção tenta colocar em questão as possibilidades e limites das relações não econômicas e os mecanismos de dominação que subordinam os assentados, ora pela firma

e/ou revenda agrícola, ora pelas estruturas das fazendas, muitas vezes controlados por um mesmo agente. E, por fim, na terceira seção, diante dos múltiplos dispositivos que retiram o controle da lavoura da mão dos assentados, examinaremos algumas estratégias operadas pelos mesmos, visando (re) estabelecer o (auto) controle nas transações e relações que integram nos circuitos dos negócios, assim como seus limites.

4.1. Negócios e redes

Nesta seção, interessa-nos demonstrar como os assentados integram ou se articulam nos circuitos dos negócios relacionados à lavoura. A seção é composta de duas subseções: na primeira, examinaremos os negócios dentro da divisão de atribuições entre os integrantes das redes, assim como a inserção nos circuitos dos negócios como mecanismo de mobilização de recursos para viabilizar a implantação das lavouras; na segunda subseção, refletimos a partir de um “grupo de amigos” sobre alguns mecanismos de reprodução das posições sociais expressas nos circuitos dos negócios, sobretudo, entre assentados e demais produtores do entorno.

4.1.1. A inserção nos circuitos dos negócios agrícolas

No âmbito das redes mobilizadas para plantar, as tarefas associadas ao “fazer negócios” exigiam que determinados indivíduos dedicassem algum tempo para sua execução ou que alguns dentre eles assumisse as mesmas. O fato de a maioria dos assentados residir nas vilas e cidades certamente facilitava a tarefa de circulação no espaço das firmas, revendas agrícolas, escritórios, tendo em vista que no caminho da lavoura costumavam passar em alguns desses estabelecimentos no início da manhã ou no final do dia. No caso daqueles que trabalhavam em “terras novas” do assentamento Mercedes, a situação era um pouco diferente. Na vila do assentamento havia poucas firmas, revendas agrícolas e oficinas, nenhum

banco ou cartório, por exemplo. Por isso, era comum mobilizar indivíduos estabelecidos nas “terras velhas”, especialmente quando instalados nas cidades, onde geralmente havia maior disponibilidade desses serviços¹⁷². Isso evitava constantes deslocamentos e, sobretudo, a interrupção de tarefas do calendário anual que estavam sendo executadas (cf. Figura 5). Essa mobilização possibilitava, por exemplo, com um contato por telefone, estes pudessem se encarregar de demandas específicas, por vezes, emergenciais, dos que estavam encarregados de tarefas agrícolas sobre as áreas de terra. Essas tarefas incluíam desde providenciar peças para o conserto de máquinas até negociações de financiamentos em firmas e bancos. Eram nesses casos, que alguns indivíduos, mesmo não participando diretamente de qualquer tarefa no espaço da lavoura, se dedicassem ao “fazer negócios” de forma quase exclusiva.

As tarefas inerentes aos negócios, geralmente eram assumidas pelo/s pai/s “mais velho/s”, por vezes, atuando com o apoio de alguém “mais novo”, frequentemente, um filho ou um genro quando observadas no âmbito familiar. Os demais envolvidos em uma dada rede constituída no entorno das lavouras, como as mulheres, filhas, irmãos, os vizinhos, conhecidos ou outros parceiros, podiam assumir algumas tarefas pontuais, conforme já examinamos no Capítulo 3. Também era recorrente que, dadas as exigências do manejo da burocracia, mais de um indivíduo podia ser mobilizado para tratar de funções específicas, particularmente, para assumir os registros em transações comerciais e da formalização de documentos, nos

172 Isso pode ser confirmado em momentos históricos distintos: i) quando examinamos os casos da “turma de Lucas” que mobilizavam familiares e conhecidos instalados em Lucas do Rio Verde para apoiar suas atividades nas “terras novas” em Ipiranga do Norte no final da década de 1990; ii) do mesmo modo, isso se repetiu no início da década de 2000, como o “pessoal de Ipiranga”, que passam a atuar nas “terras novas” do assentamento Mercedes ou no município de Itanhangá; iii) ainda se repetia com os antigos e novos vizinhos do Paraná, os quais mantinham suas propriedades e atividades agrícolas naquele estado, mas enviavam dinheiro e prestavam serviço de colheita nas safras anuais aos conterrâneos em Mato Grosso.

quais o “nome” de diversos indivíduos tornava-se um instrumento importante.¹⁷³ Era particularmente comum que, em situações de impossibilidade dos “mais velhos” executarem as diversas tarefas associadas aos negócios, estes delegassem aos irmãos, cunhados ou filhos, por exemplo: “passe lá na firma amanhã antes de ir para a lavoura, pra ver quando chega o adubo”, conforme ordenou um pai a seu filho¹⁷⁴.

Observamos que a legitimidade daqueles que decidiam sobre os negócios em uma dada articulação de indivíduos dependia do conhecimento e reconhecimento deste no circuito dos negócios. “Eu ainda mexo com negócios, porque sou bem conhecido pelo pessoal das empresas”, como se referiu um assentado de 65 anos, que tocava lavouras mobilizando seus dois filhos casados, um genro e a parceria com um vizinho. Paralelamente, os “mais velhos” habitualmente se consideravam como portadores de maior experiência adquirida nas lavouras e no trato com os agentes dos circuitos dos negócios: “a gente que se envolve mais, porque já tem o conhecimento e aprendeu a lidar com os caras desde que chegamos aqui”, conforme relatou o mesmo entrevistado. Essas constatações sugerem que a realização de transações comerciais estava associada à

173 Na Seção 5.3, examinaremos os elementos em jogo no manejo dos nomes para fins de registro em documentos dos diversos membros da rede.

174 Os estudos sobre os pequenos produtores do Nordeste também haviam identificado a predominância masculina no “fazer negócios”. A venda de produtos, especialmente dos produtos considerados mais importantes do roçado, representava a própria autoridade do pai de família no controle da unidade doméstica (HEREDIA, 1979, p. 84-85). Embora sendo universos sociais distintos deste, no nosso caso, o fato dos homens mais velhos das famílias assumirem as principais decisões referentes aos negócios agrícolas e, geralmente, serem eles que interagiam com as firmas, revendas agrícolas e os bancos, refletia seu controle sobre a lavoura e sobre o próprio grupo doméstico.

construção e manutenção de relações mais amplas nas quais tais transações estavam inscritas¹⁷⁵.

Certamente, esse “conhecimento” fazia sentido nos diversos casos em que os agentes controlavam suas próprias lavouras há mais tempo (talvez desde que chegaram a Mato Grosso) e, por isso, realizavam transações comerciais, circulavam nos ambientes dos negócios, “fazendo-se conhecer” nesse meio. Não por acaso, o exame do nosso material de campo revela que o controle dos negócios associados à lavoura era uma das últimas tarefas efetivamente assumidas pelos filhos no transcurso das fases do ciclo de vida. Verificamos inúmeros casos de filhos casados com mais de 45 anos que tocavam lavouras de forma articulada com vizinhos, mas se remetiam ao pai e à mãe para efetivar negócios – como compra de máquinas, acordos referentes às terras em uso, para decidir sobre a venda de soja ou ainda financiar nas firmas.

Mas se os homens “mais velhos” exerciam o maior controle nas operações comerciais nos círculos dos negócios era válido particularmente para aquelas famílias que possuíam longa trajetória no controle das lavouras. Não parecia o mesmo para os inúmeros pais que, ao longo dos anos, cederam suas terras para outros plantarem ou integraram redes constituídas e conduzidas por vizinhos ou por patrões, sendo reconhecidos como um contingente de assentados que “não plantavam”. Estes não eram reconhecidos como os que controlavam a lavoura, sendo assim, não dispunham das mesmas formas de inserção nos circuitos dos negócios agrícolas as quais pudessem mobilizar para inserir seus filhos.

De alguma maneira, a transmissão efetiva das atribuições e responsabilidades no que tange aos negócios aos filhos homens,

175 Conforme Almeida (2013), os espaços das firmas, revendas agrícolas, escritórios, bancos e cartórios se constituíam como locais onde se construía relações de sociabilidade que atravessavam as transações comerciais propriamente ditas. A análise a partir das formas de sociabilidade, foge ao escopo dessa pesquisa e será referida apenas pontualmente.

exceto em situações fortuitas, envolvia um longo e gradativo processo que também implicava em que os mais jovens nas “terras novas” fossem construindo relações com outros que possuíam idade aproximada, geralmente a partir da amizade, conforme examinaremos na subseção seguinte. Só assim, criavam-se as condições para que assumissem atribuições em relação aos negócios.

O caso da família Moura demonstra a relevância de dispor de alguém especializado no circuito dos negócios para viabilizar recursos para a lavoura e as implicações no controle das lavouras. Carlos João, 27 anos, solteiro, técnico agrícola em uma firma regional, era o filho “mais novo” de Emanuel, 63 anos. Seu pai e outros dois irmãos “mais velhos”, casados, eram assentados que mexeram com gado por muitos anos. Em 2010, Jeremias (35 anos), um dos irmãos, começou a plantar soja em seu lote e no do cunhado. Isso foi possível porque mobilizou o irmão Carlos João para viabilizar o acesso ao financiamento agrícola na firma onde trabalhava, contando com a boa relação que possuía com seus patrões. Também mobilizou essa boa relação para abrir a possibilidade de acesso ao financiamento no Banco do Brasil para a compra de um trator e implementos. O patrão “indicou”¹⁷⁶. Jeremias ao gerente do banco, ainda que formalmente o financiamento contou com o aval do pai.

Em 2012, Carlos João decidiu plantar o lote do pai, acordando com o irmão a execução das tarefas do ciclo agrícola, tendo em vista que trabalhava na firma de segunda a sexta-feira. Havia uma clara divisão de atribuições entre eles: i) Carlos João, em particular, tratava dos negócios; ii) o irmão e o pai tratavam das atividades na lavoura. Como exemplo, vimos que os insumos (sementes, adubos e venenos) eram transacionados “em nome” do irmão e do pai, mas tudo foi “negociado” por Carlos João nas firmas, que se encarregava da compra e venda dos produtos agrícolas (soja e milho), assim

176 Examinaremos os significados das práticas de “indicar” como dispositivo de acesso aos financiamentos na Seção 4.2.1, que tratará da relação entre os assentados e uma firma regional.

como dos aspectos técnicos das lavouras. O pai, o irmão e alguns vizinhos reconheciam Carlos João como o responsável pela lavoura (“*é ele que planta*”). Isso porque ele assumia a maioria das atribuições relacionadas aos negócios vinculados à lavoura, ou seja, era ele que estabelecia a relação direta com as firmas ou outros produtores para financiar, comprar, vender, embora algumas vezes contava com a “ajuda” dos irmãos e do pai. Seu reconhecimento não estava vinculado ao “trabalho” na lavoura, mas ao controle da lavoura, sobretudo, dos negócios a ela associados.

Essa hierarquia, apesar de flexível, colocou em segundo plano, tanto o critério de idade dos membros da família, como a condição de detentor da posse da terra e o trabalho exercido diretamente sobre ela. Carlos João assumia tanto os atributos positivos da atuação como técnico na firma e no relacionamento com assentados e produtores, assim como os atributos positivos da experiência de plantar, só possível com a articulação de outros membros da família.

O caso descrito suscita outro elemento que merece atenção. Carlos João era o filho “mais novo”, o qual foi estudar por incentivo dos pais, pois eram os irmãos “mais velhos” que mexiam com o gado junto ao pai no assentamento entre 1997 e 2010. Efetivamente, eles estavam inseridos em determinados circuitos dos negócios relacionados ao gado, os quais não envolviam os mesmos agentes e tão menos os mesmos espaços de circulação que os negócios relacionados à lavoura. Não eram os mesmos compradores e vendedores de insumos, também não eram as mesmas revendas e firmas que operavam com a atividade pecuária. É no momento dessa passagem de uma atividade para outra que o filho passou a ter grande importância, produzindo uma situação para assunção dessas atribuições associadas à condução dos negócios.

Observamos que ele se inseriu em um determinado circuito dos negócios agrícolas como ocupação profissional, não como estratégia intencionada de mobilizar esse espaço para obter recursos para a lavoura, tão menos como uma tarefa delegada pelo pai ou

irmãos. Ainda que seu caráter pudesse ser temporário, era Carlos João o agente mais bem posicionado para contribuir na obtenção dos recursos necessários para iniciar o plantio de soja pela família. Sob esse ponto de vista, aquele que estava em suposta desvantagem em relação aos irmãos passou para uma posição privilegiada, quando as circunstâncias mudaram.

Fazer cursos técnicos de nível médio ou graduação, associado à posterior inserção no trabalho em firmas, revendas e bancos ou outros espaços típicos dos negócios agrícolas credenciava os “mais novos” para participarem mais ativamente do “fazer negócios”. Era comum que os assentados tivessem filhos e filhas adultos, genros e cunhadas trabalhando em firmas, empresas ou outros estabelecimentos comerciais nas cidades e vilas. É verdade que, em um contexto marcado pela produção agrícola de soja e milho, a maioria das empresas e comércio fosse vinculada a esse tipo de cadeia produtiva. Mas a inserção ocupacional, o posto de trabalho, parecia cumprir uma função um pouco além do simples ganho monetário para suprir os “gastos da casa”. Tudo nos leva a crer que cada ocupação muito próxima ao circuito dos negócios, mesmo que esta fosse apenas um emprego profissional, era considerada um atributo positivo que poderia colaborar para a composição de lavoura de soja dos seus pais, dos irmãos, cunhados ou vizinhos, por exemplo.

Ainda que as redes constituídas entre os assentados contassem com pessoas especializadas e inseridas nos circuitos dos negócios, suas funções não apresentavam as mesmas características que “as fazendas”. Vemos aqui que as atribuições assumidas por alguns membros da rede, consistiam em atribuições específicas dentro da divisão das tarefas, sendo essa sua contribuição por meio de seu trabalho ou de sua ajuda na mobilização de recursos associados à lavoura. Almeida (2013, p. 51) observou que “as fazendas” (ou os grandes produtores), por exemplo, também estavam organizadas por meio do trabalho familiar de seus donos, mas seus negócios apresentavam tamanha complexidade das transações comerciais e

operações de financiamento no processo de burocratização, que exigiam a formação de equipes especializadas – envolvendo membros da família e funcionários – nos chamados “escritórios das fazendas” situados nas cidades para lidar com a “papelada” ao longo do ano agrícola.

Também observamos que, em determinados momentos de expansão das lavouras, especialmente nas “terras novas”, membros de famílias, por vezes os amigos, foram mobilizados para “dar suporte”, ainda que isso ocorresse a partir de seu espaço de trabalho ou círculo mais específico de relacionamento que construíram no ambiente de firmas, revendas agrícolas, escritórios e agências bancárias. Ou, ao inverso, a inserção profissional de muitos filhos ou filhas foi favorecida por serem de “famílias” que conduziam lavouras de soja, que mobilizaram essas mesmas redes de relações para garantir esse espaço de trabalho. Essas inserções diretas facilitavam a construção de relações pessoais com profissionais desse meio, podendo contribuir, de alguma maneira, para o acesso a recursos materiais necessários à efetivação das lavouras, ainda que houvessem limitações conforme trataremos na subseção a seguir.

4.1.2. Um grupo de amigos e suas diferenças

A partir disso, cabe agora examinar os limites e possibilidades desse tipo de inserção nos circuitos dos negócios para mobilizar recursos para a lavoura, assim como identificar as diferenças entre os indivíduos inseridos dentro e fora deles, especialmente entre os assentados e demais produtores no universo de pesquisa. Por meio do contato com o assentado Arno, cuja rede tomamos como referência para examinar a relação entre família e lavoura no Capítulo 3, chegamos ao filho Claiton, que também era assentado e compunha parte ativa em uma série de articulações envolvendo a lavoura. Em que pese suas atribuições diretamente relacionadas às tarefas agrícolas na lavoura, em 2014, havia retornado à função

de representante comercial na revenda agrícola AGROINOVA¹⁷⁷, criada naquele mesmo ano, juntamente aos amigos de idade aproximada, filhos de produtores da região. Compunham a equipe da revenda dois sócios fundadores e dois representantes comerciais (funcionários), cujas trajetórias sintetizamos a seguir:

Agente	Função na empresa	Síntese da trajetória
Dênis	Sócio fundador Administrador	Agrônomo, possuía uma fazenda no município e atuou como representante comercial por mais de sete anos na empresa FIAGRIL. Além da fazenda, cuja dimensão não sabemos precisar, plantava soja em alguns lotes de amigos no assentamento, dentre eles o vice-prefeito.
Diogo	Sócio fundador Administrador	Agrônomo, saiu de Lucas do Rio Verde em 2000, junto à instalação da unidade da empresa FIAGRIL no município, onde atuou até o ano de 2010. Também possuía uma fazenda de aproximadamente 1,5 mil hectares nas proximidades do assentamento, adquirida e estruturada durante o período em que trabalhava na empresa contando com o apoio dos pais, produtores de Lucas do Rio Verde.
Claiton	Representante comercial	Além das atribuições de assumir a exploração agrícola no assentamento Mercedes junto ao pai e a uma rede composta por familiares e vizinhos, em Ipiranga do Norte, atuou como funcionário da firma Amaggi, depois em um escritório de contabilidade e também como representante comercial na Fiagril.
Dário	Representante comercial	Em 2013/14, possuía investimentos no assentamento Mercedes junto ao seu colega e amigo Claiton, onde havia adquirido um lote com o pai, em 2010, nas proximidades dos lotes da família do amigo. Juntamente ao amigo, constituíram uma “parceria” para o plantio de arroz no ano agrícola sobre seu lote recém-transformado em lavoura. Em período anterior, atuou como representante comercial em outras revendas agrícolas do município de Ipiranga, tendo passagem pela empresa Fiagril nessa função.

Quadro 7: Função e síntese da trajetória dos integrantes de uma revenda agrícola

Fonte: Dados de campo, elaboração do autor

177 Nome fictício.

Os quatro integrantes possuíam idade entre 30 e 40 anos, assumiam atribuições distintas na revenda e participavam diretamente da condução de lavouras de soja, ainda que articulados com seus pais e, por vezes, irmãos e cunhados. Um ponto marcante em suas trajetórias, o qual contribuiu para o fortalecimento da amizade foi, certamente, o período de atuação na firma FIAGRIL. Os assentados Giles e Claiton consideravam a maior parte dos antigos colegas da firma como um “grupo de amigos”¹⁷⁸, a partir do qual se produziram articulações conjuntas no âmbito dos negócios e lavouras, dentre elas a constituição da própria revenda agrícola. A associação de seus nomes à passagem pela firma funcionava como credencial que os legitimavam em novas posições nos circuitos dos negócios e era motivo de prestígio. Essa formulação vai ao encontro de Almeida (2013, p.146) que, ao analisar o “histórico” de vendedores na relação com seus clientes, observou que sempre estava em jogo uma chancela fornecida pela família ou por uma empresa, ainda que muitas empresas também eram empresas familiares, o que corroborava para considerar que a credibilidade se construía entre famílias.

Dentre os integrantes do “grupo de amigos”, Fabrício, 28 anos, era contador e, em 2012, abriu seu próprio escritório de contabilidade. Para ele, além da referência à sua família, tinha peso positivo a passagem pela empresa não só para estabelecer relações com clientes – a maioria já conhecidos do próprio convívio no município – mas também para fazer negócios associados à própria lavoura

178 O exame das relações a partir do grupo de amigos é inspirado na modalidade definida por Wolf (2003, p. 107-108) como “panelinha”. Segundo o autor, ela consistia em uma modalidade específica de amizade constituída a partir do espaço de uma mesma instituição a qual, além de fortalecer elos emocionais, poderia cumprir funções instrumentais diante de fatores imprevisíveis ou de estratégias dos integrantes. O autor destacou como uma de suas características básicas era articular pessoas superiores e inferiores em certa aliança informal, contribuindo para assegurar convivência tranquila no seu relacionamento.

conduzida por seus pais e irmãos. Conhecendo pessoas e processos inerentes às dinâmicas das transações comerciais e financeiras, participava ativamente das negociações com firmas e bancos, dos controles contábeis, da compra e venda de produtos agrícolas, juntamente ao irmão mais velho e à mãe. Um exemplo de sua atuação foi observado em 2014, quando a própria empresa FIAGRIL atrasou a entrega do adubo químico para o plantio da soja no assentamento. Ele e o irmão, por conhecer o funcionamento da empresa, bem como possuir uma relação de amizade com o gerente, conseguiu intervir no sentido de resolver o problema.

De forma similar, em 2014, Claiton foi responsável por negociar a compra dos insumos e sementes necessários para a lavoura dos diversos membros da família utilizando de sua posição na revenda. Do ponto de vista econômico, conseguiu acessar esses insumos a preços menores que se fosse comprar em outras firmas ou revendas. Contudo, ainda que em uma posição subordinada na revenda, sua margem de manobra para atuar nos circuitos dos negócios parecia mais ampla que, por exemplo, alguns de seus conhecidos que trabalhavam em algumas *tradings*. O assentado Laércio, por exemplo, nos relatou que seus filhos (idade entre 25 a 33 anos) assim como as noras, estavam todos trabalhando como funcionários nas firmas do município de Ipiranga, dentre elas ADM, Amaggi, Bunge e Louis Dreyfus. Contudo, ele se queixava que eles “ajudavam pouco”, acionando seus conhecimentos, posições e relações nesse meio para suprir algumas demandas específicas da condução das lavouras. Conforme estudo de Wesz Jr. (2014), isso se devia, de um lado, às características dessas firmas, que, embora marcadas por um ambiente de relações pessoais, possuíam uma organização mais centralizada com menor margem para cada uma das suas unidades de armazenamento, e, de outro lado, essas empresas costumavam priorizar os negócios com grandes produtores. Nesses termos, trabalhar em uma firma, revenda ou banco não se traduzia automaticamente em um mecanismo que facilitava o acesso a determinados recursos. Ainda assim, os dados sugeriam que essa

era a expectativa de muitos assentados para com seus filhos, noras, genros ou amigos que ocupavam postos de trabalho nos circuitos dos negócios.

Se os circuitos dos negócios eram atravessados por relações de amizade, isso não significa que não houvessem diferenças entre os integrantes do “grupo de amigos”. O próprio caso da revenda agrícola que nos referimos serve para salientar algumas delas. Todos se reconheciam como amigos, e suas interações cotidianas¹⁷⁹ demonstravam que tal relação não estava circunscrita ao espaço de trabalho. Entretanto, todos reconheciam a existência de hierarquias entre eles. Em primeiro lugar, expressas a partir dos cargos e funções exercidas ou entre sócios-administradores e representantes comerciais, expressão de uma relação entre patrão/empregado. Em segundo lugar, para além do espaço da revenda, quando estavam imersos nas atividades de suas lavouras, a distinção entre eles se configurava na oposição entre “produtores” e “assentados”, tanto em sua condição individual como da própria família, que integravam no universo de pesquisa¹⁸⁰. Claiton e Dário, embora não se denominassem habitualmente como “assentados”, eram assim classificados pelos próprios amigos por possuírem lotes no assen-

179 Nesse caso, parece ter importância as formas de sociabilidade, como jogos de futebol, festas de aniversário, eventos técnicos, entre outros. Contudo, nossos dados não nos permitem ir além de alguns apontamentos nessa dimensão. Para saber mais sobre a interface entre formas de sociabilidade, particularmente as festas e os negócios, ver Almeida (2013, p. 61-102).

180 Alguns antropólogos construíram formulações sobre a amizade no sentido de distinguir quando se tratavam de relações entre iguais e quando essas constituíam uma relação entre desiguais. Em Pit-Rivers (1971, p. 140-141) e Wolf (2003, p. 104-108), a amizade é construída a partir da livre escolha. Segundo os autores, quando ela ocorre entre iguais, é caracterizada pelo elemento da simpatia, pela reciprocidade e/ou serviços mútuos. Mas quando a relação é estabelecida por pessoas com condições econômicas desiguais, tem-se uma relação na qual, ainda que chamada de amizade, aparentando a simpatia, a existência de ajuda mútua, esses traços se convertem em elementos que legitimam a desigualdade e a existência de autoridade entre as partes, constitutivas da relação patrão-cliente.

tamento Mercedes e desenvolverem articulações para tocar lavou-
ras no mesmo. Já Dênis e Diogo apareciam como “produtores” que
conduziam suas próprias fazendas, contando com funcionários e
algumas parcerias com assentados das proximidades. Ademais,
em espaços onde circulavam produtores, como eventos técnicos,
por exemplo, os primeiros costumavam se apresentar como repre-
sentantes da revenda agrícola, não deixando evidente sua relação
direta com a terra (assentados), já os segundos faziam questão de
destacar seu vínculo com suas fazendas e lavouras, mobilizando a
identidade de “produtor”.

Paralelamente, a menção ao “grupo de amigos” da FIAGRIL
(não restrita à equipe da revenda) dava destaque a alguns dentre
eles que estabeleceram relações mais próximas com os próprios
donos da firma. Isso parece ter contribuído não só na sua consoli-
dação como profissionais reconhecidos no universo de pesquisa,
mas para fortalecer as distinções entre os integrantes do grupo de
amigos por meio de “ajudas” específicas que receberam dos antigos
patrões. Dentre elas, cabe citar duas situações: a primeira, embora
com certa imprecisão, tratou-se do apoio recebido por dois agrôno-
mos fundadores da revenda agrícola (cf. Quadro 8) pelos donos da
FIAGRIL para a aquisição de terras e estruturação de suas fazendas
em Ipiranga do Norte no período pós 2000. Esse apoio foi agregado
ao suporte dado pelos pais dos mesmos, que eram fazendeiros em
Lucas do Rio Verde.

A segunda, refere-se ao apoio a outros dois integrantes do
“grupo de amigos” também de parte dos antigos patrões. Depois
de 2013, ambos se deslocaram – um para o estado do Amapá e
outro para o estado de Roraima – com apoio da firma (mas já não
sendo funcionários da mesma), visando ampliar os negócios em
outras fronteiras: “tem um outro do grupo de amigos que está em
Roraima. Ele era técnico, foi para lá, arrendou terras, está plan-
tando e botou uma revenda agrícola em sociedade com o Mariano”,
conforme relato o assentado Giles (também integrante do grupo).
A instalação do agrônomo no norte do país foi sustentada tanto

pelo pai e pelos tios, assim como pelo patrão, dono da empresa FIAGRIL, com o qual abriu uma revenda agrícola em “sociedade” nas “terras novas”. O mesmo entrevistado relatou situação similar de outro amigo que se deslocou para o Amapá. Este havia trabalhado na firma desde 1996, também abriu uma revenda agrícola naquele estado e, junto aos outros dois amigos, iniciou o plantio de soja em terras arrendadas. Seu Arno que acompanhou o filho – integrante do “grupo de amigos” – em uma “viagem para conhecer”¹⁸¹, avaliou:

A gente andou muito em Roraima e Amapá, porque lá tem um colega dele, até era gerente aqui, então eles estavam melhor de condição, e ele tem os familiares dele que moram em Sorriso e Lucas, que estão tudo bem de situação, e aí a gente andou muito lá. É um pessoal bem forte e escorado, aí é diferente de nós (Arno, assentado, 21/10/2013).

Arno sugeriu que, embora fossem amigos, “eram diferentes de nós”, comparando as condições de suas famílias em Mato Grosso, tanto no universo de pesquisa como em um possível deslocamento mais ao norte do país. Quando Arno se referiu à “família deles”, chamou atenção para o fato que eram de “famílias diferentes”, que, ainda que estivessem seus membros espalhados e estabeleciam relações de amizade, em regra, eram famílias que ocupavam posições distintas na estrutura social. Tratava-se de uma relação social entre famílias marcadas por oposições flexíveis de seus membros, tendo, de um lado, gerentes/agrônomo/fazendeiro e, de outro, funcionário/vendedor/assentado.

Mediante as articulações produzidas entre os integrantes do “grupo de amigos” – formado por rapazes com idades aproximadas e fortalecido a partir do ambiente das firmas e revendas

181 Sobre a importância de viagens para conhecer, os possíveis locais para onde pretendem se deslocar, ver Desconsi (2011, p. 184-186).

– sinalizavam tentativas de reproduzir certa estrutura social que marcava a vida de suas famílias a partir da oposição entre “fazendas” e “assentados”. Isso fica evidente quando os dois amigos instalados, cada qual em um estado do norte do país, motivaram os demais integrantes do “grupo de amigos” para também se deslocarem para aqueles estados. Como bem indicou Giles, do assentamento Mercedes, um dos amigos foi conhecer as novas terras: “lá é bom, só que tem que montar um grupo de suporte, que vai daqui para lá”. Embora a articulação em andamento partisse dos rapazes considerados do “grupo de amigos”, a ida às novas terras se estenderia a seus irmãos, aos pais e até aos vizinhos.

O exame acima põe em evidência a diferença entre os filhos de produtores e os filhos de assentados, no que tange ao acesso a esses recursos. O caso da constituição da revenda agrícola, assim como dos agrônomos que contaram com formas de “ajudas” do antigo patrão, dono da firma FIAGRIL, demonstra, conforme formulação de Bourdieu (2007, p. 03-26), que esses dispositivos reproduzem posições, embora sobre novas oposições: de fazendeiros (ou filhos destes) em oposição a assentados, para agrônomos/vendedores ou sócios fundadores/representantes comerciais, e vice-versa. Vemos que o ambiente dos circuitos dos negócios permitiu a construção e o fortalecimento de vínculos de amizade, ainda que entre seus integrantes houvessem fortes distinções em termos das suas condições econômicas e do status social, dentro e fora do ambiente das firmas.

Fica claro que o fato de atuarem como funcionários ou sócios de firmas e revendas agrícolas permitia a todos os integrantes não só o sustento de seus grupos domésticos, mas, em algum nível, o acesso privilegiado a determinados recursos para manter ou ampliar suas lavouras (como preços menores dos insumos, acesso a informações sobre os preços agrícolas, oportunidades de acesso a outras terras).

Além de circular pelos espaços dos negócios de forma frequente, parecia importante construir posicionamentos de alguns integrantes nos circuitos dos negócios, tornando-os agentes com

competências para tal. A maioria dos que assumiam essas atribuições certamente eram os mais jovens, especialmente, com alguma formação profissional. Observamos que esse posicionamento permitia que eles se encarregassem das compras e vendas, das negociações com firmas, do cuidado com os papéis, do manejo das reservas de produtos agrícolas e assim por diante. Tudo nos leva a crer que essa disposição era um elemento a mais para compreender a participação de muitos assentados na produção de soja. Ainda que o simples fato de ter alguém da família trabalhando em uma determinada firma ou revenda, por exemplo, não significasse que ele pudesse mobilizar recursos ou utilizar do próprio prestígio dessa posição, era isso que se esperava dele. Isso porque, de um lado, a mobilização de muitos recursos (dinheiro, insumos, informações) dependia da construção de relações no âmbito dos circuitos dos negócios, de outro lado, porque existiam firmas e empresas, assim como determinados cargos assumidos, que permitiam pouca margem de manobra para essa finalidade.

4.2. A relação entre assentados e as firmas

Se falamos em firmas regionais e revendas agrícolas, é porque elas constituem o principal ponto de operação dos negócios agrícolas entre os assentados. Efetivamente, é por elas que passam a maior parte das operações de compra de produtos como soja e milho, assim como a venda (e os financiamentos) dos meios de produção das lavouras comerciais. Logo, esses dispõem de mecanismos que interferem diretamente no controle da lavoura dos assentados, especialmente, sobre o produto agrícola.

No que tange, particularmente, aos financiamentos, as dificuldades de acesso aos bancos por parte da maioria dos assentados favoreciam a atuação das firmas regionais e das revendas agrícolas e seus mecanismos de dependência e controle das lavouras, não inscritos somente nas transações propriamente ditas, e é isso que examinaremos nesta seção.

Nos assentamentos estudados, as modalidades específicas de financiamento ligadas à estruturação dos projetos mediadas pelo INCRA, foram disponibilizadas nos primeiros dois anos após sua implantação¹⁸² (TANNURY, 2003) e, segundo pudemos apurar, parecem ter alcançado todos os assentados. A maior parte dos financiamentos foi utilizada para a abertura de áreas e algumas benfeitorias (casas, quintais, cercas), sendo comum os assentados considerarem seu baixo valor¹⁸³, tendo em vista o alto custo da abertura das terras, conforme já descrevemos neste trabalho.

Após essa primeira tomada de financiamento, o acesso aos bancos torna-se um privilégio alcançado por alguns poucos assentados. Certamente, deve ser assinalado o fato de não disporem de documentos para atender às exigências dos bancos, conforme identificado no estudo de Leite et. al.(2004)¹⁸⁴. As modalidades de financiamento bancário que não exijam o título de propriedade demandavam um avalista, outro limitador para a maioria dos assentados. Certamente, dispor do título de propriedade de alguma

182 Entre 1986 e 1999, os financiamentos destinados a beneficiários da reforma agrária compunham o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA). A partir de 2000, ele foi incorporado ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) na modalidade conhecida como “Pronaf A”. Uma das especificidades dessas modalidades de financiamento era a dispensa de apresentação de comprovação de patrimônio ou mesmo de avalistas.

183 A referência ao baixo valor considerava a impossibilidade de, com os valores disponibilizados, transformar todo o lote em lavoura ou pastagens. Tomando como referência o ano de 1997, um assentado informou que o PROCERA era de R\$ 7,5 mil, quando se estimava em R\$ 25 a 30 mil a realização de todas as etapas de área correspondentes a 50 hectares.

184 Diversos estudos apontaram as limitações do acesso aos financiamentos bancários no contexto dos assentamentos rurais (LEITE et. al., 2004). No universo de pesquisa, isso se confirma, ainda que seja possível verificar uma leve ampliação aos financiamentos bancários nos assentamentos de Ipiranga do Norte após 15 anos da criação dos primeiros projetos, acompanhando a ampliação do PRONAF no estado do Mato Grosso (GRISA; WESZ Jr; BUCHWEITZ, 2014).

área de terra se constituía uma das condições diferenciadas para o acesso ao crédito bancário, não operando seu acesso somente junto às firmas, revendas ou empréstimos junto a comerciantes ou familiares, para viabilizar a produção de soja.

Segundo Almeida (2013, p. 103-105), que estudou os sojicultores do meio norte mato-grossense, o acesso aos financiamentos por parte destes geralmente se dava por meio dos bancos, ainda que isso não excluía o acesso às firmas. Mesmo no que tange à possibilidade de dispor de avalistas, estes contavam com um leque mais amplo de outros produtores (também detentores de títulos de propriedade). Já para os assentados que estamos examinando, dispor do aval implicava necessariamente em estabelecer relacionamento com um produtor “de fora” do assentamento que se dispusesse a “ajudá-lo”. A partir disso, se produziam obrigações sociais do assentado para com aquele que concedeu o aval.

“Encontrar um avalista era uma briga”, conforme destacou um assentado ao relatar suas tentativas de acessar financiamentos nos bancos entre 1993 e 2002. Os bancos reconheciam como potenciais avalistas quem já tivesse relacionamento bancário e que possuísse patrimônio, particularmente, a propriedade da terra. Isso descartava as possibilidades de se encontrarem avalistas entre os próprios assentados, sendo que justamente os poucos casos que acessaram alguma modalidade de financiamento nos bancos o fizeram contando com avalistas “de fora” do assentamento. Estreitar as aproximações com fazendeiros e produtores do entorno, por exemplo, “trabalhando para eles”, foi, para muitos, mais que uma forma de complementar os “gastos da casa”, pois permitiu estabelecer uma relação pessoal com os mesmos e assim, dispor de um avalista:

Era assim até há pouco tempo, porque muitos persistiram e tiveram todo o apoio dos produtores das fazendas, que primeiro deram trabalho para o pessoal pra ir comendo, depois muitos avalizaram assentados pra conseguir crédito e ajudaram com as máquinas, seja com trator ou a colheitadeira pros assentados, porque entendiam que eles não

podiam perder a lavoura; se perdessem a produção do lote, estavam perdidos (Ferron, prefeito de Ipiranga do Norte, 21/10/2013).

Algumas fazendas indicaram o pessoal [do assentamento] nas revendas e empresas e assim conseguiram os primeiros pacotes (Artur, assentado e comerciante, 20/10/2013).

Para outros, a articulação de familiares de outros municípios (não assentados) facilitou o acesso a financiamentos em firmas e/ou bancos, além de facilitar a efetivação de alguns “negócios”:

O pessoal de Lucas fazia muito isso. Um irmão, o pai financiava um pouco mais no banco ou nas firmas lá onde eles tinham conhecimento e enviavam pra cá os adubos e as coisas. Também quando tinham uma venda de soja pra fazer, já vendiam junto a parte do pessoal que estava aqui (Ivo Chiodi, assentado Ipiranga do Norte, 21/09/2014).

No assentamento Mercedes, por sua criação ser mais recente, essas dificuldades ainda eram parte do cotidiano da maioria dos assentados quando realizamos o trabalho de campo em 2014, um pouco diferente dos assentamentos de Ipiranga onde os financiamentos nos bancos tinham atingido um número mais amplo de assentados. Assim, os dados nos levam a crer que, excetuando os créditos iniciais do PROCERA, somente alguns assentados que dispunham de avalistas acessaram financiamento nos bancos, posteriormente. Para a maioria dos assentados que conseguiu em algum momento implantar lavoura de soja, arroz e milho, isso foi possível por causa do relacionamento construído com algumas firmas e revendas agrícolas. Como veremos adiante, muitos sofreram com as consequências dessa modalidade que foi e é altamente seletiva, tendo em vista que não foi acessível a todos os assentados.

Wesz Jr. (2011) demonstrou a existência de uma correlação entre a expansão das lavouras e as estratégias das *tradings*¹⁸⁵. A constituição de novas unidades, com armazéns ou filiais, acompanha a expansão, muitas vezes, a partir da compra de empresas menores, sobretudo nos estados do Centro-Oeste e Norte. Contudo, para o grupo estudado, as *tradings* não constavam entre os principais canais para “fazer negócios”. No levantamento que fizemos em campo, observamos que eram raros os assentados que estabeleciam relacionamento direto com empresas como Bunge, Cargill, Louis Dreyfus, ADM ou mesmo a Amaggi, ao menos para fins de financiamentos e comercialização da produção de soja e milho¹⁸⁶. O assentado e vice-prefeito julgava que a dificuldade de construir relacionamento comercial com as mesmas tinha a ver com as estratégias desse tipo de empresa: “eles preferem fazer um contrato de um milhão, ao invés de fazer dez contratos de valor menor”¹⁸⁷. Ainda que a maioria dos assentados possuísse relações pessoais muito próximas de gerentes, vendedores e outros funcionários, seja pelos vínculos de sociabilidade cotidiana, seja porque alguns deles também eram familiares, isso não significava, necessariamente, o estabelecimento de relacionamentos comerciais¹⁸⁸.

185 Para fins de análise, utilizaremos o termo “firma” para designar as empresas de atuação local e regional, *tradings* para as empresas multinacionais da cadeia da soja estudadas por Wesz Jr. (2011) e revendas agrícolas, para as empresas especializadas na venda de insumos e sementes, mas que não necessariamente trabalham com a comercialização de soja, milho e arroz.

186 Wesz Jr (2014, p. 138-167) também identificou no sudeste mato-grossense que, entre “pequenos” produtores e “assentados”, a maior intensidade de transações eram estabelecidas com firmas regionais, sendo que as *tradings* se concentravam entre produtores de maior escala.

187 Registro do caderno de campo (27/10/2014).

188 A estratégia dessas empresas de priorizar produtores a partir de certo volume produzido ou área plantada de soja, certamente, é um dos limitadores para a efetivação de negócios. Isso não é uma especificidade desse contexto estudado ou da produção de soja. Em contexto bem diferente deste, Heredia (1989, p.190) observou que um dos limites para pequenos sítiantes de Alagoas participar da cana-de-açúcar era o estabelecimento de

No universo de pesquisa, deve-se acrescentar ainda que a instalação de unidades das *tradings* foi antecedida por firmas regionais¹⁸⁹. A principal modalidade de financiamento do ciclo agrícola nas firmas ou revendas agrícolas consistia em adiantar o conjunto de insumos – sementes, adubos, corretivos e agrotóxicos – que seriam necessários para implantação e manutenção do ciclo agrícola de produtos como a soja, milho e arroz. O relato de Arno esclareceu o funcionamento dessa modalidade:

Eu estava sempre no pacote. Não sei se tu entendes ou lhe foi explicado como funciona. Essa parte do pacote seria a base de troca. Tu faz assim com uma empresa, tu pega a semente, o adubo e uma quantidade de veneno, inseticida, fungicida, tudo junto. Aí eles fecham, vamos dizer que vai ser X, tanto o valor do saco de soja. Aí eles fazem lá a quantidade, e a soja fica na folha, e eles transformam ela [soja] pra te passar assim: vai te custar 20 ou 30 sacos. Aí quando colhe, tem que entregar tudo no padrão de umidade, impureza (Arno, assentado Ipiranga do Norte, 21/10/2013).

A concessão dos “pacotes” ocorria antes do início do ciclo agrícola, e seu pagamento, no momento da entrega da produção

cotas mínimas para a compra da produção por parte das Usinas. Ainda que fosse possível, como acontece no contexto estudado, a articulação entre assentados para formar esse volume mínimo, as circunstâncias favoreciam a existência de mediadores que ocupam o espaço não prezado por essas empresas – como corretores, intermediários ou mesmo firmas menores.

189 Em Ipiranga do Norte, Itanhangá, distritos de Boa Esperança e Nova Ubiratã, a instalação de unidades das *tradings* mencionadas ocorreu, particularmente, entre 2004 e 2008, ainda que em alguns casos registram-se armazéns alugados em algumas fazendas que cumpriam a função do recebimento de soja. Já as firmas locais e regionais são registradas, por exemplo, em Ipiranga desde 1996 nos mesmos locais citados. A instalação das *tradings* não eliminou as firmas regionais e revendas agrícolas que atuam em uma mesma unidade territorial.

colhida nos armazéns indicados. Geralmente, as firmas que faziam os “pacotes” também comercializavam produtos agrícolas, dispondo de armazéns para seu recebimento. No caso das revendas agrícolas, que não possuíam armazéns para receber a produção, elas costumavam estabelecer convênios com firmas maiores para essa finalidade e assim dispor de mecanismo para garantir o pagamento do “pacote” concedido.

As empresas estabeleciam o valor do “pacote”, utilizando a moeda dólar no cálculo e posteriormente convertiam esse valor em quantidade de produto equivalente (sacas de soja). Essa quantidade poderia ser prefixada¹⁹⁰ no momento da contratação e tornava-se medida da dívida adquirida pelo assentado. Por isso era comum entre os assentados a menção a esse valor prefixado em quantidade de sacas de soja – “o pacote ficou em 35 sacos esse ano” – e era exatamente essa quantidade de produto que era retida nos armazéns na medida em que o produto era entregue na ocasião da colheita.

Geralmente, os assentados consideravam esse tipo de transação como uma “troca”, tendo em vista a referência em valor do produto e o não envolvimento de dinheiro diretamente. Em termos burocráticos, sua operacionalização aparecia como algo relativamente simples e ágil, chegando a ser feito por telefone, quando se tratavam de produtores “conhecidos”¹⁹¹. Paralelamente, entre as queixas frequentes dos assentados em relação às firmas, o destaque se referia ao “custo dos pacotes”, considerando seu valor em produto

190 Procedimento contábil utilizado nos contratos entre empresas e produtores que consistia em fixar o preço da saca do produto agrícola válido para um determinado contrato. O ato de optar por um preço fixo que passa a valer no contrato era conhecido como “travar” o preço. Em geral, o produtor podia optar em “travar” ou não o preço no contrato. Quando optasse por não travar, o preço válido naquele contrato seria o preço da saca de soja vigente no dia do pagamento.

191 Essa constatação havia sido feita no exame das relações entre firmas e produtores do sudoeste de Mato Grosso no estudo de Wesz Jr (2014, p. 168-176).

também incidiam juros considerados elevados, que, segundo representantes de algumas firmas, compensavam o “risco” de sua concessão à determinados clientes não fidelizados ou que “não tinham documentos”. Concretamente, essa expressão não fazia referência aos documentos pessoais, mas a documentos comprobatórios, tanto a posse da terra, como efetivação da condução das lavouras comerciais, como a compra de insumos e venda de produtos agrícolas, por exemplo.

Também se verificavam variações no custo do “pacote”, nas unidades das firmas e revendas instaladas nas “terras novas”, sob a justificativa de maiores custos no transporte tanto de insumos como do produto agrícola. De modo geral, os juros praticados pelas firmas eram muito superiores aos praticados nos financiamentos dos bancos que, em regra, aplicavam as subvenções da política agrícola nacional (WESZ, 2014). Tomar o “pacote” a partir de uma dada firma ou revenda agrícola gerava o compromisso de entrega da produção na colheita para a mesma, ao menos até o limite do volume necessário para quitá-lo. Diferentemente de alguns fazendeiros da região, os produtores que tivemos contato não possuíam armazéns próprios, e isso colaborava para que mesmo a produção restante, após o pagamento do pacote, também fosse entregue às mesmas firmas. Fazê-lo, em grande medida, implicava no compromisso em vender essa produção a essa firma, visto que para uma eventual remoção do produto, pagavam-se taxas elevadas (5 a 7%), que funcionava como um dispositivo para imobilizar o produto agrícola.

Nesse sentido, nas subseções a seguir, pretendemos examinar as interações e as “trocas” entre os assentados e algumas firmas regionais e revendas agrícolas que, embora sejam estruturas integrantes de uma cadeia de *commodities* agrícolas, são, ao mesmo tempo, estruturas inscritas em um campo de relações pessoais que configuram novos mecanismos de controle sobre a produção e, quiçá, sobre os assentados e sobre o uso das terras, muitas vezes, operados como uma das dimensões das áreas de influência de produtores e fazendeiros.

4.2.1. O caso emblemático da firma FIAGRIL

Os estudos de Almeida (2013) e Wesz Jr. (2014) demonstraram que as transações comerciais e financeiras entre os produtores e firmas ou revendas agrícolas são constituídas por relações pessoais, códigos não econômicos ou de formas de construção de confiança. Essas formulações são relevantes para a análise que segue. Mas devemos considerar que “terras novas” e no financiamento da produção de soja, milho no contexto estudado, a ênfase a algumas firmas de atuação regional foi um elemento que se impôs ao pesquisador, particularmente, pela forte integração que estabeleciam com os assentados tanto em Ipiranga do Norte como no assentamento Mercedes. Dentre elas, destacou-se a empresa FIAGRIL Ltda., a qual tomaremos para examinar os elementos em jogo na integração com os assentados e possíveis diferenças em relação aos demais produtores do universo de pesquisa. Essa firma foi fundada em Lucas do Rio Verde em 1996, por dois sócios majoritários, os senhores Mariano Franz e Miguel Ribeiro. Uma rápida pesquisa sobre esses nomes é suficiente para encontrá-los em atuações muito diversas que perpassavam as várias fazendas que possuem espalhadas pela região, assim como outras empresas associadas à agropecuária, além da atuação na política local e estadual.

Entre 1993 a 2000, a cidade de Lucas do Rio Verde era o espaço onde circularam os assentados de Ipiranga do Norte buscando recursos para plantar¹⁹². Nessa cidade (tanto quanto nas demais do eixo da BR-163) foram criadas diversas revendas agrícolas e firmas, que vieram a ocupar o espaço nas transações comerciais de soja e milho, que se abriu após o fechamento das atividades das várias cooperativas agrícolas, dentre elas a COOPERLUCAS em 1995. Certamente, o maior êxito na construção de relacionamentos comerciais com revendas e firmas foi alcançado pelos integrantes

192 Lembramos ao leitor que “plantar” no contexto estudado se refere ao cultivo dos produtos predominantes – soja, milho e, por vezes, o arroz em “terras novas”.

da “turma de Lucas”, tendo em vista que traziam em suas bagagens “o conhecimento de lá”, conforme nos revelou Valdomiro Pavarini. Diretamente ou por membros da família, antigos vizinhos, amigos e conhecidos, já transitavam entre bancos, revendas e empresas, incluído a FIAGRIL em seus primeiros anos de funcionamento.

O início de sua operação na agrovila do assentamento em Ipiranga ocorreu em 1999/00, e seu exame evidencia a construção de uma forma de integração um tanto particular. Alguns assentados que assumiam a direção da Cooperativa Mista de Assentados do Projeto Eldorado I Ltda. (COPEPRA)¹⁹³, por sua posição de lideranças entre os assentados¹⁹⁴, haviam construído em anos anteriores [1994 a 1997] relações pessoais “com o Mariano” que lhes possibilitaram, dentre outras coisas que o mesmo avalizasse sua tomada de financiamentos nos bancos em Lucas do Rio Verde. Esses assentados também eram técnicos agrícolas e por essa via haviam conhecido os sócios da empresa ainda antes de sua constituição. A articulação das lideranças do assentamento com apoio de vários integrantes da “turma de Lucas” – que, em sua maioria, também eram integrantes da COPEPRA – é que abriu caminho para o “chamamento” da empresa FIAGRIL para instalar-se no então distrito:

Aqui era um povo desamparado. Aí eu já era conhecido do Mariano, eu sentei com ele e disse: “Porque você não vai lá na Ipiranga financiar a

193 Essa cooperativa foi criada, em 1993, na agrovila do assentamento Eldorado I, com aproximadamente 160 sócios assentados, contado com apoio do INCRA e recursos do PROCERA para a construção de um pequeno armazém. O número de sócios se aproxima do número de assentados das turmas de Nobres, Lucas, Sorriso e Tapurah, e, ao que tudo indica, não incluíram assentados das turmas de Pedra Preta, Baixada Cuiabana e Rondonópolis. Segundo alguns entrevistados, a cooperativa nunca atuou no financiamento dos assentados e atualmente ela possui aproximadamente 25 sócios.

194 Essas lideranças, é bom esclarecer, representavam “os assentados”, contudo, quando mencionam essa categoria, estão se referindo, particularmente, a assentados que integravam a “sua turma” e, por vezes, considerando outros assentados “gaúchos”.

agricultura lá? Tem um monte de gente nova que vieram do Sul, que vieram pra trabalhar, sabem trabalhar muito bem, entendem da agricultura, pessoal que tem vontade de vencer na vida. Tu sabes que aqui o dinheiro do banco vem tarde, quando vem, vem pouco”. Então o pessoal se manda para Lucas, se manda pra Tapurah, pegando uns recursos minguados. E daí eu já plantava com ele e disse: “Mariano, vai lá financiar as pessoas. Tem muita gente boa”. Ele escutou aquilo e disse: “será? Será que se eu entregar adubo lá, será que eles me pagam?” Uma desconfiança do povo (Arnaldo, assentado, Ipiranga do Norte, 22/09/2014).

O chamamento ao empresário considerou a existência de uma clientela em potencial nos assentamentos dando ênfase aos atributos “gente nova”, “do Sul”, “sabem trabalhar”, “entendem de agricultura” e “vontade de vencer na vida” – constituindo um “tipo” de assentado, entre tantos, com os quais seria possível confiar e fazer negócios. Paralelamente, o chamamento também colocava em evidência um sentido social de “ajudar” (ou “amparar”) os assentados, que efetivamente tinham limitações para plantar, especialmente por dificuldades de acessar financiamentos para a lavoura.

Mesmo assim, o empresário manifestou sua desconfiança com “gente que ele não conhecia”, e isso foi contornado por meio da mediação da cooperativa; por um lado, permitindo que o empresário utilizasse a estrutura física tanto para receber a produção de soja, bem como constituir um escritório provisório; por outro lado, pelo comprometimento dos assentados dirigentes da cooperativa em “indicar” os assentados confiáveis para a concessão dos “pacotes”. O presidente da cooperativa revelou como procederam:

Pesquisador: Ele fazia na confiança, só?

Jorge Leite: Na confiança. Eu, como presidente, com o conhecimento que a gente tinha, com ele, indicava.

Pesquisador: E ele fornecia o pacote?

Jorge Leite: Tudo pela empresa dele. É o pacote que eu falo é o financiamento. 100%, óleo diesel e tudo.

Pesquisador: E fazia sem documento nenhum?

Jorge Leite: Nada, só confiança. Teve ano que teve associado que, na verdade, não estava fazendo pacote com ele, mas com outras empresas, que acabou se dando mal, de eu chegar nele e dizer “olha, Mariano, tem mais um ou dois associados nossos que não conseguem plantar, as empresas não querem financiar”. Ele perguntava “mas você assina embaixo?” Eu dizia “assino”, e ele dizia “então semana que vem eu vou mandar o caminhão com adubo e semente pra eles plantar”. E mandava. E foi essa parceria que deu certo. Depois de uns 2 a 3 anos começou vim essas outras empresas, que aí o pessoal já estava melhor, aí veio vindo, vindo... Por isso eu sempre falo nas reuniões: “graças ao Mariano que Ipiranga está o que é hoje”. Só que muita gente já esqueceu dele (Presidente da COPEPRA, 15/09/2014).

Nesse sentido, a “indicação” efetivada, a partir dos atributos mencionados por Arnaldo, balizou as escolhas da clientela da firma. Essa primeira “indicação” foi fundamental, pois abriu caminho para que outros assentados estabelecessem uma relação comercial com a “empresa de Mariano”. A partir dela, era possível o indicado construir o próprio “histórico” junto à empresa, que, dentre outras coisas, poderia lhe garantir a condição de “indicar” outros assentados e produtores para novos relacionamentos com a firma.

A legitimidade para “indicar” aparece como um dos dispositivos do “conhecimento”, ou seja, está associado à construção de relações de confiança e troca, especialmente diante de pessoas com posição social superior, tais como empresários, fazendeiros e políticos influentes, além do dispor de informações sobre plantar, colher,

negócios e a vida das pessoas (DESCONSI, 2011, p. 187-188). Nesse sentido, aquele que estava em posição superior delegava a ação e, ao fazê-lo, dava legitimidade para que ela fosse realizada. Para aquele que indicava, esse ato também consistia em estender a confiança atribuída a ele a uma terceira pessoa. Nesse sentido, um eventual “problema” na relação com esse cliente também era visto como responsabilidade de quem o indicou, com efeito, esse tendia a contribuir no acompanhamento das práticas do assentado durante o ciclo agrícola.

Os entrevistados distinguiam o ato de “indicar” do ato de “avalizar” quando associavam o primeiro ao relacionamento com as firmas e o segundo, na relação com os bancos. Outras vezes, a prática de indicar foi considerada um aval. Almeida (2013, p. 123-130) observou entre produtores do meio norte mato-grossense que o aval era entendido como uma forma de “ajuda” e como parte do sistema social. Trata-se de um instrumento inscrito no código civil, que reconhecia a relação de confiança e os laços pessoais para fins de uma garantia, um pouco diferente que outros contratos ou registros que se baseiam na impessoalidade. Ao que tudo indica, se ambos os termos apresentavam um sentido associado à construção da confiança e aos laços pessoais, o ato de indicar nas firmas não pressupunha, necessariamente, alguma forma de assinatura em um contrato formal, enquanto que no segundo, o contrato se fazia presente, ainda que não eximisse a existência de uma relação pessoal.

O significado de “fazer só na confiança” tornava-se mais valioso que situações verificadas em outros estudos, porque se tratava de uma clientela que, conforme mencionou o entrevistado: “não tinha documentos, não tinha nada”. Isso dava singularidade à situação quando comparada com transações comerciais nas quais se utilizavam papéis, mesmo que estes se constituíssem apenas como um instrumento de relação pessoal entre as partes, como era recorrente entre outros produtores do meio norte do Mato Grosso¹⁹⁵.

195 Cf. Almeida (2013, p. 120-121).

Para os assentados, estabelecer um relacionamento com uma firma regional a partir da “indicação” era o que poderia lhes permitir, posteriormente, efetivar transações comerciais (compra e venda de produtos agrícolas). Era dispendioso dessa condição que buscariam acessar uma série de documentos (bloco de nota fiscal e registro de compras e vendas na firmas e movimento em contas bancárias) relacionados à produção agrícola, os quais pareciam importantes para ser reconhecido como “produtor”. Nesse sentido, o empresário “confiou em quem não tinha documentos”, fortalecendo a aproximação entre a transação comercial e generosidade. Ao que tudo indica, os assentados, nessa época, não tinham documentos que comprovassem a posse da terra, a compra e venda de produtos colhidos e os impostos pagos. Isso colaborava para que eles próprios assumissem uma condição inferiorizada diante de empresas e bancos por não possuírem papéis para se apresentarem como confiáveis.

Do ponto de vista dos assentados, ainda que mediados pelos membros da cooperativa e/ou integrantes da mesma turma, era o empresário que havia “confiado neles” cedendo-lhes os insumos para o plantio, os quais inauguravam uma dívida, que mais que econômica – no sentido de um compromisso de entregar a produção àquela empresa – também era moral – pois a entrega da produção e pagamento do débito tornava-se uma forma de retribuir a confiança recebida, assim como uma forma de não a comprometer. Uma dívida que carregava um sentido ainda mais amplo quando o assentado o reconhecia como uma forma de “ajuda” do empresário em um momento de “desamparo”, de anseio por conseguir plantar. Esses elementos se convertiam facilmente em elementos fundantes da fidelização na medida em que os assentados se viam na obrigação de manter e fortalecer ativa a relação não só com a firma, mas com o empresário, visualizando nele “alguém com quem se pode contar” em eventuais situações de precisão.

Uma reportagem da revista Dinheiro Rural¹⁹⁶ sobre a empresa assinalou a “fidelidade” construída com os produtores como uma de suas virtudes. O ato inaugural de confiar em quem ninguém confiava torna-se um dispositivo chave na estratégia da empresa. Não por acaso, seus dirigentes definiam como seus clientes prioritários os pequenos produtores – fazendas de até 500 hectares – e os médios produtores – fazendas de até 3 mil hectares (“os pequenos e médios”) e os assentados. De alguma maneira, isso foi o que verificamos em inúmeros relatos, sendo comum que aqueles que iniciaram relações com a firma, ainda no final da década de 1990, mantinham-na ativa até hoje. Em que pesem a capacidade concorrencial das *tradings* de oferecer “pacotes” a preços menores e os vínculos de amizade construídos por suas equipes com seus clientes participando ativamente da sociabilidade local, isso não era suficiente para romper os vínculos com a “empresa de Mariano”.

Segundo informações dos assentados, estima-se que no primeiro ano [1999] foram indicados 35 a 40 assentados, os quais receberam os “pacotes”, número que foi ampliado nos anos seguintes. Embora sem a devida precisão, tudo nos leva a crer que os indicados já possuíam algumas máquinas, eram sócios da cooperativa, que nessa época ainda possuía 152 sócios, que eram das “turmas de Lucas” e “Nobres” e alguns da “turma de Sorriso”, sendo todos por vezes designados como “do Sul”. Depois do segundo ano, a empresa construiu unidade própria no município, ampliando a clientela, inclusive entre os assentados sempre a partir das “indicações”, ainda que estas não estivessem mais vinculadas à direção da cooperativa. A entrada da FIAGRIL, particularmente entre 1998 e 2001, ao financiar e instalar um armazém na vila de Ipiranga abriu espaço para a instalação de diversas revendas agrícolas e empresas, entre elas as *tradings* entre 2002 a 2008.

196 “Ao lado dos fortes”, editada em abril de 2016, é uma reportagem exclusiva sobre a empresa e os seus sócios. Disponível em: <<http://dinheirorural.com.br/secao/capa/ao-lado-dos-fortes>> Acesso em: 1º ago2016.

O que estamos chamando atenção é que o acesso a um possível financiamento nessa firma, para muitos assentados, passou pela sua aproximação junto a outros assentados ou produtores que não só compunha o leque de clientes da firma, mas que possuía a legitimidade de “indicar” novos clientes. A importância dessa indicação para integrar-se aos circuitos dos negócios parecia menor para alguns assentados que constituíram nas redes entre familiares e vizinhos. Por essa via, estes mobilizaram recursos e capacidades que dispunham para implantar lavouras em alguns ciclos agrícolas no início da década de 2000, o que permitiu colocar em evidência suas condições de movimentar a terra e implantar lavouras. Com isso, ampliaram-se as possibilidades de iniciar sua inserção no circuito dos negócios sem essa mediação, especialmente por despertarem o interesse dos técnicos e vendedores das firmas e pela realização das primeiras vendas da produção das mesmas. Nesses casos, o caminho foi do “plantar” para dispor de produto agrícola para “negociar”, em movimento distinto aos que tiveram de “trabalhar e/ou ceder o uso da terra” para algum vizinho ou fazendeiro, para construir as possibilidades de receber “ajudas”, dentre elas uma possível “indicação” nas firmas, permitindo-lhe “negociar” (financiamento) para, enfim, “plantar” soja.

No mais, para outros tantos, a existência de mais empresas não significou automaticamente o acesso aos “pacotes”, especialmente porque um dos elementos avaliados para sua concessão era que o pretendente dispusesse de máquinas e implementos em funcionamento para implantar sua lavoura. Nesse sentido, a atuação da FIAGRIL, efetivamente não favoreceu as turmas de Pedra Preta, Rondonópolis e da Baixada Cuiabana (os “cuiabanos”), que, de arrancada, não preenchiam os atributos dos clientes em potencial, não só na referida firma, mas também nas demais que pareciam operar utilizando os mesmos critérios. Os que alcançaram participar da produção de soja o fizeram estabelecendo parcerias duradouras com os “gaúchos” (ou com integrantes das turmas de Lucas, Nobres e Tapurah), ainda que isso tenha possibilitado a entrada

nos circuitos dos negócios para poucos, por meio das indicações nas firmas, depois de muitos anos¹⁹⁷.

A FIAGRIL ao confiar “naqueles que poucos confiam” de forma seletiva também o fazia apostando que eles ampliassem sua capacidade produtiva e terras em uso:

Então, veio aqui, fez a reunião e começou a fazer o pacote. Mas, naquela época, os caras tinham um lote de 80 hectares, um plantava 30, outro plantava 50, era pouco, mas o pessoal foi crescendo. Eu digo que graças ao Mariano Ipiranga está do jeito que está. Se ele não viesse aqui financiar pro pessoal, Ipiranga não estaria onde está (Jorge Leite, presidente COPEPRA, 15/09/2014).

Em um levantamento que fizemos, observamos que a estratégia da firma e o chamamento para sua instalação em “lugares novos”, incluindo áreas de assentamentos, tornaram-se uma de suas marcas, ainda que revendas agrícolas e outras empresas passassem a proceder do mesmo modelo. Se em Ipiranga ela foi uma das primeiras a instalar unidades de recebimento de soja e milho, isso se repetiu em Itanhangá, Nova Ubiratã, distrito de Boa Esperança em Sorriso ainda na década de 1990. No assentamento Mercedes, em Tabaporã, a entrada dos financiamentos da empresa, a partir de 2008, aparece associada à intensificação da abertura das áreas e à ampliação das lavouras e ao “pessoal de Ipiranga” (e de Lucas) que protagonizam a “entrada da soja” naquele assentamento. Segundo pudemos apurar, a instalação dessa unidade também foi um chamamento de alguns assentados lá instalados e outros de Ipiranga do Norte, que em anos anteriores haviam iniciado o investimento em terras naquele assentamento. Novamente, a ausência de financiamento

197 O entrevistado Nelci Turra chegou a estimar entre 10 a 12 os casos de “cuiabanos” que alcançaram essa condição, dentre um número de mais de 160 que comumente eram classificados a partir dessa categoria.

bancário, assim como, a existência do embargo ambiental do assentamento por parte do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), fortaleceram a importância da FIAGRIL, conforme relatou Laudemar: “aqui só as firmas financiam, porque tá embargado e não tem papel de nada”¹⁹⁸. A clientela dessa nova unidade, segundo algumas observações, vai ser construída a partir de indicações do “pessoal de Ipiranga” e “turmas de Lucas”, construindo novos circuitos a partir das indicações dos mesmos, mas repetindo o mesmo dispositivo mobilizado em Ipiranga do Norte, ainda que sem a mediação de uma cooperativa.

No conteúdo do “pacote” é onde aparecia outro diferencial de algumas firmas regionais, que aqui mencionamos como exemplo a FIAGRIL. Essa firma, desde o seu surgimento, costumava incluir nos “pacotes” o óleo diesel e algumas vezes o calcário, realizando um adiantamento do financiamento a seus clientes para essa finalidade ainda no período seco do ano. “A Fiagril acostumou o pessoal assim, com essa coisa de adiantar o óleo diesel e calcário, porque aí ajuda para ir arrumando as terras, não só para plantar”, relatou o filho de um assentado¹⁹⁹. A inclusão desses itens, não por acaso, era entendida pelos entrevistados como uma forma de financiar as tarefas de aberturas das áreas, dando conta de outra necessidade eminente das “terras novas”. Tornava-se assim um elemento muito valorizado, tendo em vista a ausência de financiamentos bancários e como um meio de fugir dos empréstimos de comerciantes locais²⁰⁰.

Quando mencionamos que os empresários donos dessas firmas também conduziam fazendas como um dos seus ramos de negócio,

198 Entrevista com assentado do projeto Mercedes (23/09/2013).

199 Registro de conversa no caderno de campo durante roteiro no assentamento Mercedes (25/09/2014).

200 A prática da FIAGRIL em fazer esse adiantamento, segundo registram vários entrevistados, já era praticada pelas cooperativas que operaram no meio norte do Mato Grosso nas décadas de 1980 e 1990 em alguns projetos de colonização, a citar a COOPERLUCAS, em Lucas do Rio Verde, e a Cooperativa Agropecuária Vale do Sol Ltda. (COOPERSOL), de Tapurah.

é importante assinalar que a constituição de novas fazendas acompanhou a expansão da firma e se apresentou como mais uma das frentes para a construção de áreas de influência dos empresários. Em Ipiranga do Norte, por exemplo, o início das operações da FIAGRIL foi acompanhado pela compra de uma área de terra e a constituição da Fazenda Mano Júlio localizada há 20 km da cidade. Adquirida em 2001, a fazenda que possui 4.800 hectares é considerada uma fazenda modelo em termos de organização da produção e da integração das diversas atividades ali desenvolvidas. A fazenda se constituía como outra forma de integração entre o empresário e os assentados. Devido à proximidade geográfica, foi comum encontrar entre os assentados, pessoas que trabalhavam na fazenda como funcionários em diversas funções. Ao que tudo indica, a maioria dos funcionários eram de Ipiranga do Norte, local onde também residia o gerente geral da fazenda. Nesse sentido, o que estamos chamando atenção é que um mesmo agente (empresário) mantinha certa área de influência sobre os “lugares novos”, a partir de diversos níveis de integração atravessados por relações pessoais que iniciavam pela firma, mas seguiam por suas fazendas e pela atuação política²⁰¹. Os assentados interagem com o empresário em maior ou menor grau a partir desses diversos níveis, sendo que participar da produção de soja acabava por se constituir uma das principais formas de aproximação social com o mesmo²⁰².

201 Não é nosso objetivo nesse trabalho examinar as estratégias empresarias, por isso, não aprofundaremos o viés “da política” como um dos níveis de influência. Também não examinaremos em profundidade essas estratégias em contextos distintos, pois, ao que tudo indica, se a pesquisa fosse feita em Lucas do Rio Verde, por exemplo, encontraríamos outros dispositivos.

202 Nos anos recentes, a aproximação da empresa com assentados, ou com os “pequenos” e “médios” produtores, nesse contexto, também foi fortalecida pela sua participação no Programa Nacional de Produção de Biodiesel (PNPB) e da construção da Usina de Biodiesel em Lucas do Rio Verde em 2009. O PNPB é uma política de incentivo à produção do biodiesel. Criado em 2005, o programa concede o Selo de Combustível Social a empresas compradoras de oleaginosas que obtêm ao menos 15% da matéria-prima de

Plantar soja exige algum grau de acesso a canais de comercialização da produção e de formas de financiar os ciclos agrícolas. Nesse sentido, a descrição dessa subseção focou na construção de vínculos entre os assentados e uma das principais firmas que atua nos financiamentos e comercialização de soja e milho no universo de pesquisa. Em momentos nos quais as possibilidades de acesso a canais de comercialização e financiamento se apresentavam escassas para a maioria, o chamamento feito por alguns assentados com essa firma, combinado com sua própria estratégia de expansão, é que gerou possibilidades de financiamentos para uma parte dos assentados na produção de soja. A partir de alguns mediadores iniciais devidamente legitimados pelos empresários, construíram-se uma teia de clientes, cuja formação se deu por meio de correntes de indicações baseadas em atributos morais e econômicos. Para aqueles que passavam a fazer parte dessa teia ligada à empresa, além do prestígio, isso lhes permitia dispor de um elemento a mais (a legitimidade para indicar) que passava a integrar o jogo das trocas, visando manter e ampliar as terras em uso no assentamento.

“agricultores familiares”, identificados por meio da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) concedida pelos STRs ligados a FETAGRI no caso de Mato Grosso. Um contrato é estabelecido entre o produtor/assentado, STR e a empresa compradora. As empresas que participam do programa recebem incentivos fiscais do Estado, e uma pequena parte desse fomento é convertido em “prêmio”, ao “agricultor familiar”, ou seja, um bônus de R\$ 1,20 sobre o preço normal da saca de soja comercializada em valores de 2014 (WESZ Jr., 2014, p. 164-165). Em muitos locais do Brasil, especialmente em assentamentos do Centro-Oeste, essa política produziu aproximações entre assentados e firmas ou cooperativas regionais que comercializavam soja e contribuiu para que esse produto ganhasse espaço dentro de muitos assentamentos (BEAL, 2010, WESZ Jr., 2014). No universo de pesquisa, a partir do caso da FIAGRIL, pode-se dizer que o PNPB não foi o principal responsável pela expansão da soja nos assentamentos, mas colaborou para fortalecer certa dinâmica dessa modalidade de produção agrícola nesses locais.

Contudo, para o grupo de assentados designados como “cuiabanos”, esses canais de relacionamento continuaram a se apresentar como distantes e difíceis, sendo raros aqueles que passaram ao longo dos anos a participar diretamente dessa teia, e os poucos que o fizeram estabeleceram parcerias com os assentados “do Sul”, ainda que fazê-lo não significasse automaticamente alcançar o relacionamento com a firma.

Os vínculos com a firma transcendiam as transações comerciais, pois a estratégia empresarial também se convertia mecanismo de prestígio, ao inaugurar relações comerciais “com quem não tinha documentos e com gente ninguém confiava”, referindo-se à categoria “assentado”. Nesse sentido, o financiamento materializava um ato de confiança, de generosidade, de ajuda aos assentados “desamparados”. A atuação dessa firma é fundamental para compreender a soja nos assentamentos estudados e o relacionamento com a mesma como um mecanismo que contribuiu para a diferenciação entre os assentados. A partir de múltiplos dispositivos que compunham a relação com as firmas, estabeleciam-se formas de controle da exploração agrícola, os quais estavam associados a outros planos de integração (com as fazendas e a política) que possibilitam estender a área de influência do empresário para dentro dos assentamentos e, portanto, sobre os assentados, sempre gravitando em torno da soja.

4.2.2. Revendas e fazenda: duas faces de uma mesma integração?

As revendas agrícolas e firmas mais referidas pelos assentados em termos de seus negócios tratavam-se de empresas constituídas juridicamente a partir da associação entre, de um lado, sócios fazendeiros e/ou produtores – que possuíam terras e/ou praticavam a exploração agrícola – e de outro, sócios profissionais liberais – técnicos, administradores, agrônomos. Muitos dos sócios das revendas mais citadas entre os assentados foram gerentes, administradores e técnicos em fazendas da região, muitas vezes

sendo inclusive filhos de fazendeiros e produtores. Em sua maioria, haviam adquirido propriedades em momento posterior ou durante essa passagem pelas fazendas. Outros sócios apresentavam movimento inverso, ou seja, a partir da atuação como gerentes, técnicos, vendedores em firmas, revendas ou cooperativas realizaram a aquisição de terras e estruturação de fazendas. Entre os profissionais liberais que integravam as equipes das firmas (como funcionários) era comum que muitos deles tivessem algum tipo de participação direta na condução de lavouras de soja, mesmo que sem dispor de propriedades fundiárias.

Em meio à complexidade desse trânsito entre negócios e lavouras, ou entre revenda agrícola e fazenda, observamos que era importante refletir sobre as implicações em relação aos assentados que “faziam negócios” com esses agentes. Logo, tivemos indicações que as negociações com determinadas firmas ou revendas agrícolas significavam, ao mesmo tempo, o estabelecimento de determinadas interações com algumas fazendas, ou vice-versa, tendo em vista que, muitas vezes, tratavam-se de duas estruturas vinculadas ou conduzidas por um mesmo agente. Essas modalidades de relacionamento, que tentaremos detalhar a seguir, eram comuns nas “terras novas” e por elas que se realizavam muitas das transações comerciais da produção de soja. Examinaremos algumas situações a partir de algumas revendas agrícolas muito mencionadas na relação com os assentados.

O sócio majoritário da revenda IPIAGRÍCOLA²⁰³ (insumos e peças para maquinários agrícolas), empresa com pouco mais de 10 anos em Ipiranga do Norte, também possuía uma fazenda de 600 hectares nas proximidades do assentamento. A aquisição das terras ocorreu em 1997 – contando com o apoio do dono da empresa – quando mudou-se para o distrito de Ipiranga e assumiu a gerência da filial da empresa Sagel Armazéns Gerais Ltda. (SAGEL). Desde então, conciliava sua atuação como produtor e também como téc-

203 Nome fictício.

nico e gerente geral da firma. Por meio da posição na empresa, construiu relações com vários assentados, muitas delas resultaram em transações comerciais, especialmente, a concessão de “pacotes” para o plantio e da compra da produção de arroz entre 1997 e 2004. Como produtor, ao que tudo indica, estabeleceu relações de “troca” com diversos assentados de Ipiranga do Norte e Itanhangá em modalidades similares ao descrito na seção 3.3.1 do capítulo anterior. Nelas, os assentados trabalhavam nas tarefas de abertura das áreas na propriedade do empresário e, em alguns casos, recebendo “em troca” da possibilidade do uso das máquinas para abrir seus lotes. Para alguns deles (ao menos nos cinco casos que identificamos), essa aproximação abriu a possibilidade de acesso aos financiamentos da produção de arroz junto à empresa SAGEL. Por outra via, alguns assentados fizeram negócios com a firma (onde era gerente) visando estabelecer lavouras de arroz, mas que por situações de endividamento com a mesma, posteriormente, cederam a terra ao gerente/produtor fazer uso, sendo o valor do arrendamento retido para quitar as dívidas²⁰⁴. Ao criar a própria empresa, deixando a gerência da SAGEL entre 2004 e 2006, a integração com os assentados continuou a ser operada tanto pela concessão de “pacotes” e peças agrícolas da revenda, de um lado, e como via estrutura da fazenda, de outro lado, que, combinadas, pareciam ter possibilitado ao agente tanto a ampliação de parcerias com os assentados para plantar lavouras de soja como torná-los clientes na revenda agrícola nas transações comerciais. Não era por acaso, os assentados raramente se referiam ao nome fantasia da firma e/ou da fazenda, mas sim se referiam ao nome próprio do empresário, aspecto que também sugeria certa tentativa de demarcar proximidade pessoal com o mesmo.

204 “Teve um monte de assentados que não pagaram os pacotes pros piás da SAGEL, na época, mas pra alguns ele acabou arrumando pra ir plantando as terras e aí conseguir pagar” (Fernandes, assentado em Ipiranga do Norte, 30/09/2014).

Entre os assentados que plantavam soja em Ipiranga do Norte, constatamos que diversos casos que implantaram lavouras no município vizinho de Itanhangá entre 2006 e 2012. Na mediação entre eles e outros assentados ou produtores daquele município, estava um agente que possuía uma fazenda onde produzia soja, era dono de uma revenda agrícola e sócio de uma empresa prestadora de serviços mecanizados, controlando esses ramos de negócio diretamente com apoio de seu irmão. O empresário oferecia aos interessados terras para uso e os “pacotes” para a implantação das lavouras.

Tem-se assim um mesmo agente que promoveu a integração com diversos assentados mobilizando estruturas variadas que multiplicavam os mecanismos de controle das lavouras (e das terras onde estavam implantadas) e, conseqüentemente, dos próprios assentados por meio de um possível endividamento. O caso merece ser contextualizado em dois aspectos: i) a oferta coincidiu com o momento pós-crise dos preços agrícolas de 2005/06²⁰⁵, quando vários assentados que já possuíam dívidas renegociadas em diversas firmas, na maioria dos casos, decorrentes dos anos agrícolas anteriores. Possuíam, portanto, dívidas e restrição de acesso a novos financiamentos. Em consequência, suas possibilidades de manter ou ampliar as terras em uso diminuía. Alguns haviam vendido seus lotes ou parte das terras para quitar as dívidas, ficando com pouca terra para recomeçar; ii) a diminuição das lavouras e as condições objetivas para efetivá-las coincidiu com inúmeros assentados que possuíam filhos adultos entre 16 e 30 anos, aspecto que teria motivado em anos anteriores suas tentativas de ampliar as lavouras fazendo uso dos “pacotes” das firmas. Foram exatamente os assentados nessas condições que foram atraídos pela proposta do empresário.

205 Para mais sobre a crise dos preços da soja em 2005/06 e alguns de seus efeitos em Mato Grosso ver Fernandez (2007, p. 200-206)

Os “pacotes” eram concedidos por meio de sua revenda agrícola, e as terras para o plantio de soja se localizavam, predominantemente, em projetos de assentamento sendo compostas por terras cedidas ao empresário por: i) assentados que contraíram dívidas na empresa prestadora de serviços no processo de abertura das terras; ii) assentados que contraíram dívidas junto à revenda agrícola nas tentativas de plantar soja; e iii) assentados que tinham interesse em ceder a área para produtores de soja visando obter a renda, pois não dispunham aproximações com agentes que lhes permitissem acessar financiamentos e máquinas. Os diversos mecanismos de contração de dívidas com o empresário tornavam-se instrumentos para controlar não a posse da terra, mas seu uso, consolidado pelo controle da lavoura.

Para alguns assentados de Ipiranga do Norte, a integração com o empresário permitia ampliar as lavouras dando conta do aumento da composição do grupo doméstico. Todavia, sua efetivação poderia levá-los para o mesmo caminho dos assentados que detinham a posse das terras onde plantariam a soja e, em última instância, a perda do controle do uso de suas próprias terras para o empresário. Entre os que foram atraídos por essas possibilidades, encontravam-se muitos casos que já possuíam relacionamento com firmas ou revendas agrícolas, mas com dívidas não pagas de safras anteriores que comprometiam a tomada de novos “pacotes” para os ciclos agrícolas seguintes. Para estes, a integração com o empresário era uma forma de continuar plantando soja e, por essa via, tentar quitar os débitos em outras revendas e firmas.

Observa-se ainda que, segundo alguns relatos, a condução da lavoura de soja por meio desse tipo de integração consistia na concessão de “pacotes” com custo mais elevados que a média praticada no local, associado ao cultivo em “terras novas” nas quais a produtividade geralmente é menor, segundo relataram alguns assentados. Uma safra ruim ou alguma alteração no preço da soja, ainda que não se configurasse em uma crise mais geral, gerava uma flexão da dívida do ciclo agrícola, que quando não quitada no mesmo ano,

era renegociada incidindo juros anuais de 10 a 20% e obrigava o assentado a seguir plantando soja atrelado ao empresário:

O cara abriu e passou para outro plantar por oito anos, eram 200 hectares e ganhava oito sacas por hectare. Vivia tranquilo. Então, resolveu plantar. Comprou dois tratores, plantadeira boa, pulverizador bom, pegou dinheiro nas firmas e banco. Colheu bem, deu 60 por hectare. Mas o problema é que tinha 10 sacos comprometidos com as máquinas, aí mais 35 do pacote e tira a colheita, foi que no primeiro ano entregou a safra e ficou devendo. Renegociou para três anos para pegar dinheiro de novo. Porém, a renegociação é 20% em cima por parcela. Foi três anos assim, a dívida ficou grande, ele acabou vendendo a terra para pagar tudo o que devia. E, com a sobra, restou investir aqui onde a terra era mais barata. Ainda que ele ficou com as máquinas para recomeçar (Laércio, assentado Mercedes, 24/10/2013).

Efetivamente, o endividamento agrícola é um fenômeno que pode levar em última instância a perda da posse da terra a partir do relacionamento estabelecido com qualquer firma, revenda agrícola ou banco, e isso não é uma particularidade dos assentados que estamos examinando. Entretanto, o que distingue esse tipo de situação que aqui descrevemos é que o uso da terra era objeto de interesse do empresário, pois tanto sua exploração constitui um dos seus ramos de negócio, como essas práticas de controle das lavouras colaboram para a ampliação de sua área de influência. Poderia, como parece ocorrer em outros casos de modalidades de integração similares, que o dono da revenda agrícola, após financiar o assentado e daí ser gerada uma dívida, ele próprio implantava as lavouras de soja sobre o lote, utilizando as estruturas produtivas de suas fazendas (máquinas, funcionários, dinheiro) com consentimento do assentado. Em algumas situações similares, os sócios profissionais liberais de uma dada revenda agrícola ou firma, ainda que não

possuindo terras e estrutura produtiva, investiram em lavouras de soja utilizando terras de clientes endividados mobilizando assentados para o uso da terra, mobilizando o apoio do sócio fazendeiro ou produtor.

A descrição desses dois casos serve para demonstrar que, ao menos nesse contexto, determinadas formas de integração construídas pelos assentados que lhes permitiram participar da produção agrícola, muitas vezes, tratavam-se de modalidades estabelecidas com um mesmo agente que controlava a fazenda e a firma ou revenda agrícola. Essas duas dimensões quando associadas propiciavam múltiplos dispositivos para o agente dominante se instalar e manter os assentados em relação de dependência, nesse caso em particular. De parte dos assentados, esses múltiplos dispositivos – desde a concessão de “pacotes”, de acesso ao trabalho nas fazendas ou revenda agrícola para si ou para os filhos, da parceria para plantar seus lotes, da cessão de máquinas, entre outras – constituíam-se como formas de “ajudas” possíveis que esperavam ter à disposição a partir da construção e manutenção de vínculos de proximidade com esses agentes.

Sem a pretensão de classificar essas modalidades de relações entre assentados e empresários/produtores nos distintos modos de dominação²⁰⁶, tal como formulado por Bourdieu (2009), cabe a constatação da existência de traços descritos nos estudos sobre a dominação tradicional em interface com estruturas dos chamados “mercados de *commodities* agrícolas”. Referimo-nos, especialmente, sobre as situações em que a revenda agrícola e a firma regional, ainda que localizadas nas vilas e pequenas cidades, em algumas situações, pareciam cumprir um papel similar ao “barracão” estudado

206 Para isso seriam necessários maiores investimentos em pesquisa, tanto na bibliografia específica quanto em pesquisa de campo sobre esse contexto, visando obter dados sobre esses agentes dominantes, o que foge dos objetivos deste trabalho. Para mais sobre dominação tradicional, ver os trabalhos de Palmeira (1977) e de Heredia (1989).

por Garcia-Parpet (2008, p. 77-78), como parte das estruturas do sistema de dominação tradicional do engenho no Nordeste. Ainda que não trabalhando com produtos alimentícios e não situada nos limites territoriais das fazendas, a revenda agrícola aparece operando o crédito, pelo qual gerava o endividamento, e este conduzia em última instância ao controle sobre a lavoura de seus clientes por parte de um mesmo agente (que, além de empresário, era também produtor ou fazendeiro), permitindo que este ampliasse sua área de influência.

De qualquer forma, tudo nos leva a crer que analisar a relação entre assentados e empresas ou assentados e fazendas, ao menos no contexto estudado, pode incorrer em certas lacunas analíticas, ao desconsiderar que tanto a fazenda quanto a empresa constituem dimensões de uma mesma relação social. Se nas transações comerciais com as firmas e revendas agrícolas é onde aparece a maior parte das situações de endividamento, a solvência dessas dívidas, em tese, passaria pelo pagamento em dinheiro ou produto soja. “Para as firmas, interessa receber a produção, porque eles ganham em cima, e esse é o negócio delas”, afirmou um assentado considerando que a gestão de uma firma do ramo – em termos de sua estrutura, produtos e processos – fosse plenamente autônoma e estivesse circunscrita a um ramo de negócio específico. Interessava receber produção, porque ela constituía como o objeto de sua existência e das transações comerciais a ela associadas. Contudo, parece haver inúmeros casos que essa dinâmica não se esgotava na própria firma, e isso tem implicações quando pensamos as formas de integração construídas com determinadas categorias que formavam sua clientela.

4.3. Controlar os negócios

Na seção anterior, procuramos mostrar como os assentados buscavam estabelecer relacionamento com os agentes dos circuitos dos negócios, especialmente as firmas regionais e revendas agrícolas, como caminho para concretizar a lavoura de soja. Sabemos,

entretanto, que relacionar-se com empresas, intermediários, com pessoas que “vivem dos negócios” não é algo específico nem do universo de pesquisa tão menos dos assentados que produzem soja. O que muda efetivamente é a forma como se dá esse relacionamento e a capacidade que os assentados (ou produtores), em diferentes condições, podem ou não controlar essas operações de venda de produtos agrícolas e aquisição dos meios de produção necessários à efetivação dos ciclos agrícolas.

Quando observamos os estudos realizados entre pequenos produtores de Pernambuco²⁰⁷, por exemplo, vemos que estes vendiam seus produtos diretamente aos consumidores, por vezes, a outros feirantes ou a intermediários. Ainda que o foco principal era vender os produtos como meio para sustentar suas famílias, eles possuíam o pleno controle dos produtos que produziam no momento da venda. Não era esse o caso dos assentados que mexiam com as lavouras, cujos produtos agrícolas (soja e milho) já estavam comprometidos com firmas, revendas agrícolas e bancos, por meio de diversas modalidades de crédito antes da realização do próprio ciclo agrícola. Então, “fazer negócios” nesse contexto, não é o mesmo que tratar da negociação dos seus produtos quando o pequeno produtor (ou assentado) controla plenamente o resultado do seu trabalho durante o ciclo agrícola, principalmente pelas implicações que isso poderia trazer para a efetivação do sustento

207 Referimo-nos especialmente às análises sobre os negócios presentes em Heredia (1979, p. 84-86); Garcia Jr (1983, p.75-76; 1989, p. 105-109). Para exemplificar, vemos que no estudo de Garcia Jr. (1983, p. 75-76) os pequenos produtores optavam por uma série de produtos agrícolas com os quais tinham o controle do processo produtivo, evitando produtos estritamente comerciais. Assim, entre outras coisas, controlavam o produto de seu trabalho e necessitavam de poucos recursos, para além do próprio trabalho, para efetivar o ciclo agrícola. Nessas condições, o pequeno produtor tinha maior controle sobre as operações de venda dos seus produtos podendo este, muitas vezes, definir o próprio preço. Modalidades de produção como a soja e o milho permitiam pouca margem de decisão aos assentados, muito diferente dos pequenos produtores estudados pelo autor.

do grupo doméstico, conforme detalhamos no Capítulo 2. Ainda assim, tanto entre pequenos produtores do Nordeste como entre os assentados que estamos examinando, o nível de controle possível de ser exercido por esses agentes é de extrema relevância na objetivação do próprio controle de suas economias domésticas.

Novamente, a expressão controlar ou se controlar aparece com força, e é sobre ela que dedicaremos atenção nesta seção. Todavia, mais do que examinar formas de controle que operam por meio de trocas de opiniões ou acusações, preferimos dedicar atenção ao que Weber F. (2002, p. 172-173) chamou de “práticas de (auto) controle” dos agentes que integram as racionalidades nativas e se manifestavam, por vezes, de formas variadas em diferentes cenas sociais, especialmente, diante de lógicas econômicas impostas por outros agentes. Inspirando-se na mesma autora, foi possível perceber determinadas práticas de autocontrole (ou práticas de controlar) a partir das maneiras próprias de calcular, implícitas e quase nunca anotadas, utilizadas para fazer negócios de compra, venda, pagamento de contas e assim por diante (WEBER F. 2011). Eles seriam como dispositivos para lidar com os preços agrícolas, planejar o ciclo agrícola e tomar decisões de negócios a serem efetuados ou não com vendedores, técnicos, fazendeiros e outros assentados.

Associado a essa discussão, apresentamos nas seções anteriores um conjunto de esforços dos assentados para se aproximar das firmas, revendas agrícolas e demais agentes do circuito dos negócios, particularmente, para acessar os meios de produção (“pacotes”) para viabilizar a implantação de lavouras. Essa inserção se mostrou seletiva e como um fator de distinção em determinados momentos, além de ser marcada por diversos dispositivos que geravam dependência dos assentados.

O relacionamento com os profissionais que atuavam em firmas, revendas agrícolas, oficinas, escritórios contábeis, cartórios, segundo percepção dos assentados, era onde estes identificavam as maiores possibilidades que poderiam provocar a “perda do controle” sobre a lavoura e, com efeito, sobre a própria economia

doméstica, contudo, não era possível efetivá-la sem aproximar-se desses agentes. Por isso, era parte do cotidiano o uso de diversas estratégias visando garantir algum nível de controle sobre as transações comerciais, sobre os financiamentos, sobre as compras e vendas no âmbito das interações com os agentes com os quais negociavam.

No caso da integração com as firmas e revendas agrícolas, particularmente, nos financiamentos dos ciclos agrícolas, foi onde isso ficou mais evidente. Se, por um tempo, o acesso a esses canais de financiamento se constituiu em um diferencial e permitiu a implantação de lavouras para muitos assentados, ele também era o fator que gerou a ruína e a exclusão de outros do próprio assentamento. Nesses termos, era entre os assentados que se integravam as firmas, que pareciam mais situações de “descontrole”. Essas situações se manifestavam no endividamento, na perda da terra, no deslocamento para “terras novas”, mudança de atividade ou ainda efeitos diversos e singulares no âmbito das famílias.

Nesse sentido, ganhava força entre os assentados a ideia de “plantar por conta”, como estratégia que visava não ao isolamento ou ao afastamento do relacionamento com as firmas e as revendas, mas diminuir a dependência dos financiamentos concedidos pelas mesmas para plantar a soja e o milho. Ainda que funcionando mais como “um deve ser” do que como algo praticado efetivamente pela maioria dos assentados, constituía-se como uma referência a partir da qual se desenvolviam estratégias em sua direção. As questões, contradições e dilemas produzidos na busca por dispor de maior controle sobre as transações comerciais e a produção agrícola dentro das condições de possibilidade existentes tornam-se, assim, um plano interessante para ser examinado, e o faremos nas subseções a seguir.

4.3.1. Negócio seguro e negócio arriscado

A tentativa de examinar os dispositivos utilizados pelo grupo estudado para estabelecer algum grau de controle sobre os seus negócios diante das múltiplas faces e relações sociais colocou em evidência algumas formas singulares de classificar tanto o ato como o próprio comportamento de quem o realizava. A oposição entre negócio “arriscado” e “seguro” vinculada a diferentes práticas adotadas pelos assentados diante de circunstâncias similares – particularmente na forma de lidar com os preços agrícolas e pagamento das contas do ciclo agrícola – pareceu-nos interessante para refletir sobre as possibilidades e limites de os assentados que produziam soja controlarem seus negócios.

“Negócio é coisa complicada”, expressão comum entre os assentados que acenava para a preocupação quanto ao comportamento nos circuitos dos negócios, considerando o espaço onde se pode “ganhar”, mas, sobretudo, que se pode “perder”, sendo seus efeitos mais graves que os próprios fatores naturais ou técnicos que pudessem ocasionar perdas de produção no ciclo agrícola como: excesso de chuvas, sementes ruins, momento inadequado para o plantio, entre outros. Nesse sentido, lidar com os negócios, mais que outra situação, exigia (auto) controle. O que significava isso do ponto de vista das práticas do grupo estudado? Um assentado entrevistado ao se referir a diversas situações vividas no assentamento avaliou:

O problema é que se a soja está em R\$ 50 a saca, o pessoal acredita que vai a R\$ 55 a saca. Fazem o negócio em dólar, e não travam o valor. No ano passado, quando fizeram o pacote, o dólar era R\$ 1,90, hoje, há poucos dias, chegou a R\$ 2,40, quem paga essa diferença de R\$ 0,60? É mais produto que precisa para pagar a mesma conta, tudo porque se quis arriscar um pouco mais (Valdomiro, assentado em Ipiranga do Norte, 04/11/2013).

O significado associado ao termo “arriscar” nesse contexto específico estava relacionado a práticas que permitiriam reduzir drasticamente o tempo de obtenção de um dado resultado econômico. No que tange aos negócios, a crença que seria possível vender a soja a um preço 10 a 20% superior, por exemplo, significava que esse valor obtido no jogo de negociar poderia ser alcançado em tempo infinitamente menor que sua obtenção por meio do tempo de trabalho ou ainda do próprio ciclo agrícola. Era exatamente a possibilidade de “ganhar” ou “perder” em tempo infinitamente menor em relação a outras atividades que tornava o negócio algo “complicado”. Examinemos a seguir duas situações associadas aos negócios agrícolas e os comportamentos considerados “arriscados” e “seguros” entre os assentados.

Uma primeira situação ocorreu no ciclo agrícola do milho de 2012. Segundo nossos dados, dois assentados vizinhos dispunham de 10 mil sacas de milho e uma dívida do “pacote” em uma mesma firma variando entre R\$ 90 mil a R\$ 110 mil. O preço da saca de milho variou entre R\$ 18 no início do ciclo agrícola a R\$ 9 no período pós-colheita e momento do pagamento dos financiamentos. Diante desse cenário dos preços agrícolas e de dívidas a pagar, suas decisões não foram iguais.

O primeiro assentado acreditou na expectativa de venda do milho a R\$ 24 a saca, o que permitiria alcançar R\$ 240 mil. Apostou na elevação do preço e, portanto, na possibilidade de “ganhar mais”, conforme foi nos relatando. O resultado foi o contrário do esperado, pois toda a produção de milho foi vendida a R\$ 9 – totalizando R\$ 90 mil, sendo insuficiente para quitar as dívidas do ciclo agrícola, exigindo sua renegociação com a firma. Esse comportamento foi classificado como um “negócio arriscado”, pois o assentado “perdeu”, na expectativa de “ganhar mais”, apostando que a venda da produção a preços mais elevados permitiria suprir algumas de suas necessidades ou anseios de investimento. Diante da mesma situação, o segundo vendeu, antes da colheita, a quantidade equivalente para pagar o pacote na firma, o que requereu 7.000 sacas de milho

a preço de R\$ 16 alcançando R\$ 112 mil. A quantidade restante, 3.000 sacas, foi considerada “sobra” e foi vendida a R\$ 9, totalizando R\$ 27 mil, para uso das despesas da casa durante o ano. O somatório da venda para esse caso alcançou R\$ 139 mil. Esse comportamento foi classificado como “negócio seguro”.

Apresentado nesses termos talvez essa contabilidade, não apresente nada distinto do que fazem os economistas, contadores ou administradores. Contudo, seria reducionista se simplesmente classificássemos, como fazem os analistas financeiros, entre uma prática que visou minimizar os riscos e a outra que visou maximizar ganhos. Observa-se que, segundo nosso entrevistado, a diferença entre um negócio e outro estava na “forma de fazer a conta”. A tentativa de “ganhar mais” presente na primeira “conta” era apenas uma expressão de alguém que pretendia, para além da dívida na firma, comportar a ampliação dos investimentos na lavoura; nesse caso em particular, comportar a parcela do financiamento de aquisição de um trator como parte da estratégia de ampliar a composição de terras com lavouras por meio da mobilização com dois vizinhos e, sobretudo, comportar a existência de um novo grupo doméstico – do filho “mais novo”, 24 anos, recém-casado. Nesse sentido, a tentativa de “ganhar mais” não pôde ser pensada como um mero cálculo em si mesmo, mas uma forma de calcular que traz implícita a tentativa de “acelerar” o ritmo (da lavoura), tendo, em geral, uma finalidade muito clara da destinação do valor “a mais”, caso ele viesse a se efetivar.

Há que distinguir que essa perspectiva de “ganhar mais” não era a mesma que integrava as práticas corriqueiras dos corretores e administradores que lidavam com os preços agrícolas para os quais negociar, além de ser sua atividade de sustento familiar, carregava o pressuposto “ganhar mais” como seu objetivo fim (racional)²⁰⁸, não se colocando em questão algum tipo de propósito, não ao menos nos termos efetivados pelo assentado que estava informado pela

208 Cf. Max Weber (2009).

condição de seu grupo doméstico. Ainda que a classificação desse negócio como “arriscado” assumisse alguma inspiração nas práticas dos corretores e representantes das firmas em termos do objetivo último de “ganhar mais”, ele se distinguia dos mesmos, pois estava orientado pelo anseio de ampliar a lavoura levando-se em consideração a inclusão do filho em idade adulta e de uma nova economia doméstica. Nesses termos, não se tratava de um ganhar como um comportamento previsto pelo sujeito fictício do *homo economicus*, o qual teria faculdades correspondentes ao sistema capitalista e que serviria de modelo de racionalização de toda a experiência. A forma de “fazer a conta” operava como uma recriação inventiva das disposições adquiridas, uma espécie de adaptação (GARCIA-PARPET, 2013) que também servia como dispositivo para convencer os outros e si mesmo da possibilidade de reduzir o tempo necessário para ampliar as lavouras.

Quando falamos em adaptação, é porque a sua forma de “fazer a conta”, em certa medida, evidencia a maior aceitação das regras do que Florence Weber (2000) chama de “sistema de fixação de preços”, o qual exigia dos agentes um comportamento racional baseado em cálculos e previsões sobre um futuro abstrato para orientar a tomada de decisão quanto à venda ou pagamento de uma dívida. Contudo, o negócio tornou-se “arriscado”, segundo nossos dados, porque ele apostou em um dispositivo para crescer que se opunha ao trabalho na própria lavoura. Uma barganha obtida no jogo dos preços agrícolas lhe permitiria ganhos em tempo muito menor que o tempo dos ciclos agrícolas, por exemplo. Contudo, isso implicava em adentrar em um jogo no qual suas possibilidades de controle do negócio era limitada.

No caso do segundo assentado, a ideia de “segurança” não estava associada somente à priorização do pagamento da firma (“não ficar devendo”) como prática que visava evitar riscos, como se costuma caracterizar o comportamento econômico de muitos grupos sociais. Cabe pensar em que riscos estava disposto a correr para garantir os “gastos da casa”. O “descontrole” na lavoura, especialmente, nos

negócios associados a ela traria implicações diretas sobre o âmbito da casa ou, por vezes, de várias economias domésticas, considerando que determinadas composições de lavoura eram formadas pela mobilização de vários assentados. Isso exigia adotar, como era usual, não só um ajuste entre o que foi obtido no ciclo agrícola, mas também os “gastos” das várias unidades domésticas vinculadas.

Nota-se que muitas vezes o resultado da lavoura de soja e milho era deficitário. Suportá-lo, além de renegociações de dívidas, geralmente envolvia sacrifícios no âmbito dos vários grupos domésticos, que muitas vezes retiravam recursos obtidos em atividades tidas como complementares, como salários dos filhos ou esposa, ou vendiam alguns animais, caso os tivessem. Por isso, muitos assentados optavam pela venda da soja por um preço considerado “razoável”²⁰⁹ a partir da avaliação que quitar a dívida preservaria certa quantidade de produto agrícola como “sobra” para equilibrar o ciclo de consumo anual no âmbito da casa. Em suma, o controle aparece a partir do estabelecimento prático do uso dos recursos a serem obtidos na lavoura que sobrepunham a flutuação dos preços agrícolas. Ele entendia que, dessa forma, a “sobra” poderia ser gerida integralmente por ele e destinada a necessidades da família, ao passo que o prolongamento do momento da venda aguardando um preço maior poderia eximir o assentado do controle de todo o produto que dispunha.

Uma segunda situação. Em 2013, as firmas estavam comprando soja por meio do instrumento de Contrato Futuro²¹⁰ a R\$ 50, e

209 Esse exame se inspira em Pierre Bourdieu quando observou que o comportamento econômico de cada agente é função menos de suas estratégias e cálculos explícitos do que seu “senso do jogo” adquirido ao longo de sua trajetória social. O autor substitui o termo “racional” por “razoável” para exprimir essas modalidades de ação que não se encaixam nas formulações da teoria neoclássica (GARCIA-PARPET, 2013, p. 96).

210 Modalidade de compra do produto agrícola (soja) operado pelas firmas em momento anterior ao período da colheita do mesmo (ou do próprio ciclo agrícola). Nesse momento fica estabelecido o valor da venda (preço) que

quase ninguém havia se interessado em negociar, pois, como foi nos informado, a maioria acreditava na possibilidade que o preço superaria R\$ 60 nos meses seguintes, o que de fato aconteceu. Valdomiro, ao contrário, não esperou e negociou mil sacas de soja, equivalente a 40% do que ele recebia do arrendamento da terra. Esse valor lhe permitiu fazer outro negócio, ou seja, quitar as parcelas do apartamento da filha recém-casada em Cuiabá. Novamente, vê-se que a venda considerou um preço da soja considerada razoável e a possibilidade de “ajudar” a filha no acesso a sua moradia. Ao definir essa finalidade, observou que agiu de forma “segura”, evitando que o fazer negócios se tornasse uma espécie de atividade em si mesma. O que estava em jogo ao fazer esse negócio era o uso de suas reservas em produto/soja acumulados da renda da lavoura para apoiar a filha.

O que estamos considerando é que as experiências de assentados objetivando “ganhar mais”, classificadas como “negócios arriscados”, ainda que orientados pelas necessidades dos membros do grupo doméstico, eram distintas das práticas de agentes especializados em negócios agrícolas, como os corretores. Entretanto, tais práticas acabavam por assumir maior aproximação do horizonte dos cálculos praticados por estes, ao levar em consideração previsões, estimativas, tendências de “mercado” nem sempre tão manipuláveis pela maioria dos assentados, ainda que pudessem acompanhar a cotação da bolsa de Chicago em seus celulares. Essa diferença entre as formas de “fazer a conta” aparecia inscrita nos circuitos dos negócios, sobretudo, constituindo um discurso corrente nesse meio, muitas vezes, reproduzido pelos próprios assentados, conforme aparece nos relatos a seguir:

Muitos assentados cresceram rápido. Com 300 hectares, agora tem no celular a cotação da bolsa de Chicago. Tudo foi muito rápido, aumentou a área,

será pago no prazo final do contrato, geralmente seis a oito meses depois, no pós-colheita.

mas também continua só pensando em trabalhar e produzir (Fábio ex-assentado, atualmente corretor de imóveis em Ipiranga do Norte, 22/09/2014).

O pessoal só sabe trabalhar, mas tem que acompanhar o mercado, os negócios. Duas horas que tu não acompanhas, pode perder de ganhar dinheiro de uma safra. Mas a maioria não sabe lidar muito com essa parte. Sabe produzir, lidar com a lavoura, mas pra fora não sabe lidar muito bem (Lineu, assentado e vice-prefeito de Ipiranga do Norte, 20/09/2014).

Nessas críticas direcionadas aos assentados de modo geral aparece a oposição entre “lavoura/negócio”, que também pode ser lida como uma outra dimensão da oposição “plantar/não plantar”²¹¹. Os agentes especializados destacavam a importância de produtores e assentados dedicarem maior atenção e tempo no trato com os negócios, não considerando estes somente entre as tarefas complementares à lavoura. De um lado, questionavam a ideia predominante entre os assentados que as práticas de negociar associadas ao “não plantar”, de outro lado, atribuíam aos negócios agrícolas as maiores possibilidades de obtenção de ganhos que a própria produção agrícola *stricto sensu*. Isso fica evidente na afirmação: “em um negócio tu perder de ganhar mais que uma safra”²¹². Essas concepções também traziam implícitas relações sociais, que tornariam possíveis exercê-las. Ou seja, aqueles que controlavam determinadas composições de áreas de lavoura deveriam dedicar a maior parte do seu tempo aos negócios agrícolas e menos ao trabalho diretamente sobre a lavoura, inspirando-se na relação patrão/empregado²¹³. Nesse

211 A associação entre “agricultura/trabalho” e “negócio/não trabalho” observada a partir de nossos dados já havia sido formulada em Garcia Jr (1989, p. 138), e sua leitura nos inspirou para a elaboração desta análise.

212 Registro no caderno de campo de entrevista com o assentado e vice-prefeito de Ipiranga do Norte (20/09/2014).

213 A importância atribuída ao gerenciamento dos negócios e do produtor dedicar mais tempo ou especializar-se na gestão, na administração, compunha um dos traços daquilo que vem sendo chamado de “agronegócio”, conforme

sentido, deveriam delegar a outros (familiares ou não) as tarefas agrícolas a serem executadas nos cultivos agrícolas. Em suma, dar mais importância prática aos negócios que ao trabalho na lavoura implicava em primeiro, admitir que “negociar” também era uma forma de trabalho, o que afrontava as “disposições incorporadas” (BOURDIEU, 2009) da maioria deles, conforme aparece no relato do corretor acima. E, em segundo, adotar as práticas de negociar como o mecanismo mais importante de “ganho”. Significava assumir a entrada nos circuitos dos negócios mirando não somente a barganha própria dos negócios – compra e venda de produtos, acordar a tomada de financiamento, por exemplo – mas o objetivo último de sempre “ganhar mais”, aspecto que poderia não estar em acordo com as classificações de negócio seguro a que nos referimos anteriormente.

Avançando um pouco mais nas diferenças na forma de “fazer a conta” como tentativa de (auto) controle dos/nos negócios, vamos examinar como isso ganhava expressão com relação aos financiamentos do ciclo agrícola das lavouras. Os dados coletados a partir de alguns assentados permitem examinar esse aspecto:

Lauro: Tu tens que administrar conforme aquilo que tu tens e conforme aquilo que tu faz e nunca comprometer tudo o que tu ganha. Eu sempre trabalhei assim. Sempre colhi 55 ou 60 sacas, uma vez deu 65. Mas eu comprometo 45, no máximo 48 sacos. Sempre calculo assim, eu tenho que ter 50 para garantir. Se tu comprometer isso, aí o que der a mais é o teu.

Pesquisador: Então tu vens há anos utilizando esse balizador?

Heredia et. al. (2010, p. 160). Essa ênfase que identificamos entre alguns assentados do universo de pesquisa, embora ainda sutil, certamente toma como modelo os demais produtores da região que, devido à complexidade de suas operações comerciais e financeiras, dedicam a maior parte de seu tempo a essas atividades e menos à realização das tarefas sobre a lavoura propriamente ditas, conforme identificou Almeida (2013, p. 166).

Lauro: Isso. O pessoal se ilude com a coisa... “não, esse ano a expectativa é boa, vai ter preço bom, eu posso comprometer 55”. Aí chega na hora, cai o preço, dá algum tipo de frustração. No ano passado, eu perdi 4.000 mil sacos na lavoura que não consegui colher, mas Graças a Deus e se eu tivesse comprometido com as firmas mais que essa minha conta, eu estaria no vermelho.

Pesquisador: Porque é muito fácil se empolgar nesses momentos, é fácil conseguir dinheiro emprestado, aí o pessoal vai...

Lauro: Na safra do ano retrasado, nós vendemos a R\$ 60, mas nessa safra aqui, quem vendeu com mais vendeu a R\$ 50. Hoje tá R\$ 42 ou R\$ 43... Aí o pessoal pensa “não, ano passado eu vendi a R\$ 60, então posso comprometer 60 sacos”. Não, não é assim, parece que se foi a R\$ 60 nunca mais vai vim pra R\$ 50! Não tem como, o cara que se basear em cima de uma produtividade quem nem deu ano passado, não tem como... Nunca é a mesma coisa. O milho mesmo nesse ano passado eu vendi uma parte a R\$ 25, mas deixei uma parte lá e vendi a R\$ 12... (Assentado em Ipiranga do Norte, 26/10/2014).

Ao se referir no primeiro momento ao “gastar conforme o que ganha”, coloca em evidência o cálculo no qual os ganhos obtidos, sendo nesse caso predominantemente oriundos da lavoura, estabelecia o “gasto” que poderia ser realizado no âmbito da casa durante o ano. Expunha o cálculo específico realizado pelos camponeses para equilibrar a produção e o consumo das unidades econômicas familiares, segundo a formulação teórica de Chayanov (1966). Mas o esforço, primeiro no que tange à lavoura, era “fazer sobrar” alguma coisa ao final do ano agrícola, após realizada a colheita e efetuados os negócios referentes ao pagamento de financiamentos e venda do produto. Nesse sentido, os assentados costumavam “fazer uma conta” a mais, ou seja, uma espécie de “fluxo de caixa”

referente ao desembolso em dinheiro ou produto agrícola, no qual calculavam as receitas e as despesas (sem registro no papel) referentes ao ciclo agrícola da soja e do milho, isoladamente.

Tal ato parecia ter relação, tanto com a finalidade com que esses produtos eram pensados para dar conta das necessidades do grupo doméstico como o potencial desses produtos em relação ao endividamento. A “conta” apresentada por Lauro a qual tinha como base o “quanto poderia comprometer”, só é compreendida se ponderarmos que antes dela há um cálculo relativo ao quanto é necessário (“quanto precisa”) no âmbito da casa, levando-se em consideração aquele ano agrícola e as especificidades dos diversos membros segundo o gênero e o ciclo de vida conforme já discutimos no Capítulo 2. A partir dessa outra conta, ele sabia o quanto precisaria obter da lavoura de soja e milho para dar conta dessa demanda.

Mas a ameaças que incidem sobre a possível expectativa de “sobra” da lavoura para atender ao “quanto é necessário para a casa durante o ano” eram decorrentes de vários fatores. O principal deles, certamente, refere-se ao não controle dos meios de produção (sementes, adubos, produtos químicos), sujeitos não só à flutuação de preços, mas ao controle das empresas do ramo e à própria falta de controle sobre o produto agrícola após a entrega nas firmas. Nesse sentido, o cálculo do “quanto se pode comprometer” leva em consideração a “despesas da casa” e, a partir dele, estabelece um segundo cálculo específico relativo à própria lavoura de soja. Inspirando-se em Weber F. (2002), podemos dizer que se trata de um cálculo de adição, ou seja, é estabelecido um teto máximo para as despesas decorrentes dos meios de produção ligados ao ciclo agrícola visando preservar uma sobra para o quanto precisa para as “despesas da casa”.

Esse parâmetro prático, ou um cálculo simples, mas que tem, ao mesmo tempo, significados numéricos e estratégicos (WEBER, F. 2011, p. 3), de um lado, tentava orientar sua margem para fazer negócios (comprar insumos e máquinas, tomar financiamentos),

evitando, portanto, “negócios arriscados”, e de outro, imputar no cálculo da lavoura uma estimativa de sobra visando as necessidades do grupo doméstico naquele momento, objetivando preservar o consumo dos seus membros. Essa referência era construída a partir da expectativa de uma produtividade mensurada em sacas/hectare e um preço médio da saca de soja. Lauro utilizava a referência de 45 sacas de soja por hectare e preço de R\$ 50 pela saca de soja vendida, considerados medidas bem abaixo dos patamares atingidos nas suas próprias lavouras nos últimos anos. Ao expressar esses valores, criticava a “forma de fazer a conta” de outros que utilizavam referências mais elevadas como, por exemplo, 60 sacas de soja por hectare de produção e preço de R\$ 65 a saca.

Comparativamente uma conta feita a partir de 60 sacas e não de 45, fazia crer em maiores possibilidades de solvência de dívidas, de fazer investimentos na lavoura ou ainda mais dinheiro para suprir os “gastos da casa”. Habitualmente, vendedores de máquinas costumavam demonstrar a facilidade de pagar um financiamento ou a compra de uma máquina agrícola, por exemplo, a partir de um cálculo que comumente colocava a expectativa de produção e do preço do produto em patamares mais elevados, conforme relatou um filho de assentados:

Quando a coisa estava boa era fácil pegar dinheiro no banco, as firmas oferecem, têm os vendedores de máquinas que calculam que vai dar R\$ 9 mil a R\$ 10 mil uma parcela de trator com o preço alto da soja, tipo a R\$ 60 o saco. Aí na conta deles paga facilmente (Fabrício, filho de assentado, 27/09/2014).

Exatamente diante de agentes como esses que a conta de assentados como seu Lauro servia de contraponto. Era apresentada como um dispositivo prático, baseado em suas experiências, mas que de alguma maneira também estava inspirada em uma fórmula matemática compartilhada pelos agentes do mundo dos negócios que a reconheciam, porém, adotando seus próprios parâmetros

para fazer negócios e assim dispor de um melhor controle sobre os mesmos (WEBER F., 2000, 2002). Segundo alguns assentados, “fazer a conta” a partir do preço mais elevado praticado para um produto na região em algum momento específico ou a partir da maior quantidade produzida na lavoura era o mesmo que lançar-se no mundo dos “negócios arriscados”.

O que estamos tentando demonstrar é que uma prática de calcular, que envolvia noções próprias de medição, mensuração e avaliação aplicados²¹⁴ no âmbito da lavoura, em especial, tornava-se um mecanismo que objetivava estabelecer algum nível de controle nos negócios. A partir disso, perguntamo-nos o que levaria alguns assentados a incorporar essa forma de contabilizar e seus parâmetros de preço e produção e outros não. É difícil dar precisão a essa resposta, embora seja possível construir algumas aproximações. Os dados que apresentamos nesta seção tomaram como base entre oito a dez casos os quais informaram que praticavam essa forma de contabilizar, assim como desenvolviam outras práticas na tentativa de controlar os negócios e torná-los mais “seguros”. Todos eles tinham em comum duas características.

A primeira característica é que em algum momento de suas trajetórias na lida com as lavouras e negócios agrícolas relataram experiências de endividamento, que classificou como “loucura” ou ato “arriscado”:

Eu te falo que faz uns anos pra cá que eu comecei a fazer a conta assim, porque eu já fiz loucura de fazer negócios com o preço lá em cima e achando que ia colher sempre 60 por hectare (Arno Reis, assentado, projeto Mercedes, 23/09/2013).

214 O texto de Heredia; Palmeira (2005) demonstra como as práticas de mensurar e quantificar presentes entre pequenos produtores compreendem um cálculo que objetiva o sustento da família, permitindo identificar o lugar desses agentes em uma sociedade maior.

Tratavam-se de experiências onde haviam intensificado o ritmo dos investimentos nas lavouras, os quais, em termos dos negócios, apostavam em colheitas mais elevadas e preços mais altos. Por circunstâncias particulares ou mais gerais decorrentes de crises econômicas, todos eles se endividaram e adotaram estratégias para superá-las que envolveu em grande medida reduzir as lavouras.

A segunda característica é que todos possuíam idade entre 55 a 65 anos, com filhos/as casadas que, seja na agricultura e em outras ocupações, já não necessitavam de apoio contínuo dos seus pais. Nesse sentido, se observarmos os ciclos de seus grupos domésticos, veremos que o momento que arriscaram ou que “fizeram loucura” coincidia com as fases dos filhos/as adultos, que tanto apresentavam maiores necessidades individuais como permitiam (principalmente aos filhos homens) maior disponibilidade e motivação para investimentos nas lavouras.

A combinação desses dois pontos certamente contribui para explicar seu rigor atual na tentativa de controlar os negócios. Assentados como esses eram classificados como “controlados” no contexto estudado. Almeida (2013, p. 166-167) examinou os termos “controlados” e “descontrolados” como atributos sociais entre produtores de Sorriso/MT. Nesse grupo estudado, esses termos serviam para classificar suas práticas e comportamento na condução dos negócios agrícolas, especialmente, em suas experiências de ampliar os meios de produção (terra, máquinas, área de lavoura plantada) ou bens de consumo. Considerava-se “controlado” aquele que operava o “crescimento” de acordo com sua capacidade de recursos disponíveis e lastro para o pagamento de eventuais dívidas adquiridas para esta finalidade. Nesses termos, o conteúdo do que se define como “controle” entre os assentados é similar ao que foi verificado entre outros produtores. Entretanto, comumente, as condições materiais dos assentados e assim suas possibilidades de ampliar negócios e lavouras possuíam grau expressivamente menor que outros produtores da região cujos meios de produção (terra, máquinas, volume de produção e posição nos circuitos dos

negócios) era bem maior. Por isso, uma mesma prática se operada tanto por um assentado como por um produtor (de fora do assentamento) pode ser classificada como situação de “descontrole” para um e para outro não.

Contudo, os dados que apresentamos demonstram que o mesmo agente pode, em dadas circunstâncias, viver situações de descontrole (e, portanto, ser reconhecido como “descontrolado”), não sendo este um traço estático, ainda que as disposições adquiridas ao longo de suas trajetórias devam ser consideradas na assunção da condição atual.

As experiências de descontrole eram vividas não por um indivíduo isolado, mas por grupos domésticos que se encontravam vinculados entre si, sendo partilhadas de diferentes maneiras. Isso para não afirmar sumariamente que os “mais velhos” tendiam a serem “mais seguros” e os “mais novos”, os que “arriscar mais”, sugerindo certa associação direta com o ciclo de vida, ainda que os dados nos apontassem essa direção. Na subseção seguinte, veremos que muitos filhos de assentado assumiam estratégias objetivando maior controle dos negócios, sobretudo, tentando diminuir a dependência dos financiamentos nas firmas para efetivar a lavoura. Um assentado, 34 anos, que trabalhava em uma revenda agrícola, por exemplo, demonstrou que também adotava a forma de “fazer a conta” de seu pai:

Pra fazer negócios, eu faço a conta a R\$ 42 a saca de soja, que é um preço superbaixo, porque não adianta fazer a conta quando o preço tá alto. Se você fazer a conta a um valor mais baixo como eu faço, se o preço estiver mais tanto melhor, porque aí fica seguro (Jonas, filho de assentado, 18/10/2014).

Havia uma coincidência entre a forma de “fazer a conta” dos negócios aqui descrita e o ritmo adotado pelo assentado no que tange às lavouras. Em momentos considerados “acelerados” devido

aos maiores investimentos em meios de produção e/ou das necessidades de consumo adotadas na fase do ciclo de vida dos membros do grupo doméstico, a dívida era gerada pelo desequilíbrio entre essas demandas e os resultados possíveis de serem alcançados na própria lavoura, conforme esclareceu o entrevistado:

O pessoal diz que não sobra o milho nesse preço. Sobra sim, só não vende quem não quer vender. Não é que não sobra, aquilo que sobra não dá conta das dívidas, do investimento ou do aumento das despesas da casa que muitos fazem, aí esperam que o preço seja maior para equilibrar as contas (Claiton, assentado e representante comercial, 25/09/2014).

Nesses momentos, o aumento das “despesas na lavoura” em meios de produção não era acompanhado pelo que era possível obter a partir do tempo de trabalho dos seus membros. Isso causava certo “desequilíbrio” o qual também exigia algum tempo para ser superado. Era nesses momentos que parecia haver uma tendência em atribuir maior peso aos negócios, sobretudo, às expectativas de “ganhar mais” de modo a compensar o desequilíbrio produzido²¹⁵. Como vimos, o tempo que regia os negócios, em regra, não era o mesmo que o tempo de trabalho seja no ciclo agrícola ou mesmo do trabalho assalariado, por exemplo. “Arriscar” nos negócios era apostar em uma forma muito rápida de reequilibrar as contas que não seria possível em outras atividades. O relato do entrevistado sugeriu que eram nesses momentos que muitos dedicavam maior peso e tentavam intensificar o “fazer negócios” com produtos agrícolas visando obter barganhas maiores. Isso ficou particularmente evidente no que tange às tentativas de “ganhar mais” a partir de

215 Essas formulações estão inspiradas no exame realizado por Garcia Jr. (1989, p. 105-107) no que tange ao equacionamento entre agricultura e negócio para fins de assegurar o suprimento do grupo doméstico.

negócios regidos pelos preços agrícolas, especialmente apostando no seu aumento como forma de compensar o desequilíbrio provocado pelo aumento repentino do ritmo dos investimentos na lavoura e/ou dos gastos na casa. Nesses termos, podemos identificar que há uma correlação entre a efetivação de negócios “arriscados” como uma das faces da adoção de ritmos acelerados em relação às estratégias de ampliar as lavouras ou as necessidades de consumo dos membros dos grupos domésticos envolvidos em uma dada composição de áreas de lavoura.

Essa reflexão, ainda que circunscrita a um universo social específico, corrobora com as formulações de Fernandez (2007, p. 200-206) sobre as crises agrícolas. Esse autor, ao examinar crise dos preços agrícolas no ano de 2005/06 que produziu grandes mobilizações de produtores em Mato Grosso reivindicando renegociação de dívidas, observou que essa “crise” se tratava de uma “crise de expansão”. Isso porque, para a maioria dos produtores, os custos adicionais decorrentes de um período de aceleração dos investimentos em novas terras e em máquinas não eram compensados pelo tempo de trabalho dos ciclos agrícolas e, dessa forma, havia uma expectativa que isso poderia ser compensado pelo aumento dos preços agrícolas (ou pelos negócios), o que não se efetivou.

4.3.2. Plantar por conta ou negociar com as firmas?

Quando discorremos sobre a relação entre os assentados e as firmas na subseção anterior, chamamos atenção, particularmente, para a forma como o acesso aos financiamentos nas firmas e vendas agrícolas se constituía como um mecanismo de distinção entre os assentados. Isso se verifica pelo contingente de assentados, especialmente os “cuiabanos” que ficaram fora desse circuito, o que colaborou para que sua participação na produção de soja, quando ocorreu, deu-se a partir da integração a outros assentados possuidores de melhores condições econômicas ou mesmo produtores fora do assentamento. Também destacamos a existência de outro

contingente que, ou pelo maior número de membros adultos no grupo doméstico, ou mobilizando familiares ou vizinhos, conseguiram reunir os recursos financeiros para, ao menos, durante alguns anos agrícolas, plantar arroz ou soja sem os financiamentos. Foram estes que “plantaram por conta” por encontrarem fechadas as portas das firmas e revendas agrícolas. Nesses termos, fazê-lo aparecia como uma condição desfavorável e inferiorizada em relação aos outros que acessaram os “pacotes” nas firmas desde os primeiros anos do assentamento. Para a maioria dos que puderam contar com financiamentos desde os primeiros anos no assentamento, isso lhes permitiu a ampliação das terras em uso, a aquisição de máquinas e uma maior inserção nos circuitos dos negócios em relação aos demais. Guardadas momentaneamente as especificidades, interessa considerar que “plantar por conta” significava para a maioria “ir devagar” ao passo que financiar nas firmas era uma das condições essenciais para, como disse um assentado, “pisar no acelerador”.

Contudo, essa condição percebida como desfavorável no final da década de 1990 até meados da década de 2000 parece passar por uma revalorização. Efetivamente, as experiências de relacionamento dos assentados com as firmas e revendas colocavam em evidência um conjunto de mecanismos que diminuía suas possibilidades de exercerem o controle sobre a lavoura e, conseqüentemente, sobre suas famílias e o uso da terra. Se os negócios de modo geral incidiam sobre as práticas dos assentados orientadas por suas concepções de tempo de trabalho, o relacionamento com as firmas e revendas agrícolas apresentava determinados mecanismos que afrontavam as possibilidades de controle sobre o produto desse trabalho, particularmente, sobre o produto agrícola e sobre os instrumentos necessários para realizar o trabalho (insumos, máquinas etc.). Vejamos o que diz um assentado que, por alguns anos, alcançou essa condição:

Eu hoje estou alicerçado. Eu não quero uma coisa que eu vi na vida: os meus maiores inimigos, quem foi? As firmas e o banco. Não são parceiros

nossos não. Muita gente se ajoelha na frente, porque estão conseguindo manter o crédito. Mas esse crédito é um negócio falso. É falso, porque todo ano eles dependem. Eles nunca lutaram por uma liberdade financeira, por uma independência financeira (Arnaldo, assentado Ipiranga do Norte, 22/09/2014).

A expressão “plantar por conta” era utilizada entre os assentados para se referir a possibilidade de realizar um cultivo agrícola sem fazer uso de recursos obtidos por meio de financiamentos, sobretudo em firmas, revendas agrícolas e bancos. Pressupunha a realização do ciclo agrícola dispondo, ainda que por meio de redes, de todos os recursos necessários para efetivá-la, que para Arnaldo era sinônimo de “liberdade financeira” e do aumento do controle sobre a lavoura. Nesses termos, estava em oposição ao “plantar com financiamentos”, que significava plantar dependendo de recursos (insumos, sementes e dinheiro) de outros agentes. Possuir todos os recursos necessários para o ciclo agrícola era percebida como a condição máxima que permitia o controle da lavoura e, portanto, da destinação do produto obtido e do tempo de condução de trabalho, condições básicas para exercer a gestão do cálculo econômico do grupo doméstico.

“Plantar por conta” também permitiria outra maneira de participar dos negócios agrícolas, acreditavam os assentados, dependendo menos das firmas. Ao contar com dinheiro, por exemplo, a negociação com as firmas consistia em acertar a compra de insumos e sementes necessários ao ciclo agrícola. Nesse ato, estabelecido o acordo (ou negócio) da compra e o pagamento, essa transação, ainda que inscrita em uma relação pessoal mais ampla, tornava-se apenas uma transação mercantil, não funcionando como meio para instaurar uma dívida entre as partes, cujo objeto apropriado era o produto agrícola a ser cultivado. No momento da colheita, o produto agrícola, mesmo que depositado nos armazéns das firmas, não era objeto de apropriação, *a priori*, pela mesma para quitar os financiamentos tomados anteriormente. Sem contar com o dinheiro

para comprar insumos e sementes, negociar com as firmas e revendas consistia em obter os “pacotes” agrícolas para o ciclo agrícola, aspecto que trazia implícito um comprometimento de parte do produtor (soja ou milho) antes de seu plantio, estabelecendo uma dívida. No primeiro caso, em não havendo acordo com uma firma ou revenda, o assentado poderia buscar outras firmas que julgasse mais adequada para fazer a compra. No segundo caso, geralmente, o assentado ficava vinculado com a mesma firma ou revenda, pois a “troca” consistia em um instrumento que fortalecia a fidelização e a dependência do mesmo ao longo de vários ciclos agrícolas.

Para o assentado, o financiamento nas firmas e revendas significava que esta tinha o controle antecipado do produto a ser colhido. Quando um assentado dizia que “ficou devendo” em firmas e revendas, significava não só que o que foi colhido não cobriu o valor do financiamento, mas que todo o produto do ciclo agrícola foi apropriado pela firma o que, em outros termos, ele não poderia contar com nada do que foi colhido na lavoura para qualquer um dos “gastos da casa”. O relato de um assentado sobre o ano agrícola de 1999/2000 é revelador:

Eu digo uma coisa pra ti: teve um ano [1999] que eu produzi arroz pra mil famílias na minha cidade e faltou arroz na minha panela! Quase que os meus filhos ficam sem comer arroz, porque eu paguei a empresa dos insumos, paguei o que devia no banco. Eu fiz a conta pela base que a minha casa se comia de arroz, que eu produzi para mil famílias comerem durante um ano. Eram 70 hectares, quase toda a terra, peguei pacote na firma. Quando eu fui pagar, fiquei sem nada e tinha produzido um safrão, 60 sacos por hectare, ficaram com tudo (Arnaldo, assentado Ipiranga do Norte, 22/09/2014).

Em suma, uma dívida com as firmas podia significar que no ato da colheita o assentado ficasse despossuído de seu produto agrícola,

já uma dívida com outros agentes não significava uma apropriação direta e imediata do produto agrícola da safra.

Há que assinalar essa especificidade das dívidas adquiridas em firmas e revendas e seus impactos em relação às dívidas decorrentes de outras formas de crédito, inclusive dos bancos voltadas para o custeio do ciclo agrícola. Já vimos no Capítulo 2 que, em situações de endividamento decorrentes da lavoura, os assentados tendiam a suprimir algumas “despesas da casa” para, gradativamente, dar conta do seu pagamento. Contudo, em situações limite, eles buscavam, de alguma forma, aprovisionar parte do que foi obtido na colheita para as “despesas da casa”, ainda que pudesse ficar devendo nas firmas. “Ninguém quer ficar devendo, mas a família vai passar necessidade, aí não tem jeito”, conforme relatou um entrevistado, que não possuía meios complementares para o “gasto da casa”, além da lavoura. Mas quando tinha plantado a soja ou o milho utilizando os “pacotes” das firmas e revendas agrícolas, a possibilidade de aprovisionar por seu controle parte do produto colhido era restrita:

Chega a hora da colheita, as firmas não querem nem saber como tu está, eles cobram e querem saber de tu entregar tudo o que precisa para pagar o pacote, porque pra eles interessa receber o produto que tu colhe (Ediomar, assentado, assentamento Santa Rosa II, 13/08/2008).

Em que pesem os vínculos de proximidade construídos nos circuitos dos negócios, como ter filhos/as trabalhando nas firmas, ser amigo de vendedores, o relato do assentado aponta seus limites quando se tratava da mediação do pagamento de dívida decorrente dos “pacotes” agrícolas. Não por acaso, eram comuns os relatos de estratégias de assentados que tentam, no momento da colheita, reter ou destinar parte do produto agrícola para outros armazéns, como forma de garantir o controle de parte do produto agrícola para os “gastos da casa”. Os gerentes e vendedores das firmas

qualificavam essa prática como “desvio do produto” e estabeleciam uma série de mecanismos visando reprimir esse tipo de prática²¹⁶.

Em roteiro que fizemos pelo assentamento Piratininga em Nova Ubiratã acompanhando Egeu – 48 anos, assentado – visitamos uma fazenda de seu antigo patrão com o qual tinha uma relação de amizade que ficava nas proximidades. Um dos objetivos de passar na fazenda era verificar a condição de suas sete mil sacas de milho da colheita de 2013 acomodadas em um armazém sem uso. O assentado informou que aquele milho era “para passar o ano” e o valor de sua venda era convertido em bens e serviços necessários para a unidade doméstica – composta por ele, a esposa e dois filhos com idades entre 10 e 14 anos.

A prática utilizada pelo assentado não pode ser considerada comum, sobretudo, porque poucos dispunham de armazéns para guardar o produto físico, mesmo que fosse emprestado de produtores fora do assentamento. Segundo ele, o milho armazenado nessas condições era o que lhe permitia “controlar” o produto podendo vendê-lo, gradativamente, ao longo do ano a quem julgasse mais adequado e, assim, não ficava totalmente dependente das firmas. O assentado não tinha outra forma de ganho além da lavoura de soja e milho em 250 hectares do assentamento. Egeu tinha dívidas da safra anterior renegociadas numa revenda, mas essa dívida estava vinculada a um valor em dinheiro a ser pago nos dois anos seguintes. Entretanto, a estratégia adotada só foi possível por que ele plantou a lavoura de milho “por conta”, utilizando recursos das

216 Os relatos de dois assentados de Itanhangá indicaram situações limites das modalidades de controle da produção por parte das firmas e revendas antes da colheita. Segundo eles, durante o período de colheita da soja em 2013, algumas firmas e revendas chegavam a contratar capatazes para ficar nos principais cruzamentos e vias de acesso do assentamento, de modo a garantir que a soja que estava sendo colhida por alguns assentados fosse transportada até os armazéns indicados, além de serem frequentes as ameaças às redes familiares, principalmente àquelas cujas dívidas eram consideradas mais expressivas pelas firmas.

safras anteriores para comprar insumos e sementes sem depender de financiamento nas firmas. O que estava em jogo aqui era a possibilidade de controlar o produto da lavoura necessário para prover a casa durante o ano. Em uma situação hipotética, se esse assentado tivesse tomado financiamento na mesma firma que já tivesse uma dívida, ao entregar o milho à empresa, todo o produto seria apropriado para quitar o montante devedor e o assentado teria de buscar outros meios para garantir sua sobrevivência até as colheitas do próximo ano.

Situações de assentados que plantavam “por conta” eram raras no contexto estudado, pois a maior parte dos assentados, como já descrevemos, financiava nas firmas e revendas agrícolas por meio das “trocas” que serviam como instrumentos que provisionavam a maior parte do produto agrícola. Em condições favoráveis do ciclo agrícola e dos preços agrícolas, ele poderia obter “sobras” e, com esta, dar conta das “despesas da casa”. Contudo, qualquer elemento que afetasse essa produção não alteraria seu compromisso de entrega do produto colhido na quantidade prevista no contrato, podendo, como ocorria com muitos, ficar sem nenhuma sobra para “passar o ano”. Embora as firmas procedessem a renegociação das dívidas com a maioria dos seus clientes, ela incidia sobre eventual parte não quitada devido à insuficiência da produção apropriada, mas nunca era negociável a possibilidade de entregar somente parte do que foi colhido caso esse volume fosse inferior à quantidade devida à firma.

Geralmente, os assentados negociavam somente com uma firma, até porque seus volumes de negócios não tinham a mesma complexidade e escala que os demais produtores da região²¹⁷. Nesse

217 Almeida (2013, p. 55) observou que os produtores de soja do meio norte do Mato Grosso costumavam estabelecer transações comerciais com diversas firmas e revendas agrícolas. Financiavam em mais de uma firma ao mesmo tempo que distribuíam a entrega da produção e a venda em diversas empresas de modo a possibilitar um maior jogo nas negociações. Essa prática era incomum entre os assentados que estudamos.

sentido, costumavam entregar toda a produção colhida na mesma firma, onde também ficava armazenado a eventual “sobra” após descontadas os valores dos “pacotes” agrícolas. Em geral, a venda quando não previamente comprometida ou vendida por outros instrumentos contratuais²¹⁸, ocorria no primeiro ou segundo mês pós-colheita. Isso porque, em que pesem as situações de necessidade e demandas dos assentados, as firmas costumavam cobrar pelo serviço de estocagem da soja e do milho. A colheita do milho ocorria entre junho e agosto, mas até dezembro todos que entregaram o produto às firmas deveriam ter vendido o mesmo, de modo a permitir que os armazéns fossem desocupados. Ainda durante esse tempo de armazenagem, eram cobrados valores mensais elevados. Em 2013, por exemplo, o preço da saca de milho era de R\$ 10. E a taxa mensal do armazém era de R\$ 1, o que induzia que a venda ocorresse imediatamente após a colheita.

A expressão “plantar a vista” era usada para se referir a situações em que o assentado dispunha de dinheiro suficiente para adquirir e pagar os insumos e serviços necessários ao ciclo agrícola no ato da compra. Dessa forma, não ficariam débitos pendentes a serem pagos em momento posterior ou após o ciclo agrícola. A expressão “plantar a vista”, entretanto, consistia em estratégia intermediária entre o “plantar por conta” e o financiamento nas firmas. Admitia a possibilidade de tomar financiamentos de custeio agrícola em bancos e, com o dinheiro em mãos, fazer a aquisição dos insumos e sementes realizando o pagamento no ato da compra (“a vista”). As experiências de alguns assentados demonstravam que isso lhes permitia maior margem de manobra em termos de negociação da compra dos insumos, transitando em várias revendas agrícolas, e, com dinheiro em mãos, conseguiam negociar o

218 Existem diversos instrumentos contratuais que permitem a compra antecipada da produção agrícola, em sua maioria, orientados por transações financeiras operadas nas bolsas de valores. Wesz Jr (2014, p. 136-150) analisou esses instrumentos a partir das relações de troca entre produtores e as firmas no sudoeste de Mato Grosso.

insumos e sementes a preços de 15 a 20% menores que o preço aplicado pelas firmas nos “pacotes”.

Ainda que o financiamento nos bancos também consistia em uma dívida, estes previam seu pagamento em dinheiro. Nesse sentido, ainda que se tratasse de um financiamento associado ao ciclo agrícola de um produto específico, não lhes interessava obter do tomador o próprio produto físico. Os financiamentos nos bancos interessavam a maioria dos assentados²¹⁹, pois eram sobre eles que incidiam os subsídios da política agrícola do Estado, assim como possíveis medidas de renegociação ou repactuação de dívidas conquistadas pelas entidades representativas dos produtores²²⁰. Tais subsídios e possíveis medidas de renegociações não incidiam sobre os financiamentos acessados por outras vias, como as firmas, vendas agrícolas ou recursos emprestados por outras formas no contexto estudado. O acesso ao custeio agrícola em bancos ou mesmo para a aquisição de máquinas entre os assentados era considerado um privilégio. Nesse sentido, a avaliação de um assentado foi esclarecedora: “para as fazendas, um negócio arriscado, um erro, na hora do aperto, eles renegociam, para nós, um erro significa ter que vender a terra”²²¹.

219 Entretanto, segundo dados do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário, em Ipiranga do Norte no ano agrícola de 2013/14, foram realizados somente 19 financiamentos de custeio para a lavoura de soja e milho do PRONAF, dado que demonstra a baixa abrangência quando comparado com número de assentados no contexto estudado. No mesmo ano, os financiamentos para aquisição de máquinas para esse segmento alcançaram 22 financiamentos, número similar aos quatro anos anteriores.

220 Nos bancos, a possibilidade de renegociação de dívidas decorrentes de financiamentos agrícolas geralmente é assegurada por medidas governamentais (leis, decretos, normativas) adotadas ao longo dos anos. Contudo, essas medidas, geralmente, não têm como lastro os financiamentos tomados nas firmas, cuja renegociação ficava a seu critério.

221 Carlos, assentado e caminhoneiro (Registro no Caderno de Campo em 24/10/2014).

Por isso, o primeiro movimento no sentido de ampliar o controle da lavoura consistia em economizar as sobras obtidas nos ciclos agrícolas, das quais uma parte deveria ser conservada para a aquisição dos insumos, sementes e outras despesas do ciclo agrícola seguinte; outra parte, para as necessidades da casa; e somente o restante (se ocorresse) poderia ser destinado a investimentos em máquinas, ampliação de terras em uso e assim por diante. Em tese, esse caminho pressupunha uma forma de planejar e programar o futuro baseado nas condições do presente como dispositivo fundamental para estabelecer o ritmo das atividades dos anos posteriores. Para isso, era fundamental o afastamento das várias modalidades de crédito disponíveis, as quais traziam implícitos outras formas de previsibilidade na condução da lavoura. O que estava em jogo era o controle não só do ciclo agrícola, mas o controle do tempo futuro que seria regido por disposições adquiridas que tomavam como referência a experiência vivida e a situação presente para prever e enfrentar o por vir (BOURDIEU, 1977, p. 19). Indo ao encontro dessas formulações, os relatos a seguir são ilustrativos:

O produtor não se prepara para plantar a vista. Quando estava indo bem a lavoura, era máquina nova, caminhonete, mais terra e iam indo. Quando a coisa piorava um pouco, já quebravam tudo, porque não tinham reserva, ficavam devendo tudo o que tinha. Não aproveitavam os anos bons que tiveram para poder “plantar a vista” ou pelo menos fazer parte a vista sem ir atrás de negócios com as firmas e revendas! (Fabrício, filho de assentado, 28/09/2014).

Tem que fazer por conta, é o melhor que tem. Não adianta, o pessoal não pensa. Nesses anos bons, poderia se estruturar e passar a plantar por conta. Mas justo nesses anos que o pessoal pega mais um pedaço de terra, mais uma área para arrendar, compra máquinas, aí joga isso na conta do ano. Por isso não sobra” (Jonas, filho de assentados, 13/09/2014).

Nesse sentido, para alcançar a condição objetiva de “plantar por conta”, era preciso “resistir” ou negar as possibilidades de ampliar as máquinas, pegar terras para abrir, acessar financiamentos nas firmas e bancos, que ganhavam força nos chamados “anos bons”. Enquanto outros financiavam e ampliavam seus negócios, aquele que pretendia “plantar por conta” deveria economizar de modo a priorizar a solvência de dívidas, reservar recursos para os gastos da casa e garantir o suficiente para plantar no próximo ano agrícola. Segundo eles, essas reservas quando constituídas a partir da lavoura tinham maior chances de se efetivar nos “anos bons”, ou seja, em períodos em que tanto as colheitas como as condições de venda dos produtos agrícolas fossem mais favoráveis. Esses “anos bons” estavam em oposição aos “ruins” caracterizados como momentos de crise, particularmente, marcados pela baixa produção e preços menores. Proceder dessa maneira em última instância exigia afastar-se do ritmo mais geral do conjunto dos produtores, inspirados nas práticas das fazendas, que estabeleciam estratégias de expansão nos “anos bons”.

Mas é curioso que a revalorização do “plantar por conta”, mesmo quando pensada pelos dois filhos de assentados, estava sendo feita como uma estratégia posterior, há longos anos, de investimentos na exploração agrícola empreendidos por suas redes, constituídas, em ambos os casos, pelos pais, irmãos e cunhados e alguns vizinhos. Jonas, por exemplo, colocava em questão o “plantar por conta” após um período de mais de oito anos de investimentos em abertura de áreas, de financiar a aquisição de tratores e implementos, de financiar nas firmas todos os ciclos agrícolas anteriores, processos dispendendo de dívidas a serem pagas por pelo menos mais cinco anos. De forma similar, a rede a qual Fabrício integrava enfrentava o mesmo desafio de controlar dívidas e livrar-se da dependência de revendas agrícolas e firmas regionais em meio a renegociações dos “pacotes” com as mesmas, parcelas de financiamentos nos bancos devido à compra de máquinas e assim por diante. Nessa situação que o “plantar por conta” ganhava novo

significado, sendo colocado no horizonte como uma direção a ser seguida com o objetivo de (re) estabelecer e controlar o ritmo da lavoura e dos negócios associados ou usando a expressão local “ir mais devagar”.

Esses dados sugerem que era admissível entre os assentados que houvesse algum momento de adoção de ritmos mais acelerados, em regra, justificados pelas fases do ciclo de vida do grupo doméstico e pela especificidade do próprio ritmo produzido pela dinâmica dos agentes nas “terras novas”. Entretanto, ele era admitido como transitória e prezava-se que, após algum tempo, o controle pudesse ser restabelecido. Mas a transitoriedade admitida nem sempre estava em acordo com as condições de possibilidade para que se pudesse torná-la objetiva. Tratava-se de dimensões temporais carregadas de elementos imprevisíveis, especialmente por serem estabelecidas em meio a relações sociais e a outros determinantes que não se limitavam à escolha dos agentes.

Então, “plantar por conta” exigia um movimento duplo: de um lado, economizar ao máximo para garantir que, além de outras necessidades, fosse possível reservar recursos suficientes para o próximo ciclo agrícola. De outro lado, economizar para saldar as dívidas adquiridas em anos anteriores quando “pisaram no acelerador”. Vimos na subseção anterior que era nessas situações que havia uma tendência de arriscar nos negócios, mobilizando práticas que não estavam orientadas pelo tempo de trabalho ou tempo do ciclo agrícola. Também era nesses momentos que alguns propunham alternativas para depender menos das firmas e dispor de meios para controlar melhor a lavoura e os negócios. Uma dessas alternativas no sentido de (re) estabelecer o controle da lavoura consistia na venda de áreas de terra.

Na família Fiorelli, a mãe e o filho “mais novo”, tentavam convencer o filho e irmão “mais velho” a vender uma chácara de cinco hectares e com o dinheiro obtido saldar várias dívidas renegociadas nas firmas, de parcelas de financiamento das máquinas em bancos e de empréstimos obtidos com agiotas locais: “o Fabrício pegou o

irmão mais velho bem sério outro dia e disse: “se precisa, vende a chácara para não ficar devendo, paga essas contas e começa a fazer as coisas mais por conta”, relatou Dona Marta.²²² De forma similar em outra rede, o filho, 34 anos, tentava convencer seus pais a vender o lote no assentamento em Ipiranga do Norte, o que adquirir uma nova área de terra, dispor de dinheiro para abertura das terras e, sobretudo, “plantar por conta”. Esses dois últimos objetivos significavam a possibilidade de evitar o crédito para efetivar o plantio das lavouras: “eu estou conversando com o pai para ele vender esse lote aqui e investir na compra de mais dois lá. Se vender, dá para comprar dois lá na Mercedes e capitalizar para arrumar as terras e não ficar devendo e começar a plantar por conta”, informou Jonas.²²³

Tanto em um como no outro caso, venda de uma parcela de terra localizada em Ipiranga do Norte permitiria “encurtar” o caminho na tentativa de (re) estabelecer o controle da lavoura e dos negócios associados a ela. Avaliavam que, caso contrário, o tempo necessário, tanto para superar as dívidas anteriores e as que ainda seriam efetivadas para dar conta dos investimentos na lavoura como para acumular algumas sobras para subsidiar os ciclos agrícolas posteriores, não seria, segundo eles, inferior a oito ou dez anos em condições ideais. Assim, uma condição admissível de forma transitória tornava-se mais prolongada que o esperado se sua superação estivesse associada somente ao possível de ser obtido nos ciclos agrícolas das lavouras.

Contudo, se esses mais jovens pareciam ter uma maior propensão a considerar a alternativa da venda da terra, os seus pais resistiam e eram contrários a essa solução. Sobretudo, consideravam a “terra velha” (nesses casos, o lote ou a chácara) como elemento básico para se estabelecer a “segurança”. Vender a terra significava se desfazer de algo construído e acumulado ao longo de muitos anos

222 Registro de conversa no caderno de campo com a assentada em 20/09/2014.

223 Filho de assentado. Registro de conversa no caderno de campo em 26/09/2014.

para converter em outros recursos produtivos (dinheiro, máquinas), de modo que isso contribuísse para futuramente se alcançar em outro assentamento uma condição similar àquela que tinham atingido nas “terras velhas”. Esse movimento de conversão de uma área de “terra velha” para outra “nova” era considerado pelos “mais velhos” um movimento “arriscado”, quando levado adiante nessas condições. Isso porque, por um determinado tempo, os recursos que até então estavam objetivados na terra seriam transformados em “terra sem documentos”, dinheiro a receber, máquinas, pagamento de dívidas, meio para fazer negócios e assim por diante, ampliando a exposição dos recursos acumulados a circunstâncias que poderiam ameaçar o objetivo inicial. No limite, poderiam ser consumidos sem conseguir o objetivo de ter uma área um pouco maior e “plantar por conta” e ainda, comprometer a perspectiva de transmissão da terra para os filhos, tema que trataremos no próximo capítulo.

TRANSMISSÃO DA TERRA E NEGÓCIOS COM A TERRA

Este capítulo tem por objetivo refletir sobre o controle da posse da terra a partir de processos que envolvem tanto a transmissão como as transações a ela associados, como produto e produtores de relações sociais que configuram o espaço social em análise.

As reflexões sobre a terra presentes nos capítulos anteriores foram dedicadas ao controle do seu uso, sobretudo, em sua forma predominante (a lavoura), como produto das relações sociais entre os assentados e entre eles e outros agentes. Somente agora, no último capítulo, o foco volta-se para o controle da posse da terra. A análise anterior mesclou certa atenção dada pelo etnógrafo às práticas de uso estabelecidas pelos agentes do universo de pesquisa, seus sentidos de modo a compreendê-las nas disputas ou aproximação entre agentes. Esse caminho vem sugerindo que são as formas de controle de uso da terra que derivam a maioria dos mecanismos que legitimam a posse da terra.

Começemos o exame relativizando a associação entre unidade social, lote individual e registro do estabelecimento rural junto aos órgãos oficiais como o INCRA, a qual nós mesmos somos tentados a assumir quando nos referimos à discussão sobre a posse da terra em assentamentos rurais. Arno, 56 anos, casado com Margarete, 53 anos, assentado em Ipiranga do Norte desde 2000, informou que, além do lote em assentamento desse município, possuía outro lote de 55 hectares no assentamento Mercedes. Ao mencioná-lo, ele

relativizou: “não é que eu tenho, é assim, tudo na família”. Nessa expressão, ele parecia reconhecer que a posse do lote não era individual, mas um componente disponível aos membros da família mobilizado no entorno da lavoura. Em 2014, por exemplo, Álvaro Reis e o filho Camilo implantaram lavouras de soja e arroz em três lotes (140 hectares), cuja posse estava distribuída desta forma: o primeiro lote era reconhecido como sendo de Álvaro, embora estivesse registrado “em nome” do genro Marcos; o segundo era reconhecido como sendo de Camilo e registrado “em seu nome”; e um terceiro era de Airton – o outro genro de Álvaro – que o reconhecia como seu, embora estivesse registrado “em nome” do assentado do qual foi adquirido. O Quadro 8 sintetiza a situação de posse:

Lote	Uso da terra	Reconhecido como detentor da posse	Registro no Incra
1	Álvaro (pai) Camilo (filho)	Álvaro (pai)	Marcos (genro)
2	Álvaro (pai) Camilo (filho)	Camilo (filho)	Camilo (filho)
3	Álvaro (pai) Camilo (filho)	Airton (genro)	Assentado (vizinho)

Quadro 8: Relação entre uso da terra, reconhecimento da posse e registro no INCRA

Fonte: Dados de campo, elaboração do autor

Nessa breve localização, segundo a percepção do entrevistado, observamos que não se pode partir do pressuposto que o Registro de Beneficiário (RB) do INCRA seja o único elemento considerado entre os assentados para o reconhecimento da posse da terra. Nesses termos o reconhecimento da posse da terra trata-se do reconhecimento pelos agentes sociais do universo de pesquisa, captado a partir da observação de campo pelo pesquisador, particularmente, a partir daquele reconhecido como “dono” da parcela de terra.

Aparece aqui uma dissociação entre o uso propriamente dito – que já examinamos em capítulos anteriores – aquele que

era reconhecido e se reconhecia como detentor da posse do lote – “dono” – e o registro no INCRA. Sobre esse aspecto, Strathern (2004) sugeriu tomar as relações sociais como ponto de partida para pensar as conformações que asseguram a posse da terra. Essa formulação nos inspira pela possibilidade de examinarmos a transmissão da terra para as novas gerações, as transações de terra e alguns mecanismos de legitimação da posse, como obrigações aderidas a relacionamentos, aspectos que tentaremos trabalhar neste capítulo.

No contexto estudado, os assentados possuíam percepções distintas entre a “posse” e a “propriedade”. Foram raras as oportunidades que os assentados classificaram seus lotes como “propriedades”, havendo algumas situações entre aqueles que receberam o título definitivo do INCRA depois de mais ou menos 20 anos²²⁴. Não por acaso, os assentados classificavam como “proprietários” aqueles produtores ou fazendeiros situados “fora” do projeto de assentamento, nas chamadas “terras de matrícula”, que eram postas em oposição às “terras do INCRA”, ou “terra da União”. A existência ou não de “matrícula”, isto é, do registro jurídico, demarcava uma concepção de “propriedade”, sendo a área territorial do assentamento como o lugar onde ela não predominava. Segundo eles, o proprietário da terra era o INCRA, que detinha o título e que repassava a eles o “direito” ao uso e, assim, alcançar a legitimidade para um dia obter a transferência definitiva do título jurídico (posse). A partir dessa oposição, entendiam que possuíam o “direito de posse” ou simplesmente “o direito”, a partir do qual assumiam uma luta quase cotidiana para se reconhecerem como “donos” de seus lotes, perante os órgãos do Estado, perante os familiares, vizinhos e fazendeiros do entorno. Dessa maneira, a obtenção do título

224 Os assentamentos de Ipiranga do Norte estavam em fase final de titulação definitiva dos lotes após mais de 20 anos da criação dos projetos. Já no assentamento Mercedes e Itanhangá, esse processo não havia iniciado. Examinaremos algumas implicações desse processo na Seção 5.3.1.

definitivo do lote consistia em um longo processo de construção da legitimidade no âmbito das relações sociais, conforme tentaremos demonstrar ao longo deste capítulo.

A observação das práticas dos assentados inscritas na dinâmica dos agentes em jogo evidenciou certas regras costumeiras no que se refere à posse e uso da terra, as quais dialogavam e, por vezes, chocavam-se com os normativo-jurídicos do Estado. Um lote de reforma agrária em termos jurídicos, por exemplo, tinha sérias restrições para ser transmitido para os filhos, ao menos enquanto os pais (que detinham sua posse) estavam em vida. Um lote não podia ser transacionado (por meio de compra e venda), como também haviam sérias restrições para a cessão de seu uso a terceiros, em termos contratuais. Essas dimensões institucionais devem ser consideradas em nossa análise, pois elas podem informar as práticas dos agentes, além disso, sua carga reguladora produzia reações dos assentados no sentido de revelar ao pesquisador suas práticas²²⁵.

Para fins desse exame, o capítulo se divide em três eixos associados cada qual a uma seção. Na primeira, tentaremos demonstrar que as principais estratégias de transmissão da terra de pais para os filhos (ou de uma geração para a outra) envolvem, em alguma medida, a efetivação da venda de determinadas parcelas situadas nas “terras velhas” para convertê-las em novas unidades territoriais situadas nas “terras novas”. Nesse sentido, os processos de transmissão da terra supõem muitas vezes a transação da mesma.

225 A maioria das informações utilizadas nesse capítulo, sobretudo, no que se refere às transações (compra e venda) de lotes, foram obtidas em relatos não captados em entrevistas gravadas, mas em conversas informais e na convivência cotidiana com alguns dos assentados e outros agentes. Também evitamos questionamentos diretos sobre as transações de terra ou sobre aquilo que era considerado “irregular” do ponto de vista normativo jurídico. Os constrangimentos no trabalho de pesquisa, que associaram “professor”, “pesquisador” ao termo “investigador”, que descrevemos na introdução desse trabalho, também são indicativos de certos cuidados dos interlocutores no trato com as dimensões normativo-jurídicas, com os agentes que as mediam no contexto estudado e suas implicações.

Na sequência dessa reflexão, a segunda seção dá atenção as transações com terra, identificando as regras e seus limites que, como tentaremos demonstrar, só podem ser compreendidas nesse universo social a partir dos vínculos sociais preexistentes ou não entre os agentes envolvidos em operações de compra e venda de terra. Por fim, na terceira seção, examinamos uma série de dispositivos que dão legitimidade a posse da terra, particularmente, na construção social do que se entende por “terra produtiva”, concepção que evoca o modelo de produção dominante (a lavoura) nesse contexto. Ao mesmo tempo, esse plano define limites para os assentados tanto nas “terras novas” e “velhas”, que vêem seu espaço se reduzir diante das disputas pelo controle do uso da terra. Esse controle, talvez mais que a própria posse da terra, constitui-se como uma das invariantes essenciais para estabelecer posições e oposições sociais e os limites para a produção e re/produção dos assentados associadas ao controle das lavouras.

5.1. Estratégias de transmissão da terra para os filhos

O primeiro aspecto que precisa ser relativizado é que, ao tratarmos da transmissão da terra, não estamos necessariamente nos referindo a transmissão da propriedade da terra, mas de uma forma de posse em particular²²⁶. Isso é possível se pensarmos, como fazem os assentados, que o fato de não dispor do título não significa que não exista processos de transmissão ou mesmo de transação.

226 Moura (1979) observou em seu estudo dedicado à transmissão da terra que ele nem sempre envolve a formalização jurídica, seguindo as leis do Código Civil, mostrando que o negócio era muito mais complexo. As regras de transmissão de patrimônio levam em consideração o disposto no direito, mas também aspectos costumeiros, que permitem, por exemplo, operar transações de terra entre irmãos.

Entre os assentados, o processo de transmissão da terra exigia necessariamente um cuidado anterior visando preservá-la de constantes ameaças que os afetavam e que poderiam, em última instância, levar à sua perda. Vimos no capítulo anterior que conduzir lavouras apresentava um caráter ambíguo entre, de um lado, a possibilidade e a expectativa de acumular riquezas ao longo do ciclo de vida de modo a permitir sua transferência para os filhos e, de outro lado, a ameaça constante da perda da terra, em razão do endividamento, particularmente, junto às firmas e revendas agrícolas. Nesse sentido, a conversa com muitos assentados que “não plantavam”, mas cediam suas terras a outros ou integravam algum arranjo formado por outros produtores, sempre dava destaque a essas ameaças. Suas narrativas sugeriam que “não plantar” era uma maneira de “cuidar” da terra.

De acordo com Godelier (2001, p. 55-56) na vida social nem tudo são trocas, pois há coisas que devem ser guardadas, pois são estas que permitem a transmissão. No entanto, transmitir ou trocar são duas dimensões que se entrecruzam em vários momentos, sugerindo, portanto, uma fórmula na qual “é preciso guardar para (poder) dar e dar para poder guardar”. Essa fórmula nos pareceu interessante para examinar a relação entre a transmissão da terra e os “negócios” com terra e seus entrecruzamentos. Nesses termos, ceder a terra para outros plantarem consistia em uma forma de preservá-la das ameaças inerentes à condução das lavouras de soja, para alguns anos depois, poder transmiti-la aos filhos:

E tu sabe de uma coisa, que pra ti comer o que tu tem, é bem rápido, e pra fazer, é uma vida. Nós temos um lote ali, e isso pra nós custou uma vida pra ter o que temos. Porque nós com a nossa idade e saúde, se fosse querer ganhar no serviço, nós não ganhamos mais nada. Então tem que cuidar do que Deus te deu na época certa. Faça as coisas certinhas e devagar e assim fica os filhos bem colocados, que é o que a gente quer. E fica a família desfrutando do que

nós deixamos. E não colocar fora, como se não tivesse fim, como alguns fazem (Argemiro, assentado Ipiranga do Norte, 06/09/2014).

O objetivo de “colocar a família” se refere ao uso dos recursos acumulados de uma geração mais velha para a geração mais nova de modo a apoiar sua inserção social e produtiva. Se a via mais valorizada pelos assentados era “colocar os filhos na agricultura”, isso nem sempre era possível ou a única alternativa. De qualquer forma, o principal recurso acumulado pelas pessoas “mais velhas” era a terra, ainda que muitos mencionavam quantidades de produto agrícola (“tenho 4 mil sacas de soja”), máquinas, terrenos e casas na vila como parte do patrimônio material acumulado e como imaterial, atributos de “ser bem conhecido”, “ter a família unida”, “eu ando em qualquer lugar aqui, faço meus negócios”, “tenho crédito na praça”, cujas expressões sinalizavam reputações e redes de relações construídas. Ainda que nossos dados permitissem um exame sobre a transmissão do patrimônio, considerando a terra entre outros bens a serem transmitidos (FRIEDL, 1967), nossa opção é priorizar, na análise, a transmissão da terra e algumas de suas variações.

Raramente, no universo de pesquisa, a transmissão da terra dos pais para os filhos significava a transmissão da mesma unidade territorial. Dentre os assentados que não se encaixavam nessa perspectiva, estavam os assentados que não tinham filhos homens ou que, mesmo os tendo, por razões diversas diante das circunstâncias, apostaram em outras formas de inserção dos filhos como assalariados ou autônomos nas cidades da região. Nesses casos, em algum momento do ciclo de vida, o processo de transmissão envolveria transformar a terra em outros bens e serviços associados à “colocação dos filhos”, como casas na cidade, terrenos, veículos, estruturação de pequenos negócios, estudo e assim por diante. Contudo, cabe assinalar se em muitos casos os filhos/as haviam tomado esse rumo, isso não se tratava de uma via sem volta, pois,

a depender das circunstâncias, estes poderiam restabelecer os vínculos com a exploração agrícola conforme esclarece um assentado em relação aos seus filhos:

Os filhos estão colocados, moram na cidade, ganham o dinheiro deles, mas sempre quiseram ter o pedacinho de terra deles, é que eles gostam mesmo é da lavoura, mas não tinha terra quando estavam na idade, aí não teve jeito (Lucas, assentamento Piratininga, Nova Ubiratã, 23/09/2013).

Em inúmeros casos, transacionar “terras velhas” para adquirir parcelas nas “terras novas” era parte do próprio processo de transmissão. Sobre as parcelas situadas nas “terras novas”, os membros das famílias concentravam recursos diversos que, tanto produziam a sua valorização como poderiam permitir a formação de determinadas composições de terras para realização da exploração agrícola. Sobre esse aspecto, o trecho da entrevista a seguir com Sandra e Argemiro foi esclarecedor:

Sandra: Porque se hoje nós vendemos o nosso lote aqui, nós compramos lá em Entre Rios [assentamento recente] dois lotes lá.

Argemiro: Podemos formar uma fazendinha. Fosse o caso de poder vender, a gente não pensa, mas se uma hora a coisa engrenar, aí sim para colocar a família. Vende aqui e dá pra formar uma fazendinha de 300 a 400 hectares de terra com os filhos.

A facilidade de comprar máquina, carro, hoje tem. Então, tu tens que ter uma parceria, uma união com o vizinho, mas o meu sonho é ter essa parceria com os filhos, é melhor de trabalhar. Mas pra isso precisa ter mais terra. Aí tu podes pegar teu tratorzinho, teus implementos, que só com um lote tu não paga, mas com três dá, cada um com um. Com três paga sossegado, tu dormes tranquilo e ganha dinheiro. Uma dívida de R\$

200 mil num lote de 70 hectares tu não paga. Mas em três, tu paga, faz o serviço e não te endivida.

Essa é a conta mais certa que tem. O que adianta eu comprar uma máquina pra 70 hectares e ela podia fazer 300? Então, por isso que eu digo, se tem uma área maior, tu compra as maquininhas e as coisas e faz tudo com a família. Porque daí tu não depende de pagar funcionário, porque eles mesmos fazem. Quando tu terminou de pagar o tratorzinho, tu pode comprar uma seifinha [colheitadeira]. Ali é a mesma história. Uma maquininha colhe 500 hectares. Só que é como eu te digo: aqui no Mato Grosso, pro cara aguentar e ficar bem, tem que ser assim: tu não pode ser um cara que quer ser o que tu não é (Entrevista, assentados de Ipiranga do Norte, 05/09/2014).

Os assentados como seu Argemiro que “não plantavam”, pois cediam a terra (em parceria) para o vizinho, ainda que diante de possibilidades concretas de acessar financiamentos para o ciclo agrícola e para compra de máquinas, recorriam à consideração da insuficiência de terra como um limitante objetivo para consolidar o controle sobre a lavoura. Entretanto, colocavam como projeto “futuro” realizar esse objetivo em “terras novas”, ou seja, em assentamentos mais recentes onde os filhos já estavam se instalando.

Isso pode ser observado na unidade social e territorial idealizada pelo assentado, ou seja, compor uma lavoura de 300 hectares, sobre a qual trabalhariam entre os membros de sua família (de seus filhos até as noras) utilizando o conjunto de máquinas mencionadas²²⁷. Seu apoio seria transformar tanto a renda da lavoura em par-

227 Cabe um esclarecimento sobre a especificidade das máquinas e implementos que integram o cálculo feito por Antônio. Tratava-se de um trator de 90 CVs, uma plantadeira, um pulverizador, implemento para distribuição de insumos e guincho para manejar as embalagens de adubo, que custavam somados aproximadamente R\$ 200 mil. Esse conjunto tornava-se referência entre os assentados, especialmente pela possibilidade de financiamentos pelo PRONAF. Ainda que os assentados não financiassem essas máquinas,

ceria com o vizinho e, em algum momento, o próprio lote de terra atual para constituir essa “fazendinha”. Era assim que definia o “fazer futuro”, como um processo a ser construído gradativamente – “devagarzinho”.

O projeto de “futuro” trazia como um de seus componentes a “conta das máquinas”, um cálculo que levava em consideração o investimento realizado para adquiri-la e uma área mínima que permitisse quitar o investimento, estabelecendo certa unidade técnica da lavoura. Mas essa “conta” que aparenta a simples maximização de fatores produtivos também considerava a possibilidade dos grupos domésticos (dos dois filhos casados) “viverem da lavoura”, constituindo a partir de uma unidade territorial (300 hectares) o que chamaram de “fazendinha”. Observamos que tanto seu Argemiro como inúmeros outros assentados não estimavam a existência a constituição de uma lavoura associada a um ou outro grupo doméstico, mas sim um arranjo formado pela interdependência de dois ou mais deles, nesse caso, representado pelos dois filhos, em particular.

“Fazenda” dentro dos assentamentos? Sim, tanto nesse como em outros similares, os assentados reconheciam como “fazendas” (ou, às vezes, “fazendinhas”), não somente as unidades territoriais dos fazendeiros ou produtores externos ao assentamento, mas também as composições de vários lotes ocupados por lavouras de soja que envolviam a articulação entre os membros de uma família. Isso ficou claro quando visitamos um pavilhão comunitário existente no assentamento Piratininga em Nova Ubitatã. Em suas paredes internas, quadros de agentes que apoiaram sua construção. Além de firmas e revendas agrícolas diversas, também estavam inscrições do apoio de “fazendas” tais como: “Fazenda Pizetta: de Lúcio Pizetta e filhos, lote 25, 27 e 31”. Os diversos enunciados como

essa política contribuiu para que as indústrias e revendas agrícolas de Mato Grosso disponibilizassem versões menores de máquinas ao que costumavam ser ofertado aos produtores em geral.

estes definiam a fazenda como a unidade de produção constituída pela mobilização do pai e dos dois filhos e respectivos recursos disponíveis, dentre eles os próprios lotes do assentamento. Mais que uma associação entre lavoura de soja e fazenda, há uma associação entre fazenda e o nome da família. Nesse caso, implantar e conduzir lavouras, articulando vários dos membros (pais, irmãos, cunhados e outros) simbolizava a “união” a partir da capacidade do trabalho em conjunto dos vários membros na lavoura, dado sentido ao termo “fazenda” e ao nome da família a ela associado. Nesses termos, a fazenda e o nome da família não estavam associados somente à propriedade da terra, mas a uma dada composição de áreas materializadas pela mobilização dos membros da família para implantar as lavouras.

Certamente, esse conteúdo se espelha nos modelos de produção e reprodução das “empresas familiares”, geralmente, representadas pelos nomes (sobrenomes) de grandes produtores que também mobilizavam familiares para dar o suporte à exploração agrícola e a outros negócios, conforme analisaram Almeida (2013) Fernandez (2007) e Marques (2015). Isso supõe que participar da produção agrícola de soja possui significados que vão muito além da racionalidade econômica clássica, sobretudo, envolvem tentativas dos assentados em manter-se ou, ao menos, aproximar-se das posições daqueles que detêm o status e o prestígio associado à produção de soja e eram reconhecidos como produtores. A partir desses dados, o desejo de constituir uma “fazendinha” é uma tentativa de construção e transmissão não somente do patrimônio material, mas do patrimônio cultural de uma geração para a outra.

Para Argemiro e Sandra, o lote de 70 hectares no assentamento em Ipiranga do Norte representava a concretização do que conseguiram acumular ao longo do ciclo de vida (“custou uma vida”). Assim, aguardavam o momento oportuno para vendê-lo e, com o dinheiro obtido, adquirir outras terras localizadas, preferencialmente, ao lado dos lotes dos filhos em outro assentamento, além

de destinar parte desse dinheiro para a abertura das terras e compra de máquinas para os mesmos.

A associação entre “o nome de família” e essa composição social e territorial se coloca como um modelo a ser alcançado e construído para as novas gerações. Esse caso selecionado entre vários com as mesmas características sugere que uma área de terra fosse transmitida aos filhos a partir de dois elementos essenciais, que analisaremos nesta seção: i) o processo de conversão da terra em outro tipo de recurso para, posteriormente, transformá-la em uma nova terra; ii) a transmissão que ocorre por meio do deslocamento de uma unidade produtiva da família das “terras velhas” para as “terras novas”, dissolvendo a existência da anterior.

Vamos mostrar como isso ocorre. O filho “mais velho” de seu Fernandes conquistou um lote em um assentamento em Ipiranga do Norte no ano de 1993, lindeiro aos lotes dos pais e tios. O segundo filho conquistou um lote no assentamento Mercedes criado no ano 2000, ocasião em que o “mais velho” adquiriu (com o apoio do pai) outros dois lotes de “terra bruta” no mesmo assentamento. Esses dois lotes adquiridos foram registrados um “em nome” do irmão “mais novo” e outro no nome da única irmã. Dessa forma, a partir do ano 2000, o conjunto formado por irmãos e o pai passou a ter a posse de quatro lotes, sendo cada qual registrado em nome de um dos quatro filhos. O filho mais velho ainda permanece com seu lote em Ipiranga do Norte, e o pai vendeu o seu em 2013, visando adquirir outros dois lotes (110 hectares) nas proximidades das terras da família no assentamento Mercedes. As terras adquiridas eram terras que o vizinho (dono) concedeu para os mesmos, em 2008, para “abrir e plantar”, o que significa que seu uso já estava nas mãos dos filhos e que a compra foi efetivada entre agentes que já possuíam uma relação de vizinhança²²⁸. Esses dois lotes foram registrados em nome de dois sobrinhos.

228 Na seção seguinte, examinaremos as transações de terras (compra e venda) inscritas em relações sociais anteriores à sua realização.

Esse caso selecionado apresenta uma “distribuição” dos lotes em nome de vários membros da família junto ao INCRA, caso habitual no universo de pesquisa. Mas, ao que tudo indica, essa prática não se trata somente de uma estratégia visando se ajustar aos normativos do INCRA, os quais impediam o registro de mais de um lote por um mesmo indivíduo, conforme relato do assentado: “eu tenho quatro junto com os rapazes. Quer dizer, eu tenho um, cada um deles tem um, porque é coisa do INCRA que não pode ter mais. Não pode ter dois no nome”. No trabalho de Fernandez (2007, p. 172) sobre produtores de Sorriso, o autor verificou que “a terra era adquirida em nome de cada filho, mas a produção era responsabilidade de todos”. Essa constatação do autor posta em relevo serve para demonstrar que a estratégia de distribuição da posse de terras novas (ou propriedade, no caso desse autor) não é uma particularidade dos assentamentos. Característica similar, fora de áreas de assentamentos, também foi observada por Souza Jr. (2011, p. 93-97) entre produtores de café no cerrado mineiro. No caso, famílias de “paranaenses” construía arranjos complexos entre pais e filhos e/ou entre irmãos para tocar a unidade de produção, mas a terra estava dividida entre eles, sugerindo a transmissão como um processo ao longo do ciclo de vida dos grupos domésticos.

Analisando diversos casos similares a esses, é possível argumentar que, a distribuição das parcelas de terra agregadas a uma mesma família é um processo que integra uma etapa pertinente na transmissão da própria terra. No caso da família Fernandes, exceto as aquisições efetivadas em 2013, por se tratarem de terras já transformadas em lavoura, os lotes adquiridos no ano 2000 possuíam preço baixo, pois estavam em seu estado “bruto”. Mas, já naquela ocasião, a expectativa era que, com maior ou menor intensidade, elas passariam por um processo de valorização fundiária fruto de investimentos em capital e trabalho aplicados nas “terras novas”, os quais sempre superavam (caso fossem mensurados) o valor

pago ou estimado pela terra²²⁹. Conforme já tratamos em capítulos anteriores, essa valorização exigia esforços e recursos dos diversos integrantes dos vários grupos domésticos mobilizados em redes para implantar lavouras sobre essas terras. Na família Fernandes, quem conduzia os negócios e as lavouras eram os dois filhos mais velhos. A partir do trabalho e dos investimentos dos dois irmãos “mais velhos”, os lotes registrados no nome da irmã e do irmão “mais novo” eram valorizados, razão pela qual eles não estavam inclusos nas sobras anuais que passavam a ser obtidas sobre o conjunto da composição da lavoura. Tudo indica que o irmão e a irmã “mais novos” tinham obrigações de “ajudar” os irmãos “mais velhos” como forma de retribuir a valorização da terra, assim como estes últimos compensavam os primeiros com “ajudas” específicas, tais como a compra de terrenos na vila e a construção de casas em Ipiranga do Norte.

Nesse sentido, tratar da transmissão da posse da terra em contexto de “terras novas”, não é o mesmo que examiná-lo nas “terras velhas”. As parcelas situadas nas “terras velhas” acumularam ao longo dos anos uma valorização em grande medida, produto da aplicação do trabalho e de outros recursos sobre ela, adquirindo também valor simbólico, do ponto de vista da memória, das experiências vividas sobre ela e assim por diante. Já nas “terras novas”, ainda que possamos considerar que se está dividindo o patrimônio acumulado, o que efetivamente contava era a divisão do lócus sobre o qual seria produzida a acumulação ou valorização fundiária a partir da aplicação de diversos recursos mobilizados pela rede na exploração agrícola. Dentre outras questões em jogo, essa “distribuição” servia como dispositivo para produzir, ao menos durante determinado tempo, a indivisibilidade da exploração agrícola (da

229 Essa formulação vai ao encontro de Fernandez (2007, p. 115-116) quando assinalou que muitos produtores que chegaram no meio norte mato-grossense na década de 1980 destacaram que o mais difícil não era adquirir terras, mas “deixar elas prontas”, o que na maioria das vezes envolvia investimentos muito superiores que o próprio valor da terra.

lavoura, em especial) e atualizar obrigações entre os envolvidos em seu entorno. Destarte, contribuía para evitar possíveis conflitos entre os herdeiros, conforme veremos adiante.

Do ponto de vista da posse da terra, temos lotes individualizados, sendo que cada um “recebeu” a mesma quantidade de terra. Isso não tira de cena o princípio da indivisibilidade do patrimônio, conforme menciona a literatura especializada no tema, sobretudo, quando tomamos como referência o sistema de transmissão da casa – *Maison* (BOURDIEU, 1962; AUGUSTINS, 1998). Contudo, o que é essencial nas estratégias de transmissão da terra é garantir a indivisibilidade do seu uso, ou seja, da exploração agrícola, da lavoura de soja nesse contexto. Preza-se pela indivisibilidade do uso das terras em posse pelos membros da família e pela agregação de outras por meio de “parcerias” com vizinhos e conhecidos, sem efetivar sua compra, portanto. Nessa leitura, a divisão prévia da posse era um mecanismo que produzia obrigações entre irmãos, irmãs, genros e noras a priori e que, entre outras questões, passavam a contribuir para o bom andamento da exploração agrícola, encabeçados por um ou mais filhos “escolhido(s)”, geralmente, seguindo critério de maior idade.

Obviamente, nem todos os casos alcançavam dispor de um lote registrado no nome de cada filho/a, tendo em vista que isso dependeria do número de filhos e sua idade e outros fatores que favoreciam ou limitavam o acesso a “terras novas”. Mas o que importa assinalar é que, tanto se fosse um filho ou todos eles, sempre entravam em cena critérios que elegiam quem integraria o registro das posses, dentre os vários “nomes” passíveis de serem utilizados para registro de bens e serviços. Em termos de hierarquia para seleção dos nomes para registro das posses, temos mais ou menos esta ordem, ainda que existissem algumas variações: os filhos homens, começando pelo mais velho, excetuando aqueles que, eventualmente, já eram assentados ou aqueles que permaneceram em outras regiões, quando se tratavam de famílias que se deslocaram para o universo de pesquisa. Em seguida, em havendo mais terras

para serem registradas e não havendo filhos homens, entravam em cena as filhas e, por extensão, eventuais genros. Por fim, caso fosse necessário, os netos – se com mais de 17 anos – e depois primos e sobrinhos.

Vimos que a inclusão na distribuição tinha um sentido de produzir/reproduzir obrigações no âmbito da lavoura e os membros de uma dada família envolvida com ela. Em algumas situações, as obrigações poderiam estar além da exploração agrícola *stricto sensu*. Uma dessas situações apareceu na família Ramos, em Ipiranga do Norte, quando um dos irmãos explicou: “tem três lotes aqui, um em nome de cada um dos irmãos e um lá em baixo que demos pra minha irmã”²³⁰. Os três irmãos assumiram a exploração agrícola de forma articulada nos referidos lotes formando uma composição de área. Entretanto, a divisão alcançou a irmã, cujas obrigações assumidas, segundo pudemos apurar, estavam mais associadas ao cuidado com a mãe, pois a mesma residia nas proximidades em um bairro de Lucas do Rio Verde. Tudo leva a crer que “dar para a irmã” foi uma forma de compensá-la por seus cuidados com a mãe, mas, ao mesmo tempo, vinculando essa obrigação com a lavoura operada entre irmãos²³¹. Paralelamente, ao encarregar-se do cuidado com a mãe idosa, a irmã colaborou para que seus irmãos, cunhadas e

230 Entrevista com Caio, assentado de Ipiranga do Norte em 30/10/2014.

231 Bourdieu (1962) já havia identificado entre camponeses da Europa a existência de compensações (dotes) dadas às filhas, como dispositivo para manter a indivisibilidade da propriedade da terra, que seria assumida por um ou mais filhos homens. Contudo, o que há de particular, no caso exposto, é que estamos tratando de uma forma de compensação, na qual a posse de uma parcela de terra foi concedida à irmã, pelos seus cuidados com a mãe. Isso se explica porque o que está em jogo é a indivisibilidade do uso. Assim, a distribuição das posses é um dos dispositivos que produz ou mantém obrigações entre irmãos de uma dada família. Nesses termos, também se distingue do estudo de Friedl (1967), no qual as filhas recebiam terra como dote, contudo, esse dote naquele sistema de transmissão da herança não se tratava de uma compensação.

sobrinhos/as pequenos/as mudassem para as “terras novas”, dedicando a maior parte de seus esforços na lavoura.

Para que tudo isso funcione, entram em cena constantes acordos, negociações e tensões que pareciam fundamentais para manter ativa a articulação no entorno da exploração agrícola. Isso porque se a divisão prévia da posse no momento das aquisições (em terras novas) colaborava para fortalecer as obrigações entre irmãos associadas à exploração agrícola, ela também era o germe que ameaçava a indivisibilidade do uso – da composição de área de lavoura, especialmente, com o passar dos anos.

Para expor como a distribuição da posse poderia tornar-se uma ameaça, cabe descrever uma situação concreta, uma briga familiar na qual o elemento em questão foi exatamente esse. Quando seu Rômulo e Nadir venderam sua terra no sul do Brasil para se instalarem próximos aos filhos no assentamento no meio norte mato-grossense, dividiram o valor monetário obtido da seguinte maneira: 1/3 foi utilizado para a compra de um lote de 90 hectares de “terra bruta”, onde o casal constituiu residência; o restante foi gradativamente sendo utilizado para os investimentos da abertura das terras. No Mato Grosso, estavam dois filhos homens casados, que haviam conquistado um lote no assentamento, e um terceiro filho ainda solteiro, que não possuía terras. Assim, o lote adquirido pelos pais foi registrado no nome do terceiro filho – Élcio – e, dessa maneira, cada um deles ficou com um lote. Entretanto, o restante do dinheiro obtido com a venda da terra foi utilizado para a abertura das terras nos três lotes e seu uso, ao longo de mais de 15 anos, foi assumido pelos dois filhos. Élcio sempre morou na vila e trabalhou como “funcionário” em fazendas do entorno, não se envolvendo na exploração agrícola dos irmãos. Em diversos momentos, os dois irmãos “deram suporte” por meio do dispêndio de quantidade de dinheiro, na construção de sua casa, na compra de carro e outras demandas, as quais funcionavam como compensações pelo registro da posse.

Contudo, em 2012 quando o INCRA estava em processo de efetivar a titulação definitiva dos lotes, Élcio reivindicou o direito do uso da terra, retirando dos irmãos a preferência do uso. Isso gerou uma briga que colocou em xeque não só o acordo familiar vigente, mas comprometeu a própria sociabilidade entre irmãos. Pelas informações que temos, é possível suscitar os elementos que produziram a condição para a eminência do conflito. Em primeiro lugar, Élcio e a esposa pretendiam controlar o uso de seu lote, pois é a partir dele que se produzia a legitimidade (social) da posse da terra. Dessa maneira, garantiriam o acesso à posse de um lote de terra extremamente valorizado e a uma renda da terra anual; em segundo lugar, é preciso considerar que, na ocasião da distribuição prévia dos lotes, Élcio era solteiro, mas 15 anos depois, estava casado e com dois filhos com idade entre oito e doze anos. O crescimento do número de membros do grupo doméstico associadas a novas necessidades dos seus integrantes fortaleceram a requisição da posse de modo a afastá-la da rede constituída a partir dos irmãos e dos pais. Cientes desses dois aspectos, os irmãos de Élcio alegavam que a valorização da terra era produto de seus investimentos, de seu trabalho ao longo dos anos. Agregava-se à tensão o fato de ser este o lote onde estava o “sítio da família”, onde residiam os pais, cujo valor em termos de espaço de sociabilidade não era mensurável do ponto de vista financeiro, segundo suas percepções.

A briga suscitava uma nova divisão do patrimônio, sob novas circunstâncias e cujos envolvidos encontravam-se em outra fase do ciclo de vida, com efeito, ameaçava a indivisibilidade da composição das terras da família, sobretudo, o arranjo construído que possibilitava que os dois filhos fizessem uso de vários lotes. Ao requerer a posse do lote e o controle do seu uso, os irmãos sentiam que o irmão (Élcio) tentava se apossar de parte do trabalho materializado ao longo dos anos naquele lote: “nós que sempre trabalhamos ali, melhoramos aquela terra, pra agora ele querer tirar da

gente”²³². O preço da terra tomado como referência o mercado de terras, que, ainda que pesem aspectos locais, não conseguia pôr em relevo dimensões afetivas que distinguiam aquela parcela de terra de outras²³³. Para citar um exemplo, essa foi a primeira terra que conseguiram implantar a lavoura de arroz e onde pais e filhos assumiram a tarefa de catação de raízes sem ajuda de terceiros. Somente esses dois aspectos, associados ao trabalho executado em experiências singulares “em família”, o distinguiam dos demais lotes que detinham a posse. Como mensurar essas dimensões? Como equacionar o valor da renda da terra (não paga como tal pelos irmãos durante 15 anos) exigido por Élcio em relação a inúmeras ações compensatórias e seus significados específicos? Como mensurar o valor da compra de um carro para Élcio, que expressava sua obrigação de transportar os pais quando estes precisavam de atendimento médico nas cidades mais distantes?

Vemos, assim, que uma coisa era a transmissão das “terras novas” por meio da divisão prévia entre filhos e/ou outras integrantes da família, de modo a antecipar a divisão da herança, fortalecer as obrigações entre os membros e garantir a formação de uma composição de área para implantação de lavouras. A outra coisa era a transmissão de “terras velhas”, as quais o valor material acumulado era extremamente superior em relação às “terras novas”²³⁴ e onde o valor simbólico da terra geralmente tinha maior expressividade. Entretanto, o dilema exposto é que a transmissão prévia não esgotava o processo de transmissão que, ao que parece, seria

232 Registro no caderno de campo da fala dos irmãos de Élcio (23/10/2013).

233 Zelizer (2005, p. 47-94), na análise entre economia e intimidade, examinou situações de divórcio de casais nos EUA. Considerando que esse momento, marcado, em regra, pelo conflito, exige a tentativa de mensurar bens existentes e serviços (ajudas) realizados que nunca haviam sido mensuráveis em dinheiro.

234 Para dar uma dimensão dessa diferença, quando o lote foi adquirido pelos pais de Élcio, seu preço de mercado era de R\$ 40 mil. No momento do conflito, seu preço estimado era de R\$ 4 milhões.

afrontado em algum momento posterior em razão do próprio crescimento do número de membros dos grupos domésticos e pelas modificações na sua fase do ciclo de vida.

Em inúmeros casos, o refreamento da eminência de conflitos familiares referentes a um segundo momento de divisão do patrimônio acumulado vinha sendo preparado. Pode-se dizer que, de alguma maneira, os investimentos em “terras novas” visavam à construção de uma nova composição de terras articuladas em uma única unidade produtiva para a nova geração da família. Ao que tudo indica, era o movimento rumo às “terras novas” que mantinha agregados (ou reagregados) os membros de uma mesma família, tendo em vista essa atualização de obrigações entre seus membros (DESCONSI, 2011). Não é difícil verificar que os casos que não empreenderam esses investimentos em “terras novas”, eram exatamente onde encontramos o maior número de indivíduos de uma dada família que diziam que “não trabalhavam juntos”, o que não significava a existência de desavenças entre eles, mas uma tendência de separação entre as esferas da sociabilidade e da gestão de suas atividades econômicas.

Em outros universos sociais, diversos estudos demonstraram que um herdeiro era escolhido para permanecer na terra da família e aos demais filhos/as cabia a busca por outras modalidades de trabalho ou migrar para as fronteiras agrícolas em expansão, na maioria das vezes, com o apoio dos pais ou mesmo com parte da herança (MOURA, 1979; WOORTMANN, 1990; SEYFERTH, 2009). Sobre essa perspectiva, a terra da família, ainda que com modificações, ficava de posse de um dos filhos, e com apoio deste e dos pais se construía novas unidades sociais e produtivas sobre “terras novas”. No contexto estudado, o processo de transmissão de uma geração para outra é ele próprio, em grande medida, um processo de transferência de uma unidade produtiva e social das “terras velhas” para as “terras novas” e, com efeito, geralmente se produzia dissolução da unidade territorial anterior. O/s filho/s escolhido/s para suceder os pais na “agricultura”, quando existentes, assumiam a

condução da exploração agrícola sobre as “terras novas”. Ao desencadear esse processo, estavam postas as bases para a mobilização de diversos membros da família no entorno da lavoura a partir da indivisibilidade do uso das terras e da articulação dos diversos recursos e esforços sempre envolvendo vários grupos domésticos²³⁵.

Nessa perspectiva, para “transmitir, era preciso negociar”²³⁶. Não por acaso, a menção ao lote de terra era acompanhada da menção ao seu valor monetário – “hoje isso vale dois milhões”, “o que temos é esse lote que vale 80 mil sacas de soja” – sugerindo que compreendiam a “terra também como um ativo” (STRATHERN, 2004), que poderia ser convertido tanto em outras terras como outros bens e serviços associados a estratégias de “colocar os filhos”. Assim, ter ciência de seu preço de mercado, coloca em evidência uma constante avaliação entre manter esse ativo na sua forma física (terra), convertê-lo em outro recurso – dinheiro, sacas de soja, gado, terrenos e casas na vila – ou, por fim, novamente objetivá-lo em outra terra²³⁷.

A transação convertia a terra enquanto objeto em produto, soja ou equivalente. Nesses termos, a terra transformava-se em valor monetário, ainda que temporariamente, cujas possibilidades

235 O efeito da dissolução de unidades produtivas nas terras velhas será examinado na seção seguinte.

236 Expressão do autor.

237 Diversos estudos em distintos universos sociais demonstraram estratégias muito diversas de compor reservas visando transmitir para a nova geração. Nos estudos de Heredia (1979) e Garcia Jr (1983), o gado cumpria esse papel de formação de reserva visando posteriormente adquirir terras. Já Félix (2009, p. 239-262), em estudo sobre assentamento do sudoeste do Pará, demonstrou como as transações envolvendo terras e o deslocamento compunham estratégias de acumulação de poupança entre grupos camponeses. Mas, no nosso caso, a terra, sobretudo, as terras novas, torna-se o lócus da acumulação do patrimônio, ainda que ela pudesse ser combinada com outros mecanismos, assim como outros “negócios” com a própria terra.

de uso e destinação eram quase infinitas²³⁸. Embora os assentados lidassem com transações, com dinheiro, desde muito tempo, e em seu cotidiano, isso não era o mesmo que dispor de um montante significativamente superior às cifras que costumavam manusear e que, para muitos, era a expressão maior do que alcançaram durante a vida, sobretudo, para os mais velhos (“custou uma vida para conseguir”). No momento em que o ativo se convertia um montante equivalente em sacas de soja, ainda que com possibilidades um pouco mais restritas que o dinheiro, havia um campo de possibilidades para seu uso muito diverso, por isso, considerado um momento sensível o qual consideravam fundamental controlar-se. Os relatos de casos que “perderam a cabeça” com “o dinheiro na mão” eram recorrentes e vale a pena registrar uma dessas narrativas ao leitor:

Aqui teve um cara que ganhou a terra junto comigo e ia levar a menina dele em São Paulo para fazer aula de dança. E hoje ele tá ali trançando rua, passando necessidade, com um lote que tinha igual o meu, que vale 45 mil sacos de soja. Vendeu, e não investiu em nada, se perdeu. Ele achava que não terminava. Ele sempre tinha carro bom, ia pra lá, enquanto a menina estava na aula de dança, ele já negociava e vinha com outro carro. Mas durou dois anos e se foi o lote de terra (Anibal, assentado em Ipiranga do Norte, 13/10/2014).

Essa conversão, segundo os assentados, era sempre um momento “arriscado”, sobretudo, porque estava em jogo o “trabalho de uma vida” antes materializado na unidade física da terra, transformado em um registro de um volume de produto agrícola

238 Os estudos sobre a forma de lidar com dinheiro em comunidades tradicionais apontaram diversas representações negativas associadas ao dinheiro, exatamente por suas possibilidades de uso serem quase infinitas (BOURDIEU, 1977, p. 23).

(sacas de soja). Nesse momento, o (auto) controle, para “não colocar fora” um valor acumulado, exigia adotar estratégias no sentido de reduzir o tempo entre a venda de uma terra e a compra da outra e assim diminuir a vulnerabilidade produzida pela posse do montante do dinheiro. Essa observação contribui para entender porque, geralmente, os assentados buscavam “acordar” a compra de uma nova área de terra ou outro bem qualquer antes de “negociar” a venda da terra que possuíam, de modo a “amarrear um negócio no outro”. Entretanto, é preciso assinalar que a conversão de uma “terra velha” em “terra nova”, segundo nossos dados, geralmente destinava somente uma parte do valor da venda para a aquisição da terra propriamente dita. Isso porque os assentados sabiam que era fundamental reservar uma parte do dinheiro obtido para os investimentos na abertura de terras e implantação inicial das lavouras.

5.2. Não deixar a terra para um estranho: a regra da preferência

Na seção anterior descrevemos como, na maioria das vezes, dá-se o processo de transmissão da terra aos filhos, a partir da transação da própria terra, seja para convertê-la em outra área situada em outro local ou ainda convertê-la em outro ativo, de acordo com as estratégias de reprodução dos grupos familiares. As transações que integravam esse processo de transmissão (compra e venda) não somente nessas situações, mas nas transações, de modo geral, estavam informadas por princípios que não poderiam ser lidos simplesmente como transações mercantis ou da classificação da terra como “mercadoria”

Aqui vale recorrer a formulação de Gregory (1982) quando distingue as trocas mercantis e troca de dons. Para ele, a troca mercantil, os objetos e serviços trocados são as mercadorias. A partir da efetivação da transação, o comprador torna-se proprietário ou possuidor do objeto, que se desvincula do vendedor. Já na troca de

dons, o objeto dado, trocado, cedido (ou, diríamos também, vendido) segue vinculado ao donatário, pois o objeto dado possui seus traços, dando a eles, muitas vezes, direitos sobre o objeto cedido ou doado. Se essa classificação orienta a análise para distinguir uma clássica divisão entre dom e mercadoria, veremos em nossa análise sobre as transações com a terra a dificuldade de classificarmos a terra como uma simples mercadoria, pelo simples fato de ter sido objeto de transações mercantis. A definição dos compradores, vendedores, as fixações do preço atravessam essas operações do “mercado de terras”.

Mas se algumas áreas de terra eram vendidas para possibilitar que outras fossem adquiridas, cabe se perguntar quem participava dessas transações, sobretudo, adquirindo as “terras velhas”. Diversos trabalhos que investiram em estudos nas áreas de “fronteiras agrícolas” sugeriram que boa parte das transações de terras, lidos como indicativas de processo maior que levavam à sua concentração, eram realizadas entre agentes que possuíam relações sociais muito próximas entre si. Tavares dos Santos (1993), nos estudos sobre a colonização de Canarana e Terra Nova do Norte, assinalou que os colonos “retornados” venderam os seus lotes para familiares e pessoas da mesma origem que permaneceram nas terras desses projetos. Fernandez (2007, p. 172-173), ao tratar da concentração da terra, mais especificadamente sobre o município de Sorriso, observou que a venda da terra, via de regra, era feita para aos lindeiros e pessoas de mesma origem. Zart (2008), também tratando do aspecto da concentração de lote sem Lucas do Rio Verde, observou que a compra era efetivada por outros parceiros ou por agricultores mais capitalizados vindos do sul do Brasil, os quais muitas vezes eram parentes dos mesmos. Esses três trabalhos, embora sem examinar com maior profundidade esse ponto, sugeriram que as transações de terra se davam com pessoas que possuíam relações sociais anteriores. Essas indicações vão ao encontro de constatações que fizemos no trabalho de campo e que pretendemos explorar nesta seção. Entretanto, pretendemos

examinar essas transações coladas a relacionamentos, pois, por esse caminho, é possível evidenciar as especificidades do controle da posse da terra como produto de relações sociais e os próprios limites de princípios não mercantis como modelos que informavam essas transações.

5.2.1. A preferência e seus limites

Para adentrar na reflexão sobre os elementos em jogo na compra e venda de terras no universo de pesquisa, cabe resgatar alguns aspectos que foram discutidos nos capítulos anteriores, especialmente, no Capítulo 3.

O uso da terra era um dos elementos que integravam as múltiplas trocas que davam forma a “redes” constituídas no entorno da exploração agrícola. Ampliar ou garantir uma dada composição de terras onde seriam implantadas lavouras envolvia manter ou construir relações com os detentores de diversas parcelas de terra, e isso produzia obrigações – muitas vezes, dívidas – decorrentes de conjuntos de trocas de bens e serviços para além da terra. A partir do momento que se conquistava um parceiro (ou se fazia um “novo vizinho”), estabelecendo vínculos mais próximos com um determinado assentado e sua terra, estavam postas as premissas para ter a preferência do uso da terra.

Assim, falar da preferência é falar em uma obrigação colada a determinados relações sociais, produzida em itinerários de trocas e outras formas de mobilização de pessoas que ganhavam forma de rede para constituir o “suporte” à lavoura. Desse modo, estabeleciam-se os agentes credenciados a fazer uso da terra, caso o “dono” não pudesse explorá-la, ou não poderia fazê-lo individualmente. Trata-se da definição a quem seria concedido o uso da terra. O resgate desses elementos em jogo para definir quem teria a preferência do uso da terra é relevante, pois eles também davam

base para a preferência de compra da terra. Nesse sentido, o relato do assentado é revelador:

E, lá em Ipiranga, tinha o parceiro lá, seu Alcides, tava ali, ele disse “não, eu planto o teu lote”, é claro que ele planta, sempre plantou, isso desde o começo, e tinha preferência. Só que tinha encerrado o contrato. E, por isso se nós fosse vender, ele tinha preferência em comprar (Claiton, assentado, 20/10/2014).

O relato esclarece que a obrigação de continuar cedendo a terra para uso (“sempre plantou”) para fazendeiro (Alcides), em última instância, rendia-lhe a preferência da compra da terra, caso o assentado decidisse vendê-la. Nos casos em que o assentado não conduzia a exploração agrícola em sua própria terra, a preferência da compra coincidia com o agente (familiar, vizinho ou fazendeiro, por exemplo) que vinha fazendo uso daquela parcela de terra. É isso que constatamos em outros casos sintetizados no Quadro 9 a seguir:

Nº	Assentado	Posse	Preferência	Uso da terra atual
1	Argemiro Sinatti	70 ha	Aurio Brito/ fazendeiro	Aurio Brito/ fazendeiro
2	Arno Denatti	70 ha	Alcides Scherer/ fazendeiro	Alcides Scherer/ fazendeiro
3	Carlos Dewlo	70 ha	Vizinho/assentado	Vizinho/assentado
4	Arnando Mafrini	90 ha	Genro/assentado	Genro/assentado
5	Lineu Fernandes	90 ha	Denizar/fazendeiro/ empresário	Denizar/fazendeiro/ empresário
6	Valdomiro Pavarini	70 há	Vizinho/fazendeiro	Vizinho/assentado
7	Vito Pavarini	70 ha	Vizinho/assentado	Vizinho/assentado
8	Vilson de Freitas	90 ha	Patrão/produtor	Patrão/produtor
9	Ivo Chiodi	90 ha	Irmão	Ivo Chiodi
10	Caio Ramos	90 ha	Irmãos	Irmãos

Quadro 9: Relação entre preferência e usuário atual da terra de lotes não vendidos

Fonte: Trabalho de campo, elaborado pelo autor

Mas se apresentamos o que é a regra da preferência, cabe agora verificar seus limites. Para isso, nada melhor que reunir informações sobre diversas transações de terra realizadas nos últimos anos em um assentamento de Ipiranga do Norte²³⁹, colocando em relevo o preferente, o último usuário antes da venda e o comprador.

N	Ano	Vendedor	Preferência	Uso da terra antes da venda	Comprador
1	1996	Alcir	Irmãos / assentado	Alcir e seus filhos	Alcides, produtor/ lindeiro
2	1997	Arcildo	Irmãos/ assentado	Arcildo e seus irmãos	Alcides, produtor/ lindeiro
3	1997	Juarez	Irmão/ assentado	Irmão/assentado	Irmão/assentado
4	1998	Valdomiro	Vizinho	Valdomiro e o filho	Antigo Vizinho de Lucas do Rio Verde
5	1998	S. I *	Toni/ assentado	Toni/assentado/	Toni/assentado
6	1998	Márcio	Irmão	Márcio	Cunhado do irmão/ fazendeiro
7	1998	Mário	Carlos/ irmão/ assentado	Carlos, irmão/assentado	Carlos, irmão/assentado
8	2000	Carlos	Vizinho	Vizinho	Vizinho

239 As informações sintetizadas foram captadas em diversos momentos do trabalho de campo e são baseadas em relatos de vários assentados e outros agentes. Assumimos assim a perspectiva dos interlocutores para estabelecer nossa análise. Dadas as características dessas transações, via de regra, não formalizadas em registros cartoriais, não era possível obter qualquer informação sobre elas em documentos. Uma única possibilidade seria verificar junto ao INCRA (superintendência de Mato Grosso) as situações de “substituição de beneficiários” nos lotes dos assentamentos do universo de pesquisa. Entretanto, ainda que obtivéssemos esse tipo de dado, ele teria pouca pertinência em nosso exame, pois, ao que pudemos apurar, o tempo de transação e o tempo de formalização junto ao INCRA, quando ocorria, eram muito díspares.

N	Ano	Vendedor	Preferência	Uso da terra antes da venda	Comprador
9	2004	Pedro Leite	Dinho/ fazendeiro/ produtor	Dinho/ fazendeiro/ produtor	Dinho/fazendeiro/ produtor
10	2007	Mauri	Sávio Cantale/ vizinho	Mauri e filhos	Sávio Cantale/ vizinho
11	2007	João Leite	Dinho/ produtor	Dinho/produtor	Dinho/produtor
12	2010	Jorge Leite	Dinho/ produtor	Dinho/produtor	Dinho/produtor
13	2011	Giles	Vizinho	Giles e seus irmãos	Sávio Cantale / produtor/vizinho
14	2013	Dorneles Fernandes	Alcides Produtor/ lindeiro	Dorneles e seus filhos	Alcides/produtor/ lindeiro
15	2013	Júlio Nicolau	Dinho/ produtor/ lindeiro	Dinho/produtor/ Lindeiro	Dinho/produtor/ lindeiro
16	2014	Mário do Nascimento	Amauri/ produtor	Amauri/produtor	Dinho/produtor

Quadro 10: Transações de terra segundo a preferência, usuário anterior e comprador

Fonte: Trabalho de campo, elaborado pelo autor

***S. I. – Sem Informação do Nome**

No Quadro 10, é possível observar a confluência entre a preferência, o usuário da terra em momento anterior e o comprador, em sete casos. Os irmãos, os vizinhos e os fazendeiros do entorno do assentamento predominam entre os compradores. Nas transações 9, 11, 12 e 15, os vendedores foram três irmãos e o cunhado de um deles (cada qual com um lote), cujas aquisições foram feitas pelo mesmo produtor, conforme o relato:

No ano 2000, eu estava plantando e empurrando com a barriga. Tava devendo no banco, pegava dinheiro de terceiro, quando vencia, pagava ele, e assim ia jogando pra lá e pra cá, pra não deixar a peteca cair. Aí pensei “isso não é vida não”. E aí arrendei tudo pro Dinho.

Aí meu irmão já vendeu pra ele. Depois vendi o meu lote, faz.... 4 anos, tem mais duas prestações pra receber. [...] Não, porque o Dinho comprou o do meu irmão, comprou o meu e agora comprou do Júlio (Jorge Leite, presidente COPEPRA, 15/09/2014).

A partir do ano 2000, o assentado que conduzia a lavoura sobre todos esses lotes arrendou as terras a um mesmo produtor em razão da situação de endividamento. De alguma maneira, a relação estabelecida diretamente com o entrevistado permitiu ao produtor o uso dos quatro lotes entre 2000 a 2010 e, nesse período, dispendo da preferência da compra da terra, iniciou um processo gradativo de compra dos lotes um após o outro. Na medida em que o produtor “negociou” com um membro “da família” ou da vizinhança, credenciou-se a, gradativamente, comprar as terras dos demais.

Entretanto, em inúmeros casos, o agente que possuía a preferência não foi o comprador da terra, mesmo que estivesse realizando o uso da área, por isso, seu exame indica os limites da regra, o que não é o mesmo que seu rompimento. A incapacidade de dispor de recursos financeiros para o pagamento do valor da terra certamente foi um dos elementos que impediu os agentes preferenciais de fechar o negócio. Mas seria simplificador ficarmos nesse ponto. Soma-se ao fator preço da terra, segundo os informantes, a “pressa” dos assentados em transacionar a terra, tendo em vista seus objetivos com a própria venda. Dorneles, que possuía a preferência de compra da terra dos irmãos em 1997/98, relatou-nos que “eles quiseram vender tudo rápido naquele ano e receber logo, porque queriam comprar lá em Terra Nova do Norte, aí não teve como eu entrar”²⁴⁰. Se Dorneles previa adquirir a terra dos irmãos, não previa fazê-lo naquele momento em que foi proposto, pois não havia acumulado recursos suficientes, tendo em vista que estava investido na abertura de áreas. Já para os irmãos (vendedores), a

240 Entrevista com o assentado de Ipiranga do Norte em 07/11/2013.

“pressa” decorria da tentativa de “não perder um negócio” de terras em outro município. O endividamento com firmas e revendas agrícolas também produzia essa “pressa” em vender a terra, no sentido de obter dinheiro para saná-las. A exposição da intenção de vender a terra de forma repentina, diante de agentes que tinham a preferência, mas cuja condição socioeconômica fosse menor, tendia a inviabilizar a ocorrência da transação. Contudo, quando o vendedor “não podia esperar”, entravam em cena compradores credenciados no âmbito das relações que possuíam os meios de realizar o pagamento, mesmo nessas condições.

Assim, em que pese a pertinência do uso da terra para dar a preferência a um comprador, na sua ausência, outros elementos entravam em jogo. Em momentos diferentes, um vizinho adquiriu duas áreas de terra, sendo uma de um pai e outra de um filho (cf. casos 10 e 13 do Quadro 10), mesmo sem fazer uso da terra negociada. Assim, a venda da terra não foi regida somente pelo critério do uso da terra a ser adquirida pelo possível interessado. Em que pese esse critério, o reconhecimento do interessado como vizinho associado as suas qualidades na condução da lavoura foram suficientes para colocá-lo no topo da lista entre os credenciados.

Em uma variação desse caso, um assentado falando da negociação da terra levada a cabo pelo irmão informou: “ele tem a preferência, porque já comprou do vizinho, aí o meu, ele tem interesse para emendar”²⁴¹. Como se tratava de um produtor/comprador “conhecido”, este ao comprar a terra do vizinho, segundo o informante, estabeleceu a premissa para ele ser classificado como um “novo vizinho”. De alguma maneira, a obrigação com o “antigo vizinho” passou para o “novo vizinho”, expressando certa flexibilidade da preferência vinculada à terra lindeira, e não somente ao seu “dono”.

O fato do uso da terra estar nas mãos do próprio assentado no momento da venda significava que esse elemento não contribuía

241 Registro de conversa no caderno de campo com a assentada Marta (10/09/2014).

para produzir obrigações com vizinhos ou parentes de forma a dar-lhes a preferência da compra. Ao que tudo indica, controlar o uso da própria terra dava maior margem de “escolha” para definir um comprador entre os interessados, ainda que isso não eliminasse a pertinência de fazê-lo com alguém que fazia parte de suas redes de relações.

As transações entre compradores-vendedores quando realizadas entre membros da mesma família ou vizinhos não significavam, muitas vezes, nem o encerramento do vínculo com a própria terra, como seríamos levados a supor em transações regidas por princípios do mercado de terras. Em 2010, com o apoio dos pais, Giles adquiriu um lote de um “novo vizinho” no assentamento Mercedes. Ambos acordaram, além do preço da venda e o pagamento previsto em três parcelas anuais, a possibilidade de o vendedor seguir morando no seu “sítio” mantendo uma casa, criando pequenos animais e até algumas cabeças de gado por tempo não fixado. Em troca do “espaço da casa”, trabalharia nas tarefas manuais da abertura de áreas sob a coordenação de Giles, recebendo pagamento por empreitada para executá-las sobre uma terra transacionada. Além disso, “espaço do sítio”, o assentado-vendedor mantinha seu nome no Registro de Beneficiário (RB) do INCRA e com isso evitava problemas com esse órgão para ambos. Entre os elementos de retribuição do assentado, ele cedeu “seu nome” para Giles que, com seu consentimento, poderia tomar empréstimos na FIAGRIL e registrar a produção entregue nessa firma. Ceder o nome, ainda que fosse uma forma de retribuir a possibilidade de trabalho e residência, permitia-lhes não só dar efetividade à condição de assentado, mas aproximar-se da condição de assentado “que produz”. Mesmo que a produção fosse registrada em nome do assentado, ele tinha obrigação de repassar o valor da venda para Giles. Assim, temos uma transação de terra que parece não se encerrar em uma mera transação mercantil, pelo contrário, ela é apenas um componente de um conjunto de trocas entre as partes.

Por essa via, não é difícil supor que a transação mercantil não encerrava a relação social²⁴², tão menos o vínculo do vendedor com o próprio objeto da transação, ainda que pudesse ser efetivada por meio de outras dimensões que passavam mais ao largo da exploração agrícola propriamente dita. Mas há que se destacar que um elemento que contribuía para manter o vínculo entre comprador e vendedor, mesmo depois de efetivada a transação, era a própria forma de efetivar o pagamento da compra da terra. A maioria das transações consistia na definição de um preço em quantidade de produto (sacas de soja) associado ao pagamento em parcelas anuais, sem uma data precisa, mas esperadas para o momento posterior ao ciclo agrícola da soja. Nas “terras novas”, esse parcelamento, devido ao menor preço das terras, alcançava no máximo quatro anos. Já nas “terras velhas”, esse parcelamento variava de quatro até oito anos, sugerindo uma tendência de que fosse alongado na medida em que o valor médio do preço da terra se elevasse e a depender da relação pessoal entre as partes. O parcelamento do pagamento implicava em um dispositivo que conectava comprador e vendedor por um novo período. Se parcelar a compra é algo comum em transações mercantis, podendo ser operado em caráter pessoal – por meio de boletos, transferências bancárias – no contexto estudado, o parcelamento propiciava motivações para manter a proximidade entre as partes. “Se eu vender para ele, vou ficar por aqui, até receber o valor” ou “o meu irmão depois que vendeu ficou por aqui acompanhando, até receber as parcelas, e depois foi pra Rondônia”, conforme relato de um assentado.

Esses dados ilustram a tentativa de manter-se próximo ao comprador, ao menos até o fim do pagamento. “Acompanhar” significa observar o comportamento do comprador em relação à condução

242 O trabalho de Félix (2009) sobre estratégias dos camponeses no sudoeste do Pará também indicou que as transações que envolviam a terra integravam um conjunto de trocas visando fins diversos, muitas delas nem envolvendo o pagamento em dinheiro.

da terra adquirida, suas colheitas obtidas, sua forma de “fazer negócios”, aspectos entendidos como fundamentais para garantir o pagamento da operação. Como a maior parte das transações de terra eram efetivados com alguém próximo, os dados sugerem que era comum que o ato de pagamento da parcela anual consistia em um encontro, por vezes, visita à casa com confraternização, por vezes, encontros pessoais em locais como banco e firmas.

O parcelamento, do lado do comprador, obviamente, tornava-se interessante, pois permitia diluir um valor da área adquirida em proporções menores facilitando o pagamento. Mas para os vendedores, nesse caso assentados, o parcelamento também era muito valorizado, particularmente, porque ele permitia maior controle sobre o valor a ser recebido.

Vemos que um dos negócios mais referidos durante nosso trabalho de campo foi a uma compra de um lote de 90 hectares por 80 mil sacas de soja que, em 2013, equivaliam a R\$ 4 milhões. O assentado acordou com o comprador que a venda fosse efetivada em oito parcelas anuais. Caso o pagamento fosse efetivado em uma só vez, temia-se pela perda do controle sobre o dinheiro, que representava o valor acumulado ao longo de sua vida. Diante dessas circunstâncias demonstradas nas experiências de muitos, o parcelamento estabelecia uma gradação que possibilitava realizar investimentos “devagar”, com maior controle sobre um valor monetário, que era a expressão do patrimônio acumulado. O cuidado para “não colocar fora” era central, pois estava em jogo o patrimônio (familiar) acumulado ao longo dos anos. Algumas situações sugeriram que o comprador, principalmente quando se tratava de fazendeiros, propôs o pagamento em uma ou duas vezes, mas o próprio vendedor teria sugerido parcelar em mais vezes. Para os assentados que pretendiam utilizar o dinheiro para outros investimentos, isso lhes dava maior margem para irem “devagar” e assim fazerem “negócios seguros”, convertendo esses valores acumulados em outros bens e serviços.

5.2.2. Comprar e vender terras: mais que uma transação mercantil

Transacionar a terra com pessoas as quais se tinha algum tipo de vínculo anterior em outros termos colabora para não deixar a terra cair na mão de estranhos. “Nós queríamos vender para ele [vizinho] para não deixar entrar gente estranha na terra que era nossa”, disse uma assentada ao se referir à venda de um dos seus lotes nas “terras velhas” visando investir nas “terras novas” do assentamento Mercedes. O comprador foi o “vizinho” com o qual mantinham uma relação pessoal mais antiga que, dentre outras coisas, permitiu realizarem várias “trocas de serviço” nos primeiros anos do assentamento.

Segundo nossos dados, falar em gente “estranha” em transações de terra evocava duas características relativas à aproximação ou distanciamento social: i) a primeira característica, o “estranho” era alguém que não fazia parte da família, das relações de vizinhança ou de amizade. Algumas vezes, esse estranhamento era amenizado pela mediação estabelecida por uma pessoa com quem o assentado tinha proximidade social. Por exemplo, um produtor “que veio de Lucas”, com o qual não possuía vínculo nenhum, mas que era parente de seu vizinho; ii) a segunda característica estava associada ao não vínculo com a exploração agrícola. Era fundamental demonstrar pelas experiências anteriores sua capacidade de conduzir lavouras e que “fazia negócios seguros”²⁴³. Poderia ser uma pessoa com a qual se tinha uma amizade, mas se este não tinha vínculos diretos com a exploração agrícola, também poderia ser considerado “estranho” para fins de efetivação de uma transação de terra. Pode-se dizer que era um estranho à própria terra.

Assim, do mesmo modo que os aspectos em jogo para transferir o uso da terra a outros, a transação da posse da terra supunha a destinação da terra a alguém que poderia “cuidar da terra” e que

243 Nos termos que apresentamos ao leitor na Seção 4.3 deste trabalho.

“sabia produzir”. Em suma, os vínculos sociais, associados à proximidade de condição de “quem produz” – diga-se ligados à exploração agrícola (lavoura) – eram as premissas básicas para estabelecer ou não transações de terra. Vemos que esses critérios combinados tendiam a afastar das transações alguém que, mesmo sendo parte das relações sociais do universo de pesquisa, tinha a pretensão de “comprar só para negócio”. Isso supõe que era compromisso de todos, em caso de venda da terra, vendê-la àqueles que “plantam” soja, que conduziam lavouras.

Por meio desses dispositivos, empreende-se a tentativa de controlar a “entrada” de pessoas “de fora” e não ligadas diretamente à lavoura, de um lado, e que não possui nenhuma proximidade com agentes já inseridos no universo de pesquisa, de outro. Entretanto, a análise de diversas situações coloca em evidência inúmeras variações de sua aplicação prática, que se constituíam como caminhos para que “estranhos” pudessem acessar terras no universo de pesquisa.

Identificamos várias situações em que compradores adquiriram terras no assentamento para “investir”. Dentre eles, empresários, profissionais liberais das cidades de Lucas do Rio Verde, Sinop e Sorriso ou mesmo produtores instalados no sul do Brasil, sem nenhuma pretensão efetiva de realizar sua exploração. Um aspecto comum nesses casos foi a compra ter sido realizada por assentados “cuiabanos”, sem que houvesse quaisquer relações anteriores entre comprador-vendedor, o que supõe um rompimento com a preferência nos termos que apresentamos anteriormente.

Nesses casos, segundo alguns relatos, os mecanismos de persuasão sobre o assentado, no sentido de forçar a venda da terra, mostraram-se mais efetivos. O fato de serem “cuiabanos” e os atributos associados a essa categoria, particularmente, classificados como “os que não plantavam”, “que não sabiam mexer com lavoura”, forneciam os elementos para legitimar as ações desses agentes, no sentido de adquirir as terras desses assentados. Não por acaso, eram esses assentados que, ao perguntarmos sobre sua

terra, faziam questão de dizer que “resistiam” sobre o lote ou que haviam “agüentado sem vender o lote” até há pouco tempo. A noção de “resistência” que marcava suas narrativas evocava supostas pressões, que, ainda que pudessem ser decorrentes de diversas origens, ganhavam pertinência em relação ao assédio de possíveis compradores.

Ainda que com certa imprecisão, tudo nos leva a crer que as formas de pressão visando comprar as terras apresentavam maior intensidade quando os compradores eram fazendeiros ou produtores, cuja posição social era muito distinta em relação aos seus pretendidos vendedores. Já quando se tratavam de tentativas de compra de terra entre assentados, aparecem maior número de situações onde o pretendido comprador havia construído relações sociais anteriores, viabilizando trocas diversas que produziam a sua preferência ao longo da relação.

A persuasão envolvia realizar visitas aos assentados²⁴⁴ visando convencê-los a vender, além de diversas formas de mediação de possibilidades de acesso a empregos em fazendas da região ou alternativas para investimento com os recursos obtidos na venda da terra – compra de chácaras²⁴⁵, troca de terras por caminhões, ter-

244 Nos damos conta da recorrente persistência para a compra de terras (velhas) em Ipiranga do Norte durante uma visita à residência de um assentado que possuía seu lote plantado por um vizinho. Nessa ocasião, ele avistou ao longe um veículo se aproximando, não chegando a identificar as pessoas, mas suspeitou: “devem ser o pessoal que vêm atrás para comprar o meu lote”. Na verdade, a suspeita não se confirmou, entretanto, esse aspecto nos alertou para a constante busca negociar as terras, cuja pressão era maior sobre assentados que “não plantavam” e que seu lote estava sendo utilizado por vizinhos também assentados, e não por fazendeiros ou pelos produtores mais mencionados do universo de pesquisa.

245 O relato de um assentado sobre uma venda de terras destacou: “esse senhor vendeu o lote dele ali perto da rodovia por 80 mil sacos de soja, estava R\$ 50 a saca, então deu uns R\$ 4 milhões. Agora está investindo aqui nessa chacara, e ainda deve sobrar muito dinheiro” (Registro no caderno de campo em 24/11/2014).

renos na vila ou mesmo sítios em outros assentamentos situados em “terras novas”²⁴⁶.

Contudo, tudo indica que, mesmo essa pressão sobre “cuia-banos”, não teria êxito (ou este seria menor) se não contasse com a colaboração de agentes inseridos há mais tempo no universo de pesquisa. Em algumas situações, a mediação do “negócio” foi feita por produtores vizinhos para os quais os assentados haviam trabalhado em anos anteriores. Em outros casos, foram antigos patrões, que, ao que parece, tinham a preferência do uso da terra a ser transacionada. Tudo indica que a mediação sempre mobilizava pessoas com o qual o assentado possuía algum tipo de obrigação, ainda que nossos dados não permitam precisar sua natureza. “Os caras [compradores] escolhem a pessoa certa para tratar do assunto”, conforme relato de um técnico ao se referir sobre o tema. A expressão “pessoa certa” era a referência à pessoa com a qual o assentado possuía algum tipo de obrigação inscrita em uma relação social anterior.

Algumas vezes, esses mediadores contavam com a colaboração de corretores de imóveis locais – profissionais, cujo ofício era mediar as transações de imóveis diversos recebendo percentagem quando da sua realização. A mediação trazia uma transação para uma relação pessoal e, assim, obscurecia da negociação o comprador real, o “estranho”, que certamente teria menor êxito caso buscase efetivar a negociação pessoalmente.

246 Sobre esse aspecto, é importante assinalar a função social dos corretores de imóveis instalados no local. Por terem proximidade com os assentados e demais moradores do universo de pesquisa, mediavam, sobretudo, a busca por terras em outras regiões. Ao fazê-lo, facilitavam a realização de transações de terra no universo de pesquisa, pois as oportunidades de investimentos em outras regiões se constituíam como alternativas para o uso dos recursos obtidos na venda da terra. O exame aprofundado dessa função, embora relevante, foge aos objetivos deste trabalho, mas pode se constituir um desdobramento de investigação.

Em todas as situações, o obscurecimento do comprador “estranho” teve continuidade após a transação, pois os “compradores de fora” cederam a terra (por meio de arrendamento) a produtores do município, muitas vezes, ao próprio mediador, que não raro atuava de forma articulada previamente. A mediação da compra, seguida do uso da terra por produtores locais que faziam parte das relações sociais há mais tempo, chegavam a produzir certa imprecisão sobre quem era o real dono da terra²⁴⁷, visto que, objetivamente, eram produtores credenciados que seguiam fazendo uso daquelas terras. Esses dispositivos não significavam a quebra da regra da preferência, mas certa adaptação a ela que permitia, em algum nível, aos “estranhos” terem acesso à posse da terra sem o rompimento efetivo das práticas correntes.

A esse tipo de comprador interessava dispor da renda e usufruir da valorização da terra. Já para o produtor ou assentado que mediava a transação da terra quando integrado a esse tipo de comprador, era por meio dessa transação que ele teria acesso a uma área de terra maior sem investir dinheiro na compra. Algumas informações sobre dois casos, ainda que escassas, sugerem que essa articulação entre o “comprador de fora” e o produtor do local possibilitava a este último o uso da terra (pelo arrendamento), com duração superior à média dos contratos praticados nas “terras velhas”²⁴⁸. Colocavam no horizonte a possibilidade de prolongar o

247 Sobre esse aspecto, cabe registrar os comentários de muitos assentados que tentavam compreender o que teria permitido a um assentado em particular dispor de condições para adquirir terras a cada ano: “não tem explicação, esse cara, até há pouco tempo, tinha a mesma coisa que nós, eu sei porque nós se ajudava para plantar. Agora não pode ver uma área de terra por aqui que compra, não tem explicação. Acho que tem o M. O. lá de Sinop que injeta dinheiro nessa coisa, não sei!” (Registro no caderno de campo, em 25/11/2014).

248 Raramente, em se tratando do uso de “terras velhas”, um contrato efetivado para uso da terra ultrapassava três anos, ainda que pudesse ser renovado ao final de cada período. Contudo, nas situações analisadas, como o interesse dos novos donos da terra era a renda fundiária, os contratos alcançavam oito a dez anos.

acesso ao uso da terra sem que isso exigisse a permanente busca por “manter” os vários assentados parceiros, como faziam anteriormente. Nesse sentido, ainda que o produtor mantivesse a relação com os assentados que venderam a terra, essa relação não mais envolvia obrigações referentes à terra.

Um desses casos foi verificado no assentamento Santa Rosa. Um empresário de Lucas do Rio Verde, que possuía um genro no assentamento, adquiriu, em 2012, cinco lotes que pertenciam a uma mesma família – o pai, dois filhos e um genro – ainda em situação de “terra bruta”. Essa compra, segundo alguns relatos, contou com a mediação do genro – vizinho dos lotes – e também de um produtor residente na vila que possuía relações com os assentados-vendedores, pois costumava os contratar para trabalhos eventuais em suas terras e em uma empresa local. Essa articulação conjunta entre esse produtor e o genro foi fundamental para efetivar a transação da terra. Logo após a transação, o empresário arrendou os lotes a dois assentados (que plantavam soja) com “indicados” pelo produtor local com os quais tinham um bom relacionamento.

Cabe acrescentar que se o comprador e os vendedores eram “estranhos”, ou seja, não possuíam uma relação pessoal antes da transação, isso se modificou nos anos seguintes. Consta que, a partir da compra da terra, o empresário se motivou a abrir uma filial de sua empresa na vila de Boa Esperança e, com efeito, construiu relações pessoais com uma gama mais ampla de pessoas residentes no assentamento e no distrito. Temos assim, uma situação que a transação da terra também se constituiu como um dispositivo que abriu a possibilidade de construção de novos relacionamentos, pois colaborou para a que um “estranho” se inserisse nas relações sociais inscritas no universo de pesquisa.

A mesma modalidade de articulação descrita que envolveu um empresário, produtores e assentados visando a posse e o uso de cinco lotes de terra também foi verificada entre os próprios assentados em unidades de apenas um lote. No assentamento Mercedes, dois assentados (pai e filho casado) faziam uso de dois lotes cujos

donos eram seus “antigos vizinhos do Sul”. “Eles compraram para investir, não vão vir pra cá, porque são agricultores lá e estão bem estruturados”²⁴⁹. A terra que para um deles era “um investimento”, para outros significava a “terra para plantar”, a qual foi agregada a composição de área de sua família. Se analisarmos a forma como a transação de terra ocorreu, encontraremos novamente a mediação de alguém já inserido no contexto do assentamento ou nas relações anteriores com os assentados²⁵⁰. Desse modo, o pretendo comprador poderia ser “estranho” ao vendedor (nesse caso assentados), mas poderia ser alguém próximo a pessoas que possuíam algum tipo de relação com o mesmo, sendo vizinhos, familiares ou conhecidos que estabeleceriam, por sua vez, a mediação do negócio. Vemos, portanto, que esse tipo de dispositivo que, de certa forma, autorizava a entrada de “estranhos” pela compra de terras entre assentados e seus familiares e conhecidos, também envolvia fazendeiros locais com empresários de outras regiões e, embora não constatamos nenhum caso, quiçá pudessem ser facilmente adotados para agentes de fora do país.

Nas “terras velhas” de Ipiranga do Norte, consolidavam-se como compradores preferenciais das terras alguns poucos produtores. Se nas “terras novas” quase todos poderiam ser compradores

249 Arno, assentado em Ipiranga do Norte, 21/10/2013.

250 Essa análise está baseada em estudos realizados por Aurélio Vianna em assentamentos do norte e do sul do Brasil no final da década de 1980 que já haviam identificado que, em determinadas circunstâncias, os assentados também transacionavam terras (compra, venda, troca), ainda que prezassem pela terra para efetivar a produção. A partir da classificação “terra de trabalho” e “terra de negócio” se organizavam essas múltiplas estratégias, que tanto poderiam envolver transações para melhorar as terras disponíveis para o trabalho como poderiam, a partir do trabalho em algumas terras, oportunamente, transacionar outras terras visando formar poupança. Outros tantos trabalhos enfrentaram essa discussão, que, sobretudo, ajuda a compreender a partir dos agentes o fenômeno que os gestores públicos chamavam de “problema da venda de lotes” da reforma agrária (VIANNA Jr. et. al., 1990).

em algum momento, nas “terras velhas”, a possibilidade de realizar uma transação de terra se tornava um aspecto singular. Claro que a elevação gradativa do preço da terra era um fator pertinente para produzir essa seletividade. Contudo, essa seletividade também produzia o próprio preço da terra e, por meio de outros dispositivos, impedia que outros pudessem comprar terras, mesmo se dispunham condições para tal. Essa constatação sugere que o preço da terra era produto de competição entre alguns produtores que se consolidavam como compradores de terras como uma de suas estratégias para ampliar as lavouras. Isso não é o mesmo que a elevação do preço da terra como produto da competição entre camponeses ou pequenos produtores decorrentes do aumento de suas famílias, sobretudo, em áreas de maior concentração destes, tal como verificado por autores como Chayanov (1966).

Para esse grupo seletivo, que competia entre si, o fato de a preferência construída a partir da relação estabelecida com os assentados e seus lotes seguia válido, mas o número de transações de terra que estava envolvido, nos últimos cinco anos, levou-nos a observar que essa regra não era mais suficiente para sua compreensão. Examinar o caso dos “negócios” de compra de terras de um dos produtores mais comentados entre os assentados contribuiu para entender outros elementos em jogo. Mauro era produtor, cujos “negócios” envolvendo a compra de terras estavam no topo dos assuntos comentados no lugar. Em 2014, por exemplo, um de seus “negócios” alcançou o maior valor (mensurado em sacas de soja e em dinheiro) pela compra de uma parcela de terra desde a criação dos projetos de assentamento. Uma área de 90 hectares havia sido vendida por 80 mil sacas de soja, superando a última transação desse tipo efetivada por outro produtor que havia alcançado 70 mil sacas no ano anterior por uma mesma quantidade de terra. Esse valor era produto da competição entre produtores que haviam adotado a estratégia de expandir suas terras a partir da compra de áreas em “terras velhas”.

A capacidade de comprar terras estabelecendo novos tetos de preço praticados no universo de pesquisa, não por acaso, evocava certa admiração desse ato entre os assentados. Estes, assim como outros residentes na vila, observavam o feito realizado por esses produtores, como expressão de sua “força”. Afinal, “ele sempre compra um pedaço a cada ano” e, em transações anteriores, “ele sempre fez negócio de terra e pagou certinho”, sugerindo a produção de prestígio alcançado a partir das transações. Embora não seja possível precisar a conversão do prestígio em recursos materiais, certamente colaborava para a construção do “seu nome” e contribuía para fortalecer seu relacionamento com as firmas, revendas agrícolas e bancos. Paralelamente, esses agentes se consolidavam como “compradores” legítimos, pois também eram produtores que possuíam relações anteriores com os possíveis vendedores: “eles chegaram aqui junto com nós”. Efetivamente, integraram a “turma de Lucas”, e seu deslocamento e inserção no local envolveu a mobilização de redes de base familiar. Assim, qualquer assentado que, por alguma razão, objetivasse vender sua terra procuraria aquele agente para negociar.

Entretanto, esses poucos produtores haviam produzido certa tensão, pois seus “negócios com terra” quando pensados dentro de unidades territoriais mais ou menos delimitadas como a área de um assentamento, reduziam o conteúdo social anterior da regra da preferência, sobretudo, entre assentados que possuíam condições socioeconômicas muito próximas. O assentado “A” poderia ter a preferência de compra, adquirida pelo relacionamento com um assentado “B” envolvendo o uso da terra do mesmo. Mas se o assentado “B”, por alguma razão, decidisse vender sua terra – por exemplo, devido ao endividamento – e o assentado “A” não tivesse condições de comprá-la – devido ao elevado preço – naquele momento, estava posta uma situação que favorecia os poucos produtores compradores que fizemos menção. Estes passavam a ter a preferência, mesmo sem que tivessem constituído quaisquer trocas anteriores que pudessem produzir a obrigação do possível

vendedor para com o mesmo, tão menos algum vínculo com o uso da própria terra a ser adquirida.

Ademais, as estratégias de expansão das terras por meio da compra de alguns produtores inflacionavam, de modo geral, todas as terras nos assentamentos e no município e colocavam em evidência o caráter ambíguo desse efeito.

Por um lado, ao efetivar um negócio estabelecendo um novo teto para o preço da terra, passava-se então a informar o preço de qualquer possível transação de compra e venda de terra que pudesse ser efetivada nos assentamentos. Com efeito, inflacionava o preço da terra, aspecto que era muito valorizado pela maioria dos assentados (DESCONSI, 2011, p. 78-80), que passavam a calcular o valor de sua terra tendo como referência essa transação. Como tratamos na seção anterior, a maioria dos assentados considerava a terra o principal ativo patrimonial acumulado e para ser transmitido aos filhos, ainda que muitas vezes convertido em outros ativos. Era sobre esse plano que observavam a valorização fundiária, não nos termos de uma lógica especulativa propriamente dita. Por outro lado, reduziam-se a possibilidades de, com o valor obtido na venda, efetivar a compra de outra área em Ipiranga do Norte, por exemplo.

Contudo, o maior efeito produzido pelos compradores estava na diminuição do número de assentados. A sua diminuição em número e qualidade significava menos indivíduos e grupos domésticos mobilizáveis para compor redes, visando ampliar seus recursos, por meio de acordos e trocas que lhes permitiam formar uma dada composição de lavouras no assentamento, tal como tratamos no Capítulo 3. Cabe lembrar que essas articulações, dentre outras coisas, permitiam o acesso à terra e a outros recursos para além dos disponíveis por um mesmo assentado e eram essenciais para viabilizar a implantação de lavouras de soja em unidades territoriais de menor escala. Desse modo, tanto do ponto de vista do poder de compra obtido pela venda como das possibilidades de efetivar a exploração agrícola articulando-se com outros assentados de status social mais próximos, colocavam-se no horizonte as “terras novas”.

5.3. Terra produtiva: documentos, registros e a legitimidade do uso da terra

Estamos tentando demonstrar a complexidade da construção da legitimidade do uso e da posse da terra, chamando atenção para o peso da construção de vínculos sociais entre os agentes estudados para assegurá-la, o que recoloca os documentos associados à posse da terra (especialmente o título de propriedade) não como critério exclusivo para essa finalidade. Contudo, cabe agora examinar o peso desses documentos e registros na construção da legitimidade da posse, e é o que faremos na primeira subseção. A luta por legitimar-se como “|produtor” nos assentamentos estudados, entretanto, implica em acesso a um conjunto de recursos mobilizados de múltiplas maneiras pelos assentados. Dentre esses recursos a terra para implantar lavouras segue sendo um dos mais disputados e importantes no contexto atual. A diminuição ou ampliação de terras por parte dos assentados, além das questões específicas, deve ser compreendida a partir do espaço físico como lócus, onde se expressam as relações, as tensões entre os agentes do espaço social. Assim, na última subseção, situamos a reflexão nas limitações quando ao acesso à terra ou a mais terra para os assentados e seus filhos, tanto em “terras velhas” como nas “novas”, observando o movimento dos agentes dominantes da região, sobretudo, fazendeiros e empresários.

5.3.1. Entre o título de propriedade e a legitimidade do uso da terra

Em 2013 e 2014, uma operação do Ministério Público chamada de “Terra Prometida” atuou no sentido de dismantelar grupos que estariam concentrando lotes nos assentamentos da região. O qualitativo “prometida” no nome da operação sugeria que os assentados estavam perdendo suas terras para fazendeiros e empresários. Nessa operação, o fato de os lotes estarem ocupados por lavouras

de soja, ao que tudo indica, era o primeiro elemento para suspeitar da existência da concentração. Na operação, foram presos temporariamente diversos empresários, fazendeiros e nomes conhecidos na região, assim como alguns assentados que diziam que “plantavam em família”. Em reação, assentados e lideranças locais estabeleceram manifestações contrárias à operação, atitude organizada em torno do slogan “Terra Produtiva”.

Como pressuposto dessas duas frentes, e não é nosso interesse adentrar em sua análise devido à nossa insuficiência de dados, estava posta uma batalha sobre concepções das práticas de uso das terras nos assentamentos, que também era uma batalha entorno dos elementos que conformavam sua legitimidade. De um lado, uma operação que trazia, ainda que não inscritos em normas, o modelo do assentado que: residia sobre seu lote ou proximidades, conduzia sua terra com a família elementar e cuja unidade de produção contasse com a presença dos policultivos e diversas criações. Ao fazê-lo, exprimia a associação entre soja e as fazendas e sua incompatibilidade de assentados plantarem soja nas terras dos assentamentos. De outro lado, os assentados, ou uma parte deles, defendiam a soja no assentamento colocando esta como a expressão da “terra produtiva”, sugerindo que os assentamentos produziam tal qual as fazendas. Buscavam, assim, a legitimidade do acesso à terra a partir de uma concepção particular de “produtivo” inspirado no modelo predominante, mas que, para eles, compreendia o trabalho na terra.

Por muitos anos, acompanhar a movimentação das terras segundo as práticas de uso dominantes se constituía a estratégia para a maioria dos assentados. Realizar a abertura das terras e/ou transformar pastagens e lavouras se constituía o caminho por excelência para ter um “lote produtivo”. Isso colaborou para que inúmeros assentados estabelecessem arranjos com familiares, vizinhos e fazendeiros visando acompanhar o ritmo da abertura das terras e implantação de lavouras em seus lotes de terra. Dentre

outras coisas, estava em jogo a legitimidade da posse, produzida a partir do uso dessa própria terra.

O produtivo supõe a terra “em movimento”. Se observarmos o caso do assentamento Mercedes quando a maioria dos assentados estava trabalhando com a criação de gado como atividade dominante, naquele contexto, até cinco anos atrás, essa era a forma de “manter a terra em movimento” e considerada legítima por todos ali. Quando vários dentre eles passam a ser ocupados pela soja, é esta que passa a ser a referência de práticas de uso, que geram o movimento da terra; com efeito, o gado passa a ser visto como sinônimo de “terra parada”. Ora, a classificação de um lote, uma zona do assentamento a partir desse qualitativo, é reconhecer como não legítimos aqueles que fazem uso ou controlam essas terras, cria-se então um ambiente para a apropriação das terras por diversos meios.

Vimos no Capítulo 1 que os assentamentos, segundo nossos interlocutores, foram criados justamente sobre glebas ou propriedades territoriais classificadas por diversos agentes como “terras paradas” na década de 1990. Por conseguinte, a criação dos assentamentos foi responsável por “movimentar a terra”. Todavia, quando o modelo das grandes fazendas passa a informar o ritmo e as práticas de uso na região – particularmente, a partir do ano 2000, no momento em que os assentados eventualmente mexiam com outras atividades produtivas e/ou estavam realizando a transformação de seus lotes gradativamente de acordo com suas condições – é que as terras passam a ser classificadas por outros agentes, inclusive alguns técnicos do INCRA, como “terras paradas”. Ocorre que a implantação de projetos de assentamentos, enquanto uma ação estatal, sempre foi acompanhada de parâmetros de avaliação do (in) sucesso a partir de critérios associados à “viabilidade econômica” dos mesmos (ESTERCI; MEDEIROS; FRANCO; LEITE, 1992).

Do mesmo modo que os assentados no processo de luta pela terra consideraram a classificação de determinadas áreas de terra

como “paradas” para estabelecer ocupações e acampamentos (DESCONSI, 2015), outros requerentes por terra também mobilizavam esse dispositivo para legitimar a tomada de posse de lotes dentro do próprio assentamento. Geralmente, parentes de alguns assentados, às vezes, seus filhos adultos, ao identificar um “lote parado”, estava posto o elemento justificador para proceder a “invasão” do lote, isto é, apropriar-se desses lotes e iniciar em seguida a reivindicação dos mesmos junto ao INCRA. O relato de um assentado sutilmente sugere que esse tipo de caso colaborou para que intensificassem a abertura das terras em lotes do assentamento Mercedes:

E lá na Mercedes, os filhos tinham os lotes deles, mas ali estava tudo meio parado, mas, depois de dois anos, eles começaram a abrir de novo lá, porque só tinha um barraquinho em cima, e o lote de outro vizinho que estava parado desse jeito, tentaram invadir (Fernandes, assentado Ipiranga do Norte, 07/11/2013).

Estamos argumentando que a legitimidade social da posse, tanto para a sua manutenção no âmbito das relações sociais ao qual o assentado integra como para conquistar o título definitivo de sua parcela, evoca uma concepção particular de terra produtiva, da terra em movimento. Essa concepção sobre o “produtivo” produzia como seu oposto o “não produtivo”, abrangendo qualquer outra forma de produção que escapasse dos produtos predominantes. Não por acaso, conforme já examinamos, mexer com outros produtos (feijão, batata, mandioca, hortaliças, frutas, por exemplo) era o mesmo que “não plantar”. É importante considerar que essa concepção de produtivo que aparenta certa construção técnica, por ser mensurável e avaliada, tornava-se a mola mestra para justificar a “função social” da lavoura, afinal, se a vida das pessoas no contexto estudado está vinculada direta ou indiretamente a ela, ainda que por falta de outra alternativa, não é difícil associar sua importância

social (geração de empregos, sustento economias domésticas, movimentação a economia local e nacional e assim por diante).

Contudo, defender essa concepção de “terra produtiva” também era defender as relações sociais que a sustentam. Sobre esse aspecto, nesse contexto em particular, plantar soja ou, ao menos, ter sua terra ocupada pela soja, mesmo que cedida para outros, consistia em um dos principais dispositivos para legitimar-se como usuário da terra e assim pleitear o reconhecimento do direito de posse, objetivado também na concessão do título de propriedade, depois de muitos anos.

Entretanto, segundo pudemos apurar entre os diversos assentados, os agentes do INCRA também divergiam na concepção de produtivo que levavam adiante. Periodicamente, o INCRA avaliava como os assentados estavam conduzindo seus lotes, e isso era parte de um processo mais longo para consolidar (ou não) a titulação definitiva da parcela de terra; a tensão referente ao momento em que “quando o INCRA vier” fazer as vistorias para encaminhar a titulação definitiva. Ao que parece, desde a criação dos assentamentos, o que orientou a sua regulação, ao menos nesses situações sobre as “chapadas”, foi o incentivo para que os assentados desenvolvessem a agricultura mecanizada, conforme relato que fez referência aos primeiros dez anos após a criação do assentamento (1993-2003):

E nós tinha que plantar, fazer agricultura, por conta não conseguia, tinha que ir atrás das firmas. E o INCRA pressionava, tem que trabalhar, tem que plantar, tem que ocupar a terra. Eles vinham sempre dar uma olhada aí (Arnaldo, assentado Ipiranga do Norte, 22/09/2014).

É difícil precisar o impacto disso, e não é intenção fazê-lo, mas apenas assinalar que ele colaborou para que a soja ocupasse em poucos anos as terras do assentamento. A legitimidade da posse era fruto da legitimidade do uso. Tratava-se de uma concepção de uso,

referia a uma ideia do que era a agricultura e, em consequência, do que era “plantar”, que servia de modelo para os assentados. Se não tinham os meios para fazê-lo, conforme já destacamos neste trabalho, cediam (ou deveriam ceder) a terra a outros. “Movimentar a terra” era uma condição para alcançar a legitimidade da posse. Nesses termos, a legitimidade entre os assentados e demais agentes do universo de pesquisa e, particularmente, diante dos funcionários do INCRA decorria da lavoura.

Entretanto, ao longo do tempo, isso gerou um segundo desafio para os assentados (detentores do direito de posse do lote), que era “comprovar” que o “movimento da terra” foi conduzido por próprio requerente ou ao menos teve sua participação. Isso tornava-se particularmente um desafio para aqueles que cederam o uso para vizinhos, familiares e fazendeiros durante anos, pois não possuíam os meios para plantar. A comprovação, aqui enunciada, seria efetivada tanto no âmbito do reconhecimento social como aquele que “planta”, assim como poderia ser fortalecida por meio de papéis e registros da produção “em seu nome”. Que produção? Produção nesse contexto é a produção de soja e milho. Nesse caminho, quanto mais se aproximava o momento em que “o INCRA vinha fazer a vistoria”, entrava em cena uma verdadeira procura por documentos e registros, pois eles pareciam pertinentes para legitimar a posse, antes de acessar o título da parcela.

Nos capítulos anteriores, em diversos momentos, o leitor deve ter observado que o “nome” aparecia como um dos “objetos” cedidos, trocados, emprestados ou apropriados nas relações entre os assentados. O nome, aqui, não possui seu sentido vinculado à “pessoa moral”, conforme formulado por Mauss (1985, p. 1-15), o que, no contexto estudado, evocaria, sobretudo, a ideia de “nome de família”. Ainda que possa ser entendido como elemento constitutivo deste, seu uso remetia, quase sempre, à inscrição em documentos e registros, que, segundo Peirano (2006, p. 25-49), dá ao indivíduo uma identidade, sobretudo, no âmbito das relações interpessoais. Falamos do nome como meio para registrar, por exemplo,

a posse da terra, as transações comerciais – compra, venda de produtos– as transações financeiras – a tomada de financiamentos em firmas e bancos – os registros contábeis e fiscais e assim por diante. Trata-se da identificação, no nosso caso, na condição de assentado ou produtor, permitindo tanto demonstrar seu vínculo com a produção agrícola como a condição de ser “dono” da terra no âmbito das relações interpessoais. Ainda que estejamos tratando de um universo de pesquisa onde predominam relações pessoais, os agentes tinham de lidar com essa dimensão interpessoal, sobretudo, quando o assunto era a relação com agentes do Estado ou com as firmas e revendas agrícolas.

Nesses termos, seria simples considerar que, conforme examinamos na seção anterior, a distribuição da posse da terra, em termos de registro, em nome de diferentes integrantes não tivesse um significado ou pouca pertinência no contexto das relações pessoais.

Se o reconhecimento como assentado, como “produtor”, implica em um reconhecimento social como o agente que controla a lavoura, repassar a terra para outros por meio de arrendamento, por exemplo, implica em ser classificado em seu sentido contrário, conforme trecho da entrevista a seguir:

Arrendar a terra pra outros, você empobrece. Mesmo sendo bacana, você deixa de ser um produtor. Você deixa de dar um segmento, você vai viver como um parasita, esperando aquela migalha e vivendo do arrendamento. Se você está envolvido num negócio, com um produto, aí vai ter o seguimento. Diminui aqui, avança ali, aqui está dando. Se você arrendar a terra, você não faz nada para ter dinheiro (Arnaldo, assentado Ipiranga do Norte, 27/09/2014).

Constituir-se como produtor é assegurar diante dos demais o atributo associado ao “trabalho”, em sua expressão associada à gestão de lavouras. A busca por dispor de papéis e registros compunha

parte desse reconhecimento, mas que isoladamente não faziam sentido. Vimos que é comum a dissociação entre o reconhecimento social do “dono” da posse e aquele que possui o registro da posse, assim como poderia ser diferente o reconhecimento social da condição de “produtor” e aquele que possui as transações de compra e venda de soja registrada em seu nome. Essas operações ganham maior complexidade, pois encenam a tentativa de manter relações pessoais, mas construir cenários de relações interpessoais, que eram acionadas ou entravam em cena em circunstâncias específicas.

Em que medida se produz o controle do registro no nome pelo indivíduo que possui esse nome para registro? Era comum, por exemplo, que o pai dissesse: “coloquei a soja no nome do rapaz. Se sair mais assentamentos, nós temos nome pra botar”. O nome aparece como um dos recursos disponíveis pelos grupos domésticos sob controle do pai, não pelo indivíduo detentor do nome em si. No Capítulo 2, vimos que essa era uma prática que integrava o processo de socialização dos filhos solteiros do grupo doméstico. Entretanto, o nome para registros diversos é dessas “coisas” inalienáveis, que, mesmo dado, cedido, emprestado ao controle de outros, não se desvincula de seu possessor (GODELIER, 2001). Quando o pai diz que “tem nomes para botar”, falava da possibilidade de registrar lotes de terra no nome dos filhos e continuar exercendo o controle sobre o recurso registrado (nesse caso, a terra). Seria simples considerar que seria um mero registro, necessário para lidar com exigências normativas e legais. Entretanto, por meio do registro no âmbito das relações interpessoais é que o filho construía as credenciais para ter direito à posse de uma parcela de terra. Assim, era fundamental para aquele que controlava o nome de outro – o pai, irmãos, sogros ou um vizinho, por exemplo – a busca por manter permanentemente a relação interpessoal mais ou menos isolada das relações pessoais. Na medida em que eram efetivados registros e transações no nome cedido pelo possessor, estava posto que, no plano interpessoal, o possessor poderia requerer o direito dos bens e serviços transacionados ou registrados. Mesmo

que não viesse a fazê-lo, poderia, a partir desse “recurso”, negociar compensações para que o direito adquirido na relação interpessoal nunca fosse requerido no âmbito pessoal.

Um de seus principais mecanismos para “ganhar” o possessor do nome em uso consistia em contribuir para sua construção no âmbito interpessoal. Se o filho “cedia” seu nome ao pai, que passava a operá-lo no âmbito das relações interpessoais, este deveria “cuidar do nome” do filho que estava sobre seu controle. Isso se dava de forma objetivada nas operações de registros da produção, de financiamentos, de compra e venda de insumos, de registro de bens e assim por diante. Por fazer essas operações, o filho poderia ser compensado com o atendimento de necessidades individuais no final do ciclo agrícola anual, por exemplo.

Contudo, no âmbito tanto dos grupos domésticos como no âmbito de redes mais amplas, gerir transações e registros fiscais e comerciais em nome de outros, raramente, era feito por meio de ausência total ou ciência mínima das operações por parte do detentor do nome, ainda que não opinasse sobre as próprias operações nesse inscritas. Logo, ao ceder o nome, essa “coisa” por não estar separada do seu doador, mesmo na sua ausência, expressava, em maior ou menor nível, sua presença.

Vimos no capítulo sobre a relação dos assentados com as firmas que era comum que assentados cedessem seus nomes para os vizinhos que plantavam soja, dentro de um conjunto de trocas. Contudo, esse ato, nem sempre mensurável ou possível de ser lido a partir do “toma lá, dá cá”, abria a possibilidade de construir um nome no plano das relações interpessoais, no qual documentos e registros em softwares parecem ser essenciais. Portanto, ceder o nome para registro significava poder construí-lo no plano dos registros e documentos e, por essa via, acessar os meios para fortalecer o próprio nome enquanto pessoa moral.

Desse modo, tudo indica que aquele que cede o nome, como um dos “objetos” nas diversas trocas, espera que aquele que recebe possa zelar pelo seu uso. Um caso desse tipo de “troca”

é particularmente interessante para mostrar a tensão produzida quando o possuidor do nome constatou que aquele para o qual cedeu seu nome para registro não estava colaborando para sua construção, mas para sua destruição:

Olha, eu comprei um desses lotes ali de um cara que trabalhava na mesma cidade que eu antes de vim pra cá. Aí eu disse pra ele que eu só comprava dele se ele passasse uma procuração pra mim poder financiar no nome dele. Senão eu não tenho como fazer. Ele disse “não”, nós fizemos a procuração. Quando eu fui no banco pra financiar, ele me deu o cartão do banco pra mim controlar a conta, e eu fui trabalhando com o nome do cara. Chegou um ano que toda dívida que eu podia jogar no nome dele, daquele lote, eu jogava e deixava o meu livre. Eu fiz todo o financiamento em cima daquele lote daquele nome pra todas as áreas. Não sei o que ele foi fazer um dia no banco e o cara descobriu e ficou doido. Quis tirar satisfação, aí eu briguei e disse “não preciso mais de seu nome, vou pagar o que tá registrado nele e acabou tudo” (Jorge Leite, presidente da cooperativa de Ipiranga do Norte, 15/09/2014).

Esse tipo situação demonstra que o ato “emprestar o nome”, nesse caso, por meio de uma procuração, ainda que o uso desse documento seja o caso menos frequente, constituía um dos “objetos” de trocas entre as partes. Geralmente, “o nome” era um componente que raramente se constituía como um elemento central nas trocas, sendo comum integrar de forma complementar as trocas tal como aparece no relato do entrevistado. O “nome” foi cedido pelo vendedor ao comprador como parte de uma transação da terra, atribuindo o controle para fins de estabelecer transações junto a bancos, firmas e revendas colaborando para a implantação de lavouras sobre aquela área de terra. Para o produtor que passou a operar com o nome do vendedor, tratava-se de um instrumento para viabilizar

determinadas operações bancárias e comerciais, as quais seu acesso era garantido via relações pessoais construídas com os agentes dos circuitos dos negócios. Entretanto, a expectativa da concedente do nome (vendedor) era que essas operações pudessem ajudar a melhorar sua situação no âmbito das relações interpessoais, acreditando que os registros em bancos e firmas, em operações e compra e venda de produtos agrícolas, em tomada de financiamentos o fortaleceriam, pois “passaria a existir” nesse âmbito algo que não possuía até então. De fato, essas operações estavam sendo registradas. Contudo, quando o vendedor constatou que esses registros estavam produzindo uma associação de seu nome interpessoal a dívidas elevadas, à baixa produção comercializada, entendeu que aquilo contribuía para a “destruição de seu nome”, um ato de “descuido” com o nome emprestado, que significava uma afronta para seu possuidor por parte daquele que o controlava. Por tal ofensa e tensão produzida entre ambos, levou ao fim do acordo. Em suma, o vendedor cedeu o controle do nome para que o produtor/comprador pudesse ajudar a construí-lo e também como um dispositivo que contribuiria para o comprador implantar a lavoura e, assim, colaborava indiretamente para gerar os meios para garantir o pagamento da terra.

5.3.2. O espaço aqui está ficando apertado: a concentração do uso da terra

Um dos aspectos que viemos chamando atenção nessa pesquisa é para as particularidades que geram a concentração do uso da terra no contexto estudado. Sua compreensão tem se mostrado muito mais complexa que linhas explicativas que se restringem a dar destaque ao processo de compra de terras por parte de alguns agentes “externos”, geralmente fazendeiros e empresários. Se falamos em concentração de uso, é porque essa não necessariamente leva à concentração da posse (ou da propriedade). A concentração do uso decorre da formação de composições de áreas articuladas em

forma de rede mobilizando vários indivíduos e grupos domésticos e traz implícita a autoridade de alguns integrantes que assumem com maior ou menor intensidade a gerência dessa composição. Se podem ter como o agente principal um empresário ou fazendeiro, como já assinalamos, também podem envolver os próprios assentados em arranjos construídos entre pais e filhos, entre irmãos ou entre dois ou mais vizinhos do assentamento. Podemos nominar como composições sociais móveis, cujas durações e amplitudes dependem de vários elementos, dentre eles, a capacidade de produzir obrigações duradouras entre os envolvidos. Certamente, quanto maior o lapso de tempo entre bens e serviços trocados que dão vida a essas redes, maior a probabilidade de manutenção de uma dada composição para uso, segundo fórmula presente em Bourdieu (2009, p. 219). Ao que tudo indica, isso aparece principalmente quando as redes são formadas por diversos agentes em posições sociais muito desiguais – quando integram fazendeiros e vários assentados, por exemplo – fazendo com que as próprias articulações no entorno da lavoura reforcem posições anteriores à sua constituição.

A concentração pelo uso é percebida como um “problema” para muitos assentados quando o ritmo de ampliação das terras para lavoura e as estratégias de fazê-lo por alguns assentados ou produtores alcançavam um nível muito distinto do ritmo dos demais. Isso porque a maioria dos assentados que mexiam com lavouras em composições menores de 300 ou 400 hectares o faziam mobilizando diversos recursos, sobretudo, terras, para além daqueles que possuíam. Sobre essa base, estabeleciam o “cálculo econômico” de seus grupos domésticos, que adquiria caráter interdependente, pois contava quase sempre com a mobilização de recursos para além daqueles que efetivamente possuíam. Então, a expansão de alguns produtores de soja em ritmo “muito acelerado”, mesmo que mobilizando outros assentados e integrando-os à sua rede, afetava os demais, particularmente, ao reduzir o número de assentados com os quais poderia estabelecer trocas associadas à lavoura. Sem essas trocas, parte dos recursos, como trabalho físico, máquinas e

implementos, acesso às empresas e bancos, a própria terra, limitavam as suas possibilidades de mexer com lavoura.

Nesses termos, muitos assentados ao se referir sobre a situação atual em Ipiranga do Norte salientavam: “o espaço aqui está ficando apertado para mim”. A expressão se refere às limitações para manter ou ampliar as terras em uso, e não somente a possibilidade de comprar terras, como geralmente é mais comum se fazer referência. Mas o “aperto” no espaço territorial é produto de um “aperto” no espaço social, onde os mecanismos de dominação daqueles em posição superior (re)produzem restrições de mobilidade (social) cada vez mais marcantes. Uma de suas expressões estava nos próprios limites estabelecidos para um assentado controlar sua própria lavoura de soja e, por meio deste, alcançar o reconhecimento da condição de “produtor” (de soja). Essas restrições não significavam o fim das relações pessoais que marcam o universo de pesquisa, mas que essas relações pessoais, ainda que importantes, não eram suficientes para mobilizar os recursos necessários para manter e ampliar a exploração agrícola, ao menos para a maioria.

Não foram raros os assentados que, dispendo de um lote em Ipiranga do Norte (“terra velha”), estavam visualizando estratégias de ingressar em “terras novas”; falaremos de seus limites mais adiante. Não estava em jogo exatamente a impossibilidade de “viver” da lavoura em 70 ou 90 hectares com alguma atividade complementar para garantir os “gastos da casa”, como já discutimos neste trabalho. Vejamos o que diz um assentado sobre um lote que o pai tinha à disposição e sua avaliação em dar sequência ou não ao plantio de soja na área ou investir em áreas novas:

Na verdade, ali, se comprasse mais um pulverizador e uma plantadeira de 8 linhas, não precisava mais nada, fazia tudo. Mas a área era pequena, e não tem como pegar alguma terra ali perto (Claiton, assentado e representante comercial, 24/09/2014).

Ele entendia que a área era insuficiente para, ao menos durante determinado tempo, essa lavoura suprir as necessidades de dois grupos domésticos (seu e do pai). Não seria insuficiente se, por esse tempo, fosse possível fazer uma “parceria” com um vizinho próximo que lhe permitisse plantar uma área um pouco maior (mais um lote, por exemplo). Não se trata somente de expandir por meio da compra, mas expandir – por meio de articulações com familiares, com vizinhos – de modo a permitir acesso a mais terras – para além da posse – e, assim, atender a necessidades dos diversos integrantes dos grupos domésticos, segundo sua fase no ciclo de vida e necessidades consideradas razoáveis no contexto estudado. Nesse sentido, “estar cercado por grandes” significava poucas chances de isso se efetivar, de realizar esse tipo de manobra, ao menos de forma mais ou menos controlada.

Em verdade, no caso ilustrado acima, por exemplo, havia apenas um vizinho que poderia ser mobilizado para acessar alguns recursos necessários para a exploração agrícola. Mas o recurso que mais interessava ao pai de Claiton, além de alguns implementos, era poder participar dos resultados da lavoura implantados em terra para além da sua, dando conta do aumento da composição familiar. Essa possibilidade não compunha as pretensões do vizinho em hipótese alguma, que pretendia ampliar as terras em uso, não reduzi-las ou partilhar os resultados nela obtidos. De forma similar, em outras tantas situações observadas nas “terras velhas”, alguns assentados sabiam que “contavam” com familiares para muitas coisas, mas como estes integravam redes de outros produtores envolvendo, nesse processo, a cessão de sua terra aos mesmos, logo, esse recurso não estava em questão para ser partilhado, cedido ou emprestado. Nesse sentido, pode-se dizer que a terra passava a ser “guardada” por aqueles que a controlavam para seu uso, o que, de alguma maneira, a retirava da circulação e da possibilidade de ser acessada por outros assentados.

A partir dessas reflexões, damos-nos conta dos sentidos inerentes ao constante acompanhamento que uns faziam dos outros,

sempre atentos à situação das redes que davam suporte a determinadas composições de áreas ocupadas por lavouras. Pareciam querer identificar qualquer sinal que pudesse indicar a dissolução de determinadas composições de terras, sejam operadas entre familiares, vizinhos ou por fazendeiros e assentados, que poderia abrir algum “espaço” para que outros passassem a acessar o uso das terras. Não por acaso, em vários roteiros que realizamos pelos assentamentos em Ipiranga do Norte, guiados por nossos interlocutores, foram frequentes as narrativas que avaliavam a situação dos usuários das terras. Davam destaque àqueles que, por alguma razão mais específica ou mais geral, apresentavam sinais de fragilidade nas articulações entorno da lavoura, o que indicava que aquelas terras pudessem circular, ainda que fosse uma simples passagem de seu uso de uma mão para outra. Em um desses roteiros, um assentado nos explicava diante de uma dessas terras:

Ali é dos Menetti. Tinha o filho de 40 anos que tocava tudo e passou mal e, em poucos dias, faleceu. Agora o velho, que tem quase 80 anos, está tentando tocar as coisas. Não sei se vai conseguir. Outro filho não tem. Tem 600 hectares aqui, tem tudo no lote. Chegaram, compraram um e foram ampliando com os vizinhos e, depois de uns anos, compraram os outros (Mauri, assentado de Ipiranga do Norte, 24/09/2014).

O assentado parecia observar o falecimento como uma situação repentina que alterou abruptamente a organização familiar, colocando em evidência sua preocupação com o sentimento de pesar dos seus integrantes. Mas, ao mesmo tempo, o interlocutor, dadas as circunstâncias, visualizava a possibilidade daquela terra em uso pela família ser repassada para outros produtores plantarem. Situações diversas que afetavam uma dada composição social e territorial de lavouras, como o falecimento repentino do filho, mas também: idade avançada e ausência de filhos assumindo as

tarefas agrícolas, brigas, o endividamento com firmas e revendas, momentos de crise ou más colheitas, a ampliação de investimentos em “terras novas”, efetivação de “negócios arriscados”, entre outras. Tais situações emitiam sinais de fragilidade da rede, as quais poderiam ser apenas sinais, mas, caso evoluíssem no limite, significariam que terras em uso “paradas” nas mãos de um conjunto de pessoas seriam “movimentadas” para a mão de outras.

Em que pese a possibilidade do uso de uma dada área de terra ser repassado para outros, as condições sobre as quais isso se daria não seriam as mesmas de quando essas terras foram acessadas pela primeira vez. No caso da família Menetti, se o velho de 80 anos decidisse não mais tocar as lavouras, certamente repassaria seu uso a outros, ou talvez a venderia, mas o faria em uma só unidade. Já não seriam seis lotes de 90 hectares cada um, mas uma única parcela de 600 hectares, o que por si restringia os possíveis interessados a um grupo menor que dispunha de maior quantidade de recursos para assumir essa quantidade de uma só vez.

A partir desses dados, tudo nos leva a crer que a expressão o “espaço está ficando apertado” significa que as condições de possibilidade para produzir-se ou reproduzir-se enquanto produtores, conduzindo lavouras de soja, tornavam-se limitadas para a maioria²⁵¹.

No bojo das comparações produzidas pelas experiências de assentados entre as “terras novas” e “terras velhas”, costumavam fazer menção à primeira acentuando as dificuldades vividas e, ao mesmo tempo, a caracterizavam como um período em que “o pessoal se ajudava muito”. Conforme seu Fernandes, “na época que nós chegamos aqui, nós éramos mais unidos, tudo pobre igual,

251 Isso não é o mesmo que dizer que as possibilidades de reprodução social encontravam limites, o que para ser verificado implicaria em um exame aprofundado de outras estratégias (alternativa), tais como a inserção mais ativa nas atividades das vilas e cidades emergentes, por exemplo.

porque depois o dinheiro divide um pouco”.²⁵² Na mesma direção, em uma entrevista com o prefeito de Ipiranga o instigamos com o seguinte comentário: “as pessoas parecem que se ajudam muito aqui, fazem parcerias, trabalham com a família para tocar lavou-ras”. Em resposta a essa nossa provocação ele respondeu:

Já foi mais nos primeiros anos, que quando o ser humano está necessitado, que precisa das coisas, ele se apóia e ajuda os outros, quando melhora um pouco, isso se vai[...]. Depois, ficou muito individualizados, por isso, ficam fracos. Se fizessem tudo junto, logo teriam condições de crescer, ampliar as áreas e até comprar outras terras ali. Mas como ficam individualizados, quem amplia é o grande, que tem condições de fazer. Esses vão engolindo e concentrando tudo (Prefeito de Ipiranga do Norte, 25/10/2014).

Guardadas as reflexões bem conhecidas pelos antropólogos sobre as narrativas que enaltecem situações passadas como “o melhor tempo” em relação ao presente, os sentidos dessa comparação exprimem elementos concretos produzidos na experiência dos assentados. “Eram mais unidos” sugere um imaginário que resgata um conjunto de “ajudas” e “trocas” operadas entre os assentados e, entre estes e outros agentes (como fazendeiros do entorno), em grande medida, relacionadas diretamente à exploração agrícola. Essas modalidades diminuem nas “terras velhas”, dentre outras coisas, pela menor necessidade de trabalho no calendário anual, mas também porque as formas de “ajuda” passaram a operar de forma indireta ou como uma esfera mais específica na vida social. Das ajudas, as trocas que operavam, em sua maioria, diretamente na exploração agrícola, passam a ser mediadas por outras esferas da vida social, como a política, pelo estabelecimento de circuitos específicos de sociabilidade, sugerindo certa tendência de separação

252 Entrevista, assentado, 07/11/2013.

entre as trocas econômicas e as trocas de dons (DUFY; WEBER, 2007). Essas outras dimensões não foram analisadas nos limites desse trabalho.

Como vimos no Capítulo 1, nas “terras novas”, ainda que sua ocupação tivesse se efetivado a partir de agentes de diferentes posições sociais e por diferentes categorias mesmo entre os próprios assentados, é certo que havia um maior número de indivíduos e grupos domésticos com condição e status mais ou menos próximos entre si. “Todo mundo era pobre”, conforme ressaltou seu Fernandes, evoca a proximidade de condição entre os assentados. A menção ao “dinheiro” marca o momento posterior (a passagem de “terras novas” e “terras velhas”), algo cronologicamente não superior a 20 anos no contexto estudado. Ele simboliza as diferenças econômicas produzidas a partir de então, o que parece ser suficiente para que alguns agentes identificassem, à sua maneira, um expressivo processo de diferenciação, expresso no aparecimento de alguns “ricos” entre os “pobres”, entre os próprios assentados.

Nesses termos, é preciso considerar que a busca por “terras novas” também aparecia como expectativa de encontrar-se (novamente) entre outros mais próximos de sua posição e que enfrentariam condições similares no “espaço”, sobretudo, dispondo das possibilidades de construir relações sociais a partir do vínculo direto com a terra e a seu uso, premissas da expressão “as pessoas se ajudam mais”. Esse significado das “terras novas” também aparece em relação à própria família, cuja inserção nas “terras novas” produzia, ao menos no imaginário social, a perspectiva de união, ao passo que as “terras velhas” sugeriam a fragmentação entre seus membros e os grupos domésticos.

Sobre esse aspecto, no contexto estudado, os próprios assentados visualizavam como uma das principais ameaças, a diminuição da criação de novos projetos de assentamentos, política pública que lhes deu acesso às “terras novas”. Tal constatação e seus efeitos

eram associados aos governos, que eram ou foram responsáveis pela política fundiária do país, nos seguintes relatos:

O que esse governo fez para os pequenos produtores? Eu vejo ali, uma mulher que é minha cliente aqui, ela mora na fazenda, é dedicada e sonha com um pedacinho de terra. Agora voltou para trabalhar na fazenda, mas lá é empregado. Os meus filhos mesmo, tem dois aí na terra porque gostam muito. Um tá lá no assentamento Mercedes, mas, daqui a pouco, perdem tudo, porque não conseguiram regularizar no INCRA e provar que plantam. Não saiu mais projetos de assentamento (Marta, assentada Ipiranga do Norte, 23/10/2014).

De alguma maneira, sobre as várias “turmas”, talvez, pudéssemos considerar que pelo menos há três gerações que se reproduziam, efetivando, de tempos em tempos, o deslocamento para novas terras, de alguma maneira acompanhando, justamente, as políticas fundiárias e de (re)ocupação territorial desenvolvidas pelo Estado desde o século passado (HEREDIA et. al., 2010; DESCONSI, 2011). A crítica ao governo vigente no momento do trabalho de campo incidia sobre a constatação que, na década de 2000 em diante, “parou de sair assentamentos”. Os dados do INCRA demonstram que, entre 2005 a 2015, foram criados 78 projetos de assentamento com aproximadamente 456 mil hectares divididos em 9.456 lotes em Mato Grosso (cf. Anexo II). Em alguma medida, isso demonstra que os assentamentos continuaram sendo criados, mas tanto em número, área reformada e número de beneficiários houve uma diminuição quando comparada com a década anterior, ainda que parte deles se tratassem como assentamentos em modalidades que não prevêm a divisão em parcelas individuais²⁵³.

253 Tratam-se das modalidades Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) e Projeto Extrativista (PE) criados sobre áreas com rica vegetação nativa e supõem outras formas de exploração, não associada às modalidades de

Entretanto, há que examinar com maior atenção para compreender o que significa dizer que “parou de sair assentamentos”. Se recortarmos os assentamentos criados nos municípios que integram as microrregiões do Alto Teles Pires e Arinos (cf. Anexo III), vemos que, no período, foram criados projetos de assentamentos somente nos municípios de Claudia, Nova Mutum e Juína. Os demais concentram-se a noroeste e ao sul do estado de Mato Grosso e sobre terras consideradas pelos entrevistados como áreas “não aptas” para a implantação de lavouras.

Outro dado que chama atenção é a diminuição do tamanho do lote que compõe a maioria dos projetos, sendo a maioria deles composta por parcelas menores que 40 hectares. Essa mudança de unidade, que, pode-se dizer, torna-se predominante, supõe uma alteração no tipo de atividade produtiva que deveria ser priorizada sobre seus limites. Esses lotes menores supunham, primeiramente, excetuar as lavouras de soja e milho ou mesmo a criação extensiva de gado. O trecho da entrevista com um casal de assentados inclui essa diminuição do tamanho do lote na descrição de uma de suas experiências de luta pela terra e de seus filhos:

Pesquisador: Os rapazes não chegaram a pegar o pedaço deles até 2010?

Argemiro: Não, ficaram trabalhando pra fora.

Sandra: É que essa nossa terra foi na época do Fernando Henrique, depois entrou o Lula, e não deram mais terra pra ninguém.

Cristiano: Parou?

Argemiro: Até tinha uma área de terra comprada aqui perto, mas está parada também. Era 60 mil hectares, de quando o Fernando Henrique

exploração agropecuárias convencionalmente encontradas predominantemente em Mato Grosso. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/assentamentoscriacao#grupol>>, Acesso: 02 dez 2016.

entregou para o Lula, entregou comprado e pago, aqui embaixo.

Pesquisador: É onde?

Argemiro: Pertence a Simione em Itanhagá. Daí foi aberto o assentamento, daí a turma invadiu. Daí eu tinha um caminhãozinho e puxei não sei quantas cargas de mudanças do pessoal daqui pra lá.

Pesquisador: Isso foi quando... 2000, 2002?

Argemiro: Foi no ano que entrou o Lula. Então, a turma invadiu, pegou aquela área lá. Mas é certo que é área da União. E eu levei eles [filhos] lá pra tentar ganhar um pedacinho. Ficaram acampados lá. Daí quando demos por conta, baixou a Federal e foi uma limpa.

Sandra: Porque o Lula queria dar só 15 hectares para cada um.

Argemiro: Ele queria fazer um assentamento, como é que é.. da agricultura familiar, aquela...pra produzir só miudeza. Sim, daí colocava o Brasil inteiro em cima desses 60 mil hectares.

Sandra: Daí o pessoal desistiu, porque tu usava o teu nome, porque, daí, dali tu já tem terra do INCRA, e se sai outro assentamento, tu não pega mais terra.

Argemiro: Pegava aquela chacinha e de repente um dia troca de governo e coisa, e sai um projeto com 100 hectares, ele não tem mais direito, porque o nome dele já foi ocupado, já conta como assentado.

Sandra: Daí o pessoal desistiu. Então, por isso, a turma não aceita esse tipo de negócio de ter só 10 a 15 hectares (Entrevista, assentado/a Ipiranga do Norte 05/09/2014).

A proposta de criação de assentamentos com lotes menores, segundo o assentado, era voltada para “a produção de miudezas”, expressão que caracterizava a categoria oficial de “agricultura familiar” no contexto estudado. Essa unidade parcelar afrontava as expectativas para a maioria dos assentados cujo interesse maior seria consolidar uma unidade social e territorial mais ampla onde implantariam lavouras de soja inspiradas no modelo da “fazendinha”, conforme discutimos na seção anterior.

Nesse sentido, fazer referência à diminuição de novos projetos de assentamentos significa: i) uma redução expressiva de novos projetos comparativamente com a década de 1990; ii) uma diminuição entre os que foram criados nos municípios localizados nas “chapadas” consideradas terras mais aptas a agricultura; iii) de modo geral, uma tendência à diminuição do tamanho do lote, sugerindo uma mudança na modalidade de produção a ser desenvolvidas sobre essa terra, que diminuía as possibilidades de mexer com lavoura.

Sabemos que a busca por “terras novas” não tem como via única os novos projetos de assentamentos (FÉLIX, 2009, DESCONSI, 2011). Entretanto, sem estes, sua objetivação se dava sob outras condições menos desejadas, o que pode ser observado nas articulações em andamento pelo “grupo de amigos” que descrevemos na Seção 4.2. Como desde as décadas de 1980 e 1990 havia projetos de assentamentos sendo criados de forma mais ou menos constante, ao menos em Mato Grosso, isso se colocava sempre como possibilidade (ainda que com as várias dificuldades) para que cada grupo doméstico pudesse conciliar o deslocamento para as “terras novas” (novos assentamentos) com a fase do ciclo de vida, diga-se, com a idade adulta dos filhos. Quando cessam a criação de novos projetos, ainda que se optassem em “esperar” e “acreditar” que a política poderia mudar com a mudança de governo, conforme sugeriu seu Argemiro, a idade mais oportuna dos filhos poderia ter passado. Foi isso que aconteceu com os seus filhos, cujas tentativas de conquista da terra foram frustradas no início da década de

2000, quando tinham entre 18 e 24 anos, com efeito, eles buscaram emprego nas cidades da região.

A percepção dos assentados que identificava a diminuição da efetivação da política de reforma agrária sempre vinha acompanhada da preocupação, podemos chamar assim, relativa à concentração da terra. Já vimos que há certo nível mais ou menos aceitável dessa concentração em “terras velhas”, sobretudo, dentro dos assentamentos manifestos nas usuais narrativas da “uma seleção natural”, que classificam os assentados entre os que “agüentaram” e os “que foram embora” (TAVARES DOS SANTOS, 1993, ZART, 2008; DESCONSI, 2011; FÉLIX, 2009). Mas se é possível dizer que existe algum nível de aceitação dessa narrativa, nas trajetórias do grupo estudado, ela só faz sentido evocando a constante existência de “terras novas”. Questionados sobre os rumos do município e da região, o casal de assentados – com idade superior a 55 anos e dois filhos solteiros com idade entre 22 e 26 anos – que, além da lavoura de soja sobre seus lotes, tocavam uma casa agropecuária, argumentaram:

Londero: Precisamos de gente, gente. Nós estamos aí há seis anos com seis mil habitantes e o comércio aumentando e..

Marlei: É muita terra pra pouca gente..

Londero: A concentração de terra cada vez maior... E amigos nossos indo buscar um pedacinho de terra a mais em outros lugares, e aqui cada vez mais a coisa apertando (Entrevista, assentado/a e comerciante, Ipiranga do Norte, 05/11/2013).

A associação entre criação de novos projetos de assentamentos é evocada como caminho para gerar novo ciclo de “movimento de gente”, associada à perspectiva de “movimentação de terra”. Tal associação não é casual, pois compõe a experiência desses agentes em seus itinerários pessoais e familiares que atravessaram a constituição de lugares e reocupação de novas terras. Ainda que

reconhecendo a importância das fazendas no “espaço” do município, entendiam que elas representavam a possibilidade de “movimentação da terra, com pouca gente”.

Se os assentamentos supunham a presença de “gente”, isso não significava somente pessoas habilitadas para o trabalho ou para exercer funções no processo produtivo, mas agrupamentos que eram, ao mesmo tempo, consumidores e que cujo trabalho empreendido estabelecia a base para seu suprimento em suas economias domésticas. Tudo nos leva a crer que essa ideia informava a expectativa para movimentar a vila e a cidade tal como acreditava uma entrevistada: “pro lugar ir para a frente precisa de gente, se distribui um pedacinho de terra, movimenta a cidade, o comércio, faz outra coisa”²⁵⁴.

Apesar da preocupação relativa à concentração de terra assinalada pelos assentados, conforme já examinamos, ela era uma das expressões do processo de diferenciação social que se produzia entre os próprios assentados. Isso fica evidente, pois as transações de terra, na maioria dos casos, eram efetivadas entre pessoas que possuíam vínculos anteriores à transação. Mas, ao longo de nossa pesquisa, demo-nos conta que a principal preocupação referente à concentração da terra observava o movimento de expansão de empresários e fazendeiros – “os grandes” – do meio norte mato-grossense, particularmente, sobre as “terras novas” fortalecidos pelo “apoio à agricultura” promovido pelas políticas do Estado:

De fato, esse governo, pelo menos no Mato Grosso, é bom para os grandes, não fez assentamentos por aqui (Marta, assentada Ipiranga do Norte, 20/09/2014).

254 Registro no caderno de campo de conversa com Dona Marta, assentada de Ipiranga do Norte, em 23/09/2014. A concretização dessa dinamização na economia local decorrente da criação de projetos de assentamentos de reforma agrária foi identificada em várias microrregiões brasileiras (LEITE et al, 2004).

Se continuar assim, eu não sei o que vai dar, porque aqui nesse nortão vai ficar só uma meia dúzia de grandão. Esse Hartaman, que era da Cooperlucas, o Otaviano, Mariano, Picini eram peões e hoje nem sabem quanto tem! É empresa, é fazenda por toda parte nesse fundão, ali pra frente, só dá eles (Fernandes, assentado Ipiranga do Norte, 30/09/2014).

A menção aos “nomes” de empresários do agronegócio e sua expansão das lavouras os preocupava, não porque eles incidiam diretamente sobre as áreas dos assentados, mas porque estavam assumindo a ocupação das “terras paradas” situadas mais ao norte de Mato Grosso (“mais à frente”) (DESCONSI, 2011, p. 99-104), que poderiam ser transformadas em novos projetos de assentamentos. Isso fica evidente no entorno do assentamento Mercedes e Itanhangá, onde terras em condição similar (quanto ao uso e situação jurídica), por comporem a mesma gleba, tinham condições de serem reformadas. Porém, nos últimos 10 anos, elas haviam sido ocupadas por grandes produtores (não somente por meio da compra da terra) e transformadas em imensas lavouras. Isso afetava as condições para a criação de novos assentamentos sob “terras brutas”, como vinha ocorrendo em décadas anteriores, afinal, passavam a ser classificadas como “terras produtivas”. Eram esses agentes dominantes que protagonizavam a “entrada” em “terras novas”, visando estruturar suas fazendas, acessar terras de outros proprietários ou mesmo ocupar terras públicas. Dessa maneira, a expansão da (re)ocupação das terras não tinha, como ocorreu nos assentamentos que estamos estudando em décadas anteriores, o protagonismo dos assentados no processo de “movimentação das terras” associado à “movimentação de gente”.

Nesse sentido, tudo nos leva a crer que estava em andamento uma ofensiva dos grandes grupos empresariais sobre terras mais afastadas, ocupadas pela pecuária ou em situação jurídica instável, enfim, sobre áreas classificadas como “terras paradas”. Sobre essas

últimas, cabe destacar que, enquanto os processos de regularização, as disputas entre requerentes das posses em outros casos de desapropriações corriam nas instâncias judiciais em Mato Grosso, as terras nessa situação passaram a ser ocupadas por grandes produtores de soja, que se articulavam com os pretensos donos da terra. Aos primeiros, não interessava o título da propriedade, ao menos dessas terras, mas efetivar seu uso por tempo duradouro, o que curiosamente era garantido pelo prolongamento das disputas nas instâncias judiciais, não com sua resolução. Aos “donos” interessava obter a renda da terra e, ao mesmo tempo, por meio dessa parceria, tornar a “terra produtiva” como um dispositivo fundamental para pleitear a legitimidade social e jurídica da área a partir do uso e, com efeito, afastar categorias sociais que, eventualmente, demandavam essas terras.

Nesses termos, as “brigas” pela posse (título) nas instâncias judiciais, que incluíam os vários processos de desapropriação conduzidos pelo INCRA, retiravam de cena ou dava menor peso ao título de propriedade como instrumento que dava legitimidade à posse, ao menos durante a tramitação desses processos. Com efeito, assegurar a posse dependia de outros mecanismos, dentre os quais, o mais expressivo estava na transformação daquela terra (em disputa) em “terra produtiva” – nos termos que já discutimos na subseção anterior para o próprio caso dos assentamentos. Nesse sentido, muitos “donos” que ensejavam essas disputas pela posse preferiam conceder as terras para empresários e produtores para que estes implantassem lavouras e assegurassem que essas terras estivessem ocupadas pelo produto predominante na região²⁵⁵.

255 Chegamos a esse tipo de informação a partir do exame da trajetória de alguns produtores que haviam vendido suas terras para saldar dívidas. Estes haviam buscado terras em outros municípios e, por alguns anos, ciclos agrícolas fizeram uso de terras que estavam em disputas judiciais de longa data, cedidas pelos supostos donos. Dispondo de máquinas e crédito assegurado em firmas e revendas, seu interesse era garantir o plantio de lavouras e não estava em questão adquirir aquelas terras.

Quando falamos em determinados grupos empresariais, tratam-se de agentes que, como discutimos no Capítulo 4, possuíam fazendas e controlavam firmas ou revendas agrícolas. Isso se confirma pelo próprio relato do assentado, quando primeiro assinalou alguns nomes para, em seguida, qualificar “é fazenda, é empresa e revenda para todo o lado”. De alguma maneira, sua posição e ramificação dos negócios na cadeia produtiva da soja permitia a mobilização de recursos sem, necessariamente, precisar ater-se somente aos títulos de propriedade como meio de acessar crédito, por exemplo. Sobre esse plano, aliás, abre-se uma frente de investigação focada na concentração de uso, tendo em vista que a propriedade da terra pode não ser o único, ou o principal, meio de regular ou controlar a terra. Se isso apareceu nos assentamentos estudados, há indicações que ela também possa ocorrer em outros universos sociais e poderia ser observado a partir do estudo das estratégias empresarias, o que está além dos objetivos desse estudo.

O avanço desses grupos empresariais e fazendeiros, sobre terras consideradas “paradas”, sobre as chamadas “fronteiras agrícolas”, não é considerado algo novo e aparece ao longo do processo de ocupação das terras do Centro-Oeste e Norte (MORENO, 2007, SORJ, 2008). Entretanto, o que a percepções dos assentados nos revela é que, no momento em que esse estudo foi realizado, o avanço dos fazendeiros e empresários sobre “terras novas” não somente se mantinha ativo, como havia sido acentuado, a partir dos benefícios acessíveis pelos mesmos aos incentivos do Estado, tal como pelas constantes medidas de securitização e renegociação de dívidas agrícolas (PALMEIRA; LEITE, 1998, HEREDIA et al, 2010, p. 165-168). Entretanto, a diminuição efetiva da política de reforma agrária afetava, principalmente, o campo de possibilidades de categorias sociais subordinadas em suas estratégias de acesso às “terras novas” para as novas gerações (de seus filhos) ou dentro pela sua mesma. Já se sabe que as políticas de reforma agrária, há mais tempo nessas regiões, ao terem como foco as terras “paradas”, efetivaram a criação da maioria dos projetos nas

chamadas “fronteiras agrícolas”, processo que sempre era acompanhado pelos incentivos aos fazendeiros e empresários (SORJ, 2008, FERNANDEZ, 2007). Nesse sentido, grande parte da tensão decorre das restrições ao uso de “terras novas”, que até então tinham na política de assentamentos e, antes, ainda nos projetos de colonização seu horizonte. Sem contar com novos assentamentos, as possibilidades de uso de novas terras ficam mais restritas ou seu acesso dependeria, dentre outras coisas, de ligarem-se à subordinação aos fazendeiros e empresários que controlariam a exploração agrícola sobre essas “terras novas”, acreditando que, um dia, por meio de “ajudas”, possam se constituir como “produtores”. Essa era uma das dimensões da concentração da terra (do seu uso), pois, em outros tempos, as áreas reformadas, colonizadas, incluíam, em alguma medida, uma massa de pessoas por meio do acesso a uma parcela de terra, ainda que por diversos mecanismos, a maior parte foi deixando essas mesmas áreas posteriormente (ZART, 2008).

Entendiam que viviam um período “bom para agricultura”, decorrentes, sobretudo, da política do Estado, que permitiria que “ricos” e “pobres” usufríssem de vantagens. Para muitos assentados, por exemplo, foi nesse momento que alcançaram a condição de acessar financiamentos para compra de máquinas e viver a experiência de conduzir suas lavouras. Entretanto, os assentados viam que as vantagens obtidas por “os grandes” eram muito diferentes das suas. Observavam os ritmos de ampliação de terras e negócios sendo operados em um ritmo muito diferente do seu. Esses ritmos, quando operados sobre um mesmo espaço, tendiam a chocar com ritmos “mais lentos” – devagar – mais ajustados à condição dos grupos domésticos dos assentados.

Nesse sentido, ressurgia uma proposição que soava entre os assentados e lideranças referente à limitação do tamanho da posse. Sua origem entre os assentados não foi possível precisar, ainda que esse tipo de pauta já tenha sido assumido como bandeira de movimentos sociais do campo no final da década de 1990 e início de 2000. Mas, sem a pretensão de resgatar a sua origem e sem

visualizar entidades como o STR assumir sua difusão, ela poderia ser lida como um dispositivo moral que definia, a partir de suas experiências vividas, um limite de recursos considerado razoável para suprir as necessidades de uma ou dois grupos domésticos (pai e filho), a partir da produção de soja no contexto estudado:

O certo seria aí uns 300 hectares, até o Brasil tinha que ter algum tipo de lei para limitar a quantidade de terra. 250 a 300 hectares de lavoura já ficava bom. Aí tu tens um tratorzinho, um pulverizador, plantadeira, uma colheitadeira. Aí o cara mesmo dá para fazer. Faz o plantio, cuida e terceiriza pra colher. O Brasil tinha que ter uma lei aí. O certo não poderia ter mais que 500 hectares cada CPF (Caio, assentado em Ipiranga do Norte, 01/10/2014).

Tem muita terra pros grandes, se fosse eu, limitava tudo em 300 hectares. Não precisa mais que uma fazenda de 500 para uma família viver bem. Aqui, nós só temos um lote, e aí não dá para eles ficar só ali. (Marta, assentada Ipiranga do Norte, 25/09/2014).

A ideia é que tinha por base a experiência de muitos assentados com a lavoura de soja e, de alguma maneira, servindo como disposição para, no âmbito das relações, classificar ou avaliar as estratégias de crescimento dos outros. Entretanto, os relatos apontam que essas disposições de um contingente de assentados não eram as mesmas que regiam outros agentes do universo de pesquisa. Logo, eram insuficientes para construir limites dos recursos materiais e informar a dinâmica produzida pelos agentes no universo social. É nesse sentido que evocam a “lei” como instrumento pelo qual poderiam ser estabelecidos limites sobre o “crescer por crescer” que o grupo estudado identificava em certos produtores, fazendeiros e empresários que atuavam nessa região do meio norte mato-grossense.

Em nossas observações em campo, constatamos diversas composições de áreas de 120 a 400 hectares, que variavam segundo a mobilização de pessoas e recursos envolvidos entre vários grupos domésticos. Inúmeros foram os relatos entre os assentados que consideravam que uma área de lavoura entre 300 a 400 hectares era a composição adequada. As constatações divergiam de parâmetros mais ou menos consensuais entre produtores e técnicos sobre o tamanho mínimo 1000 hectares. Todavia, esse parâmetro não se aplicava aos assentamentos que estávamos estudando. Assim, a quantidade de lavoura “viável” ou a composição de área necessária estavam baseadas em um conjunto de elementos objetivos, relacionados às condições de possibilidade de efetivar a produção de soja, bem como a composição da família, prevendo para sua construção a associação entre um pai e filho/s ou entre irmãos (por vezes cunhados), a partir dos quais uma rede mais ampla seria mobilizada. Ao mesmo tempo, operava em meio a representações que tinham no modelo da fazenda a referência a ser alcançada, a ponto de produzir um diminutivo do mesmo modelo expresso no termo “fazendinha”. Compor uma “fazendinha” dentro dos assentamentos, particularmente, situados em “terras novas”, dispendo de condições para “viver da lavoura”, permitiria ampliar o “espaço” por meio da ativação de vizinhos com status social próximo, de modo a ampliar as terras em uso por período mais duradouro sem, necessariamente, efetivar a compra de todas as terras em uso. Enfim, essas perspectivas se mostravam limitadas no “espaço” das “terras velhas”, nesse caso, os assentamentos de Ipiranga do Norte para a maioria dos assentados que contatamos nessa pesquisa. Ao mesmo tempo, as circunstâncias recentes se mostravam desfavoráveis para o grupo estudado no âmbito das “terras novas”, diante do revés dos fazendeiros e empresários que dispensavam sua presença nas mesmas, ainda que fosse em caráter provisório.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do ponto de vista mais geral, o campo da antropologia dedicada ao estudo das práticas econômicas vem se ocupando de três grandes objetos: a produção, a circulação e a redistribuição. Ainda que cada um deles seja estudado isoladamente na história da disciplina e nas diferentes perspectivas, geralmente, há ênfase mais a um que a outros (DUFY; WEBER, 2007). Não é difícil de perceber que, nos anos recentes, a literatura antropológica tem dado maior ênfase ao estudo das diversas modalidades de “trocas” (mercantis ou não), ocupando-se mais da circulação e redistribuição e deixando menor peso ao âmbito da produção. Isso decorre também pela diversificação de perspectivas teóricas e das unidades de análise tomadas como objetos de pesquisa na disciplina. Sobre esse aspecto, ao menos quando a pesquisa antropológica se volta para os estudos rurais, a análise das formas como os agentes (aqui assentados) produzem as coisas, ainda que não negligenciando a sua circulação e distribuição, as relações sociais e as representações a ela associadas permanecem como um objeto relevante.

É nesse plano que este livro se inscreve no campo da antropologia, mais especificadamente, como uma contribuição aos estudos dedicados à “economia” em um grupo social específico salientando suas particularidades diante de sistemas sociais nos quais estavam inseridos. Também pretende contribuir na continuidade a uma

série de pesquisas que, desde a década de 1960, vêm se dedicando aos estudos sobre a diversidade de categorias sociais subordinadas no Brasil e as suas possibilidades de reprodução econômica e social. Vemos que esse objeto tem atraído menos pesquisadores em anos recentes, em momento histórico atravessado por processos sociais que colocam diversas categorias sociais do meio rural diante da integração às formas de produção dominantes, que gravitam em torno da nomenclatura de “agronegócio”, mesmo que isso nem sempre seja possível para todos, ou que ocorra de formas muito variadas.

O livro expõe uma perspectiva, bastante inédita, ao menos no contexto brasileiro recente, de pensar categorias “camponesas” – como esse grupo específico de assentados – demonstrando como eles organizam essas atividades em redes familiares e sociais, mas a partir de um produto agrícola que não é tão usual ao universo camponês. Isso é curioso porque a área média de 80% das explorações agrícolas em Mato Grosso está acima de 5 mil hectares, segundo, segundo Fernandez (2007). Contudo, isso é feito tomando como ponto de partida a etnografia que permite a reformulação dos modelos analíticos sobre as “economias camponesas” ajustando-os ao contexto estudado e assim, chegar a explicações sobre o que está em jogo nas configurações dessas sociedades. A questão fundamental do livro foi a de demonstrar a partir de uma categoria social situada em um contexto singular – assentados que produzem soja em áreas relativamente pequenas – a complexidade das relações, não só entre os próprios assentados, mas em relação àqueles que se articulam com eles, fazendeiros, vizinhos, donos de empresas. Coloca em evidência que a “região da soja” é atravessada por relações de parentesco, de vizinhança e de patronagem em certo sentido, ao mesmo tempo em que é configurada por diversas modalidades de autoridade, redes e por múltiplas identidades.

Ao longo do livro, procuramos demonstrar que entre os elementos que explicam a participação de um contingente de assentados na produção de soja e sua efetivação em composições de áreas

muito inferiores à média regional, em grande medida, são, justamente, as possibilidades, ainda que com diversos limites, de estes realizarem um conjunto de práticas econômicas vinculadas a essa cadeia produtivas não regidas exclusivamente pela maximização dos lucros, pela “ação interessada” e/ou regidas pela impessoalidade. Dito de outra forma, são as possibilidades de construção de relações não econômicas no universo de pesquisa, ainda que não dominantes, que atravessam a cadeia produtiva da soja, que explicam a integração dos assentados à própria modalidade de produção dominante. Nesse sentido, o que apuramos é que o esforço dos agentes estudados vai menos no sentido de rejeitar a assunção da lavoura comercial e mais no sentido de assumi-la mediante tentativas constantes de efetivar algum nível de controle sobre a mesma. Nesse aspecto, o grupo estudado e o universo de pesquisa se distinguem dos estudos que evidenciaram que essas especificidades forneciam a base para a sua aversão à possibilidade de estes integrarem-se a determinadas modalidades de produção estritamente comerciais, mantendo-se, na medida do possível, afastados de fatores que fugiam ao controle das operações de sua reprodução econômica e social.

A pesquisa observou, que assim como em outras regiões do Brasil, a política de reforma agrária conduzida em Mato Grosso foi favorecida por uma série de circunstâncias que enfraqueceram, no final da década de 1980 até o início da década de 2000, o segmento dos grandes produtores e empresários. No caso das áreas de “fronteira agrícola”, isso veio acompanhado do fim da política de colonização e de uma nova conjuntura no mercado que não favoreceu os investimentos na exploração agrícola nessas terras. Não por acaso, é entre 1995 e com maior expressão pós 2000 que esse cenário econômico e político se reconfigura, basta ver os dados sobre a expansão agrícola. A criação de inúmeros projetos de assentamentos, muitas vezes, seguindo os mesmos princípios que regiam a política de colonização, criou condições para um novo ciclo de ocupação das terras situadas nas chapadas mato-grossenses, marcadamente,

acompanhada por categorias subordinadas, dessa vez, incluindo os assentados, de um lado, e a continuidade de empresários e produtores que se instalaram nas proximidades das áreas reformadas. Num primeiro momento, como foi o caso de Ipiranga do Norte, os assentados protagonizaram a “movimentação da terra” associada ao “movimento de gente” possível, pois os assentamentos dinamizaram a ocupação de extensas áreas de terra, as quais, desde as décadas de 1950 e 1960, já se tratavam de propriedades fundiárias ou glebas públicas, com rara ocupação para atividades agrícolas. Nesse sentido, o protagonismo incide em um processo que visa “trabalhar a terra”, como mecanismo para legitimar-se a posse, ao contrário do que faziam os fazendeiros, que acessavam o título da propriedade fundiária e garantiam a posse mediante da vigília da mesma por meio de capatazes e caseiros. A presença dos assentados, entretanto, estabelece outro parâmetro no uso da terra, que posteriormente seria adotado pelos proprietários do entorno.

Observamos que a política de assentamentos rurais colocou lado a lado, na ocupação das novas terras, assentados e fazendeiros. De alguma maneira e com algumas variações, deram continuidade aos processos já desencadeados em décadas anteriores pela política de colonização. Entretanto, destacamos que os assentamentos abriram espaço ao acesso à terra e à diversidade de categorias sociais, a exemplo dos “cuiabanos”, os quais não tinham espaço nos projetos de colonização, enquanto detentores de parcelas de terra.

Se o foco do estudo foram “os assentados”, esperamos ter conseguido mostrar ao leitor a sua heterogeneidade e as diferenças estabelecidas a partir das “turmas”, ou seja, agrupamentos de indivíduos que compartilharam experiências em acampamentos e ocupações, muitas vezes, disposto de vínculos familiares ou de afinidade pré-estabelecidos. As características associadas a cada uma dessas “turmas” se constituem como recursos para qualificação/desqualificação entre si, especialmente quando se sobrepõem com a oposição entre os “gaúchos” e os “cuiabanos”. Os atributos sociais que acompanham essas categorias associados ao tipo de

modalidade de produção que adotam se expressa, por exemplo, na capacidade de tocar “lavouras” mecanizadas *versus* “roças” em policultivos efetivados manualmente.

O exame do grupo estudado tornou-se um desafio, pois, do ponto de vista da estrutura social, tratam-se de assentados que, pelas suas características apuradas, não nos permitiam classificá-los como um caso nem de uma “economia não capitalista” nem por seu oposto, ou seja, como “economias capitalistas” pelo fato de integrarem à produção de soja. Ao que tudo indica, e esse aspecto merece ser aprofundado teoricamente, trata-se de um grupo situado no limiar desses dois modelos, dos quais retiram elementos para construir suas práticas. Contudo, isso não significa considerar, e esse não foi nosso objetivo, que estariam passando de um modelo para o outro como uma tendência unilinear, pressuposto que geralmente aparece nas análises sobre os grupos sociais situados em contextos das chamadas “fronteiras agrícolas” no Brasil.

Ao mesmo tempo, por estarem situados próximos aos limites entre um e outro, experimentam as ameaças e as possibilidades decorrentes de ambos. Vemos que a ameaça da perda da terra e dos mecanismos que dão legitimidade ao seu uso incidem sobre os mesmos, tanto de parte de fazendeiros que querem se apropriar das terras como das próprias firmas e revendas que podem fazê-lo por meio do endividamento. Caso fossem produtores “estruturados”, por exemplo, essa ameaça poderia ser decorrente do endividamento nas firmas e revendas e raramente de dívidas com outros produtores ou fazendeiros. O inverso também é verdadeiro. O assentado que não mexia com lavouras, pois passou seu lote a outros, não vivia a ameaça de perda de terra pelo endividamento nas firmas ou revendas, o que não significa que sobre ele não incidisse o assédio de outros assentados, produtores ou outros agentes visando apropriar-se do uso de sua terra, como vimos nesse texto.

Quanto às possibilidades, há que destacar que aqueles que conseguem mobilizar pessoas e recursos necessários para implantar lavouras de soja demarcavam um elemento distintivo entre os

assentados. Plantar soja, nesse contexto, constituía-se como a propriedade básica para se reconhecerem e serem reconhecidos como “produtores”. Contudo, se esse traço em si já é suficiente para demarcar uma distinção entre os próprios assentados – entre os que plantam e os que não plantam – quando estes se colocam em relação a outros produtores em Mato Grosso, o fato de plantarem soja torna-se um critério tão básico que, para fazer sentido, precisa ser acompanhado de outros atributos e características.

Entre eles, é possível assinalar o processo de constituição de um “nome”, ou do “nome de família”, associado à exploração agrícola, elementos que dão sentido à categoria “fazenda”. Não por acaso, a perspectiva de constituir uma “fazendinha” talvez seja a expressão que melhor retrata a inspiração que os assentados possuíam do modelo produtivo e social presente entre os demais produtores da região. Consolidar uma “fazendinha” supõe constituir um modelo de reprodução social e econômica articulado em uma dada composição de área de lavoura, não exatamente da propriedade, mobilizando de forma mais ou menos continuada aos filhos, genros ou irmãos. No que tange à reprodução econômica, a modulação estimada da “fazendinha” referida entre 300 e 400 hectares, capaz de suprir as necessidades de dois ou três grupos domésticos em diferentes fases do ciclo de vida, quando posta em relação com os parâmetros utilizados por outros produtores do meio norte do Mato Grosso, parece não fazer sentido. Isso porque a diferença não está somente na composição dos grupos domésticos ou ciclo de vida, embora seja esse um traço pertinente, mas nas necessidades socialmente aceitas de acordo com a posição social dos indivíduos e famílias envolvido/as com a lavoura. Se um “produtor” de Sorriso diz que precisa de 1.000 hectares, dentre outras questões, está definindo um parâmetro para dar conta de sua inserção econômica e social e manter-se entre os produtores daquele universo social. Todavia, em “comunidades” como as que estudamos, essa condição pode ser alcançada com menos recursos.

Não estamos negligenciando os padrões técnicos e econômicos para estabelecer a “viabilidade” da lavoura de soja, tanto que o termo “fazendinha” traz implícito um cálculo que considera os meios de produção como máquinas, trabalho, recursos financeiros para efetivá-la. Mesmo assim, pensar a importância dada à produção de soja passa menos pela discussão meramente técnica de sua implantação, e mais pelo âmbito das relações sociais que impõe limites ao acesso aos diversos meios necessários para implantar essa modalidade de lavoura.

Ao procurarmos compreender as lavouras de soja entre os assentados, inspiramo-nos na literatura que analisou a organização interna das unidades econômicas, tendo como base o grupo doméstico. Ao pensarmos os dados nesse plano dando conta de aspectos das operações do “cálculo econômico”, observamos que precisávamos transcender seus limites para compreender não só as lavouras enquanto unidades de produção, mas a própria dinâmica interna dos grupos domésticos. Nesse sentido, não foram raras as situações que analisamos que sugerem que o cálculo econômico, ao menos nesse universo de pesquisa, não era operado em uma unidade fechada. Sua operação só poderia ser compreendida minimamente, analisando a mobilização de redes de indivíduos com posições distintas não inscritas somente a unidade doméstica. Esse plano de análise se impôs na pesquisa ao verificarmos que raramente os assentados constituíam uma lavoura individual, assim como a própria noção de família utilizada pelos assentados não estar circunscrita no modelo da família elementar.

Assim, de diferentes maneiras, a definição entre a quantidade de esforço e de recursos necessários em relação à quantidade de consumidores de um grupo doméstico aparece como interdependente de outros, com os quais há uma interação frequente. A articulação entre pais e filhos expressa nas situações descritas sugere que os “cálculos econômicos” também podem ser operados por meio de “redes” ou, diríamos, no plano intradoméstico. Nesses termos, a forma como ele é operado no seio de cada economia doméstica

envolve interferências muito variadas, negociações, tensões e produção de hierarquias sociais, possível de ser revelada examinando a complexidade dos acordos e trocas que mobilizam pessoas e recursos constituindo o “suporte” para a lavoura.

É preciso considerar, contudo, que a existência de “terras novas” foi condição básica para mobilizar os familiares e vizinhos para plantar nessas redes, e, portanto, a diminuição das possibilidades de acesso a elas torna-se uma ameaça à reprodução do grupo estudado associada as lavouras comerciais. O processo de articulação de familiares ampliou as possibilidades, num primeiro momento, de acessar maior quantidade de terras num assentamento, especialmente em sua fase inicial. Mas, sobretudo, a articulação permitiu assegurar seu uso entre os membros de uma dada “família”, por meio da mobilização de um número maior de integrantes, os quais dispunham de algum tipo de recurso – lotes de terra, máquinas, acesso às firmas, capacidade física de trabalho, dinheiro, nomes, entre outros. Nesse sentido, as composições de áreas de lavouras eram também composições sociais móveis, construídas a partir das relações sociais entre as partes envolvidas.

Operando entre “terras novas” e “velhas”, a produção de soja passa a ser incorporada às lógicas orientadas para as economias domésticas assumindo uma posição de destaque, tanto entre os produtos agrícolas (caso existam) como entre outras atividades desenvolvidas pelos membros do grupo doméstico. Paralelamente, a lavoura de soja exprime o polo dominante no âmbito das economias domésticas, servindo como uma das bases para a constituição de hierarquias dentro e fora das mesmas. Os resultados possíveis de serem obtidos nas lavouras destinam-se, via de regra, “para as despesas que não são de todo dia”, ou seja, há uma expectativa em relação à lavoura que vai muito além da possibilidade de assegurar o consumo alimentar. Se, por um lado, esse mecanismo permitia minimizar possíveis ameaças trazidas do âmbito da lavoura para o âmbito da casa, por outro lado, ele parece reforçar ainda mais o peso atribuído à própria lavoura, no sentido de suas expectativas,

para dar conta de outras necessidades do grupo doméstico de acordo com a sua composição e fase do ciclo de vida. Em situações recorrentes de endividamento ou de perda do ciclo agrícola por razões climáticas, por exemplo, os meios de produção não só consumiam os possíveis ganhos que seriam obtidos, como exigiam que eventuais dívidas decorrentes da própria lavoura fossem quitadas a partir de ganhos obtidos em outras atividades, produções e recursos do grupo doméstico. Em situações-limite, seja por não contar com outras formas de ganho, seja devido à composição do grupo doméstico, a lavoura chegou a comprometer o próprio suprimento do consumo alimentar.

Ao mesmo tempo, a pesquisa revelou que os elementos que compõem a própria a lavoura comercial (soja) enquanto unidade de produção tencionam, o tempo todo, para constituir-se como uma unidade autônoma, contrariando o princípio entre unidade de produção e consumo que constitui as economias domésticas. Contudo, verificamos uma série de mecanismos que tentavam impedir que essa autonomização passasse a orientar o conjunto da economia doméstica e a própria organização social presente nos assentamentos

Diante dos elementos evidenciados pela pesquisa, é possível considerar que o universo de pesquisa é marcado pela predominância de relações pessoais e de parentesco, o que parece não se constituir em uma afronta aos princípios do “sistema de mercado”. É por meio de modalidades variadas de relações pessoais que os assentados buscavam mobilizar a maior parte dos recursos para implantar as lavouras (preços, acesso a insumos, crédito, compra e venda, acesso à terra e trabalho). Mesmo quando o assentado se relacionava com as firmas e revendas agrícolas, fazia prezando por manter vínculos com aquelas cujos proprietários são (ou eram) também possuidores de fazendas no entorno. Em algum nível, também priorizavam aquelas firmas e revendas que possuíam em suas equipes de trabalho seus filhos/as, familiares ou amigos. Acreditavam que esses vínculos pessoais que atravessam

a formalidade contratual poderiam ser mobilizados para assegurar recursos, apoios associados ao próprio controle da lavoura sobre melhores condições. O exame demonstrou que isso nem sempre se concretizava, pois fatores associados à cadeia produtiva da soja, como preços internacionais, competição entre as firmas e revendas, só para citar alguns, atravessavam os circuitos dos negócios do universo de pesquisa. Contudo, os agentes locais que mantinham o contato pessoal com os assentados é que faziam a mediação desses fatores, tendo alguma margem de manobra tanto para “ajudar” os seus clientes/assentados como, em algumas situações, fortalecer a dependência pessoal e comercial dos mesmos.

Se um de nossos objetivos iniciais era compreendermos a participação dos assentados na produção de soja e as relações sociais que sustentam essa modalidade de produção nos assentamentos, observamos as lacunas presentes em algumas pesquisas que consideram a expansão da soja como uma “força externa” que incide sobre os assentados, sobretudo, imposta por agentes dominantes em um sistema social mais amplo, sem examinar como isso se efetiva entre os próprios assentados. Não estamos dizendo que os agentes dominantes, como fazendeiros, empresários donos de firmas e revendas, por exemplo, não foram fundamentais para a ampliação da soja nesses assentamentos. Entretanto, o que demonstramos é que os mecanismos pelos quais eles exercem e legitimam sua posição são muito mais complexos do que uma leitura genérica que aponta o processo de compra ou arrendamento das terras dos assentados. Trata-se, acima de tudo, de um processo de construção de interações, de trocas, que aproximam ambas as partes e vão produzindo obrigações sociais mais ou menos duradouras. Trata-se de construção de áreas de influência no interior dos assentados e no âmbito das relações do universo de pesquisa.

Por essa via, coloca-se em questão o controle da lavoura, o qual torna-se o definidor dessas áreas de influência e que nem sempre se dá pelo controle da terra a priori. Pelo contrário, no caso dos assentamentos, é o controle da lavoura, como forma predominante

de uso, que vai informar o controle da posse. Cabe resgatar os dados que apresentamos no Capítulo 5 que demonstram que tanto o processo de uso das terras, assim como o própria compra e venda de terras, via de regra, ocorrem entre agentes que constituíram algum tipo de vínculo anterior à sua efetivação. Isso nos permite afirmar que, no contexto estudado, a ampliação de terras implica em “ganhar” não um possível vendedor, mas um amigo, um “novo vizinho” ou um conhecido. Logo, implica em estabelecer uma sequência de interações com o mesmo, a partir do qual pode-se alcançar a preferência do mesmo para o uso ou compra de sua terra. Essa regra não era perfeita, pois, como vimos, permitia em diversas situações a “entrada” de estranhos; entretanto, quando ocorreu, houve a mediação de indivíduos próximos ao detentor da posse. Essa constatação não elimina do universo de pesquisa a existência de mecanismos de pressão direta para acessar a terra, conforme verificado em algumas situações, mas isso não parece ser a regra vigente, ainda que os casos constatados parecem incidir mais sobre os chamados “cuiabanos”.

A questão da terra não foi o objeto central de nossa análise, mas ganhou, ao longo da reflexão, uma importância que não pode ser negligenciada. Acreditamos que esta obra aponta para a existência de processos de concentração não da propriedade da terra, mas do seu uso, estabelecido a partir do controle dos processos produtivos configurados em relações sociais em nível local. Isso suscita a importância de aprofundar e pensar processos variados de concentração do uso da terra, que tendem nesse e em outros universos sociais apontar para mecanismos de regulação da terra tanto ou mais intensos que a concentração da própria propriedade da terra. Isso ganha mais relevância em um tempo em que a terra, que havia perdido importância para alguns pesquisadores nos estudos rurais, volta a ser o centro das discussões. Assim, se as reflexões sobre a compra de terras por *players* internacionais é uma temática que ocupa muitos pesquisadores, por exemplo, havemos que estar

atentos a outros tantos mecanismos de controle da terra, tão ou mais complexos ao que podemos supor.

No caso estudado, fica evidente que há mecanismos que vão muito além do título da propriedade, a partir dos quais se estabelece a regulação da terra que gravitam em torno do seu uso. Nem de longe isso poderia ser observado a partir de dados estatísticos, mesmo que estes estivessem disponíveis para sistematização e análise. Os únicos dados sobre estabelecimentos agrícolas nesses assentamentos simplesmente exprimem um registro associado a um lote, supondo que em cada lote existe uma família elementar que dele se sustenta. Ademais, sugerem que essa estrutura fundiária seja mais ou menos a mesma desde a implantação dos projetos de assentamento, por exemplo.

Também não alcançaríamos a demonstração de formas variadas de concentração de uso, que podem envolver desde arranjos constituídos a partir de pais e filhos até articulações envolvendo fazendeiros e vários assentados “parceiros”, sem um esforço para ir além das categorias comumente mobilizadas para explicar processos de concentração fundiária como: propriedade, lote e estabelecimento agrícola. Foi nesse sentido que o foco nas relações sociais que atravessam e definem o uso do território foi um passo importante. Cabe dizer que esse recurso metodológico é muito utilizado por antropólogos que trabalharam com grupos sociais que possuem outras lógicas de apropriação do território não regidas pela posse individual. Entretanto, nessa pesquisa, demonstramos que a existência do parcelamento individual da terra não é o único elemento que define o uso da terra, nem mesmo é suficiente para classificar a terra como “mercadoria”. Basta ver o caso da família Denatti, que descrevemos no Capítulo 3, para refletir sobre a complexidade dos elementos em questão para efetivar o âmbito da produção agrícola de lavouras de soja, milho e arroz no universo de pesquisa. Isso tudo para chamar a atenção para as possibilidades de pensar processos de concentração da terra que podem estar em

curso em distintos universos sociais, inclusive naqueles marcados pelo parcelamento da terra em pequenas unidades.

Esse controle ganha forma em complexas redes mobilizadas para plantar, nas quais a terra se constituía como um dos “objetos” das trocas. Em sua maioria, os assentados que produziam soja o faziam em composições de áreas, que transcendiam os limites de seus lotes individuais. Não se tratava de uma condição eventual, mas associada, por um lado, à composição do grupo doméstico e, por outro, à necessidade de formar uma unidade territorial mínima que suportasse essa modalidade de produção nesse contexto, considerando os demais recursos necessários para a sua efetivação. Logo, essas terras além dos limites não dependiam somente da capacidade de assentados ou produtores de arrendar ou comprar terras, como pensávamos antes do trabalho de campo. Acessar outras terras, em um contexto onde a posse estava devidamente destinada, dependia muito mais da construção de relações com os donos dessas posses, diga-se, outros assentados. Assim, se examinarmos as composições de áreas a partir de conjuntos de indivíduos mobilizados no entorno de determinadas lavouras, observamos o quanto era fundamental a produção e reprodução de obrigações sociais entre os envolvidos de modo a assegurar a continuidade (ou duração) de uma dada composição. Por aqui, vemos que o acesso a mais terras, enquanto um recurso produtivo, dependia da capacidade de mediar e manter ativos os vínculos entre os envolvidos de múltiplas maneiras, desde situações envolvendo pais e filhos, outras vezes, irmãos ou ainda vizinhos e fazendeiros. Dito de outra maneira, a capacidade de alguns assentados (ou famílias) controlar a lavoura, depende muito mais da capacidade de influenciar e ganhar (ou controlar) pessoas em diferentes níveis, construindo arranjos sociais específicos, que ao mesmo tempo, devem ser duradouros, mas também exigem estabelecer interações cotidianas para sua manutenção ou ampliação.

Entretanto, é preciso chamar a atenção para o fato de que essas composições são constituídas por uma multiplicidade de acordos

e trocas particulares entre os indivíduos articulados. Raramente, estes eram efetivados entre todos com todos, pelo contrário, geralmente, eram efetivados entre duas partes que se agregavam formando constelações de acordos e trocas que ligavam os diversos pares. Compreender sua constituição flexível exige examinar essas particularidades associadas ao seu encadeamento com as demais operações, tomando como referência alguns indivíduos, geralmente aos pares. Logo, sua análise em profundidade torna evidente a existência de hierarquias entre os envolvidos, muitas vezes pré-existentes à própria mobilização dessas redes, por vezes, alterada ou fortalecida em sua formação. Nelas, ficam evidenciados as preferências por efetivar acordos para tocar lavouras entre membros da família (filhos, irmãos, genros) para, num segundo momento, priorizar vizinhos, amigos e conhecidos. Ao mesmo tempo, essas preferências expõem uma amplitude de variações, pois um indivíduo pode “ser da família”, mas sem dispor algum tipo de recurso para agregar-se a uma dada composição de lavoura ou classificado como sem capacidade de tocar lavouras, ficando fora da mobilização construída para tocar lavouras. Outras vezes, priorizava-se a família, mas o assentado não possuía familiares instalados no universo de pesquisa ou dispostos a “ajudar” nesse tipo de empreendimento, o que necessariamente credenciam vizinhos e produtores fora do assentamento como seus possíveis parceiros. Por fim, inúmeras situações de conflito produzidas no âmbito familiar provocaram fricções entre os seus membros, o que trazia implicações nas articulações para implantar lavouras, ao mesmo tempo em que a lavoura aparecia como fundamental para fazer-se família ou vizinhança – por meio da efetivação cotidiana de trocas de bens e serviços.

Nesse sentido, a análise realizada expõe elementos para reflexão sobre a nada nova questão entre autonomia e campesinato. Diferente de outras pesquisas que apontam uma perspectiva quase unidirecional da redução do grau de autonomia das unidades familiares quando confrontados com modelos produtivos das

commodities agrícolas, essa pesquisa aponta a existência de alguma margem de contornar essa tendência, estando diretamente envolvido nela. Aqui cabe questionar-se sobre quais as reais possibilidades que as unidades analisadas possuem de controlar a lavoura com algum grau de autonomia. A resposta em manter algum controle sobre a lavoura implica necessariamente em desenvolver mecanismos de concentração pelo uso, ainda que isso se dê articulando várias áreas de terra ou outros recursos por redes de familiares e de vizinhança que não impliquem necessariamente no controle da propriedade. Logo, isso é um processo altamente seletivo, que, de um lado, retira de cena uma série de produtores ou assentados que não conseguiram fazer frente a esse tipo de estratégia de constituir suas “redes de suporte” entre terras velhas e novas, de outro, produz hierarquias sociais que marginalizam tanto os que não integram a produção de soja, como aqueles que assumem uma posição periférica no âmbito das próprias redes articuladas no entorno de determinadas composições de áreas. Trata-se de uma abordagem que expressa formas de competição entre os agentes, não necessariamente pela competição por comprar terras, mas por pessoas que possam se associar, se mobilizar ou serem ativadas, ponto central nessa dinâmica. Tudo passa pela capacidade de articular redes mais amplas, isso produz movimento. Assim, “plantar sozinho”, ainda que possa ser algo valorizado entre os assentados, também é um sinal de fraqueza, daqueles que não conseguem se movimentar ou que “ficam parados”, logo, estão mais sujeitos as pressões exercidas por outros assentados, produtores e fazendeiros que buscam ampliar suas áreas de influência e produção.

Tendo em vista que a categoria “troca” é acionada de forma constante ao longo deste livro, sobre ela dedicamos somente em seus parágrafos finais alguns elementos de síntese. O conjunto dos dados nos permite considerar que a referência à “troca” para o grupo de estudo se refere a formas variadas de trocas de bens e serviços. Trata-se de troca de tempo de trabalho por tempo de uso de máquinas, trocas de dias de trabalho, trocas que implicam

formas de apoio envolvendo bens e serviços muito variados. Em suma, tratam-se sempre de bens e serviços, ainda que não restritos ao âmbito da exploração agrícola propriamente dita. A assunção dessa perspectiva em nossa análise implicou em descrever as “trocas” como práticas sociais constitutivas de esfera mais restrita da vida social, não abrangendo todos os aspectos da mesma, como sugeriram alguns autores. Isso não impede de pensar as “trocas” no sentido mais amplo, envolvendo um plano moral, mas não foi a essa perspectiva que demos maior ênfase nessa pesquisa.

Paralelamente, se a “troca” se referia à troca de bens e serviços, seu sentido não era o mesmo de Polanyi (1957), o qual atribuía “troca” às trocas mercantis, ainda que estas não estivessem relacionadas somente às operações regidas pelo “sistema de mercado”. Mesmo que aparecessem situações nas quais o termo “troca” fosse associado às transações mercantis, na maioria das vezes, seu sentido expressava uma denegação do econômico na própria transação. Quando um assentado dizia que fez “uma troca” com seu vizinho, o uso desse termo tentava esconder o caráter mercantil da operação caso ele existisse. Tentava esconder o caráter impessoal ou formal envolvido em suas interações.

Vimos que muitos assentados fixavam o preço de um serviço realizado por um vizinho, atribuindo, por exemplo, um preço maior ao dia de trabalho em relação aos que pagariam para uma diária a outro qualquer. Do mesmo modo, alguns fazendeiros vendiam máquinas usadas aos assentados por preços e condições expressivamente menores que os revendedores de máquinas o fariam. Esses são exemplos que nos levam a crer que os agentes consideravam menos as regras de oferta e demanda que, em tese, regem a fixação de preços e mais as funções e o tipo de laço social existente entre os que trocavam, ainda que tomassem como referência os preços do “mercado” para cada bem ou serviço. Isso apareceu ainda com maior intensidade quando, em determinadas relações, o pagamento em dinheiro foi evitado, especialmente, em operações entre membros da mesma família. Não obstante, o exame detalhado dos

acordos entre pai e filho e entre dois amigos que apresentamos no Capítulo 3 demonstra bem essa distinção. A recorrência desse modelo de cálculo que atribui pesos distintos ao trabalho exercido por alguém com vínculo familiar ou de afinidade exprime a conservação de práticas regidas por princípios não econômicos associadas ao âmbito da lavoura.

Se não estranhamos esse tipo de percepção quando se tratam de situações, de trocas operadas entre assentados associadas às operações de suas unidades de produção e de consumo, o que dizer do sentido que a palavra assume quando utilizada para nomear uma modalidade de financiamento com as firmas? Nesse caso, a “troca” assume um caráter mercantil, no qual os insumos, as sementes, o tempo do contrato não são referidos por seus operadores locais. Entretanto, definir essa modalidade de operação como “troca” ganhava sentido, pois se refere a uma operação mercantil que não envolvia dinheiro diretamente, a não ser como parâmetro para estabelecer equivalências em produto agrícola.

A relação estabelecida entre os assentados e as firmas e vendas agrícolas, que marca “os negócios” nitidamente, não segue estritamente um receituário dos contratos impessoais, e as transações comerciais podem ser entendidas descoladas das relações sociais que atravessam as mesmas. Se, de um lado, as redes mobilizadas pelos assentados para plantar buscam inserir alguns indivíduos nos circuitos dos negócios, seja como profissionais ou como ocupantes de postos de trabalho na expectativa nem sempre interessada em melhorar as condições de possibilidade de acessar recursos, por outro lado, as firmas estabeleciam “trocas” com os seus clientes que em muito se assemelhavam àquelas que descrevemos nas relações estabelecidas entre os assentados e fazendeiros do entorno.

Exatamente nas interações que registramos entre assentados e fazendeiros, falar que ambos “trocam” supõe uma tentativa de tornar evidente o elemento da reciprocidade e de um interesse comum estabelecido entre as partes, o que, ao mesmo tempo, supõe a existência de uma aproximação social entre desiguais e a

camuflagem da própria diferença entre os envolvidos. Quando se diz que fez uma “troca” com fulano da revenda tal ou sicrano da firma X, o significado vai além de uma explicação associada a uma transação não monetária. Essa operação também era assumida por ambas as partes como uma forma de apoio dada pelo dono da firma ou revenda agrícola ao assentado para que este pudesse implantar lavouras de soja, com efeito, era geradora de fidelização como forma de reconhecimento daquele que a recebeu.

Por fim, não entendemos este estudo como um ponto de chegada, que se encerra, mas sim que ela deixa em aberto um conjunto de pontos que merecem ser objeto tanto de novas pesquisas como de aprofundamento teórico metodológico. Ao mesmo tempo, por constituir-se como uma etnografia, expõe um conjunto de elementos que permite, agora ou em momento posterior, um material rico para análise aprofundada no campo acadêmico.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Luciana. S. **Gaúchos, festas e negócios: o agronegócio da soja no Meio-Norte mato-grossense**. Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013 [Tese de doutorado].

AUGUSTINS, George. La perpétuation des groupes domestiques. Um essai de formalisation. *L'Homme*, tome 38, n° 148, 1998. p.15-45

BARROZO, João Carlos. A questão agrária no Mato Grosso: a persistência da grande propriedade. In: _____ (org) **Mato Grosso: (re) ocupação da terra na fronteira amazônica (século XX)**. Cuiabá, EdUFMT, São Leopoldo, Editora Unisinos, 2010.

_____. Políticas de Colonização: as políticas públicas para a Amazônia e o Centro-Oeste. In: _____ (org). **Mato Grosso – do sonho a utopia da terra**, Cuiabá, EdUFMT, 2008.

BEAL, Simone Gandin. **Pequena produção rural familiar e o selo social: assentamento “28 de outubro” Campo Verde/MT**. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2010 [Dissertação de Mestrado].

BEAUD, Stéphane, WEBER, Florence. **Guia de pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos**. Petrópolis/RJ, Editora Vozes, 2014.

BERNARDES, Júlia. Circuitos espaciais da produção na fronteira agrícola moderna. In: BERNARDES, Júlia; FREIRE FILHO, Osni de Luna (Orgs). **Geografia da Soja: BR-163 fronteiras em mutação**. Rio de Janeiro, Arquimedes Edições, 2006. p. 13-38.

BOHANNAN, Paul. Africa's Land. In: DALTON, George. (ed.) **Tribal and Peasant Economies**. New York, The Natural History Press, 1967, p. 51-60.

BOTT, Elizabeth. **Família e Rede Social**. Rio de Janeiro, Editora Francisco Alves, 1976.

BOURDIEU, Pierre. Célibat et Condition Paysanne. *Études Rurales*, nº 5-6, 1962, p. 32-109.

_____. La Société Traditionnelle: attitudes à l'égard du temps et conduite économique. **Sociologie du Travail**, nº 1, 1963, p. 24-44.

_____. **Argélia 60: structures économiques et structures temporelles**, Paris Les Éditions de Minuit, 1977.

_____. Condição de classe e posição de classe. In: _____. **Economia das trocas simbólicas**. São Paulo, Editora Perspectiva, 2007, p. 03-26.

_____. É possível um ato desinteressado? In: _____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas/SP, 9ª Ed, Papyrus, 2008. p. 137-135.

_____. Introdução a sociologia reflexiva. In: _____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil Ltda, 1989. p. 17-58.

_____. **O senso prático**. Petrópolis/RJ, Editora Vozes, 2009.

CARSTEN, Janet. **The Heat of the Hearth. The process of kinship in a Malay fishing community.** Claredon Press, Oxford, 1997.

CHAYANOV, Alexander. V. On the Theory of Non-Capitalist Economic Systems. In: _____. **The Theory of Peasant Economy.** Homewood, Illinois: The American Economic Association/Richard Irwin, 1966, p. 1-28.

DESCONSI, Cristiano. **A marcha dos pequenos proprietários rurais: trajetórias de migrantes do Sul para o Mato Grosso.** Rio de Janeiro, Coleção Sociedade e Economia do Agronegócio I, E-Papers, 2011.

_____. **Famílias do sul do Brasil na luta pela terra em Mato Grosso,** Porto Alegre/RS, Anais do XVII Congresso Brasileiro de Sociologia, 2015.

DIAS, Elisa. A.; BORTONCELLOS, Odila. **Resgate histórico do município de Sorriso.** Portal da Agricultura no Cerrado Mato-grossense. Cuiabá, Edição das autoras, 2003.

DUFY, Caroline; WEBER, Florence. **L'ethnographie economique.** Paris La Découverte, 2007.

ESTERCI, Neide. **Conflito no Araguaia: peões e posseiros contra a grande empresa.** Rio de Janeiro, Biblioteca Virtual de Ciências Humanas, 2008.

ESTERCI, Neide; MEDEIROS, Leonilde; FRANCO, Mariana, LEITE, Sérgio. Assentamentos Rurais: um convite ao debate. **Revista da ABRA – Assentar, assentados, assentamentos,** nº 3, Vol. 22, set/dez, 1992, p. 4-15

FÉLIX, Gil Almeida. Os vira-mundos e a condição camponesa. In: PESSANHA Delma (Org.) **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil:** formas dirigidas de constituição

do campesinato, vol. 2, São Paulo, Editora Unesp; Brasília, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 239-261.

FERNANDEZ, Antônio João Castrilhon. **Do Cerrado à Amazônia: das estruturas sociais da economia da soja em Mato Grosso**, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural/UFRGS, 2007 [Tese de doutorado].

FORTES, Meyer. Introduction. In: GOODY, Jack. **The Developmental Cycle in Domestic Groups**. Cambridge: Cambridge University Press, 1971.

FRIEDL, Ernestine. Dowry and inheritance in modern Greece. In: POTTER, Jack; DIAS, May N.; FOSTER, George M. **Peasant Society: a reader**. Boston: Little, Brown & Co, 1967.

FURTADO, Paulo José. Nova Mutum, MT: colonização particular, migração sulista e cultura “gaúcha”. In: _____. (org.) **Mato Grosso: (re) ocupação da terra na fronteira amazônica (século XX)**. Cuiabá, EdUFMT, São Leopoldo, Editora Unisinos, 2010.

GARCIA Jr., Afrânio. **O Sul o caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social**, São Paulo, Marco Zero, Brasília EdUnb MCT/CNPq, 1989.

_____. **Terra de trabalho: trabalho familiar e pequenos produtores**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

GARCIA Jr. Afrânio; HEREDIA, Beatriz. Trabalho familiar e campesinato. **América Latina**, 1972. p. 10-19.

GARCIA-PAPERT, Marie France. Mercado e modos de dominação: a feira e as vinculações de trabalhadores na plantation açucareira nordestina. In: NEVES, Delma; SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**, vol. I. Formas tuteladas de condição camponesa, 2008. p. 69-88.

_____.A sociologia da economia de Pierre Bourdieu In: **Revista Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, PPGSA/UFRJ, vol. III, nº 05, 2013. p. 93-117.

GASPAR, Rafael Bezerra. **O Eldorado dos gaúchos: deslocamento de agricultores do sul do Brasil e seu estabelecimento no Leste Maranhense**, São Luiz, Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, 2010 [Dissertação de Mestrado].

GEERTZ, Clifford. Forma e variação na estrutura da aldeia balinesa. **Mosaico. Revista de Ciências Sociais**, Ano 2, Nº 1, Vol 1., 1999, p. 279-303.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa : por uma teoria interpretativa das culturas. In:_____. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro, Editora Guanabara Koogan, 1989, p. 13-41.

GESSAT-ANSTETT, Élisabeth.Du collectif au communautaire. À propos des réseaux familiaux dans la Russie post-soviétique. **L'Homme**. EHESS, nº 157 janvier/mars, 2001, p.115-136.

GODELIER, Maurice. O legado de Mauss. In: _____.**O enigma do dom**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

GOODY, Jack. Travail, production et communication. In: _____.**L'orient en occident**. Paris, Editions de Sueil, 1999.

GRISA Cátia; WESZJr, Waldemar; BUCHWEITZ, Vitor. Revisitando o Pronaf: velhos questionamentos e novas interpretações.**Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba/SP, Vol. 52, nº 2, 2014. p. 323-346.

GUEDES, André. D. **O trecho, as mães e os papéis: movimentos e durações no Norte de Goiás**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – MN/UFRJ, 2011 [Tese de doutorado].

GUIMARÃES, Marcelo Duncan Alencar. **Os colonos de Rio Claro: uma colonização no norte de Mato Grosso**. Itaguaí/RJ. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1988 [Dissertação de Mestrado em Ciências do Desenvolvimento].

HEINST, Andrea de Cássia. Mato Grosso e a comercialização de seus “espaços vazios” durante as décadas de 1950 e 1960. In: BARROZO, João Carlos (org.). **Mato Grosso – do sonho a utopia da terra**, Cuiabá, EdUFMT, 2008.

HEREDIA, Beatriz. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

_____. **Formas de dominação e espaço social: a modernização da agroindústria canavieira em Alagoas**. São Paulo, Marco Zero/MCT/CNPq, 1989.

_____. O campesinato e a plantation. A história e os mecanismos de um processo de expropriação. In: NEVES, Delma; SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**, vol. I. Formas tuteladas de condição camponesa, 2008. p. 39-67.

HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir. **Entorno de pesos, medidas e cálculos**. Rio de Janeiro, Colóquio de Quantificação e Temporalidade, Museu Nacional, 2005 (mimeo).

_____. Migrações em áreas de agronegócio. **Travessia Revista do Migrante**, São Paulo, n. 65, set.-dez, 2009. p. 71-88.

HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio. Sociedade e Economia do Agronegócio no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 25, nº 74, 2010. p. 159-176.

L’ETOIDE, Benoit; PINHEIRO, Claudio. Projetos, apostas e hesitações: notas sobre três engenhos em situação de incerteza. In: L’ETOIDE, Benoit; SIGAUD, Lygia (orgs.) **Ocupações de terra e**

transformações sociais: uma experiência etnográfica coletiva, 1ª Ed. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2006. p. 64-104.

LEITE, Sérgio; ÁVILA, Rodrigo Vieira de. **Um futuro para o campo: reforma agrária e desenvolvimento social**. Rio de Janeiro: Vieira e Lent, 2007.

LEITE, Sérgio; HEREDIA, Beatriz; MEDEIROS, Leonilde et. al. **Impactos dos assentamentos rurais: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura – IICA, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – NEAD; São Paulo: Unesp, 2004.

MACCORMACK, Carol. Nature, culture and gender: a critique. In: MACCORMACK, Carol; STRATHERN, Marilyn. **Nature, culture and gender**, Cambridge: Cambridge University Press, 1980. p.1-24.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo, Editora Abril, 1976 [1922].

MARQUES, Ana Cláudia. Movimentos em família, **Ruris**, Vol. 9, nº 1, março, 2015, p. 13-37.

_____. Pioneiros de Mato Grosso e Pernambuco: velhos e novos capítulos sobre a colonização do Brasil, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 28, nº 83, 2013, p. 89-102.

MAUSS, Marcel. A category of human mind: the notion of person; notion of self. In: _____. **The category of the person**. Cambridge, University of Cambridge Press, 1985, p. 1-25.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. In: _____. **Sociologia e Antropologia**, São Paulo, Cosac Nally, 2003. p. 183-194.

MAYER, Enrique; GLAVE, Manuel. Alguito para ganhar (“A little something to earn”) Profits and losses in peasant economies. In: MAYER, Enrique. **The Articulated Peasant: household**

economies in the Andes, Colorado/EUA, West view Press, 2002. p. 205-237.

MEILLASSOUX, Claude. **Maidens, meal and Money: capitalismo and the domestic community**. Cambridge, Cambridge University Press, 1981.

MITCHELL, Clyde J. The concept and use of social networks. In: _____. (ed.). **Social Networks in Urban Situations: Analyses of Personal Relationships in Central African Towns**. Manchester: Manchester University Press, 1969. p. 1-50.

MORENO, Gislaene. **Terra e poder em Mato Grosso: política e mecanismos de burla 1892-1992**. Cuiabá. EduUFMT, Entrelinhas, 2007.

MOURA, Margarida. M. **Os herdeiros da terra**. São Paulo, Hucitec, 1979.

ORTNER, Sherry; WHITEHEAD, Harriet. Introduction: accounting for sexual meaning. In: _____. (eds.). **Sexual Meanings**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

PALMEIRA, Moacir. Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na plantation tradicional (1977). In: WELCH, Clifford A. **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas** vol. I, São Paulo, Editora UNESP, Brasília/DF Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 203-216.

PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sergio. Debate econômico, processos sociais e lutas políticas. In: COSTA, Luiz. F.; SANTOS, Raimundo. N. (orgs.), **Política e reforma agrária**, Rio de Janeiro, Mauad, 1998.

PAULA ANDRADE, Maristela. **Os gaúchos descobrem o Brasil: projetos agropecuários contra a agricultura camponesa**. São Luis/MA, Edufma, 2008.

PEIRANO, Mariza. Para que serve um documento? In: PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, César (Orgs.). **Política no Brasil**. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2006. p. 25-49.

PERIPOLLI, Odimar João. **Expansão do capitalismo na Amazônia norte mato-grossense: mercantilização da terra e da escola**. Programa de Pós-graduação em Educação, UFRGS, Porto Alegre, 2008 [Tese de doutorado].

PITT-RIVERS, Julian. Friendship and Authority. In: _____. **The People of the Sierra**. London: The University of Chicago Press, 1971, p.137-160.

POLANYI, Karl. The Economy as an Instituted Process. In: POLANYI, Karl. *et al.* **Trade and Market in the Early Empires**. New York, The Free Press, 1957. p. 239-257.

PRESTES, Cláudia Alvarenga. **Os trabalhadores e a formação de uma cidade em Mato Grosso: vizinhança e compadrio em Sorriso**. Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, UFRJ, 2010 [Dissertação de Mestrado].

ROSALDO, Michelle. Woman, culture and society: a theoretical overview. In: ROSALDO, M; LAMPHERE Louise (eds.). **Woman, culture and society**. Stanford: Stanford University Press, 1974, p. 17-42.

RUMSTAIM, Ariana. **Peões no trecho: estratégias de deslocamento de trabalhadores no Mato Grosso**. Rio de Janeiro, Coleção Sociedade e Economia do Agronegócio II, E-Papers, 2012.

SABEAN, David Warren. **Property, Production and Family in Neckarhausen, 1700-1870**. Cambridge University Press, 1990.

SAHLINS, Marshall. On the Sociology of Primitive Exchange. In: BANTON, M. (ed.) **The Relevance of Models for Social Anthropology**. Londres, Tavistock, 1969, p. 139- 186.

SCHMITT, Claudia. **O Tempo do Acampamento: A Construção da Identidade Social e Política do “Colono Sem-Terra”**. Porto Alegre, [Dissertação de mestrado em Sociologia Rural] Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1992.

SEYFERTH, Giralda. Colonização europeia, campesinato e diferenciação cultural no Vale do Itajaí (SC), In: GODÓI, Emília Pietrafesa de; MENEZES, Marilda; MARIN, Rosa: **Diversidade do campesinato: expressões e categorias: construções indetitárias e sociabilidade**, v.1, São Paulo, Editora UNESP, Brasília/DF, NEAD, 2009. p. 275-290.

SHANIN, Teodor. Peasant as a political fator. In: SHANIN, Teodor (ed.) **Peasants and peasant societies**. Middlesex, England, Perguin Books Ltd, 1971. p. 30-36.

SIGAUD, Lygia et al. Os acampamentos de reforma agrária: história de uma surpresa In: L’ETOIDE Benoit; SIGAUD, Lygia (orgs.). **Ocupações de terra e transformações sociais: uma experiência etnográfica coletiva**, 1ª ed. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2006. p.29-62.

SIGAUD, Lygia. A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana. **Novos Estudos**, nº 58. CEBRAP 2000. p. 73-92.

SIGAUD, Lygia; ROSA, Marcelo; ERNANDEZ MACEDO, Marcelo. Ocupações de terra, acampamentos e demandas ao Estado: uma análise em perspectiva comparada. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, vol. 51, nº. 1, 2008. p. 107-142.

SORJ, Bernardo. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**, Rio de Janeiro, Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

SOUZA Jr. Hailton Pinheiro. **O lugar do progresso: família, trabalho e sociabilidade em uma comunidade de produtores de café do cerrado mineiro**. Rio de Janeiro, Coleção Sociedade e Economia do Agronegócio 3, E-papers, 2012.

STRATHERN, Marilyn. Introduction: Rationales of Ownership. In: KALINOE, Lawrence; LEACH, James (eds.). **Rationales of ownership: transactions and claims to ownership in contemporary Papua New Guinea**, 2004.

_____. Introduction. In: _____. **The Gender of the Gift**. Berkley, University of California Press, 1988.

TANNURY Anibal. **As estratégias dos assentados de Eldorado I e os impactos econômicos no Município de Tapurah/MT**. Rio de Janeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2003 [Dissertação de mestrado].

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Matuchos: exclusão e luta do Sul para a Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1993.

TAVARES DOS SANTOS. Jose Vicente. As novas terras como formas de dominação. **Lua Nova**, n.º. 23, 1991. p. 67-82

THOMAS, William. I.; ZNANIECKI, Florian. **The Polish Peasant in Europe and America**. Vol. I, Boston, Gohan Press, 1918.

VIANNA Jr., Aurélio. **Dos pressupostos da ação política do campesinato: o caso da “invasão” da Fazenda Annoni**. 1988. [Dissertação de mestrado em Antropologia Social] Museu Nacional/ Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988.

VIANNA Jr., Aurélio; VIEIRA, Maria Antonieta; ESTERCI, Neide. **Terra de trabalho e terra de negócio**. São Paulo, CEDE – Centro Ecumênico de Documentação e Informação, 1990.

WEBER, Florence. Calculs économiques. **Gèneses**, n.º 84, vol. 3, 2011, p. 2-5.

_____. **Le Travail à-coté: une ethnografie des perceptions**. Paris, 3^a ed. Editions EHESS, 2009.

_____. Práticas econômicas e formas ordinárias de cálculo. **Revista Mana**, n.º 9, vol. 2, 2002. p. 151-182.

_____. Transactions marchands, échanges rituels, relations personnelles. *Gèneses*, n° 41, vol. 4, 2000. p. 85-107.

WEBER, Max. Sociologia da dominação. In: _____. **Economia e Sociedade**. Brasília, EdUNB, 2009, p. 187-322.

WESZ Jr., Valdemar João. **Dinâmicas e estratégias das agroindústrias de soja no Brasil**. Rio de Janeiro, E-Papers, Coleção Sociedade e Economia do Agronegócio, vol. IV, 2011.

_____. **O mercado da soja e as relações de troca entre os produtores rurais e empresas do sudoeste do Mato Grosso**. Rio de Janeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto do Ciências Humanas e Sociais, 2014 [Tese de doutorado].

WOLF, Eric. R. Parentesco, amizade e relações patrono-cliente. In: FELDMANN BIANCO Bela; LINS RIBEIRO, Gustavo (orgs.). **Antropologia e poder: contribuições de Eric Wolf**, Brasília EdUNB, São Paulo, Editora Unicamp, 2003. p. 93-115.

WOORTMANN, Klass. Migração, família e campesinato. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, jan/jun, 1990, p. 35-53.

ZART, Laudemir. Lucas do Rio Verde: as vozes dos parceleiros no processo de construção de um novo espaço social. In: BARROZO, João Carlos (org.). **Mato Grosso: do sonho a utopia da terra**. Cuiabá, EdUFMT, 2008. p. 261-297.

ZELIZER, Viviana. Intimacy in law. In: _____. **The purchase of the intimacy**. New Jersey/EUA, Princeton University Press, 2005, p 47-93.

LISTA DE FIGURAS, QUADROS E TABELAS

LISTA DE QUADROS
Quadro 1: Detalhamento dos dados dos assentamentos lócus da pesquisa
Quadro 2: Abertura de áreas: tarefas e características
Quadro 3: Integrantes da família na rede, grau de parentesco e idade
Quadro 4: Integrantes do grupo doméstico do amigo
Quadro 5: Grau de parentesco e idade dos assentados parceiros de André e Pablo
Quadro 6: Grau de parentesco e idade da família dos antigos vizinhos
Quadro 7: Função e síntese da trajetória dos integrantes de uma revenda agrícola
Quadro 8: Relação entre uso da terra, reconhecimento da posse e registro no INCRA
Quadro 9: Relação entre preferência e usuário atual da terra de lotes não vendidos
Quadro 10: Transações de terra segundo a preferência, usuário anterior e comprador

LISTA DE FIGURAS
Figura 1: Localização das duas áreas previstas inicialmente para a realização da pesquisa
Figura 2: Mapa de localização do município de Ipiranga do Norte em Mato Grosso
Figura 3: Mapa rodoviário do meio norte de Mato Grosso com municípios, distritos e hidrografia
Figura 4: Localização dos assentamentos da pesquisa e das sedes dos municípios
Figura 5: Calendário anual em terras novas e velhas
Figura 6: Tempo de uso da terra
Figura 7: Extrato da genealogia da família Denatti com identificação dos membros que integram a rede
Figura 8: Rede construída para dar suporte à lavoura
Figura 9: Representação das hierarquias entre os agentes da rede
Figura 10: Área de influência do produtor no assentamento

LISTA DE GRÁFICOS
Gráficos 1: Evolução da área plantada com lavouras em Ipiranga do Norte

LISTA DE IMAGENS
Imagens 1: Lavouras nos assentamentos de Ipiranga do Norte em 2014
Imagens 2: Vila do assentamento Mercedes/Tabaporã/MT, em 2013
Imagens 3: Paisagem do assentamento Mercedes, em 2013

LISTA DE SIGLAS

APROSOJA/MT – Associação de Produtores de Soja e Milho do Estado do Mato Grosso
CBPO – Companhia Brasileira de Projetos e Obras
COOPERLUCAS – Cooperativa Agropecuária de Lucas do Rio Verde
COOPERSOL – Cooperativa Agropecuária Vale do Sol Ltda.
COPEPRA – Cooperativa Mista de Assentados do Projeto Eldorado I
DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf
DTC – Departamento de Terras e Colonização
EMPAER/MT – Empresa de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural do Estado de Mato Grosso
FETAGRI – Federação de Trabalhadores na Agricultura de Mato Grosso
FIAGRIL – Fiagril Ltda.
I PNRA – Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária
IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e de Recursos Naturais
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INTEMAT – Instituto de Terras de Mato Grosso
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MPF – Ministério Público Federal
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PAS – Projeto de Assentamento Sustentável
PAs – Projetos de Assentamento
PE – Projeto de Assentamento Extrativista
PNPB – Programa Nacional de Produção de Biodiesel
PROCERA – Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RB – Registro de Beneficiário
SAGEL – Sagel Armazéns Gerais Ltda.
STR – Sindicato de Trabalhadores Rurais
SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

ANEXOS

Anexo I: Dados sobre os informantes do trabalho de campo citados no texto segundo o capítulo/seção

Informante	Idade, estado civil, filhos	Condição	Capítulos/Seções
Airton	29 anos*, casado, filho de Arno Reis	Filho de assentado, trabalha para outros assentados.	5.1;
Alcides Scherer	SI	Produtor em Ipiranga do Norte.	5.2.1;
Alípio	65 anos*, casado, dois filhos e uma filha – casados	Assentado no projeto Paranatinga em Nova Ubiratã desde 1998.	4.2.1;
Alex Alezzo	69 anos, casado, três filhos também casados/as	Produtor/a das proximidades do assentamento, residente sobre sua fazenda em Ipiranga do Norte.	1.2.1;
Amauri Pelle	SI	Assentado no projeto Itanhangá, município onde reside.	3.3.2
Anibal	SI	Assentado no projeto Eldorado II desde 1996.	5.1;
Angemiro Sinatti	65 anos	Assentado no projeto Mogiana I desde 1997. Residente em Ipiranga do Norte.	2.1.2; 2.2.1; 3.2; 5.1; 5.3.2;
Arnaldo Mafrini	58 anos, casado, um filhos e duas filhas, todas/os casados/as	Assentado, projeto Eldorado I desde 1992, residente na cidade de Ipiranga do Norte.	1.3.1; 2.2.1; 4.2.1; 4.3.2; 5.3.1;
Arno Denatti	57 anos, casado, duas filhas e um filho – casadas/os.	Assentado no projeto Cristal Mel, vice-presidente do STR.	3.1; 3.2.2; 4.1.2; 5.2.2;
Arno Reis	SI	Assentado no projeto Mercedes desde 2002. Reside na vila do mesmo assentamento.	4.3.2; 5.1;
Artur Londero	54 *anos, casado, dois filhos adultos solteiros	Assentado no projeto Eldorado I desde 1994, comerciante dono de Casa Agropecuária, residente em Ipiranga do Norte.	1.1; 4.2; 5.3.2;
Aurio Brito	62 anos, casado, pai de três filhos	Produtor em Ipiranga do Norte e Lucas do Rio Verde, reside neste último.	2.3.1; 5.2.1

Bento	48 anos, casado, sem informação sobre os filhos	Produtor em Ipiranga do Norte e Porto dos Gaúchos.	3.2.1;
Breno Zeni	67 anos, casado com Lerci, três filhos casados	Assentada no projeto Eldorado I desde 1996, residentes em Ipiranga do Norte atualmente.	2.1;1; 2.1.2; 2.3;
Caio Ramos	45 anos, casado, duas filhas pequenas	Assentado no projeto Eldorado II desde 1998, foi vereador em Ipiranga do Norte.	5.2.1; 5.3.2;
Camilo	24 anos, solteiro, filho de Arno Reis	Trabalho como funcionário para outro assentado.	5.1;
Camilo Pascoalli	61 anos, casado, dois filhos.	Assentado no projeto Santa Rosa II - Sorriso desde 1998.	3.2.2;
Carlos Drewlo	48 anos, casado, duas filhas.	Caminhoneiro, assentado e chacareiro em Ipiranga do Norte.	5.2.1;
Chico Mineiro	76 anos, casado, um filho e duas filhas	Caseiro e administrador de uma fazenda em Ipiranga do Norte.	1.2.1;
Claiton Denatti	34 anos, casado, uma filha. Filho de Arno	Representante comercial em revenda agrícola de Ipiranga do Norte e assentado no projeto Mercedes desde 2006.	2.1.1; 3.1; 3.3.2; 4.1.2; 4.3.1; 4.3.2; 5.2.1; 5.3.2;
Dário	35 anos, casado	Representante comercial em Ipiranga do Norte e assentado no projeto Mercedes.	4.1.2;
Darnes Benini	SI	Produtor em Ipiranga do Norte. Foi assentado em Lucas do Rio Verde.	3.3.2; 5.2.1
Dênis	SI	Sócio-fundador de revenda agrícola e produtor.	4.1.2;
Denise da Costa	45 anos, casada com Igor.	Assentada no projeto Mogiana I, residente na cidade de Ipiranga do Norte desde 2006, dona de um ateliê.	3.3.1
Denizar	56 anos, casado, sem informação dos filhos	Gerente de fazenda e produtor em Ipiranga do Norte.	3.2.1;
Dinho	58 anos, casado, dois filhos adultos	Produtor em Ipiranga do Norte. "Turma de Lucas".	5.2.1;
Diogo	SI	Sócio-fundador de revenda agrícola e produtor.	4.1.2;
Dorneles Fernandes	66 anos, casado, três filhos e uma filha, todos casados. Pai de Lizandro Fernandes	Assentado no projeto Eldorado I em 1992. Dois de seus filhos também são assentados, residentes na cidade de Ipiranga do Norte.	1.1; 1.3.1; 2.1.2; 3.2.2; 4.2.2; 5.1; 5.3.1; 5.3.2;

Ediomar	46 anos, casado, duas filhas pequenas.	Assentado no projeto Santa Rosa II – Sorriso desde 1998. Reside sobre seu lote.	4.3.2;
Edvan Marchioro	31 anos, casado com Katiane	Dono de revenda agrícola, assentado no projeto Santa Rosa II – Sorriso.	2.3.2;
Egeu Ferrez	48 anos, casado, um filho e uma filha solteiros	Assentado no projeto Piratininga em Nova Ubiratã, residente no seu sítio.	2.3.2; 4.3.2
Élcio Ferrez	45 anos, casado, um filho pequeno	Funcionário de fazenda, assentado no distrito de Boa Esperança – Sorriso.	2.3.2; 5.1;
Emanuel Moura	63 anos, viúvo	Assentado no projeto Piratininga – Nova Ubiratã. Reside sobre seu lote.	4.1.1;
Fábio	40 anos*, casado	Foi assentado e é corretor de imóveis em Ipiranga do Norte.	2.1.2; 4.3.1;
Fabrcio Fiorelli	28 anos, solteiro, filho de Dona Marta	Contador com Escritório Próprio, filho e irmão de assentados, residia em Ipiranga do Norte desde 1997.	1.1; 2.3.2; 4.1.2; 4.2.1; 4.3.1; 5.2.2;
Giles Fiorelli	32 anos, casado com Sara, pai de um filho de dois anos	Assentado no projeto Mercedes desde 2009. Atualmente reside sobre seu lote.	2.1.1; 2.3.2; 3.1; 3.2.1; 4.1.2; 5.2.1;
Igor de Freitas	48 anos, casado, duas filhas – uma adulta	Assentado no projeto Mogiana I, residente na cidade de Ipiranga do Norte desde 2006.	2.1.1; 2.1.2; 2.3.1; 3.3.1;
Ilse Chiodi	58 anos, casada com Ivo, uma filha casada e um filho solteiro	Agente de Saúde, assentada no projeto Eldorado I, residente sobre seu lote desde 1992.	2.1.1;
Ilse Pascoalli	57 anos, casada, dois filhos solteiros e uma filha casada	Assentada no projeto Santa Rosa II desde 1998, residente no distrito de Boa Esperança em Sorriso/MT	2.1.1;
Inácio Chiodi	56 anos*, casado, duas filhas – casadas	Assentado no projeto Eldorado I desde 1992. Reside sobre seu lote.	3.2.2;
Ivanete De Carli	57 anos, casada do Laércio, mãe de cinco filhos casados	Assentada no projeto Mercedes, residia na cidade de Ipiranga do Norte desde 1998.	2.2.2;
Ivo Chiodi	66 anos, casado com Ilse, uma filha casada e um filho solteiro	Assentado no projeto Eldorado I, residente sobre seu lote desde 1992.	1.2.2; 1.3.1; 1.3.2; 3.2; 3.2.2; 4.2;

Jackson	41 anos*, divorciado, uma filha pequena	Funcionário em fazenda e assentado no projeto Santa Rosa II – Sorriso. Reside na vila de Boa Esperança.	3.1;
Jeremias Moura	35 anos, casado, uma filha	Assentado no projeto Piratininga – Nova Ubiratã desde 2000.	4.1.1;
Carlos João Moura	27 anos, solteiro	Técnico agrícola, funcionário da cooperativa.	4.1.1;
Jonas De Carli	SI, casado, filho de Laércio e Ivanete	Funcionário de firma em Ipiranga do Norte.	4.3.1; 4.3.2;
Jorge Leite	Divorciado, dois filhos adultos solteiros	Foi assentado no projeto Eldorado II e é presidente da COPEPRA desde 2000.	4.2.1; 5.2.1; 5.3.1
Juarez	SI	Dono de bicicletaria e chacareiro, residente na cidade de Ipiranga do Norte.	2.1.1;
Katiane Ferrez	28 anos, casada, dois filhos pequenos	Dona da revenda agrícola no distrito de Boa Esperança e também assentada no projeto Santa Rosa II – Sorriso.	2.3.2;
Laércio De Carli	62 anos, casado, cinco filhos – todos casados	Assentado no projeto Mercedes, residia na cidade de Ipiranga do Norte desde 1998.	1.3.1; 2.2.2; 3.2.1; 3.3.1; 4.1.2;
Laudemar De Carli	58 anos, casado, dois filhos casados	Assentado no projeto Mercedes desde 2000. Reside na vila do mesmo assentamento.	2.1.1; 4.2.1;
Lauro De Carli	35 anos, casado, filho de Laércio	Assentado no projeto Mercedes desde 2000, funcionário em fazenda do entorno. Reside na vila do mesmo assentamento.	3.3.1
Lauro Marchioro	62 anos, casada com Lauro, três filhas – todas casadas.	Assentado, projeto Mogiana I desde 1998, residente em Ipiranga do Norte.	1.3.1; 2.1.1; 2.1.2; 2.2.1; 4.3.1; 4.3.2;
Lerci Zeni	66 anos, casada, três filhos também casados	Assentados no projeto Eldorado I desde 1996, residentes em Ipiranga do Norte atualmente.	2.1.1; 2.1.2; 2.3;
Lineu Fernandes	44 anos*, casado, dois filhos pequenos	Assentado no projeto Eldorado I desde 1992 e vice-prefeito de Ipiranga do Norte.	4.3.1;
Marcelo Sinatti	32 anos, casado.	Funcionário de firma em Lucas do Rio Verde.	3.3.2;
Marciano Sinatti	34 anos, casado.	Caminhoneiro, residente em Lucas do Rio Verde.	3.3.2;
Marcos	19 anos	Assentado no projeto Mogiana entre 1996 e 1998	3.3.1;

Mauri Fiorelli	62 anos, casado com Marta Fiorelli	Assentado no projeto Eldorado II em Ipiranga do Norte desde 1998. Reside na cidade do mesmo nome.	5.3.2;
Marcos Zeni	45 anos, casado, duas filhas pequenas. Filho de Bruno e Lerci	Assentado no projeto Furnas IV desde 1999, residente sobre seu lote.	2.3;
Margarete Reis	53 anos, casada com Arno Reis	Assentada no projeto Mercedes desde 2002. Reside na vila do mesmo assentamento	5.1;
Maria Pavarini	61 anos, casada com Valdomiro	Assentada desde 1994 no projeto Eldorado I, depois permutou para o Bogorni I. Residente, na cidade de Ipiranga do Norte, desde 2011.	2.1.1; 2.1.2;
Mário do Nascimento	62 anos. SI.	Assentado, desde 1994, projeto Eldorado I, residente em seu lote.	2.1.1; 3.3.2; 5.2.1;
Marlei Londero	SII, casada dom Artur, dois filhos adultos, solteiros	Assentada no projeto Eldorado I desde 1994, comerciante dona de Casa Agropecuária, residente em Ipiranga do Norte.	5.3.2;
Marli Chiodi	54 anos, casada com Inácio Chioi	Assentada no projeto Eldorado I desde 1992, professora, residente sobre o lote	3.3.2
Marlize da Costa	57 anos, casada com Wilson		3.3.2;
Marta Fiorelli	58 anos, casada, mãe de três filhos adultos, sendo o mais velho casado	Dona de um pequeno hotel em Ipiranga do Norte. Assentada no projeto Eldorado I desde 1998.	2.1.1; 2.3.2; 4.3.2; 5.2.1; 5.2.2; 5.3.2;
Nadir Ferrez	68 anos, casada, mãe de 7 filhos/as, inclusive de Katiane	Assentada no projeto Piratininga em Nova Ubiratã, residente no seu sítio	2.3.2; 5.1;
Natal da Silva	63 anos, casado, três filhos casados residentes em Ipiranga do Norte	Foi assentado no projeto Eldorado I e é presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ipiranga do Norte. Residente na cidade de Ipiranga do Norte.	1.3.1;
Nerci Turra	55 anos, casado, pai de três filhos adultos solteiros	Assentado no projeto Eldorado I e vereador em Ipiranga do Norte.	2.3.1;
Nestor Mafasioli	57 anos, casado, duas filhas – casadas.	Produtor, possui fazenda e reside em Ipiranga do Norte.	3.3.2;
Nilson	48 anos, casado, duas filhas.	Assentamento Santa Rosa II – Sorriso.	3.2.2;

Otávio	58 anos, casado, dois filhos adultos.	Assentado no projeto Eldorado I, foi prefeito de Ipiranga do Norte.	3.2.2;
Paulo Brito	37 anos, casado, filho de Aurio	Produtor.	2.3.1;
Pedro Camargo	SI	Assentado no projeto Itanhangá e funcionário da empresa Armazéns Gerais.	3.3.2;
Pedro Ferron	54 anos, divorciado, dois filhos adultos (um falecido)	Prefeito de Ipiranga do Norte, foi assentado no projeto Eldorado I.	1.3.1; 1.3.2; 4.2; 5.3.2;
Rosa Marchioro	60 anos, casada com Lauro, três filhas – todas casadas.	Assentada no projeto Mogiana I desde 1998, residente em Ipiranga do Norte.	1.3.1; 2.1.1; 2.1.2; 2.2.1;
Reinaldo Moura	SI	Assentado no projeto Piratininga – Nova Ubiratã desde 1999.	
Rômulo Ferrez	71 anos, casado com Nadir e pai de Katiane	Assentado no projeto Piratininga em Nova Ubiratã, residente no seu sítio.	2.3.2; 5.1;
Sandra Sinatti	62 anos, casada com Argemiro, dois filhos e uma filha – casados/a	Assentada no projeto Mogiana I desde 1997. Residente em Ipiranga do Norte.	2.3.1; 5.3.2;
Sara Fiorelli	Idade não informada, casada com Giles, um filho pequeno	Assentada no projeto Mercedes, residente sobre o lote.	2.3.2;
Sarita Fernandes	64 anos, casada com Dorneles Fernandes	Assentada no projeto Eldorado I em 1992. Dois de seus filhos também são assentados, residentes na cidade de Ipiranga do Norte.	2.1.2;
Sávio Cantale	67 anos, casado, dois filhos também casados	Produtor em Ipiranga do Norte onde reside. “turma de Lucas”.	5.2.1
Tereza	SI	Assentada no projeto Mogiana I desde 1998.	2.3.1;
Toni	45 anos, casado, dois filhos	Assentado no projeto Cristal Mel desde 2000. Vereador em Ipiranga do Norte onde reside.	3.2.1;
Valdomiro Pavarini	63 anos, casado, duas filhas e um filho, todos casados, pais do Vito	Assentado desde 1994 no projeto Eldorado I, depois permutou para o Bogorni I. Residente na cidade de Ipiranga do Norte desde 2011.	2.1.1; 4.1;

Valmir	SI	Produtor no distrito de Boa Esperança – Sorriso.	3.3.2;
Vilmar	SI	Assentado no projeto Santa Rosa II – Sorriso. Reside na vila de Boa Esperança.	3.2.2;
Vilson da Costa	58 anos, casado, duas filhas casadas e um filho solteiro	Assentado no projeto Eldorado II em Ipiranga do Norte desde 1996. Funcionário de um produtor das proximidades.	3.3.2; 5.2.1;
Vito Pavarini	42 anos, casado, dois filhos –2 a 5 anos. Filho de e Maria Pavarini	Assentado e então Secretário Municipal de Agricultura. No assentamento Bogorni I, chegou ao universo de pesquisa em 1994 junto ao pai, também assentado. Reside na cidade de Ipiranga do Norte.	1.1.1; 2.1; 4.3.1;

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados de campo.

*Idade aproximada. SI: Sem informação

Sobre o livro

**Projeto Gráfico,
Editoração e Capa** Leonardo Araújo

Formato 17 x 24 cm

Mancha Gráfica 12,5 x 19,5 cm

Tipologias utilizadas Iowan Old Style 12 pt

O livro demonstra que, no contexto dos assentamentos, há um conjunto de indivíduos que se articulam de diferentes maneiras para tornar viável uma modalidade de produção comumente associada a grandes explorações agrícolas. É por meio dessas articulações, nem sempre concretizadas somente no âmbito da produção agrícola, que é mobilizado (ou ao menos se busca mobilizar) um conjunto de recursos necessários – não restritos à terra e ao trabalho – permitindo a esses assentados alguma margem para lidar com os fatores não controláveis associados à própria cadeia produtiva da soja.

